

Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais

**UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara**

Reitor: Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

Vice-Reitor: Sergio Roberto Nobre

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Prof. Dr. João Lima Sant'Anna Neto

Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dr. Carlos Frederico de Oliveira Graeff

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CÂMPUS DE ARARAQUARA

Diretor: Prof. Dr. Cláudio Cesar de Paiva

Vice-Diretora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Marcelo Santos

Comissão editorial: Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha;

Prof. Dr. Marcelo Santos; Profa. Dra. Maria Jardim

Cadernos de Campo : Revista de Ciências Sociais / Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Letras. – Vol. 1, n. 1 (1994)- . – Araraquara : Faculdade
de Ciências e Letras, UNESP, 1994–

Semestral

ISSN impresso 1415-0689

ISSN eletrônico 2359-2419

I. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp – Araraquara.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais FCL/UNESP/Araraquara

Laboratório Editorial FCL/UNESP/Araraquara

Rod. Araraquara-Jaú, Km 1 – CP 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil

Fone: (16) 3334-6219 (Departamento de Ciências Sociais)

E-mail: cadernosdecampo.fclar@unesp.br

Artigos, resenhas e toda correspondência devem ser encaminhadas à Revista Cadernos de Campo/Departamento de
Ciências Sociais: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Rodovia Araraquara – Jaú – Km. 1 – Caixa Postal 174 –
CEP 14800-901 – Araraquara – SP

Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais

E-ISSN 2359-2419

<http://doi.org/10.47284/2359-2419.2020.28>

Cadernos de Campo	Araraquara	n. 28	p. 1-414	jan./jun. 2020
-------------------	------------	-------	----------	----------------

CADERNOS DE CAMPO: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Editor-chefe

Maria Teresa Miceli Kerbaux, UNESP - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, Brasil
Isaías Albertin de Moraes, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil
Aline Cristina Ferreira, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil
Matheus Felipe Silva, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil

Comitê Editorial

Maria Teresa Miceli Kerbaux, UNESP - Universidade Estadual Paulista - Araraquara/SP - Brasil
Aline Cristina Ferreira, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil
Gabriela Lanza Porcionato, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil
Isis Caroline Nagami, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil
Mateus Tobias Vieira, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil, Brasil
Isaías Albertin de Moraes, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil
Matheus Felipe Silva, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil

Conselho Científico Nacional

Leon Victor de Queiroz Barbosa, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.
Cláudio André Souza, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil
Vera Alves Cepêda, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil
Nildo Viana, Universidade Federal de Goiás, Brasil
André da Azevedo da Fonseca, Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Marcos Alan S. V. Ferreira, Departamento de Relações Internacionais - Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof. Gustavo Dias, Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
Antonio José Pedroso Neto, Universidade Federal do Tocantins (UFT) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM), Brasil
Elide Rugai Bastos, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Fernanda Arêas Peixoto, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Henrique Amorim, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Brasil
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Marcos Chor Maio, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
Prof. Sidney Jard da Silva, Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil

Conselho Científico Internacional

Ana Laura Hidalgo, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) Universidad Nacional de San Luis (UNSL), Argentina
José Passarini, Universidad de la República de Uruguay (UdelaR), Uruguay
Frederic Lebaron, Université de Versailles - St-Quentin- en-Yvelines, França
Felip Gascón i Martín, Universidad de Playa Ancha, Valparaíso, Chile
Denise Ferreira da Silva, University of London, Reino Unido
João Vargas, University of Texas - Austin, Estados Unidos da América do Norte

Revisão e Tradução

Jessica Chagas de Almeida, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, Brasil
Cinthia Yuri Galelli, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil, Brasil
Tamiris Destro Costa, Universidade Estadual Paulista - UNESP - Araraquara, Brasil
Mayara Mayumi Sataka, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, Brasil

Diagramação

STAEPE – Laboratório Editorial

Normalização

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara

Imagem da capa

Crédito: Fernando de Freitas Moreira

SUMÁRIO

Apresentação

O fazer enunciativo diante de desafios sociais contemporâneos: como discursos políticos e sociais passaram a ser moldados Fernando Moreira e Luciana Santana.....	7
--	---

Entrevista

Entrevista com a Profa. Dra. Diana Luz Pessoa de Barros: a estratégia enunciativa nos discursos de ódio que marcam ambientes políticos e sociais na contemporaneidade <i>Fernando Moreira e Joyce Lopes</i>	17
--	----

Colaboração Especial

<i>Une inquiétante fracture discursive</i> <i>Dominique Maingueneau</i>	29
--	----

Populismo: o grande levante semiótico <i>Jacques Fontanille</i>	47
--	----

Tradução para o português e revisão: Jacques Fontanille, Kati Caetano e Fernando Moreira	
--	--

<i>Towards a planetary semiotics</i> <i>Per Aage Brandt</i>	77
--	----

“Ridículo político”: análise de uma mutação estético-política <i>Marcia Tiburi</i>	97
---	----

Sustentabilidade, bem-estar e direitos humanos <i>Rubens Ricupero</i>	131
--	-----

<i>Some reflections on the importance of ‘how to rule’</i> <i>Sara Lagi</i>	141
--	-----

<i>The politics of promise or threat and the praxis of hope: modeling a linguistic-phenomenological epistemology of practice for the assessment of alternative worldviews in media literacy</i> <i>Zdzisław Wąsik</i>	149
--	-----

Artigos

O discurso nos limites da obediência: enunciados que afagam ou abafam conflitos entre Mandetta e Bolsonaro na crise do coronavírus <i>Duílio Fabbri Jr. e Fabiano Ormaneze</i>	175
Crises econômicas, ascensão da extrema direita e a relativização dos direitos humanos <i>Alessandra Guimarães Soares, Catharina Libório Ribeiro Simões e Thiago Giovani Romero</i>	193
Totalitarismo em <i>The Handmaid's Tale</i> : entre manipulação e programação <i>Natália Silva Giarola de Resende e Conrado Moreira Mendes</i>	225
Representações do imigrante boliviano: questões enunciativas <i>Alexandre Marcelo Bueno</i>	245
Pensar o discurso de quem não pode falar em situação de igualdade <i>Fernando Caetano</i>	267
<i>An analysis on paradoxical gender equality+ policies and the violence in Brazil</i> <i>Renan de Souza</i>	291
“Eles querem quebrar a mesa”: terrorismo e diálogo <i>Mariana dos Santos Faciulli</i>	309
O neoconservadorismo religioso e heteronormatividade: a “bolsonarização” como produção de sentido e mobilização de afetos <i>Elizabeth Christina de Andrade Lima e Isabelly Cristiany Chaves Lima</i>	325
Sistemas de verificação e a previsibilidade de desdobramentos políticos em momentos de crise: leituras a partir de uma cena de tristes trópicos <i>Renato Albuquerque de Oliveira</i>	351
Anuê Jaci: política externa e povos indígenas diante da inflexão conservadora e do bolsonarismo <i>César Santos</i>	367
Populismo e <i>fake news</i> na era da pós-verdade: comparações entre Estados Unidos, Hungria e Brasil <i>Ana Julia Bonzanini Bernardi e Andressa Liegi Vieira Costa</i>	385

APRESENTAÇÃO

O FAZER ENUNCIATIVO DIANTE DE DESAFIOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: COMO DISCURSOS POLÍTICOS E SOCIAIS PASSARAM A SER MOLDADOS

Em face a desafios contemporâneos que nos levam a questionar valores e direitos fundamentais, deve-se reiterar vigilância e se ampliar discussões. O silenciamento não é uma opção para o cidadão consciente, menos ainda para a intelectualidade. Em um momento de acirramento de discursos em circulação nas instâncias política e social, emergiu a urgência de se colocar na centralidade do presente dossiê as discussões sobre origens, perspectivas e o papel da academia diante do enfraquecimento de estruturas lastreadas em cientificidade.

A ascendência da descrença no fazer científico e no respeito à alteridade e à diversidade nos impulsionaram a convocar pensadores a contribuir com o debate. Para tanto, não seria coerente optar por uma abordagem científica em detrimento de outras. Em função disso, priorizando a multiplicidade de visões, propusemos uma perspectiva multidisciplinar.

Inquietava-nos a oficialização, inclusive por parte de chefes de Estado, de discursos coloniais e colonizadores em um período em que a decolonização era escancarada, em que valores democráticos pareciam inegociáveis.

Enxergamos no pensamento de Boaventura Sousa Santos (1996) uma atualização no seu conceito de “epistemicídio” – posteriormente usado por outros pensadores, como Sueli Carneiro (2005) e Djamila Ribeiro (2017) – para demarcar uma tentativa de apagamento de sujeitos, de conhecimentos, de existência e de fazeres, numa intenção reiterada de se propor revisionismos históricos de toda natureza.

Tal contexto de esgarçamento marca o surgimento da remodelada (ou nem tanto) extrema direita pelo mundo, caracterizada por discursos tônicos, proliferação de *fake news*, reforço da subalternização de grupos historicamente mantidos

à margem e que começavam a ganhar ligeiro espaço social em um contexto em que se passava a discutir mais frontalmente a efetiva inclusão.

Tudo ruiu com a não aceitação do outro, legitimada por discursos sociais e políticos. Não apenas passamos a assistir à emergência de vozes políticas intolerantes e preconceituosas, como tal fenômeno se escancarou ao nosso lado, personificado e figurativizado em atores sociais que integram e compõem nossa [co]existência afetiva no mundo: parentes, amigos, vizinhos. Surge, nas palavras de Yascha Mounk (2019), a ideia de democracias iliberais.

Pensar não apenas no enfrentamento, mas na compreensão e na ação diante de acontecimentos que nos atingiram como um assomo irruptivo passou a ter protagonismo nas rodas de conversa e nos estudos dos discursos, da Semiótica, das Relações Internacionais, da Ciência Política, das Ciências Sociais e Jurídicas.

Nossa coletânea se inicia com uma entrevista de um dos mais proeminentes, quiçá o maior, nome da Semiótica de herança francesa: Diana Luz Pessoa de Barros é conhecida entre os estudiosos dos textos no Brasil e no mundo e ajuda a refletirmos sobre as estruturas que compõem e sustentam tais enunciados, fomentando sua compreensão e instigando o debate, dando prosseguimento a pesquisas desenvolvidas por ela sobre estudos intolerantes, o que vem realizando nos últimos anos com afinco. A entrevista foi concedida a Fernando Moreira e a Joyce Lopes e enfoca a diferença e a alteridade como fontes do nascedouro de discursos dessa natureza.

Em seguida, temos a grata satisfação de contar com um batalhão de frente da mais elevada patente e de inquestionável estofo. Os sete artigos que compõem a seção de contribuições especiais são assinados por intelectuais de envergadura.

Começamos com o ilustre analista do discurso, mundialmente reconhecido, Dominique Maingueneau. O professor da Sorbonne, na França, defende em seu trabalho que os movimentos designados como “ascensão do populismo”, “movimentos antissistema” etc. não devem ser entendidos apenas como rupturas sociais, mas, também e, essencialmente, discursivas. É a partir do discurso que os populistas tentam legitimar o que reivindicam: a tomada de posição que, na alegação deles, foi-lhes interdita. Esse discurso, até então restrito a ambientes de pouca reverberação, começa a cobrar amplificação, acusando uma parcela da sociedade como tendo o monopólio do lugar de fala. Tal amplificação se dará por meio de redes sociais, em que as assimetrias discursivas passam a se chocar frontalmente e a legitimação se dá de forma mais marcada quanto for maior a ruptura entre as narrativas, cada lado, assim, legitimando-se a partir da deslegitimação do outro, acirrando disparidades entre polos contrários. O texto é apresentado em francês.

Em seguida, trazemos a tradução para o português de um recentíssimo trabalho publicado na França, na *Actes Semiótiques*, de um dos nomes mais cultuados da Semiótica mundial, Jacques Fontanille, parceiro de Algirdas Julien Greimas em obras como *Semiótica das Paixões* (1993 [1991]) e de Claude Zilberberg em *Tensão e Significação* (2001 [1998]). A tradução foi feita pelo próprio Fontanille, em parceria com Fernando Moreira e Kati Caetano. Fontanille parte da ideia da ausência de uma definição muito bem definida do conceito de “populismo”, o que não impede que se entenda sua ideia geral, aliás, o professor da Universidade de Limoges, também na França, nos explica que é justamente essa ausência de uma definição estabilizada e pacificada que nos permite depreender seu sentido, advindo de outro conceito flutuante, o de “povo”. O autor chama de “paixões tristes”, precisamente: a desconfiança, a rejeição ao outro, o ódio etc., os componentes passionais presentes nesse conceito e sua hipótese é a de que tais paixões funcionariam como atratores de temas e posições políticos associados ao populismo.

Per Aage Brandt apresenta uma proposição ousada: a reflexão a respeito de uma semiótica planetária. O professor da *Case Western Reserve University*, dos Estados Unidos, apresenta o conceito de uma teoria da significação com base em uma “arquitetura estratificante que determina os níveis existentes de experiência social, tipos de funções de signos e funções semânticas na linguagem e, finalmente, os princípios mentais da subjetividade humana”. À tal relação, Brandt denomina “ecologia planetária da civilização”, que seria constitutiva da semiótica humana. A reflexão é densa e abstrata, passível de uma grande interlocução com diversos segmentos científicos e favorecendo o estudo de contextos como o atual, em que as profusões de sentidos se entrelaçam e se sufocam mutuamente. A arquitetura da diferenciação ecológica de que trata Brandt se baseia na criação de três níveis em nossas relações: orgânico, político e simbólico. O texto está em inglês.

A quarta contribuição é a da pesquisadora brasileira, atualmente professora da Universidade Paris 8, na França, Marcia Tiburi, que desenvolve uma densa discussão a respeito de um conceito sobre o qual ela trabalha em suas aulas na Universidade como resultado de pesquisa anterior que, inclusive, foi publicada em livro no Brasil. Em “‘Ridículo político’: análise de uma mutação estético-política”, a autora trata da ideia de uma mutação que se estabelece em um patamar estético fundamental à política. O trágico como fundamento do político, segundo Tiburi, foi substituído pelo cômico. Sob essa ótica, a professora também trata da temática do fascismo nos processos eleitorais marcados pelo populismo, considerando o conceito de ridículo “por meio de uma análise do risível como forma psicopolítica de controle e de catarse sociais”.

Outra participação que muito nos honra e fortalece a discussão em elevado nível intelectual é a do diplomata aposentado, ex-ministro do Meio Ambiente e da Amazônia, ex-ministro da Fazenda, ex-professor da UnB e do Instituto Rio Branco, autor de diversos livros e ensaios sobre temas de história diplomática, desenvolvimento, Economia, Relações Internacionais. Trata-se do destacado embaixador Rubens Ricupero que, a nosso pedido, gentilmente adaptou texto preparado para IIª Conferência Internacional de Humanidades (UFMG, UNESCO), o qual passa, agora, a ser publicado e, para a nossa satisfação, no presente dossiê por nós elaborado. No artigo, é feito um apanhado, por meio de relato pessoal do diplomata, do estado da arte no que tange à proteção aos direitos individuais no Brasil, aos coletivos, como os Direitos Humanos e ao meio ambiente, especialmente após a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder.

A professora Sara Lagi, da Universidade de Turin, na Itália, assina o artigo *"Some reflections on the importance of 'how to rule'"*. As reflexões sobre a questão de "como governar" e sobre "quem governa" são parte da discussão da política e dos limites ao governo para preservação de liberdades fundamentais. O texto da professora Lagi está em inglês.

Por fim, Zdzisław Wąsik, reitor sênior e professor da *Philological School of Higher Education*, em Wrocław, na Polônia, a partir de uma apresentação de conceitos de imagens do mundo, discutidos por correntes filosóficas, discorre sobre fenômeno e experiência das coisas do mundo e sobre a capacidade de interpretação e construção de mundos além das palavras, considerando o ser no mundo do sujeito em sua experiência de existência-no-mundo, termo inspirado no conceito de "ser-no-mundo" (MERLEAU-PONTY, 2015 [1945], p. 491). Após confrontação de teorias epistemológicas que versam sobre a complexidade do conhecimento científico do mundo e sua percepção fragmentada na cognição psicofisiológica, é destacada como contribuição para o tema a apresentação de métodos de pesquisa sobre o mundo vivido ao lidar com a ideologia da promessa ou ameaça feita por líderes de movimentos sociais que oferecem uma esperança por mundos melhores que não se apresentam atualmente, mas poderiam ser alcançados no futuro. Wąsik termina apontando propostas para abordar as relações entre mundo e realidade em sua ordenação hierárquica e sua modelagem semiótica. O texto está em inglês.

Passando aos artigos do dossiê, os professores de Comunicação Social Duílio Fabbri Jr, do Unisal e do UniAnchieta, e Fabiano Ormanez, do Metrocamp e do UniAnchieta e convidado da Extcamp-Unicamp, analisaram discursos durante o curtíssimo e polêmico período em que Luiz Henrique Mandetta esteve à frente do Ministério da Saúde em meio à pandemia do novo

coronavírus. As análises em “O discurso nos limites da obediência: enunciados que afagam ou abafam conflitos entre Mandetta e Bolsonaro na crise do coronavírus” permitiram aos autores discussões sobre democracia, autoritarismo e relações de poder que perpassam estratégias de desinformação.

Em “Crises econômicas, ascensão da extrema direita e a relativização dos direitos humanos”, a doutora em Ciência Política pela UFSCar, Alessandra Guimarães Soares; a mestranda em Relações Internacionais pela USP, Catharina Libório Ribeiro Simões e o doutorando em Direito Internacional Público pela USP, Thiago Giovani Romero, avaliam a relação existente entre as crises financeiras, a ascensão da extrema direita e a relativização dos Direitos Humanos, especialmente, dos grupos minoritários.

Natália Silva Giarola de Resende, doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Conrado Moreira Mendes, professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas, analisam em “Totalitarismo em *The Handmaid's Tale*: entre manipulação e programação” o primeiro episódio da série, sob o ponto de vista da sociossemiótica, para, então, promoverem uma discussão mais abrangente sobre o Estado totalitário.

“Representações do imigrante boliviano; questões enunciativas” traz as reflexões do professor do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Alexandre Marcelo Bueno, acerca da construção, pelos meios de comunicação, da imagem do imigrante boliviano no Brasil e destaca a importância da reivindicação, por grupos minoritários, do protagonismo em suas próprias representatividades. Dessa maneira, não permaneceriam à mercê da construção de suas imagens por grupos dominantes.

Professor de Teoria da Constituição e Direito Constitucional da PUC Minas, o doutorando em Direito pela UFMG, Fernando Caetano, faz, a partir de conceitos de subalternidade (SPIVAK, 2015 [1985]) e de marginalidade Quijano (1978), uma importante discussão sobre a efetiva universalidade que a ideia de *Sujeito de Direito* deveria assegurar aos indivíduos. Tal contrato é quebrado, segundo o pesquisador, pela desigualdade construída e perpetuada socialmente, reproduzindo “estruturas de dominação que marginalizam e subalternizam sujeitos”.

O artigo, escrito em inglês, “*An analysis on paradoxical gender equality+ policies and the violence in Brazil*”, do mestre em Relações Internacionais pela Goldsmiths, de Londres, Renan Souza, discute a extrema opressão à população LGBTQ+ no Brasil, país mais violento para esses indivíduos, e, também a violência contra as mulheres. Neste caso, os números permanecem alarmantes,

inserindo o país na lamentável quinta colocação mundial. O artigo aponta que “por mais que tenha havido avanços no Brasil, a ascensão de grupos conservadores e de ultradireita pode minar todo o progresso atingido nas últimas décadas, o que pode agravar ainda mais a problemática da violência de gênero no país”.

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS - FFLCH/USP), Mariana dos Santos Faciulli, debate o conceito de *novo terrorista* enquanto “uma construção política e epistêmica que se fundamenta sobre a produção histórica do *Outro* racial e serve de veículo à sua manutenção”. Seu artigo é intitulado “‘Eles querem quebrar a mesa’: terrorismo e diálogo”.

Elizabeth Christina de Andrade Lima e Isabelly Cristiany Chaves Lima, respectivamente, Professora Titular de Antropologia e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ambas da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG), tratam de narrativas que envolveram a campanha eleitoral à Presidência da República no ano de 2018, abordando a aproximação de temas em princípio opostos, como família, medo e ódio. Ao longo do trabalho, apresentam e questionam conceitos conservadores na pretensa nova política.

Pesquisador em nível de mestrado no Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral, da FFLCH USP, Renato Albuquerque de Oliveira parte de *Tristes Trópicos*, de Lévi-Strauss (2016 [1955]) e se inspira em uma discussão, presente na obra, no contexto de indivíduos da etnia *Nambiquara*, convidando à reflexão sobre um tema comum à nossa sociedade: o contrato político-veridictório.

César Santos, mestrando no Programa de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC), discute o esfacelamento das características de um Estado laico, como prevê a Constituição Federal. O pesquisador reflete sobre os efeitos de tal escolha a partir das mudanças orgânicas no Ministério das Relações Internacionais sob a orientação do Chanceler Ernesto Araújo. Nesse mesmo período, César Santos observa a quantidade de assassinatos de lideranças indígenas no Brasil causados, especialmente, pela ausência de demarcação das terras indígenas prevista na Constituição Federal de 1988. Para o autor, há uma urgente necessidade de construção de um paradigma indigenista na política externa brasileira.

Fechando a coletânea, temos a pesquisa “Populismo e *fake news* na era da pós-verdade: comparações entre Estados Unidos, Hungria e Brasil”, em que a doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCP/UFRGS), Ana Julia Bonzanini Bernardi,

e a mestranda em Ciência Política pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, Andressa Liegi Vieira Costa, investigam o uso de estratégias de desinformação e aspectos de cultura política nos três países escolhidos para a análise.

Esperamos que as leituras sejam aprazíveis e que possam inspirar o fortalecimento da ciência, paralelamente ao dos direitos universais que reforçam a pluralidade. Tais direitos nos são caros, muitos conquistados a preço de sangue, devendo permanecer irrevogáveis.

Fernando Moreira

Mestrando bolsista CNPq em Semiótica e linguística Geral pela Universidade de São Paulo (FFLCH USP), especialista em Relações Internacionais (UnB) e Finanças (UBS – B3), integrante do grupo de estudos semióticos LabOres USP e do corpo editorial da revista Estudos Semióticos (USP); facilitador na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7408859711434041>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8903-4415>. E-mail: emaildofernandomoreira@gmail.com.

Luciana Santana

Professora de Ciência Política da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com sanduíche/Capes-DGU na Universidade de Salamanca, Espanha. Coordenadora do Curso Ciências Sociais/Licenciatura na modalidade EaD (Ufal). Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/Ufal). Vice-presidente do Fórum da Área de Ciências Sociais da UAB. Líder do grupo de pesquisa: Instituições, Comportamento político e Democracia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7338438190459190>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0203-1594>. E-mail: lucianacfsantana@yahoo.com.br.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. **Tensão e Significação**. Trad. Ivã Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Humanitas: FFLCH/ USP, 2001 [1998].

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. **Semiótica das Paixões**: Dos estados de coisas aos estados de alma. São Paulo: Ática, 1993 [1991].

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 [1955].

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2015 [1945].

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Trad. Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade social. *In*: PEREIRA, L. (org.). **Populações marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SOUSA SANTOS, B. de. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. Campinas: Cortez, 1996.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?**. Trad. Regina Goulart Almeida *et al.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010 [1985].

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM A PROFA. DRA. DIANA LUZ PESSOA DE BARROS: A ESTRATÉGIA ENUNCIATIVA NOS DISCURSOS DE ÓDIO QUE MARCAM AMBIENTES POLÍTICOS E SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Fernando Moreira¹

Joyce Lopes²

RESUMO: Exponente da Semiótica de orientação francesa no Brasil, Diana Luz Pessoa de Barros analisa, nesta entrevista a Fernando Moreira e a Joyce Lopes, estratégias enunciativas da nova extrema direita que passaram a marcar os discursos políticos e sociais ao redor do mundo em demonstrações explícitas odiosas à alteridade.

PALAVRAS-CHAVE: Extrema direita. Bolsonarismo. Mounk. Diana Luz Pessoa de Barros. Bannon.

THE ENUNCIATIVE STRATEGY IN HATE SPEECHES THAT MARK CONTEMPORARY POLITICAL AND SOCIAL ENVIRONMENTS

ABSTRACT: *An exponent of French-oriented Semiotics in Brazil, Diana Luz Pessoa de Barros analyzes, in this interview by Fernando Moreira and Joyce Lopes, enunciative strategies from the new far-right wing that have come to mark political and social discourses around the world in explicit odious statements to the otherness.*

KEYWORDS: *Far-right wing. Bolsonarism. Mounk. Diana Luz Pessoa de Barros. Bannon.*

¹ Universidade de São Paulo (Usp), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP – Brasil. Bolsista CNPq. Mestrando em Semiótica e Linguística Geral. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8903-4415>. fernando_moreira@usp.br.

² Universidade de São Paulo (Usp), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP – Brasil. Bolsista CAPES. Doutoranda em Semiótica e Linguística Geral. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1348-6551>. joycednlopes@gmail.com.

Uma linguagem retórica, intensa e intensificada, amplificada ainda mais em ambientes que, por sua natureza, já expandem a agudez afiada da língua, como o é a internet, produzindo discursos de desqualificação do outro. As palavras da entrevistada desse dossiê parecem um desenho fidedigno do que se observa nos discursos políticos e sociais contemporâneos a que temos acesso, diante de revisionismos históricos e de ataques a explicações racionais, que buscam encontrar cientificidade como respostas à complexidade que nos rodeia. Nesse campo, entre outras estratégias de confusão informativa, encontram-se as *fake news*.

No escopo da proposta de indicar uma aproximação interdisciplinar possível e necessária entre os estudos da linguagem e as Ciências Sociais (GREIMAS, 1976), fazemos uso da relevante análise de uma das principais, se não a mais proeminente, pesquisadora brasileira do discurso na linha de estudos que provém da tradição francesa, também conhecida como *Semiótica Discursiva*, ou *greimasiana*. Diana Luz Pessoa de Barros³ é docente da Universidade de São Paulo e do Mackenzie, foi pupila, na França, dos autores mais festejados entre os estudantes do discurso, como o próprio Greimas e Roland Barthes. Seus estudos mais recentes tratam de discursos preconceituosos e intolerantes (BARROS, 2015a, 2015b). Pessoa de Barros nos mostra a riqueza analítica, também para um estudante das Ciências Sociais, de se conhecer estratégias linguísticas que caracterizam esses discursos, tornando pesquisas nesse campo interdisciplinar ainda mais coesas, visto que entre as bases de fundação da própria Semiótica estão as Ciências Sociais.

No que tangencia o campo político, o sujeito do discurso que faz uso de estratégias preconceituosas e intolerantes acaba encontrando, no cenário atual, identificação por parte de seu interlocutor, na medida em que seu *éthos* passa a ser o daquele que teve a coragem de “ir contra aquilo que não deveria ser tolerado socialmente”. Barros mostra que o jogo discursivo direciona um *saber* e um *poder* e, por fim, um *fazer*, desde que haja um sistema de valores comum entre *destinadores* e *destinatários* de determinada mensagem. Nesse jogo, a aceitação e a inclusão sociais só têm espaço quando há a valoração positiva da *mistura*, da heterogeneidade, da *alteridade* sociais, o que não ocorre quando se trata de discursos que valorizam o *discreto*, uma *pretensa pureza*, seja de raça ou de valores, ou a *triagem*, na terminologia de Claude Zilberberg (2004), a quem coube inaugurar os estudos tensivos no campo semiótico. Ter ciência desses jogos de

³ Diana Luz Pessoa de Barros é uma das mais importantes, quiçá a principal, estudiosa da Semiótica Discursiva no Brasil. Docente Universidade de São Paulo e Mackenzie. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5182-6767>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4742321400577426>.

coerções linguísticas é saber que a linguagem, como percebeu Barthes (1989 [1978]) em *Aula*, sempre será um projeto de poder.

1) Como estudiosa do discurso pela análise ferramental da chamada Semiótica discursiva, seus interesses recentes de pesquisa (BARROS, 2015a, 2015b) se voltam para os discursos preconceituosos e para os discursos intolerantes. Entende-se que possa haver um impacto no papel das trocas comunicacionais, influenciadas pelo perfil do suporte em que se produz um enunciado. A internet trouxe uma nova configuração de enunciação à sociedade pós-moderna, sendo apontada por muitos como a grande revolução do século XX (CASTELLS, 2000; LÉVY, 1993, 1999, 2001; QUÉAU, 1993). Em seu trabalho, como avalia o conteúdo dos discursos a partir de um suporte ou forma de expressão com potencial de produzir novos efeitos de sentido tão diferentes dos que reconhecíamos até então?

D.L.P.B. - Eu estava trabalhando em uma pesquisa, com bolsa CNPq, sobre intolerância discursiva, preconceito discursivo em geral, independentemente do tipo de discurso, do gênero discursivo. Ao trabalhar com isso, fui percebendo, cada vez mais, que boa parte dos textos que eu analisava era divulgada, criada, na internet. Com isso, resolvi pesquisar o papel que a internet tinha, como funcionava em relação à construção desses discursos intolerantes. Está mais do que claro que a internet não é a responsável pelo aparecimento dos discursos intolerantes, mas, devido às características do discurso na internet, de alguma forma, ela contribui para exacerbar essa intolerância, para produzir essas ondas de intolerância, de preconceito. Eu trabalhei, então, sobre a complexidade discursiva na internet (BARROS, 2015a). Nesse texto, a minha proposta é de que, em primeiro lugar, a internet se caracteriza, claramente, pela complexidade entre fala e escrita. A *complexidade* que estou usando é em sentido semiótico, quer dizer, a internet não é, ao mesmo tempo, fala e escrita, porque são dois contrários que não podem ser verdadeiros ao mesmo tempo, mas essa relação é do tipo que Zilberberg (2011 [2006]) vai chamar de *concessiva*, ou seja, o que caracteriza a internet é precisamente que: *embora a fala ... também a escrita*. Ou, *embora a escrita, também a fala*. O complexo que pode se formar não é causal. O discurso na internet é marcado por essa *complexidade concessiva*, que funciona como um *complexo desequilibrado*, na maior parte das vezes, porque ora você diria: *embora fala ... escrita*; ora você diria, para a internet, *embora escrita, fala*. Isto é, ora você desequilibra em favor da fala, ora em favor da escrita. Um exemplo: no aplicativo *WhatsApp* há um desequilíbrio em favor da fala, ainda que o

plano da expressão seja a escrita (em geral, pois há, também, as mensagens de voz). Desequilibra-se em favor da fala, visto que há todas as marcas da oralidade. Por outro lado, em mensagem por *e-mail*, desequilibra-se em favor da escrita. No jornal *online* há traços tanto de fala quanto de escrita. Tudo isso faz com que a internet seja formal e informal; passageira (como a fala) e duradoura (como a escrita), cria efeitos de sentido de aproximação e de distanciamento. Esse conjunto leva a duas características básicas do discurso na internet, a saber, o excesso de *tonicidade* (próprio da fala, da interatividade) e, ao mesmo tempo, o excesso de *extensão*, visto que na internet nada se apaga, além do alcance enorme que ela tem (características da escrita). Há, ainda, na internet, a complexidade entre as instâncias pública e privada, em que usuários tornam escolhas e usos individuais, leis públicas. Ao mesmo molde da fala e da escrita, podemos observar outra mistura: *embora público, privado; embora privado, público*, simultaneamente.

2) O uso de dados na internet se transformou em plataforma de construção de contratos de veridicção, ou seja, define, em muitos casos, o nível de confiabilidade que um enunciatário (interlocutor) irá depositar em um texto ou em um discurso. Esse potencial tem sido medido matematicamente e os *algoritmos* ditam conteúdos, formas etc. Há denúncias de uso político, como na eleição americana, a partir de colaboração russa em favor de Donald Trump contra Hillary Clinton (INVESTIGAÇÃO..., 2019) e, aqui no Brasil, por meio da chamada *patrulha virtual de Bolsonaro*, sob os auspícios de empresas brasileiras que contrataram uma agência espanhola para fazer disparos automáticos de mensagens (MELLO, 2019), contrariando a determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que apenas fontes oficiais de campanha podem contratar serviços de divulgação de candidatos e de que as ferramentas de automatização responsáveis por disparo em massa são proibidas, além de poder ser uma maneira de ocultar a contabilização de gastos de campanha acurada. Como a Semiótica pode contribuir para se pensar o mundo do discurso, a partir desses novos arranjos manipulativos?

D.L.P.B. - Embora a internet não seja a responsável por criar o preconceito e a intolerância, exacerba esses elementos no discurso e, por essa característica, é lógico que está sendo um instrumento político fundamental. Em *Cadernos de Estudos Linguísticos*, da Unicamp (BARROS, 2016), eu trabalhei com *o ator da enunciação excessivo*, tomando outros exemplos, como o caso do sujeito conhecido como *rei do camarote*, inclusive fora da internet, justamente para mostrar características desse enunciadador que usa um *discurso hiperbólico*, que se utiliza

de palavrões. É um tipo de discurso que, em geral, não se tornava um discurso público a não ser naqueles veículos muito sensacionalistas. Com a internet, quebrou-se essa separação entre público e privado. Todos esses discursos se tornaram públicos. Então, isso também se fez no jogo político. No estudo mencionado, analisei discursos de sujeitos que faziam apologia ao estupro, à homofobia, à misoginia, ao machismo, ao preconceito contra intelectuais de esquerda e de Humanidades em detrimento dos de outras áreas do conhecimento, como a Engenharia, cujo estereótipo é o da masculinidade *heteronormativa*. Há, nesses casos, traços do discurso intolerante, que acentuam ideias, intensificam-nas, por meio de estratégias linguístico-discursivas, retóricas, uso de muitas figuras, principalmente hipérboles, metáforas, metonímias, uso de generalizações como ataques do tipo: *toda mulher não presta*. O que nós temos visto no mundo político, principalmente, com as *fake news*, é isso: o uso de uma linguagem retoricamente intensa, intensificada, em um *lugar*, como a internet, que enrijece ainda mais esse discurso. As *fake news*, além de serem um discurso da mentira, são um discurso de desqualificação do outro, portanto, têm todas as características dos discursos preconceituosos e intolerantes.

3) O ultradireitista Steve Bannon, que foi estrategista de campanha de Donald Trump, em entrevista à repórter Patrícia Campos Mello do jornal *Folha de São Paulo* (MELLO, 2018), teceu dezenas de elogios ao presidente brasileiro e a seu filho, Eduardo. Chegou a comparar Bolsonaro, o pai, aos representantes da extrema direita Viktor Orban (primeiro-ministro da Hungria), a Trump, a Nigel Farage (líder pró-Brexit no Reino Unido). Disse, ainda, que “o populismo de centro-direita, conservador e nacionalista, é uma das tendências mais importantes do século XXI”.

Isso nos faz lembrar a recomendação de Sérgio Buarque de Holanda (2014 [1936], p. 36) de que em face de uma “falta de coesão em nossa vida social [...] erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem”. Didaticamente, é possível fazer uma ligeira análise semiótica desse jogo de manipulações discursivas?

D.L.P.B - Acredito que Bannon estivesse tentando justificar as estratégias de *fake news* dizendo que são para colocar em prática um tipo de situação política que ele considera boa. Isso, não há dúvida, foi feito de uma maneira sagaz e inteligente. Ele está justificando uma prática muito nociva que nós tivemos, que os Estados Unidos tiveram. Já a citação de Holanda, a meu ver, referia-se a outros tipos de valores tradicionais. Pode até ser pensada, de alguma maneira,

no contexto atual, contudo, essa atmosfera atual é tão extremada que, na minha avaliação, seria algo que Holanda nem poderia prever que ocorresse nos dias de hoje.

4) Em *O povo contra a democracia*: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la, Yascha Mounk (2019) observa que *democracia e liberalismo*; pilares de um sistema que parecia inquestionável e levaram Francis Fukuyama (1992) a teorizar o *Fim da História*, imaginando que avanços eram universais, irreversíveis e levariam o mundo a uma convergência econômica, social etc.; passaram por *revisionismos*. A característica dos populistas de direita que emergiram em todo o mundo, especialmente neste começo de século XXI, é de um grande *iliberismo*, mas democrático, ao que Mounk (2019, p. 30) chamou de “democracia sem direitos”. O pensamento se baseia na ideia de que direitos individuais e vontade popular nem sempre andam juntos, com base na observação de que há uma quebra de confiança na figura do político tradicional e de que os populistas são vistos pelo povo como líderes honestos “que partilhem da opinião pura das pessoas e esteja disposto a lutar em nome delas” e que “depois que esse líder honesto estiver no comando, precisa acabar com os obstáculos institucionais que o impeçam de cumprir a vontade do povo” (MOUNK, 2019, p. 23). Nesse contexto, os partidários sabem deliberadamente que “seu líder mente, dissemina mensagens de ódio e não passa de um bronco. Convencidos de que os políticos tradicionais nada têm a lhes oferecer, é precisamente isso que os atrai nele” (MOUNK, 2019, p. 12). Muitos países que optaram pela radicalização à direita mudaram Constituições, concedendo a líderes populistas poderes expandidos, restringindo liberdades políticas e civis da população e “embora na campanha não raro prometam erradicar a corrupção, os países que governam ficaram, em média, *mais corruptos*” (MOUNK, 2019, p. 11, grifo do autor). Como podemos avaliar essa complexidade de sentidos sob o ponto de vista de valores, do fazer manipulador do enunciador (aquele que diz em um discurso) e do fazer interpretativo do enunciatário (aquele a quem se dirige o discurso)? Seria prudente se pensar em uma *semiótica passional da ação maquiavélica*, a partir do termo *semiótica maquiavélica*, de Aldama (2019)?

D.L.P.B. - Há estratégias comuns nos discursos políticos, como as de aproximação e as de distanciamento, o que também tem a ver com o público que se pretende atingir. Já houve pesquisas comparadas sobre perfil do eleitorado, em que se percebeu que para o eleitorado de origem latina funciona melhor a estratégia de aproximação. Por outro lado, a de distanciamento, no contexto histórico

dessas pesquisas, foi mais adequada ao eleitorado anglo-saxão. Esse é um ponto que se refere, por exemplo, ao uso da terceira pessoa nos discursos direcionados a este público e, em primeira, para aquele. Estratégias de aproximação ou distanciamento acontecem com frequência. Uma questão diferente é a estratégia para criar identificação de valores no outro, o que é uma questão de interpretação, de veridicção, o que tenho usado em minha pesquisa em curso sobre os discursos mentirosos. Na Semiótica, há o destinador que propõe um *contrato veridictório* ao seu destinatário. Nessa proposição, apresenta-se algo que parece verdadeiro e se pretende que o destinatário interprete dessa maneira. Ou, de modo oposto, há a tentativa de mostrar que algo que parecia falso é verdadeiro. É uma espécie de jogo discursivo de convencimento. Interpretar é passar do *parecer*, ou do *não parecer*, ao *ser*, ou ao *não ser*. O destinatário interpreta de acordo com conhecimentos que tem, em crenças que tem, em emoções, sentimentos e na capacidade de persuasão do destinador. O que se nota, atualmente, é que essa interpretação tem ocorrido, principalmente, com base nas crenças e emoções e não com base nos saberes, somente no *crer* e no *sentir*. Quando se identifica o sentimento e a emoção do outro – e isso as máquinas também fazem hoje ao estabelecerem perfis com base em atividades dos usuários em ambientes virtuais, como nos sites e em aplicativos, além de coleta de dados de buscas por palavras-chave na internet – estabelece-se, com clareza, ao *destinador-manipulador*, qual o discurso ele deve usar para que o destinatário interprete como verdadeira a sua mensagem. É por isso que as *fake news*, por mais absurdas, são usadas de duas formas: parte das pessoas sabe que se trata de informações falsas, mas as dissemina para convencer outras pessoas, justamente porque essas outras acreditam que sejam verdadeiras. Isso ocorre simplesmente porque aquilo que se diz está de acordo com sentimentos e emoções do destinatário. Outra estratégia usada pelo destinador, que também acontece nesse tipo de política, é utilizar informações nas quais se sabe que o destinatário acredita, o que cria uma relação sensorial, emocional, sentimental entre ambos. A partir disso, introduzem-se outros elementos, nos quais esse interlocutor, provavelmente, não acreditava antes e vai passando a acreditar até que se possa dizer qualquer absurdo e haverá quem acredite.

5) Começamos com o mais atual, mas é necessário tentarmos avaliar um pouco da gênese de discursos políticos e sociais que circulam, atualmente, não apenas no Brasil. Há várias versões que justificam o retorno ao protagonismo de discursos conservadores. Algumas delas se apoiam em explicações econômicas, outras em raízes psicossociais. Sob o olhar semiótico, como podemos pensar nesse ressurgimento de defesas apaixonadas e incautas da pena de morte, do ódio

a grupos socialmente sufocados e silenciados por séculos, como negros, mulheres e homossexuais, em um contexto em que a tais grupos se começava a oferecer o que lhes era de direito: lugares possíveis de existência cidadã? Em sua avaliação, podemos chamar tais discursos de intolerantes? Para a discussão, apresentamos algumas reflexões do filósofo André Comte-Sponville (2000 [1995], p. 177) que afirma: “uma tolerância infinita seria o fim da tolerância”. Não deixamos, contudo, de considerar níveis de gradações nessa afirmação propostas pelo próprio autor, ao problematizar que uma sociedade democrática que banisse “todos os partidos não democráticos seria muito pouco democrática, assim como uma democracia que os deixasse fazer tudo [...] seria democrática demais, ou antes, mal democrática demais” (COMTE-SPONVILLE, 2000 [1995], p. 177).

D.L.P.B. - Penso que temos de opor discursos intolerantes não aos tolerantes, embora chegar à tolerância muitas vezes já represente um ganho, mas é preciso opor os discursos intolerantes aos de aceitação e inclusão social. O discurso da direita não é obrigatoriamente intolerante, preconceituoso, contudo, o discurso da extrema direita, hoje no Brasil, é o que eu chamo de discurso intolerante: considera que certas pessoas não cumpriram certos *contratos sociais*, como heterossexualidade, religião etc., portanto, devem ser temidos, odiados e punidos. Os discursos intolerantes são os do ódio e os do medo e são sempre passionais: ódio a quem se considera que não cumpriu os contratos sociais e medo do diferente. Na nossa sociedade, o medo e o ódio não são paixões valorizadas ou moralizadas positivamente. Em geral, são moralizadas negativamente, já o amor e a coragem são valorizados positivamente em nossa sociedade. Dessa maneira, uma pergunta que eu me fazia é a respeito do porquê de haver discursos políticos que usam a intolerância como plataforma. Quem trabalha em outros campos, com o da tolerância e não o da linguagem, mas serve para a gente, percebeu que discursos intolerantes ocorrem quando seus destinadores acreditam existir algo que não possa ser tolerado, que deva ser combatido. Seriam, segundo essa lógica, intolerantes ao que não pode ser tolerado. Sob essa visão, homossexuais não deveriam ser tolerados por prejudicarem a “boa família brasileira”, não se poderia tolerar o negro porque isso impediria um *pretensso* branqueamento da nossa sociedade. O político que faz uso de discursos dessa natureza como estratégia passa a ser visto como aquele que teve a coragem, não permanecendo na instância do medo, de ir contra o que não deveria ser tolerado socialmente e é isso que tem ocorrido. Zilberberg (2004) fala, em seu texto sobre a mestiçagem, em *melhoriação* e *pejoração*. Só há aceitação quando se considera que o diferente faz melhorar a sociedade, quando isso passa fazer parte de um sistema de valores

para os indivíduos. Ter uma sociedade em que se misturam heterossexuais e homossexuais, negros, brancos, amarelos, cor-de-rosa, não importa, é um ganho. A diversidade passa a ser um ganho. Só nessa hora se tem a aceitação.

6) Prospectivamente, poderíamos aventar a possibilidade de um maior equilíbrio entre enunciadore, a depender de resultados desses embates enunciativos contemporâneos, ou, em sua avaliação há apenas expectativa de retrocessos?

D.L.P.B. – Eu espero que a gente volte a ser uma sociedade melhor, mas eu penso que as perdas estão sendo muito grandes e que, a nós, vai nos custar muito.

REFERÊNCIAS

ALONSO ALDAMA, J. As transparências enganam. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v.15, n.1, p. 152–161, 2019. Dossiê temático “Discursos políticos na contemporaneidade: desafios teóricos e analíticos”. Editores convidados: Oriana N. Fulaneti e Alexandre Marcelo Bueno. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/160195>. Acesso em: 5 nov. 2019.

BARROS, D. L. P. de. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 58, p. 7-24, 2016.

BARROS, D. L. P. de. A complexidade discursiva na internet. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, Araraquara, v.13, n.2, p. 13-31, 2015a. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/8028>. Acesso em: 3 jul. 2020.

BARROS, D. L. P. de. Dominação, trapaça e conhecimento pela linguagem. **Revista da ABRALIN**, Curitiba, v.14, n.2, p. 53-71, 2015b. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/42549>. Acesso em: 3 jul. 2020.

BARTHES, R. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1989 [1978].

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.1.

COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1995].

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GREIMAS, A. J. **Semiótica e Ciências Sociais**. Trad. Álvaro Lorencini e Sandra Nitrini. São Paulo: Cultrix, 1976.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1936].

INVESTIGAÇÃO de republicanos revela que Rússia ajudou Trump em 2016. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 08 out. 2019. Internacional. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/10/08/interna_internacional,1091243/investigacao-de-republicanos-revela-que-russia-ajudou-trump-em-2016.shtml. Acesso em: 02 nov. 2019.

LÉVY, P. **A conexão planetária**: o mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed.34, 1999.

LÉVY, P. **As tecnologias da Inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MELLO, P. C. Empresas contratam disparos pró-Bolsonaro no WhatsApp, diz espanhol. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2019. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/empresas-contrataram-disparos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-diz-espanhol.shtml>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MELLO, P. C. Capitalismo esclarecido e populismo de Bolsonaro aproximarão o Brasil dos EUA, diz Steve Bannon. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 2018. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/capitalismo-esclarecido-e-populismo-de-bolsonaro-aproximara-o-brasil-dos-eua-diz-steve-bannon.shtml>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Trad. Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

QUÉAU, P. **O tempo do virtual em Imagem Máquina**: a era das tecnologias do virtual. Org. André Parente. São Paulo: Ed.34, 1993.

ZILBERBERG, C. **Elementos de Semiótica Tensiva**. Trad. Ivá Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011 [2006].

ZILBERBERG, C. As condições semióticas da mestiçagem. Trad. Luiz Tatit e Ivá Carlos Lopes. In: CAÑIZAL, E. P.; CAETANO, K. E. (org.). **O olhar à deriva**: mídia, significação e cultura. São Paulo: Annablume, 2004. p. 69-101.

COLABORAÇÃO ESPECIAL

UNE INQUIÉTANTE FRACTURE DISCURSIVE

Dominique Maingueneau¹

RÉSUMÉ: On voit se développer des phénomènes qu'on désigne diversement : « montée du populisme », « mouvements antisystèmes », etc. Ce n'est pas seulement une fracture sociale, mais aussi une fracture « discursive ». Les « populistes » pensent qu'on leur refuse l'accès aux lieux où s'énoncent les paroles qui ont le plus de poids en termes d'audience et d'autorité morale, qu'une élite de privilégiés et/ou de minorités coupée de la société « réelle » a le monopole de la parole légitime. Cette fracture discursive est rendue possible par les réseaux sociaux, où ceux qui se pensent exclus s'expriment abondamment. Mais il existe une asymétrie fondamentale entre leurs énoncés et ceux des « élites », qui justifient leur statut en respectant un certain nombre de normes cognitives et linguistiques. C'est une dangereuse situation d'« interincompréhension » où chacun des deux adversaires se légitime par l'autre. L'analyste du discours ne peut pas se contenter de montrer les déficiences des énoncés « populistes » ; il doit réfléchir sur la fracture discursive elle-même. Mais traiter le discours des élites comme du discours ne doit pas signifier valider le point de vue « populiste ».

MOTS-CLÉS : Fracture discursive. Mouvements antisystèmes. Montée du populisme. Bolsonaro. Trump. Réseaux sociaux.

UMA FRATURA DISCURSIVA PREOCUPANTE

RESUMO: Acompanhamos o desenvolvimento de fenômenos que designamos de várias maneiras: “ascensão do populismo”, “movimentos antissistema” etc. Não se trata, apenas, de uma fratura social, mas, também, de uma fratura discursiva. Os populistas consideram que a eles foi impedido o acesso ao lugar de fala nos ambientes em que há maior audiência ou

¹ Universidade Paris IV-Sorbonne, Departamento de Língua Francesa, Paris – França. Professor de Linguística. Orcid : <http://orcid.org/0000-0001-8907-218X>. dominique.maingueneau@sorbonne-universite.fr.

autoridade moral / credibilidade, que uma elite de privilegiados e / ou minorias distanciadas da sociedade “real” têm o monopólio da legitimidade da fala. Essa fratura discursiva se tornou possível por meio das redes sociais, em que aqueles que se sentem excluídos podem falar o que querem. Existe, contudo, uma assimetria fundamental entre esses discursos e os das “elites”, as quais justificam seu estatuto respeitando um certo número de normas cognitivas e linguísticas. É uma perigosa situação de “interincompreensão”, em que cada um dos dois adversários se legitima pelo outro. O analista do discurso, portanto, não pode se contentar em mostrar as deficiências dos discursos “populistas”; ele deve refletir sobre a própria fratura discursiva. Tratar a fala “populista” como discurso, contudo, não deve significar a validação de seu ponto de vista.

PALAVRAS-CHAVE: *Fratura discursiva. Movimentos antissistema. Ascensão do populismo. Bolsonaro. Trump. Redes sociais.*

A WORRYING DISCURSIVE FRACTURE

ABSTRACT: *We face the development of a variously designated phenomena: “rise of populism”, “anti-system movements”, etc. It is not only a social fracture, but also a “discursive” one. The populists think that they have been denied from accessing the right to the speech in environments in which there is a greater audience or moral authority / credibility, that an elite of privileged and / or minorities separated from “real” society have a monopoly on the legitimacy of speech. This discursive fracture is possible by social networks, in which those who think they are excluded express themselves abundantly. But there is a fundamental asymmetry between their statements and those of the “elites”, which justify their status by respecting a certain number of cognitive and linguistic norms. It is a dangerous situation of “interincomprehension” in which each of the two adversaries legitimizes itself by the other. Discourse analysts cannot be content with showing the deficiencies of “populist” statements; they must reflect on the discursive fracture itself. But treating the speech of the elites as discourse must not mean validating the “populist” point of view.*

KEYWORDS: *Discursive fracture. Antisystem movements. Rise of populism. Bolsonaro. Trump. Social network.*

Depuis un certain nombre d’années on voit se développer dans de nombreux pays des phénomènes qu’on désigne de diverses manières : « montée du populisme », « affaiblissement des grands partis », « crise de la représentation »,

« rejet des élites », « mouvements antisystèmes », etc. La diversité de ces dénominations témoigne de la perplexité dans laquelle se trouvent les spécialistes, chacun mettant l'accent sur telle ou telle facette de phénomènes qu'il est très difficile de cerner. Le problème est qu'il ne s'agit pas seulement d'agitations à la périphérie des fonctionnements politiques classiques, mais que cela a permis ou risque de permettre à certaines personnalités inquiétantes d'accéder au pouvoir.

Face à cela, les analystes du discours ont spontanément une réaction de rejet. Parce que de tels phénomènes vont à l'encontre des convictions personnelles de la grande majorité d'entre eux ; mais aussi parce que la pratique même des sciences sociales s'oppose aux catégorisations et aux raisonnements simplistes, à la désignation de boucs émissaires, à la diffusion de fausses rumeurs, à la révélation de complots, à l'expression de la haine..., bref à tout ce qu'ils jugent caractéristique de ces discours. Quand ils en font un objet d'étude, ils nourrissent l'espoir que leurs recherches, portées par une volonté critique, vont contribuer à les discréditer. À vrai dire, cette entreprise ne peut que réussir : il n'est pas difficile de mettre au jour dans ces corpus une multitude de déviations cognitives ou morales, qui contrastent avec le sérieux des méthodes qui les analysent. Même si c'est à travers des concepts et des procédures beaucoup plus élaborés, les analystes du discours procèdent de la même manière que les journaux destinés aux élites qui dans le monde entier s'attachent à corriger systématiquement les *fake news*, à dissiper ce qu'ils considèrent comme des approximations ou des mensonges au service de forces négatives : haine, ethnocentrisme, fanatisme, machisme...

Pour exercer pleinement une fonction critique, l'analyse du discours doit être à la mesure des objets qu'elle étudie, éviter de leur appliquer des catégories et des procédures qui ont été conçus pour des corpus d'un type différent. Les objets que nous étudions sont inscrits dans l'histoire et nous ne pouvons jamais être assurés a priori que la boîte à outils dont nous disposons est pertinente partout et en tous temps. Une des caractéristiques du monde actuel est la globalisation associée à la transformation brutale et généralisée des technologies de la communication. Pour un analyste du discours cela ne peut qu'avoir des incidences profondes sur le discours et la nature des acteurs politiques. On sait par exemple que les réseaux sociaux sont un terrain privilégié de manipulation de l'opinion par divers types d'agents ou que certains gouvernants utilisent Twitter pour communiquer directement avec les citoyens, mettant ainsi hors jeu les médiateurs institutionnels. Cela implique que les analystes du discours adaptent leur outillage en conséquence s'ils ne veulent pas passer à côté de leur objet.

En matière d'analyse du discours politique la recherche vise traditionnellement à comparer les discours de groupes qui occupent une position bien définie

dans le champ politique ; or les phénomènes qui nous intéressent ici semblent résister à cette logique de positionnement classique, structurée par des partis qui sont en compétition pour emporter l'adhésion d'électeurs. Certes, cette logique continue à fonctionner, mais elle est minée et fragilisée par ce que j'appellerai une « fracture discursive ». Non pas une fracture à l'intérieur d'un discours, mais de l'espace public lui-même, fissuré par la divergence entre deux régimes hétéronomes du discours. Cette fracture est sans doute liée à la globalisation et aux transformations des modes de communication, mais elle s'explique aussi par d'autres facteurs, qui interagissent avec les deux premiers.

Les « Gilets jaunes » français ne sont pas les électeurs de J. Bolsonaro ou de D. Trump, mais beaucoup d'entre eux partagent quelque chose qui ne peut manquer d'attirer l'attention des analystes du discours : ils ne dénoncent pas seulement les privilèges, la corruption, le mépris ou l'indifférence des élites à leur égard, etc., comme il est de tradition dans les mouvements dits « populistes », mais ils contestent *une certaine distribution du discours* qui leur refuse l'accès à ce qu'on peut appeler la « Sphère autorisée », c'est-à-dire les lieux où s'énoncent les paroles qui ont le plus de poids, qui comptent en termes d'audience et d'autorité morale : d'une part les stations de radio, les chaînes de télévision, les journaux et les magazines les plus importants, ainsi que les sites web qui leur sont liés, d'autre part les institutions officielles (politique, justice, éducation...). Cette Sphère est perçue comme étant au service d'une élite de privilégiés et/ou de minorités coupée de la société « réelle » qui se seraient illégitimement approprié le pouvoir de décider ce qu'il est permis et ce qu'il est interdit de dire, disqualifiant ainsi les hommes et les femmes « de bon sens », « ordinaires », les « petites gens »... On ne leur donne pas la parole ou, quand on le fait, ils sont présentés comme des déviants et traités comme tels.

Ici intervient la question du « politiquement correct ». Cette police du langage n'est activement soutenue que par très peu de gens, mais pour ceux qui dénoncent les élites elle constitue la version la plus radicale de cette police du discours qui disqualifie leurs paroles. Le politiquement correct présente trois caractéristiques intéressantes : 1) ce n'est pas une doctrine politique, même s'il s'appuie indirectement sur certaines forces politiques ; il est plutôt lié à une multitude d'organisations très diverses : féministes, homosexuelles, antiracistes, écologistes, antialcooliques, anticolonialistes... ; 2) il a une teneur essentiellement morale ; autrement dit, ceux qui s'y opposent sont appréhendés beaucoup moins comme des adversaires politiques que comme des hommes ou des femmes à l'éthique déviante ; 3) il s'efforce de contrôler le langage, à deux niveaux : celui du système de la langue, et celui du discours. Les militants les plus convaincus

entendent transformer la langue elle-même (en particulier certains aspects de la morphologie, du lexique et de l'orthographe), tandis que d'autres, beaucoup plus nombreux, s'efforcent seulement, quand ils parlent, de ne pas dévier d'une orthodoxie implicite, d'éviter ce qui (des mots, des thèmes, des points de vue, des argumentations...) pourrait susciter un lynchage médiatique, les mettre en marge de la communauté morale à laquelle ils pensent devoir appartenir pour parler avec autorité. Cette attitude présuppose que la parole doit être régie par des normes intellectuelles et des valeurs supérieures, et que ceux qui les rejettent énoncent des paroles en quelque sorte sauvages, à la fois intellectuellement déficientes et au service d'intérêts égoïstes.

La fracture discursive s'organise autour d'une opposition élémentaire et fortement axiologisée entre le Haut et le Bas. Mais la valeur qui est conférée à ce Haut et ce Bas n'est pas la même dans les deux cas. Pour les uns, la position haute tient à la supériorité morale et intellectuelle des valeurs dont ils se réclament, à leur effort pour résister à des forces venues d'en bas ; pour les autres, la parole vraie est au contraire celle d'en bas, du peuple, et la position haute que revendiquent ceux qui les disqualifient est une oppression illégitime, un déni de démocratie.

On se heurte alors à une difficulté : comment désigner les locuteurs de l'un et l'autre régime sans adopter le point de vue de l'un d'eux ? La solution la plus commode consiste à utiliser des dénominations distinctes, selon qu'on se place dans un camp ou dans l'autre.

Point de vue et type de « locuteurs »

	Évalué positivement	Évalué négativement
Point de vue-M (Moral)	Locuteur-M (Moral)	Locuteur-IM (Immoral)
Point de vue-P (Populaire)	Locuteur-P (Populaire)	Locuteur-EG (Elites globalisées)

Source: Propre organisation.

J'ai distingué ici quatre types de « locuteurs », et non de personnes, d'acteurs ou d'individus. Il est permis de penser – même si cela complique considérablement les choses – que la fracture discursive passe à l'intérieur même d'un certain nombre d'individus qui alimentent, en fonction des situations de parole, les deux régimes, probablement sans trop s'en rendre compte. Seule une minorité défend en toutes circonstances le même point de vue.

Le terme « Elites » dans « Elites globalisées » n'a pas la valeur positive qu'il possède habituellement ; il désigne de manière instable, selon les circonstances,

plutôt des individus plus riches et plus instruits, ou plutôt diverses minorités, représentées par un vaste réseau d'associations ; mais bien souvent ces deux aspects se mêlent confusément chez les locuteurs-P. L'ajout de « globalisé » permet de souligner une facette importante de la divergence entre les deux points de vue : le sentiment qu'ont les locuteurs-P que ceux qui les rejettent appartiennent à un monde sans frontières, une sorte d'internationale pour laquelle les ancrages locaux seraient des obstacles à la promotion de valeurs humanistes. Dans une société où les médias jouent un rôle clé, la fracture discursive engendre chez ceux qui se voient en victimes un puissant ressentiment, qui ouvre aussi, comme on va le voir, un espace immense à l'exercice d'une parole protestataire à travers d'autres canaux.

Je propose de jeter un œil sur un texte qui me paraît révélateur de cette fracture discursive. Il s'agit d'un entretien (8 septembre 2018) avec une chercheuse nord-américaine, auteure d'un livre critique sur Trump. Il a été publié sur le site brésilien du journal espagnol *El Pais*, vraisemblablement parce qu'indirectement il concerne aussi Bolsonaro, qui à ce moment était candidat à la présidence du Brésil. Le titre de l'article, significativement, associe « débat démocratique » et « politiquement correct » pour les opposer à la « rhétorique » dangereuse des locuteurs-IM. L'emploi péjoratif de « rhétorique » est révélateur : il existe un bon usage du langage (« le débat démocratique ») et un usage déviant, « rhétorique », celui des locuteurs-IM, qui ressortir à la tromperie et à la manipulation.

Figure 1 – El País.



Source : El País²

Le site web où figure ce texte est celui d'*El País*, qui se présente comme « el periodico global », publié en diverses langues. De fait, un tel entretien annule la frontière entre trois espaces (l'Espagne, les USA, le Brésil) ; il est présupposé qu'en tous lieux les élites partagent le même souci de défendre les valeurs « démocratiques ». Le choix de l'universitaire interviewée n'est pas indifférent non plus : une post-doctorante nord-américaine au croisement de l'étude des textes, du féminisme et de l'antiracisme, dont la recherche, de l'université de Cambridge (Angleterre) à celles de Yale et de Harvard (U.S.A.), participe des « gender studies », de la théorie littéraire, des « media studies », de la philosophie poststructuraliste, c'est-à-dire de l'interdiscours diffus qui sert d'appui, direct ou indirect, au politiquement correct³.

La convergence *a priori* des points de vue du journal *El País* et de la jeune chercheuse explique la manière dont se déroule l'interaction. Le journaliste ne discute pas les idées de M. Weigel, il pose des questions brèves destinées à éclairer sa pensée. Au début de l'entretien celle-ci met obliquement en évidence la fracture discursive, en évoquant le rôle « fondamental » que joue chez Trump un usage « ultrajante » du langage :

² Voir : https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/20/politica/1534788456_384604.html. Consulté le 20 mars 2020.

³ Son profil se trouve à l'adresse <http://harvard.academia.edu/MoiraWeigel>. Consulté le 1/2/2020.

[...] a pesquisadora de Harvard detalha como a linguagem é parte fundamental da conexão que Trump estabeleceu com seus seguidores. O mandatário americano, diz Weigel, recebe apoios justamente por dizer coisas “ultrajantes”, consideradas inapropriadas pelas convenções que estabelecem os limites do debate público. Cria empatia com parte expressiva da população porque “diz o que pensa” e por denunciar uma suposta conspiração de liberais com a imprensa, que teria o escuso objetivo de controlar inclusive as palavras que as pessoas comuns usam (WEIGEL, 2018, en ligne).

Cela permet au journaliste d'établir un lien avec Bolsonaro :

Não escapa a um brasileiro que leia o texto de Weigel a memória das explosivas declarações de Jair Bolsonaro, candidato à presidência da República (WEIGEL, 2018, en ligne).

M. Weigel propose une explication du phénomène :

Então, muito da dinâmica social ao redor do *politicamente correto* tem a ver com vergonha. Se você olha para os Estados Unidos, um país extremamente segregado racialmente, há muitas pessoas brancas, e que estão com sérias dificuldades financeiras, que ligam a tevê e veem uma pessoa rica dizendo que o jeito que elas falam é racista. E que elas deveriam aprender a falar como alguém que foi à universidade. Isso cria um sentido real de exclusão política e econômica, que se identifica com a narrativa do *antipoliticamente correto*. Então eu acho que a linguagem do Trump faz com que essas pessoas sintam menos vergonha do que elas dizem, porque ele próprio não tem nenhum pudor quando fala (WEIGEL, 2018, en ligne).

L'argumentation suit un schéma classique en sciences sociales, qui implique chez l'analyste une supériorité la fois morale et épistémique. Les dénonciateurs du politiquement correct seraient des « personnes blanches » habitées par une force négative, en l'occurrence le « racisme » ; mais la cause, en dernière instance, serait économique : « sérias dificuldades financeiras » engendrées par une « crise global do capitalismo ». En filigrane, on retrouve l'*exemplum* privilégié d'un grand nombre d'argumentations sur le même thème, celui de l'Allemagne des années 1930 («ressurgimento desses movimentos de extrema direita»), où la

crise économique a accru le racisme antisémite, affaibli la démocratie et favorisé l'arrivée des nazis au pouvoir.

E em meio à crise global do capitalismo que estamos vivendo, nós estamos vendo o ressurgimento desses movimentos de extrema direita e o aumento da sua popularidade porque eles falam para um público que sente ter sido excluído da história do progresso que deveria ter começado depois do fim da Guerra Fria (WEIGEL, 2018, en ligne).

Le problème est de savoir si cette analyse traditionnelle est suffisante, en d'autres termes si l'histoire se répète, d'une crise du capitalisme à l'autre. En réalité, les propos de M. Weigel ouvrent aussi la possibilité d'une lecture en termes de fracture discursive, comme le montre le passage cité plus haut :

[...] ligam a tevê e veem uma pessoa rica dizendo que o jeito que elas falam é racista. E que elas deveriam aprender a falar como alguém que foi à universidade. Isso cria um sentido real de exclusão política e econômica, que se identifica com a narrativa do *antipoliticamente correto* (WEIGEL, 2018, en ligne).

L'analyste, locutrice-M, cherche ici à restituer le point de vue-P, mais évidemment sans questionner la position de surplomb qu'implique son énonciation, celle que dénoncent précisément les locuteurs-P. C'est en se connectant à la Sphère autorisée (sous la forme de la télévision) que les locuteurs-IM entendraient dire par « un riche » (pour eux un locuteur-EG) que « o jeito que elas falam é racista » et que leur tort est de ne pas « falar como alguém que foi à universidade » (on notera l'instabilité, que nous avons évoquée plus haut, dans la caractérisation des élites : elle mêle richesse et niveau d'instruction). Cette conviction des locuteurs-IM est renvoyée par la chercheuse américaine à un « récit » sans fondement dans lequel certaines catégories de professionnels du langage (« professores », « imprensa ») exclueraient les « pessoas comuns », en bas.

[...] essa narrativa passa uma ideia de que existe um pequeno grupo, formado por professores e pela própria imprensa, que está forçando essas mudanças de cima para baixo, às custas das 'pessoas comuns' (WEIGEL, 2018, en ligne).

Cette disqualification des propos des locuteurs-IM est validée de manière performative par l'éthos de compétence qui ressort de l'analyse de leur comportement. La locutrice qui défend le point de vue-M montre qu'elle est capable d'expliquer à l'aide de schèmes issus des sciences sociales les erreurs dont sont coupables les locuteurs-IM, d'expliquer précisément pourquoi ils sont devenus des locuteurs-IM. Ces derniers apparaissent comme des sujets qui ne sont pas conscients des mécanismes qui les amènent à dévier moralement et intellectuellement, ils n'ont pas cette distance qui leur permettrait de comprendre que ceux qu'ils considèrent à tort comme des « riches » ou des « professeurs » qui les méprisent défendent en réalité les valeurs démocratiques universelles et éprouvent en fait de la compassion pour eux, puisque le vrai coupable est « a crise global do capitalismo ».

On se trouve ainsi devant un système où chacun des deux termes se légitime par l'autre. Les locuteurs-M dénoncent ce qu'ils considèrent comme un usage immoral et cognitivement déficient du discours ; pour défendre les valeurs de démocratie, d'ouverture, de respect d'autrui, etc., pour préserver la frontière qui nous sépare de forces obscures et menaçantes, il leur paraît vital d'analyser et de dénoncer les propos qu'ils jugent haineux et intellectuellement indigents. Les énoncés des locuteurs-P sont des objets d'analyse, et leurs auteurs ne sont malheureusement pas des gens avec qui il est possible de débattre en se conformant à des normes intellectuelles et morales.

Le problème est que les locuteurs-P voient dans leur condamnation et l'analyse de leurs énoncés une preuve de plus qu'ils sont exclus, incompris et méprisés par une minorité de privilégiés globalisée qui, pensant incarner le Bien, parlent avec autorité mais ignorent le vécu, les expériences, les difficultés des gens « de bon sens », du « peuple », des « travailleurs », des « sans voix »... enracinés dans des cultures locales. Plus les locuteurs les plus légitimes de la Sphère autorisée, et parmi eux les chercheurs en sciences sociales, démontent et dénoncent les énoncés des locuteurs-P, plus ces derniers se sentent justifiés de rejeter ceux qui les rejettent et de jeter le discrédit sur l'ensemble des discours d'autorité.

On retrouve ici une manifestation de l'« interincompréhension » polémique (MAINGUENEAU, 1984) où chacun des adversaires traduit les énoncés de l'autre dans ses propres catégories. Il existe néanmoins une différence importante entre les polémiques classiques et cette situation de fracture discursive. Une polémique politique, littéraire, religieuse... oppose des adversaires qui partagent le même espace, le même régime de discours : les statuts des adversaires sont comparables et leurs productions textuelles aussi. Or la fracture discursive repose précisément sur une asymétrie entre d'une part des énonciations et des

énonciateurs qui pensent que leur légitimité tient au fait qu'ils se soumettent à des normes intellectuelles, morales et textuelles adossées à des institutions sources d'autorité, et d'autre part des énonciateurs et des énonciations associés à des espace de faible légitimité, surtout les réseaux sociaux, où s'expriment des agrégats d'énonciateurs anonymes. Certes, il existe aussi dans la Sphère autorisée des locuteurs qui ne se conforment pas au point de vue- M, mais ils énoncent surtout dans des lieux périphériques et sont présentés par les locuteurs-P comme suspects : l'intérêt que suscitent parfois leurs propos auprès d'un vaste public est interprété comme la preuve qu'ils flattent les mauvais instincts de la multitude.

Ce n'est pas sans raison que je viens d'évoquer les réseaux sociaux ; les nouvelles technologies de la communication jouent en effet un rôle essentiel dans cette asymétrie qui fonde la fracture discursive. Les locuteurs-P considèrent que s'ils investissent ces réseaux sociaux, c'est parce que la Sphère autorisée, contrôlée par les locuteurs-EG, leur est interdite. Pour les locuteurs-M, en revanche, c'est parce qu'ils sont dans l'incapacité de se soumettre aux normes intellectuelles et éthiques du « débat démocratique » que les locuteurs-P investissent les zones obscures de la communication digitale pour exprimer sans retenue leurs affects et répandre de fausses rumeurs.

Plutôt que de dire que les locuteurs-P « expriment » leurs idées en « utilisant » certaines possibilités que leur offre la communication digitale, il vaut mieux considérer – conformément aux présupposés de l'analyse du discours – que les Sujets parlants sont indissociables des « moyens » de communication, autrement dit que ce ne sont pas des « moyens » : il n'existe pas d'une part des Sujets pleins, porteurs d'idées à exprimer, et d'autre part des instruments de communication pour les véhiculer. Les Sujets se construisent à travers les ressources qu'offrent les dispositifs d'énonciation disponibles en un lieu et à un moment donnés.

L'une des figures les plus connues des « Gilets jaunes », Jérôme Rodrigues, a été blessé par un projectile de la police lors d'une manifestation, pendant qu'il diffusait en direct sur sa page Facebook.

Alors qu'il diffusait en direct des images de la fin du défilé à Paris, il a reçu un projectile. L'IGPN⁴ est saisie. C'est une vidéo impressionnante. Un gilet jaune qui participait ce samedi à la manifestation organisée à Paris entre le cours de Vincennes et la place de la Bastille a été atteint en plein visage par un projectile, alors même qu'il était en train de diffuser

⁴ Il s'agit des services de police qui enquêtent sur la police.

en direct sur Facebook des images des tensions entre les forces de l'ordre et les manifestants en fin de journée. Diffusée sur le compte Facebook de cet homme nommé Jérôme Rodrigues, la vidéo dure plus de onze minutes (RODRIGUES, 2019, en ligne).⁵

J. Rodrigues opère ici à la jointure entre deux espaces : d'une part celui de la manifestation à laquelle il participe, d'autre part l'espace sans bords des réseaux sociaux. Il n'a pas le statut d'un médiateur, d'un professionnel de l'information : il alimente directement sa page Facebook, sans filtre institutionnel. Sa vidéo se donne comme la « réalité », celle des gens « réels », « d'en bas », réprimés par des forces qui obéissent à des ordres venus d'en haut.

Les possibilités qu'offrent aux locuteurs-P les nouvelles technologies de la communication ne se limitent pas aux réseaux sociaux. Ils peuvent investir bien d'autres espaces. Par exemple les « commentaires » que les sites d'information permettent aux internautes de déposer en nombre illimité à la suite d'un article. Ce dispositif diffère considérablement de celui qui prévalait il y a encore quelques années dans la presse écrite, la radio et la télévision, où la parole du journaliste était sans appel : ils ne pouvaient pas publier leurs évaluations à côté des articles qu'ils lisaient.

Les textes publiés sur un site d'information relèvent de genres normés. Ils sont écrits par des journalistes et placés sous la responsabilité du directeur de la rédaction. Ils se conforment en outre à un positionnement déterminé dans le champ de la presse : positionnement professionnel (presse régionale ou nationale, spécialisée ou généraliste, etc.) et positionnement politique. Alors que les articles doivent poser un thème en se conformant à des normes de cohésion et de cohérence, les commentaires peuvent facilement devenir un espace de défolement. Ils s'appuient seulement sur une relation prédicative au sens large : « je dis X à propos du texte Y ». En outre, ils sont faiblement contraints : les affects s'expriment sans contrôle (on y trouve en particulier beaucoup de propos agressifs, voire injurieux) et les locuteurs ne se croient pas obligés d'élaborer des énoncés structurés, ni même de respecter l'orthographe ou la ponctuation. Ils ne sont pas soumis non plus aux contraintes qui s'imposent aux rédacteurs professionnels quant au référencement de leur texte par les moteurs de recherche, au choix de titres, d'intertitres, d'hyperliens. Cette divergence entre article et commentaires est étroitement liée à l'identité de leur source énonciative : ceux qui déposent des commentaires, à la différence des auteurs des articles, dotés d'un nom propre,

⁵ Disponible sur : <https://www.midilibre.fr/2019/01/26/jerome-rodrigues-figure-des-gilets-jaunes-gravement-blessa-loeil,7977404.php>. Consulté le 23 mars 2020.

forment des agrégats instables et éphémères de pseudonymes qui n'ont pas à répondre de ce qu'ils disent.

Dans un tel dispositif, la supériorité de la parole normée du journaliste est constamment mise en cause par son association avec un nombre indéfini d'énoncés à l'origine indéterminée qui l'utilisent comme d'appui. Il se produit un déplacement du centre de gravité : ce n'est plus l'article qui importe, mais la relation entre l'article et les commentaires qu'il suscite. Il arrive même souvent que les interactions entre producteurs de commentaires fassent oublier l'article qui les a suscités. Alors que le texte du journaliste implique une distance essentielle entre son auteur et ses lecteurs, la juxtaposition de commentaires fortement subjectifs crée une proximité entre commentateurs qui ne se connaissent pas mais qui dans le monde virtuel nouent et dénouent des complicités plus ou moins fugaces.

Le paradoxe sur lequel repose ce dispositif est que les commentaires bénéficient du vaste lectorat d'un site d'information reconnu, sans pour autant être soumis aux normes de la communication journalistique. Ils permettent d'exprimer ce qui auparavant aurait relevé de la sphère privée, voire de l'inavouable, mais qui se trouve sur un pied d'égalité avec le texte autorisé. Comme chaque commentaire est associé à des boutons qui permettent à l'internaute d'ouvrir sur des espaces connexes, en particulier Facebook ou Twitter, il est même susceptible de toucher un public plus large, bien au-delà du site où il a été déposé.

Le terme de « commentaire » montre ainsi toute sa polyvalence. Le commentaire traditionnel porte sur des textes prestigieux, il implique une hiérarchie de valeur entre un texte d'autorité et une multitude d'énonciations qui cherchent à l'interpréter. Les commentaires qui nous intéressent ici tendent au contraire à occuper la position haute, à se poser en évaluateurs du texte commenté. Cette inversion de la hiérarchie peut faire songer à la catégorie du carnavalesque chez Bakhtine (1982). Mais le carnaval ne renverse symboliquement les hiérarchies instituées que pendant une période limitée ; les commentaires, eux, accompagnent de manière permanente les articles et s'accroissent même avec le temps. Même quand le commentaire approuve le point de vue défendu dans l'article, il le fait souvent selon des modalités qui ne relèvent pas du régime discursif adapté aux situations formelles, en activant une parole fortement subjective, voire brutale, qui est censée montrer un ethos d'authenticité.

D'un point de vue textuel aussi, ces commentaires présentent des particularités intéressantes. Habituellement, on distingue deux grands types d'organisation textuelle : a) celui de la conversation, où l'énoncé s'inscrit dans une chaîne d'interventions, avec des contraintes de divers ordres : en matière de

ménagement des faces, d'ouverture et de clôture, de négociation des thèmes, d'enchaînement des énoncés... ; b) celui du genre de discours, qui assigne aux participants divers rôles au service d'une finalité reconnue, et qui implique une textualité planifiée préalable, plus ou moins connue à l'avance. Or les commentaires d'articles ne se soumettent ni aux règles de la conversation, ni à celles d'une textualité planifiée. Ils peuvent se réduire à un émoticon, une interjection, une phrase sans verbe, ou se présenter comme un long développement explicatif. Ils peuvent enchaîner sur un commentaire précédent, ou partir sans transition dans d'autres directions. Énoncés par nature seconds, réactifs et anonymes, ils n'ont pas à structurer un point de vue, à se rendre résistants à d'éventuelles contestations. Ils cherchent plutôt la connivence de ceux qui partagent le même point de vue ou, à l'inverse, l'affrontement avec des adversaires présents (l'auteur de l'article ou d'autres commentateurs) ou absents.

Ces caractéristiques sont indissociables du fait que la position de destinataire de ces commentaires est foncièrement problématique. On peut se demander si on n'a pas plutôt affaire à ce que j'ai proposé d'appeler (MAINGUENEAU, 2020) des *sous-destinataires*. Non pas un ou des individus identifiés, comme dans la conversation, ni les destinataires modèles impliqués par chaque genre de discours, lui-même ancré dans une scène englobante, mais un ensemble aux contours indéterminés, à la mesure d'énoncés qui se présentent comme la projection directe d'une subjectivité dont l'expression n'est pas régulée par la présence d'autrui ou le contrôle d'une institution. Ce « sous-destinataire » a pour corrélat un *sous-locuteur* : non seulement parce que la source du commentaire est pseudonyme et instable dans ses opinions et sa manière d'occuper l'espace du web, mais encore parce qu'il est largement affranchi des contraintes usuelles de la communication, de la responsabilité d'un *Sujet* parlant qui doit être cohérent et présentable, spécifié par une institution de parole et soumis au jugement d'un surdestinataire, au sens de M. Bakhtine (1984, p.336-337). L'auteur pseudonyme d'un commentaire n'est pas l'auteur pseudonyme d'une oeuvre littéraire.

Dans ces conditions, on comprend que les locuteurs-P exploitent intensément ce type de commentaire, qu'ils perçoivent comme un espace libéré du contrôle des locuteurs-P, un espace où ils peuvent sentir qu'ils ne sont pas seuls, qu'il existe une protestation diffuse contre ceux qu'ils jugent des oppresseurs illégitimes. Ce faisant, ils se confortent dans leur position de victimes d'un système qui les oblige à s'exprimer dans des lieux périphériques. Ainsi, les deux asymétries se répondent : celle entre les régimes P et P, d'une part, et celle entre article et commentaires, d'autre part. Les commentaires d'articles ne sont pas plus des textes à proprement parler que les agrégats de locuteurs-P ne sont des

partis, ni même des collectifs structurables. Dans les deux cas il y a asymétrie entre un espace structuré de positions soigneusement contrôlée (Sphère autorisée ou texte/genre de discours) et un espace foncièrement instable qui se soutient de la contestation du premier.

Conclusion

La notion de fracture discursive s'inscrit en français dans une matrice où figurent déjà des formules telles que « fracture sociale » et « fracture numérique ». La première dit l'opposition entre des élites qui seraient intégrées à un monde globalisé et les classes populaires qui tendraient à un repli identitaire ; la seconde désigne l'inégalité d'accès à la technologie numérique. Dans les deux cas il y a opposition entre deux niveaux dans la société : celui des privilégiés et celui des exclus. La fracture discursive est plus proche de la fracture sociale que de la fracture numérique, mais elle ne se laisse pas réduire à une opposition entre le local et le global ou entre le peuple et les élites, même si c'est à travers ces distinctions élémentaires qu'elle s'exprime souvent. La fracture discursive exclut des lieux de discours à l'autorité la plus forte, sur la base d'une déficience morale des locuteurs concernés. Cette déficience est perçue comme indissociable d'une déficience épistémique qui se traduit par un surinvestissement de canaux de communication incontrôlables et à large diffusion qui rendent possibles des modes d'énonciation non normés.

Une telle fracture n'est pas du même ordre que des clivages sociaux classiques (entre riches et pauvres, salariés et travailleurs indépendants, ouvriers et cadres, chômeurs et non chômeurs, etc.), mais les traverse tous dans des proportions variables. Elle ne se laisse pas non plus capter dans les positionnements politiques traditionnels. Certes, certains partis s'efforcent de s'ériger en porte-paroles des locuteurs-P, mais ces derniers répugnent à se reconnaître dans les partis classiques. Ils vont plutôt adhérer à des individus qui, par leur usage atypique du discours, leur paraissent incarner une parole de vérité. À défaut d'un tel leader, ils peuvent apporter leurs votes à des partis dont le discours est essentiellement protestataire, avec tous les risques que cela comporte.

Pour l'analyste du discours cette situation est délicate. Il se trouve aux prises avec un objet qui devrait lui convenir, puisqu'il s'agit de réfléchir sur une fracture *discursive*. Mais, pour l'étudier, il doit s'interroger sur certains de ses présupposés.

Nul doute que dans leur grande majorité les analystes du discours partagent les valeurs du point de vue-M ; leurs convictions personnelles et la logique de leur appareil conceptuel et méthodologique les incitent à analyser les pro-

pos de locuteurs-P comme foncièrement déficients. Le problème est que cette déficience est parfaitement prévisible, que l'enquête est toujours fructueuse. La question se pose de savoir si on peut se contenter de disqualifier les énoncés produits par les locuteurs-P, s'il ne faut pas réfléchir aussi sur la fracture discursive elle-même. Les chercheurs en sciences sociales et les locuteurs-M rapportent constamment les énoncés des locuteurs-P à des facteurs sociaux, mais ceux qui les analysent ainsi s'exceptent de l'univers du discours, considérant implicitement que leur soumission à des normes intellectuelles et morales partagées les place hors d'atteinte. Autrement dit, les propos des locuteurs-P s'expliqueraient socialement, mais le Vrai et le Bien s'expliqueraient eux-mêmes, ils ne relèveraient pas du discours.

Pourtant, la fracture discursive est un phénomène historique, un événement dans l'histoire de la distribution de la parole légitime. L'existence de locuteurs-M et la manière dont ils produisent et font circuler leurs énoncés ne peuvent échapper à l'ordre du discours. Ce déplacement du regard – des énoncés vers la fracture discursive – est cependant difficile à opérer. La fracture discursive n'est pas en effet un affrontement de positionnements, mais une configuration dont une foule d'acteurs participent et que personne ne contrôle. C'est une tâche importante que de réfléchir sur la reconfiguration de l'espace du discours qu'implique l'émergence d'une telle fracture discursive. Les locuteurs-M ont raison de dénoncer l'idée délirante qu'il existerait une sorte de complot contre « le peuple » menée par une minorité globalisée de privilégiés qui contrôlèrent les médias, mais ce délire n'invalide pas la question sous-jacente, celle des conditions de possibilité de cette fracture.

La situation des analystes du discours est sur ce point plus inconfortable que celle des sciences dites « dures », dont l'analyse est partagée entre des approches sociologiques qui cherchent à expliquer le fonctionnement et l'évolution des sciences par des facteurs « externes » et des approches épistémologiques qui cherchent à les expliquer par des facteurs « internes » aux sciences, étrangers donc aux « facteurs sociaux ». En effet, ces conceptions antagonistes de l'activité scientifique n'ont que très peu d'incidence sur le travail effectif des savants. Il n'en va pas de même en analyse du discours, et plus largement dans les sciences sociales, où la recherche dépend étroitement de la manière dont les chercheurs se représentent leur propre ancrage dans la société et les conflits qui la traversent.

En analysant rigoureusement les énoncés des locuteurs-P pour montrer leurs déficiences, les analystes du discours font, certes, oeuvre utile dans un monde familier et rassurant sur le plan éthique et épistémique, mais ils demeurent à l'intérieur de la fracture discursive. Le problème est que s'ils vont

plus loin et s'interrogent sur cette fracture, ils peuvent avoir le sentiment qu'ils ouvrent la porte à des forces qu'ils contestent. C'est là une situation particulièrement difficile, puisque les deux termes de l'alternative – accepter la fracture et la contester – sont insatisfaisants. Autant dire que pour relever un tel défi intellectuel et moral, il faut des réponses complexes.

Une chose est sûre : l'instabilité que provoque l'interaction entre le discours politique traditionnel et la fracture discursive peut avoir des conséquences graves, comme le montrent le développement de mouvements sociaux incontrôlables et l'arrivée au pouvoir de dirigeants politiques irresponsables et/ou autoritaires.

BIBLIOGRAPHIE

BAKHTINE, M. **Esthétique de la création verbale**. Paris: Gallimard, 1984. [1979].

BAKHTINE, M. **François Rabelais et la culture Populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance**. Paris: Gallimard, 1982. [1965].

MAINGUENEAU, D. **Variações sobre o ethos**. São Paulo: Parábola, 2020.

MAINGUENEAU, D. **Genèses du discours**. Liège: Mardaga, 1984.

RODRIGUES, J. Jérôme Rodrigues, figure des «gilets jaunes», grièvement blessé à l'oeil. **Midi Libre** [En ligne], Jan. 2019. Disponible sur : <https://www.midilibre.fr/2019/01/26/jerome-rodrigues-figure-des-gilets-jaunes-gravement-blesse-a-loeil,7977404.php>. Consulté le 23 mars 2020.

WEIGEL, M. Moira Weigel: “O discurso contra o politicamente correto é uma retórica que inviabiliza o debate democrático”. [Interview: Ricardo Della Coletta]. **El País** [En ligne], Sep. 2018. Disponible sur : https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/20/politica/1534788456_384604.html. Consulté le 20 mars 2020.

POPULISMO: O GRANDE LEVANTE SEMIÓTICO¹

Jacques Fontanille²

*Tradução para o português e revisão³:
Jacques Fontanille, Kati Caetano⁴ e Fernando Moreira⁵.

RESUMO: *Populismo* e *populista* são denominações que, ao mesmo tempo, são mal definidas – até indefiníveis – e cuja enunciação é, no entanto, eficiente. O argumento inicial deste estudo consiste em uma inversão dessa relação: é justamente por essa indeterminação que a enunciação é eficiente. A dificuldade de uma definição estável de *populismo* é uma consequência direta da transformação contemporânea do *actante coletivo*, ao qual chamamos *povo*, que é, ele próprio, hoje em dia, indeterminado, fluante e heterogêneo. Um dos desdobramentos dessa situação consiste em reivindicar a denominação *populista*, porque essa reivindicação pública é uma legitimação tanto da existência de um actante coletivo chamado *povo* quanto da coerência de temas e posições políticos associados. Assim, circunscrevemos o problema a ser tratado: por um lado, atribuímos ao populismo temas e posições políticos que não lhe são especí-

¹ Uma versão francesa deste estudo dedicada ao populismo foi publicada no número 123 da revista online *Actes Sémiotiques* [ISSN: 2270-4957], sob o título *Populisme: le grand chambardement sémiotique?* no dia 28 de fevereiro de 2020 (FONTANILLE, 2020). DOI: 10.25965/as.6440

² Université de Limoges, Centro de Pesquisas Semióticas, Limoges, França. Professor emérito. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1141-1596>. jacques.fontanille@unilim.fr.

³ Registramos nosso agradecimento à professora Dra. Lucia Teixeira, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), pela leitura desta versão traduzida para o português. As pontuações e sugestões apresentadas foram valiosas.

⁴ Universidade Tuiuti do Paraná, Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens – PPGCom/UTP, Curitiba, Paraná. Professora titular. Doutora em Letras, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP – Brasil, com estágios pós-doutorais em Semiótica (EHES / Université de Limoges) e em Lingística (Université de Paris VII e École Normale Supérieure de Lyon) Pesquisadora CNPQ – Produtividade em Pesquisa e líder do Grupo de Pesquisa INCOM – Interações Comunicacionais, Imagens, Culturas Digitais/UTP/CNPQ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8385-1390>. katicaetano@hotmail.com.

⁵ Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP – Brasil. Mestrando bolsista CNPq em Semiótica e Linguística Geral. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8903-4415>. emaildofernandomoreira@gmail.com.

ficos e, por outro, associamos o populismo a *paixões tristes* (desconfiança, rejeição ao outro, sofrimento, ódio, medo...). Segundo pesquisas de opinião pública, tais paixões são compartilhadas pela maioria dos cidadãos, muito além apenas daqueles que votam nos candidatos populistas. Nossa hipótese é, então, que, no caso do voto e da expressão política populistas, essas paixões chamadas *tristes* funcionam como *atratores* dos temas e posições políticos associados ao populismo.

PALAVRAS-CHAVE: Atrator. Eleições. Enunciação. Legitimação. Paixões. Povo. Populismo.

POPULISM: THE HUGE SEMIOTIC UPHEAVAL?

ABSTRACT: *Populism and populist are names which, at the same time, are ill-defined, even indefinable, and whose enunciation is nevertheless efficient. The initial argument of this study consists of an inversion of this relationship: it is precisely because of this indeterminacy that their enunciation is efficient. The difficulty of a stable definition of populism is a direct consequence of the contemporary transformation of the collective actant which is called people, which is today itself indeterminate, fluctuating and heterogeneous. One of the consequences of this situation consists in claiming the populist denomination, because this public claim is a legitimation, both of the existence of a collective actant called people, and of the coherence of the political themes and positions associated. We thus circumscribe the problem to be treated: on the one hand, we attribute to populism political themes and positions that are not specific to it, and on the other hand, we associate populism with sad passions (distrust, rejection on the other, suffering, hatred, fear ...), which opinion studies on collective passions show that they are also shared by the majority of citizens, far beyond those who vote for populist candidates. Our hypothesis is then that, in the case of populist voting and political expression, these sad passions function as attractors for the political themes and positions associated with populism.*

KEYWORDS: *Attractor. Elections. Enunciation. Legitimation. Passions. People. Populism.*

1. Preâmbulo: o *populismo* pode denominar uma proposta científica de pesquisa?

Quando uma pesquisa é realizada a partir de um problema ou de uma área já fortemente marcada e superutilizada pela mídia e pelo discurso político,

a primeira dificuldade a surgir é, precisamente, encontrar o termo, na língua, que a classifique mais adequadamente. Populismo? A que se atribui exatamente o nome *populismo*? As tentativas mais comuns de definição nos discursos da mídia listam expressões temáticas de uma série de posições políticas, entre outras: o nacionalismo, o afastamento de interesses individuais ou familiares, a xenofobia e até a fobia de tudo que é *outro*, a alteridade, tudo o que fuja do comum, o medo da invasão migratória e de que ocorra uma *grande substituição*, a violência e a ameaça verbal e / ou física, o culto ao poder, a rejeição das elites e da representação política e, obviamente, o apelo ao povo, contudo, nenhuma dessas posições políticas é estritamente reservada ao *populismo* e cada uma delas pode ser adotada separadamente, sem o tom que todos parecem nele reconhecer.

O acúmulo de todas essas posições poderia ser chamado de *populista*? A hipótese é tentadora, mas devemos resistir a essa tentação, porque se um tom populista pode funcionar como *um atrator que coagula e legitima* um conjunto de posições políticas tão diversas, não são essas posições que o definem, mas seu papel *de atrator legitimador*. É precisamente este último que deverá ser colocado em discussão. A dificuldade em definir o populismo, portanto, não apenas opõe uma resistência ao método de análise, mas também remete à questão da maneira de se abordar o fenômeno: a palavra «populismo» e sua própria colocação em discurso trazem, em si, um questionamento a essa problemática.

Para esclarecer um pouco o problema a circunscrever, tomemos outro exemplo, menos enigmático, antes de chegar ao cerne de nosso assunto: aquilo que se designa hoje a *mobilidade*. Se deixarmos de lado a *mobilidade articulatória* e as dificuldades patológicas dos pacientes cuja *mobilidade* é reduzida, resta, essencialmente, a *mobilidade* espacial (portanto, os deslocamentos e os transportes) e a *mobilidade* profissional (portanto, as mudanças de emprego ou de atividade profissional). No domínio dos deslocamentos, o próprio conceito de *mobilidade* apareceu durante os anos 1930-1940 no campo da sociologia, principalmente na Escola de Chicago, mas evocou apenas as mudanças de domicílio. Paralelamente, foram os engenheiros que começaram a se interessar pelo tráfego urbano e periurbano, mais particularmente pela circulação automobilística. A conjunção dessas duas preocupações, sob o termo de *mobilidade*, apareceu apenas durante os anos 1960-1980, e essa conjunção foi feita, sempre dentro da Escola de Chicago, sob a autoridade da *economia dos transportes* e, na França, sob a *socioeconomia dos transportes*. Essa nova concepção de *mobilidade* é tributária, por um lado, do desenvolvimento do que já era chamado de *neoliberalismo* em Chicago e, por outro lado, da implementação, na França, do *planejamento racional*: ambos defendem, de fato, uma nova *gestão* das mobilidades, com vistas

ao seu crescimento exponencial, que deve incentivar a satisfazer os objetivos econômicos, seja do neoliberalismo, seja do planejamento estatal⁶. Pouco a pouco, e sob o efeito de uma generalização operada por sua base econômica comum, a *mobilitade profissional* se junta à *mobilitade espacial*, em uma mesma noção que recobre o conjunto das mobilidades necessárias para a satisfação de interesses econômicos. Não surpreende, portanto, que esse novo significado de *mobilitade* também possa ser a denominação dadas às crescentes dificuldades dos empregados e trabalhadores para gerenciar os deslocamentos entre seu local de residência e seu local de trabalho, ou das ondas de desemprego, seguidas de reintegração, de retorno ao trabalho e, muitas vezes, de *mobilidades espaciais* sofridas.

O exemplo da *mobilitade* é esclarecedor porque dispomos, hoje, de um número suficiente de obras e publicações que nos permitem entender o percurso da construção sociosemiótica desse campo de reflexão e pesquisa. O mesmo, contudo, não se aplica ao *populismo*, pois essa noção parece escapar a qualquer definição estabelecida, como lembra Ernesto Laclau, reconhecido especialista na reflexão política e filosófica a respeito de *populismos*:

Populismo é um conceito tão recorrente quanto evasivo. Poucos termos foram tão amplamente utilizados na análise política contemporânea, embora poucos tenham sido definidos com tão baixa precisão. Sabemos, intuitivamente, a que nos referimos ao chamarmos de populista um movimento ou uma ideologia, mas temos a maior dificuldade em traduzir essa intuição em conceitos. Isso levou a um tipo de prática *ad hoc*: o termo continua a ser usado de maneira puramente alusiva e qualquer tentativa de verificar seu conteúdo é abandonada (LACLAU *apud* TAGUIEFF, 1997, p. 143, tradução nossa)⁷.

Essa ausência de uma definição bem estabelecida era comumente observada no fim dos anos 1970: permaneceríamos em uma indeterminação como a de outrora? Certamente! A noção de populismo, de fato, vem tanto do domínio da História (para nos lembrarmos das versões mais antigas, russas e latino-americanas, muito diferentes das versões contemporâneas) quanto do domínio das

⁶ Sobre história da noção de *mobilitade*, ver Commenges (2013).

⁷ Texto original : « *Populisme est un concept insaisissable autant que récurrent. Peu de termes ont été aussi largement employés dans l'analyse politique contemporaine, bien que peu aient été définis avec une précision moindre. Nous savons intuitivement à quoi nous nous référons lorsque nous appelons populiste un mouvement ou une idéologie, mais nous éprouvons la plus grande difficulté à traduire cette intuition en concepts. C'est ce qui a conduit à une sorte de pratique ad hoc : le terme continue d'être employé d'une façon purement allusive, et toute tentative de vérifier sa teneur est abandonnée* ». (LACLAU *apud* TAGUIEFF, 1997, p. 143).

ciências sociais (especialmente a Ciência Política) e, mais perto dos semioticistas, do domínio da análise dos discursos políticos. Hoje, porém, é difícil identificar um caminho do mesmo tipo que o experimentado pelo conceito de *mobilidade* e que permitiria pelo menos compreender em que direção, pela convergência entre as diferentes abordagens disciplinares, um conceito de *populismo* tenderia a se impor - e quais os desafios para que isso ocorresse. É claro que os estudos de teorias políticas e a análise de discursos estão engajadas em um processo crítico de desconstrução e vigilância ideológica, mas não têm, com relação a essa noção, um verdadeiro projeto coletivo de modelagem que visaria, por exemplo, como as Ciências Econômicas a uma *mobilidade*, a uma gestão global com vistas à expansão e à consecução de objetivos econômicos, sociais ou de outra natureza, ou mesmo ao contrário...

A questão preliminar é, portanto, precisamente esta: devemos adotar como título de um problema semiótico um termo da linguagem corrente tão mal definido? Sim, sem dúvida, com a condição de questionar as tendências de seu uso e de sua enunciação, de modo a contribuir para uma eventual e futura *modelagem* prospectiva.

2. Como uma definição difícil, se não impossível, pode se tornar um problema semiótico específico

2.1. O indizível núcleo atrator

O populismo, como categoria de análise política, nos confronta com dificuldades específicas. Primeiro, por sua recorrência: ele serve para definir todos os tipos de movimentos políticos que apresentam certos traços comuns. Entre esses movimentos políticos, distinguimos, em geral fortemente, aqueles que endossam as posições nacionalistas e / ou xenófobas e aqueles que permanecem abertos ao que é diverso e ao estrangeiro. Essas distinções, contudo, baseadas na presença ou na ausência deste ou daquele tema político, agem, apenas, no intuito de dificultar a identificação de um núcleo comum. Por outro lado, como já apontamos acima, a capacidade do populismo de reunir todas essas posições temáticas diferentes já confere a esse núcleo comum, tão difícil de circunscrever, uma propriedade semiótica elementar: é um *atrator* (cf. acima), na medida em que *aspira* a reunir tais temas distintos. Nesse estágio, esse atrator, como os buracos negros do cosmos, parece não ter outra propriedade aparente além de sua força de atração.

Num segundo momento da análise, no entanto, parece que o atrator populista tem uma particularidade capaz de legitimar essas posições políticas tematizadas, ao mesmo tempo em que as une. Na maioria das vezes consideradas *politicamente incorretas* pelos grupos e pelas mídias dominantes, o mero fato de serem atraídas e reunidas em um espaço semiótico comum e específico lhes confere uma legitimidade que elas não teriam separadamente. Alguns acharão a metáfora ousada e depreciativa; ainda assim, ousemos: o dinheiro de origem duvidosa, fruto de transações ilegais ou de algum tipo de remuneração, em todo caso obscura, deve ser *lavado*, antes de ser colocado em circulação novamente na economia legitimada, e o responsável por essa *lavagem* do dinheiro deve permanecer oculto, invisível e escondido para poder agir. Em outras palavras, se estendermos a analogia, o atrator misterioso a que nos referimos pode dever parte de sua legitimidade à sua natureza misteriosa. Voltaremos obviamente a esse acoplamento [atração + legitimação], tendo em mente que a legitimação, no caso do atrator *populismo*, só ocorre (mas por quanto tempo?) no interior da esfera populista, primeiramente, permanecendo estigmatizada no exterior.

Apesar dessa definição inapreensível, a própria enunciação do termo *populismo*, seja descritiva, estigmatizante, pejorativa ou valorizante, pretende, no entanto, apreender e projetar publicamente um aspecto central desses movimentos e posições políticas, uma espécie de *essência* intuitiva do populismo. Enunciar *populismo*, mesmo que não se saiba formular sua definição, pressupõe que o pressente e assuma um núcleo semântico essencial e que o mero fato de o enunciar muda algo no relacionamento que se pode ter com as realidades políticas e ideológicas assim designadas. Em outras palavras, a imprecisão do conceito não é um obstáculo à sua agentividade, pode até ser uma condição para ela. Uma análise puramente funcional e comportamental (*para que serve?*) poderia mesmo ser realizada, sem conhecimento explícito da *caixa preta* semêmica⁸ subjacente.

Poderíamos, então, nos perguntar se esse caráter vago e impreciso não seria resultado de um ajustamento coletivo, ou mesmo de uma estratégia implícita, implementada sem o conhecimento até daqueles que a adotam, mas, ainda assim, compartilhada pela maioria dos discursos de análise dessa noção. Uma das características da literatura dedicada ao populismo é de fato *a relutância* – apresentada como uma resistência ao conceito e às práticas relacionadas – em transformar essa noção vaga em um conceito preciso. A ausência de clareza conceitual seria então uma construção da própria análise. Uma revisão detalhada da literatura

⁸ Para constar: um *semema*, na tradição da semântica estrutural, é uma montagem hierárquica de características relevantes (*semas*) que perdura em todos os usos e em todos os significados diferente da mesma noção: é o núcleo semântico.

mostraria que os analistas parecem recorrer a um tipo de intuição central, da ordem de um *sentimento assumido*, que seria suficiente, como sugerido acima, para legitimar a enunciação da noção. E, uma vez que esse sentimento assumido foi apresentado, a análise continua geralmente por meio de uma enumeração de traços apresentados como *pertinentes*, mas cuja pertinência raramente se baseia em oposições pertinentes no sentido estrito.

Se, por exemplo, um dos traços pertinentes mais evidentes pode ser a consideração dos interesses e aspirações do *povo*, é difícil ver qual líder político não poderia reivindicar, de uma maneira ou outra, uma tal posição. Do mesmo modo, se colocarmos como traço pertinente do populismo o fato de dizer às pessoas o que esperam que lhes seja dito, dificilmente encontraremos um líder pronto a assumir o contrário, a menos que ele já tenha decidido renunciar em breve ao seu mandato. Nesse caso, porém, surge o início de uma oposição relevante: alguns se referem a uma entidade holística e vaga: o *povo*. Outros fazem *alusão* a essa ou aquela categoria de eleitores, essa ou aquela parte da população, mas cujo recorte é, da mesma maneira, dificilmente bem delimitado. De fato, a construção de um semema característico do populismo se torna cada vez mais distante, pois as análises acumulam exceções, variantes e conjuntos nebulosos.

2.2. Da proliferação de expressões ao esvaziamento de conteúdo

A evolução do pensamento de Ernesto Laclau, oriundo de uma corrente socialista do peronismo, dá conta claramente dessa estratégia de decomposição progressiva do conceito. Em um primeiro momento, nos anos de 1970 e 1980 (LACLAU, 2011 [1977]), ele constata a dissolução da classe trabalhadora e dos movimentos que ela carregava, e o aparecimento de *novos movimentos sociais* (feminismo, ecologia, comunitarismo e múltiplos particularismos) (LACLAU, 2011 [1977]). Ele defende, então, um projeto de “democracia radical” que permitiria a todos esses movimentos conquistar a hegemonia e, então, a soberania política, um após outro, ou todos juntos. (LACLAU; MOUFFE, 1985). Com a ajuda da desconstrução pós-moderna, no entanto, a alternativa proposta se depara com uma perspectiva de segmentação social potencialmente infinita, com múltiplas particularidades a serem levadas em conta, com a indeterminação e a contingência dos componentes dessa chamada *democracia radical*.

Consequentemente, em um segundo momento, foi-lhe preciso propor uma solução para explicar como um novo actante coletivo, indeterminado, porém eficiente, poderia levar o projeto de tal democracia (LACLAU, 2005). E, como Stathis Kouvélakis escreve:

Em linhas gerais, essa nova articulação do universal e do particular repousa na implantação da lógica hegemônica como uma via de acesso *a um universal definido como um “espaço vazio”, ou seja, desprovido de um “conteúdo”* predeterminado, que um indivíduo tenta preencher sem jamais conseguir (KOUVÉLAKIS, 2019, ênfase nossa, tradução nossa)⁹.

Circunscrever tal “espaço vazio” não é simples e, de fato, as explicações de Laclau são particularmente complicadas. Deve-se primeiro supor que esse espaço sem conteúdo não seja inteiramente vazio: forças dispersivas e coesas, socialmente mais ou menos indeterminadas, suscitam movimentos de proliferação, de ruptura e de reagregação: “vivemos em um terreno histórico em que a proliferação de pontos de ruptura e antagonismos exigem cada vez mais formas políticas de reagregação” (LACLAU, 2005, p. 230). As forças que não se estabilizam em alguma forma, contudo, apenas dão origem a um vazio conceitual (semioticamente falando: tensões sem direções identificáveis e, tampouco, correlações estabilizadas). Laclau e Mouffe concordam e tudo ocorre como se a *razão populista* tivesse a intenção apenas de instaurar esse vazio ontológico:

Como a sociedade muda ao longo do tempo, *esse processo de identificação do significante vazio* será sempre precário e reversível; vários projetos ou intenções tentarão hegemonizar *os significantes vazios da comunidade ausente*. O reconhecimento da natureza constitutiva desse hiato e sua institucionalização são o ponto de partida da democracia moderna (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 46, ênfase nossa, tradução nossa)¹⁰.

Observemos, a propósito, o argumento pressuposto: a sociedade muda com o tempo, o que ninguém conseguiria refutar, mas também podemos ver a quase-renúncia intelectual: uma vez que a sociedade muda, sendo, tais mudanças, contingentes, socialmente indeterminadas, proliferadoras e inapreensíveis, não há nada mais a propor, com vistas à *democracia radical*, do que buscar *re-agregações* com objetivos hegemônicos, porém, mais ou menos aleatórios, em um

⁹ Texto original: « Dans ses grandes lignes, cette nouvelle articulation de l'universel et du particulier repose sur le déploiement de la logique hégémonique en tant que voie d'accès à un universel défini comme un « espace vide », i.e. dépourvu d'un « contenu » prédéterminé, qu'un particulier tente de combler sans jamais y parvenir » (KOUVÉLAKIS, 2019).

¹⁰ Texto original: « Comme la société change au cours du temps, ce processus d'identification du signifiant vide sera toujours précaire et réversible, divers projets ou volontés tenteront d'hégémoniser les signifiants vides de la communauté absente. La reconnaissance de la nature constitutive de ce hiatus et son institutionnalisation sont le point de départ de la démocratie moderne » (LACLAU ; MOUFFE, 1985, p. 46).

significante vazio, operações após as quais pode-se supor que o significante vazio será preenchido com um significado, efêmero, contudo, e sempre repellido por outros, sendo esses igualmente *hegemonizantes*. Em outras palavras e de maneira mais descuidada, os novos movimentos populares estão se esforçando para obter soberania política em uma ordem dispersa e aleatória.

Entendemos, então, que, em sua versão radical, a definição de populismo assume por completo, ao mesmo tempo, a *proliferação de expressões* e o *vazio de conteúdo*, e que as versões mais moderadas, que são reticentes em definir o populismo, não passam de um eco enfraquecido da versão radical. Laclau e Mouffe (1985) reinventam, de certo modo, a estrutura semiótica do absurdo: significantes tão proliferativos, difusos e incoerentes que só podem se associar a significados evanescentes e, no limite, vazios (FONTANILLE, 2015). No entanto, não é do absurdo que ele nos fala, mas da *democracia moderna*, como pode ser concebida pela *razão populista*. E sua principal diferença da estrutura semiótica do absurdo é que esse “vazio de conteúdo” ainda é habitado por *forças*, pelo menos as da atração. Voltaremos à questão adiante.

2.3. O grande levante

A configuração semiótica extraída da reflexão de Laclau é composta (simplificando um pouco, reitere-se) de dois elementos principais: por um lado um *povo* (um actante coletivo) cujas expressões são doravante particularizantes e proliferantes e, por outro lado, um *espaço vazio*, mas dotado de forças, o *populismo* (regime semiótico e forma de vida), em que aquelas expressões podem ser projetadas para ganhar posições hegemônicas (em outras palavras, soberania política).

Vamos primeiro lembrar o ponto de partida: uma mudança histórica da qual se tributa a noção conceitual de *povo*. Antes, o *povo* equivalia primeiro às classes trabalhadoras (o *Terceiro Estado* francês), depois, com a industrialização, às classes pobres, trabalhadoras e ... *perigosas* e, finalmente, de um ponto de vista marxista, à classe operária visando a uma posição hegemônica e universal, uma vez neutralizadas as diferenças entre classes sociais (Lênin e Stálin fizeram grande uso de *povo* nesse sentido). Em suma, antes da mudança histórica observada por E. Laclau, o *socialismo* e o *marxismo* dotaram o “*povo*” de um *dever universal positivo* e “*pleno*”, o de um actante coletivo fortemente estruturado de um ponto de vista institucional, determinado e unificado por valores comuns. Um actante coletivo compacto e homogêneo constituindo um regime semiótico e uma forma de vida determinada, plena e coerente. Esse é o objetivo escatológico do marxismo.

A classe trabalhadora como um *povo em devir*, contudo, entra em colapso em vez de se universalizar e movimentos múltiplos e aleatórios tomam seu lugar.

Após essa transformação histórica, o *povo* se torna um conjunto actancial indeterminado, constituído de uma proliferação de entidades particulares e de segmentos múltiplos, contingentes e em movimento perpétuo. Para dotar esse novo povo de um devir universal, é necessário inventar para ele um espaço semiótico prospectivo indeterminado e sem princípio de unificação: o *significante vazio* do atrator.

A ausência de uma definição clara e bem estabelecida de populismo, convertida em problema semiótico, encontra, então, uma explicação provisória, pelo menos como uma hipótese de trabalho: é a concepção de povo que mudou, especialmente em sua definição actancial. *Povo*, dessa maneira, não é mais o nome de uma totalidade integral, de um actante *sólido e pleno* e, portanto, suscetível a portar em si, globalmente, projetos de sociedade, de sistemas de valores, de se institucionalizar e de exercer uma soberania coletiva. *Povo* se tornou o nome de outro tipo de actante, menos delimitado ou palpável, metaforicamente mais *híbrido* ou *maleável*, uma profusão de individualidades mais ou menos agregadas e submetidas a forças antagônicas que inibem qualquer perspectiva de totalização¹¹.

Observemos de passagem que essa nova aceitação da noção de *povo* permanece perfeitamente compatível com o *individualismo epistemológico e metodológico*, próprio das teorias ligadas ao neoliberalismo, uma concepção também baseada na proliferação, mais ou menos agregadora, de fenômenos individuais, de singularidades e particularismos cujo destino final é preencher um espaço global vazio de qualquer determinação e de todo conteúdo próprios. O individualismo metodológico radical dispensa toda consideração social global e totalizante e é também a principal fonte epistemológica da economia clássica contemporânea, como concebida e promovida pela Escola de Chicago.

Em face dessa nova concepção de *povo*, lembremos que o populismo, em sua versão radical, visa a um espaço conceitualmente vazio e dotado de forças de atração, por princípio e por constituição.

¹¹ Já mostramos em *Semiótica das Paixões* (GREIMAS; FONTANILLE, 1991), com Greimas, que um *actante apaixonado*, devido à sua composição modal, mais ou menos coesa, poderia ser um *todo* instável. Retomamos esse tema em *Corpo e Sentido* (FONTANILLE, 2011) propondo o conceito de *corpo-actante*, cuja forma actancial está sujeita a variações de consistência e a forças coesivas e dispersivas. *A fortiori*, para um actante coletivo composto por partes e agitado por fluxos, a questão da consistência surge imediatamente. E se seguirmos Jean-François Bordron em sua análise merológica de objetos (BORDRON, 1991) cada tipo de consistência actancial seria a manifestação de um tipo de intencionalidade: portanto, a consistência seria, nesse sentido, decisiva para a capacidade de um actante se envolver em algum regime de significado, em algum tipo de interação.

Com o que podemos, então, *preenchê-lo*, se ainda tentarmos circunscrever o que é populismo? Pierre-André Taguieff, entre muitos outros, fornece em um artigo de 1997, retomado em 2007, um estudo léxico-político muito completo e notável das diferentes dimensões e formas do populismo. Esse estudo começa, como se poderia esperar, com uma longa descrição das flutuações do conceito e continua como uma tentativa de *preenchimento* desse espaço conceitual confuso, vago e em constante mutação. Ele propõe, efetivamente, uma taxonomia do populismo: o populismo como movimento social, como regime político, como ideologia, como atitude, como retórica e como legitimação (TAGUIEFF, 1997). A taxonomia não parece tocar o núcleo semêmico da noção, que permanece uma caixa preta, e repousa sobre um inventário (que, em princípio, permanece aberto) de suas diferentes facetas, formas institucionais e / ou usos estratégicos do populismo: reivindicações (movimentos sociais), organizações e instituições políticas (os regimes populistas), comportamentos individuais ou coletivos (as atitudes), discursos (a retórica populista). Se não pudermos dar conta da estrutura profunda do populismo, e por boas razões (cf., acima, o *significante vazio*), podemos, pelo menos, classificar suas manifestações e fazer o inventário dos domínios práticos nos quais ela se exprime. Classificar, contudo, práticas populistas, ou facetas de uma noção, não significa as definir no que todas elas têm em comum.

Resta a *legitimação*, identificada por Pierre-André Taguieff, e à qual reservamos agora um desenvolvimento específico, embora bem distante do que ele quer dizer com esse termo.

3. Reivindicar populismo: assumir para legitimar

Sendo o *populismo* o nome de um espaço escatológico vazio de todo conteúdo, de acordo com nossa hipótese de trabalho, podemos agora nos perguntar por que essa noção é tão popular e, de um ponto de vista semiótico, por que os termos *populismo* e *populista* reaparecem com tanta frequência nos discursos políticos e nos comentários da mídia. Dado que os usos destinados à estigmatização do outro (*Pierre argumenta como populista. Senhor, você é populista!*) participam de táticas retóricas já bem conhecidas, baseadas na inversão axiológica de denominações originalmente descritivas (cf. Socialismo e Comunismo, que se tornaram *social-comunismo*¹² nos discursos de Jacques Chirac), estamos interessados, sobretudo, na reivindicação populista (*Sim, sou populista*).

¹² Esse fenômeno é bem conhecido, tanto que tem um nome no repertório clássico de figuras de retórica: enantiosema.

3.1 *Sim, não, Sim !*

Primeiramente, vamos esclarecer em que consiste essa reivindicação do populismo. Antes do período contemporâneo de ascensão do populismo no mundo, os populismos anteriores se apresentavam como reivindicativos, até mesmo revolucionários, o que implicava um percurso narrativo elementar, constituído: (i) pela negação de uma situação anterior considerada prejudicial para e pelo povo, e (ii) pela afirmação de uma nova era baseada em condições mais favoráveis a este último. A posição P0 é seguida pela posição não-P0 e a posição não-P0 pela posição P1.

Seja $[P0 \rightarrow \text{não-P0} \rightarrow P1]$

Sob essas condições, reivindicar o populismo era focar primeiramente na negação de P0 (acentuação da negação) e, em segundo lugar, na afirmação de P1 (asserção). Era a época em que *povo* podia coincidir com uma parte identificável da população. Na era contemporânea, em que *povo* significa outra coisa, a reivindicação do populismo funciona de maneira bastante diferente.

No verbete “Asserção” de seu dicionário, Greimas e Courtès (1979) propõem uma análise da série *oui, non, si* [sim, não, Sim]¹³ O raciocínio baseia-se no funcionamento da “sintaxe fundamental”, ou seja, das “operações elementares realizadas no quadrado semiótico” (GREIMAS; COURTÈS, 1979, p. 23, coluna à esquerda). Essa sintaxe começa em S2 (*não*) e, em seguida, por negação, produz o contraditório não-S2 (Sim) e, finalmente, por asserção, o termo oposto a S2 : S1 (*sim*). Essa sintaxe $[\text{não} \rightarrow \text{Sim} \rightarrow \text{sim}]$, por mais fundamental que seja, é, no entanto, contra-intuitiva: o uso intuitivo que os franceses fazem do Sim (si) em sua língua natural, especialmente nas trocas de conversas, é mais uma afirmação intensa, que segue uma primeira negação (Não-não, ou não-S2). Em outras palavras, Sim (si) mantém a memória de uma negação de *sim* e a reafirma refutando um *não* intermediário.

Seja $[\text{sim} \rightarrow \text{não} \rightarrow \text{Sim}]$.

¹³ Tal tradução precisou ser por nós particularizada. Em francês, temos *Oui* e *Si* que podem ser usados para o sim, em português, sendo este a negação do não (o que, para o português, seria o não-não. Isto é, o não-S2) e aquele, o termo oposto a S2 (sim). Adotamos, aqui, por critérios unicamente metodológicos, a representação gráfica Sim (*não-S2*), portanto, para diferenciá-la do sim (termo contrário ao S2).

A reivindicação populista de hoje procede da mesma maneira que o modelo da sintaxe fundamental proposto por Greimas e Courtés, mas na versão adaptada ao uso conversacional. Uma posição política P1 (*sim*) sendo expressa, é refutada como *populista*: não-P1 (*não*); a reivindicação populista é então uma afirmação intensiva, que converte P1 em P2 [***Sim*** (***si***)].

Seja [P1 → não-P1 → P2], mas correspondente à série [sim → não → ***Sim***].

Essa série se baseia em outra (a precedente, que já observamos em populismos anteriores), a saber, aquela pela qual o populismo refuta um estado anterior e afirma, em seguida, uma nova era. A segunda série começa, portanto, como uma refutação dessa nova era e a sequência das duas séries pode ser formulada da seguinte maneira:

[P0 → não-P0 → P1 (*sim*) → não-P1 (*não*) → P2 (***Sim***)]

O alinhamento em uma única sequência, no entanto, não faz justiça a uma mudança na natureza das operações. Na primeira série, o actante que opera a transformação atua diretamente no mundo: ele transforma a realidade, ele *predica* uma nova era. Na segunda série, o actante opera apenas sobre si mesmo, sobre os valores e o *éthos* que acompanham a primeira série: ele *assume* o *éthos* com o qual ele *predicou* uma nova era. *Predicar* e *assumir* são as duas operações elementares que, para Jean-Claude Coquet (1984-1985), distinguem respectivamente o *não-sujeito* e o *sujeito*. A diferença entre essas duas instâncias pode ser expressa nos termos de suas respectivas modalizações: a segunda é regida por um *meta-querer*, do qual a primeira está privada.

Entre os dois, a negação de P1, operada pelo oponente ao populismo (que não é necessariamente o detentor da posição P0), funciona como um *julgamento* e não como um retorno à posição inicial P0. Esse *julgamento* procede por inversão axiológica: apresentada pelo ator populista como positiva em relação aos interesses da população, a *apresentação* da nova era considerada positiva é então ela mesma, como *apresentação*, julgada como negativa e desvalorizada: *populista* mudou a orientação axiológica.

Entre as duas séries, portanto, não apenas mudamos de instância semiótica (o *não-sujeito* da predicação-transformação → o *sujeito* da assunção), mas também de nível de pertinência: o populista é julgado ao mesmo tempo pela natureza da nova era que ele propõe e, acima de tudo, por sua credibilidade argumentativa, seu *éthos* e, conseqüentemente, por sua *enunciação*. Para o oponente,

ele age como populista e, acima de tudo, enuncia e defende sua ação de maneira populista. Para aqueles que são assim desvalorizados, trata-se principalmente de assumir seu *éthos* e sua enunciação e, para isso, devem assumir o rótulo *populista* (a enunciação do nome!) para reverter sua orientação axiológica, restituindo-lhe seu estatuto ou posição original.

O resultado geral dessas duas séries interligadas é, precisamente, o surgimento dessa disputa axiológica a propósito de *éthos enunciativo* que cobre a luta política pela mudança de *estados de coisas*. E, para explicar essa duplicação, ou estatuto cindido pela disputa dos *éthos* enunciativos, tivemos que distinguir em P1 (a nova era): (i) um *estado de coisas* e (ii) uma *apresentação* desse estado de coisas: a afirmação (asserção) de P1 é, ao mesmo tempo, o produto de uma *transformação* social e sua própria *apresentação*. Nesse sentido, após uma primeira apresentação (na posição P1), a reivindicação populista pode ser considerada uma *re-apresentação, ou atualização*, (na posição P2).

3.2. Um blog: *Acabo de descobrir que sou populista!*¹⁴

Eis aqui uma reivindicação enunciativa, surpreendentemente insistente e enfática: a enunciação não se contenta em reivindicar ou assumir o qualificativo *populista*, ele reivindica o assumir e, portanto, adota uma postura de *re-apresentação*!

Sim, você me ouviu bem, eu sou essa palavra suja. Enfim ... palavrão para alguns. Porque raramente uma palavra foi tão pervertida por aqueles que ela assusta. Mas vamos explicar.

Originalmente, o populismo, palavra cunhada no final do século XIX, caracteriza o que diz respeito ao povo e aos seus interesses, em oposição aos das elites. [...]. É importante aqui definir o que é o povo, [...] o que quero dizer com povo: aqueles que não são as elites.

[...] O populismo é uma atitude e fingir o contrário é pura manipulação da opinião pública, mas voltaremos a ela. O populismo é a rejeição das mentiras das elites e de sua opressão. É uma manifestação de cólera perfeitamente legítima diante de promessas não mantidas, as de políticos de várias gerações; diante da negação da autoridade do povo, sobre o qual esquecemos que, ao conceder seu poder, não se trata de um dom defini-

¹⁴ Blog pessoal (GUERSAN, 2018).

tivo, mas de uma troca de boas práticas; diante da humilhação de serem tratados como mendigos e forçados a reverenciar a opulência das elites que vivem às custas da realza.

[...] e sim, sou populista. Vou retomar esta bela expressão de Hubert Védrine: “O populismo é o fracasso das elites”. Frase provavelmente tirada do contexto, mas da qual gosto muito tal como ela é.

O populismo é a oposição de um povo às suas elites que se atrevem a privá-lo de sua soberania (os deputados não são mais nada, o executivo faz o que quer sem contra-poder), de seus meios de existência (pela extensão das taxas e impostos), de seu direito de se expressar (pela censura) e de suas escolhas sociais (invasão migratória, ditames da Alemanha, da UE, dos chamados especialistas de todos os lados...).

O populismo não é uma ideologia, é um grito de sofrimento.

E diante desse grito de sofrimento, o que fazem nossas belas elites? Elas manipulam, é claro, menosprezando a atitude legítima de um povo que elas oprimem há muito tempo. Elas se lançaram à palavra populismo, denegrindo-a em todos os lugares, porque, sabemos bem, qual é o peso das palavras. Com as palavras, usurpa-se o poder e dele se abusa, faz-se a guerra e a paz. [...] As palavras, são atos, e não apenas as vibrações no ar.

Portanto, esses manipuladores desejavam desviar a palavra “populismo”, torná-la vulgar e, mais do que isso, vergonhosa. Eles fizeram tudo para a demonizar, acusá-la de todos as transgressões, confundi-la com uma extrema direita que efetivamente desapareceu de nosso cenário político.

Bem, eu, cuja família lutou com honra contra o nazismo e os extremos, eu a elevo, essa palavra. Eu me orgulho dela. Eu a reivindico. E a afirmo bem alto: sou populista porque sou a favor do povo” (GUERSAN, 2018, tradução nossa).¹⁵

¹⁵ Texto original : « Oui, vous m'entendez bien, je suis ce gros mot. Enfin... gros mot pour certains. Car rarement mot aura été autant perverti par ceux auxquels il fait peur. Mais expliquonsnous. À l'origine, le populisme, mot inventé à la fin du XIXe siècle, caractérise ce qui concerne le peuple et ses intérêts, en opposition avec ceux des élites. [...] Il est important ici de définir ce qu'est le peuple, [...] ce que j'entends par peuple : ceux qui ne sont pas les élites. [...] Le populisme, c'est une attitude, et prétendre le contraire relève de la pure manipulation de l'opinion publique, mais nous y reviendrons. Le populisme, c'est le refus du mensonge des élites et de leur oppression. C'est une manifestation de colère parfaitement légitime devant les promesses non tenues, celles des hommes politiques depuis des générations ; devant le déni de l'autorité du peuple dont on oublie que, lorsqu'il lui concède son pouvoir, ce n'est pas un don définitif mais un échange de bons procédés ; devant l'humiliation d'être traités comme des gueux taillables et corvéables à merci ; devant l'opulence des élites se goinfrant aux frais de la princesse. [...] Et, oui, je suis populiste. Je m'en remettrai à cette belle expression d'Hubert Védrine : « Le populisme, c'est l'échec

Sem entrar nos detalhes do argumento, podemos notar, em um início de análise, que o conceito de “povo” deve ser definido primeiro, para que, na sequência, o qualificativo de “populista” possa ser assumido: existe, portanto, um efeito retroativo da reivindicação do populismo na definição do perímetro do actante coletivo em questão, cujos interesses são assumidos e defendidos, mas essa definição sempre enfrenta a mesma dificuldade, porque é apenas negativa: *povo* é tudo o que não são *as elites*. E as elites são, se não definidas especificamente, ao menos evocadas por meio de suas práticas. Contudo, se examinarmos a natureza dessas práticas, elas são principalmente práticas de *apropriação-predação* exercidas contra o povo. A dificuldade, que o autor se esforça para tratar com grande convicção, permanece, no entanto, na íntegra: *o povo é aquela parte da população que sofre com o comportamento das elites, que, por sua vez, não passam da parcela da população que faz o povo sofrer*. O círculo de definição pode não ser vicioso aqui, mas é, no mínimo, infeliz.

Imaginenos, a título de comparação, um povo indígena da América Latina que visse seu mundo desmoronar após o desmatamento e a apropriação de terras por produtores rurais ou agricultores que decidiram se aliar a missionários evangelistas americanos ou brasileiros que lhes abriram o caminho. Até aqui, nada que nos surpreenda: foi o que aconteceu, por exemplo, durante décadas, com o povo *Ayoreo* nas regiões centrais da América do Sul, entre a Bolívia e o Paraguai. Suponhamos, contudo, que esse povo, em vez de se definir da maneira sugerida pela tradução do nome (*aqueles da terra dos porcos selvagens*), pudesse se identificar como *aqueles a quem outros roubaram suas terras*, ou *aqueles a quem outros fazem sofrer e desaparecer como povo*. Imaginemos que esse povo não encontre outra identidade ou definição de si próprio além de vítima de uma *apropriação-predação*, ou mais especificamente, de ser *tudo aquilo que seus predadores não são*. Se os *Ayoreo* ainda existem, embora com muita dificuldade, é precisamente

des élites ». Phrase sans doute sortie de son contexte, mais qui me plaît bien telle quelle. Le populisme, c'est l'opposition d'un peuple à ses élites qui osent le priver de sa souveraineté (les députés ne sont plus rien, l'exécutif fait ce qu'il veut sans contre-pouvoir), de ses moyens d'existence (par l'ampleur des taxes et impôts), de son droit à s'exprimer (par la censure) et de ses choix de société (invasion migratoire, diktats de l'Allemagne, de l'UE, des soi-disant experts de tous bords...). Le populisme n'est pas une idéologie, c'est un cri de souffrance. Et devant ce cri de souffrance, que font nos belles élites ? Elles manipulent, comme de bien entendu, dénigrant à tout-va la légitime attitude d'un peuple qu'elles oppriment depuis trop longtemps. Elles se sont jetées sur le mot populisme, le dénigrant à tout-va, car on le connaît, le poids des mots. Avec des mots, on usurpe le pouvoir et on en abuse, on fait la guerre et la paix. [...] Les mots, ce sont des actes, et pas seulement des vibrations dans l'air du temps. Alors, ces manipulateurs ont voulu dévoyer le mot « populisme », le rendre vulgaire et, plus que cela, honteux. Ils ont tout fait pour le diaboliser, l'accuser de tous les méfaits, le confondre avec une extrême droite qui a bel et bien disparu de notre paysage politique. Eh bien moi, dont la famille a combattu avec honneur le nazisme et les extrêmes, je le relève, ce mot. Je m'en pare. Je m'en revendique. Et je l'affirme très haut : je suis populiste car je suis pour le peuple » (GUERSAN, 2018).

porque eles podem opor a esse papel de *vítima da predação* uma identidade coletiva que nada deve à existência de grupos econômicos e políticos predadores.

A dificuldade é sempre, do lado do *povo*, um conjunto de particularismos incoerentes em vez de uma identidade coletiva assumida e, do lado do *populismo*, um espaço de projeção vazio e que é concebido para permanecer assim, uma vez que o preenchimento pelo significado é sempre indefinidamente repellido. É claro que existem conflitos, inúmeras ameaças e uma orientação massiva, se não exclusiva, de *apropriação-predação* em detrimento do povo, mas o conceito de povo, aqui, não tem outro conteúdo senão o papel abstrato e multifacetado de *aqueles que os outros espoliam e oprimem*, o que deixa aos grupos predadores total responsabilidade e disponibilidade para definir de que maneira o primeiro é uma *presa* útil e necessária. Em resumo, essa apresentação do *povo* é a de uma representação pela ausência e desenha um lugar, se não vazio, já destinado a também se tornar assim.

Podemos, então, entender que assumir o nome *populismo* e legitimar as posições e práticas a que tal lexema aspira como atrator é iniciar e viabilizar um processo de reconstrução de uma identidade positiva. Iniciar apenas, contudo, graças ao ato de asserção intensiva e de assunção mencionados acima. Converter um conjunto de particularismos em *éthos* argumentativo é instaurar um actante da enunciação legítimo. O espaço semiótico em que esse actante se projeta ainda é conceitualmente vazio, mas não desprovido de forças: note-se que, a esse propósito, o povo projetado nesse espaço é, pelo menos aqui, dotado de um papel definido positivamente: um papel patêmico, o *sufrimento*, uma força sem forma, certamente, mas uma força é sempre um potencial de formas ainda não eclodidas. Sofrimento, raiva etc., são as forças passionais que fazem do *espaço vazio* do populismo um atrator para as temáticas populistas. A legitimação por representação-assunção do populismo dá, então, a esse núcleo da paixão, um começo de coesão que torna possível atrair toda a diversidade de temas e movimentos de protesto realizados pelo povo.

3.3. Quando as elites reivindicam seu populismo

O brilho da reivindicação do populismo é ainda mais poderoso quando disseminado pela mídia e assumido por quem tem acesso aos meios de comunicação, ou seja, nos próprios termos do populismo, pelos adversários, pelas elites. Assistimos, então, a um curioso fenômeno discursivo em que o adversário, em vez de desconsiderar as palavras daqueles que ele combate, adota a mesma posição e a imita de certa maneira. É assim que alguns dos integrantes

mais conhecidos das elites políticas e midiáticas reivindicam seu *populismo*, em termos idênticos, à direita e à esquerda. A elite, dessa maneira, participa da *apresentação-assunção semiótica do populismo*, muitas vezes na esperança de obter, subsequentemente, a representação política do povo.

Uma curta antologia:

1) Jean-Luc Mélenchon: “Não quero continuar me defendendo da acusação de populismo. É a aversão às elites - elas merecem melhor? Que todas elas se retirem! Faço um apelo à força da maioria contra a suficiência dos privilegiados. Populista, eu? Eu assumo!” (MÉLENCHON, 2010, tradução nossa).¹⁶

2) Alexis Corbières: “Sim, sou populista. A raiz dessa palavra é a palavra povo. Eu quero agradar ao povo, sim. [...] E então, quais são os candidatos que não querem agradar ao povo? O que o povo quer? Ele quer a igualdade, a justiça, a democracia, a honestidade” (*apud* RIETH, 2017, tradução nossa).¹⁷

3) Michel Onfray: “Sim, sou populista. Eu sou um Zemmour à esquerda” (*apud* MARTIN, 2018, tradução nossa).¹⁸

4) Viktor Orban: “Sim, trabalho para o povo e, por isso, sou populista” (*apud* STRASSENBURG, 2018, tradução nossa).¹⁹

O cientista político Dominique Reynié tirou uma conclusão radical dessas reivindicações, fazendo, implicitamente, uma fusão entre o que identificamos como a *apresentação-assunção semiótica do populismo* e a *representação política do povo*: “O populismo é sempre um movimento iniciado pelas elites que estão à margem de um sistema e que tentam ocupar o centro” (REYNIÉ *apud* FEERTCHAK, 2018, tradução nossa)²⁰. Não somos obrigados a aderir a essa visão das coisas, mas a metáfora topológica não deixa de ser interessante; passar das margens ao centro, no espaço político, é isso que a reivindicação populista opera: da estigmatização à reivindicação, o populista afirma e assume ao mesmo tempo, ele legitima a *apresentação* populista por uma inversão axiológica que antes fora, ela mesma, alvo de inversão axiológica por parte do adversário.

¹⁶ Texto original : « Je n'ai plus du tout envie de me défendre de l'accusation de populisme. C'est le dégoût des élites – méritent-elles mieux ? Qu'ils s'en aillent tous ! J'en appelle à l'énergie du plus grand nombre contre la suffisance des privilégiés. Populiste, moi ? J'assume ! » (MÉLENCHON, 2010).

¹⁷ Texto original: « Oui, je suis populiste. La racine de ce mot, c'est le mot peuple. Je veux faire plaisir au peuple, oui. [...] Et alors, quels sont les candidats qui ne veulent pas faire plaisir au peuple ? Qu'est-ce qu'il veut le peuple ? Il veut l'égalité, la justice, la démocratie, l'honnêteté » (CORBIÈRES *apud* RIETH, 2017).

¹⁸ Texto original: « Oui, je suis populiste. Je suis un Zemmour de gauche » (ONFRAY *apud* MARTIN, 2018).

¹⁹ Texto original: « Oui, je travaille pour le peuple et pour cela je suis populiste » (ORBAN *apud* STRASSENBURG, 2018).

²⁰ Texto original: « Le populisme est toujours un mouvement initié par des élites qui sont à la marge d'un système et qui essaient d'en occuper le centre » (REYNIÉ *apud* FEERTCHAK, 2018).

Esses discursos de protesto não mencionam todas as elites, mas, quando é o caso (Mélenchon), o povo e o populismo são evocados da mesma maneira que no blog de Louise Guersan: despojados e sofrendo, tudo reunido em um único papel patêmico, aqui: a *aversão*. Essa dimensão apaixonada será o assunto da nossa próxima e derradeira discussão.

3.4. Enunciar e reivindicar é encarnar

Para acabar com a reinvidicação feita pelos representantes das elites, observemos que, na entrevista de Mélenchon, a *aversão* do povo pelas elites é acompanhada de um convite a uma espécie de *faxina geral* (que *sumam*, ou *se mandem*, na gíria brasileira, liberem o espaço), logo após a passagem citada acima (“Que todas elas se retirem!”). Muito foi dito sobre a *limpeza* eleitoral, mas com o objetivo de substituir antigos eleitos por outros, quase todos desconhecidos. Em vez disso, devemos nos concentrar aqui em outra versão da limpeza: não a substituição, mas o *desaparecimento*.

Uma das principais características dos regimes políticos é o nível e a consistência das mediações estabelecidas entre o actante coletivo (o povo) e seu dever universal e soberano: de fato, no devir de um actante coletivo, a consistência dos fluxos de interação é necessária para a sustentabilidade de sua forma e de sua identidade. Nas democracias liberais, essa mediação é a da representação popular, notadamente pelas assembleias legislativas. Nas chamadas *democracias populares*, ou seja, de inspiração marxista, essa mediação é garantida pelo partido único, que representa, ele mesmo, o *povo*. De maneira mais geral, tudo o que constitui o que é chamado de *corpos intermediários* (ou *órgãos mediadores*), em particular os sindicatos, podem cumprir essa função de mediação.

Mas, após o *grande levante* (cf., acima, o colapso da classe trabalhadora, sobre o projeto de democracia radical de Ernesto Laclau), o povo, tendo se tornado uma entidade inapreensível e polimórfica, e devendo se projetar diretamente no espaço-atrator do populismo, não pode ser representado, e nenhuma mediação em sentido estrito é possível: sua vontade hegemônica, sua soberania não podem ser representadas politicamente. Elas podem ser somente *apresentadas semioticamente*, ou seja, neste caso, *encarnadas*. É somente por meio dessa *encarnação* em uma discussão de enunciação que o *populismo do povo* pode ser apresentado e reivindicado.

As elites da mediação devem, portanto, *afastar-se*, abrindo espaço para que a encarnação possa operar. A encarnação não é uma mediação, é a forma sensível e somática de uma apresentação. O povo, não tendo mais forma ou identidade,

deixa de constituir um corpo. Para aceder à soberania e ao universal, deve, portanto, doar-se ou encontrar um corpo em sua projeção no populismo.

Uma das forças motrizes da reivindicação populista, em particular devido à ênfase (acento) colocada no *éthos* (um princípio de identidade sendo estabelecido na própria reivindicação), mas principalmente devido à natureza enunciativa dessa reivindicação, é, portanto, a *encarnação do povo*. É a *encarnação do povo que pode expressar seu próprio populismo*: o ato de enunciação atualiza um corpo enunciador e se torna o corpo enunciador do povo.²¹

É assim que a reivindicação-encarnação populista dá corpo a um povo que se tornou invisível e não compreendido. Para se convencer, bastaria ouvir os discursos de Chávez: “Porque Chávez não é Chávez. Chávez é o povo venezuelano. Volto a me lembrar do grande Gaitán quando disse [...]: ‘Eu não sou eu, sou um povo’” (NARVAJA DE ARNOUX, 2008, p. 46, tradução nossa).²²

Nesse estágio da análise, a reivindicação populista e sua resultante legitimidade aparecem como uma sequência canônica relativamente estável: (1) uma *apresentação-assunção* do nome e do *éthos populismo*, (2) uma *legitimação de papéis patêmicos* típicos (sofrimento, repulsa, raiva, etc.) e (3) uma *encarnação* direta do povo no corpo enunciador da reivindicação.

Agora temos que entender o que até então era objeto de uma hipótese de trabalho, a saber, o papel das paixões populistas na atração dos temas ou agenda de reivindicações e protestos próprios ou imanentes ao *povo* (no sentido contemporâneo). Em outras palavras, como o povo, em sua nova configuração contemporânea se une ao espaço vazio, mas patêmico, do populismo? A melhor maneira de responder a essa pergunta, mas que não é a mais simples para o semioticista, consiste em examinar quais relações se nota, na opinião e nos resultados eleitorais, entre os temas de reivindicação, as paixões coletivas e as escolhas feitas no momento da votação. Intuitivamente, pode-se duvidar da existência de uma determinação completa entre todos esses fenômenos; pode-se até supor que os papéis patêmicos característicos do povo que sofre não conduzem sistematicamente a escolhas populistas. Se essa intuição for correta, teremos que entender sob quais condições complementares esses papéis patêmicos levam a tais escolhas.

²¹ Essa encarnação do povo por meio da reivindicação populista é estritamente idêntica ao episódio (que, na França, causou alvoroço) em que Jean-Luc Mélenchon se opôs a uma pesquisa, dizendo: “a República sou eu”, ou aquele atribuído a Luís XIV: “O Estado sou eu”.

²² Texto original: “Porque Chávez no es Chávez. Chávez es el pueblo venezolano. Vuelvo a recordar al gran Gaitán cuando dijo [...] : “Yo no soy yo, yo soy un pueblo” (NARVAJA DE ARNOUX, 2008, p. 46).

4. Paixões e práticas eleitorais

Patrick Charaudeau propôs, em 2011, uma análise do populismo sob a perspectiva da Análise do Discurso. Na justificativa dos discursos que ele considera como populistas, identifica quatro grandes temáticas argumentativas: (1) a vitimização do povo, (2) o caráter estereotipado das “fontes do mal” internas (elites políticas e intelectuais, lobbies etc.) ou externas (estrangeiros, migrantes etc.), (3) a identidade do povo e sua insegurança cultural, (4) a passagem obrigatória pelo poder de uma personalidade política, o líder carismático (CHARAUDEAU, 2011).

Essa análise reforça as intuições dos leitores, oferece uma representação do populismo possível de ser narrada, suscetível de ser entendida como uma organização narrativa, com confrontos entre actantes, vencedores e perdedores, um horizonte de valores ameaçado e a perspectiva de uma reversão das relações de força entre as posições actanciais anteriores, com a aparição de um *salvador* (herói). O populismo, contudo, não é um gênero narrativo e, no que tange ao tom e à orientação políticos, seu caráter persuasivo ou não persuasivo se manifesta, primeiramente, na ordem da ação política: nas inflexões e reconfigurações da *opinião pública*, as quais pesam sobre as práticas políticas, e nas *eleições*, que sancionam as diferentes opções oferecidas aos cidadãos. A maneira populista de construir sua própria narrativa ou a narrativa social é provavelmente pertinente com respeito à ação política, mas devemos, primeiramente, compreender como o populismo se enquadra nas principais tendências, na formação de opinião e nas escolhas eleitorais.

Para tanto, devemos examinar não o discurso populista, mas o discurso da Ciência Política e das Ciências Sociais, que fornecem os elementos necessários para reconstituir uma representação da opinião e das escolhas eleitorais, pois pode ser reconstruído a partir de uma série de pesquisas realizadas pelo CEVIPOF (Paris, Fundação Nacional de Ciência Política - CNRS), Pesquisa Social Europeia (Universidade de Londres), *World Values Survey* (Viena, Áustria). A análise econométrica dessas bases de dados, a apresentação e a síntese dos resultados foram estabelecidas por Yann Algan e uma equipe de colaboradores no livro *Les origines du populisme*, desenvolvido pelo CEVIPOF (ALGAN *et al.*, 2019). O interesse dessa abordagem é que ela não parte de uma definição *a priori* do populismo, cujos determinantes semânticos não são, portanto, nem fixos, nem mesmo supostamente já conhecidos. A apresentação dos resultados não se baseia em uma categorização *ad hoc*²³, projetada espe-

²³ Evidentemente, não é imune às categorizações projetadas nas próprias pesquisas, em particular, por meio da elaboração dos questionários direcionados aos entrevistados.

cialmente para descrever o populismo, como o faz, por exemplo, a Análise do Discurso (CHARAUDEAU, 2011). As variáveis examinadas são aquelas de grandes pesquisas transversais e internacionais, sendo (aparentemente) aquelas mantidas como pertinentes hoje pelas Ciências Sociais e Política contemporâneas no plano internacional, para a descrição da opinião pública em geral e não especificamente da opinião populista. Em outras palavras, poderíamos esperar daí um posicionamento comparativo da opinião *populista* em relação a todas as outras, que é, precisamente, o que estamos procurando para validar nossa hipótese sobre papéis patêmicos.

Essas variáveis são pouco numerosas: o eixo de posicionamento *esquerda / direita* é examinado, mas concorre fortemente com o eixo²⁴ *vencedores / perdedores*; a clivagem *confiança / desconfiança em relação aos outros em geral* parece ser cada vez mais determinante; cruza, sem se confundir, com a oposição *sentimento de bem-estar / sentimento de mal-estar*; e finalmente, uma estrutura passional toma forma, combinada com os outros parâmetros: *[raiva / apaziguamento] vs [sentimento de medo / sentimento de segurança]*. Obviamente, essas variáveis são escolhidas para medir os efeitos da *globalização* (vencedores / perdedores), o *estado do liame social* (confiança / desconfiança), o *estado fórico* (bem-estar / mal-estar), bem como *grandes paixões político-sociais* que caracterizam os movimentos sociais de todos os tempos (raiva e medo). Quaisquer que sejam as tendências dessas escolhas, elas afetam igualmente todas as correntes da opinião mundial, não apenas o populismo.

Essas diferentes variáveis são abordadas nas pesquisas de opinião sob a forma de enunciados entre as quais o entrevistado deve escolher e / ou classificar. Trata-se, portanto, de *elementos de discurso*, oferecendo uma ampla gama de situações correspondentes a cada variável, mas formatadas em um questionário. Por exemplo, para medir o grau de desconfiança da opinião pública em relação aos políticos eleitos, os autores do CEVIPOF propõem cinco enunciados complementares, constituindo assim uma *escala de atitude*:²⁵

- *Os deputados na Assembléia Nacional [Câmara dos Deputados, no Brasil] deveriam seguir a vontade do povo;*
- *As decisões políticas mais importantes deveriam ser tomadas pelo povo e não pelos políticos;*

²⁴ Ou axiologia, concernente a valores, em sua etimologia.

²⁵ Uma *escala de atitude* cujo coeficiente de confiabilidade estatística *alfa de Cronbach* é aqui igual a 0,685, sabendo que deve ser menor que 1.

- *As diferenças políticas entre os cidadãos comuns e as elites são mais importantes que as diferenças entre cidadãos;*
- *Eu, definitivamente, preferiria ser representado por um cidadão comum a sê-lo por um político profissional;*
- *Os políticos falam demais e não agem o suficiente.*

Outro exemplo: os enunciados usados para avaliar o grau de confiança em terceiros:

- *Você diria que nunca se é suficientemente prudente quando se lida com outras pessoas ou que se pode confiar na maioria das pessoas? (variante: em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que nunca se é suficientemente prudente ao lidar com outras pessoas?)*
- *Você diria que a maior parte das pessoas está tentando tirar vantagem de você ou faz o possível para se comportar corretamente?*
- *As gerações futuras terão mais, tantas ou menos chances de sucesso do que seus pais na sociedade francesa de amanhã?*

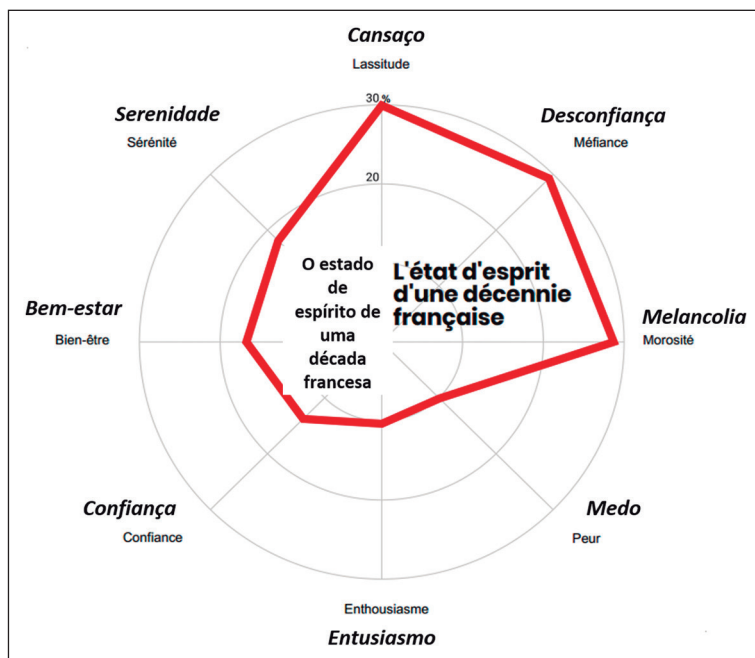
Os discursos são certamente os dos pesquisadores (entrevistadores), mas sua enunciação é apresentada, explicitamente, na forma aparente de perguntas, como *menções* da fala dos entrevistados, que devem ser por eles assumidas ao responder ao questionário; os entrevistadores *predicam*, os entrevistados *assumem* (COQUET, 1984-1985). Nesse jogo de embreagens e de debreagens, é o que pode ser *assumido* na fala popular que aparece, enfim, em filigrana na fala *predicada* pelos entrevistadores. O objetivo, contudo, não é uma análise dessas palavras (na pesquisa citada): trata-se de estabelecer correlações entre *escolhas de fala assumidas* e *escolhas feitas durante práticas políticas*, notadamente a mais emblemática, a eleição e o voto.

Em termos familiares aos semioticistas, se a prática envolve escolhas, então a formação da opinião é um dos elementos da competência exigidos por essas escolhas. É preciso entender aqui *competência* no sentido mais amplo, uma vez que ela certamente comporta constituintes modais (especialmente variedades de *crer* e *querer*), mas também constituintes *afetivos*. Para estabelecer esses constituintes afetivos, dispomos de pesquisas de opinião independentes das análises dos resultados eleitorais e conduzidas por períodos, e com amostragem, muito maiores, ou seja, essas pesquisas de opinião abrangentes e transversais nos forne-

cem uma análise dos papéis patêmicos que se encontram e predominam em um actante coletivo ainda não clivado, de maneira definitiva, por escolhas eleitorais. Essas paixões são as do actante coletivo [ação coletiva] e as predominantes entre elas o são para todos, apesar de nem todo mundo votar em *populistas*. Mais especificamente, a proporção de sua predominância não é um determinante direto do volume de votos.

O CEVIPOF produziu uma análise detalhada dos parâmetros e das variedades da *confiança* e da *desconfiança*, bem como das emoções associadas (CHEURFA; CHANVRIL, 2019)²⁶. O diagrama, abaixo, extraído dessa análise, é inteiramente dedicado a essas paixões e revela um forte desequilíbrio do *estado de espírito* da população. Note-se, aqui, que o conteúdo da *opinião*, que é assim reconstituído, deriva do *estado de espírito* (*humeur*) e não de um pensamento sobre valores, ideologias, preferências e tendências temáticas.

Figura 1 – O estado de espírito de uma década francesa



Fonte: Cheurfa e Chanvрил (2019).

²⁶ Nota dos tradutores : no diagrama, *cansaço* também pode ser entendido como *desesperança*, ou, ainda, *desmotivação*.

O interesse específico desse diagrama, criado por Cheurfa e Chanvriel, consiste não apenas na predominância geral das *paixões tristes* (a desconfiança, flanqueada pelo cansaço e pela melancolia), sendo a *desconfiança* o papel patêmico predominante aqui; mas também no fato de que essa predominância caracteriza toda a opinião francesa e não apenas uma parte da população. Isso reforça nossa hipótese anterior e o problema que ela coloca: as paixões típicas do populismo são muito mais compartilhadas do que as escolhas eleitorais populistas.

Além disso, sobrepondo os resultados das várias pesquisas de opinião com as pesquisas sobre escolhas eleitorais, Y. Algan e seus colaboradores, como indicado pelo título de seu trabalho *Les origines du populisme* (As origens do populismo) buscam, principalmente, do lado da opinião, *as correlações com os votos para candidatos populistas*. No entanto, eles também destacam, por meio da análise econométrica dos dados produzidos por pesquisas anteriores, o fato de que *apenas uma parte da população converte esses estados passionais em votos para os candidatos populistas*. No momento do voto, apenas uma parte da população manifesta essas paixões, que tinham sido, no entanto, mais amplamente compartilhadas: essa é a questão que nos interessa.

Devemos então supor, como o fazem Algan *et al.* (2019), que outras determinações entram em jogo, principalmente o eixo *vencedores / perdedores* (em especial, da globalização) e as tradições ideológicas *esquerda / direita* (em particular, baseando-se na estabilidade de sua distribuição geográfica): *a interseção com temas econômicos, ideológicos e políticos é validada: corresponde bem ao voto populista*. Em outras palavras, os temas ideológicos e econômicos ligados ao populismo *devem ser associados a essas “paixões tristes”* (eles são projetados sobre elas, ou vice-versa) para suscitar a passagem ao ato, o voto populista.

Tratamos, aqui, de *três objetos semióticos diferentes*: (i) o primeiro é constituído pelos discursos sobre a gama de temas característicos das tendências e preocupações do *povo*, geralmente associados ao populismo pela mídia e analistas da vida política; (ii) o segundo é constituído pelos estados de espírito, emoções, percepções e impressões verbalizadas durante as pesquisas de opinião; e (iii) o terceiro é constituído por uma prática, comportando uma escolha e um voto. A questão semiótica é, dessa forma, a da articulação entre essas três semioses.

Lembremos da característica essencial da nossa questão: como em qualquer pesquisa de opinião, assim constituída, a que *assume* um dos enunciados propostos procede por *projeção*: a partir da posição que esse enunciado ocupa no actante coletivo, ele se *projeta em uma apresentação* a que o referido actante é submetido, uma apresentação do que poderia se tornar o próprio actante coletivo. Ainda estamos no mesmo processo, que nos conduziria, sobremaneira, a

descrever a projeção de uma certa concepção do povo em um espaço político (cheio ou vazio) em que seu devir toma (ou não) forma; é assim que, poderíamos dizer, a nova configuração do *povo* se projeta no espaço vazio, porém, aspirante ao, e legitimador, do populismo.

Os resultados das pesquisas, analisados e interpretados (veja acima), são precisamente *microprojeções detalhadas* que participam da macroprojeção que havíamos apresentado como uma hipótese geral de trabalho. Podemos, agora, confirmar uma das outras hipóteses associadas à anterior, a saber, que o *vazio* desse espaço de projeção está completamente *cheio de forças e tensões* e que essas forças e tensões são paixões, dominadas neste caso por três *paixões tristes, ou disfóricas*: desconfiança, cansaço e melancolia. Se fosse apenas uma questão de evocar o papel das paixões nas práticas políticas e na propaganda que as acompanha para as tornar persuasivas, a descoberta não seria, sob qualquer hipótese, espetacular.

O resultado que obtemos, todavia, é de uma outra natureza: em resumo, para um povo definido, de forma heterogênea, por partes constituintes que têm como características a fácil proliferação e a incompreensão, o único espaço de projeção que lhe é oferecido para acessar a soberania legítima é *um atrator inteiramente passional, mas legitimado por uma reivindicação enunciativa*. O povo é bombardeado por incontáveis temáticas de opinião, frequentemente contraditórias e polêmicas, portanto, não lhe falta *conteúdos* disponíveis; mas, para obter legitimidade enunciativa, ética e uma esperança de soberania, o populismo lhe oferece apenas a poderosa atração passional de um espaço *vazio, a ser preenchido* com esses temas e conteúdos.

5. Concluir semioticamente

A aparente estratégia de relutância observada na maioria dos analistas (*populismo*, como tal, é indefinível) encontra uma explicação: para funcionar como tal, deve permanecer vazio de conteúdo específico, seu núcleo semêmico deve permanecer indescritível ou puramente passional. O correlato paradoxal dessa vacuidade de conteúdo - a eficiência da reivindicação enunciativa - também encontra sua explicação: o espaço vazio de conteúdos axiológicos e ideológicos por si só, mas cheio de tensões passionais, ainda assim *tem um nome, populismo*, e esse nome deve ser reivindicado por uma enunciação que, assumindo-o, legitima tensões apaixonadas como atrator à espera de um recheio temático.

Então, voltamos para terminar com a noção de atrator. Utilizamos aqui por metáfora um conceito emprestado da teoria matemática do caos (Smale), adotado pela teoria matemática das catástrofes (Thom) e, finalmente, pela morfo-

dinâmica feno-física (Petitot). Essa metáfora não é mais ilegítima do que muitas outras e tem a vantagem de ser intuitivamente compreensível. O atrator é uma área relativamente estável em uma topologia em que os eventos são determinados e imprevisíveis. É um estado limite, para uma dinâmica que aí se estabiliza, pelo menos temporariamente.

Do ponto de vista semiótico, a noção de atrator pode ser usada sem o aparato matemático e filosófico que geralmente o acompanham, desde que suas propriedades específicas sejam circunscritas. Nesse caso: uma topologia, uma dinâmica específica para uma entidade, um estado limite estabilizador; as forças actanciais na dinâmica e sua entidade só podem tomar forma no estado limite do atrator. Lidamos então, dentro dos limites assim circunscritos, não com uma explicação universal dos fenômenos semióticos, mas com um regime semiótico muito particular.

De fato, por um lado, *povo* é, aqui, uma entidade dinâmica, um actante coletivo cuja composição frágil, em partes, e a fraca regulação dos fluxos de transformações e interações não garantem estabilidade e a sua *formalização*. Mesmo, contudo, na ausência de estabilidade merológica e fluente, ela está se encarnando, inscrita no tempo e no espaço das transformações sociais e políticas. Por outro lado, *populismo*, aqui, implica uma topologia específica, compreendendo um subespaço animado por tensões passionais e aguardando um recheio temático. *A dinâmica e a entidade denominada “povo” se estabilizam no atrator topológico denominado “populismo”.*

Esse é um regime semiótico particular, por um lado, porque os actantes coletivos obviamente não são todos instáveis, imprevisíveis e pouco determinados e, por outro lado, porque nem todas as topologias em que se desenrolam contêm estados limites, ainda menos espaços vazios animados por tensões passionais. Poderíamos então chamar provisoriamente esse regime semiótico de *amarração passional*: por falta de vínculos internos suficientes, falta de coerência axiológica nos temas a ele associados, a consistência do actante deve estar amarrada a outras forças, aqui de um tipo passional, para que o coletivo tenha alguma esperança de persistir, se não mesmo de existir.

REFERÊNCIAS

ALGAN, Y. *et al.* **Les origines du populisme**: Enquête sur un schisme politique et social. Paris: Seuil, 2019.

BORDRON, J.-F. Les objets en parties (esquisse d'ontologie matérielle), **Langages**, Paris, n.103, 1991.

CHARAUDEAU, P. Réflexions pour l'analyse du discours populiste. **Mots** : Les langages du politique, Lyon, n.97, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/mots/20534>. Acesso em : 01 nov. 2019.

CHEURFA, M.; CHANVRIL, F. 2009-2019: la crise de la confiance politique. **Sciences Po-Cevipof**, Paris, jan. 2019. Disponível em : <http://www.sciencespo.fr/cevipof/fr/content/le-barometre-de-la-confiance-politique>. Acesso em: 20 jan. 2020.

COMMENGES, H. **L'invention de la mobilité quotidienne** : Aspects performatifs des instruments de la socio-économie des transports. 368 f. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Université Paris-Diderot, Paris, 2013. Disponível em: https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00923682/file/Commenges_TheseDoctorale2013.pdf. Acesso em : 10 jan. 2020.

COQUET, J-C. **Le discours et son sujet** : I et II. Paris: Klincksieck, 1984-1985.

FEERTCHAK, A. Tour du monde des pays touchés par la vague du populisme. **Le Figaro**, Paris, 27 out. 2018. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/international/2018/10/27/01003-20181027ARTFIG00028-tour-du-monde-des-pays-atteints-par-le-populisme.php>. Acesso em: 01 jan. 2020.

FONTANILLE, J. Populisme: le grand chambardement sémiotique ?. **Actes Sémiotiques**, Limoges, n. 123, 28 fev. 2020. Disponível em: <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6440&file=1>. Acesso em: 28 fev. 2020.

FONTANILLE, J. **Formes de vie**. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2015.

FONTANILLE, J. **Corps et sens**. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Sémiotique**: Dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachette, 1979.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. **Sémiotique des passions** : Des états de choses aux états d'âme. Paris: Seuil, 1991.

GUERSAN, L. Je viens de découvrir que Je suis populiste. **Ripost Laïque** [online], 29 dez. 2018. Disponível em: <https://ripostelaique.com/je-viens-de-decouvrir-que-je-suis-populiste.html>. Acesso: 01 dez. 2019.

KOUVÉLAKIS, S. Contre la raison populiste : Les impasses d'Ernesto Laclau. **Contretemps**: Revue de critique communiste, Sydney, 2 jun. 2019. Disponível em: <https://www.contretemps.eu/raison-populiste-impasses-laclau/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

LACLAU, E. **Politics and Ideology in Marxist Theory** : Capitalism, Fascism, Populism. London : Verso, 2011 [1977].

LACLAU, E. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy**. London: Verso, 1985.

MARTIN, E. Michel Onfray: “Oui, je suis un populiste. Oui, je suis un Zemmour de gauche”. **Nouvelles de France**, Paris, 10 out. 2018. Economie / Entreprises. Disponível em : <https://www.ndf.fr/politique/11-10-2018/michel-onfray-oui-je-suis-un-populiste-oui-je-suis-un-zemmour-de-gauche/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

MÉLENCHON, J.-L. Mélenchon: “Populiste, moi ? J’assume”. **L’express**, Paris, 16 set. 2010. Actualité / Politique. Disponível em: https://www.lexpress.fr/actualite/politique/melenchon-populiste-moi-j-assume_919603.html. Acesso em: 10 out. 2019.

NARVAJA DE ARNOUX, E. **El discurso latinoamericanista de Hugo Chávez**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.

RIETH, B. Alexis Corbière: «Je suis populiste, je n’ai pas de problème à le dire». **Sud Radio**, Paris, 24 mar. 2017. Politique. Disponível em : <https://www.sudradio.fr/politique/alexis-corbiere-je-suis-populiste-je-nai-pas-de-probleme-a-le-dire/>. Acesso em : 15 nov 2019.

STRASSENBURG, R. Rencontre : Qu’est ce que le populisme? **Heinrich Böll Stiftung**, Paris, 19 dez. 2018. Disponível em : <https://fr.boell.org/fr/2018/12/19/rencontre-quest-ce-que-le-populisme>. Acesso em: 17 out. 2019.

TAGUIEFF, P-A. Le populisme et la science politique, du mirage conceptuel aux vrais problèmes. **Vingtieme Siecle**, Paris, n.56, p.4-33, out/dez. 1997.

TOWARDS A PLANETARY SEMIOTICS

Per Aage Brandt¹

ABSTRACT: There exists a universal ecology-based stratification of levels of activity and meaning-making in human societies, a stratifying architecture that determines existing levels of social experience, types of sign functions and semantic functions in language, and finally the mental principles of human subjectivity. The planetary ecology of civilization is therefore constitutive of human semiotics. The following is a short outline of a theory of meaning based on these observations.

KEYWORDS: Global ecology. Dynamics of power. Meaning types. Semiotics of subjectivity. Semiotics of money.

POR UMA SEMIÓTICA PLANETÁRIA

RESUMO: Existe uma estratificação universal baseada em ecologia dos níveis de atividade e criação de significado e efeitos de sentido nas sociedades humanas, uma arquitetura estratificante que determina os níveis existentes de experiência social, tipos de funções de signos e funções semânticas na linguagem e, finalmente, os princípios mentais da subjetividade humana. A ecologia planetária da civilização é, portanto, constitutiva da semiótica humana. A seguir, é apresentado um resumo de uma teoria da significação com base nessas observações.

PALAVRAS-CHAVE: Ecologia global. Dinâmicas de poder. Tipos de significados. Semiótica da subjetividade. Semiótica do dinheiro.

1. The architecture of human ecology

Meaning is the element that emerges when thinking creatures establish distinctions. We distinguish, as human beings, in our fundamental exchange

¹ Case Western Reserve University, Cleveland – OH – United States. Adjunct Professor. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7774-5033>. pabrandt18@gmail.com.

with the extra-human world, between 1) what we have to take from it in order to individually survive, 2) what we need to extract in order to urbanize and reinforce our collective organization, and finally 3) what a third, very weird motive make us need to find and take in order to be able to live together at all under laws and sacred rules. The meaning of the distinction between these three ways in which we are bound to the extra-human world, Nature, is that of a universal ecological and semantic differentiation of a certain importance to human semiotics, as this essay will attempt to explain.

As all life forms, we extract from our material surroundings and expel what remains, 'waste', into the same surroundings. When pollution prevents continuing life in the same habitats, we move on and pollute somewhere else. However, these 'elsewhere' habitats are now getting filled up by polluted waste, which makes the fundamental ecological situation for human civilization global, that is, planetary. Not only do we tend to prevent ourselves from living here, but we prevent other species from proliferating or just surviving. The eco-semiotics of these exchanges turns into a socio-semiotic drama with specific structural properties that makes the case of human civilizations about as serious as that of the huge amounts of species we are now wiping out. It appears to be time to take a look at our actual planetary eco-sphere and, while widening the scope of the study of meaning, also get a chance to obtain a deeper understanding of the issues that our field-specific disciplines had left undiscussed.

We extract water and potential food, as all other species, so on this elementary *organic* level of life, we share their conditions. But we furthermore extract materials such as wood, stone, coal, oil, iron, which are not for nutrition, but for building protected habitats, agglomerations, towns, walled cities, and for the production of tools, machines, and the processing of all sorts of cultural goods pertaining to stabilized life forms. We may call this ecological stratum a *political* level, in a broad and general sense of *polis*; our activities on this level exceed everything other species can offer for comparison. Here are other important ways in which our civilizations are threatening other life forms, in particular by reducing their habitats. Finally, and last but not least, we extract a number of things from the surrounding ground that have no usage what so ever on the organic or the political level of our collective existence. We thus gather 'precious' metals and minerals that are universally interpreted as linked to symbolic practices, such as rituals and performative acts expressing authority and executive power. There is a universal 'transcendental esthetics' that associates effects of beauty with power and authority, as typically manifested by figurations of sovereignty and divinity adorned with these 'precious' entities. The architecture of ecological differentia-

tion creating the three levels, which I therefore will call the organic, the political, and the symbolic, is a characteristic of human societies and has been so since the first civilizations, 50.000 years ago, approximately. In the modern world, this architecture creates a global socio-sphere covering the planet and common to all forms of society, across cultural, technological, ideological, religious, and economic differences. A planetary semiotics must therefore take this stratification as its point of departure; it can in fact be shown to ground the basic modes of meaning, functions of language, and types of signs. Organic meaning is existential, and affective, driven by moods, emotions, passions; political meaning is epistemic, truth-oriented and focused on possibilities; and symbolic meaning is performative, power-based and commanding. These differences pervade social life in any experiential scale.

2. The dynamics of power

The symbolic level of this basic stratification of human societies is where transcendent power is symbolized, universally manifesting two forms of sacredness : as sovereign law and as religious cult.² The ruler and the priest wear different masks: one outfit expresses a warrior's sacred violence defending principles of rule and constituting the idea of a punitive *Law* applying on a territory; the other outfit expresses the embodiment of divine forces acknowledging the identity of persons entitled to live on the territory and bearing a *Name* to be called by and respond by. The first expressed principle posits a general status addressing all inhabitants across differences of status and is experienced and referred to as the *Justice* that underlies political *Equality*; but the second expressed principle instead introduces a singularity of persons or distinct social categories whose status calls for particular respect or disrespect according to the value of their name, their political *Identity*, underlying *Freedom*. Both principles, the Law (Justice —> Equality) and the Name (Identity —> Freedom), are needed for the inscription of individuals in a society distinct by territory and language; both are first of all based on interpretations of *time*: a profane calendar for history, evaluation of merit and punishment (in the shared past), a religious calendar for projecting events and rituals (in the shared future). Law and Name paradoxically are both necessary instances and yet are inherently contradictory, since the

² I build the stratified analysis of social practice on Georges Bataille's heterology and on Michel Serres' 'natural contract' ideas. Their combination yields a coherent view of the fundamentals of social existence. The analysis of power that follows is my critique of Michel Foucault's view, which never takes the split *within* authority into account.

former evaluates and treats persons according to what they *do*, by Equality of actors, and the latter according to what they *are*, by Identity, whatever their acts are. Different forms of society will manage and mediate this contradiction between rulers and priests in characteristically different ways, and situations of fusion are likely to happen, as in most binary dynamic structures.

Once a power structure is established, its use of material and immaterial violence pervades not only the symbolic practices of a society but also its political structures and its organic base. Its *language* will “trickle down” through the political level and hit the basic level of everyday life of a population. When – approx. 5.000 years ago – priests discover the popular attraction of the precious metals with which they cover the divine figurations, and they discover that small pieces of it can be used to “pay” the workers of the temples, because these pieces each carry magical protective power due to their figurative contact with the divine, they invent *money*, and money “trickles down” through the stratified social formation as well.³ Pieces of precious metal of this kind, ‘money’, can also be lent in important quantities in order for the wealthy to pay workers and soldiers the same way. Warriors ally with priests to guarantee that debt is paid, or (mortgaged) property taken over.⁴ When societies use this metallic means of expressing equivalence in commerce, on markets, in work contracts of all sorts⁵, in tax paying, mega-politic civilizations can grow and stay organized despite the complexity involved in urban growth and territorial protection and expansion. Money ‘protects’ its owners, according to its magical origin as a means of contact with the divine and transfer of divine force; it also indeed protects its owners by its “purchasing power” (Germ. *Kaufkraft*), which may be experienced as confirming the dynamic magic. It becomes a reference in its own right, not only a quantitative expression of value in goods and works.⁶ It is not only a quantitative *sign* of such value but also fundamentally a qualitative *thing* pos-

³ The etymology of the term ‘money’ refers to the temple of Juno Moneta, in Rome, where silver pieces were first coined. The goddess is said to have warned, and thereby protected, the population of an earthquake (from Latin: *monéo*, warn, remind, admonish). ‘Money’ then magically was believed to contain divine protection. Parallel stories may have existed in other parts of the Ancient world where similar ‘monetary’ practices emerged.

⁴ The class divide is a product of money, in the sense of “big money”, capital, that is: enough to produce property, buy real estate, speculate or initiate commercial of industrial enterprises. The criterion is getting a loan of “big money”. Agents who cannot get big loans, based on previously obtained or inherited property, become so-called proletarians, whereas those who can will become the “capital-ists”. The primordial capitalists are thus the priest-bankers. Religion and economy have always been two sides of the same...coin.

⁵ Paid work would then emerge as an alternative to slave-driven work. The evangelical parable of the vineyard workers is characteristic of this quantified idea of work time, which becomes a main motive of Marx’ theory of surplus value.

⁶ Karl Marx failed to grasp the symbolic origin of money.

sessing such value. Money is sign and thing in one. Hence the aporetic question of the ‘value’ of money itself. The aporia: What is the value of gold (as thing), expressed in gold (as sign)? The solution is that a standard quantum of gold does not have but instead *is* value, whereas the *property* (real estate) used as *mortgage* for substantial loans will further serve as measure of quantity of value, expressible in terms of gold and further in terms of currencies and bonds.⁷ Violence is implied; armed priests will take your valuable belongings if you fail to redeem a loan. No valuable belongings, no loan.

On the political level, a contradiction between the institutional (l)egalitarianism, on the side of Equality, and the singularizing libertarianism, on the side of Identity, is inevitable and gives rise to what modern parliamentary systems identify as “left wing” and “right wing” attitudes. The two pervasive semiotic media in modern societies, institutional discourse and private money, let the “left wing” appear discourse-dominated, while “right wing” will take on a less outspoken “economic”, money-based profile, since money and property are identity anchors, as opposed to laws and common interests, which depend on shared, intelligible and basically non-identity, legalistic discourse.

On the organic level, the split between the two power forms is manifest in the contradictory relations between collaboration, solidarity, and elementary *ethics* of mutual help, on one side, and privacy, heritage, kinship-based affective behaviors, and *moral* signaling of distinction, pride, or privilege, on the other side.

This architecture of contradictory motives and principles, repeated and reinforced through the millennia, has created a corresponding, significant distribution of types of meaning, as manifested by the usage of signs and language.

3. Signs and types of meaning

Power does not argue, it declares, orders, calls, when addressing its target population. It parades and ritualizes. The corresponding uses of language are the imperative and the performative forms. Sentences of this kind do not have truth value but instead the modal meaning corresponding to instructions: you must do X, you must not do Y; X is deontically necessary, Y is deontically impossible; X is obligatory, Y is prohibited. Interestingly, such formulae do

⁷ Modern ‘paper money’ issued by state-backed banks therefore does not have to refer back to metal money, but as the great crises have shown only need state-backed violence to take over real estate if needed, and can speculate freely in terms of bonds bought and sold by other bonds, as long as there is property for the banks to take; speculation in urban real estate has reached astronomical levels during the last century, because it has become much ‘safer’ than investments in industrial production, and much better as mortgage for new bonds.

not stress the first person but are typically impersonal; they let the force flow from a transcendent source toward the targeted second person.⁸ We may define performative dynamics and its injunctive *enunciation*⁹ by this particular form of address, flowing apparently from the third person toward the second person through a transparent, mediator-like first person.¹⁰ This type of meaning can be directly related to the sign type we call *symbols*. A symbol is a type of signs we spontaneously recognize by its low criticality (a demonstratively non-similar sign relation between items in signifier plane and items in signified plane), also called arbitrariness, which shows us that it is ‘coded’ and issued by some conventional and identified instance. The authority of that instance is therefore the source of its deontic force. Examples include: traffic signs, signs in writing and counting, in musical and mathematical notation, and in sign language. The phonetic signifiers of names clearly belong to this category, and names are basically used for identifying and calling on persons.¹¹ By analogy, words in general are used for identifying and calling up concepts in the mind, which might explain that lexemes and morphemes¹² behave like other symbolic signs, as Saussure noticed, whereas sentences in general do not. Symbols are always the signs of some sort of power.

By contrast, the communication characteristic of social life on the political level is dialogical and discursive. It has to be argumentative and descriptive, because it must prepare decision making. The wide range of grammatical sentence constructions expressing reasoning by causal, conditional, concessive, hypothetical or counterfactual forms of imagination shows the predominance

⁸ There is no sentence saying “I must you to X”, because the source of the force is not the first-person subject; the second person becomes the grammatical subject in “You must...”, “You can...”, “You cannot...” etc., like in passive constructions; the role of the addressee is in fact to passively submit to the injunction. Brandt (2020) has a deeper analysis of the phenomenon in terms of enunciation dynamics.

⁹ Enunciation, French: *énonciation*, means the variable inscription and marking of the speaker’s, the hearer’s, and the possible third person’s subjectivity and status in the expressed language, by personal pronouns, deictic adverbs or otherwise. In France, a considerable amount of research has been dedicated to the study of enunciations and structures, related to expressed meanings, discourse types, and situations of speech.

In this study, we may distinguish *performative enunciation*: the impersonal voice of authority speaks to first person: P3 → P1 (in the absence of a second person, P2); *epistemic enunciation*: P1, P2, P3 are in a triangular dialogical exchange, since P3 can be quoted; and *affective-empathic enunciation*: P1 ↔ P2 (backgrounding of P3). I have elaborated on the dynamics of enunciation in Brandt (2020).

¹⁰ Hence, a threat is often softly formulated as a warning, or an (ironic) advice.

¹¹ Proper names also carry strong social, cultural or institutional connotations; persons entering into religious institutions, such as monks, nuns, popes, change their name.

¹² Morphemes as high-frequency signifiers of schematic structures may also be understood as the diagrammatic components of language. Whether infra-lexemic (as modifiers) or supra-lexemic (as phrase nodes), morphemes always introduce certain topological dimensions into sentence meanings (cf. the ‘satellite’ adverbs: up/down/ in/out...).

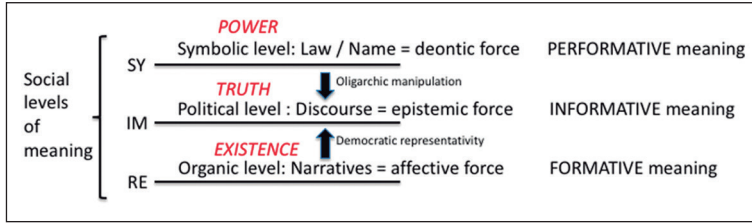
of epistemic modality in this mode of meaning. Political life has to depend on truth.¹³ Exchange of information, verification of news and rumors, critical debate, comparison of accounts and analyses, all this is required for the development of institutions and collective endeavors. Language as discourse unfolds as a support of knowledge and thinking but of course also as the framework of polyphonic drama, whether as lived in agora or staged as theater. The epistemic mode of meaning implies a full display of personhood in enunciation, first and second persons shifting in front of a third person actively targeted as ‘object’: the world as the overall shared challenge. Signs manifesting this mode of meaning are plans, maps, diagrams, that is, the mental and expressive graphics that immediately correspond to the cognitive workings of imaginative thinking.¹⁴ Symbolic threats to the epistemic life of a society often, even predominantly, come from the ways in which money interferes with both normative principles: by countering equality and limiting freedom.

Truth is to the political level what *power* is to the symbolic level. On the organic level, the organizing principle is of course *existence* itself. We produce and reproduce, collaborate and live in families: our stories are tales of work, worship, and love, as Freud said. Language is to be poetic or narrative here and telling is showing how existence can be understood. The corresponding mode of meaning is therefore basically mimetic; language is situational imagery and story, and signs are *iconic*. Icons feed directly into our memory and help build both our identities as historical ‘selves’ and our view of the world, shaped and reproduced by fictions, myths, pictorial, gestural, and monumental representations of more or less legendary figurativity. Iconic signs, including syntactic structures in language, signify by similarity to experienced content and therefore have high criticality (similarity between items in signifier plane and items in signified plane, point by point). Such signs do not process meaning by deontic or epistemic force but by affective impact: they are existential, and emotional, in the sense of affecting our sensibility and deep involvement with life and death as our bodily conditions.

So far, the ecological grounding of society as such yields a stratified view of implied principles, signs, and modes of meaning. The following graph sees the panorama in a modern context and from the political level, where the most prominent, dramatically conflicting influences are organic *representativity* from below and symbolic, authoritarian *manipulation* from above:

¹³ The contemporary crisis of ‘fake news’ therefore signals a structural decline of political life as such.

¹⁴ See The chapter “Diagrams and Mental Figuration”, in Brandt (2019a).

Figure 1 – Social levels of meaning

Source: Author's own organization.

Under the dual symbolic determination, thinking in the social life develops egalitarian and 'identitarian' motives and corresponding contradictions, while also subsuming concerns and initiatives from the population's organic groups of interest and collisions of wealth and misery. Semiotically speaking, an *iconic* mass of stories, myths, songs, and fictions nourish the political sphere's imaginative conceptual, *diagrammatic* elaborations, which are at the same time determined by the overarching power structure's *symbolic* performatives.

Through world history, each part of the planetary socio-sphere has developed particular solutions to the problem of stabilizing the dynamics of the inherently contradictory forces involved in the fact of being a country, a nation, a culture, more or less isolated. The "modes of production" have involved despotism and slavery, feudalism and serfdom, capitalisms and socialisms of different types with corresponding repression forms and variants of exploitation of the populations' work force. Each mode has developed its particular conceptions of law, sacredness, money, property, rights and duties, kinship, ethics and morals, art and folklore. During the last 500 years of 'modernity', political structures reached a high degree of integration or at least interaction in a globalized civilization 'united' by extensive mutual wars and fights for markets, and presently, the symbolic level has territorially become truly *spherical* in the sense of uniting capitals and financial systems in a planetary network that deeply affects political forms worldwide, leaving local populations disoriented. Its arbitrary monetary and 'growth'-oriented dispositions affect the planetary ecology by changing its climate, reducing its fauna, flora, and conditions of life in general. Populations now mobilize trans-locally to join forces and try to protect the shared ecological conditions against the planetary, symbolically determined destruction. The problem involves a growing contrast between the spherical finiteness of planetary resources and the infinite pretensions of linear capital expansion, whether purely numerical, speculative,

thereby increasing abstract power, or else productive and thereby increasing material pollution and biological destruction.

In this situation, it is important to understand the material conditions we share as inhabitants of the planet Earth. And to do so, it is useful also to understand the *immaterial* conditions we share as citizens of the global socio-sphere. The latter is an immediate semiotic task, and it leads to the question of subjectivity: how do we inscribe the subject in this context?

4. On subjectivity

The modes of meaning that social life for fifty millennia has reinforced in our minds and brains have shaped an architecture of our subjectivity that copies the architecture of the socio-sphere, I will argue. As subjects, we in fact live in an organic present time, in which we experience our body and conduct its interactions with others and our material circumstances – this is our personal eco-sphere, so to speak. Our sensory perception is directly related to our acts, which we have to plan and monitor, in the perspective of their circumstances in place and time. In this organic iconicity, we are part of the ‘picture’ we perceive. This is the phenomenological mystery of being conscious. We visually perceive our surroundings from our bodily point of view but at the same time from an imagined position which is much richer than the visual and the proprioceptive percept in each second. We complete the landscape around us and insert ourselves with our others in it, which gives us an immediate situational perception that can carry existential meaning for us. Thereby, we concatenate perceived situations and remember them as scenarios, episodes, and larger narratives, containing ethical and moral meaning.¹⁵ However, when we allow ourselves to develop these narratives or simply concatenated situations *counterfactually*, we need to activate something else, namely a conceptual imagination based on epistemic assumptions and thinking in terms of pure possibilities. Iconic figuration then slides into ‘thinner’ schematic mental diagrams, as hypothetical alternatives to experienced contents are lined up and considered. This is often necessary for making plans or just deciding ‘what’s next’ in our line of action. Playing chess is a nice example, and we may indeed ‘play chess’ in many political or everyday strategic situations that call for careful interaction.¹⁶

¹⁵ Again: *ethics* concern our responsibility for taking care of the other; *morals* concern our identity bonds to the groups we are in. The contradiction is often radical between ethical and moral claims.

¹⁶ See “What is a Game?”, in Brandt (2018).

We may also, as subjects, shift to a symbolic position. This happens when we address others in the name of some authority and enounce an injunction, negative or positive, in the imperative mood, by gesture, or otherwise. The so-called speech act force is symbolic in this sense.

The iconicity of the organic social level and this iconicity of individual sensory perception and bodily experience of actions in real time are semiotically prepared to merge.¹⁷ So the subjective experience will contain echoes of circulating fictions, narratives, images, and myths of all kinds. Furthermore, the social symbolicity of the level of overarching powers will communicate with the subjective symbolicity of deontic language and acts of injunction. The individual is likely to take over the style of actual rulers and priests in the shaping of personal gestures of control and commanding.¹⁸ No mental effort is needed in order to 'project' social power, for example patriarchal or class styles, into individual behavior. In this sense, subjectivity is a socio-sphere in miniature, or a 'mirror' of a given society. A considerable mental effort is even needed *not* to do so. The fundamental difference between a given society and an individual subject living in it is of course that the latter has an inner life!¹⁹ The decisive instance in the self-editing of this inner life is the epistemic semiotics that connects society and individual: the collective process of finding truths and possibilities in order to make decisions concerning the political life of a society and, on the other hand, the individual process of understanding the surrounding world well enough to be able to live in it, are intensely related and interdependent. Truth is vital in both processes. However, what the individual mind takes over from social iconicity and symbolicity depends dramatically on the individual epistemic filter of the mind, that is, *thinking*. We perceive, act, and think simultaneously. Perception and action are therefore closely connected and modify each other within seconds. Thinking, however, needs distance and much more time and is mainly either retrospective (evaluating) or prospective (planning); the present act is procedural and reflexive rather than reflective, which is why social impulses often escape the critical, reflective, conceptual filter when action is fast, intense, and collec-

¹⁷ In cognitive terms, there is no collective iconicity without the individual iconic capacity to form and understand images and thereby connect them to real or possible perceptions. A drawing of a face has to undergo completion by the mind in order to 'mean' a face. Cognitive completion allows us to 'see' things and watch or be in situations very partly simulated. The same completion happens in the reception of language, which simulates very few selected features of a scene. Syntax imposes radical reduction of the information, but even so, we are (often) able to guess the meaning of sentences, by completion.

¹⁸ People wearing uniforms are even supposed to duplicate the style of power expression of their social souverains while in office.

¹⁹ Another difference is that the global ecology is in general hidden to the local citizen, except in his own area of work experience.

tive. We are particularly vulnerable in the present moment, in ‘real time’, as the phenomenon of irrational group behavior shows. Such experiences of intense and irrational presence are typically marked by the feeling of intersubjective fusion: “we are one”.

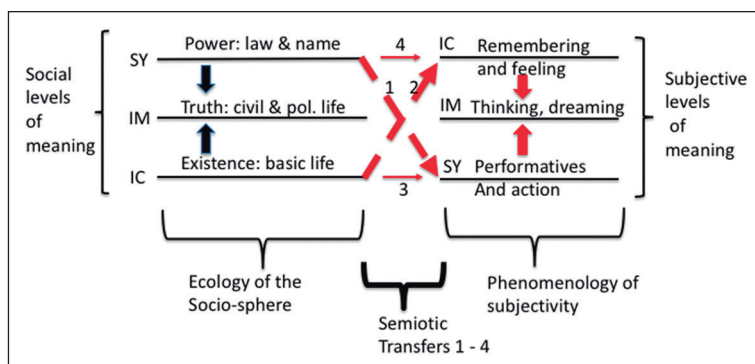
Symbolic and iconic signs easily merge in the mind, through the mechanism described by Roland Barthes, after Louis Hjelmslev, as *connotation*: the sign becomes the signifier of another sign; more accurately, the icon (or iconized symbol) becomes the signifier of a symbol. In this constellation, the affective impact of the icon merges with the deontic effect of the symbol, and what you see becomes what you must do, have or be. This effect is well-known from advertising, propaganda, and ideological fiction. By contrast, the diagrams of thinking, and thereby thinking itself, depend neither on symbols, nor on icons or symbolizing icons. This is extremely important. Whereas symbols anchor their meaning in local power structures and constellations, ‘from where they speak’, as Foucault would have it, and whereas icons ground their meaning in shared feelings, by contrast the internal and external signs that epistemic thinking uses remain in principle *unanchored*, unbound by such ties, if these signs are allowed to unfold; they then reach out towards a global horizon of possibilities and impossibilities. Thinking is thus by its very nature in a semiotic position from where a critical stance to given manifestations of meaning is possible. We see this happen in science, mathematics, philosophy, and art, as well as in everyday political or philosophical discussions and deliberations. While the deontic and the existential modes remain bound to their local social and historical frames, the epistemic mode of meaning is in fact potentially global, planetary. Therefore, it is often a threat to local structures, as history shows, and object to suspicion or persecution. Locally negative, critical thinking is considered as dangerous.

In the architecture of the human mind, thinking even *separates* existential feelings and pragmatic performatives, in the same way as in the socio-sphere, where the epistemic initiatives are regularly fragilized from above and from below (in the vertical axis of model). In the individual mind, determined by the function of human memory, the existential ‘pinacothèque’ constitutes the episodic and auto-biographical, deep layer of long-term memories, which are not always accessible to voluntary recall, and sometimes, if hardly retrievable, described as pertaining to a certain ‘Unconscious’.²⁰ The pragmatic surface of our present doings is predominantly symbolic, as mentioned, which is why ideologies and

²⁰ Epistemic thinking can also be unconscious to a certain point, but most dreams are apparently deontic (symbolic) and affective (iconic). Freud’s Unconscious seems to prefer the affective (*libido*, desire), whereas Lacan’s Unconscious prefers the symbolic (the paternal Name, etc.).

figurative connotations so easily take over our life, if the *cogito* that separates the non-epistemic modes of meaning is not active. Neologisms may be of little use here; but allow me to hammer out this point by characterizing the pragmatic symbolicity as our *agito*, our agentive drive), opposing both this epistemic *cogito* and the background emotional *libido*, which tends to obtain local fusions with contents of the *agito* (as ‘acting-out’), if not inhibited by the intermediate *cogito*. The architecture superposing the *cogito* on the *agito*, and again the *libido* on the *cogito*, creates a triad of instances comparable to that of the socio-sphere that has created it – but in the scale of subjectivity, we might say that it walks on its head, since the symbolic (pragmatic) instance is the most ‘concrete’, and the mnemonic, iconic (libidinal) instance the most ‘abstract’, whereas thinking is, just as in society, the medium that separates them. We might summarize the dynamic relations between social and subjective structures in a diagram as the following (Fig. 2):

Figure 2 – Social and subjective levels and determinations



Source: Author's own organization.

The double determinations or transfers (T1 & T3, T2 & T4) are of course due to the influences of organic collective life on individual existential life, and to the influences of symbolic collective practices and rituals on the iconic individual emotional life (as we see in religion).²¹ Still, any individual subject will

²¹ Transfers from the social to the subjective system: a typical example of T1 would be *war* – the subject ‘serves’ (SY) as a soldier of a country (SY). A strong example of T2: *love* – an existential and sexual encounter (IM) is engraved in the ‘heart’ (IM) of the subject. As to T3: *childhood* – the socio-biographical experience of the subject’s early years (IM) determines the voluntary adult actions (SY) of the subject. And T4: *cult* – the postures of power (SY), its commanding pomp and circumstance, ‘impress’ the subject and produce an affective binding (IM). These types of transfer are only basic forms, and reality may be considerably more complicated. They are *semiotic*, since meanings get embedded in meanings through the syntax of signs containing signs (BRANDT, 2019b).

want to not only ‘belong’ to a society and thereby be a target of social influences that have inhibiting effects on thinking and creating, as indicated, but will wish to inversely influence the ‘world’: anyone wants to ‘make one’s mark’.

The semiotic transfers are practically made when social signs, for example identitary emblems, religious markers etc., are individually used, and as often as socially generated language is repeated in the register of face to face communication. To reverse this process (that is, to invert the direction of the red arrows in Fig. 2) is not an easy task, but the history of ideas seems to show its possibility. The thinking of the individual Enlightenment philosophers is an epistemic achievement that had and still has considerable social effects in and across many societies. Writers, artists, thinkers and ‘intellectuals’ often gain significant impact when social life is in turmoil and its discourses are destabilized.²² But when in such turmoil the singular epistemic voices are silenced, then rational political life as well collapses, and the organic merges socially, not only individually, with the symbolic; the result is always irrational, and often catastrophic.²³

5. On philosophy, briefly

While our planet is burning and life in all forms starts drowning, suffocating, dying in our waste, theoretical concerns of international discourse still mainly run in one direction: growth of global capitals and monetary power, rather than in the opposite direction: humanism and ecological rationalism. The madness of money has largely exiled the principles of humanism, responsible ethics and care for the truths that we need to share in order to assure the habitability of this world (formerly known as ‘sustainable’ economies). Instead, we get management (symbolic) and mindfulness (iconic). A critical ecological view of social life in the perspective of the agonizing planetary socio-sphere presupposes a recognition of the autonomous existence of epistemic meaning, the *cogito*. Why would this view not be self-evident?²⁴

²² Foundational thinking originates, I suppose, I the terrible feeling of collapsing thought and hence a need for epistemic rebuilding in order to re-separate the symbolic and the iconic layers. In the intimacy of subjectivity, sexuality seems biologically linked to a similar but momentary collapse reuniting symbolic (*libido*) and iconic (*agito*) drives. Passions of this kind can be violent. And ‘sexuality is generically stupid’.

²³ Populisms such as historical fascism, falangism, nazism, islamism etc. all manifest this fusion of the symbolic and the organic levels of meaning, short-circuiting the epistemic level – hence the explosion of lies and delirious propaganda they stimulate. Existential philosophers, such as Nietzsche, Heidegger, and Sartre, unfortunately did not see this, but their negligent attitude to truth is characteristic.

²⁴ The linguist-philosopher Jerrold Katz wrote a wonderful treatise on *The Metaphysics of Meaning* (KATZ, 1990) containing a brilliant critique of anti-cogito thinking in analytic philosophy.

There exist in our philosophical modernity two main versions of rationalism, both first clearly conceived in the 17th century, and both bound to become predominant ‘metaphysical’ bases of newer philosophical trends of different kinds. One is René Descartes’ cognitive dualism in the *Meditationes*, and the other is Baruch Spinoza’s mystical monism, in his *Ethica*. Cartesian rationalism was mainly developed in European philosophies, whereas Spinozist rationalism gave rise to the varieties of Anglo-Saxon analytic philosophies. The fundamental question concerns the way to conceive the relation between two elementary forms of substance – mind and matter – or as Descartes termed it, between *res cogitans* (mind) and *res extensa* (matter). Thoughts and physical things are both real, or substances, but evidently not in the same way. How is this relation then to be understood?

In monist thinking, concepts and the things they refer to are *one* (Greek: *monos*, “alone”), that is, materiality and idea are aspects, or attributes, of one same substance, so everything is idea, and everything is matter. Since concepts therefore are situated in the physical world, reality is conceptual and logical as a whole. Some of this world-logic enters the human mind through the body and can make us think. Logical empiricism therefore ties thinking to direct bodily experience and denies any autonomous epistemic universalism or independent dimension of thought: such ‘theory’ is termed ‘metaphysics’ and considered bad for mankind. Non-local ideas are unclear and unhealthy.²⁵ The result is that meaning is only considered pragmatically, empirically, or in semiotic terms, iconically, symbolically, but not diagrammatically: no autonomous cogito is allowed. Therefore, no ecological dimension is developed, since this would contradict the militant pragmatics of this bodily style of thinking.²⁶ Its immediate advantage for the believers is, in return, a reconciliation of thought and religion (which pleased Leibniz: the world seen as God’s thinking) and of thought and money: a *coin* is ‘monistic’ in itself, so to speak, being both a material thing and a concept, an immaterial value. Money is the embodiment of divine protective force – and is therefore in itself a powerful philosophical argument. *Homo oeconomicus* is born and conceived as a monist.

²⁵ Spinoza has to avoid saying that they are false, of course, since falsehood would entail representational autonomy. Either they are true, or they are nonsensical. Nonsense replaces falsehood. So ‘metaphysics’ is ‘nonsense’. ‘Nonsense’ becomes an invective. In his logical epistemology, meaning is necessarily truth. Modern Spinozists do not accept the autonomy of mathematics but insist that logic and math are ontologically the same thing (Russell and Whitehead’s *Principia Mathematica*), and that thing is the world.

²⁶ So, in contemporary terms, there is no climate crisis, unless your body can sense it; but temperatures around my body are rather normal, therefore there is no crisis.

In dualist epistemic thinking, an immaterial *reale* such as a piece of knowledge or information, a mathematical equation, or a musical score, is not an aspect of a thing but a representation of a thing. A representation projects from one substance to the other, so to speak. A representation can be false; whereas monism does not recognize falsehood but prefers to term it ‘vagueness’ (versus clarity).²⁷ However, subjectivity is meaningless without a representational epistemic reality; the instance that lets human beings be different from their social conditions is their autonomously thinking mind rather than its bodily host. The human imaginary, including the capacity to imagine non-actual possibilities, and to understand that a belief can be wrong (false), is crucial to the existence of the critical force of a thinking mind. In dualist rationalism, for example in phenomenology, representations are considered as based both on perception and on conceptual schematization, as demonstrated by language: grammar has lexical input from our categories the experienced world but assembles its units through morphological activation of generic, schematic signs. Language is a simulation of thought. Every human being can think – categorize and schematize – and, as the human rights tradition emphasizes, should be respected without regard to ethnic, gender, class or other identitary criteria. This is the ethical principle underlying humanism and its *homo cogitans*. In this sense, humanism is ontologically (metaphysically) dualistic.

Homo œconomicus thus opposes *homo cogitans* in the same way as the logic of money opposes truth-oriented reason; as ethnic concerns oppose ethical concerns; as monism opposes dualism; and as global economy opposes planetary ecology.²⁸

Within semiotics, the concept of meaning is implicitly interpreted in the monistic key by the school of bio-semioticians, who wish to foreground the idea of a continuity of life spanning from the simplest organisms through all parts of the living world to human beings, cultures, and languages. In this view, meaning is explicitly anchored in the activity of specific organisms as what connects individuals to conspecific individuals, species to other species, and different local bio-spheres to each other. Meaning expresses itself, it is suggested, in all biological exchanges, whether chemical, mechanical, or behavioral. Meaning, here, is clearly not representational: it has no content and essentially just ‘means’ itself. Curiously, but characteristically, bio-semiotics has not developed non-local

²⁷ In existential philosophy, the difference becomes a distinction between authenticity and inauthenticity (alienation).

²⁸ How is the mind technically related to the body? Descartes suggested that the nerves were involved. But how precisely? This is still an open question, and one whose answer may come from correlative studies in neuro-phenomenological research (what is going on where, when, and how?).

ecological perspectives. Its vitalism establishes instead a hard boundary between the animate and the inanimate world and keeps all of its interest within the animate continuum. Therefore, the fate of the planet itself, under the weight of this continuum, does not deserve its attention. I would rather suggest considering this school as a form of bio-pragmatic cybernetics.

Semiotics in the linguistic tradition, by contrast, is content-oriented and, with a cognitive perspective added, also open to the biological dimension, albeit in a different key, since meaning is here a matter of minds and brains, which many animal species have, in beautifully variable forms. As mentioned, human meaning production includes cogitative imagination, not only finding and knowing facts (iconic) and giving orders (symbolic) or obeying them; and such minds are therefore able to transcend their bio-environmental niche and grasp wider horizons, including problems that haunt the niche of all niches, the planet. The socio-sphere that covers our planet and whose material interaction with human societies created the architecture of our semio-sphere and its modes of meaning, as well as that of human subjectivity, is furthermore a necessary starting point for a general semiotics.²⁹

6. Critical conclusive comments.

The above delineates a view and outlines a way of doing semiotics that is not usual. Standard semiotics can be seen as limited in certain respects. Either it only studies the semio-logic of reasoning (Peircean semiotics) or only the semiotics of discourse (Saussurian and Greimasian semiotics). In both cases, it ignores the most important tasks and goals of a science of human realities. These realities, or objects, include 1) the nature of socio-cultural reality (what is a society and a culture made of?), 2) the nature of language and signs (what is language, what is semiosis made of?), and 3) the nature of subjectivity, mind, and psyche (what is a mind, what is affectivity, what is intersubjectivity made of?). Semiotics must contribute to and learn from existing studies on the structural nature of these realities.

Semiotics, so far, has been uninterested in addressing these questions or fields: socio-anthropology, linguistics, psychology. In all cases, to all of these questions, its answers have invariably been “logic” or “discourse”. Despite being a general study of meaning, it has had minimal impact in the fields of sociology,

²⁹ The difference between *a* society and *the* socio-sphere is made dramatically clear by the migrants from zones exposed to war, inter-ethnic destruction, and climatic catastrophes. The new planetary *homo migrans* lives directly in the socio-sphere.

linguistics, psychology (incl. psychoanalysis).³⁰ Semiotics has not had the capacity to interact epistemically with other disciplines committed to the endeavor of studying these aspects of the human world. Asked what is ‘society’, what is ‘language’, what is ‘psyche’, it has had very little to say. In philosophy, it has supported standard pragmatics or standard empiricism or hermeneutic empiricism; even phenomenology is left untouched by semiotics (except in the case of Merleau-Ponty). Asked what *ecology* is – the question above all other urgent questions in the contemporary political world – it suggests that it is a compelling notion (in logic), a compelling theme (in discourse), not discovering or embracing the idea that it is, referring to the planetary condition of human civilization, a fundamental and rather dramatic evolutionary process that created the structured nature of meaning itself.

Last but not least, current semiotics has had little to say about money.³¹ Semiotics has never challenged economics; it discusses ‘values’ as moral entities but not the intriguing monetary phenomenon itself.³²

A planetary semiotics grounded in planetary ecology and maintaining a planetary scope in the study of the realms of power, language, subjectivity, communication, and the existential dimensions of meaning, by contrast, opens the inquiry to forms of research including these major components of the human and animated world. The stratification of the socio-sphere, the *modes of meaning* existing in the subsequent semio-sphere, the contradictions inherent in the stratified historical societies³³, the functions of language, and the dynamics of subjectivity: all of these factors are aspects of our human reality, which in this perspective constitute a consistent structural whole and may be addressed on the base of a unified ontology. While methodologies vary according to the specificities of subfields and the inventivity of its researchers, an ecologically based global ontology is a prerequisite for a dynamic semiotic approach meeting the

³⁰ We might well speak, by prefixes, of socio-semiotics, psycho-semiotics, and semio-linguistics, but these specializations stay within the guarded domain of plain standard semiotics.

³¹ In philosophy, Hénaff (2002, 2012a) contributes substantially to the thematization of money as discussed in the tradition from Plato to Searle, and from Marcel Mauss to Lévi-Strauss. Hénaff (2012b) is a beautiful introduction to the great philosopher of the global world, Michel Serres.

³² The remarkable exception is Lamizet (2013, p.21, italics are mine), a monumental critical analysis of value, meaning, semiotics and political economy. Still, this work stays in the realm of “the political *language* of economics”. Money and monetary value are interpreted as manifestations of fetishism in the psychoanalytical sense, and Lacan is strongly present in the references.

³³ Again, these include: symbolic contradictions between legal and religious violence (Law and Name); political contradictions opposing claims of equality and of freedom; organic contradictions between ethics (solidarity, community) and morals (particularity, property). These are unsolved and probably insoluble. Their mutual intrigues and alliances have occupied humanity throughout history, but they all now require drastic reformulation in the light of *homo migrans* (see above) and the ecological state of the planet.

challenges of the humanities and the social sciences in the age of a crisis destabilizing both 'spiritual' and material life on the planet Earth.

The foundational problems of *society*, *semiosis*, and *subjectivity* have stayed opaque as long as they were mutually isolated. Taken together, they illuminate each other and give rise to a planetary-based, comprehensive and critical form of thinking, which I would certainly still call semiotics.

7. Afterthought

The semiotic status of art, including literature and music, is that it has a scope integrating the symbolic, the epistemic-political, and the iconic-organic meaning levels in ways that depend intensely on the transfers between the social and the subjective registers in the artist's and the receiver's lives. Art is therefore *eo ipso* even more sensitive to global ecology than any other semiotic practice, which adds to the list of contradictions a dynamic socio-spheric opposition of two major forces – the force of human violence and that of natural violence. Nobody will escape experiencing the clash of these forces. Art already fights within it, on one side or the other. This is thus, on may say, aesthetics in a new key, and a new key to the metaphysics of meaning.

REFERENCES

BRANDT, P. A. La dynamique énonciative de la subjectivité. **Actes Sémiotiques** [En ligne], Limoges, n.123, 2020. Available at : <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6405&file=1>. Accessed on: Mar. 2020.

BRANDT, P. A. **The Music of Meaning**: Essays in Cognitive Semiotics. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2019a.

BRANDT, P. A. From Linguistics to Semiotics: Hjelmslev's Fortunate Error. *In*: HÉNAULT, A. (éd.). **Le sens, le sensible, le réel** : Essais de sémiotique appliquée. Paris: Sorbonne University Presses, 2019b. Quatrième partie.

BRANDT, P. A. What is a game?: A Ludo-Semiotic Approach. **Language and Semiotic Studies** [online], Suzhou, China, Winter 2018. Available at: http://lass.suda.edu.cn/_upload/article/files/b1/41/2ade60054bb8b3190cbbb34fc45a/1308dbae-d692-4eb9-b411-24121e777159.pdf Accessed on: 10 Apr. 2020.

HENAFF, M. **Le Don des philosophes** : Repenser la réciprocité. Paris: Le Seuil, 2012a.

HENAFF, M. **Naissance du monde global** : Actualité de Michel Serres. Paris: Bourin, 2012b.

HENAFF, M. **Le Prix de la Vérité** : Le don, l'argent, la philosophie. Paris: Editions du Seuil, 2002.

KATZ, J. J. **The Metaphysics of Meaning**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1990.

LAMIZET, B. **Le Sens et la Valeur** : Sémiotique de l'économie politique. Paris: Classiques Garnier, 2013.

“RIDÍCULO POLÍTICO”: ANÁLISE DE UMA MUTAÇÃO ESTÉTICO-POLÍTICA

Marcia Tiburi¹

RESUMO: O termo *Ridículo Político* designa uma mutação na cultura política em grande escala. A hipótese desse artigo é de que essa mutação se estabelece em um patamar estético fundamental à política. O trágico como fundamento do político foi substituído pelo cômico. Outra hipótese a ser analisada é que a passagem ao fascismo na atualidade tem ocorrido por meio do uso metodológico da *ridiculosidade política* transformada em capital sobretudo em processos eleitorais marcados pelo populismo. O artigo se propõe, portanto, a introduzir o conceito de ridículo por meio de uma análise do risível como forma psicopolítica de controle e de catarse sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Ridículo. Estética. Política. Tragédia. Cultura política.

POLITICAL RIDICULOUS: AN ANALYSIS ABOUT AN AESTHETIC-POLITICAL MUTATION

ABSTRACT: The expression *Political Ridicule* designates a mutation in political culture on a global scale. This article hypothesizes that this mutation is establishing at an aesthetic level fundamental to politics. The tragic was the basis of politics and comic replaced it. Another hypothesis to be analyzed is that the passage to fascism today has occurred through the methodological use of “political ridiculousness” transformed into capital, especially in electoral processes marked by populism. The article proposes, therefore, to introduce the concept of ridicule through an analysis of laughable as a psycho-political form of control and social catharsis.

KEYWORDS: *Ridiculous. Aesthetics. Politics. Tragedy. Political culture.*

¹ Université Paris 8 - Saint-Denis – França. Professora de Filosofia. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0940-5835>. E-mail: marciatiburi2011@gmail.com

A hipótese do “Ridículo Político”

Este trabalho tem um duplo objetivo. Em primeiro lugar, o de situar o conceito de “Ridículo Político” (TIBURI, 2017)² como categoria de análise válida para a compreensão da política contemporânea. Em segundo lugar, busca responder à pergunta quanto à passagem das democracias contemporâneas ao fascismo ou, em termos mais sociais, à fascistização de sociedades em nossa história política recente. A partir de uma abordagem estético-política, a hipótese sustentada é a de que o “Ridículo Político” é o operador efetivo e processual da guinada autoritária que se apresenta de maneira sedutora para as massas nessa fase do capitalismo mundial. O “Ridículo Político” (que, como categoria, implicaria o termo *ridiculosidade* ou *ridicularia*) se tornou o calibrador de um metabolismo estético-político que acompanha um projeto econômico-ideológico. O populismo de extrema direita em ascensão vertiginosa na segunda década dos anos 2000 se revela nesse processo não apenas como usuário astucioso dessa dimensão estética marcada por performatividades e teatralidades, mas como a própria coisa.

A expressão “Ridículo Político” se define na intersecção entre os campos da estética e da política. Por meio dela, expõe-se o que se pode considerar uma mutação na cultura política atual, cujos avatares mais evidentes se encontram pelo menos cem anos antes, no âmbito dos fascismos que tomaram conta da Europa. A questão pode chegar aos alvares da história do poder, bem como ter um alcance geopolítico vasto. Ao contrário de uma clivagem, a mutação em questão é tecida na História, sendo observável na irrupção decisiva e originária do plano estético como platô fundamental da experiência que se tem por política. Na busca pela verdade que caracteriza as empreitadas filosóficas é preciso levar em conta que a estética não pode ser separada da política, do mesmo modo que a política não pode ser separada da estética. Nesse sentido, buscaremos mostrar como a mutação política em jogo é, ela mesma, uma mutação estética que não apenas perturba, mas instaura uma outra qualidade do político.

Pode-se dizer ainda que o plano estético, enquanto caráter plástico da política, é moldado conforme necessidades de poderes em jogo – considerando o jogo político em sua dimensão competitiva, mimética e teatral – e sobressai mais ou menos conforme situações e condições históricas. O que é chamado de anti-política, hoje, é justamente a política que se oculta como tal e reaparece como farsa, mas apenas para aqueles que estiverem em condições cognitivo-afetivas de

² O conceito de “Ridículo Político” foi apresentado em um livro homônimo publicado em 2017 pela Ed. Record. Nesse artigo, apresento aspectos levantados na continuação da pesquisa sobre o tema.

perceber a farsa. Muitos entram no jogo sem que se deem conta de que se trata disso, precisamente porque sua percepção vem sendo afetada.

O *não-político* é um dos principais tropos retóricos da *antipolítica*. Personagens políticos que se definem como não políticos certamente operam como cínicos ao nível do discurso. Trata-se de uma astúcia usada por candidatos, em épocas de campanha, que lucram politicamente com a operação de destruição genérica da política. A questão da diferença entre *o político* (o contexto geral da condição humana, do ser genérico em ação linguística e intersubjetiva) e *a política* (das instituições burocratizadas) será desenvolvida em breve, mas, por enquanto, tratamos de colocar em cena que a posição paradoxal, pouco percebida pela população eleitora, reflete, sobretudo, um efeito do poder na era de sua ridicularização. O que surge como ódio à política advém de um rebaixamento da política operada em seu próprio bojo. A supressão fetichista da característica política da eleição é uma das táticas comuns no contexto do abandono dos escrúpulos que caracterizam a moral dos candidatos e das massas envolvidos nos jogos políticos. O cinismo é a regra dessa discursividade que nega o lugar em que ela se instaura. Certamente, o personagem que encarna esse paradoxo de ser político enquanto nega a política, devém tanto mais grotesco quanto mais tentar utilizar o efeito do poder. Ao mesmo tempo, quanto mais o nega, mais vitorioso se torna.

Na era da percepção manipulada, torna-se impossível para a maioria da população compreender o jogo que está sendo jogado, em outras palavras, perceber a performance da qual participa. Como no clássico conto de H. C. Andersen, no qual os súditos não conseguem ver a nudez do rei³, estamos diante de um problema grave de discernimento que é, igualmente, de percepção. A imagem do conto nos confronta com a questão do plano estético-político. O que é suprimido no que Eduardo Grüner (2002, p.34) definiu como sendo uma “supressão fetichista do político pelas operações da política” é justamente a imagem da nudez do rei. Em outras palavras, impede-se que a verdade e sua carga trágica sejam percebidas. A impressão de prestidigitação da política contemporânea advém da produção de ilusões. Essa é a estratégia própria da política no contexto do capitalismo. Desaparece o político, a instância trágica, como veremos adiante, por meio de operações da política como instância burocrática.

Há, nesse momento, que se prestar atenção à estrutura da supressão relacionada à política transformada em operação de ocultamento do político. O poder precisa esconder a nudez do rei, porque desse ocultamento depende a

³ *A Roupas nova do imperador* foi publicado em 1837 por Hans Cristian Andersen e se inspira em contos. Nesse caso, a percepção de criança que vê o rei nu é uma metáfora da consciência que não se submete à vaidade e à soberbia do poder.

sua manutenção. Contudo, não só o rei está nu, também a roupa não existe e é preciso perguntar como ela desapareceu, pois não se trata de um objeto que nunca tenha existido. Mesmo que haja tantos personagens que não a utilizam, ela está guardada em algum lugar.

No contexto da argumentação em curso, isso quer dizer que a instância ritual própria ao político, no tempo do trágico, dá lugar a uma mera simulação no tempo do cômico. O comum – a roupa que todos devemos ver ou cuja ausência todos devemos perceber – que nasce do ritual que, por sua vez, designa o que se faz em conjunto para celebrar algo, encontra-se esvaziado. A fantasia é comum e até mesmo o delírio⁴. Aquilo que em Kojève (1947) surge como a “animalização do homem”, o “esnobismo” como um ritual vazio de conteúdo, como pura formalização da vida humana, pode ser uma chave de compreensão do que está em curso. O que compreendemos por comédia, sobre a qual se fez muito menos teoria do que sobre a tragédia até hoje, é o *locus* político do tempo pós-histórico de Kojève, no qual o ser humano entraria em um devir animal. Ora, a comédia se relaciona ao vínculo com o animal, com o rasteiro, com o humano enquanto relacionado ao universo dos inferos, por oposição ao trágico ligado à transcendência, ao mundo dos deuses e, por isso, à morte.

Nesse sentido, a mutação sobre a qual esse artigo versa, diz respeito à elevação do cômico como novo patamar e até mesmo novo paradigma político no qual o político é ele mesmo negado, enquanto se nega o trágico e, para levar em conta o que nos diz Kojève, o histórico. Portanto, não há qualquer utopia nisso, como parece haver em Kojève quando de suas impressões sobre os rituais sem conteúdo da aristocracia japonesa e o *American Way of Life*. É a própria natureza em que a animalização poderia significar reconciliação que é negada no tempo da farsa. Em vez da verdade ou de uma busca pelo nexo entre política e verdade, o ser humano tem agora que se resolver com o simulacro na ordem do político em que habita. Não é de se espantar que os discursos no tom da *pós-verdade*, as *fake news*, a desinformação, façam parte de um programa linguístico produzido como uma nova forma de fazer política. A pós-verdade só poderia surgir na pós-história de Kojève e representa um novo metabolismo da economia linguística.

Com tal abordagem, está em jogo, certamente, a imagem da política sob as condições do capitalismo, mas, sobretudo, essa imagem no contexto de uma performatividade política geral, na qual os efeitos buscados pelo capitalismo

⁴ Em 2019, publiquei *Delírio do poder*, psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação (Ed. Record), no qual busco estabelecer nexos entre categorias transdisciplinares que nos permitam entender jogos políticos.

servem à autorreprodução do poder⁵. A operação ritual e/ou simbólica ínsita a todo poder é o que estamos chamando aqui de sua performatividade, e ela está vazia. Ela implica agora fingir que o próprio poder não está em cena, que a violência que se pratica em nome do poder não é violência. A supressão fetichista do político é também supressão da verdade. Ao mesmo tempo, simula-se um nexos imediato entre o povo e o soberano ou o personagem político em fase eleitoral por meio desse vazio ocultado.

O vazio é também da democracia que reaparece como uma espécie de “causa perdida” (GRÜNER, 2002, p.22)⁶. Ela não faz outro papel que servir de espetáculo esmaecido de um ritual esvaziado. Ela também se torna o significante vazio (LACLAU, 1993, 2011; MOUFFE, 2013) usado até mesmo pela extrema direita. Nesse sentido, pode-se dizer que a democracia se torna algo de espectral. Ela é apagada no momento em que é usada como reprodução e autorrealização imediata do poder ou do que, em Adorno, é a própria realidade enquanto ideologia (ADORNO; HORKHEIMER, 1973) e que remete ao tema da transparência, presente na alegoria da roupa nova do rei⁷. Ela é a cortina de fumaça, a roupa nova do rei que não pode ser vista como ausente justamente por não existir, devendo, portanto, ser aceita como uma fantasia coletiva com valor de verdade absoluta. Eis a dimensão estética do populismo, o acordo de todos em torno de uma mentira, que se confunde com sua dimensão social.

A dimensão estética, nesse sentido, não é uma força ou uma qualidade do poder. Ela é o próprio poder enquanto significante vazio exposto na roupa inexistente do rei. Pode-se dizer que tanto menos estético no sentido de buscar efeitos é o caráter do poder, quanto menos autoritário ele venha a ser. E, nesse sentido, não surpreende que o capitalismo seja uma ditadura estética que busca a todo custo ocultar seu caráter autoritário por meio da sedução e adulação das massas. Tal é o cenário no qual o jogo do “Ridículo Político” se desenvolve.

⁵ O conceito de performatividade usado nesse trabalho é o clássico conceito da teoria da linguagem do pensador inglês J. L. Austin, para quem falar é fazer. Cf. *How to do things with words*. Second Edition. Cambridge: Harvard Press, 1976.

⁶ Original: *La democracia, pues, en este sentido “sustancial”, “ontológico”, es el Objeto Imposible de la Política: es lo político vuelto “causa perdida” de la Política*. (GRÜNER, 2002, p.22).

⁷ “A ideologia contemporânea é o estado de conscientização e de não conscientização das massas como espírito objetivo, e não os mesquinhos produtos que imitam esse estado e o repetem, para pior, com a finalidade de assegurar a sua reprodução. A ideologia, em sentido estrito, dá-se onde regem relações de poder que não são intrinsecamente transparentes, mediatas e, nesse sentido, até atenuadas. Mas, por tudo isso, a sociedade atual, erroneamente acusada de excessiva complexidade, tornou-se demasiado transparente. Essa transparência é, justamente, o que se admite com maior relutância. Quanto menos subsiste de ideologia e quanto mais toscos são os produtos que lhe sucedem [...]” (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, p.203).

Foucault mencionou o ridículo como uma característica de certos personagens ligada à dimensão do “grotesco”⁸, ele mesmo parte da mecânica do poder. Em seu curso sobre *Os anormais*, afirma que já se podia perceber em personagens como Nero e Heliogábalo o funcionamento do cateter “ubuesco”, expressão empregada a partir da peça *Ubu Rei*, de Alfred Jarry (1896), encenada no fim do século XIX na França. Foucault insiste que é preciso tratar o grotesco como categoria de análise e não como mera injúria. Sua intenção é compreender o “discurso grotesco”, ao mesmo tempo “estatutário e desqualificado” exercido por juízes e médicos no contexto da produção de *um* “efeito de poder”. Foucault coloca a questão do “soberano infame”, um personagem no seu todo “infame, grotesco, *ridículo*”, e da “soberania grotesca” que se define pela “maximização dos efeitos do poder a partir da desqualificação daquele que o produz” (FOUCAULT, 1999, p.12)⁹.

Tendo em vista a afirmação de Foucault de que jamais se fez a teoria da “infâmia do soberano”¹⁰, é chegado o momento de investir menos nessa possibilidade, do que no problema levantado pela questão. Será possível contar a história dos soberanos vis, a história dos atores políticos vergonhosos por sua violência, estupidez, idiotice quando o que se define por *poder* talvez não seja mais do que a forma da violência que oculta o seu grotesco e se vale nesse processo de artimanhas estéticas, tanto discursivas quanto imagéticas? Embora a alusão à teoria do soberano infame não tenha sido retomada por Foucault, seu potencial esclarecedor não pode ser deixado de lado, sobretudo, nesse momento em que proliferam exemplos dos personagens e discursos grotescos na cena política em todo o mundo. O texto que segue, busca ser uma compreensão do cenário geral, do estilo político a que populações estão estética e politicamente submetidas e, muitas vezes, em pleno regozijo dessa condição.

⁸ Foucault discute a relação entre verdade e justiça e afirma que é justamente na intersecção desses enunciados que surgem aqueles discursos verdadeiros, com “efeitos judiciários desejáveis” e que têm a curiosa propriedade de serem estrangeiros a todas as regras, mesmo as mais elementares de um discurso científico, às regras do Direito e que são “grotescos”. Conforme *Les Anormaux* (FOUCAULT, 1999, p.12) e *La vérité et les formes juridiques* in *Dits et Écrits* (FOUCAULT, 2011, p.1406-1514). Devo a Bertrand Ogilvie o alerta para esse texto de Foucault. Ver ainda: Casara (2018).

⁹ Original: *En montrant explicitement le pouvoir comme abject, infâme, ubuesque ou simplement ridicule, il ne s'agit pas, je crois, d'en limiter les effets et de découronner magiquement celui auquel on donne la couronne. Il me semble qu'il s'agit, au contraire, de manifester de manière éclatante l'incontournabilité, l'inévitabilité du pouvoir, qui peut précisément fonctionner dans toute sa rigueur et à la pointe extrême de sa rationalité violente, même lorsqu'il est entre les mains de quelqu'un qui se trouve effectivement disqualifié.* (FOUCAULT, 1999, p.12).

¹⁰ Original : *Ce problème de l'infamie de la souveraineté, ce problème du souverain disqualifié, après tout, c'est le problème de Shakespeare; et toute la série des tragédies des rois pose précisément ce problème, sans que jamais, me semble-t-il, on ait fait de l'infamie du souverain la théorie.* (FOUCAULT, 1999, p.23).

Nesse texto, a escolha por desenvolver o tema do ridículo, cuja especificidade deve ser analisada para além do grotesco¹¹, se deve à hipótese de que é o riso que está no cerne da operação estética do poder autoritário em sua fase atual. Uma análise do grotesco implicaria outra pesquisa e outros alcances. Analisar o riso como um aspecto central da dimensão estético-política deve nos ajudar a entender o movimento pelo qual uma certa imagem da política em vigência no imaginário da sociedade sofreu transformações contundentes.

O conceito de “Ridículo Político” remete a um cenário, a um ambiente ou atmosfera pública. Personagens que se apresentam como caricaturais, e sem vergonha alguma de sê-lo, dentro de uma indústria da comunicação conspurcada por mentiras e *fake news*, representam uma espécie de novo capital político que vem sendo amplamente produzido e consumido no tempo da política reduzida à publicidade tal como já acontecia no período do nazismo alemão. O rebaixamento da política à publicidade produziu um tipo de imagem, a da política como mercadoria. A imagem da política profissional exercida por representantes parlamentares é de algo sem valor ético e moral. Nessa imagem, combinam-se o moralismo, a religiosidade e a retórica do ódio que, aos poucos e conforme necessidades, fazem transição ao escancarado discurso fascista. Os discursos grotescos de que fala Foucault rumam para a destruição e a morte em regimes autoritários, contudo, em um primeiro momento, as populações atingidas por tais discursos não levam a sério, ou levam pouco a sério o que os portadores da fala odienta dizem, justamente porque não compreendem seu conteúdo ou, ao compreendê-lo, pensam ser puro *flatus vocis*. Tais personagens políticos são encarados como figuras exageradas, caricaturais, em uma palavra, grotescas e/ou ridículas, mas que, ao mesmo tempo, divertem. Tornam-se merecedores de votos e vitórias eleitorais por diversos motivos, tais como vingança e ressentimento dos eleitores contra políticos de esquerda¹².

Por “Ridículo Político” podemos, portanto, definir tanto a performance particular de um indivíduo quanto a performatividade em si mesma, uma espécie de método a que qualquer um – grupo, movimento, partido - pode aderir. A qualidade publicitária é a garantia de lucro político imediato na forma de votos. A performatividade pessoal se dá em uma cena, uma atmosfera construída, uma espécie de clima dentro de um palco no qual o ator precisa apenas ser *espontâneo*

¹¹ O grotesco é uma categoria ampla e que comparece em outros cenários com uma multiplicidade de sentidos e riquezas que nos desviariam do foco ao qual o *ridículo* nos permite chegar mais precisamente. Remeto ao livro de Francis Barasch (1971).

¹² Ver a pesquisa de Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco (2020). Bem como o livro de Rosana Pinheiro-Machado (2019). Ver também a pesquisa de Esther Solano (2019).

e *catártico*, no qual a estupidez, a grosseria, a burrice servem como impulso ao texto verbal a ser proferido. Nesse palco, que possui a dimensão de um *todo* na percepção coletiva, é estabelecida uma *Gestalt* dos personagens políticos. A percepção da forma política como algo desagradável que, porventura, possa surgir para alguns espectadores, não exclui o êxtase gerado em nível cênico para massas por tais personagens. Há, no Brasil e no mundo, casos de pessoas que poderiam ter se tornado vítimas de cenas ridículas das quais participaram, mas que, na verdade, foram *premiadas* por elas elegendo-se como candidatos mais votados¹³.

O “Ridículo Político” se tornou um capital estético-político. Ele diz respeito ao retorno de algo arcaico, de uma imagem que sobrevive no tempo para compor, sob novas condições tecnológicas, um ambiente no qual a política dá espaço a uma simulação específica da barbárie. É a política como teatro do grotesco pelo ridículo. Podemos falar de uma inversão de patamares éticos ou morais, mas se trata de avaliar algo anterior, relacionado ao que, nas palavras de Adorno e Horkheimer (1984), é o fascismo, quando: “o que estava oculto aparece à luz do dia”, no momento em que “se revela também a história manifesta em sua conexão com esse lado noturno e ignorado tanto na legenda oficial dos estados nacionais, quanto em sua crítica progressista”.

Esse fenômeno se torna ainda mais complexo no contexto de uma sociedade do espetáculo ou de uma sociedade excitada. Os eleitores, indivíduos que potencialmente poderiam fazer um exercício de cidadania crítica, foram reduzidos a espectadores – ou telespectadores¹⁴ –, a robôs da política, ela mesma transformada em puro espetáculo. Isso quer dizer que a relação que os cidadãos têm com a política hoje é mediada por práticas estéticas e tecnológicas que mudam

¹³ Há vários casos, mas podemos destacar alguns deputados que merecem análise: Tiririca, Janaína Pascoal, Alexandre Frota, Kim Kataguirí. Eles ascenderam ao poder a partir de posturas que se encaixariam no que Foucault denominou como grotescas. Infelizmente, as especificidades de cada um desses personagens não podem ser analisadas no contexto deste artigo. Remeto, contudo, a parlamentares mais antigos que os citados quando da famosa cena no Congresso Nacional brasileiro, no momento da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, o que chocou a população. Os deputados que ali estavam foram reeleitos em 2018. Um deles, que proferiu o seguinte discurso, o mais grotesco de todos, tornou-se presidente do Brasil: “Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos da casa. Parabéns, Presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o foro de São Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim”. Bolsonaro era conhecido por nunca ter tido uma lei aprovada. Dentre seus projetos apresentados à casa legislativa, inclui-se o da castração química de estupradores. Apesar da atuação pífia na Câmara, sempre foi um dos deputados mais votados do país. O governo de Bolsonaro segue, hoje, a linha de sua campanha, que cresceu e apareceu desde aquele momento.

¹⁴ Empreendi um esforço em lançar as bases para uma teoria do televisivo, em livro que foi publicado em 2011 intitulado *Olho de Vidro: a televisão e o estado de exceção da imagem*, no qual tento mostrar como o televisivo é o universo das telas às quais estamos submetidos e que funcionam como mecanismo de dessubjetivação.

a qualidade das velhas percepções e rituais definidores, até então, da experiência com a política.

Antes de seguir com essa análise, faz-se necessário, contudo, compreender o arcabouço conceitual, epistemológico e histórico da relação entre estética e política.

A dimensão interseccional entre Estética e Política

Compreender a centralidade da estética no que concerne à análise política, resgatar a relação histórica entre estética e política, a relação de *fundamento* de um campo em relação ao outro, como vemos atualmente proposto em pensadores como Jacques Rancière (2000) e Eduardo Grüner (2002), nos ajudará a aprofundar aspectos relacionados à reflexão sobre o “Ridículo Político”.

Até aqui, os conceitos de *político* e *política*, de *estético* e *estética* apareceram de maneira pouco diferenciada. A partir de agora, estabelecem-se definições que permitirão instituir paralelos entre o político e a política, o estético e a estética, a tragédia e a comédia e, desse modo, compreender a ideia de uma mutação na cultura política denominada pelo conceito de “Ridículo Político”.

Primeiramente, devemos definir o *político* como o território concreto em que se articulam os diversos âmbitos da vida humana: o ético, o moral, o econômico, o religioso, o individual, o mundo da vida, o privado, o público, o psíquico, o social, o ideológico, o religioso, o simbólico e o imaginário. Devemos incluir nele os articuladores do “desentendimento” (RANCIÈRE, 1995) e do “agonístico” (MOUFFE, 2013). O *político* diz respeito ao todo das ações humanas que aderem à ordem ou a confrontam, sendo essa ordem, ela mesma, um efeito de relações. O político será a experiência do social na qual ritual e fundação do Estado se articulam, tal como vemos em Grüner (2002) para quem os três elementos (Estado, Ritual, Sociedade) são uma única ação fundacional. Em Grüner, encontramos que o Estado moderno burguês só pode se articular com base, justamente, na negação do *político*, o que equivale à negação do trágico¹⁵. Para o filósofo argentino, o político está separado da política. O político é:

¹⁵ Como la referencia originaria proviene de Totem y Tabú, y por lo tanto de una teoría sobre el origen de la Ley que hace posible la existencia misma de la ecclesia, de la comunidad social, tenemos derecho a hipotetizar - apoyándonos un poco “abductivamente” en los ejemplos de Geertz o de Victor Turner - que la función central del ritual comunitario, y en especial del ritual de sacrificio, es “fundadora”: instaura (o re-instaura, en su periódica y calculada repetición) la Ley, pero de una manera que recuerda, con fines por así decir “preventivos”, el conflicto primario entre el Orden (de la Ley) y el Caos (la violencia primera y primaria que hizo necesaria la Ley). La repetición ritual del crimen originario no sólo reafirma la Ley, sino que re-anuda el pacto de los “hermanos” para asesinar al “padre”: la astucia simbólica del ritual consiste en ritualizar la p recedencia lógica de la transgresión respecto de la Ley, y por lo tanto la amenaza permanente de la violencia fundadora, que debe ser conjurada con

Entendido como instância, ou seja, como espaço de uma ontologia prática do conjunto dos cidadãos, como pode ser encontrado na noção aristotélica de *“zoon politikón”*, na qual “política” deve ser entendida como o “exercício de uma profissão” específica nos limites institucionais definidos pelo espaço “estático” do Estado de Direito. (GRÜNER, 2002, p.21, tradução nossa)¹⁶.

A abordagem de Grüner permite pensar o momento anterior ao advento do ridículo e antecipar a problemática da relação entre estética e política em termos ontológicos para além do tempo histórico-cronológico. Para Grüner (2002, p.20, tradução nossa), “[...] este conflito fundador do político entre o Caos do gozo sem amarras e a Ordem da regra que se articula no ritual de sacrifício já possui sua ‘teoria’: chama-se Tragédia.”¹⁷. Não podemos deixar de mencionar, embora escape ao objetivo deste artigo, que Grüner começa seu texto analisando um ritual fúnebre de um rei balinês, comentado por Clifford Geertz, no qual as jovens esposas do rei atiram-se, sem dúvida alguma quanto ao que fazem, à pira na qual o esposo real é cremado. Esse sacrifício nos faz lembrar do texto de Nicole Loraux sobre a matança das mulheres na tragédia grega, colocando-nos diante do problema relativo ao lugar ocupado pelas mulheres na tragédia e, por consequência, na política (1985). O prazer estético em questão, na tragédia, não é separado do sentido do político e da política como estruturalmente patriarcais¹⁸ e definidos sobre uma fundação trágica na qual as mulheres têm um papel único, o do sacrifício.

Nesse sentido, ao buscarmos uma definição do estético, não podemos dizer que ele seja mais uma parte do político, pois, muito antes, ele é seu fundamento. A tragédia não é apenas um gênero teatral, no sentido que o teatro assume no mundo contemporâneo. A tragédia é o ritual político-estético-social que define uma determinada relação do indivíduo com o todo. Trágico é, por sua vez, o elemento constitutivo do político e que está ausente na política como institu-

la asunción universal de la Ley vía “culpa retroactiva”. Sí, pero ¿qué hay del acto originario, del asesinato “real” del “padre terrible”? ¿De dónde salió la Culpa si en ese entonces no había, estrictamente hablando, Ley? (no es Ley, “estrictamente hablando”, el mero arbitrio autoritario, impuesto por la fuerza, del “padre terrible”, quien, justamente porque encarna la Ley, impide su “simbolización”).

¹⁶ Original: Entendido como instancia es decir como espacio de una ontología práctica del conjunto de los ciudadanos como todavía se la puede encontrar en la noción aristotélica del *“zoon politikón”*, enquanto há que se entender a “política” como “ejercicio de una profesión” específica en los límites institucionales definidos por el espacio “estático” del Estado jurídico. (GRÜNER, 2002, p.21).

¹⁷ Original: “[...] este conflicto fundante de lo político entre el Caos del goce sin ataduras y el Orden de la regla que se articula en el ritual de sacrificio, tiene ya su “teoría”: se llama Tragedia.” (GRÜNER, 2002, p.20).

¹⁸ Nesse sentido, ver os seguintes artigos: Tiburi (2010), Tiburi, M. (2013a, 2013b, 2013c).

cionalização do ritual esvaziado, como puro e simples poder que mantém a si mesmo. Como forma artística, a tragédia é ritual que instaura a coesão social e que os poetas trágicos articularam como obra de arte. Não é por acaso que ela surge no mesmo século em que a democracia, e que Nietzsche (1992) venha a dizer que a filosofia - que se torna também uma instituição com Sócrates naquela época -, venha a ser a dissolução da tragédia.

Ora, pode-se dizer que o estético seria o pano de fundo do político se não estivesse a ele entrelaçado. Arcabouço inconsciente para a imensa maioria das populações, o estético é o universo da percepção no qual se instaura o mundo das relações que se define como próprio do plano do político.

O estético é, portanto, um plano, um *platô*, não uma qualidade *estética* das coisas. Tampouco será a estética como área ou disciplina do campo filosófico. Não é a teoria do “aparecer” (*Schein*) que fundaria a arte ou a “arte bela”, tal como vemos em um pensador como Hegel (2016)¹⁹. A distinção entre *estética* e *estético* é tão importante quanto a distinção entre *o político* e *a política*. Hegel mesmo, no começo de suas *Lições sobre Estética* levanta o caráter problemático do uso do termo *estética*²⁰, afirmando estar muito mais preocupado em fazer uma filosofia da arte ou uma “filosofia da arte bela” do que uma estética, embora não encontre termo melhor para a sua empreitada. Ele renuncia ao problema dos sentidos e da sensação (*Wissenschaft des Sinnes, des Empfindens*), cujo resgate é necessário nesse momento. Para além de uma filosofia da arte, é possível definir a estética como a filosofia dos sentidos, da percepção, da própria sensibilidade.²¹ Do mesmo modo, a estética pode ser pensada como uma filosofia do corpo, ele mesmo uma categoria que não pode ser compreendida fora de relações e, desse modo, fora das relações de poder inerentes à política. O corpo é, portanto, um dos temas estético-políticos por excelência. O controle sobre os corpos, tema muito trabalhado a partir da obra de Foucault (1993) e que já havia sido posto em cena em pensado-

¹⁹ Hegel (2016) (Quellen zur Literatur- und Kunstreflexion des 18. und 19. Jahrhunderts, Reihe A, Nr. 1663/1.)

²⁰ Tratar o termo *estética* como problemático já faz parte da história da disciplina, como vemos em muitos dos seus importantes pensadores. Theodor Adorno é um deles. Ver Adorno ([19-]).

²¹ Em Schopenhauer (2005), encontramos a estética como âmbito de interseção entre sensibilidade e entendimento, o corpo e o sujeito da representação. O caráter sensível do próprio entendimento o coloca como um fator estético-cognitivo e o corpo está sempre presente, não como materialidade bruta, mas como lugar próprio do sujeito do desejo e das representações. Nietzsche, por sua vez, desenvolve uma obra em que o estético e o político, ou o estético e o ético constroem-se em um arranjo comum. O corpo é um dos seus temas mais candentes. Em ambos os filósofos, o corpo é o lugar sensível em que o sujeito está situado. A complexidade de tais temas nas obras desses pensadores escapa ao objetivo deste trabalho. Contudo, é preciso registrar que eles também são parte fundamental da trajetória de um problema filosófico histórico, o tema do corpo que se torna, cada vez mais, crucial. Ver: Barboza (2006).

res como Adorno e Horkheimer²² é, sem dúvida, um problema tipicamente estético-político.

Mesmo em pensadores pouco afeitos ao tema do corpo e que pretendiam apenas uma análise do gosto, como Kant (SANTOS, 2010), a dimensão coletiva, a dimensão da coesão social (KYNDRUP, 2017) e da construção da esfera pública presentes nesse propósito, colocam temas que são próprios à estética em um nível político. A banda de *Moebius* entre o plano estético e político é visualizável de um modo mais claro em diversos pensadores contemporâneos²³, mas também em pensadores modernos, sobretudo os teóricos do gosto²⁴ que não podiam negar a dimensão social e de construção cultural relacionada ao seu tema.

Avançar na direção do pensamento de Kierkegaard (2005, 1969) é importante nesse momento. Na obra do filósofo dinamarquês, a estética é certamente uma disciplina fundamental, mas o que ele chama de “estético” diz respeito a um “estádio” da existência no sentido mais imediato de uma experiência. Esse estádio é um espaço-tempo seguido pelo que ele definiu como sendo o estádio ético e, posteriormente, pelo chamado estádio religioso. O filósofo está preocupado com a evolução da subjetividade inicialmente ancorada no conhecimento sensível. Embora tenha se tornado lugar comum analisar o filósofo dinamarquês como um pensador *não-político*, é possível falar de uma “política indireta”²⁵ em Kierkegaard enquanto reflexão sobre o ser humano como ser espiritual e, ao mesmo tempo, engajado no mundo humano. Tendo essa possibilidade em vista, talvez se possa dizer também que há uma “estética indireta” nos intelectuais que têm um pensamento político em sentido mais estrito. Considerando o lugar do corpo em pensadores como Spinoza, podemos falar de uma cripto-estética. Mas, de Platão a Hobbes, a própria negatividade da arte nos remete a pensar a importância do estético como esfera a ser controlada quando uma certa concepção de poder – e a política como negação do político – entram em cena (GRÜNER, 2006). A crítica ou a negação do estético, assim como a crítica ou negação do político é política, também é estética.

²² Na *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 1984), os autores já falavam de um controle sobre o corpo (*Kontrolle über den Körper*). Ver o Parágrafo intitulado “Interesse am Körper” nas Notas e esboços (*Aufzeichnungen und Entwürfe*). Ver também a noção de “amor-ódio” (*Haßliebe*) ligada à oposição entre dois lugares do corpo, o corpo vivo e o corpo como coisa, a oposição *Leib, Körper*.

²³ O tema do gosto que se tornou, depois, assunto fundamental do pensamento de Pierre Bordieu (1979).

²⁴ Ver Damião (2014). A autora cita Baltasar Gracián, Cícero e Quintiliano, mas também Gadamer que percebe a participação do gosto – e do bom gosto – na produção do que é comum. Além deles, os filósofos do iluminismo britânico: Shaftesbury, Hume e Hutcheson.

²⁵ Ryan (2014). Conceitos tais como o de “Skillevei”, que podemos traduzir como “encruzilhada” têm uma vigência existencial e subjetiva em Kierkegaard, mas tal conceito também pode ser percebido como interface entre disciplinas.

Em Kierkegaard, assim como para toda uma tradição da chamada Estética filosófica, o estético referir-se-ia ao universo da percepção, aos desejos e anseios menos reflexivos e mais, por assim dizer, sensoriais do ser humano. É nesse sentido que a noção kierkegardiana de “estádio” nos ajuda a pensar o “político” como um pano de fundo, como um ambiente, não necessariamente um campo autônomo (BOURDIEU, 1971, 1991), do qual se pode supor o movimento de entrar e de sair, de atuar e deixar de atuar, mas muito mais um cenário, também no sentido de ambiente digital, de cotidiano ou de “cotidiano virtual”²⁶, sobre o qual se cria uma sensibilidade e se manipula uma visão de mundo a partir do controle da percepção.

Embora a estética filosófica de Baumgarten²⁷ tivesse como objetivo tornar a metafísica mais abrangente, o campo da estética como disciplina se tornou cada vez mais independente e acabou por encontrar um desenvolvimento próprio, criando condições para o surgimento de novas disciplinas como a psicanálise e também o que veio a ser chamado depois de iconologia²⁸. Apesar da origem racionalista da nomeação da disciplina e do protagonismo de Kant que colaborou para a sua consolidação, querendo ou não, ofuscando muitos pensamentos originais em sua época, é um fato que os pensadores associados ao campo de investigação da sensibilidade se distanciaram do racionalismo genérico e do positivismo como tendência dominante no século XIX. Schopenhauer e Nietzsche chamaram a atenção para aspectos tais como o desejo, o corpo e o caráter trágico da existência que só tardiamente viriam a se tornar lugar comum na filosofia política contemporânea e nas áreas a elas associadas, como a sociologia, a antropologia e a ciência política, bem como o feminismo e os estudos de gênero. Schelling, dentre muitos, é um dos pensadores esquecidos cuja obra estética é central para a compreensão das bases da filosofia como um todo. Schelling é citado em um texto essencial de Freud (2012), intitulado *Das Unheimlich*²⁹, que é fundamental para a compreensão do nexo entre estética e política.

²⁶ Tive a oportunidade de desenvolver o conceito filosófico de cotidiano e de cotidiano virtual em *Filosofia Prática. Ética, vida cotidiana, vida virtual*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

²⁷ Baumgarten (1993). Quando a estética surge como disciplina no século XVIII, a partir da obra de Alexander von Baumgarten seu esforço é o de transformar o sensível em conhecimento. Longe naquele contexto de referir-se a uma teoria do belo ou da arte, ela se instaura como teoria da sensibilidade enquanto faculdade cognitiva que produz um tipo de conhecimento, a estética refere-se à relevância da percepção sensível. Ver também *The German Aesthetic Tradition*, de Kai Hammermeister (2002). Hegel cita Wolf, mas não Baumgarten em suas preleções.

²⁸ Giorgio Agamben (1984) prefere dizer *Scienza senza nome* e perguntar se valeria a pena tentar achar um nome para ela.

²⁹ “Unheimlich” sei alles, was ein Geheimnis, im Verborgenen bleiben sollte und hervorgetreten ist.” “Die Beziehung auf die Verdrängung erhellt uns jetzt auch die Schelling’sche Definition, das Unheimliche sei etwas, was im Verborgenen hätte bleiben sollen und hervorgetreten ist.

O conjunto de pensadores ligados à Teoria Crítica esteve atento à relação entre estética e política. O nexo entre o pensamento de Freud e de Marx que se verifica em seus trabalhos não está separado da problemática da disciplina à qual nos voltamos nesse momento no presente artigo. Vemos em Marcuse (1977) a estética na grandeza de uma promessa de felicidade pela arte. Adorno leva a questão até as últimas consequências em sua Teoria Estética, na qual a filosofia da arte é uma dimensão importante. No entanto, o aspecto que interessa demarcar aqui, relativamente ao elo entre estética e política, encontra-se exposto de uma maneira muito clara no texto da *Dialética do Esclarecimento* escrito em conjunto com Max Horkheimer. É na abordagem sobre a Indústria Cultural publicado em 1947 que as dimensões estética e política se fundem em uma análise geral da formação das massas por meio de sua mistificação.

De qualquer modo, a estética filosófica, ou a teoria estética, são espaço da elaboração teórica acerca do vasto campo que estamos a chamar de estético por comparação ao político, a um só tempo, plano da experiência e objeto de investigação. Ao mesmo tempo, podemos denominar de estética, para além da disciplina, a operação e mesmo a artimanha burocrática que fazem dela órgão do poder, por comparação à política. Nesse caso, entendemos como a arte é uma questão estética, do mesmo modo que a publicidade o é. Podemos dizer, ainda, que a arte está para a tragédia como paradigma do político, como a publicidade está para a comédia como novo paradigma da política. E isso porque a política se encontra sob o signo de sua própria dissolução, para a qual colabora como instância do poder esvaziado de outro significado que não o de sustentar e reproduzir a si mesma.

Se é verdade que a estética – tomada aqui como o platô da experiência humana na qual o capital joga com o corpo e a percepção - carrega uma “promessa da cultura”³⁰, a saber, a promessa de um mundo melhor, ela mesma uma promessa ética e política, que promessa a estética sustenta sob as condições da indústria cultural, ela mesma uma máquina estética, uma máquina que age sobre a sensibilidade e o corpo? Seria a estética, reduzida à publicidade, uma máquina de destruição do estético?

Em Kant, o mundo da estética corresponderia às formas do juízo sobre os sentimentos do belo e do sublime como formas de prazer. Para ele, a experiência estética seria uma experiência da ordem do prazer. Hoje, o âmbito do político,

³⁰ Roelofs (2014) coloca em cena o fato de que filósofos do século XVIII, tais como Kant e Hume, associavam o conceito de estética com o conceito de público. A questão da validade intersubjetiva de juízos de gosto é um dos aspectos do elo entre o estético e o público. O valor artístico que pode ser apreendido por parte de qualquer observador assume uma dimensão pública. Também a ideia da universalização do juízo de gosto nos ancora em um mundo humano comum.

e a política como tal, foram tomados de um fenômeno estético ligado à irrupção de algo desprazeroso, de uma inquietação. Podemos nos lembrar daquele “algo de podre” sobre o qual Shakespeare ([19-]) expressou-se em seu Hamlet³¹, que começa a cheirar mal e promete irromper a qualquer momento na forma de pavor, terror, pânico. O “podre” da expressão shakesperiana é o momento estético da política, ele se liga ao “asco”³², sentimento em relação ao qual Kant afirmava o cancelamento do prazer estético. Kant empreendeu uma teoria do limite da experiência estética por considerar apenas os sentimentos construtivos do comum, mas não os sentimentos disruptivos do comum, o que parece ser o empreendimento de Freud com sua investigação sobre o *Unheimliche*. A arte contemporânea apresentou uma saída da medida estabelecida por Kant e as teorias acompanharam o fenômeno mais na condição de miméticas do procedimento das artes do que como análises do fenômeno.

A autonomia estética diante da moral, das imposições políticas e do capital como grande jogo do poder e, nesse sentido, jogo da linguagem, fez parte das promessas da arte. Da poesia à pintura, da literatura ao cinema as obras carregam ao longo da história a promessa dessa autonomia e de um mundo melhor. A discussão em torno da *mimesis* em Platão e Aristóteles, pela qual se inaugura a reflexão sobre o que entendemos por ficção hoje, era constituída pela possibilidade de melhorar na arte aquilo que era difícil de compreender na realidade ou no âmbito da vida. Ora, o elo entre estética e política, também se verifica no momento em que idealizações e posições utópicas constituem tanto a história do pensamento político quanto a do pensamento e da atividade da arte. Contudo, no contexto da mutação política em curso, essa promessa foi alterada. O que a arte faz hoje é apresentar de um modo invertido, como evidência do pior, a distopia. A utopia está para o belo e o sublime como a distopia está para o nojo e para a estranheza inquietante de Freud.

Aquilo que artistas como Sigmar Polke³³ chamaram de “Realismo capitalista”, o que o crítico de cinema e pensador da cultura Mark Fischer³⁴ definiu

³¹ “*Something is rotten in the state of Denmark*.” Shakespeare ([19-]).

³² Kant (2010). “A bela arte mostra sua excelência na descrição de coisas belas que seriam feias ou desagradáveis na natureza. As fúrias, doenças, devastação da guerra, etc., podem, como coisas perniciosas, ser muito bem descritas, mesmo apresentadas na pintura; apenas um tipo de fealdade não pode ser apresentado de acordo com a natureza sem destruir todo prazer estético, ou seja, a beleza artística: a que desperta nojo. Pois, nessa estranha sensação, baseada na pura imaginação, o objeto é apresentado como se fosse forçado a ser desfrutado, ao contrário do que se busca pela força; assim, a concepção artificial do objeto não se distingue mais da natureza do próprio objeto em nossa sensação, e que a natureza não pode mais ser considerada bela.”

³³ Realismo capitalista é um movimento criado por Gerhard Richter, Manfred Kuttner and Konrad Lueg na Berlim dos anos 60 em oposição ao “realismo socialista” como uma reação à Arte Pop Americana.

³⁴ Fisher (2009). Is there no alternative? “the widespread sense that not only is capitalism the only viable political and economic system, but also that it is now impossible even to imagine a coherent alternative to it. Once, dystopian

como a celebração da destruição do espaço público, é a imagem desse novo mundo no qual a estética, assim como a política, joga um papel diferente. A “estética da desregulamentação” (TÜRCKE, 2010, p.51) do mercado, promete algo diferente do que ideias e utopias comunitárias, promete utopias farsescas e caricaturais contra as quais a arte oferece ironia e distopia. Se certa estética permanece prometendo a civilização contra o seu próprio mal-estar, há uma outra que se integra e reproduz o estado de coisas em cena, o que confirma que há uma luta estética, ela mesma uma luta política.

O que irrompe no reino do estético, agora, é a máquina estética com uma nova promessa que, bem analisada, deixa-se ver, na verdade, como ameaça. A saber, a da guerra cultural anti-intelectual, antiarte, antiautonomia, antirreflexão, na qual, por exemplo, o extremismo de direita age contra a crítica de um modo alucinado (ADORNO; HORKHEIMER, 2019), o conservadorismo religioso contra o gênero, o neoliberalismo contra todos os valores que haviam sido consagrados como direitos humanos.

O deslizamento da tragédia à farsa

Com a afirmação de Marx no *18 de Brumário* (MARX, 2011)³⁵ de que a história se apresenta uma vez como tragédia e depois se repete como farsa, apresenta-se, mais uma vez, o terreno do “Ridículo Político”. Tal colocação, lida por muitos como simples espirotuosidade, remete a um modelo trágico concernente à política e que teria sido adulterado. Em Grüner, encontramos o tema do recorrente “*deslizamiento de la tragedia a la farsa*” (GRÜNER, 2002, p.16), mas o autor não deixa claro como se dá a operação de deslizamento. A pista está no modelo marxiano: os personagens do presente seriam imitações caricaturais de heróis do passado. A operação é estética: a imitação, ou *mimesis*, que, desde a controvérsia entre posições de Platão e Aristóteles implica a falsificação, no primeiro; enquanto, no segundo, implica a ficção³⁶. Em Platão, a *mimesis* não se refere apenas às obras de arte, mas a todos os seres, inclusos discursos e instituições³⁷. Platão será um crítico do procedimento mimético, esse artifício

films and novels were exercises in such acts of imagination - the disasters they depicted acting as narrative pretext for the emergence of different ways of living.

³⁵ O *18 de Brumário de Luís Bonaparte*. “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira como tragédia e a segunda como farsa.” (MARX, 2011, p.6).

³⁶ O conceito de *mimesis* percorre a história da estética filosófica, da arte e da literatura sendo um dos seus termos mais polifônicos. Ver Gebauer (1995).

³⁷ Para um aprofundamento sobre o conceito de *mimesis* ver: Leszl (2006). O autor analisa a questão da tragédia e da comédia em Platão. Nas Leis, por exemplo, podemos ver que Platão não rechaça a comédia, mas a trata com

imitativo pelo qual as ideias que habitam um mundo além do sensível são como que conspurcadas na forma de simulacros, problema que não se encontra em Aristóteles. A preocupação de Platão é com a experiência formadora, com a educação, enquanto Aristóteles teria sido mais condescendente com a dimensão do entretenimento próprio às artes imitativas. Para os fins dessa argumentação, importa saber que a *mimesis* é um conceito que implica um método, um movimento entre ideias e realidade, análoga ao sentido de *Eros* no campo do conhecimento tal como vemos no *Banquete* (PLATÃO, 2002).

A perspectiva de Aby Warburg³⁸ vem colaborar na compreensão dessa ideia de um deslizamento entre tragédia e farsa pela qual fica clara a intimidade entre estética e política. Grüner percebe essa intimidade na obra de Aby Warburg³⁹, um pesquisador que se tornou importante para o mundo da história da arte, mas cuja dimensão política é raramente observada. Grüner percebe na “*dualidad siniestra* (la *unheimliche Doppelheit*) del hecho cultural” entre terror e beleza, entre caos e harmonia, a relação entre tragédia e política. A noção de dualidade sinistra tem um parentesco com a noção de estranheza inquietante de Freud. É possível expandir essa noção para compreender a relação entre a tragédia e seu habitual par estético, a comédia. Assim como se dá com a tragédia, a comédia não é somente um estilo, ou uma forma, no sentido de um gênero literário ou teatral, mas sobretudo, um determinado modo de articular a política.

Nesse sentido, a operação do deslizamento não implica o fim do ritual político, mas o surgimento de um outro ritual, aquele dentro do qual não é mais a vida dos deuses e da transcendência que está em jogo, mas a animalidade do ser humano. Se a tragédia faz rir, a comédia torna o riso imperativo. Em outro nível de comparação, pode-se dizer que, em vez do belo e do sublime que constituem o campo da tragédia, o que há no campo do cômico é o asco e o sinistro e a sensação de distopia. A tensão entre o consciente e o inconsciente em jogo no universo do cômico⁴⁰ recoloca em cena a “dualidade sinistra” em uma eterna repetição do deslizamento introjetado e transformado em operação mental. Os procedimentos da cultura são procedimentos subjetivos. A comédia implica o ritual carnavalesco em que os sentidos habituais são invertidos, mas eles podem

muito cuidado e Chevrolet (2008).

³⁸ Warburg (2017, 2003) e Michaud, Didi-Huberman, Warburg (2012).

³⁹ “La operación warburguiana es, pues, en un sentido amplio pero estricto de la palabra, **política**. Quiero decir: una interpelación a la **polis**, “ciudad” hecha también, y quizá principalmente, de representaciones de rostros y cuerpos, y que quisiera no tener que hacerse cargo de sus propias monstruosidades, de la cuota de **barbarie** que está inscripta en su “civilización”, según el famoso **dictum** de Walter Benjamin” (GRÜNER, 2017, p.9, grifo do autor).

⁴⁰ Freud, ao criar a sua teoria do chiste, trata da questão dessa relação entre consciente e inconsciente em ação nesse tipo de produção de humor. Ver D’angeli, Paduano (2001. p.243). Ver também Freud (1996).

ser vivos subjetivamente e individualmente. Há, na comédia, uma destruição formal da lei previamente estabelecida que, na tragédia, era tensionada e problematizada, mas ainda respeitada. A dualidade sinistra implica um movimento de báscula dialética. A comédia se torna tragédia no fascismo.

É com Warburg que surge a possibilidade de uma história das imagens a partir da hipótese de que há uma sobrevivência dessas imagens no tempo histórico, que elas retornam no tempo. O termo usado por Warburg é “*nachleben*”. Eduardo Grüner⁴¹ viu na “*nachleben*” warburguiana a ideia de uma “sobrevida *zombie*” que em tudo combina com o momento político das nações dominadas por tiranos fascistas. O deslizamento diante dessa constatação teria relação com a deterioração, com o processo da morte. Seria o instinto de morte ou o recalçamento (*Verdrängung*) freudiano, seria a decadência nietzschiana, ou seria muito mais um processo pelo qual a sublimação que deveria ter acontecido na tragédia como obra de arte, se torna fantasmagoria na comédia como *fake news*.

O deslizamento ao qual Grüner se refere implica a política (a burocracia) destruindo o político (o universo do *zôon logikon*). Do mesmo modo, a estética estaria a destruir o estético, bem como o cômico a esfacerar o trágico. A fórmula pela qual a indústria cultural está para a burocracia, como a política para o político, tem valor nesse processo. É a própria política que retorna esvaziada de sua operação e aparece com a farsa, como pura forma, como pura emulação sem conteúdo, como “poder sem qualificação”, como assunto de *Ubu Roi* e não de *Macbeth* (sendo um a continuidade do outro), no momento em que a política imita a si mesma, faz-se simulacro de si mesma e o mundo parece duplicado e, em momentos catastróficos, até mesmo invertido. A passagem da tragédia à farsa é uma constante, uma báscula em que a intersecção entre estética e política constituem seu elo. A sensação atual do sinistro freudiano na experiência política, a tragédia e a farsa marxista, a sobrevida zumbi encarnada pelos personagens políticos de nossa época não nos permitem esquecer o estupor paralisante dos povos indígenas diante dos espanhóis comedores de ouro de que fala Silvia Cusicanqui (2010)⁴². Tais exemplos fazem parte de uma mesma experiência estético-política dos povos que não deixa de se repetir.

⁴¹ Segundo Eduardo Grüner (2017, p.9, grifo do autor): “La “supervivencia” que desarmoniza la apariencia, decíamos recién, no es un mero *rezago* cultural: es un *fantasma*, o es la figura vampírica del *muerto-vivo*, del *Un-dead*, del *No-sferatu* cuya sombra acecha dentro mismo de lo *heimlich*, lo “familiar”, confortable y acogedor, del hogar de la belleza estetizada.”

⁴² A sensação de que o mundo está invertido, contudo, não é nova em termos de política. Ela já atingia os povos ameríndios há muito tempo. Agora, ela pode se tornar uma categoria de análise política também para todas as culturas ameaçadas nesse estágio de nossa história. Ver: Cusicanqui (2010). Segundo a filósofa boliviana: “La lengua en la que escribe Waman Puma está plagada de términos y giros del habla oral en qhichwa, de canciones y jayllis en aymara y de nociones como el “Mundo al Revés”, que derivaban de la experiencia cataclísmica

Dando um salto no tempo e ultrapassando certa ideia de continuidade epistemológica, é importante acrescentar mais uma pista para pensarmos o “Ridículo Político” na linha da reflexão sobre o deslizamento da tragédia à farsa. O que Deleuze (1969) definiu como sendo a “ordem da superfície” pode promover a compreensão acerca do deslizamento, desse momento de passagem ao outro lado, afinal se trata de uma questão de planos e formas narrativas, do que se esconde do que aparece, do que deveria ter ficado oculto e, todavia, apareceu. Em uma banda *Moebius*, tratar-se-ia de perceber o que está do outro lado. Em Deleuze, contudo, é nessa ordem da superfície que se estabelece o que ele chama de fissura. A fissura é o buraco, a fenda pela qual escapa a subjetividade lixiviada pelos processos de dessubjetivação próprios ao capitalismo. Se simplesmente invertemos a fita, de um lado a tragédia, de outro a comédia, encontramos outra ordem de superfície, mas isso não elimina a fissura. Segundo Deleuze (1969, p.171), a “[...] verdadeira diferença não é entre o interior e o exterior. A fissura não é nem interior nem exterior, ela se acha na fronteira, insensível, incorporeal, ideal.” A fissura produz entre “o exterior e o interior relações complexas de interferência e de cruzamento”. O seu efeito é uma “junção saltitante”. O complexo comentário de Deleuze sobre Fitzgerald permite pensar o *crack-up* (fissura) como um acontecimento exterior e interior. Trata-se, em Deleuze, de uma reflexão sobre a lógica do sentido, mas podemos apoiar o tema do deslizamento nesse processo em que dois universos se conjugam justamente pelo abismo entre eles. O interesse de Deleuze em torno da subjetividade permite compreender como se dá a operação de fascistização dessa mesma subjetividade. Como se dá a adesão subjetiva ao fascismo por um processo no qual o interior e o exterior se conectam no choque, ou no que em Fitzgerald é o golpe que vem de dentro.

A subjetividade aqui tem o sentido de experiência partilhada. O esvaziamento é partilhado (e podemos nos referir ao esvaziamento do pensamento).

de la conquista y de la colonización. Esta noción del Mundo al Revés vuelve a surgir en la obra de un pintor chuquisaqueño de mediados del siglo diecinueve, que en su azarosa vida política como confinado y deportado, llegó a conocer los lugares más remotos del país y a con vivir con poblaciones indígenas de las que apenas se tenía noticia –como los Bororos en el Iténez o los Chacobos y Moxeños en las llanuras orientales. Para él, el Mundo al Revés aludía al gobierno de la república, en manos de bestias, que uncen a la gente de trabajo al arado de los bueyes.” Na sociologia das imagens de Cusicanqui, encontramos a questão do mundo invertido, de um mundo de cabeça para baixo, o mundo dos povos invadidos pelos espanhóis e por eles humilhados. Cusicanqui mostra a operação de “apequenamento” dos índios registrada nas imagens de Waman Puna a partir da qual ela acreditar ser possível refazer a história da sujeição dos povos, inclusive dos aspectos psicológicos envolvidos nos processos de humilhação. Nesse caso, a violência foi um operador da destruição, à qual rituais dos povos indígenas vem refazer a relação entre o “Estado” indígena, o social e o ritual, a um só tempo, reposicionando o sentido da morte e da violência vivida. Se Warburg analisa a repetição de imagens no tempo, fazendo pesar o estético, Cusicanqui faz o mesmo, mas fazendo pesar o político. Se a operação de Warburg é política, como afirma Grüner, a de Cusicanqui é estética.

O que irrompe da fissura é um material psíquico compartilhado, uma energia psíquica, na qual o ridículo é *pathosformel*, como em Warburg. O “Ridículo Político” é uma plasticidade, um material imagético, que implica a construção de uma cena, uma teatralidade igualmente compartilhada, que já não se torna obra de arte, mas vem compor a esfera pública. Dessa teatralidade participam as massas, na condição de adadoras e aduladas em um ritual fundador do Estado, não mais no parâmetro da tragédia, mas da comédia. Todos estão conectados pela fissura, pela rachadura que os une enquanto, ao mesmo tempo, ela não significa uma clivagem, mas uma continuidade no abismo.

A ideia de uma fissura diz respeito ao êxtase das massas na direção do líder autoritário que encanta justamente por meio de sua performance patética que, emulando a graça, promete a catarse. Nesse sentido, o *führer* é a substância, ele tem o papel de deus⁴³, que é o objeto de toda fixação e adição, que concentra o efeito de êxtase, o efeito de vício, a sensação estupefaciente, o fascínio com o horror quando se exerce, por meio disso, a libertação. O deslizamento da tragédia à farsa não se dá sem algo da ordem da catarse das massas promovidas por tais personagens. A fissura é por onde a catarse pode acontecer.

Incrementado pelos meios de comunicação de massa e o avanço da esfera digital, o ridículo dá uma imagem popular ao poder, uma imagem cuja função é produzir adulação pela produção de identificação com o líder e promover, assim, o nexos, o vínculo irredutível entre líder e seguidores. As massas são agradas, não apenas por imagens com as quais podem se sentir contempladas narcisicamente, mas em um nível mais profundo, fisioteologicamente (TÜRCKE, 2010), como veremos a seguir.

O riso como catarse no contexto da Indústria Cultural

No imaginário popular, política é um conceito cada vez mais associado à farsa que é, tecnicamente falando, uma forma teatral da ordem da comédia, mas que também possui o sentido de qualidade ruim, de enganação. A forma geral da farsa assumiu o todo do ritual político e se fez imagem geral da política. Trata-se, portanto, no texto em curso, de entender as operações ligadas ao riso - e ao cômico por oposição ao trágico - que fazem sobressair as formas da soberania infame, para aproveitar a expressão de Foucault, que devemos compreender no momento em que ela ressurge sob novas condições, apresentando-se como a reprodução do caos na contramão da coesão necessária à sustentação de uma sociedade.

⁴³ “Mito” é o termo com o qual os fãs do presidente Jair Bolsonaro se referem ao seu ídolo.

No cenário do elogio abstrato à liberdade de expressão, ela mesma objeto da mistificação por técnicas de comunicação comuns ao campo da extrema direita que a reduz ao que podemos definir como neoliberalização da linguagem, a crítica ao riso sucumbe facilmente à fama de autoritarismo, tal o predomínio da ideologia neoliberal em todas as mentes organizando uma verdadeira colonização neoliberal das ideias. Considerado como um valor em lugares como o Brasil, na qual prepondera a imagem do *país da piada pronta*, o riso é um tema que precisa de reflexão crítica. Adorno e Horkheimer são autores que se envolvem em uma análise crítica do riso. No texto sobre a Indústria Cultural encontramos que:

Na falsa sociedade, o riso atacou – como uma doença – a felicidade, arrastando-a para a indigna totalidade dessa sociedade. Rir-se de alguma coisa (*Lachen*) é sempre ridicularizar (*Verlachen*), e a vida que, segundo Bergson, rompe com o riso a consolidação dos costumes, é na verdade a vida que irrompe barbaramente, a auto-affirmação que ousa festejar numa ocasião social sua liberação do escrúpulo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1988, p.147, tradução nossa).

Os autores apontam para a continuidade entre o riso e a ridicularização, o ato particular ou fato do riso e a ação que o promove na direção do outro. Essa ação tira a simples naturalidade ou espontaneidade do riso e o coloca em um lugar político, mediado por relações de poder. Tomar o riso de antemão como uma virtude ou como uma vantagem é o perigo que a cultura se acostumou a correr até naturalizar esse perigo. É justamente esse o uso que se faz do riso em uma cultura autoritária.

A crítica de Adorno e Horkheimer ao riso insere-se em uma crítica estética, a saber, a crítica do belo como uma espécie de forma ideológica resultante de uma “reprodução mecânica do belo” como “exaltação reacionária da cultura”. Os autores falam de um “triunfo sobre o belo” que se leva a cabo pelo humor, como em uma guerra na qual se ataca o elevado, o trágico, a transcendência. Os autores têm uma visão dialética desse jogo de forças, mas não consideram que o riso seja uma vitória. Tampouco é o belo sobre o qual ele pretenderia triunfar. O riso é uma falsa vitória. É nesse sentido que afirmam que “rimos do facto de que não há nada de que se rir” (ADORNO; HORKHEIMER, 1988, p.148-149, tradução nossa). O riso se transformou em uma forma de ludibriar a felicidade, que seria um parâmetro ético da cultura. Nesse sentido, vemos em tal processo o método do rebaixamento e da inversão que é próprio da comédia como estrutura artística.

O riso e a ação de ridicularizar estão no cerne da operação de fascistização da cultura. A fascistização é um processo que funciona como um jogo de linguagem. Nele, a catarse não indica a *purificação* de paixões negativas, mas o esvaziamento da subjetividade. A catarse é perpetrada pelo capitalismo que domina todas as esferas da vida, inclusive a política. A performance daquele que imita o *clown*, sabendo ou não que o faz, aproxima-se agora muito mais do *kitsch* considerando as condições históricas do próprio capitalismo, a moda, o estilo, a criação de padrões plásticos. É nesse sentido que Adorno dirá na Teoria Estética que o “o *kitsch* parodia a catarse” (ADORNO, [19-], p.268).

A inflexão que nos permite perceber a atualização e intensificação do ridículo quando comparado a outras formas grotescas se torna evidente nesse ponto. Se lembrarmos que os nazistas almejavam, na linha de Wagner⁴⁴, a política como “obra de arte total”, somos capazes de entender o que acontece com os estilos e em que sentido a questão da paródia encaminha novamente para o tema da farsa.

O riso sofreu um achatamento. Na perda do seu caráter crítico e perturbador, ele foi transformado em simples e puro entretenimento como acontece com as formas linguísticas sob o signo da Indústria Cultural. O riso que poderia ser crítico abriu caminho para o deboche raso e para o cinismo. Fosse o riso da reconciliação, fosse o do terror, o primeiro a liberar dos “perigos físicos” e o segundo das “garras da lógica”, o que se esperaria com o riso seria uma liberação mais profunda. Os filósofos frankfurtianos dirão que a “liberação prometida pela diversão é a liberação do pensamento como negação” (ADORNO; HORKHEIMER, 1984, p.153)⁴⁵. É nesse sentido que o entretenimento será, para os autores, a nova catarse⁴⁶. A “indústria cultural desvenda a verdade sobre a catarse” (ADORNO; HORKHEIMER, 1984, p.152)⁴⁷ porque se “a catarse é uma ação purgativa das emoções que se harmoniza com a repressão” (ADORNO, [19-], p.267) isso quer dizer que ela encontra novos caminhos de expressão nem sempre ligados a algo de melhor.

O trote social implícito no riso, tal como vemos em Bergson, implica algo dessa catarse e o caráter estético-político do riso. Segundo ele,

⁴⁴ Ver Lajosi (2010). Ver também: Dennis (2003).

⁴⁵ “Die Befreiung, die Amusement verspricht, ist die von Denken als von Negation.” (ADORNO E HORKHEIMER, 1984, p.153).

⁴⁶ Ver também Veloso (2018).

⁴⁷ “Wie über den Stil enthüllt die Kulturindustrie die Wahrheit über die Katharsis.” (ADORNO E HORKHEIMER, 1984, p.152).

[...] o prazer de rir não é um prazer puro, quero dizer um prazer exclusivamente estético, absolutamente desinteressado. A ele se mistura uma segunda intenção que a sociedade tem em relação a nós quando nós mesmos não temos. Mistura-se a intenção inconfessa de humilhar, portanto, é verdade, de tudo corrigir pelo menos exteriormente. (BERGSON, 1924, p.61, tradução nossa).

Nesse caso, o riso implica uma ação sobre o outro que é a da humilhação, do rebaixamento que garante um tipo de soberania, a da superioridade subjetiva em um breve jogo de linguagem, como o chiste. Em um nível institucional, ela implicaria a superioridade do governante mau, que humilha o povo e é, pelo povo, idolatrado. Em contextos de polarização, o povo humilha o povo tendo o líder infame como mediador da humilhação. A catarse está, nesse caso, ligada a uma operação pela qual o trágico se perdeu de vista. Bergson percebeu a proximidade do campo do rido com a vida. Em suas palavras:

[...] a comédia está bem mais perto da vida real que o drama. Quanto mais grandeza tem um drama, mais profunda é a elaboração à qual o poeta precisou submeter a realidade para dela depreender a tragicidade em estado puro. Ao contrário, é somente em suas formas inferiores, o vaudeville e a farsa, que a comédia contrasta com a realidade, pois, quanto mais se eleva, mais tende a confundir-se com a vida, e há cenas da vida real tão próximas da alta comédia que o teatro poderia apropriar-se delas sem mudar uma palavra. (BERGSON, 1924, p.61, tradução nossa).

A comédia imita a realidade – enquanto a tragédia na clássica definição de Aristóteles, imita o mito (ARISTOTLE, [19-])-, em nível diverso. Por vezes, chegando ao escatológico, como nos conceitos de baixo material e corporal em Bakhtin (2010, p.323). O elemento autoritário do riso está ligado a um rebaixamento não dialético dos valores do trágico. O que vale nos termos do ditado latino *castigat ridendo mores*, ou seja, rindo, “castigar” os costumes, muda absolutamente quando se trata do ridículo contemporâneo tornado ele mesmo um padrão hegemônico, dando a tudo aquele *ar de semelhança* de que falavam Adorno e Horkheimer relativamente à indústria cultural. Se, como dizia Bakhtin (2010, p.325.), “O bufão é o rei do mundo às avessas”, ele se reproduziu tecnológica e publicitariamente até não haver mais diferenças entre os mundos.

A imagem de bufonaria política que surge em profusão em noticiários descende de uma espécie de deturpação dos aspectos do cômico. Historicamente,

o carnaval tinha a função política de igualar as classes por baixo, de relativizar verdades, de colocar as autoridades em um lugar propriamente humano, criando o que na visão de Bakhtin (2010) foi um dos momentos mais fundamentais do humanismo, aquele no qual as pessoas podiam viver uma relação intensa entre utopia e realidade pelo cancelamento das desigualdades. Na visão de Bakhtin, o rebaixamento é um princípio topográfico, corporal, material que não tem um aspecto moral abstrato.

Se a lógica da visão carnavalesca do mundo era a das coisas ao avesso, de um mundo *ao revés* em que tudo se invertia, temos um parâmetro a partir do qual podemos pensar o “Ridículo Político” contemporâneo. Não se trata, no ridículo, da criação de um segundo mundo, de uma segunda vida, como no carnaval, em que toda encenação busca e leva à uma espécie de bagunça, trata-se de um mundo ao revés em que a segunda vida tomou o lugar da primeira, em que o sério e o não sério se confundiram, na forma de uma justaposição de cenas que pode produzir efeitos altamente destrutivos da subjetividade e da objetividade. Nesse sentido, o riso é a armadilha, a isca que a Indústria Cultural coloca para as hordas de consumidores devorados pelo consumismo.

Sociedade politicamente excitada

O conceito do riso como catarse nos ajuda a compreender a adesão das massas ao fascismo. De um lado, a banalidade toma conta de todos os processos e experiências sociais e comunitárias. De outro, a banalização conduz ao êxtase. A catarse na Indústria Cultural tem esse papel estupefaciente. É a percepção humana que está afetada sob condições estéticas que, em nossa época, compreendem as microtecnológicas, digitais e midiáticas como se encontra exposto na obra *Sociedade Excitada* de Christoph Türcke (2002, 2010) na qual o caráter extasiante dos meios toma conta do mundo da vida. Tais condições definem a produção da linguagem e de sua difusão. As condições do nosso tempo implicam a Indústria Cultural como um todo, mas também a indústria cultural da política que nos encaminha a refletir sobre a criação de estereótipos políticos que fazem sucesso, que causam sensação. São atores políticos que, como vedetes, hipnotizam as massas colocando a todos sob o efeito de seus discursos e performances. A hipnose e a produção do êxtase se tornam metodologias políticas. Não é por acaso, que religião, economia e política estejam cada vez mais próximas, pois se utilizam de métodos similares.

A sociedade da “sensação” de que fala Türcke é aquela na qual se exerce um controle dos corpos ao nível da estimulação da percepção por uma estratégia

de choques em diversas intensidades⁴⁸. Os choques atuam sobre os sentidos e o todo da sensibilidade dos indivíduos cuja capacidade de perceber não pode ser negligenciada em uma vida definida por condições digitais. Para Christoph Türcke a sensação é um novo paradigma⁴⁹ cuja história precisa ser compreendida. Türcke fala de uma cultura na qual as condições microtecnológicas determinam a experiência. Segundo ele, há um enfraquecimento do que ele chama de “sentido teológico e político daquilo que “necessariamente nos atinge”. O processo é “fisioteológico”, ou seja, não toca apenas a racionalidade ou a sensibilidade (categorias que tratam o corpo humano de modo dualista), mas o “sentido fisiológico da expressão”. Em suas palavras:

O que atinge, toca e comove é aquilo que, enquanto injeção, agudiza o nosso sistema nervoso e, ainda que seja apenas por um instante, chama a atenção. Sensação hoje, na linguagem coloquial, quer dizer simplesmente “aquilo que causa sensação”. Quando a palavra passou do latim para as línguas nacionais europeias, representava bem genericamente a primazia fisiológica do sentimento ou da percepção – sem nenhuma conotação espetacular. E o que é mais notável é que, justamente a alta pressão noticiosa do presente, que quase automaticamente associa “sensação” a “causar uma sensação”, não apenas se sobrepõe ao sentido fisiológico antigo de sensação, mas também o movimenta de uma nova maneira. Ou seja, se tudo o que *não* está em condições de causar uma sensação tende a desaparecer sob o fluxo de informações, praticamente não sendo mais percebido, então isso quer dizer, inversamente, que o rumo vai na direção de que apenas o que causa uma sensação é percebido. (TÜRCKE, 2010, p.20).

Se, de fato, a percepção do que produz sensação se converte na “sensação *tout court*,” todos os corpos estão submetidos a ela. A submissão à sensação como forma de excitação é estética e é política. Ela altera o campo do político e do estético, bem como as práticas estéticas e políticas do mundo da vida. O que causa “sensação” é a farsa. A qualidade dessa sensação, por sua vez, dependerá de fatores ligados às condições culturais dos indivíduos e grupos. A comédia atingirá

⁴⁸ Naomi Klein (2008) reconstrói a história das pesquisas com eletrochoques nos EUA e o uso do mecanismo na tortura na época das ditaduras latino-americanas e compara o neoliberalismo como um procedimento baseado em uma política de choques.

⁴⁹ “Sob certa perspectiva, o paradigma da sensação é mais “paradigmático” do que o concebido por Kuhn: não apenas como base de pesquisa de um sistema científico, mas como a base de percepção de toda uma sociedade. Não são apenas as convicções científicas que estão sujeitas à mudança histórica; todo o aparato de percepção, do qual emerge, se transforma – apenas bem mais devagar.” (TÜRCKE, 2010, p.85).

mais facilmente as massas cujas subjetividades vêm sendo configuradas há muito tempo para as performatividades cômicas e a catarse da indústria cultural. O estilo é o *kitsch*. É nesse sentido que os deputados mais votados nas eleições de países como o Brasil são aqueles que fazem rir, ou que capturam os eleitores pela graça. O próprio Jair Bolsonaro, antes de se tornar um fascista mais sério, era visto apenas como um sujeito engraçado. Muitos intelectuais não acreditavam no seu potencial até pouco antes das eleições. É que há, em todo fascismo, algo de fictício (ADORNO; HORKHEIMER, 2019). A propaganda como máquina de guerra é o campo responsável pelo trabalho de tornar o ridículo em algo “sensacional”.

Tendo em vista o rebaixamento da política à publicidade, podemos entender porque certos governantes eleitos, na onda dos extremismos de direita, não parecem ter competência para governar, mas continuam em ação como se estivessem ainda em campanha, em pleno exercício de uma retórica verbal e visual de propaganda como se pode ver nas manifestações de Trump e Bolsonaro nas redes sociais mesmo depois de tempo ocupando seus cargos. É a lógica da peça comercial típica da campanha política que se tornou método. Nessa linha, pode-se definir a política como mercadoria no sentido daquilo que se apresenta como “evento estético” (TÜRCKE, 2010, p.89)⁵⁰ na qual o comercial é “a nova forma de comunicação e de percepção”. Somos conduzidos por uma “alta pressão” de informação que se dá de maneira econômica, estética e fisiológica ao mesmo tempo.

O corpo é atingido por meio de choques que funcionam como injeções que dominam a existência fisioteologicamente por meio de um circuito em que se manipulam anestesia e vício. O desgaste sobre o sistema nervoso virá tardiamente. Antes, o corpo se acostumará ao jogo entre prazer e desprazer e seguirá vivo e, para lembrar Foucault, será um corpo dócil. Por meio da sensação, esse corpo é explorado econômica, física e esteticamente. Dir-nos-á TÜRCKE (2010, p.268): “[...] a estetização de todas as relações de produção e de vida é também uma estetização da desapropriação e da exploração.” É nesse sentido que os “choques audiovisuais” aplicados aos corpos como “estocadas”, fazem “soar a caixa registradora em algum lugar” e ninguém se dá conta de estar sendo explorado porque estão adictos das modas, das séries de televisão, das redes sociais.

⁵⁰ Segundo TÜRCKE (2010, p.189): “[...] a apresentação de mercadorias é sempre também um evento estético. Coisas que já vêm ao mundo como mercadoria e, portanto, têm de ser preparadas para o mercado já durante a fabricação, são providas de uma superfície brilhante. Com isso a produção de mercadorias traz consigo a necessidade interna de toda uma tecnologia de configuração da superfície.”

O abuso sobre o corpo é o próprio motor da economia capitalista. Não devemos esquecer a relação com a história da exploração das mulheres, e a centralidade do corpo nesse processo, como uma exploração “econômica, física e estética” ao mesmo tempo e que é o modelo básico de exploração e violência do capitalismo em vigência até hoje⁵¹.

Da exploração sobre o sistema sensorial, o próprio sistema nervoso, poucos têm a chance de escapar. Um de seus efeitos é a “compulsão para emitir” que se torna comportamento universal. Ela tem a estrutura do vício que se torna tanto banal⁵² quanto universal. A docilidade dos corpos se explicita no que T urcke define como a “característica essencialmente conformista do vício: a disposição de uma quantidade colossal de seres humanos de se colocar diante do conta-gotas de uma aparelhagem multimidiática e deixar-se explorar neurológica e esteticamente”. Tal questionamento nos ajuda a compreender por que presidentes como Jair Bolsonaro ou Donald Trump e tantos outros personagens do “Ridículo Político”, e o todo de seu governo, aplicam choques diários na população, com palavras e atos linguísticos. Tais choques são promovidos pelas redes sociais. Seu conteúdo vem dominar as notícias e a mentalidade cotidiana diariamente. Ações relacionadas à aniquilação de direitos se escondem atrás das manchetes e cenas diárias de ridiculosidade política que vem constituir uma nova forma de totalitarismo interiorizada pelos cidadãos e talvez sem chance de ser superada social, estética e politicamente.

O avanço do “Ridículo Político” se vale de sua própria naturalização. As massas desprovidas de recursos caem na retórica visual e verbal do ridículo, mas mesmo a perplexidade dos intelectuais e estudiosos diante do fenômeno é uma das qualidades produzidas pelo fenômeno e que constitui sua força. Todos são capturados pelo caráter extasiante da cena. O populismo de extrema direita navega com tranquilidade nessa produção e reprodução do êxtase, o que se deve à sua própria natureza.

A naturalização do ridículo é a maior astúcia do capital na sociedade excitada. O ridículo se impõe como capital e como nova mediação. Não é mais a simples imagem ou a cena, mas a imagem capitalizada por seu excesso, por sua desmedida, por seu potencial de inversão. Tampouco se trata apenas de imagem que se assiste como ficção ou entretecimento, trata-se muito mais de um êxtase religioso-econômico e político.

⁵¹ Remeto à leitura do livro de Federici sobre a passagem do feudalismo ao capitalismo e o papel da acumulação primitiva do capital sobre as mulheres que se mant m até os nossos dias. Federici ([2019]).

⁵² Desenvolvi em um trabalho anterior a noção de “banalidade do vício”. Tiburi e Dias (2012).

O “Ridículo Político” é uma relação social mediatizada por cenas. Essas cenas são o próprio capital espetaculoso, exibicionista, ostentatório. A subjetividade implicada nesse processo é a do perverso, o sujeito sem a dimensão do outro⁵³ e que, com ele, está a conviver. Aquele para quem o outro não é o semelhante, mas apenas um inimigo e que, como tal, deve ser tratado como coisa, ou como um otário em um jogo cínico. Aquele que deve ser humilhado e rebaixado enquanto é incapaz de perceber-se objeto em um jogo porque as condições que lhe permitiriam saber que se tratava de um jogo lhe foram extirpadas antes mesmo que pudesse escolher dele participar.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Teoria Estética**. Lisboa: Edições 70, [19-].
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Aspekte des neuen Rechts-radikalismus**. Berlin: Suhrkamp, 2019.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialektik der Aufklärung**. Frankfurt am Main: Fischer, 1988.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. Guido Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Ideologia. In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Temas básicos da Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- AGAMBEN, G. Scienza senza nome. **Aby Warburg e la Scienza senza nome**, Florença, n. 199-200, p.58, 1984.
- ALBERTI, S. A perversão, o desejo e a pulsão. **Revista Mal Estar Subjetividade**, Fortaleza, v.5, n.2, p.341-360, set. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482005000200008&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 02 abr. 2020.
- ARISTOTLE. **Poetics**. [S.l.: s.n, 19-]. Translator S. H. Butcher. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/1974/1974-h/1974-h.htm>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 2010.

⁵³ Alberti (2005). Ver também Lebrun (2007).

BARBOZA, J. Modo de conhecimento estético e mundo em Schopenhauer. **Trans/Form/Ação**, Marília, v.29, n.2, p.33-42, 2006 . Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732006000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso: 18 Abr. 2020.

BAUMGARTEN, A. G. **Estética**: a lógica da arte e do poema. Trad. Mirian Sutter Medeiros. Petrópolis: Vozes, 1993.

BARASCH, F. **The Grotesque**: a study of meanings. Paris: Mouton, 1971.

BERGSON, H. **Le Rire**: essai sur la signification du comique. Paris: Alcan, 1924. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/bergson_henri/le_rire/le_rire.html. Acesso em: 03 set. 2020.

BORDIEU, P. **La Distinction**: critique sociale du jugement. Paris: De Minuit, 1979.

BOURDIEU, P. Champ du pouvoir, champ intellectuel et habitus de classe. **Scolies**, [s.l.], n.1, p.7-26, 1971.

BOURDIEU, P. Le champ littéraire. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n.89, p.3-46, sept. 1991.

CASARA, R. R. R. **Sociedade sem Lei: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CHEVROLET, T. Aristóteles posto à prova de Platão ou o caso mimesis. **AISTHE**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.36-55, 2008.

CUSICANQUI, S. R. Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

D'ANGELI, C.; PADUANO, G. **Lo cómico**. Madri: La Balsa de la Medusa, 2001. (Coleção Léxico Estético).

DAMIÃO, C. Sentido, sentimento e natureza: pressupostos para a construção do gosto na estética pré-moderna. In: FREITAS, V. *et al.* (org.). **Gosto, interpretação e crítica**. Belo Horizonte: Relicário, 2014. p.37-52.

DELEUZE, G. **Logik du Sens**. Paris: De Minuit, 1969.

DENNIS, D. B. **The most German of all German operas**: die Meistersinger through the Lens of the Third Reich. [S.l.]: Loyola eCommons, 2003. (History: Faculty Publications and Other Works). Disponível em: https://ecommons.luc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1027&context=history_facpubs. Acesso em: 03 set. 2020.

FEDERICI, S. **Calibá e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, [2019]. Disponível em: http://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

FISHER, M. **Capitalist realism**. [S.l.]: Zero Books, 2009.

FOUCAULT, M. La vérité et les formes juridiques. In: FOUCAULT, M. **Dits et Écrits I**. Paris: Gallimard, 2011. p.XX-XX.

FOUCAULT, M. **Les Anormaux**: cours au Collège de France, 1974-1975. Seuil : Gallimard, 1999.

FOUCAULT, M. Surveiller et punir: Naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1993.

FREUD, S. **Das Unheimliche**. Europäischer Literaturvlg. [S.l.: s.n.], 2012.

FREUD, S. **Os Chistes e sua relação com o inconsciente**. Trad. Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996

GEBAUER, G.; WULF, C. **Mimesis, culture, art, society**. Traslated by D. Reneau. Berkeley: University of California Press, 1995.

GRÜNER, E. **Iconografías malditas, imágenes desencantadas**: hacia una Política “warburguiana” en la Antropología del Arte. [S.l.: s.n.], 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/29589488/De_icons_y_contorsiones.docx. Acesso em: 03 set. 2020.

GRÜNER, E. **O Estado**: paixão de multidões: Espinosa versus Hobbes, entre Hamlet e Édipo. São Paulo: USP: CLACSO, 2006. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/07_gruner.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

GRÜNER, E. **La tragedia, o el fundamento perdido de lo político**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

HAMMERMEISTER, K. **The German Aesthetic Tradition**. Cambridge: Cambridge Univesity Press, 2002.

HEGEL, G. W. F. **Vorlesungen über die Aesthetik**. Ed. Heinrich Gustav Hotho; ed. digital von Jochen A. Bär. Berlin: [s.n.], 2016. v.1.

JARRY, A. **Ubu Roi**. Paris: Édition du Mercure de France, 1896. Dispponível em : http://alfredjarry.fr/oeuvresnumerisees/PDFJarry/Jarry_BM_Laval_90644.pdf

KANT, E. **Kritik des Urteilskraft**. [S.l.: s.n., 2010]. Disponível em: https://www.univie.ac.at/immanuel_kant_kritik_der_urteilskraft/#48. Acesso em: 05 jan. 2020.

KIERKEGAARD, S. **Estudios estéticos II: de la tragedia y otros ensayos**. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969.

KIERKEGAARD, S. **O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates**. Tradução Álvaro Luiz Montenegro Valls. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2005.

KYNDRUP, M. Aesthetics and judgment – “Why Kant got it right”. **The Nordic Journal of Aesthetics**, n.54, p.75-85, 2017. Disponível em: <https://pure.au.dk/portal/files/171887412/document.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

KLEIN, N. **The chock doctrine: the rise of disaster Capitalism**. Londres: Pequin, 2008.

KOJEVE, A. **Introduction à la lecture de Hegel**. Paris: Gallimard, 1947. p.434. Nota 1.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre revolucion**. Buenos Aires: Nuestro Tiempo, 1993.

LAJOSI, K. Wagner and the (Re)mediation of art: Gesamtkunstwerk and Nineteenth-Century Theories of Media. **Frame**, [s.l.], v.23, n.2, p.42-60, nov. 2010. Disponível em: <http://www.tijdschriftframe.nl/wp-content/uploads/2014/11/03.-Krisztina-Lajosi-Wagner-and-the-Re-mediation-of-Art-Gesamtkunstwek-and-Nineteen-Century-Theories-of-Media-main.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

LEBRUN, J.-P. **La perversion ordinaire: viver ensemble sans autrui**. Paros: DeNöel, 2007.

LESZL, W. G. Plato's attitude to poetry and the fine arts, and the origins of aesthetics. **Études Platoniciennes**, Paris, v.3, p.245-336, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etudesplatoniciennes/997>. Acesso em: 03 set. 2020.

MARCUSE, H. **The aesthetic Dimension: toward a critique of marxist aesthetics**. Boston: Beacon Press, 1977.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélcio Machado. São Paulo: Boitempo, 2011.

MICHAUD, P.-A. **Georges Didi-Huberman, Aby Warburg: Aby Warburg et l'image en mouvement**. Paris: Mácula, 2012.

MOUFFE, C. **Agonistics: thinking the world Politically**. London: New York: Verso, 2013.

NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo**. Tradução, notas e posfácio J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. From hope to hate: the rise of conservative subjectivity in Brazil. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, Chicago, v.10, n.1, 2020. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/708627>. Acesso em: 03 set. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhá vai ser maior**. São Paulo: Planeta, 2019.

PLATÃO. **Le banquet**: Œuvres complètes. Paris: Les Belles Lettres, 2002. t.4.

RANCIÈRE, J. **La Meséttente**: Politique et Philosophie. Paris : Galilée, 1995.

RANCIÈRE, J. **La partage du sensible**. Paris: Fabrique, 2000.

ROELOFS, M. **The cultural promise of the Aesthetic**. New York: Bloomsbury, 2014. kindle Version.

RYAN, B. **Kierkegaard's indirect Politics**: interludes with Lukács, Schmitt, Benjamin and Adorno. New York; Amsterdam: Editions Rodopi B. V., 2014.

SANTOS, L. R. dos. A concepção Kantiana da experiência estética: novidades, tensões e equilíbrios. **Trans/Form/Ação**, Marília, v.33, n.2, p.35-75, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732010000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 abr. 2020.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**. Trad., apresentação, notas e índices Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005. t.1.

SHAKESPEARE. **Hamlet**. [S.l.: s.n., 19-]. Disponível em: <http://shakespeare.mit.edu/hamlet/full.html> Acesso em: 01 maio 2020.

SOLANO, E. **La bolsonarización de Brasil**. Madrid: Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos, Universidad de Alcalá, abr. 2019. (Documentos de Trabajo IELAT, n.121).

TIBURI, M. **Ridículo político**: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto. Rio de Janeiro: Record, 2017.

TIBURI, M. Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.21, n.1, p.191-207, maio 2013a.

TIBURI, M. Gradiva Espectral. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v.3, n.6, p.421-454. 2013b. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/4662>. Acesso em: 20 abr. 2020.

TIBURI, M. Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.21, n.1, p.191-207, maio 2013c. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100010>. Acesso em: 01 maio 2020.

TIBURI, M. Ofélia morta – do discurso à imagem. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.2, p.301, jan. 2010.

TIBURI, M.; DIAS, A. **Sociedade fissurada**: para pensar as drogas e a banalidade do vício. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

TÜRCKE, C. **Erregte Gesellschaft**: Philosophie der Sensation. Munchen: C.H. Beck. 2002.

TÜRCKE, C. **Sociedade excitada**: filosofia da sensação. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

VELOSO, C. W. **Pourquoi la “Poétique” d’Aristote ? Diagoge**. M. Rashed (préface). Paris: Vrin, 2018. (Histoire des doctrines de l’Antiquité classique, 50).

WARBURG, A. **Histórias de fantasmas para gente grande**: escritos, esboços e conferências. Org. Leopoldo Wizbort; Trad. Lenin Bárbara. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

WARBURG, A. **Le rituel du serpent** : art & anthropologie. Paris: Ed. Macula, 2003.

SUSTENTABILIDADE, BEM-ESTAR E DIREITOS HUMANOS¹

Rubens Ricupero²

RESUMO: Neste artigo é feito um apanhado, por meio de relato pessoal do diplomata Rubens Ricupero, do *estado da arte* no que tange à proteção aos direitos individuais no Brasil, aos coletivos, como os Direitos Humanos e ao meio ambiente, especialmente após a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder. O texto, inicialmente concebido para a na IIª Conferência Internacional de Humanidades (UFMG, UNESCO), ocorrida em dezembro de 2019, foi transformado pelo autor em artigo a ser publicado no presente dossiê, a pedido dos organizadores do número.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsonaro. Ricupero. Sustentabilidade. Direitos Humanos no Brasil. Conferência Internacional de Humanidades.

SUSTAINABILITY, WELL-BEING AND HUMAN RIGHTS

ABSTRACT: *In this essay, a summary is made, through the Brazilian diplomat Rubens Ricupero's personal report, of the state of the art with regard to the protection of individual rights in Brazil, to collectives, such as Human Rights and the environment, especially after the rise of Jair Bolsonaro to power. The text, initially conceived for the 2nd International*

¹ Nota dos editores: O presente artigo é resultado da participação do eminente diplomata na IIª Conferência Internacional de Humanidades, ocorrida em 09 de dezembro de 2019, em Belo Horizonte. O evento foi organizado, em parceria, pela UFMG e pela UNESCO, a agência da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura. A apresentação do embaixador Ricupero foi por ele transformada em texto e, agora, é publicada com ineditismo por este periódico científico, no Dossiê 28 da revista Cadernos de Campo (Unesp Araraquara), sob a organização da Profa. Dra. Luciana Santa (Ufal) e do mestrando Fernando Moreira (USP).

² Rubens Ricupero é diplomata aposentado, ex-ministro do Meio Ambiente e da Amazônia, ex-ministro da Fazenda, foi professor da UnB e do Instituto Rio Branco, autor de diversos livros e ensaios sobre temas de história diplomática, desenvolvimento, economia, relações internacionais. Seu livro mais recente é *A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016*. Contato: www.rubensricupero.com.

Humanities Conference (UFMG, UNESCO), held in December, 2019, was transformed by the author into an article to be published in the present dossier, at the request of the organizers.

KEYWORDS: *Bolsonaro. Ricupero. Sustainability. Human Rights in Brazil. International Humanities Conference.*

Ao passar os olhos pelo programa dos três dias da conferência, logo me dei conta de que seria difícil acrescentar algo de novo a temas tão variados e abrangentes. O melhor, pensei, seria contar um pouco de minha experiência na vida pública sobre o tratamento que os políticos profissionais costumam dar aos temas que vamos discutir, em especial os direitos humanos. A partir daí, poderemos refletir sobre o desafio fundamentalmente diferente de lidar com um governo como o atual, de ruptura e descontinuidade nessas matérias.

Tornei-me ministro pela primeira vez quando o massacre dos índios Ianomâmis na fronteira Brasil-Venezuela induziu o presidente Itamar Franco a uma decisão típica entre nós, sempre que nos defrontamos com problemas inesperados: criar um ministério. No caso, o ministério da Amazônia, dias depois incorporado ao ministério do Meio Ambiente, com o qual passou a formar uma unidade. Eu era então embaixador nos Estados Unidos, dos quais fui chamado com urgência para organizar o novo ministério (meados de 1993).

Decretado o *impeachment* de Collor pela Câmara dos Deputados, Itamar tomara posse num dia fatídico, 2 de outubro de 1992, data da rebelião da penitenciária do Carandiru, em São Paulo, em que foram massacrados 111 seres humanos. A partir daí parecia que se tinha inaugurado uma temporada interminável de atrocidades: Candelária (23/7/93, oito crianças e adolescentes mortos); Ianomâmis (junho/julho 93, 16 vítimas); Vigário Geral (29/8/93, 21 vítimas).

A sucessão de tantas monstruosidades com breve intervalo entre uma e outra provocou um choque na opinião pública brasileira. O fim do regime militar trouxera a ilusão de que o país havia mudado para melhor, que o meio social se tinha tornado mais compassivo, mais solidário. De repente essa crença ingênua na Nova República desmoronava sob os golpes da brutalidade contra os pobres e vulneráveis. Desde então, um sinal de como endurecemos e perdemos a esperança é que os massacres na periferia e nas prisões viraram quase rotina sinistra à qual se reage com resignação, mais que revolta.

Pois bem, por ocasião da matança de Vigário Geral, sugeri a Itamar uma iniciativa para mobilizar a sociedade: decretar luto de três dias em homenagem às vítimas, convocar cadeia nacional de televisão e rádio para afirmar que a

sociedade brasileira não toleraria mais tais atentados, anunciar e pôr em prática um programa de emergência de fortalecimento dos direitos humanos com participação coletiva.

A ideia básica consistia em mostrar que o problema não era só da polícia, do governo, dos políticos, mas correspondia a uma responsabilidade da sociedade como um todo. Itamar no início se inclinou a adotar a ideia, logo, porém, recuou. Explicaram-me que a causa da recusa teria sido o receio de gerar atritos com o governador Brizola, no Rio de Janeiro, em cuja gestão tinham ocorrido os últimos massacres.

Depois disso multiplicaram-se os atentados, sem que jamais qualquer governo democrático, de esquerda, direita ou centro, mostrasse compreender que problemas humanos como esses deveriam estar no topo das prioridades do Estado e da sociedade. Infelizmente, os políticos, os governantes, mesmo os de sincera identificação com o povo, ainda possuem nível de consciência incipiente da importância central de tais questões.

Não é que sejam indiferentes ou coniventes. Até o governo passado, todos os presidentes posteriores ao regime militar empenharam-se, uns mais, outros menos, em tentar melhorar a situação dos direitos humanos, do meio ambiente, da discriminação racial. Nenhum, todavia, conferiu a essas questões prioridade absoluta na ação governamental, refletindo nisso a tradicional atitude de moleza do Congresso, do Judiciário, das instituições públicas em geral.

Em matéria de direitos humanos e aos temas correlatos, um balanço de mais de 50 anos da posição dos governos brasileiros indicaria que a evolução nessas áreas passou por três etapas distintas.

A primeira, da ditadura militar de quase 21 anos, se caracterizou pela obsessão contra a ameaça subversiva comunista ou de guerrilha, exageradamente ampliada a outras variedades de oposição ao governo. Praticou-se contra os opositores repressão sistemática e brutal, com sequestros, torturas e assassinatos que constituíam não excessos eventuais, mas *política de Estado* sancionada pela aprovação explícita no mais alto nível, o do presidente, até mesmo de Geisel, conforme sabemos hoje pelas revelações de comunicações secretas da C.I.A.

A partir da redemocratização, muda radicalmente a natureza da questão de direitos humanos, deixando de existir uma política repressiva de Estado dirigida sistematicamente contra opositores políticos. Voltou-se ao que sempre existiu na história brasileira, a violência institucionalizada contra os membros mais pobres e vulneráveis da sociedade, a brutalidade da vida cotidiana no Brasil profundo, a tortura praticada de modo rotineiro nas delegacias de polícia, os maus tratos contra pobres, pardos, pretos, os abusos de autoridade.

Contra esse comportamento quase que se poderia chamar de orgânico a uma sociedade de profunda desigualdade e tradição escravagista, houve esforço sincero, mas sempre insuficiente, para melhorar as legislações e as práticas. Uma a uma, as convenções das Nações Unidas sobre direitos humanos rejeitadas pelos militares foram sendo adotadas e implementadas de maneira gradual e imperfeita.

O que era comum a todos os governos da redemocratização é que, sem exceção, participavam do consenso em torno dos avanços conceituais trazidos pela Constituição de 1988 em termos de direitos humanos, indígenas, meio ambiente, democracia participativa ampliada à cidadania. Nenhum se dispôs, no entanto, a contrariar interesses de peso, políticos ou econômicos, a fim de fazer avançar esses temas. Exceção notável, talvez única, constitui a decisão de Collor para impor a reserva indígena dos Ianomâmis, em Roraima, contra poderosa coalizão de políticos, proprietários rurais e militares. O episódio que narrei sobre Itamar ilustra bem a relutância dos políticos tradicionais, mesmo os melhores, em arriscar o prestígio pessoal em questões controversas de direitos humanos.

Entre 1985 e 2015, durante os primeiros 30 anos da Nova República, o consenso quase unânime da sociedade, encarnado na Constituição de 1988, serviu de base a uma progressiva ampliação das conquistas. A evolução deveu-se à ação de entidades da sociedade civil, à influência da imprensa e à ação não tanto do Legislativo, mas do Judiciário, em decisões como as atinentes ao casamento entre homoafetivos, ao aborto ou às variadas causas ligadas à política de gênero e de orientação sexual.

É significativo que o Congresso, poder mais próximo às pressões e orientações da opinião pública, não tenha conseguido dar forma de lei à maioria dessas modificações. A dificuldade era já um sinal de que o consenso começava a ser contestado por uma evolução em curso na sociedade, em direção contrária à consagrada na Constituição. O primeiro dos fatores a agir nesse sentido consistiu na exacerbação do sentimento de insegurança individual como resultado do aumento assustador da criminalidade.

A repetição de massacres nas periferias, as crianças mortas por balas perdidas, a repressão policial ineficaz, a corrupção da polícia, o surgimento das facções de crime organizado, a propagação do tráfico de drogas, tudo isso generalizou entre a população a percepção de que a legislação sobre direitos humanos favorecia aos criminosos. Criou-se a impressão de que entidades defensoras desses direitos se concentravam quase exclusivamente na explicação do crime como mero produto de condições sociais estruturais.

A ausência de políticas públicas efetivas ou o fracasso de estratégias de aperfeiçoamento no combate ao crime e da legislação penitenciária deixaram campo livre aos grupos de extermínio, às milícias formadas por policiais. A frustração transformou-se em movimento político, a princípio não levado a sério, que culminou na eleição de número crescente de ex-policiais justiceiros e no surgimento da chamada “bancada da bala”, fortemente contrária aos ideais de direitos humanos.

Em paralelo, outra força profunda começou a se fazer sentir, a dos amplos setores populares de orientação conservadora em costumes, moral familiar e sexual, ligados em particular às igrejas evangélicas pentecostais. A eficácia eleitoral dessas igrejas deu nascimento à “bancada da Bíblia” e à conquista de parcelas crescentes de poder político. Com isso, o cenário público brasileiro converteu-se em palco de embates de “guerra cultural” análoga em alguns aspectos à que caracteriza a política norte-americana.

Aqui, muito mais que nos Estados Unidos, registrou-se uma poderosa convergência de fatores atuando no sentido de corroer o anterior consenso embutido na Constituição de 1988: ex-policiais e militares convertidos em políticos, evangélicos pentecostais de crescente influência político-eleitoral, as milhões de vítimas do desemprego e do retrocesso ocasionados pela crise econômica, a amargura e revolta consequentes ao impeachment de Dilma e ao colapso da hegemonia do PT.

Atuando sobre esse caldo explosivo, a operação Lava Jato produziu efeito devastador de demolição da confiança já debilitada nas instituições democráticas, no sistema de governo e nos políticos desmoralizados pelas revelações quase diárias de escândalos de corrupção.

A combinação de tantas forças destrutivas, ao lado da oportunista utilização de redes sociais e do efeito do frustrado atentado contra Bolsonaro, tornou possível um resultado eleitoral sem precedentes em nossa história recente pelas suas implicações de ruptura do sentido da evolução da vida política. Fruto da soma de todas essas forças, *o governo Bolsonaro é intrinsecamente diferente dos precedentes*, em razão dos setores sociais em que se apoia e por não participar do consenso consagrado na Constituição de 1988.

Há na posição do governo uma contradição insanável. Eleito no quadro da Constituição, sem poder político suficiente para substituir a carta constitucional por outra mais afinada com suas convicções, o governo gera uma tensão permanente ao empenhar-se o tempo todo em propor alterações substanciais mediante emendas (na área econômica e social, por exemplo) ou tentativas de

testar os limites do que pode fazer por decretos ou medidas provisórias (em relação à liberação de armas, temas ambientais e outros).

É por isso que se amiadaram no primeiro ano do mandato decisões judiciais ou do Congresso para anular, suspender ou modificar decretos ou propostas de MPs governamentais. O governo não esconde a intenção de dismantelar boa parte do que se edificou até hoje em matéria dos temas constantes desta conferência. Gostaria, se estivesse em seu poder, de apagar esses assuntos da Constituição.

Como não dispõe de poder para tanto, suprime o caráter ministerial do tratamento de alguns dos temas (direitos humanos, política de gênero, promoção de igualdade racial), anuncia a intenção de eliminar o ministério do Meio Ambiente e, frente à reação desfavorável, o entrega a um *antiministro* incumbido de liquidá-lo na prática. Abro aqui um parêntese para realçar o desastre que teria sido a supressão desse ministério para o próprio governo que, em menos de um ano, teve de enfrentar três magnas crises ambientais: a de Brumadinho, das queimadas na Amazônia, do derrame de óleo no Nordeste.

Em muitos aspectos, *o governo Bolsonaro representa a morte da Nova República, não por um golpe que tivesse destruído a Constituição, mas pela chegada ao poder mediante eleições de um grupo empenhado em liquidar o espírito, os valores e os ideais da Carta de 1988*. Para todos os efeitos práticos, já estamos vivendo em uma fase histórica e política pós-Nova República, em razão da vitória eleitoral de um governo de ruptura e descontinuidade com a redemocratização.

A primeira lição a retirar dessa realidade é que não se pode lidar com um governo declaradamente comprometido com a destruição do que foi edificado antes da mesma maneira que se lidava com os anteriores. De Sarney até o governo Temer, podia-se dialogar, colaborar com vistas a aumentar a pressão em favor dos temas que fazem avançar o processo civilizatório.

Existia um terreno comum, o do consenso de 1988, uma linguagem partilhada, um método adequado, o dos conselhos deliberativos ou consultivos com representantes da sociedade civil. Nada disso é viável com um governo que se empenha em suprimir ou enfraquecer todos os conselhos, cultiva obsessão paranoica contra as Organizações Não Governamentais e nega a existência da sociedade civil ou se esforça em manipular as pessoas por meio de *fake news*.

O problema mudou de índole. O que temos hoje é um Executivo hostil à essência mesma dos grandes temas civilizatórios. Na impossibilidade de qualquer avanço neste momento, a única atitude eficaz para minimizar o dano é a da resistência, da denúncia, do apelo a instituições de defesa das conquistas da Constituição,

tais como o Judiciário, o Ministério Público, o Congresso, a imprensa, as entidades representativas da sociedade organizada.

A diferença na natureza do desafio não resulta apenas de *fatos e eventos* políticos e econômicos, mas de uma radical *transformação no domínio das ideias, da maneira de encarar o mundo, a vida, o país.* Na origem do grupo que conquistou o poder existe um movimento filosófico, doutrinário, de extrema direita, uma reorientação no campo das ideias, da filosofia, da cultura, em sentido distinto, às vezes oposto, ao que impulsionou a redemocratização e a elaboração da Constituição de 1988. Não é por acaso que essa ideologia retrocede à fase histórica anterior à redemocratização, partindo da apologia da ditadura militar.

Em outras palavras, a ascensão da extrema direita brota no Brasil de uma filosofia, de um debate de ideias, da negação dos valores predominantes até então. É um erro subestimar Olavo de Carvalho porque se trata de alguém sem credenciais acadêmicas, sem formação universitária completa, um *outsider,* um marginal em relação ao mundo intelectual oficial. Ele soube ocupar um vazio, fornecer uma explicação sistemática do mundo a milhares de discípulos. Ministra cursos populares, fáceis de seguir na internet, com uso habilidoso das redes sociais.

Impõe-se aqui um *exame de consciência, talvez uma autocrítica, da parte dos intelectuais, das universidades públicas.* Como foi possível que esse movimento filosófico, essa agitação de ideias, tivesse passado largamente despercebido? Não teria havido algum tipo de omissão, de falha no papel que a universidade pública deveria ter desempenhado em relação a seu entorno social, à sua cidade, à população não matriculada em cursos regulares, mas necessitada de orientação?

Teriam as universidades, os acadêmicos, sucumbido à tentação da “torre de marfim”, vivendo para suas carreiras, voltados somente à rotina da vida interna no *campus?* Existem acaso estudos, pesquisas universitárias, que nos ajudem a compreender o fenômeno da extrema direita no Brasil, sua gênese, sua base social, suas inspirações intelectuais, seus meios de financiamento, seus métodos de ação? Como se explica que a melhor contribuição nesse sentido tenha vindo não da universidade, mas de uma série de matérias da revista *Época* no começo de 2019?

A verdade é que o movimento se gestou fora e contra a universidade pública, fora e contra as correntes principais do ensino e pesquisa acadêmicos em filosofia, ciências sociais, as humanidades do título desta Conferência, por isso mesmo vistas como inimigas a destruir, como parte principal do chamado “marxismo cultural”.

Desenvolvendo-se à margem da universidade, da vida cultural e intelectual predominantes, esse movimento apresenta características de reação virulenta contra a herança das Luzes, do Iluminismo. Sua índole é antiliberal, antirracional, anticientífica, negadora da Terra redonda, da teoria da evolução, da mudança climática, movida pelo ressentimento contra as elites artísticas, intelectuais, culturais, universitárias, que se propõe a humilhar com cortes de verbas, redução de bolsas, nomeações estapafúrdias de desqualificados para as mais altas funções na administração da cultura, da ciência, das artes, da educação.

Não basta, contra isso, apontar a baixa qualidade intelectual dessas doutrinas. O desprezo não constitui estratégia para servir de contrapeso à influência de ideias, por mais equivocadas que sejam. O combate ao reacionarismo de extrema direita só será efetivo se souber se contrapor a todos seus componentes, a começar pela sua inspiração filosófica e cultural.

A superação do retrocesso não virá somente da luta no campo político, econômico e social. Da mesma forma que a extrema direita se originou e alimentou de ideias, a reação terá de prover da renovação da filosofia, da cultura, das artes. Cabe aqui um paralelo com o Centenário da Independência em 1922. O que ficou do Centenário não foi a grande Exposição Universal inaugurada em 7 de setembro, não foram os episódios da longa contestação da vitória de Artur Bernardes e de seu governo.

O que ficou do Centenário foi a Semana de Arte Moderna, a influência de Mário de Andrade, de Oswald, de Drummond, Bandeira, Villa Lobos, dos que vieram depois, arquitetos, urbanistas, músicos. Na conferência proferida na Academia Brasileira de Letras em 29 de agosto de 2019 sob o título “*Brasil: um futuro pior que o passado? Reflexões na antevéspera do Bicentenário da Independência*”, tratei mais extensamente do papel que coube então à revolução cultural do Modernismo.

Entende-se que na época o impulso de renovação tenha partido de intelectuais avulsos como Mário de Andrade e não de uma universidade pública que só começaria a existir de fato anos, décadas mais tarde. Uma conferência como a que iniciamos hoje, reunindo reitores, professores, representantes da UNESCO, constitui o cenário apropriado para discutir o papel que terá de caber nessa obra de renovação à universidade pública, às ciências sociais, às humanidades do título do encontro.

Quais os valores, os objetivos dessa obra de renovação? Não podem deixar de ser as grandes ideias-força, os quatro ou cinco temas maiores que felizmente ocuparam o lugar das ideologias absolutistas, destrutivas, ilusórias, anti-humanistas, que fizeram da primeira metade do século 20 um campo de desolação e

de ruínas. Impulsionadas ao longo dos últimos 75 anos pelas Nações Unidas, elas vêm aos poucos produzindo um conjunto de regimes jurídicos formados pelas convenções internacionais que refletem os avanços e as conquistas humanas.

São elas: os *Direitos Humanos* na mais ampla acepção e abrangência, a proteção do *meio ambiente*, a promoção da *igualdade entre mulheres e homens* - a de potencial de mais profunda transformação das relações interpessoais - o reconhecimento e respeito da *diversidade de gênero, de sexo, de cultura, a luta pela maior igualdade possível, a erradicação da indigência, da pobreza, da doença, da ignorância*. Elas se encontram hoje quantificadas em metas com prazos definidos, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Refletem o estágio mais avançado que alcançou em nossos dias a evolução da consciência moral da humanidade. Elas retomam na sua inspiração a herança que nos legou o movimento das Luzes e nos dão forças para impedir que a hora do poder das trevas se estabeleça duravelmente no Brasil e no mundo.

SOME REFLECTIONS ON THE IMPORTANCE OF ‘HOW TO RULE’

Sara Lagi¹

ABSTRACT: The present article proposes some reflections on the issue of “how to rule” as crucial to think about politics in terms of limits on government and thus in terms of preservation of fundamental freedoms. By referring to some of the most prominent thinkers of European Liberalism, the article examines the principle of “how to rule” in relation to that of “who rules” in order to stress how just the latter can imply – if isolated from the former – potentially dangerous elements for the guarantee of a free and civic coexistence. In the last part, the article recognizes the relevance of Liberal-democratic tradition of thought as a compromise between the two principles.

KEYWORDS: Rule of law. How to rule. Orwell. Liberal-democratic tradition. European populist movements.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DE “COMO GOVERNAR”

RESUMO: *O presente artigo propõe algumas reflexões sobre a questão de “como governar” como cruciais para pensar a política em termos de limites ao governo e, portanto, em termos de preservação das liberdades fundamentais. Ao se referir a alguns dos pensadores mais proeminentes do liberalismo europeu, o artigo examina o princípio de “como governar” em relação ao de “quem governa” para enfatizar como apenas o último pode implicar - se isolado do primeiro - elementos potencialmente perigosos para a garantia de uma coexistência livre e cívica. Na última parte, o artigo reconhece a relevância da tradição liberal-democrática do pensamento como um compromisso entre os dois princípios.*

PALAVRAS-CHAVE: *Estado de direito. Como governar. Orwell. Tradição liberal-democrática. Movimentos populistas europeus.*

¹ Universidade de Turim. Torino – Itália. Professora do Departamento de Cultura, Política e Sociedade. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2868-1608>. E-mail: sara.lagi@unito.it

In “Animal Farm” the British, Socialist journalist and writer George Orwell presented a brilliant and ferocious critique of Stalinism and the betrayed promise of a new society made up of truly free and equal men and women. The story is well known: the animals of a farm decide to revolt against their cruel and brutal master, to live according to the noble principles of Socialism. Just those principles will however be destroyed by the pigs – and precisely by the pig named Napoleon – who will finally impose a personal dictatorship in which “all animals are equal but some are more equal than others”, where Socialist principles and hopes will be reduced to a mere and empty phraseology for propaganda (ORWELL, 2004). There is extensive literature on the meaning of this fascinating 20th century political fable. Orwell’s objective was to make an allegory of the perverse effects of Stalinism and then of how that regime had literally abandoned any principle of freedom and respect for the most elementary rules of civic coexistence. In other words, Orwell’s merit would be to launch a powerful invective against Stalinian totalitarianism (NEWSINGER, 1999).

Yet, personally I decided to start from Orwell’s novel for another reason. I think that “Animal Farm” – especially when the pigs rise to power legitimating their leadership in the name of Socialist principles – shows us the peril of a view of political power, which is mostly focused on the problem of “who rules” rather than on “how to rule”. For the animals of the Farm, the main challenge is to chase the cruel farmer away and establish a new kind of order. The key to that change is just to replace the human master with new leaders who legitimate their rule on the basis of the victorious rebellion and in the name of noble ideals. Yet, once the new leadership is established, the situation soon degenerates because – among the many reasons for that – the elimination of the cruel human master and the rise of the smart pigs claiming to embody the true values of the animal revolution are considered *per se* the fulfillment of the revolution. For the rebelling animals the problem of “how to rule” seems to be of secondary importance.

Moving from the example of Orwell’s “Animal Farm” to political theory, there is an important tradition of thought which instead, has always considered the issue of “how to rule” central to political life and dynamics, i.e. Liberalism. By that I am referring to a century-long school of thought which takes shape in John Locke’s *Two Treatises on Government*, develops throughout the Enlightenment and the 19th century, the cradle of so-called Classical Liberalism, which experiences a tragic crisis in the early post war period and re-flourishes during the second half of the 20th century thanks to thinkers such as John Rawls and Richard Dworkin, just to mention some internationally popular intellectuals.

Defining the meaning of Liberalism is complex: Liberalism refers in the first instance to a series of “ideas and values” which primarily involve individual freedom, individual dignity, social progress, tolerance, respect for other’s opinions as well as referring to concrete political movements and most importantly to a specific kind of society, called Liberal society (WALL, 2015). In this essay I will refer to Liberalism in one of its (for me) most important political implications and meanings: Liberalism as that political doctrine reflecting and investigating the problem of *how to rule* while respecting individual freedom. This is one of the long-term components of Liberalism as a tradition of thought: already evident within John Locke, Charles de Montesquieu, and Immanuel Kant’s political theories. For the British thinker – whose *Two Treatises of the Government* is considered as the “manifesto” of the transformation of the British monarchy into a constitutional monarchy (1689) – the government had the duty to protect individuals’ natural rights through Law. By that, Locke meant that any government violating such a duty (which was both a moral and political obligation) would be tyrannical (LOCKE, 1982). The problem of government, which had to act within certain limits, was crucial for Kant too and Montesquieu formalized this by elaborating two core principles. With the first principle, Montesquieu argued that the fundamental difference between Monarchy and Republic, on the one hand, and despotism on the other was that the former acted within the respect of the Law, i.e. within the respect of the principle of Legality. On the contrary, despotism was marked by the sentiment of fear just because it acted beyond any kind of limit. With the second principle – which was logically related to the previous one – Montesquieu stated that the concentration of the three main powers into the hands of one single subject/institution was to be avoided and that a government capable of granting fundamental freedoms was one established on the separation of powers and a check and balance system (MONTESQUIEU, 2007). Montesquieu’s political theory remained a reference point for all 19th century European Liberals who – as in particular Benjamin Constant – were particularly concerned about the issue of posing stringent limits on governments, to avoid violations of fundamental individual rights. This concern emerged again from the works of thinkers such as Alexis de Tocqueville and John Stuart Mill and it never perished although just these two – differently from the Liberal thinkers previously mentioned – embraced the principle of extending the right to vote to all citizens beyond social/class distinctions. On theoretical level, it was thanks to Tocqueville’ and Mill’s work that there was the “encounter” – in terms of political theory – between Liberalism and democratic tradition, which had been separated, and in reciprocal antagonism, so far. More precisely, it was

the “encounter” of a tradition of thought concentrated on the issue of “how to rule” with another tradition classically committed to identifying the people with the true ruler of a true democratic government. Both Tocqueville and Mill thus gave a crucial contribution to the development of Liberal-Democratic thought (CONSTANT, 2016; TOCQUEVILLE, 2010; MILL, 1999).

Between the mid-19th century and the mid-20th century – i.e. before the rise of totalitarian regimes in the very heart of Europe – one of the clearest expressions of a Liberal concept of government and political power was the aftermath of the so-called *Rechtsstaat* (“rule of Law”) system. According to the latter, there must be clear principles established by Law according to which a community is ruled and which the government itself must respect (COSTA; ZOLO, 2007). The massive crisis involving the major European Liberal and parliamentary democracies during the first post-war period as well as the rise of totalitarian ideologies seemed to bury Liberalism, which however reemerged in the second post war period, for example thanks to the authors of the so called Cold War Liberalism (Karl Popper, Raymond Aaron, Isaiah Berlin, Jacob Talmon). Against the Totalitarian tragedy, they emphasized the issue of “how to rule” within democratic systems, in order to understand which limits the government could not violate (MUELLER, 2008).

One of the most frequent and popular critiques to Liberalism’s concern for “how to rule” is the fact that it would overestimate the importance of individual freedoms and would underestimate equally relevant rights such as social ones. Also, it would underestimate the problem by which freedom remains an empty word for those living in poverty or who are socially and economically marginalized. Chiefly for those starting from a Marxist argumentation, Liberalism and Liberal-democratic theory with their attention for individual freedoms, for “how to rule”, would be nothing but the expression of the bourgeois political and social view. This critique is acceptable but it seems to ignore two important elements: in historical terms, Liberalism has not only “encountered” democracy by embracing the principle of people’s suffrage but also it has moved closer to traditions of thought such as Socialism, while showing a growing concern for social issues. In 20th century Europe, prominent intellectuals such as the Italian Carlo Rosselli, elaborated a *Liberal Socialism*, a theory which saw Socialism as the ultimate and highest realization of Liberalism. Rosselli observed in fact how social justice and the emancipation of the working class would fail without the provision of fundamental freedoms and the respect of the individual. In Britain Leonard T. Hobhouse advocated a liberal and democratic kind of society, while

trying to conciliate the principle of individual freedom with the demands of a more equal and just social order (ROSSELLI, 2009; HOBHOUSE, 2009).

Regardless of the very personal opinion one might have on this tradition of political thought, among the many principles established, Liberalism and the Liberal-Democratic tradition argue that politics and most importantly the problem of organizing a modern, civic and progressive kind of political and social order cannot be univocally identified and reduced to the problem of “who rules”. The latter must be taken into account in relation to “how to rule” and therefore to the concrete challenge of establishing limits to the government and those representing it. Liberal intuition about the relevance of such aspect in my opinion is useful, to interpret some aspects of past and present political situations.

Think about the emergence of totalitarian regimes and ideologies in the first post-war Europe. Obviously as we all know there is a variety of different reasons and factors behind that rise. However, in general terms, one cannot ignore that one of the key factors behind the totalitarian (Fascist and Nazi) success was precisely the ability to move political debate and even people’s expectations from the “how to rule” to “who rules” or better to “the one who should rule”. Scholars have stressed how the development and consolidation of mass democracies and mass parties had contributed to create the perfect condition for the assertion of ideologies and political parties based on the leadership of one single charismatic figure (ARENDT, 2009). There is much truth in that. Yet, what really interests me is rather to highlight that the assertion of those figures leading political parties with clear anti-Liberal and anti-democratic programs implied exactly that the loss of trust in the importance of “how to rule” in favor of “who rules”, i.e. in favor of a political vision which practically identified one figure, one party, one ideology as the right one to solve the ongoing crisis. The “who” became more important than the “how” both in Fascist Italy and in Nazi Germany. Faced with the “biennio rosso” – the massive wave of social and economic protests led by workers and peasants through North and Central-North Italy – and political instability, the “who” was Mussolini who promised order, safety and the restoration of social peace, although the “how” of his rule concretely consisted in the elimination of political and party pluralism. In Germany, after the long-running instability of the Weimar Republic, the “who” was Hitler who promised order, safety, the vindication of the Versailles humiliation, although the “how” of his rule implied the establishing of a totalitarian power.

Now I would like to bring your attention back to the present day. Looking in particular to the political context I know best, the European one, recent years have witnessed the emergence and development of populist movements,

of different nationalities. European populism is a complex phenomenon which should also be considered in the light of the weakness of the European Union, its egoisms, its being a monetary union rather than a true political entity based on a true European identity and a true sentiment of solidarity. The way in which the 2008-2009 financial crisis was treated and – more recently – the reactions of some European countries to the pandemic problem are an example of that. Yet, in my perspective, populism is an expression just of some potentially dangerous implications of the “who rules” principle. Populism appeals to “the people” as if it were a homogeneous entity. It advocates the necessity to make the people – and more precisely ordinary people – effectively rule. Its focus is, in my opinion, again and primarily on the issue of “who rules” rather than on “how to rule”. There is nothing wrong *per se* in advocating the principle of the people’s rule. The true problem is the specific way populism conceives just this supposed unitary entity called the people, i.e. as a sort of monolithic subject in which the “diverse” have almost no room, in which the “foreign” is *per se* a threat, and which opposes, with anger, the “élite” seen as an unbearably privileged group. Hence a strong Leader capable of establishing a direct communication with it, is necessary (URBINATI, 2019).

The latter aspect illuminates us on another controversial implication of a political concept entirely focused on the problem of “who rules”. If – as Isaiah Berlin correctly argued in his works – one reduces politics to this single issue, once established who “the ruler” is, any other issue or problem – like for example the protection of minorities or concrete limits to pose to the government – risks becoming of secondary importance, especially if the “ruler” is provided with some “salvific mission” and if the primary political relationship is conceived that between the “ruler” and the “people” (BERLIN, 1969).

Berlin’s intuition – which (in reality) came from Benjamin Constant – might be considered a bit extreme but it contains an element of truth, especially if applied to illiberal ideologies of different intensity and danger. With that I don’t want to argue that the problem of “how to rule” is more important or noble than the problem of “who rules”. In history – as I was previously arguing – Liberal-democratic tradition has emerged as an attempt to find a balance and a lasting compromise between the two. I have rather tried to recall attention to the centrality of the former and the importance of nurturing a political culture and mentality, which can be aware of the importance of the limits to power not only in the name of individual freedoms but also in the name of the preservation of democratic institutions.

REFERENCES

- ARENDT, H. **The origins of Totalitarianism**. New York: Cleveland Publishing House, 2009.
- BERLIN, I. Two Concept of Liberty. *In*: BERLIN, I. **Four essays on Liberty**. Oxford: Oxford University Press, 1969. p.118-172.
- CONSTANT, B. **De la liberté des Anciens comparée à celle des Modernes**. Paris: Berg Int., 2016.
- COSTA, P.; ZOLO, D. (ed.). **The rule of law: theory and criticism**. Berlin: Springer, 2007.
- HOBHOUSE, L. T. **The elements of Social Justice**. New York: Cornell University Library, 2009.
- LOCKE, J. **Due trattati sul governo e altri scritti politici** (It. trans.) Torino: Unione tipografica torinese, 1982.
- MILL, J. S. **On Liberty**. Peterborough: Broadview 1999.
- MONTESQUIEU, C. L. de. **De l'Esprit des Lois**. Milano: Cofide, 2007.
- MUELLER, W. J. Fear and freedom: on Cold War Liberalism. **European Journal of Political Theory**, Londres, v.7, p.45-64, 2008.
- NEWSINGER, J. Destroying the Myth: George Orwell and soviet communism. **Critique: Journal of Socialist Theory**, Oxon, v.27, p.55-80, 1999.
- ORWELL, G. **La fattoria degli animali** (It. trans.) Milano: Mondadori 2004.
- ROSSELLI, C. **Socialismo liberale**. Torino: Einaudi 2009.
- TOCQUEVILLE, A. de. **De la démocratie en Amérique**. Paris: Flammarion 2010.
- URBINATI, N. **Io, Il Popolo**. Bologna: Il Mulino, 2019.
- WALL, S. **Cambridge Companion to Liberalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

THE POLITICS OF PROMISE OR THREAT AND THE PRAXIS OF HOPE: MODELING A LINGUISTIC-PHENOMENOLOGICAL EPISTEMOLOGY OF PRACTICE FOR THE ASSESSMENT OF ALTERNATIVE WORLDVIEWS IN MEDIA LITERACY

Zdzisław Wąsik¹

ABSTRACT: At the outset, I discuss selected conceptions of world images put forward by philosophers pertaining to human experience and the social construction of reality. Herewith, I am trying to clarify distinctions between appearances and experiences of things in the world and the abilities of humans to construe worlds beyond words, along with their being-in-world, and experiencing their in-the-world existence. Subsequently, I confront some epistemological theories about the complexity of scientific knowledge of the world and its fragmentary perception in psychophysiological cognition. What is relevant for the theme, I present the methods of the lived-through research in dealing with the ideology of promise or threat expressed by leaders of social movements who offer a hope for better worlds which are not here and not now but can be achieved in the future. Lastly, I submit proposals to approach the relationships between world and reality in their hierarchical ordering and semiotic modeling.

KEYWORDS: Linguistical epistemology. Phenomenology of practice. Alternative worlds. Media literacy. Experiential knowledge.

¹ Philological School of Higher Education, Wrocław – Poland. Rector Senior and Professor of Linguistics, Semiotics and Communicology. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2556-8228>. E-mail: zdzis.wasik@gmail.com

**A POLÍTICA DA PROMESSA OU AMEAÇA E A PRAXIS DA ESPERANÇA:
PROPOSTA DE MODELO A UMA EPISTEMOLOGIA LINGÜÍSTICO-
FENOMENOLÓGICA DA PRÁTICA PARA A AVALIAÇÃO DE VISÕES
MUNDIAIS ALTERNATIVAS NA COMPETÊNCIA MIDIÁTICA**

RESUMO: Iniciamos este artigo discutindo uma seleção de conceitos de imagens do mundo problematizados por filósofos que pertencem a correntes dedicadas ao estudo da experiência humana e da construção social da realidade. Assim, tentamos esclarecer a distinção entre fenômeno e experiência das coisas do mundo, além de discorrermos sobre a capacidade das pessoas de interpretar e construir mundos além das palavras, considerando o ser no mundo do sujeito em sua experiência de existência-no-mundo. Em seguida, confrontamos algumas teorias epistemológicas que versam sobre a complexidade do conhecimento científico do mundo e sua percepção fragmentada na cognição psicofisiológica. Destacamos que uma relevante contribuição para o tema é a apresentação, neste trabalho, de métodos de pesquisa sobre o mundo vivido ao lidar com a ideologia da promessa ou ameaça feita por líderes de movimentos sociais que oferecem uma esperança por mundos melhores que não se apresentam atualmente, mas poderiam ser alcançados no futuro. Por fim, apresentamos propostas para abordar as relações entre mundo e realidade em sua ordenação hierárquica e sua modelagem semiótica.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia linguística. Fenomenologia da prática. Mundos alternativos. Competência midiática. Conhecimento experiencial.

**POLITYKA OBIECYWANIA LUB GROŻENIA A PRAKTYKA NADZIEI:
MODELOWANIE LINGWISTYCZNO-FENOMENOLOGICZNEJ
EPISTEMOLOGII STOSOWANEJ DLA OCENIANIA ALTERNATYWNYCH
WIZJI ŚWIATA W KOMPETENCJI MEDIALNEJ**

STRESZCZENIE: Na wstępie omawiam wybrane koncepcje widzenia świata przedstawiane przez filozofów, odnoszące się do doświadczenia człowieka i społecznego tworzenia rzeczywistości. Tutaj staram się wyjaśnić rozróżnienia między zjawiskami a doświadczeniami rzeczy w świecie i zdolności ludzi do konstruowania światów poza słowami, wraz z ich byciem w świecie i własnym doświadczaniem świata życia. Następnie konfrontuję niektóre teorie epistemologiczne o złożoności wiedzy naukowej o świecie i jego fragmentarycznej percepcji w psychofizjologicznym poznawaniu. Co jest istotne dla tematu, przedstawiam metody badań nad światem przeżywanym przy zajmowaniu się ideologią obiecywania lub

grożenia wyrażaną przez liderów ruchów społecznych, którzy oferują nadzieję na lepszy świat, jakiego nie ma tu i teraz, ale jakie mogą być osiągnięte w przyszłości. Na końcu też zgłaszam postulat, aby badać relacje między światem a rzeczywistością w ich hierarchicznym uporządkowaniu i modelowaniu semiotycznym.

SŁOWA KLUCZOWE: *Epistemologia lingwistyczna. Fenomenologia praktyczna. Światy Alternatywne. Kompetencja medialna. Wiedza doświadczalna.*

Introductory remarks on the scope and content of the paper

This paper aims at elaborating a theoretical model for the evaluation of the political strategies of cosmological discourse, in which the participants of social communication are obliged to make a choice between competing visions of their lifeworld. It departs from the ideological stances of social movements, manifestos or programs, prevailing in media literacy, that are conveyed by members of interest or pressure group, or political fractions, through public or mass communication channels.

In these forms of communication, the involved authors/senders offer something new, based on the ontology of not-yet-being, under the arguments of promise or threat, whereas the addressees/receivers are expected to adjust their conduct in the hope that the reality will change according to the assured predictions or portrayed anticipations. The investigative subject matter of this paper constitutes the epistemological deconstruction of the mere concept of worldhood being present in opening addresses formulated for populist purposes by various organizers of everyday life (politicians, scientists or spiritual leaders) who claim to start a new era by introducing something original what has not existed before, an innovative paradigm of thinking, a unique vision of human lifeworld.

As regards the investigative methodology, the paper alludes to experiential sources of human knowledge about the world, merging the mundane and transcendentalist phenomenology with epistemology. Epistemology is presented here not only as set of investigative perspectives or as psychosomatic ability of a cognizer, but also as a narrative activity of a knower. What has been launched as a novelty is the author's conception of the *linguistic-phenomenological epistemology of practice* that considers the complexity of knowledge about the human world and the fragmentarity of its cognition. In such a cosmological conception, the reality of everyday life is shown as experienced through the man's being-in-the-world, where his 'life-world' appears to be a 'lived-through' world.

Finally, the paper puts forward some investigative postulates for discussing the relationship between world and reality in order to show the incompatibilities of worldviews in the psychophysiological perception of reality, hierarchies of worlds and semiotic modeling systems, and creative aspects of epistemic ability to construe phenomenal worlds beyond words. To sum up, the submitted proposal of a paper is merging the epistemology of cognition and phenomenology of experience, as an investigative perspective, with metaphysical cosmology, as a subject matter of investigation, in relation to the linguistic semiotics of political communication as an investigative domain.

Phenomenological conceptions of worldhood

Phenomenology as the study of appearances of lifeworld in human experience

Even that the notion of phenomenology goes back to the times of Immanuel Kant's **Critique of pure reason** [**Critik der reinen Vernunft**] (KANT, 1838 [1781]. and Georg Wilhelm Friedrich Hegel's **Phenomenology of mind** [**Die Phänomenologie des Geistes**] (HEGEL, 1910 [1807]), the current paradigm of phenomenology dates from the philosophy of Edmund Husserl. What Husserl has proposed – in his lectures held at Prague in 1935 and Vienna in 1936, ***Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie: Eine Einleitung in die phänomenologische Philosophie***, published for the first time in 1954 and translated into English in 1970 as **The crisis of European sciences and transcendental phenomenology: An introduction to phenomenological philosophy** – is the study about appearances of perceptible lifeworld objects in human experience (HUSSERL, 1970 [1954]).

Inquiring into the ways how human individuals experience and describe, in the first-person perspective, the meanings of objects their lifeworld, Husserl distinguishes three kinds of phenomenology namely, transcendental, existential, and mundane (Germ. *Lebenswelt* 'the lifeworld'.) phenomenology. From Husserl's reasoning, one can deduce that the phenomenological conception of world connotes not only a dualistic split between empirical and rational facts, encompassing as such two distinct worlds, the world of nature and the psychic world (HUSSERL, 1970 [1954]), but also generates "a psychophysical anthropology in the rationalistic spirit" (HUSSERL, 1970 [1954], p.62, cf. quoted and cited WAŚIK, 2018, p.128).

Following Husserl's interpretation, the phenomenological conception of world overcomes the hitherto prevailing opposition between empiricism and rationalism, to that extent that it includes simultaneously the spiritual world, the ideal world and the human lifeworld (cf. HUSSERL, 1970 [1954], p.62). The *Lebenswelt* (lifeworld), constituting the domain of mundane phenomenology, is the world in which people live together, about its existence they are conscious, and to which they belong. At this juncture, the following definition of *Lebenswelt*, launched in Husserl's lectures of 1935–1936, has become the mostly quoted and discussed assertion:

In whatever way we may be conscious of the world as universal horizon, as coherent universe of existing objects, we, each “I-the-man” and all of us together, belong to the world as living with one another in the world; and the world is our world, valid for our consciousness as existing precisely through this “living together”. (HUSSERL, 1970 [1954], p.108; cited and quoted after WĄSIK, 2018, p.128).

Along these lines, Husserl's idea of ‘lifeworld’ requires a more accurate concern of human subjectivity and objectivity, when considering that “to live” constantly means “to live-in-certainty-of-the-world”. As Husserl assumes, waking life is being awake to the world, being constantly and directly conscious of the world and oneself as living in the world, actually experiencing, or living-through [*erleben*] and actually effecting the ontic certitude of the world. By this means, the world is pregiven in a way in which individual objects are always given. Still, there exists a fundamental difference between the way one is conscious of the world and the way one is conscious of its objects (as constituents of the lifeworld), though together the two make up an inseparable unity (HUSSERL 1970 [1954], p.142–143; cited and quoted after WĄSIK, 2018, p.129).

In the extended versions, there are also some other orientations in phenomenology, which have been summarized and elaborated by Max van Manen on **Phenomenology online**. a resource from phenomenological inquiry. Respectively, van Manen puts forward the following typological distinctions: (1) transcendental phenomenology, (2) existential phenomenology, (3) hermeneutical phenomenology, (4) linguistical phenomenology, (5) ethical phenomenology, and (6) phenomenology of praxis (cf. VAN MANEN, 2011).

Creative aspects of epistemic ability to construe phenomenal worlds beyond words

Husserl's conception of *Lebenswelt* has been developed withing the framework of mundane phenomenology. In allusion to mundane phenomenology, developed since the 1930s after the German thought of Alfred Schütz in the book ***Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*** ('The senseful construction of the social world', SCHÜTZ, 1932), and published in the 1970s by Alfred Schütz and Thomas Luckmann in their book **The structures of the life-world** (SCHÜTZ; LUCKMANN, 1973 [1975]).

It is worth recalling the idea of social construction of reality from the late 1960s, based on the assumption that people create their own view of the world they live in on the basis of reflections of their individual experiences. Sociological constructivists take for granted that the reality of everyday life is shaped by information gained by particular human beings as organisms in interactions with their environment. Personal constructs result therefore not only from a similar perception of the world but also from analogous attitudes towards the objects evaluated with respect to their utility.

Social constructivists suppose that interpersonal communication can lead to creating intersubjectively similar personal constructs in the minds of people interacting within the same culture. As pointed out by Peter Ludwig Berger and Thomas Luckmann, in **The social construction of reality**, man is a social being and his contacts with external environments is mediated by symbols (BERGER; LUCKMANN, 1966). Hence, it is language which "[...] objectivates the shared experiences and makes them available to all within linguistic community, thus becoming both the basis and the instrument of the collective stock of knowledge." (BERGER; LUCKMANN, 1966, p.68).

What is more, his collective stock of everyday knowledge is created due to social interactions. A certain kind of a social construct is the reality of everyday life, or the world of life, which comes into being as a result of communicational activities (cf. BERGER; LUCKMANN, 1966, p.19–46). As Peter L. Berger and Thomas Luckmann have stated: "The reality of everyday life" appears to individual selves "as an intersubjective world, a world that" they "share with others". However. this intersubjectively comprehended world "sharply differentiates everyday life from other realities of which" they are aware (BERGER; LUCKMANN, 1966, p.23).

The worldhood of real world experienced through man's being-in-the-world

The existential relationship of the human subject with the world, in which he lives, should especially be brought to light on the basis of Heidegger's works with special reference to **Being and time** [*Sein und Zeit*] (HEIDEGGER, 1962 [1927]), *On the essence of ground*, 1998 [*Vom Wesen des Grundes*] (HEIDEGGER, 1998 [1929]) and **The fundamental concepts of metaphysics** [*Die Grundbegriffe der Metaphysik*] (HEIDEGGER, 1995 [1983]).

As Heidegger noted in 1929, *Sein und Zeit* constitutes the second of his three different approaches to the problem of the world (cf. **Being and time**, HEIDEGGER, 1995 [1983], p.176–177). The first approach in “*Vom Wesen des Grundes*” deals with the historical development of the word and the concept of world (cf. *On the essence of ground*, HEIDEGGER, 1998 [1929]). The second approach, in *Sein und Zeit* (1926–1927), addresses “[...] the phenomenon of world by interpreting the way in which we at first and for the most part move about in our everyday world.” (see HEIDEGGER, 1995 [1983], p.177)). And, the third one, discussed in its turn in *Die Grundbegriffe der Metaphysik* (1929–1930), is based on a “comparative examination” of man, animals, plants and stones (see **The fundamental concepts of metaphysics**, HEIDEGGER, 1995 [1983], p.177).

What makes *Sein und Zeit* distinctive is its emphasis on the world not as a concept but as a phenomenon (*das Weltphänomen*). A phenomenon describes something that becomes “manifest” and “shows itself in itself” (see HEIDEGGER, 1962 [1927], p.28–29)).

Thus, the world as a phenomenon should give us the world itself. As Heidegger explains in **The fundamental concepts of metaphysics**, his attempt was “[...] to provide a preliminary characterization of the phenomenon of world by interpreting the way in which we at first and for the most part move about in our everyday life.” (see HEIDEGGER, 1995 [1983], p.177).

Following Heidegger's path of reasoning, how he approaches the world from the vantage point of *Dasein*, as being-in-the-world, we might therefore grasp the phenomenon of the world: “That which is so close and intelligible to us in our everyday dealings is actually and fundamentally remote and unintelligible to us.” (see HEIDEGGER, 1995 [1983], p.177).

What Heidegger addresses in his third approach are thus the three concepts, namely ‘world’, ‘finitude’, and ‘solitude’, which form a unity.

The discussion of animality must therefore be contextualized as belonging to this broader analysis of metaphysics and the essence of man. Without a doubt, Heidegger's famous tripartite thesis constitutes an attempt to understand the essence of "the other beings which, like man, are also part of the world", with regard to their relationship to and difference from the "having world" that marks man: "[1.] the stone (material object) is wordless; [2.] the animal is poor in world; [3.] man is world-forming" (HEIDEGGER, 1995 [1983], p.177). Finally, considering **Being and time** [*Sein und Zeit*], one should make reference to Heidegger's history- and memory-oriented typology of at least four existentialist attitudes towards the human being-in-the-world (HEIDEGGER, 1962 [1927], p.424–449), as derivation/genesis (HEIDEGGER, 1962 [1927], p.444), event/transformation (HEIDEGGER, 1962 [1927], p.430), or heritage/legacy (HEIDEGGER, 1962 [1927], p.435), past/alien previousness (HEIDEGGER, 1962 [1927], p.448).

From life-world over being-in-the world to lived-through world

To trace the way, in which the human life-world (Edmund Husserl's *Lebenswelt*) turned out to change from being-in-the-world (Martin Heidegger's *Dasein*) to lived-through-world (Maurice Merleau-Ponty's *monde vécu*), one should estimate the statement from, **Phenomenology of perception** [*Phénoménologie de la perception*]: "The process of making explicit, which had laid bare the 'lived-through' world which is prior to the objective one, is put into operation upon the 'lived-through' world itself, thus revealing, prior to the phenomenal field, the transcendental field." (see MERLEAU-PONTY, 2005 [1945], p.73).

What is remarkable, Merleau-Ponty emphasizes that: "Consciousness is being-towards-the-thing through the intermediary of the body. A movement is learned when the body has understood it, that is, when it has incorporated it into its 'world', and to move one's body is to aim at things through it; it is to allow oneself to respond to their call, which is made upon it independently of any representation." (MERLEAU-PONTY, 2005 [1945], p.159–161).

The direction of interpretative reasoning inaugurated by Merleau-Ponty has been undertaken by Max van Manen who has used in his **Researching human experience**: human science for an action sensitive pedagogy (VAN MANEN, 1997 [1989]), the phenomenological notion of lifeworld existentials to explore and understand the world of the lived experience. An extensive exploration of phenomenological traditions and methods for the human sciences, such

as psychology, education, health care, and everyday living, is culminated in van Manen's, **Phenomenology of practice**: meaning-giving methods in phenomenological research and writing (VAN MANEN, 2014).

Above all, the applications of interpretative or hermeneutic terms have appeared to be very productive, such as “lived life”, “lived meaning”, or “lived experience”. To be exact, while confronting Husserl's interpretation of lifeworld as “to live-in-certainty-of-the-world”, one could be entitled to assume that van Manen's idea has been to account for the formula “to practically experience the existential dimensions of the lived-through world”. Even having been widely distributed, the so called “essential themes” pertaining to the analysis of lived experience, called otherwise “lifeworld existentials” – initially four in number – (1) lived body (corporeality), (2) lived human relation or lived self-other (relationality), (3) lived space (spatiality), and lived time (temporality) as analytic tools (cited after VAN MANEN, 1997 [1989], p.18, p.27, p.31–35, and further pages),

In his later article, “Phenomenology of practice”, van Manen implicitly formulates his conviction that “Phenomenology of practice is formative of sensitive practice, issuing from the pathic power of phenomenological reflections. Pathic knowing inheres in the sense and sensuality of our practical actions, in encounters with others and in the ways that our bodies are responsive to the things of our world and to the situations and relations in which we find ourselves.” (VAN MANEN, 2007, p.11). Claiming that: “A phenomenology of practice grasps the world pathically” (VAN MANEN, 2007, p.20), van Manen explains that “[...] the term *pathic* relates to the terms of a discourse, as in, empathic and sym-pathic. [...] more generally, to be understandingly engaged in other people's lives.” (VAN MANEN, 2007, p.20 Emphasis our).

As van Manen further exhibits, despite the fact that the derivational basis of *pathic* is *pathos*, meaning ‘suffering and also passion’: “In a larger life context, the pathic refers to the general mood, sensibility, sensuality, and felt sense of being in the world.” (VAN MANEN, 2007, p.21). Undoubtedly, Maurice Merleau-Ponty's statement: “Consciousness is being-towards-the-thing through the intermediary of the body. A movement is learned when the body has understood it, that is, when it has incorporated it into its ‘world’” (MERLEAU-PONTY, 2005 [1945], p.159–161) might be easily comparable with Max van Manen's ways of reasoning: “The pathically tuned body recognizes itself in its responsiveness to the things of its world and to the others who share our world or break into our world. The pathic sense perceives the world in a feeling or emotive modality of knowing and being.” (VAN MANEN, 2007, p.11).

Ontological complexity of knowledge about the world and gnoseological fragmentizing of its perception

On the empiriocritical roots of antimetaphysical epistemology

The search for the genesis of epistemology as an activity of acquiring the knowledge, or a way of arriving at a state of knowing, about the world an object of cognition, bearing in mind the imperfection and unreliability of perceptive powers of the human organism as an investigating subject, departs from the works of Gregory Bateson. published under the summarizing title **Steps to an ecology of mind** (BATESON, 1987), and subsequently to his monograph **Mind and nature** (BATESON, 1979). In most of his works, Bateson referred to the ideas of his preceptor Alfred Korzybski, the author of **Science and sanity** with regard to the epistemology of man as a holistic organism functioning in a determined environment (KORZYBSKI, 1933).

In Korzybski's reasoning, knowledge as a cumulative enterprise occurs where the partial epistemologies of individual scientists meet together in the collective wisdom of society constituting simultaneous communities or successive generations of scholars. Such epistemologies, being solipsistic and psychophysiological in nature, are defective, imperfect, and therefore incredible. Hence, the knowledge, resulting from the fallibility or unreliability of perception, must consider, firstly, the instability, polysemy, multiordinal situation of nonverbal and verbal means of communication, to which humans react, and which humans use in thinking activities, and secondly also, volatility and fragility as well as illusiveness of sensorial experiences, resulting from imperfection, distortion, or deficiency of cognizing organs. Henceforth, it seems essential to remind the classical cradles of epistemology equated with a theory of cognition relegating the knowledge about the being to metaphysics, rooted in two beliefs from the end of the nineteenth century, namely metaphysical epistemology and "scientificist" or scientific epistemology.

Metaphysical epistemology, in the appreciations of James Frederick Ferrier, was a subject-oriented theory of knowledge about the cognized objects based on the criterion of absolute truth (FERRIER, 1854). Scientific epistemology, considered as antimetaphysical by St. George Jackson Mivart, was associated with systematizing endeavors to achieve exhaustive knowledge about reality through sensorial observations and intellectual inquiries (MIVART, 1898).

Epistemology of organisms forming mental-sensorial consciousness in certain environments have been influenced by two philosophers Ernst Mach

and Jacques Loeb. The principal role in the formation of Korzybski's conception of "fallacious epistemology" of the human mind played two empiriocritical contributions to the analysis of sensory impressions of Ernst Mach, under one title **Contributions to the analysis of the sensations** [*Beiträge zur Analyse der Empfindungen*] (MACH, 1987 [1886]), extended later in the 5th edition as **The analysis of sensations and the relation of the physical to the psychical** [*Die Analyse der Empfindungen und das Verhältnis des Physischen zum Psychischen*] (MACH, 1914 [1906]), and the treatise of Richard Avenarius on the critics of pure experience, **Kritik der reinen Erfahrung** ('Critique of pure experience', AVENARIUS, 1888, 1890).

While reading Mach's **Contributions to the analysis of the sensations** one could notice that the idea about the abstraction-oriented ability of humans which occurs in their perception, depending upon free will, was undoubtedly borrowed from him. According to Mach, man (under normal conditionings) is endowed with a gift to a self-governed and conscious determination of his own viewpoint (cf. MACH, 1914 [1906], 1987 [1886]).

As Mach noticed:

Man possesses in its highest form the power of consciously and arbitrarily determining his point of view. He can at time disregard the most salient features of an object, and immediately thereafter give attention to its smallest details [...], he can rise at will to the most general abstractions or bury himself in the minutest particulars. The animal possesses this capacity in a far less degree. It does not assume a point of view, but is usually forced to it" (see MACH, 1914 [1906], 1987 [1886], p.6–7).

However, "No point of view has absolute, permanent validity. Each has importance only for some given end." (MACH, 1914 [1906], 1987 [1886], p.37).

In the climate of opinion when Mach developed his ideas, there were two comparative works on the physiology of the brain and psychology published by Jacques Loeb in under one common title, namely ***Einleitung in die vergleichende Gehirnphysiologie und vergleichende Psychologie: mit besonderer Berücksichtigung der wirbelloser Tiere***, translated two years later as **Comparative physiology of the brain and comparative psychology** (LOEB, 1900 [1899]).

Being familiarized with Loeb's title, **Comparative physiology of the brain and comparative psychology**, dedicated *nota bene* to Ernest Mach who established as the first scholar, in the opinion of Loeb, the principles of "anti-

metaphysical epistemology”, one can encounter also the notion of “scientific epistemology” postulated by St. George Jackson Mivart in **The groundwork of science**. A study of epistemology (MIVART, 1898). Worth quoting is the statement of Loeb formulated in his “Preface” to **Comparative physiology of the brain and comparative psychology**: “Professor Ernst Mach, of Vienna, to whom this book is dedicated, was the first to establish the general principles of an antimetaphysical science.” (LOEB, 1900 [1899], p.V–VI).

Confronting the psychophysiological epistemology with metascientific epistemology

A slightly different view of epistemology as a theory about the prospective state of the human’s holistic knowledge, which is composed of a set of investigative perspectives, has been developed in my own works, among which the most representative are the books published in English, are **An outline for lectures on the epistemology of semiotics** (WAŚIK, 1998), **Epistemological perspectives on linguistic semiotics** (WAŚIK, 2003), **Lectures on the epistemology of semiotics** (WAŚIK, 2014), and **From grammar to discourse: towards a solipsistic paradigm of semiotics** (WAŚIK, 2016a).

Thus, I believe that the aim of epistemology is a profound critique and verification of the methodological plane by testing its coherence and evaluating its adequacy in its relation to the descriptive plane. An epistemological analysis of a given discipline consists in the examination of its ontological and gnoseological foundations to answer how far the commitment of scientists to their attendant views on their object of study corresponds to its investigative approachability. Hence, the study of epistemological positions of scientists is based on the conviction that the choice of a given investigative approach stipulates their outlook upon the nature of their investigated object.

In detaching investigative “perspectives” of cognizing subjects from cognized “properties” of investigated objects, I consider epistemology as a branch of the philosophy of science studying the nature of human knowledge principally accumulated in the body of theories and praxis which result from research activities of scientists who address respective questions connected with the ontological and gnoseological status of scientific objects and the methodology of scientific fields in particular. In consequence, I maintain that the ontological outlook usually coincides with the choice of conceptual and operational investigative tools providing a basis for the formulation of investigative postulates.

Furthermore, I assume that on a metascientific level, the choice of an epistemological orientation determines the choice of an appropriate investigative perspective resulting both the accepted tasks of investigation and the nature of the investigated object. In consequence, the search for investigative perspectives, which take part in the specification of the subject matter of particular disciplines, commonly starts with an overview of the panorama of all hitherto existing ontological beliefs, doctrines, trends and directions of scientific conduct.

Having appreciated Gregory Bateson's psychophysiological approach to epistemology (BATESON, 1987 [1972], 1979), against the background of my metascientific conception of epistemology as a set of ontological and gnoseological perspectives testifying how the things exists in reality and how scientists can approach them in their investigations (WĄSIK, 2003, 2014, 2016a), I have juxtaposed two opposed kinds of the theory of knowledge, (cf. WĄSIK, 2016b) namely: (1) the epistemology in a cognitivist-constructivist sense, the aim of which is to analyze the process of cognizing reality as a critical arrival at knowledge about the object of study accessible to sensory perception and intellectual reception (cf. BATESON, 1987 [1972], 1979). (2) epistemology in a dispositional-perspectivistic sense as a certain set of certain attitudes and investigative standpoints referring to the assumptions how the investigative reality exists in its forms of manifestation, and how it is approachable in scientific cognitions (cf. WĄSIK, 2003, 2014, 2016a).

In both cases, i.e., in a cognitivist-constructivist sense and in a dispositional-perspectivistic sense, the point of departure is always the reference of epistemology to knowledge; however, in the case of a psychophysiological epistemology the question pertains to the knowledge of both being and cognition, and in the case of a metascientific epistemology, attention is thus paid to the organism of the cognizing subject as a corporeal-mental unity acquiring knowledge through personal experience, what leads in consequence to the acceptance of an epistemological pluralism.

Launching the idea of an linguistic-phenomenological epistemology of practice

Whereas (1) the psychophysiological epistemology has been assumed as a way of arriving at the state of knowing about an object of cognition with reference to the perceptive powers of a cognizing organism and (2) the metascientific epistemology has been defined as a set of ontological and gnoseological perspectives pertaining to the scientists' knowledge of how the things exists

and how to access them in cognition, the hypothetical-deductive scaffold of (3) the linguistic-phenomenological epistemology will be tentatively referred to the practicing-researchers' knowledge considered as a set of texts created for the purposes of writing and communicating in the first person about the experiential reality of everyday life.

Making reference to Max van Manen's definition, I put forward a postulate to launch a unified framework of the *linguistic-phenomenological epistemology of practice* as a conceptual-methodological tool, which would treat the theory of knowledge in terms of a linguistic text. This framework in question will depart from the textual view of epistemology in relation to:

Knowledge as text: We can speak of phenomenological texts as knowledge in the same sense that we refer to other bodies of knowledge contained in books and documents. It is important to see, however, that the phenomenological text differs in the manner that meaning is embedded in the text. Phenomenological knowledge-as-text has cognitive and pathic, conceptual and poetic, informative and formative dimensions. (VAN MANEN, 2011).

In appreciating the understanding of phenomenology as textual embodiment of knowledge, as understanding of texts, and as a formative constituent of the personal stock of knowledge, one may distinguish its three meanings, relevant, as a matter of fact, for the scope of a narrative *linguistic-phenomenological epistemology of practice*. The first meaning is referred to the bodies of knowledge contained in all books and documents, the second to the reflective and discursive participation in the meaning-related production and interpretation of texts, and the third to the connection between knowledge and practice in the personal formation of a knowing self.

Although van Manen has claimed in **Researching human experience**, that "[...] the experience of lived time, lived space, lived body, and lived human relation) are preverbal and therefore hard to describe." (VAN MANEN, 1997 [1989], p.18), these lifeworld existentials may be considered in terms of commonly lived experiences, while using such descriptors as "lived word-ness (textuality)", or "lived sign-ness (semioticality)", with reference to the textual view of language and culture, or the so-called semiospheres of culture, promoted by Juri Lotman (Лотман, Юрий Михайлович), in his articles, "The semiotics of culture and the concept of a text" [Семиотика культуры и понятие текста]

(LOTMAN, 1988 [1981]), and “On the semiosphere” [О семиосфере] (LOTMAN, 2005 [1984]).

Promise or threat in the ideological stances of offering new worlds

Deconstructing the principle of hope in the fulfillment of dreams for a new world

A good example for researching an anticipated world-model in terms of lived experiences, might be the world of hope as delineated in the works of Ernst Bloch, **The principle of hope** [*Das Prinzip Hoffnung*] (BLOCH, 1986 [1954, 1955, 1959]), and Stefan Skrimshire, **Politics of fear, practices of hope**: depoliticisation and resistance in a time of terror (SKRIMSHIRE, 2009), namely, the world offered as a better place to live, in public or mass media communication, by individuals or interest groups (lobbies or cliques), grounding on the politics of promise or threat and implying the principle of hope to be shared by prospective communication participants.

For the purpose of this paper, it is right and proper quoting Bloch's conviction that “The emotion of hope goes out of itself, makes people broad instead of confining them, cannot know nearly enough of what it is that makes them inwardly aimed, of what may be allied to them outwardly. The work of this emotion requires people who throw themselves actively into what is becoming, to which they themselves belong.” (BLOCH, 1986 [1954, 1955, 1959], p.3).

Bloch's reflections on the principle of hope evolves, against the background of his earlier works on the spirit of utopia, around the ought-to-be worlds anticipated in terms of things and ideas in human life that are projected but have not occurred yet. These forthcoming worlds consists thus of desirable qualities of already-present constituents, which have not become a true reality so far. There are two issues in this incessant hope for better places to live.

The first one is connected with a contemplative knowledge about the world, towards which human daydreams are oriented, and the second with the world that exists only in the hopeful future, the existence of which has not been reached yet. A more advanced in the interpretation of the principle of hope is Stefan Skrimshire's depiction of the promised *novum* of happiness. Against the background of extensively utilized Ernst Bloch's ideas, Skrimshire puts more emphasis on human motivation for generating changes, in order to achieve a better status quo or on the actions aiming at resistance and even revolts. Where the dreams of a satisfactory “coming” are faced with the occurrence of a fearful

“now”, there is usually a possibility for the state of war with no hope for end (SKRIMSHIRE, 2009).

Interpreting the discursive practices of hope in terms of lifeworld existentials

Speaking in favor of the privatization of beliefs in opposition to the politicization of public spheres, Stefan Skrimshire inquires “how resistance is able to apply the form of imagination that can break ideological closure, that is able to repoliticize public space and public imagination into a body that recreates its own world”. For Skrimshire “the persistence of discursive dissent not only in precedent moments of the imagination of revolt, but as an integral part of any popular contestation of a dominant power”, and what is more, “imagination” seems “to be essential in the active construction of reality, something that moves” the human selves “towards others and other social realities” (quoted and cited after SKRIMSHIRE, 2009, p.160).

As one may conclude, practices of hope occupy an intermediating position between the “immanence” of political strivings, what the people are fighting for “here and now”, and a kind of transcendence of private aspirations, what the people believe in, even that it is always a horizon of the permanent “not-yet” (as it has been put by BLOCH, 1986 [1954, 1955, 1959], p.3). In sum, Stefan Skrimshire’s research work on the experimental nature of hope is definitely applicable for the exploration of various practical responses to diverse areas of social activity, widespread through mass media, such as verbal and nonverbal propaganda, e.g., graffiti art, advertising discourse etc.

In a discursive analysis of Ernst Bloch’s and Stefan Skrimshire’s positions to the anticipatory worlds as a result of promise or fear, the adherents of Max van Manen’s methodology might be willing to consider some characteristics of lived experiences in the domain of self-other interactions (relationality) in a sequence of steps, such as: *lived hopefulness (expectability)*, *assurance (promisibility)*, *anticipation (foreseeability)*, *adaptiveness (flexibility)*, *responsiveness (docility)*, *acquiescence (elasticity)*, *positiveness (acceptability)*, versus *lived oppositeness (resistability)*, *disagreement (contestability)*, *withdrawal (escapability)*, *evasiveness (repudiation-ability)*, *unworldliness (alienation-ability)*, *otherworldliness (transcendence-ability)* etc.

Postulative forethoughts on the relationship between world and reality

Incompatibilities of worldviews in the psychophysiological perception of reality

To begin with Bateson's belief, the mental image of world depends upon the perception of reality (BATESON, 1951, p.237), as, firstly: "a category of observables in opposition to mental phantasies", secondly, "a social construct"... determined by dissimilar viewpoints" and interpretations "in different cultures", thirdly, "a set of personal knowledge [...] acquired through observation and formulated through mental propositions", fourthly, "a kind of living through and coping with the world of phenomena on the basis of pleasure and gratification", and fifthly, "a pre-given factual" sphere "based on communication in opposition to the artificially created magical" sphere "based on rituals" (BATESON, 1951, p.239–242, quoted and cited after WĄSIK, 2016b, p.28–29).

Hierarchies of worlds and semiotic modeling systems

Among philosophical queries, it is the epistemological theory of Karl Popper (1972), which has been mostly quoted, contested or complemented. The following "three worlds or universes" might be distinguished as distinct domains of human knowledge, according to Popper's **Objective knowledge**. An evolutionary approach, "[...] first, the world of physical object or physical states, secondly, the world of states of consciousness, or mental states, or perhaps behavioral dispositions to act; and thirdly, the world of *objective concepts of thought*, especially of scientific and poetic thought and works of art." (POPPER, 1972, p.106).

As Geoffrey Leech admittedly remarks in his **Principles of pragmatics** (LEECH, 1983), Popper's main intention has been to justify that there is also such a third world, which entails the "objective 'knowledge'", or the "knowledge 'without a knowing subject'" involving its formulation in linguistic theories (quoted and cited after LEECH, 1983, p.49). However, Popper has not claimed that his three-worlds conception are exhaustive in relation to four language functions, such as (A) expressive, (B) signaling, (C) descriptive, and (D) argumentative (POPPER, 1972).

Therefore, Leech, has noticed only that what is missing in Popper's evolutionary epistemology constitutes a link to a world of societal facts, intervening between the second (subjective) and the third (objective) worlds, as and interper-

sonal and intersubjective world. Like this, Leech's division embraces objects and states of: World 1 – physical, including biological, World 2 – mental, subjective, World 3 – societal, intersubjective, World 4 – scientific and artistic, objective knowledge. (cf. LEECH, 1983, p.51, Table 3.1.)

A similar issue, which appears to be helpful in the understanding of the world beyond signs, is the theory of modeling systems of reality, put forward by Juri Lotman mentioned above, and Thomas A. Sebeok, where the crucial role is ascribed to the semiotic self, as a world-model-builder or world-view-designer. In his theses, published in under the title “The place of art among other modeling systems” [Тезисы к проблеме ‘Искусство в ряду моделирующих систем’]. Lotman describes a model as “an analogue of an object of perception that substitutes for it in the process of perception” (LOTMAN, 2011 [1967], p.250). According to Juri Lotman: “A modeling system is a structure of elements and rules of their combination, existing in a state of fixed analogy to the whole sphere of the object of perception, cognition, or organization. For this reason, a modeling system may be treated as a language.” (quoted and cited after LOTMAN, 2011 [1967], p.250).

While taking a constructive stand to Lotman's claim by posing the question (at the Semiotic Society of America Meeting in 1987), “In what sense is language a ‘primary modeling system?’”, Sebeok submits his modeling systems theory based on the detachment of non-verbal (natural) from verbal (conventional) and non-verbal (cultural) communication systems.

At the same time, Sebeok mentions that it is very likely that the representatives of the species *Homo habilis* had the capacity of language without any verbal expression, claiming that: “Solely in the genus *Homo* have verbal signs emerged. To put it in another way, only hominids possess two mutually sustaining repertoires of signs, the zoosemiotic non-verbal, plus, superimposed, the anthroposemiotic verbal.” (see SEBEOK, 1988, p.55).

In Sebeok's view, the human being acts as a semiotic self in the capacity of a world-model builder also on the level of biological organisms. Therefore, its primary modeling system of reality is created in the surrounding of animals through the mediation of effectors and receptors, i.e., on the level indexical symptoms and appealing signals (SEBEOK, 1991).

Whereas the secondary modeling system, involving the extralinguistic reality of everyday life, construed by the use of verbal means of signification and communication, appears only in the sphere of humans, the tertiary modeling system, encompassing the extrasemiotic reality of human civilization, being artificially created and generationally transmitted through tradition, entails the

whole semiosphere of language and culture (discussed and cited after WĄSIK, 2016a, p.132–133).

Worth quoting is the opinion of Susan Petrilli who has supported Sebeok's convictions that: "Thanks to language understood as modeling device and to its syntactical capacity, the human animal, differently from nonhuman animals, is not programmed to remain fixed within a single world, but, on the contrary, is able to build an infinite number of possible worlds through the work of construction, deconstruction, and reconstruction." (PETRILLI, 2013, p.38–39).

To conclude, one could state that the topic of the creative use of language have been extensively discussed in numerous works about dispositional potentials of human individuals as communication participants as well mental faculties and physiological endowments of human beings as speaking animals. The abilities of humans to create unusual novelties or to perform average innovations in style and form of language as a means of communication, encompass the imaginative altering of abstraction of cognizing and sign-processing subjects, to displace themselves from one existence mode to another and to enter into sometimes inexperienced dimensions of their states of being, or to the assumed states of others while basing on the creative power of knowledge.

The postulative conception of imaginative abilities of humans to create possible or alternative worlds, may finally be supported by the statement of Jørgen Dines Johansen, assuming that "[...] we are programmed by evolution to produce virtual universes in dreaming, in playing, in hypothesizing about the future and in daydreaming," and what is more, "[...] the production of fictional universes allows us not only to project future changes onto present states of affairs, but also to change the conditions—among other things, the nature and the ontological status of the agents." (quoted and cited from JOHANSEN, 2011, p.219).

REFERENCES

- AVENARIUS, R. **Kritik der reinen Erfahrung** ('Critique of pure experience'). Leipzig: Fues's Verlag (R. Reisland), 1888. v.1.
- AVENARIUS, R. **Kritik der reinen Erfahrung** ('Critique of pure experience'). Zweiter Band. Leipzig: Fues's Verlag (R. Reisland), 1890. v.2.
- BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology. Northvale; London: Jason Aronson, 1987. Originally published in 1972, San Francisco, CA for Chandler Publishing Company.

BATESON, G. Psychiatric thinking: an epistemological approach. *In*: RUESCH, J.; BATESON, G. **Communication**: the social matrix of psychiatry. New York: W. W. Norton, 1951. p.228–256.

BATESON, G. **Mind and nature**: a necessary unity. New York: E. P. Dutton, 1979.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality**. New York: Doubleday, 1966.

BLOCH, E. **The principle of hope**. Trans. N. Plaice, S. Plaice, P. Knight. Oxford: Basil Blackwell, 1986. v.1-3. Original title: *Das Prinzip Hoffnung*, Band 1-3, published for Aufbau-Verlag, 1954-1959.

FERRIER, J. F. **Institutes of metaphysic**: the theory of knowing and being. Edinburgh; London: William Blackwood and Sons, 1854.

HEGEL, G. W. F. **Phenomenology of mind**. Introduction, notes and translation J. B. Baillie. London: George Allen & Unwin: Swan Sonnenschein; New York: The Macmillan Company, 1910. Original title: *Die Phänomenologie des Geistes: system der Wissenschaft. Erster Theil*, published for Verlag Joseph Anton Goebhardt, 1807.

HEIDEGGER, M. On the essence of ground. *In*: MCNEIL, W. H. (ed.). **Martin Heidegger. Pathmarks**. Translation W. H. Mcneil. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.97–135. Original title: *Vom Wesen des Grundes*. *In*: *Festschrift: Edmund Husserl zum 70. Geburtstag gewidmet*, published for Max Niemeyer, 1929. p.71–110.

HEIDEGGER, M. **The fundamental concepts of metaphysics**: world, finitude, solitude. Translation W. H. Mcneil, N. Walker. Bloomington: Indiana University Press, 1995. Original title: *Die Grundbegriffe der Metaphysik: Welt – Endlichkeit – Einsamkeit*, published for Vittorio Klostermann, 1983.

HEIDEGGER, M. **Being and time**. Translation J. Macquarrie, E. Robinson. London: SCM Press, 1962. Original title: *Sein und Zeit*, published for Max Niemeyer, 1929.

HUSSERL, E. **The crisis of European sciences and transcendental phenomenology**: an introduction to phenomenological philosophy. Translation D. C. Evanston. Illinois: Northwestern University Press, 1970. Original title: *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie: eine Einleitung in die phänomenologische Philosophie*, published for Martinus Nijhoff, 1954.

JOHANSEN, J. D. Semiotics, biology, and the adaptionist theory of literature. *In*: COBLEY P.; DEELY, J.; KULL, K.; PETRILLI, S. (ed.). **Semiotics continues to**

astonish: Thomas A. Sebeok and the doctrine of signs. Berlin: De Gruyter Mouton, 2011. p.2007–2222.

KANT, I. **Critique of pure reason.** Trans. F. Haywood. London: William Pickering, 1838. Original title: Kritik der reinen Vernunft, published for Johann Friedrich Hartknoch, 1781.

KORZYBSKI, A. **Science and sanity:** an introduction to non-Aristotelian systems and general semantics. Lancaster: International Non-Aristotelian Library; New York: Science Press Printing, 1933.

LEECH, G. **Principles of pragmatics.** New York: Longman, 1983.

LOEB, J. **Comparative physiology of the brain and comparative psychology.** Trans. A. L. Loeb. New York: G. P. Putnam's Sons; London: John Murray, 1900. Original title: Einleitung in die vergleichende Gehirnphysiologie und vergleichende Psychologie: mit besonderer Berücksichtigung der wirbelloser Tiere, published for Johann Ambrosius Barth, 1899].

LOTMAN, J. The place of art among other modeling systems. Trans. T. Pern. **Sign Systems Studies**, Tartu, v.39, n.2/4, p.249–270, 2011. Original: Лотман, Юрий Михайлович. Тезисы к проблеме “Искусство в ряду моделирующих систем”: Труды по знаковым системам, [с. Л.], v.3, p.130–145, 1967.

LOTMAN, J. On the semiosphere. Trans. Wilma Clark. **Sign Systems Studies**, Tartu, v.33, n.1, p.205–229, 2005. Original: Лотман, Юрий Михайлович. О семиосфере. Труды по знаковым системам, [с. Л.], v.17 (Тарту), p.5–23, 1984.

LOTMAN, J. The semiotics of culture and the concept of a text. **Journal of Russian and East European Psychology**, Philadelphia, v.26, n.3, p.52–58, 1988. Original: Лотман, Юрий Михайлович. Семиотика культуры и понятие текста. Труды по знаковым системам, [с.Л.], v.12 (Тарту), p.3–7, 1981.

MACH, E. **The analysis of sensations and the relation of the physical to the psychological.** Trans. C. M. Williams, from the first German edition; revised and supplemented from the fifth German edition S. Waterlow. Chicago; London: The Open Court Publishing Company, 1914. Original title: Die Analyse der Empfindungen und das Verhältnis des Physischen zum Psychischen, 5.ed., published for G. Fischer, 1906.

MACH, E. **Contributions to the analysis of the sensations.** Trans. C. M. Williams. Chicago: Open Court Publishing Company, 1987. Original title: Beiträge zur Analyse der Empfindungen, 1886.

MERLEAU-PONTY, M. **Phenomenology of perception**. Trans. C. Smith. London: Routledge Classics; New York: Taylor and Francis e-Library, 2005. Original title: *Phénoménologie de la perception*, published for Gallimard, 1945.

MIVART, St. G. J. **The groundwork of science**: a study of epistemology. New York: G. P. Putnam's Sons; London: Bliss, Sands, 1898.

PETRILLI, S. **The self as a sign, the world, and the other**: living semiotics. New Brunswick; London: Transaction Publishers, 2013.

POPPER, K. **Objective knowledge**: an evolutionary approach. Oxford: Oxford University Press, 1972.

SCHÜTZ, A. **Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt**: Eine Einleitung in die verstehende Soziologie. Wien: Julius Springer Verlag, 1932.

SCHÜTZ, A.; LUCKMANN, T. **The structures of the life-world**. Trans. R. M. Zaner, H. T. Engelhardt Jr. Illinois: Northwestern University Press, 1973. Publication in English: *Strukturen der Lebenswelt*, published for Luchterhand, 1975.

SEBEOK, T. A. The semiotic self. *In*: SEBEOK, T. A. **A sign is just a sign**. Bloomington: Indiana University Press, 1991. p.36–40. First edition: *The sign and its masters* published for University of Texas Press, 1979, appendix, p.263–267.

SEBEOK, T. A. In what sense is language a 'primary modeling system'? *In*: SEBEOK, T. A. **A sign is just a sign**. Bloomington: Indiana University Press, 1988. p.49–58.

SKRIMSHIRE, S. **Politics of fear, practices of hope**: depoliticisation and resistance in a time of terror. London: Bloomsbury Publishing PLC: United Kingdom, 2009. First edition published for Continuum Books, 2008.

VAN MANEN, M. **Phenomenology of practice**: meaning-giving methods in phenomenological research and writing (developing qualitative inquiry). California: Left Coast Press, 2014.

VAN MANEN, M. **Phenomenology online**: a resource from phenomenological inquiry, accessible and offered free at Max van Manen's personal pages, successively since 2011. Available at: <http://www.phenomenologyonline.com>. Accessed: 10 Apr. 2020.

VAN MANEN, M. Phenomenology of practice. **Phenomenology & Practice**, Edmonton, v.1, n.1, p.11–30, 2007.

VAN MANEN, M. **Researching human experience**: human science for an action sensitive pedagogy. 2.ed., rev. and corrected. New York: Routledge, 1997. First edition published for State University of New York Press, Althaus Press, 1989.

WĄSIK, Z. *Umwelt, Lebenswelt & Dasein* seen through the lens of a subjective experience of reality. **Sign Systems Studies**, Tartu, v.46, n.1, p.126–142, 2018.

WĄSIK, Z. **From grammar to discourse: towards a solipsistic paradigm of semiotics**. Poznań: Adam Mickiewicz University Press in Poznań, 2016a.

WĄSIK, Z. Epistemology – the theory of knowledge or knowing? Appreciating Gregory Bateson's contribution to the cartography of human cognition. **Romanian Journal of Communication and Public Relations**, [s. l.], v.18, n.3 (39), p.23–35, 2016b.

WĄSIK, Z. **Lectures on the epistemology of semiotics**. Wrocław: Philological School of Higher Education in Wrocław Publishing, 2014.

WĄSIK, Z. **Epistemological perspectives on linguistic semiotics**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2003.

WĄSIK, Z. **An outline for lectures on the epistemology of semiotics**. Opole: Wydawnictwo Uniwersytetu Opolskiego, 1998.

ARTIGOS

O DISCURSO NOS LIMITES DA OBEDIÊNCIA: ENUNCIADOS QUE AFAGAM OU ABAFAM CONFLITOS ENTRE MANDETTA E BOLSONARO NA CRISE DO CORONAVÍRUS

Duílio Fabbri Jr.¹
Fabiano Ormaneze²

RESUMO: Este trabalho analisa declarações do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, durante o período da pandemia causada pelo novo coronavírus, em março de 2020. Por meio do corpo teórico-metodológico da Análise de Discurso Francesa, são comparados os sentidos produzidos por meio de falas em duas entrevistas coletivas, antes e depois de pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro, minimizando os efeitos da doença e reagindo negativamente às medidas de contenção adotadas por estados brasileiros, a partir das orientações do Ministério da Saúde, referendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e seguindo medidas implantadas por outros países. As diferenças de posicionamento levaram à demissão do ministro. Refletimos, assim, sobre os sentidos de democracia, autoritarismo, confiança e obediência no jogo das relações de poder. A análise discursiva das falas do ministro da saúde traz a presença (in)visível da postura do governo no que tange à pandemia, sustentando elementos de autoritarismo, ajudando a provocar desinformação entre os brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Autoritarismo. Governo. Obediência. Pandemia.

¹ Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), São Carlos – SP – Brasil. Doutor em Linguística. Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal), Americana – SP – Brasil. Professor e coordenador de cursos. Centro Universitário Anchieta (UniAnchieta), Jundiaí – SP – Brasil. Professor. Professor-convidado da Extcamp-Unicamp. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9408-7754>. juniorduilio@uol.com.br.

² Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas – SP – Brasil. Doutor em Linguística. Centro Universitário Metrocamp, Campinas – SP – Brasil. Centro Universitário Anchieta (UniAnchieta), Jundiaí – SP – Brasil. Professor. Professor-convidado da Extcamp-Unicamp. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0739-7584>. ormaneze@yahoo.com.br.

SPEECH ON THE LIMITS OF OBEDIENCE: ENUNCIATES THAT EMPHASIZE OR DISGUISE CONFLICTS BETWEEN MANDETTA AND BOLSONARO DURING THE CRISIS OF THE CORONAVIRUS IN BRAZIL

ABSTRACT: *This paper analyzes declarations by the Brazilian Minister of Health, Luiz Henrique Mandetta, during the pandemic period, caused by the new coronavirus, in March 2020. Through the theoretical-methodological reference of the French Discourse Analysis, the meanings produced through speeches are compared in two press conferences, before and after President Jair Bolsonaro's speech, minimizing the effects of the disease and reacting negatively to the containment measures adopted by Brazilian states, based on the guidelines of the Ministry of Health, endorsed by the World Health Organization (WHO) and following measures implemented by other countries. The different political and scientific points of view ended up with the minister being fired by the President. Thus, we reflect on the meanings of democracy, authoritarianism, trust and obedience in the clashes of power relations. The discursive analysis of the speeches of the Minister of Health brings the (un)visible presence on the government's stance regarding the pandemic, supporting elements of authoritarianism, causing disinformation among Brazilians.*

KEYWORDS: *Discours. Authoritarianism. Government. Obedience. Pandemic.*

Introdução

O Brasil termina a segunda década do século XX e entra na terceira envolvido em grandes conturbações: um país dividido politicamente (herança de uma eleição vencida pelo candidato representante da direita conservadora, Jair Bolsonaro) e uma das maiores desigualdades econômicas do planeta, ainda que seja a oitava economia mundial. Além disso, já no primeiro trimestre de 2020, enfrentou a pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19, que chegou como uma ameaça capaz de matar cerca de 500 mil brasileiros. O avanço da doença instaurou clima de incertezas também econômicas, em função da necessidade de adoção de medidas para contenção das infecções, como a quarentena e o fechamento do comércio. Diante desses elementos conjunturais, este trabalho tem como objetivo analisar o discurso do ministro da Saúde do governo Bolsonaro, o médico Luiz Henrique Mandetta. Tomamos como *corpora* as entrevistas coletivas realizadas nos dias 19 e 25 de março, em que foram apresentadas medidas sanitárias e políticas de saúde pública para atendimento

aos casos da doença e contenção das transmissões. Essas medidas foram tomadas em consonância com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a partir da experiência de outros países, como a Itália e a China, que, à época, tinham a maior parte dos casos.

A escolha dessas duas datas dá-se por representarem, respectivamente, o antes e o depois do pronunciamento de Jair Bolsonaro, em rede nacional de rádio e TV, no dia 23 de março. Na ocasião, o chefe do executivo nacional afirmou que as medidas adotadas eram inadequadas e poderiam prejudicar a economia brasileira. Além disso, ele minimizou os efeitos causados pela Covid-19 e incentivou as pessoas a saírem às ruas para manter seus empregos. As diferenças de posicionamento levaram à demissão do ministro, em 16 de abril de 2020.

Nesse sentido, perguntamo-nos, do ponto de vista discursivo, de que maneira as colocações de Mandetta passam por um processo de adequação ao discurso de Bolsonaro, produzindo gestos de obediência e resignificando, assim, medidas e sentidos acerca de temas como saúde e economia. Para a resposta a essa pergunta, empreendemos uma discussão a respeito dos sentidos de obediência e democracia, além da análise de sequências discursivas extraídas das falas de Mandetta. Discurso, vale lembrar, não é aqui tomado como sinônimo de fala ou expressão, mas como efeito de sentido entre locutores, na esteira da escola francesa, considerando autores como Michel Foucault (2012 [1978]; 2014 [1978]) e Michel Pêcheux (2009 [1975]; 2012 [1983]).

1. “O presidente sou eu”: democracia e poder nos meandros da (des)obediência

Existem muitos documentos e trabalhos científicos, dentro e fora do campo da Análise de Discurso, indicando uma posição autoritária, populista e segregacionista assumida pelo presidente Jair Bolsonaro, em suas relações com a imprensa, a academia, os diversos segmentos da sociedade brasileira e as organizações internacionais. Essa posição chega a colocar em risco a democracia brasileira e as relações globais.

Os posicionamentos autoritários explicam-se e tendem a ser mais explícitos quando pensamos as formas de exercício do poder pelo presidente, que podem ser sintetizadas em um enunciado proferido a jornalistas no dia 26 de março de 2020, quando foi questionado a respeito da posição do vice-presidente, Hamilton Mourão. No dia anterior, o general havia se posicionado perante a imprensa como favorável ao isolamento social como medida de contenção à pandemia.

Bolsonaro que, desde o início, colocara-se contra a medida, reagiu com uma fala que centraliza o poder nele mesmo e deixa de reconhecer o caráter representativo de quem é eleito para o posto mais alto da República: “*O presidente sou eu*”, enunciou. Por si só, pelo efeito de memória³, essa fala incrusta-se na formação discursiva⁴ do absolutismo, da tirania, retomando os dizeres atribuídos a Luís XIV (1638-1715), que governou a França entre 1643 e sua morte. O déspota disse: “O Estado sou eu”⁵.

Nesse tipo de construção, enfatiza-se a marca de primeira pessoa (“eu” / “moi”) e não o predicativo. Assim, produzem-se sentidos centralizados no indivíduo e não no que ele representa. Por paráfrase⁶, os sentidos de tirania são abrandados quando o enunciado produzido é “Eu sou o Estado”. Tem-se aí uma construção que poderia ser dita por qualquer indivíduo, afinal, ao ser parte constituinte do Estado, todo o povo poderia afirmar-se de tal modo, num gesto de inclusão. O sentido difere-se, no entanto, com a construção na ordem indireta: “O Estado sou eu” coloca o indivíduo como a síntese de um conceito.

Há, no caso de “O presidente sou eu” ou “Eu sou o presidente”, uma diferença substancial. Diferentemente de ser “o estado”, que pode designar o conjunto de indivíduos, “ser o presidente” já incute o personalismo, afinal, apenas um indivíduo pode, a cada momento e em cada país, desempenhar tal função. Ao dizer que “é o presidente”, qualquer outra pessoa não o pode ser, produzindo um enunciado autoritário quando dirigido a todos os outros que, de alguma forma, compõem o governo, reafirmando-os no lugar de subserviência, obediência ou insignificância. O enunciado reitera o “eu”, opondo-se a “ele”, no caso, Mourão (“o presidente sou *eu*, não *ele*”), materializando a pouca importância dada ao companheiro de chapa e ao regime de governo do país.

Além disso, nos Estados democráticos, em que o poder é oriundo do povo, não é necessário que enunciados como esse sejam reiterados, uma vez que é constitutiva e naturalizada a relação entre representantes e representados. Nos

³ *Memória discursiva* refere-se ao saber que “torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra” (ORLANDI, 2009, p. 31). Em outras palavras, a memória discursiva é o conjunto de todos os dizeres sobre uma determinada questão que sustenta o dizer atual, podendo ser ou não identificável. É “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2009, p. 31).

⁴ *Formação discursiva* é um conceito oriundo da concepção discursiva de Foucault. Diz respeito à delimitação dos dizeres. Define-se como “aquilo que, numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2009, p. 43)

⁵ “*L’Etat c’est moi*”.

⁶ A *paráfrase* é compreendida como a matriz do sentido (ORLANDI, 2009). Por meio desse recurso, é possível empreender uma série de formas de dizer, produzindo assim diferentes formulações e sentidos.

Estados não democráticos, por outro lado, esse enunciado serve para demonstrar o poder tomado, não representativo, tornando-se uma palavra de ordem.

Quando pensamos em poder, as primeiras questões que surgem é quem o detém, quem o exerce e como ele está sendo mantido, se é atribuído a uma só pessoa ou a um grupo. Se partirmos das concepções de Foucault (2014 [1978]), temos a posição de que o poder não pode ser localizado e observado no Estado como uma instituição. Para o filósofo, o poder se estabelece a partir de uma relação de forças, assim como todas as pessoas envolvidas nessas relações:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, *como algo que só funciona em cadeia*. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2014 [1978], p. 193, grifo nosso).

Ora, se o que existe como característico do poder são as relações de forças que fazem criar a cadeia que o coloca em funcionamento, o poder, então, atua como uma força que coage e disciplina os indivíduos, em um constante processo de renovação, de acordo com as circunstâncias que aparecem. A partir desse conceito de poder, colocam-se as relações constituídas de assimetria, por meio do qual o propósito de poder adquire sentido e orienta a ação.

“Governo”, assim, para Foucault (2012 [1978], p. 14), serve como um conceito operatório, “não no sentido estreito e atual de instância suprema das decisões executivas e administrativas nos sistemas estatais”, mas considerado como um conjunto de procedimentos que se destinam a conduzir e dirigir os seres humanos e suas condutas.

Assim, de acordo com essa posição, a ideia de “governo” não está vinculada à forma do Estado, mas a adoção de procedimentos e conduta pelos governantes e o seguimento ou a transgressão a elas pelos que estão na posição de governados. Portanto, conforme explicita Stival (2016), “o governo é o tipo de relação

consigo ou com outrem que orienta a ação, por delimitar suas possibilidades, e, dessa forma, produz relações de poder, pois produz diretamente no outro certa qualidade.” Dito de outro modo, é possível afirmar que há um campo no qual as formas de governo de si e dos outros ganham corpo e fornecem sentido às relações, estabelecendo distinções e significações. A partir da ideia de governo como essa relação de forças, surgem posturas como a (des)obediência, a representatividade, a transgressão e a discussão democrática. Essas posturas conferem ao indivíduo a noção de que ele é um ser relacionável e que, portanto, além de gerar, também alimenta e distribui o poder.

Assim, diante de uma materialidade verbal como “o presidente sou eu” ou “o estado sou eu”, infere-se também o tipo de relação que o governante espera de seus governados e, principalmente, daqueles que exercem funções nomeadas historicamente como sendo “cargos de confiança”, como é o caso dos ministérios e dos secretariados do primeiro escalão. “Confiança”, nesse caso, está aberta ao equívoco⁷ constituinte da língua, na relação com a história e as relações de forças: “confiança para *decidir* o melhor” ou “confiança para *seguir* o que ‘eu’, como presidente, desejo que seja feito”? Confiança de que a abordagem será *técnica*⁸ ou confiança de que será seguida determinada *ordem* (“a minha”, na figura do “eu sou”)?

2. Governo e obediência

Falar de democracia compreende o respeito ao ser humano a quem, por ser dotado de racionalidade, compete expor posicionamentos que, pela discussão, levam ao bem comum. A reflexão sobre a liberdade, igualdade e representatividade, características centrais da democracia, pode ser acionada por meio de questões formuladas pelo filósofo leto-britânico Isaiah Berlin (1909-1997): “Por que há de alguém obedecer a qualquer outra pessoa?” e “Por que razão as pessoas se lhe submetem/ devem se submeter?” (BERLIN, 2002).

Na medida em que tudo quanto caracteriza o ser humano é fruto da interpelação da história e da ideologia, naturalizam-se a submissão do ser humano a um poder exterior e a abdicação da possibilidade de se defender a si, aos seus e aos seus bens, em favor de uma instância social alheia, principalmente, no que tange à organização da sociedade e do Estado. Entendido como a relação

⁷ A noção de *equívoco* é central na Análise de Discurso. Por meio dela, conforme afirma Pêcheux (2012 [1983]), qualquer enunciado é potencialmente capaz de tornar-se outro, de estar aberto à deriva de sentidos.

⁸ Vale lembrar que, na composição dos ministérios, Bolsonaro defendia pautar-se por “critérios técnicos” e não político-ideológicos.

de forças, o poder só existe à medida que cria posições, tácitas ou expressas, de consentimento.

Dessa maneira, as posições – como atos ou como efeitos de sentido – de servidão, de liberdade e de (des)obediência estão nas mãos daqueles que se colocam no lugar de governados por outrem, seja em forma representativa – como se espera nas democracias – ou não – como nos casos de extrema servilidade ou governos autoritários. “O destino de todo tirano está na obediência servil de seus súditos” (STERN, 2013, p. 225). Dessa forma, podemos diferenciar como se sustentam as diferentes formas de governo: a democracia, por meio da liberdade de seus cidadãos e a confiança em seus representantes; a autocracia, por meio da imposição da obediência servil – e muitas vezes cega – da multidão, hipnotizada pela retórica de seus mandatários. Nessa direção, Espinoza, no *Tratado Teológico-político*, apresenta a criação de um súdito pela confiança e pela obediência àquele que manda, mesmo em um regime democrático:

O agir de acordo com uma ordem, quer dizer, a obediência, retira [...] até certo ponto a liberdade; não torna, porém, automaticamente um homem escravo, já que só o móbil da ação pode levá-lo a tanto. Se o fim da ação não é a utilidade de quem a pratica, mas daquele que a ordena, então o que a pratica é escravo e inútil a si próprio; porém, num regime político e num Estado em que a lei suprema é o bem-estar de todo o povo e não daquele que manda, quem obedece em tudo à autoridade não deve considerar-se escravo e inútil a si mesmo, mas apenas súdito. (ESPINOZA, 2014 [1677], p. 241)

A obediência, assim, adquire um caráter servil. Segue-se uma ordem de valores exteriores à própria essência, ou, para usar o léxico espinoziano, ao próprio *conatus*⁹ individual. Nesse sentido, o que caracteriza a obediência servil é tomar como essencial e superior uma ordem em detrimento do próprio juízo de utilidade e valor individual.

Foucault (2012 [1978]), em direção similar, refere-se à obediência como um valor fundamental na construção dos grupos religiosos e sua identidade como tal. O filósofo explicita que, ao contrário do que ocorria na Grécia Antiga, em que a obediência era compreendida como um meio para alcançar determinado fim, no campo religioso a obediência se torna um fim em si mesma, sendo considerada como uma virtude.

⁹ *Conatus, grosso modo*, define a tendência de uma coisa em se esforçar para continuar a existir e a se aprimorar. O conceito, em Espinoza, está relacionado à Ética.

Ao considerar a obediência uma virtude – um fim em si mesmo – o sujeito coloca no outro o seu poder de decisão, por razões que se justificam pela mera posição ocupada – a de súdito, a de povo, a de ministro, a de vice-presidente. Os interesses são, assim, desvirtuados da ação comunitária para a individualidade.

Em se tratando de uma decisão tomada numa situação republicana, a obediência servil, a partir do momento em que nega qualquer possibilidade de discussão ou racionalidade, transgredir a *res publica* (a coisa pública) e retoma a ideia de *res principis* (a coisa do príncipe), mais uma decisão que se atrela à tirania do “o presidente sou eu”.

Essa questão leva em conta um elemento fundamental: a obediência, em todos os campos da vida humana, exige a noção de autoridade. A questão que se coloca é que ela pode ser fruto da representatividade ou da centralidade no indivíduo, deslocando-se para o autoritarismo. Assim, o tirano, o autoritário, faz valer sentidos atribuídos por ele mesmo e a partir de suas crenças, em detrimento de qualquer outro valor.

Hannah Arendt trata do assunto da desobediência, em capítulos do ensaio *A crise da república*, escritos entre 1969 e 1972. Para a autora, o compromisso moral do cidadão em obedecer provém da “suposição de que ele deu seu consentimento ou foi o próprio legislador” (ARENDT, 2017, p. 75). É como se, nessa posição, de um seguimento inquestionável, o sujeito estivesse obedecendo a si mesmo, por acreditar na representatividade daquele que lhe impõe o que fazer, colocando-se em conflito subjetivado, “entre o bem público e o eu, que persegue sua felicidade particular” (ARENDT, 2017, p. 76). Essa questão é ainda mais central quando o *eu* representa não apenas um sujeito, mas assume a frente de um trabalho diante de uma circunstância histórica, como é o caso do conflito gerado entre o presidente (“sou eu”) e o ministro da Saúde.

No caso específico que estamos analisando, retomamos a questão para o próximo item deste trabalho: de que modo a confiança, a servilidade e a (des)obediência estão presentes no posicionamento de Mandetta antes e depois do pronunciamento de Bolsonaro?

3. Entre afagar e abafar: os enunciados de Mandetta na lógica da obediência

A chegada do novo coronavírus ao Brasil, no fim de fevereiro de 2020, fez com que diversos conflitos e críticas enfrentados pelo governo de Jair Bolsonaro fossem silenciados na agenda pública nacional, como é o caso da então recente nomeação da atriz Regina Duarte para a Secretaria Especial da Cultura, o

crescimento econômico aquém do esperado, os cortes em verbas para pesquisa científica, as polêmicas declarações da ministra Damare Alves sobre assuntos como sexualidade ou, então, os erros gramaticais e ortográficos do ministro da Educação, Abraham Weintraub, que, durante os meses anteriores, receberam espaço nas discussões sociais e nos veículos de comunicação, em geral, em caráter de crítica.

No lugar, o destaque passou a ser o médico neurologista Luiz Henrique Mandetta, à frente da pasta da Saúde que, de coadjuvante na narrativa sobre o poder, passou a protagonista e, disso, a antagonista. Ocorre que, de início, ele defendeu o isolamento social como medida para conter o vírus, o que rapidamente foi seguido pela maioria dos governadores e prefeitos brasileiros.

Entretanto, contrariando as orientações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS), o presidente decidiu fazer caminhadas por áreas periféricas do Distrito Federal, além de se posicionar contrariamente ao isolamento, usando para isso pronunciamento oficial, no rádio e na TV. Esses fatos fizeram com que Mandetta fosse colocado no conflito entre obedecer e desobedecer, afagar as decisões do mandatário ou abafar a gravidade da situação da pandemia (como estava sendo feito pelo presidente), ser protagonista das ações de contenção ou antagonista do posicionamento de Bolsonaro.

Selecionamos a seguir, trecho do discurso de Jair Bolsonaro, no dia 24 de março, em rede nacional de TV e rádio:

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida *tem que* continuar. Os empregos *devem* ser mantidos. O sustento das famílias *deve ser* preservado. *Devemos, sim*, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais *devem* abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, *por que fechar escolas?* Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine. *Devemos* sim é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos *nostros* queridos pais e avós, *respeitando as orientações do Ministério da Saúde*. No *meu caso* em particular, pelo *meu* histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria *me* preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma *gripezinha* ou *resfriadinho*, como bem disse aquele conhecido médico naquela conhecida televisão. (BOLSONARO, 2020, grifo nosso).

Os enunciados colocados em circulação por Bolsonaro nesse pronunciamento são caracterizados pela convivência entre a representatividade do *eu* e da ordem dirigida a *eles*, como se espera numa relação de obediência e de subserviência. A maioria dos enunciados é produzida na forma de sintagmas verbais performativos¹⁰ (AUSTIN, 1990 [1965]), materializados pela repetição dos verbos *ter* e *dever*, atribuindo ações a outros, no sentido de uma ordem.

Para efeito de paráfrase, basta refletir em como os enunciados produzem outros sentidos se fossem: *Peço, sim, que voltemos*; ou, *Solicito que....* As paráfrases são importantes nesse contexto para demonstrar o funcionamento do esquecimento, conforme definido por Pêcheux (2009 [1975]). Ao enunciar de determinada maneira, o sujeito acredita ser aquela a única forma possível de fazê-lo e esquece as outras possibilidades que colocariam seu discurso em outras formas materiais.

As falas de Bolsonaro e os sentidos delas derivados passam a figurar não só como uma materialização da formação discursiva em que o presidente se inscreve, como também atua nas condições de produção de outros discursos vindouros, na relação estabelecida entre o “presidente sou eu” e aqueles que a ele devem obediência, pela forma como ele(s) encara(m) a governabilidade de si e dos outros.

As condições de produção, que incluem tanto a situação quanto a rede de projeções de imagens dela oriundas, tornam-se “o elemento imaginário que domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo” (COURTINE, 2014 [1983], p. 49). Isso merece destaque porque a Análise de Discurso parte de um posicionamento materialista na investigação dos sentidos. Não há sentido preso à palavra, mas sim constituído pelas relações. O sujeito sempre fala inscrito em determinadas posições, marcadas pelas condições de produção e pela memória. Apesar disso, essas posições não são completamente transparentes para o sujeito, embora ele busque uma unidade, certa estabilidade naquilo que diz, mas é furado pelos processos inconscientes.

Ao ser enunciado como um pronunciamento oficial, usando um direito outorgado pela Constituição Federal e pela política de concessões, não se cria espaço para a interlocução ou o desentendimento, o que aconteceu em outras situações de falas entre o presidente e os governadores dos estados que já haviam decretado a quarentena.

¹⁰ Os verbos *performativos* são aqueles que fazem parte da execução de uma ação. Opõem-se, portanto, na concepção da Pragmática de Austin, aos *constatativos*, que definem o estado das coisas. Os verbos performativos, ao mesmo tempo em que expressam uma ação também são parte de sua execução.

O presidente assume o caráter de centralidade no processo, questionando enunciados que emergem nas relações estabelecidas com outros sujeitos: “por que fechar escolas?” é o exemplo desse tipo de questionamento retórico, que se dirige ao outro, designado apenas como “algumas poucas autoridades”, embora fossem significativa maioria em termos populacionais àquela altura.

Nesse sentido, o sujeito do discurso se constitui pela diferenciação em relação ao outro: sabendo da existência, forja-se como diferente, como se verifica pelas marcas dêiticas¹¹ de primeira pessoa (“meu”, “nossos”). Mesmo quando parece óbvia, como é o caso da pergunta (“por que fechar escolas?”), a resposta é abrandada por uma suposta preocupação humana, inclusa por meio das marcas dêiticas e de ironia ao retomar a fala do médico Drauzio Varella, na *TV Globo*, tratados como o “conhecido médico naquela conhecida televisão”. O enunciado de Bolsonaro é, simultaneamente, falacioso, ao recuperar uma fala em outro contexto (quando o vírus ainda não havia chegado ao país) e a ressignificar como aplicável ao momento em que a enunciava¹². O discurso do médico, como um outro, a quem se deseja, ao mesmo tempo, desmoralizar e recuperar de modo irônico, também está na utilização dos diminutivos “gripezinha” e “resfriadinho”, que abafam a gravidade dos casos, sobretudo quando enunciados por um presidente. Se a obediência, como demonstram autores tais quais Foucault, Espinoza e Arendt, pressupõe a aceitação da servilidade, é necessário que haja a dominação e as ordens a serem cumpridas, funções exercidas pelo pronunciamento do presidente.

Os enunciados presidenciais produzem efeitos porque não estão sozinhos, mas se amparam em outros já-ditos, reconhecidos ou não, implícitos ou explícitos, conforme aborda Auther-Revuz (2000 [1980]), por meio da heterogeneidade constitutiva e mostrada. Além das citações por meio da menção ao “conhecido médico”, a “algumas poucas autoridades”, há a referência às “orientações do Ministério da Saúde”. No entanto, aparece aqui o equívoco da língua, a possibilidade sempre presente de um enunciado tornar-se outro, conforme Pêcheux (2012 [1983]).

O encadeamento sintático-semântico do trecho “*Devemos* sim é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos *nossos*

¹¹ As marcas dêiticas são aquelas que precisam de uma referência contextual para produzir sentidos. São exemplos os pronomes pessoais (*eu, tu e ele* dependem da posição do falante) e os advérbios de tempo (*hoje, ontem*) e lugar (*aqui, ali, lá*).

¹² Em vídeo do fim de janeiro de 2020, quando a doença ainda estava restrita à China, Drauzio Varella buscava acalmar a população em termos de riscos da doença. Reitere-se: àquele momento. Quando a pandemia chegou ao Brasil, o vídeo continuou a circular, de modo descontextualizado, obrigando o médico a uma nova produção, com orientações e informações atualizadas.

queridos pais e avós, *respeitando as orientações do Ministério da Saúde*” (grifo nosso), coloca a subordinada “respeitando as orientações do Ministério da Saúde” diante de um questionamento constitutivo do equívoco: deve-se seguir apenas orientações que dizem respeito aos “queridos pais e avós” ou à coletividade? É o todo ou a parte que materializa o que deve ser feito?

Em todas as abordagens de Bolsonaro, principalmente por se constituírem como pronunciamento em rádio e TV, gênero que impede uma interação imediata por meio de réplicas contestatórias, existe um outro visível, a quem o tempo todo se acusa, desmoraliza-se ou se ironiza, como um inimigo a ser vencido. Cria-se um antagonista para que se possa, de forma forjada, ser protagonista. Essas características do pronunciamento presidencial o inserem naquilo que chamamos aqui de uma formação discursiva capitalista-autoritária. Desse lugar, o inimigo não é, no entanto, o vírus ou a doença, mas aqueles que contrariam as posições do presidente.

Essas posições são o cerne dos conflitos entre Mandetta e Bolsonaro. Tomemos recortes¹³ das falas do ministro no dia 19 de março:

Não é ele, é o Brasil como um todo. O Ministério da Saúde está na fase primeiro de *orientar*. Depois a gente *recomenda*, principalmente quando são ações relacionadas aos estados. E depois determina. O Distrito Federal hoje não tem transmissão sustentada. A *recomendação* sobre cancelar eventos foi para São Paulo e Rio de Janeiro, que tinham. Mas *todo mundo tem que fazer sua parte*. [...] Quanto mais rápido tiver transmissão, maior vai ser a necessidade de *determinação de paralisação*. Então *eu vejo* isso geral, tanto as pessoas que resolveram fazer [a manifestação de apoio a Bolsonaro]... É ilegal? Não. Mas a *orientação* é não. E continua sendo *não para todo mundo*.

Não tem nada que proíba. Mas está na hora de *todo mundo* entrar no mesmo diapasão. *Vai continuar esse pessoal fazendo cruzeiro? Faz o que agora, testa 600 pessoas em Recife?*

E isolamento domiciliar *não* é assim: eu vou descer para tomar banho de piscina e vamos dar uma festa no *play*. *Isolamento domiciliar é isolamento domiciliar*.

¹³ Para a Análise de Discurso, não é tamanho da amostra que importa, uma vez que se busca demonstrar o processo discursivo que deu origem ao dizer. De acordo com Orlandi, o recorte visa ao funcionamento discursivo, com o objetivo de compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes. “O recorte é o fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14).

A ficha vai cair devagar, mas vai cair para *todo mundo*. Vai chegar uma hora que, se repetir o cenário de fora, não tem isso de acho ou não acho legal. *A coisa vai se impor*. (MANDETTA, 2020a, grifo nosso).

Os enunciados que compõem os recortes se constituem por meio de estruturas muito semelhantes àsquelas que seriam utilizadas pelo presidente no pronunciamento do dia 24 de março, conforme já analisado. No entanto, a formação discursiva médico-institucional e a posição do sujeito encontram-se em outra direção. Embora haja uma prevalência de verbos performativos, o sujeito do discurso não ordena. A visão é de abrandar: “orientar”, “recomenda”. As medidas são colocadas de forma crescente, em termos de rigor e severidade, apresentando as ações mais drásticas após uma série de condicionais, como em “Quanto mais rápido tiver transmissão, maior vai ser a necessidade de *determinação de paralisação*” (grifo nosso) e em “se repetir o cenário de fora, não tem isso de acho ou não acho legal. *A coisa vai se impor*” (grifo nosso). Percebe-se também que o sujeito de discurso evita a utilização de marcas dêiticas, colocando-se como uma instituição. Nesse momento, essa é a marca da obediência: não se fala por si, mas em nome dela.

Há uma marca dêitica nos recortes, um *ele*, que se refere justamente ao presidente. Trata-se de uma resposta a uma pergunta feita pelo jornalista a respeito da caminhada realizada pelo presidente da República na periferia de Brasília, mesmo já havendo a “*recomendação*” (grifo nosso) de isolamento. Nesse dizer, inclusive, faz-se presente o conflito de forças entre dizer como uma instituição, como médico e como subordinado ao presidente: “*não é ele, é o Brasil como um todo*” (grifo nosso). A estrutura deste enunciado se abre ao equívoco: “não é ele”, por que estaria Bolsonaro fora da necessidade de quarentena ou “não é [só] ele”, [mas] também o Brasil como um todo? A lógica do presidente incluído ou excluído da quarentena é visível em outros trechos, como na negativa “não tem nada que proíba”. Mandetta, entre o afirmar e negar, refere-se às ações a serem tomadas com uma adversativa (“*mas* está na hora de todo mundo entrar no mesmo diapasão”), que por si só traz a noção de um dizer anterior.

As construções na negativa são utilizadas para desconsiderar já-ditos que circulavam à época, como o fato de que o isolamento domiciliar significaria permanecer em casa numa situação de férias: “eu vou descer para tomar banho de piscina e vamos dar uma festa no *play*”. Para reforçar a referencialidade e a objetividade que atribui ao sentido de “isolamento domiciliar”, o sujeito utiliza um enunciado do tipo *X é X*, que aparece como argumento para a suspensão de atividades, na direção oposta daquilo que estava sendo

praticado pelo presidente e por militantes, que chegaram a organizar uma manifestação.

Vejamos agora recortes das falas de Mandetta após o pronunciamento de Bolsonaro:

Temos que melhorar esse negócio de quarentena, não ficou bom. A última quarentena foi em 1917. É normal, faz parte dessa situação, nós errarmos, calibrarmos e fazemos projeções um pouco fora e questionáveis por A, B ou C. A quarentena *é* um remédio extremamente amargo e duro, extremamente duro. Antes de adotar o fecha-tudo, *existe a possibilidade* de trabalhar por bairro, a *possibilidade* de se fazer a redução da mobilidade urbana. *Nós* saímos praticamente do início dos números para o efeito cascata de decretação de *lock down* como se nós *estivéssemos* em franca epidemia. Uma quarentena sem prazo para terminar vira uma parede na frente da vida das pessoas.

A saúde *não* é uma ilha, *não* vamos tratar isoladamente, *não* existe só coronavírus. *Eu* tenho recebido médico que está fechando consultório de pediatria, clínicas de ultrassonografia. *A vida continua*. Outras doenças acontecem, as pessoas têm necessidades. As coisas *continuam*. Os arquitetos *têm de* trabalhar, as pessoas... (MANDETTA, 2020b, grifo nosso).

Na comparação desses recortes com os anteriores, além do atravessamento do pronunciamento do presidente, que os separa temporalmente, existe a mudança de uma formação discursiva médico-institucional para outra, capitalista-autoritária, que se alinha, ora mais tacitamente, ora mais claramente, à posição presidencial, num gesto de obediência ou observação da autoridade. Isso se materializa, principalmente, em quatro aspectos: as contradições em relação ao dizer anterior, a presença dos performativos em tom de ordem, os dêiticos e a menção à normalidade.

Do primeiro dos aspectos, é possível depreender que, se nos enunciados do dia 19, havia menção a “todo mundo”, agora essa totalidade é relativizada. Além da possibilidade, pelo equívoco da língua, de excluir o presidente (como demonstrado na análise do trecho anterior), agora se excluem as atividades econômicas com justificativas que se pareiam, inclusive, em termos estruturais às falas do presidente.

Enquanto Bolsonaro enunciava que “Nossa vida *tem que* continuar. Os empregos *devem* ser mantidos. O sustento das famílias *deve* ser preservado” (grifo

nosso), Mandetta enunciou: “*A vida continua*. Outras doenças acontecem, as pessoas *têm* necessidades. As coisas *continuam*. Os arquitetos *têm de* trabalhar, as pessoas...” (grifos nossos). Para além das regularidades, que se constituem como evidências da afiliação a um mesmo processo discursivo, aparecem também contradições, na forma de interrupções (“as pessoas...”) ou metonímia (“os arquitetos...”), que são colocadas como uma oposição a “todo mundo” presente no recorte anterior.

Do ponto de vista dos performativos, dessa formação discursiva, Mandetta passa a enunciar por meio de verbos que conotam autoridade, a exemplo do pronunciamento de Bolsonaro: “temos que”, “tem de”. Saem as “orientações” e “recomendações” e entram as ordens. Para minimizar uma possível contradição aparente, o sujeito recupera o já-dito do aprendiz que, em sua função, pode errar, pois se trata de algo em construção, o que fica visível no trecho em que cita a quarentena do início do século XX, decretada para conter a pandemia de Gripe Espanhola.

Os dêiticos, a exemplo do discurso de Bolsonaro, também são usados com mais frequência, inclusive criando a noção de um *nós*, presente igualmente nos enunciados do presidente. A experiência pessoal (“eu tenho recebido...”) e a inclusão (“como se nós estivéssemos”, “vamos”) são algumas das regularidades que aproximam o discurso de governante e governado.

Por fim, a menção à normalidade se faz por meio de verbos constatativos (AUSTIN, 1990 [1965]): a repetição do verbo *continuar* e a negação de discursos-outros, de já-ditos que atuam na constituição daquilo que circulava sobre a doença. “Não é” e “não existe” são expressões que negam aquilo que foi dito anteriormente, seja pelo próprio sujeito ou por outros que, ao enunciarem, também passam a constitui-lo de alguma forma.

Considerações finais

O discurso, enquanto produção de sentido entre locutores, prende-se às relações de exclusão, inclusão, sustentação e oposição, que caracterizam as formas materializadas em cada formação discursiva. Por isso, foi basilar neste trabalho a demonstração das mudanças e reversibilidades nos enunciados produzidos pelo ministro da Saúde, em março de 2020. São também os reveses e as mudanças nas formas estruturais da língua que nos permitem afirmar acerca do sujeito em conflito, colocado entre formações discursivas distintas, que se constituem a partir da lógica da obediência e do autoritarismo representados pelo enunciado “o presidente sou eu”.

A diferença entre o *abafar* e o *afagar* o presidente e seus dizeres está numa série de materialidades que se aproximam ou se distanciam das posições assumidas pelos locutores diante da situação trazida pelo coronavírus, na lógica entre assumir papéis ou atrelar-se a práticas de obediência e autoritarismo. Ressignifica-se, assim, a noção de confiança entre governante e governado, relativizando-a. Da mesma forma, torna-se *de confiança* só quando se filia à mesma formação discursiva.

As análises dos enunciados do ministro da Saúde trazem a presença (in) visível sobre a postura do governo no que tange à pandemia, sustentando elementos de autoritarismo e de vinculação à supremacia econômica, que ajuda a provocar a desinformação e a transformar uma questão de saúde pública em tópico de polarização político-ideológica: estar *com* ou estar *contra* Bolsonaro.

A crise econômica e de saúde no Brasil vem acompanhada, assim, de uma inegável crise de representações democráticas, cindida pelo conflito entre poder cuidar da vida, ou cuidar da economia e comandar o país, que caracterizariam, sumariamente, as formações discursivas identificadas nos recortes analisados.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **As crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. Original de 1965.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000. Original de 1980.

BERLIN, I. Dois conceitos de liberdade. In: BERLIN, I. **Estudos sobre a Humanidade**: Uma antologia de ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 227-275.

BOLSONARO, J. Pronunciamento do presidente da República, Jair Bolsonaro. Planalto. **YouTube** [on-line], Brasília, 24 mar. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VL_DYb-XaAE. Acesso em: 04 abr. 2020.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014. Original de 1983.

ESPINOZA, B. **Tratado teológico-político**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. Original de 1677.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Original de 1978.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos IV**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. Original de 1978.

MANDETTA, L. H. Ministério da Saúde atualiza a situação do coronavírus - 19.03.2020. **YouTube** [on-line], Brasília: Ministério da Saúde, 19 mar. 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=530nK1vKsIc>. Acesso em: 04 abr. 2020.

MANDETTA, L. H. Coletiva de imprensa sobre Covid-19. **YouTube** [on-line], Brasília: TV BrasilGov, 25 mar. 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DZvV0qfCS3Y>. Acesso em: 05 abr. 2020.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. Recortar ou segmentar? *In*: GUIMARÃES, E. (org.). **Linguística**: Questões e Controvérsias. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. (Série Estudos, 10). p. 09-26.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? 6. ed. Campinas: Pontes, 2012. Original de 1983.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009. Original de 1975.

STERN, A. L. S. **A imaginação no poder**: obediência política e servidão em Espinoza. 311f. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

STIVAL, M. L. Governo e poder em Foucault. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 39, n. 4, out-dez/2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732016000400107. Acesso em: 27 mar. 2020.

Recebido em 15 de maio de 2020.

Aprovado em 08 de junho de 2020.

CRISES ECONÔMICAS, ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E A RELATIVIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Alessandra Guimarães Soares¹
Catharina Libório Ribeiro Simões²
Thiago Giovani Romero³

RESUMO: Este artigo aborda a relação existente entre as crises financeiras, a ascensão da extrema direita e a relativização dos direitos humanos, especialmente, dos grupos minoritários. A Longa Depressão, a Grande Depressão e a Crise Financeira de 2008, todas crises sistêmicas do capitalismo, serviram de *background* para fomentar o retorno da extrema direita, e o mais preocupante, a relativização dos direitos humanos, especialmente, àqueles voltados a proteção dos grupos minoritários. O Estado passa a ser usado como forma de oprimir, ainda mais, os definidos como inimigo comum, sejam eles os pobres, os negros, os refugiados ou os homossexuais. Posto esse cenário, surge, então, uma estranha e feroz classe que se define como a dos *cidadãos de bem* e que usa o Estado para relativizar e negar direitos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Crises econômicas. Extrema direita. Direitos humanos. Cidadãos de bem.

FINANCIAL CRISES, RISE OF THE FAR RIGHT AND RELATIVIZATION OF HUMAN RIGHTS

ABSTRACT: *This article aims an existing relation between financial crises, the rise of the far right and the relativization of human rights especially minority groups. The Long*

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos – SP – Brasil. Doutora em Ciência Política. Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo – SP – Brasil. Estágio pós-doutoral em Direito. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9193-7672>. aleguisoares@gmail.com.

² Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP – Brasil. Mestranda no Instituto de Relações Internacionais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8444-7760>. catharinaliborio@usp.br.

³ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP – Brasil. Doutorando em Direito Internacional Público. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2438-4507>. thiago.romero@live.com.

Depression, the Great Depression and the Financial Crisis of 2008, all systemic crises of capitalism, served as a base to foster the return of the extreme right and, the most worrying, a relativization of human rights, especially those aimed at protecting minority groups. The State is then used as a way to oppress, even more, the ones defined as a common enemies, whether they are the poor, blacks, refugees or homosexuals. In this scenario, emerge a strange and ferocious classes that defines as “good citizens” that uses the State to relativize and deny fundamental rights.

KEYWORDS: *Economic crises. Far right. Human rights. Good citizens.*

Introdução

O presente artigo se propõe a rememorar grandes eventos econômicos que moldaram organização da sociedade; busca, também, oferecer uma projeção do que está por vir. A marcha da humanidade é implacável, portanto, o estudo de qualquer fenômeno deve ocorrer de forma que se tenha em mente a sequência principal de eventos que desembocaram no momento atual. Em alemão, a palavra *geschichte*, a escolhida para denominar história, pode ser entendida como “sequência unificada de eventos”, ademais, segundo a enciclopédia universal das artes e das ciências, de Jablonski, a “[...] história é um espelho do vício e da virtude, no qual é possível aprender, pela experiência alheia, o que se deve ou não fazer” (KOSELLECK, 2006, p. 50).

A ciência dos fatores envolvidos se torna condição *sine qua non* para se pensar em possibilidades de compreensão da realidade. Atualmente, a sociedade enfrenta desdobramentos gerados pela crise financeira de 2008; a ascensão da extrema direita se transforma em um dos grandes desafios daqueles que se comprometem com a busca do desenvolvimento revestido de direitos humanos, especialmente, dos grupos minoritários. Coagidos pela necessidade de entendimento para mudança, torna-se imperioso recorrer aos instrumentos democráticos disponíveis.

O processo de acumulação do capital, tal qual a própria História, é formado por ciclos, por isso as crises, geralmente, são previsíveis. Não, necessariamente, no momento exato de sua erupção, mas elas aparecem como resposta ao aumento exponencial das contradições criadas pelo próprio capital. E, da mesma forma que se pode perceber uma constância nos fatores que determinam sua explosão, é possível inferir que suas consequências também se repetem.

As reestruturações e adaptações acabam levando a filiação da sociedade, normalmente, aos ideais pregados por governos populistas de extrema direita, fato, esse, que tem sido constantemente comprovado como uma escolha de consequências desastrosas.

Na seara dos direitos humanos, percebe-se que o século passado foi marcado por sua internacionalização. Sobretudo, aquele período foi bastante conturbado, diversos acontecimentos de cunho político e ideológico vieram à tona, os quais influenciaram todo o conteúdo de direitos e de proteção dos direitos humanos. A partir dos anos 80, houve uma ofensiva neoliberal que acabou redimensionando o debate social quanto à questão democrática, aos direitos humanos e aos projetos de emancipação social. Consequentemente, percebe-se um retrocesso mundial na seara dos direitos econômicos, sociais e culturais, ocasionado pela aplicação de políticas de austeridade e reorganização, em nível global, da economia capitalista; como, também, nos direitos civis e políticos a partir das medidas de restrições quanto às liberdades democráticas.

Logo, diante de diversos acontecimentos posteriores aos citados acima, como os atentados terroristas de 11 de setembro, a crise financeira de 2008, entre outros, percebe-se o levante da extrema direita, movimento marcado pelo individualismo e ideias ultraconservadores. No Brasil, o cenário político está polarizado e altamente inflamado diante da construção de dois grupos pela extrema direita, o dito *cidadão de bem* em contraposição à esquerda brasileira. Como dito, tais grupos, foram construídos por um discurso político da extrema direita, o qual afronta e viola os direitos humanos, especialmente dos grupos minoritários. Diante disso, propõe-se minimizar esse avanço por meio da utilização de instrumentos de democracia direta.

Neste trabalho, foi feita a escolha pelo método dialético diante da interdisciplinaridade necessária para a temática. Para tanto, a compreensão parte de uma consciência retrospectiva e, por meio de uma ação racional, espera que seja possível a modificação dos desdobramentos de ações pretéritas, em face de mudar o passado não ser uma alternativa. Deve-se tentar iluminar as sombras do presente a fim buscar o melhoramento do futuro.

1. A história importa?

Na década de 1970, estudiosos do institucionalismo histórico voltaram suas análises para o papel do Estado na estruturação das interações sociais. O Estado deixava de ser visto como um agente neutro regulador de interesses dos grupos em conflitos intra e extraterritorial para se tornar um complexo de insti-

tuições com capacidade para regular as ações dos indivíduos (ZYSMAN, 1983; HALL, 1986). De forma sucinta, as instituições podem ser entendidas como as regras formais (procedimentos, protocolos, normas, convenções, etc.) ou informais que regem os comportamentos de uma determinada sociedade em um dado momento histórico. As instituições são criadas por e para indivíduos para regular/regrar a vida em sociedade, portanto, em última análise, elas impactam as relações políticas entre Estado e seus cidadãos (e vice-versa), assim como as interações dos cidadãos entre si.

Os teóricos que se dedicam a estudar as instituições se deparam com algumas questões fundamentais, dentre elas, as seguintes: como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos? Por que as instituições se mantêm? Segundo Hall e Taylor (2003) essas respostas são fornecidas pelos neoinstitucionalistas a partir de duas perspectivas nomeadas pelos autores de “perspectiva calculadora” e “perspectiva cultural”. Teóricos da primeira perspectiva respondem a essas questões dando ênfase ao comportamento humano, entendido como instrumental, racional. O indivíduo age de maneira estratégica, examinando todas as escolhas possíveis para selecionar aquela(s) que melhor atenda o seu interesse e, ao mesmo tempo, traga-lhe o maior benefício possível.

As instituições, nessa abordagem, afetariam os comportamentos dos indivíduos ao oferecerem informações, mesmo que mínimas, sobre a reação possível dos outros atores em face às suas próprias ações. Para a perspectiva calculadora, as interações entre os atores são centradas na estratégia baseada nos próprios postulados da norma, como se não houvesse uma interpretação abstrata que pudesse a tornar inócua do ponto de vista da escolha de ação do indivíduo, que é limitada pela própria visão de mundo do indivíduo, como bem pontua a perspectiva cultural (HALL; TAYLOR, 2003).

Na perspectiva cultural, os indivíduos não agem a partir de um cálculo meramente utilitário, suas ações são guiadas pela interpretação sobre uma dada situação que pode, inclusive, já estar preestabelecida em protocolos ou modelos de comportamento. Aqui, os indivíduos agiriam como *satisficers* e não tanto como *optimizers*, ou seja, seu comportamento estaria limitado pela sua visão de mundo e pelo que entende como suficiente naquele momento. Sua busca não estaria em otimizar os recursos ao máximo. Nesse sentido, por meio dos seus simbolismos, protocolos, projeções de cenários (que incluem as sanções possíveis em caso de seu descumprimento) as instituições fornecem modelos morais e cognitivos que irão influenciar diretamente a sua interpretação e, conseqüentemente, a ação do indivíduo. Para Hall e Taylor (2003, p. 198) “Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto

de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação”.

Sobre a manutenção ou mudança das instituições ao longo do tempo, destaca-se que essas duas perspectivas, cultural e calculadora, bebem da mesma fonte ao considerarem a existência de um nexos causal entre os eventos. Isto é, as decisões tomadas no passado, quando da criação das instituições, impactam as ações futuras, há uma continuidade ao longo do tempo (BERNARDI, 2012) que geraria custos significativos para mudanças. De forma geral, os institucionalistas históricos defendem a tese de que a história importa, o que significa dizer que, no momento de formação das instituições as decisões ali tomadas condicionariam o futuro (HALL; TAYLOR, 2003). Nesse sentido, os indivíduos pautariam suas ações de acordo com os arranjos institucionais que os conformam enquanto sociedade, naquele determinado momento, mas que só podem ser entendidos a partir de uma perspectiva histórica que pautou esses arranjos no passado (BERNARDI, 2012). Para isso, a Ciência Política, utiliza-se do conceito de *path dependence* como ferramenta analítica.

Não existe um consenso sobre a definição e aplicabilidade do conceito de *path dependence* entre os autores que procuram compreender os fenômenos políticos e sociais a partir da sua trajetória histórica e temporal (PIERSON, 2000, 2004; HACKER, 2002; MAHONEY, 2000). No entanto, quando se olham as diferentes abordagens analíticas empregadas pelos teóricos da Ciência Política e da Economia, verifica-se um ponto comum, ambos tentam trazer conceitos que auxiliam a explicitar, a depender da conjuntura, quais fatores provocam estabilidade ou mudança institucional.

Para Pierson (2004) se os *feedbacks* forem positivos, gera-se um custo alto de transição, o que torna pouco provável uma mudança radical no comportamento dos indivíduos, mesmo que alternativas surjam, sejam plausíveis e apresentem custos políticos, sociais e econômicos menores. Pierson (2004) chama a atenção para o fato de que na política as ações e decisões dos atores são dependentes entre si, isso faz com que os atores ajam de forma coletiva, seja para obter acesso aos bens públicos, seja para produzir leis ou disputar e vencer eleições, ou, ainda, para se blindarem contra outros atores políticos ou sociais. Os ambientes institucionais políticos geram aprendizagem, moldam comportamentos, ressaltam habilidades, aprofundam relações e criam/reforçam identidades políticas e sociais que auxiliam o fim máximo da política, qual seja manutenção do poder. Quanto maior a densidade institucional, maiores são os constrangimentos impostos aos atores para que mantenham seu comportamento. Se o uso da força pelo Estado se mostrar uma possibilidade para

manutenção de comportamentos esperados, a dependência da trajetória ganha adensamento.

Pierson (2004) apresenta uma outra fonte de dependência da trajetória: a autoridade política. Atores políticos com poder podem fazer uso dele para ampliar ou aprofundar as assimetrias de poder já existentes. Eles podem fazer isso mudando os arranjos institucionais para enfraquecer seus adversários, ou usando as próprias regras institucionais que conformam o jogo político a seu favor. A depender da escolha política, atores que detenham o poder podem gerar mudanças bruscas, enfraquecendo as instituições a partir das próprias regras criadas por elas. Levitsky e Ziblatt (2018), ao tratarem do que denominam de “reserva institucional”, que é o uso de uma determinada prerrogativa que poderia ser utilizada até o limite do seu direito de fazê-lo, chamam a atenção para a corrosão das instituições a partir do “mau” uso político delas.

Um exemplo citado pelos autores é a ausência de um limite constitucional nos EUA que impeça a reeleição para o poder Executivo após o segundo mandato. Mesmo não sendo uma norma inscrita, desde 1797, convencionou-se que o chefe do executivo poderia se manter no cargo apenas por dois mandatos. É uma regra institucional informal que se tornou parte do sistema republicano norte-americano. Não existe um impedimento legal para o exercício de outros mandatos. Ou seja, um determinado candidato poderia tentar um terceiro mandato se utilizando desse argumento (letra fria da lei) de que não existe impedimento legal, para subverter as regras. Caso isso ocorresse, teríamos disfunções no sistema, crises institucionais, perda de confiança nas regras do jogo e nas próprias instituições, entre outros fatores que poderiam comprometer a própria democracia americana.

De forma geral, pode-se dizer que o elemento central que gera dependência da trajetória para Pierson (2004) e, também, de certa forma, para Hacker (2002) é o *feedback* positivo. Cada vez que os indivíduos percebem que sua ação em uma determinada direção traz um retorno, a tendência é que eles continuem agindo dessa mesma forma. Se as instituições ou políticas trouxerem o retorno esperado, os atores terão incentivos para criação de mecanismos para sua manutenção, ampliação ou até mesmo fortalecimento.

A visão da economia sobre os mecanismos explicativos desencadeadores de processos de dependência da trajetória é centrada no utilitarismo. No primeiro caso, os atores agiriam de forma racional, ou seja, a reprodução das instituições ocorreria por benefícios virtuais de transformação que superam os custos, seja de sua manutenção, seja de sua mudança; o segundo caso ocorreria, em função

dos mecanismos de poder, quando um grupo da elite se beneficia e utiliza das instituições e políticas para se fortalecer (MAHONEY, 2000).

De acordo com Mahoney (2000), temos outros dois mecanismos de reprodução das instituições e políticas relacionados aos retornos crescentes (*feedback* positivo). O primeiro se refere ao papel específico que a instituição desempenha para um determinado sistema. Esse papel leva a sua expansão que, por sua vez, aumenta a sua habilidade de desempenhar esse papel, que potencializa sua expansão institucional, gerando um processo de consolidação. O segundo mecanismo se assenta nas crenças morais dos atores, naquilo que consideram moralmente correto ou apropriado para ser feito. Os indivíduos reproduziriam a política ou as instituições, voluntariamente, por entenderem que isso é o correto a ser feito.

No fim, pode-se dizer, que os dois mecanismos, de reprodução de instituições ou de política apresentados por Mahoney (2000) têm como pano de fundo a legitimidade que retroalimenta sua reprodução e se assemelha com o que Pierson (2000, 2004) denomina de *feedback* positivo, gerando os retornos crescentes. Quanto mais consolidada uma instituição dentro de um dado sistema, maiores as chances de sua manutenção e reprodução. Ela é reforçada pelos seus próprios mecanismos de existência, ocorre uma espécie de retroalimentação; quanto mais ela se reproduz, mais ela ganha legitimidade; quanto mais ela se legitima, mais ela se reproduz. Isso vai gerando um processo de consolidação institucional, “a instituição que é inicialmente favorecida [por um evento contingente] estabelece um padrão de legitimidade; essa instituição é reproduzida porque é vista como legítima; e a reprodução da instituição reforça sua legitimidade” (MAHONEY, 2000, p. 524).

Assim, ainda que outras instituições possam se apresentar com maior potencial de funcionalidade, essa será mantida pela sua consolidação (MAHONEY, 2004). Disso resultaria o processo lento de mudança institucional dentro do próprio sistema, ou até mesmo advindo de fatores exógenos, já que os atores tendem a se blindar contra mudanças. É o caso das elites, que colocam as instituições para trabalhar a seu favor. O *status quo* lhes interessa.

Nesse sentido, têm papel crucial outros tipos de análise de dependência da trajetória que não apenas aqueles que focam o autorreforço com os mecanismos de retornos crescentes. Enquanto esta última se caracteriza por processos que reforçam os eventos iniciais mantendo, por consequência, a *estabilidade* das instituições e políticas criadas, as sequências reativas, assim denominadas por Mahoney (2000) são caracterizadas por processos de reação que podem transformar e, quem sabe, reverter os eventos iniciais.

Em outras palavras, têm-se cadeias sucessivas de eventos que se conectam, em princípio, aparentemente casualmente, mas que mantêm entre si nexo causal. A título de exemplo, Mahoney cita o assassinato de Martin Luther King. Esse evento, o assassinato, levou à expansão de programas de combate à pobreza com enfoque racial em detrimento de outros programas de reforma econômica baseados em questões de classe social, o que gerou as *revoltas de verão* nos EUA que, por seu turno, levaram ao aumento da militância por programas de assistência, culminando em um aumento de pedidos, junto a tribunais de auxílios governamentais a famílias com crianças, de concessão desses auxílios pelo governo (em razão das decisões favoráveis nesse sentido). Esse contexto gerou uma explosão nos gastos governamentais com o programa no fim da década de 1960.

Bennett e Elman (2006) apresentam dois outros mecanismos explicativos para o *path dependence*. O primeiro relaciona-se ao que os autores denominam de feedback negativo. Eles reconhecem a existência dos retornos crescentes, mas identificam que eles são contrangidos depois de um determinado tempo por efeitos de *feedback* negativo. Nesse caso, haveria uma ruptura dos retornos crescentes, isto é, as instituições e políticas que estão se beneficiando dos retornos crescentes gerariam uma reação nos atores contrários que as constrangeriam com *feedbacks* negativos, culminando em uma mudança nas instituições e políticas até então vigentes. Com isso, voltar-se-ia a um ponto de equilíbrio de forças, em que o processo de retornos crescentes novamente se iniciaria, até um determinado patamar no qual os *feedbacks* negativos entrariam em ação outra vez. Teríamos, assim, um movimento cíclico, com a retomada do marco inicial. Esclarecendo, alcançado um determinado patamar haveria um *choque* entre os atores, em um determinado subsistema, que levaria a mudanças de forças internas a esses atores. Sob a perspectiva destes últimos, o que explicaria a persistência do sistema seriam as reações contrárias a ele.

Os autores exemplificam essa situação com a persistência do sistema internacional anárquico wetsphaliano. Em tal sistema, as tentativas de hegemonia de poder por parte de um Estado *A*, mesmo que bem sucedidas e produzindo retornos crescentes, tenderiam, em um dado momento, a gerar reações de outros Estados (*feedbacks* negativos). A partir de então, o que se verificaria seria a tendência à geração de uma coalizão para acabar com as pretensões hegemônicas do Estado *A*, levando o sistema, a partir dessa reação, na direção de uma situação de equilíbrio de poder. Isso ocorreria sucessivamente para evitar a tentativa hegemônica de controle por parte de qualquer Estado que seja. Nesse sentido, todos os Estados, à exceção do hegemônico, relacionam sua sobrevivência e

grau de autonomia a um sistema anárquico, por isso, todas as vezes que houver a tentativa de criação de um sistema internacional unipolar, haverá uma reação para balancear o poder.

Para esses autores, pode existir uma sequência de eventos cíclicos, o que significa dizer que, em momentos de conjuntura crítica, de forma previsível e repetida, há a alternância de duas ou mais alternativas. Bennet e Elman (2006) exemplificam essa situação com a questão do aborto nos Estados Unidos. A Suprema Corte americana no caso *Roe vs Wade* garantiu institucionalmente o direito ao aborto, o que fez com que as forças contrárias ao aborto se mobilizassem limitando esse direito por meio de legislação. Se essa decisão da Suprema Corte fosse derrubada, os grupos pró-aborto buscariam meios institucionais, via processo legislativo, para garantir o direito ao aborto, o que mobilizaria novamente os grupos políticos contrários, gerando um ciclo sucessivo de ações contrárias e favoráveis à prática.

Segundo Mahoney (2006) as análises que enfocam as sequências reativas têm suas limitações. Uma delas é o risco de regresso infinito na tentativa de mapear os eventos causais antecedentes. A outra é o fato de que esse tipo de análise depende de validação de cada sequência causal: se uma dessas causas (ou efeitos) se mostrar falsa, toda a cadeia lógica da análise ficará comprometida. Os pontos de ruptura, de acordo com esse autor, mostram-se úteis, pois auxiliam na quebra infinita dessas cadeias causais, colocando um termo inicial ao ponto de análise.

Independentemente das análises que adotam o *path dependence* divergirem quanto ao conceito e uso dessa lente teórica analítica, parte-se, neste artigo, da concepção de que a história importa, sendo assim, entende-se que os processos políticos e econômicos antecedentes contribuem como fonte para compreensão da manutenção ou da mudança das instituições ou políticas de um dado país, ou subsistema.

O cenário político que se vislumbra hoje; não apenas no Brasil com a ascensão da extrema direita no poder, o discurso de ódio pautando o debate político, a ruptura social pelo viés ideológico, o enfraquecimento das instituições com seu uso, ou tentativas, para manutenção do poder e benefício próprio; não floresceu agora. Fenômenos sociais, políticos e econômicos criaram as bases para o que temos hoje. Este artigo não tem pretensões de tentar esgotar o tema, mas apenas de trazer algumas reflexões com base na literatura e que podem auxiliar a compreender alguns fatores históricos que conformam o quadro político atual.

2. O discurso de ódio

Brugger (2007) apresenta uma definição do discurso de ódio com base no Código Penal Alemão e na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Segundo esse autor, “o discurso do ódio refere-se a palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas” (BRUGGER, 2007, p. 118). Dessa definição, tem-se que o discurso de ódio pode ocorrer quando são direcionadas palavras de insulto ou intimidação a um determinado grupo de pessoas que compartilham das mesmas características, ou ele pode ocorrer quando se instiga outras pessoas a participarem e compartilhar do discurso discriminatório.

De acordo com Martins (2019), o primeiro ato é voltado para as vítimas, tende a constrangê-las, gerar um mal-estar coletivo e uma sensação de insegurança. Nesse caso, mesmo que apenas um indivíduo tenha sofrido a violência, esta, na realidade, foi direcionada a um grupo específico. Como exemplo, pode-se citar os discursos coletados nas redes sociais por Souza (2018) durante as eleições presidenciais de 2014. Em um deles fica claro o *hate speech* direcionado a um grupo específico: “Hoje, qualquer suposto preconceito contra cariocas, nordestinos e baianos deixou de existir, porque virou Pós Conceito! Bando de fdp que destruíram nosso país e a economia por migalhas!” (SOUZA, 2018, p. 925). Segundo Martins (2019), mesmo que esse discurso estivesse direcionado a uma única pessoa o conteúdo dele atinge diferentes grupos sociais. É o que essa autora denomina de “vitimização difusa”, quando não se tem mais como distinguir nominalmente ou numericamente as vítimas, sabe-se apenas que pessoas foram atingidas unicamente por pertencerem a determinados grupos sociais.

Ao mesmo tempo em que esse discurso constrange as vítimas e causa mal-estar de todas as ordens, tem o cunho de instigar o ódio a esses determinados grupos ao lhes reputar a culpa de algo abstrato, que em nenhuma medida dependeria necessariamente da ação deles. Busca-se com ele criar uma falsa correlação e a criação de um inimigo comum do *povo brasileiro*. Tem-se, nesse caso, também um exemplo de instigação. A instigação se relaciona com o direcionamento do *hate speech* a um grupo (ou mais) específico na busca por adeptos desse discurso, na tentativa de ampliar ao máximo seu raio de alcance. Aqui, o objetivo daqueles que promovem o *hate speech* é o seu fomento coordenado, quanto mais adeptos maior tende a ser o alcance e, conseqüentemente, sua legitimação.

Em princípio, o *hate speech* precisa ganhar adeptos, por isso, nesse primeiro momento, é preciso criar um *inimigo* comum a ser combatido e direcionar a violência, que tende a ser apenas simbólica, contra ele. Para isso, aqueles que lançam mão do discurso de ódio têm como aliadas, especialmente nesse momento, as mídias sociais e, claro, estratégias de persuasão advindas das áreas de publicidade e propaganda para ganhar adesões (MARTINS, 2019). O problema é que, com o tempo e, a depender da legitimação, essa violência, antes apenas simbólica, pode se transformar em violência física. A linha é tênue e invisível, cruzada, a história nos mostra onde se pode chegar, como ocorreu na Alemanha nazista e na Itália fascista.

[...] há a criação de estereótipos, a substituição de nomes, a seleção exclusiva de fatos favoráveis ao seu ponto de vista, a criação de “inimigos”, o apelo à autoridade e a afirmação e repetição. Também, a ausência de contraposição direta e imediata a tais mensagens, e com o uso de técnicas de manipulação emocional, aumenta a probabilidade de aceitação do discurso lesivo. Ambas essas faces, aquela a insultar e a outra a instigar, revelam que o discurso de ódio, ademais de expressar, busca intensificar a discriminação (BROWN, 1971 *apud* MARTINS, 2019, p. 3).

O que importa, para além da criação de um inimigo ou, inimigos, é a sua desumanização. O “inimigo” não é reconhecido como igual, como alguém a quem seja dado partilhar a dignidade de ser humano, ele precisa ser expurgado, eliminado, exposto ao ridículo. Segundo Waldron (2012), o discurso de ódio, regra geral, é utilizado contra representantes de grupos minoritários no intuito claro de diminuição da sua condição humana, logo, de sua aceitação social perante os demais grupos sociais. Ao *retirar* a sua humanidade, as ações violentas contra os grupos minoritários passam a se *justificar* e até mesmo se tornam legítimas. Ora, se a eles não foi dado o *status* de humano, logo não são alcançados e protegidos pelas normas constitucionais, não existiria violação a direitos humanos daqueles que não são considerados humanos.

Esse mesmo pressuposto do discurso de ódio pode ser transposto quando se pensa no funcionamento de uma democracia. Levitsky e Ziblatt (2018), ao analisarem o contexto atual da democracia norte-americana, trazem o conceito de “tolerância mútua” como uma das peças fundamentais para o funcionamento de qualquer democracia. Para esses autores, a “tolerância mútua” nada mais é do que a aceitação, pelos candidatos que estão concorrendo às eleições, de que eles são apenas rivais políticos e não inimigos. Ou seja, pressupõe o reconhecimento

mútuo de que são cidadãos decentes, patrióticos e cumpridores da lei e, portanto, irão respeitar as regras vigentes do jogo institucional. Trata-se do reconhecimento mútuo de que, mesmo em lados opostos do jogo político, o que existe são apenas adversários que estão disputando eleições democráticas para ocupar, por um prazo de tempo determinado, uma cadeira. Tratar os adversários como inimigos pode colocar em risco as instituições democráticas. Exemplos recentes da história mostram isso. Putin, Chávez e Erdogan rotularam seus oponentes como uma ameaça à própria existência, o resultado foi a corrosão da democracia.

Quando as normas de tolerância mútua são frágeis, é difícil sustentar a democracia. Se encaramos nossos rivais como uma ameaça perigosa, temos muito a temer se eles forem eleitos. Podemos decidir empregar todos os meios necessários para derrotá-los – e nisso jaz uma justificativa para medidas autoritárias. Políticos que são marcados como criminosos ou subversivos podem ser presos; governos vistos como uma ameaça para a nação podem ser derrubados (LEVITSKY; ZIBLAT, 2018, p. 116).

No Brasil, as manifestações de 2013 se mostraram um ponto de ruptura que auxilia a compreensão, por um ângulo, da ascensão do atual presidente Jair Bolsonaro ao poder. As ações do presidente Jair Bolsonaro o aproximam do espectro ideológico da extrema direita. Desde a disputa eleitoral seus discursos têm sido marcados pela criação de um inimigo comum, não reconhecimento de seus adversários como legítimos, supremacia nacional e neoliberalismo de fachada. Seu comportamento tem criado um ambiente de ódio e insegurança generalizados e, suas ações, corroído a já frágil democracia brasileira. Bolsonaro não criou esse ambiente político e sua ascensão e formas de ação não são inovadoras, são cópias borradas de outros sistemas políticos, como o americano. E, sua ascensão, nada mais é do que o legado de uma transição mal grada para uma democracia capenga desde o seu nascimento em 1988, somada a fatores econômicos, sociais e políticos.

Não se pretende voltar a 1988, marco histórico da nossa democracia, mas entendendo que a História importa e que as ações do passado impactam o futuro, volta-se ao ano de 2014, mais precisamente as eleições presidenciais em que estavam em disputa candidatos dos dois clássicos partidos brasileiros que vêm se alternando no poder desde a redemocratização, PT (Partido dos Trabalhadores) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Não que as disputas conflituosas não tivessem ocorrido anteriormente em períodos eleitorais, a questão é o caldo de fatores presentes naquele momento: descrença nas instituições políticas,

cenário econômico de recessão, escândalos de corrupção, radicalismos políticos e as mídias sociais disponíveis, sem regulamentação, para ecoar todas as vozes.

Wainberg e Müller (2017) afirmam que quando o radicalismo político protagonizado pelos apoiadores dos candidatos em disputa nas eleições presidenciais de 2014 ganhou capilaridade e engajamento nas redes sociais, os candidatos passaram a adotar esse mesmo discurso ideológico em suas campanhas para capitalizar o eleitorado. Esses autores analisaram as publicações nos perfis do *Facebook* dos dois candidatos no segundo turno das eleições de 2014, Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). O objetivo era verificar os embates e o uso do discurso de ódio protagonizado pelos candidatos e apoiadores durante a campanha eleitoral. Segundo esses autores as postagens se alternavam entre a troca de ideias de alto nível intelectual a postagens superficiais com conteúdo sexista e preconceitos de toda ordem. O embate político por diversas vezes esteve no *trend topics*, mostrando o engajamento dos campos em conflito em disseminar o conteúdo aos usuários e o quanto as disputas ideológicas estavam acirradas.

O engajamento dos indivíduos nas discussões elevava o tom das postagens, acirrava os conflitos e escancarava a divisão ideológica dos grupos em disputa. Segundo Wainberg e Müller (2017), o decoro e a cordialidade deram lugar à banalização de preconceitos. O discurso de ódio foi ganhando cores e formas e o sentimento de ruptura, de um país dividido, de que era preciso combater um inimigo de quem se discordava politicamente passou a fazer parte do ideário brasileiro. Os candidatos deixaram de ser adversários e passaram a ser inimigos que precisavam ser eliminados para o bem comum da nação, e os eleitores de cada um deles também. O ponto de inflexão, contudo, nesse momento, é que os eleitores poderiam expressar suas preferências sem filtros nas mídias sociais.

A mídia tradicional, antes hegemônica nesse campo, começava a perder espaço para eleitores que, além de descobrirem novas formas de se conectarem a diferentes grupos de interesse e ideológicos, encontravam uma nova maneira de participação política por meio das redes sociais. De meros espectadores, esses grupos passaram a protagonistas do jogo político. Outro elemento deu o tom da campanha eleitoral de 2014. Um estudo da FGV sobre robôs, redes sociais e política no Brasil realizado no ano de 2017 apresentou os dados do uso de robôs na campanha eleitoral para presidente no ano de 2014. Segundo essa pesquisa, os perfis de *tuítes* (*tweets*) que trataram do debate entre Dilma e Aécio no segundo turno mostram que 11,34% de todas as interações analisadas foram motivadas por *tuítes* ou *retuítes* de robôs. No estudo, verificou-se que entre os apoiadores de Aécio Neves essa interação chegou a 19,41% e entre os de Dilma a 9,76% (RUEDIGER, 2017).

Em um ambiente não controlado, em que os custos de postar algo ofensivo, preconceituoso, são baixos e a dificuldade de mapear perfis e punir usuários quase impossível, consegue-se entender a relevância das mídias sociais para o processo eleitoral. Somando-se a isso o alto retorno em termos de engajamento de usuários que se dispõem a disseminar gratuitamente as publicações e o uso indiscriminado de robôs e perfis falsos, atinge-se um campo fértil para disseminação do ódio e polarização de grupos. Nossas instituições não estão preparadas para isso e aqueles que estão à frente delas não tiveram e não têm intenção, em princípio, que elas se instrumentalizem para tanto, pois a eles é confortável a existência desse cenário de disputas. O *nós* e o *eles*, fortemente explorados nas mídias sociais pelo discurso de ódio, desde as eleições de 2014, são interessantes para os que querem se manter e chegar ao poder em cenário sobremaneira minado. Esse fomento da polarização forneceu os elementos necessários para o fortalecimento da extrema direita que chegou ao poder, personalizada na figura do atual Presidente da República, que soube, como ninguém, explorar aquilo que já começava a ser construído de forma irresponsável pelos que concorreram ao cargo de maior envergadura do país. A irresponsabilidade com nossas instituições cobra agora seu preço. A História importa e o que ela nos mostrou em 2014 é que um novo cenário se desenhava. Se, antes, ressoava um eco dos discursos de ódio e ele se limitava às redes sociais, hoje ele tem voz e corpo na figura do atual presidente, Jair Bolsonaro.

3. As crises econômicas

Existe abundância de literatura econômica referente às crises do capitalismo, afinal, no observar da história se pode constatar que as mesmas são recorrentes, cujas mínimas variações se dão apenas em relação à grandeza, duração, frequência e origem. As crises não são encaradas como fenômenos pontuais, frutos de conjuntura específica e, sim, consequência direta da própria natureza do capitalismo (COGGIOLA, 2009).

Isso significa que as crises são intrínsecas ao processo de acumulação de capital: “[...] periodicamente o conflito dos agentes antagônicos se alivia em crises. As crises são sempre soluções violentas das contradições existentes, erupções violentas que reestabelecem momentaneamente o equilíbrio rompido” (MARX, 1980 *apud* GRESPAN, 1998, p. 260).

Elas são sempre seguidas de reestruturações e adaptações, têm como causa geral processos de grande acumulação, crescimento da desigualdade social e

pauperização da maior camada da população (SHAIKH, 1978) e trazem como consequência o aumento significativo de desemprego, aprofundamento das desigualdades sociais (TODD, 1999) e uma atuação mais agressiva na busca de maiores lucros por parte da grande burguesia (COGGIOLA, 2009). “O capitalismo vive de crises e *booms*, assim como os seres humanos vivem de inspiração e expiração. As crises e booms são inerentes ao capitalismo desde o seu nascimento e o acompanharão até o seu túmulo” (TROTSKY; LEUCATE, 1978, p. 121).

É importante, também, salientar que as crises sistêmicas do capitalismo serão aqui exploradas por serem as mais complexas, de longa duração e de efeitos devastadores, resultando em profundas mudanças sociais (ARRIGHI, 1996). Marx já avisava que quanto maior o nível de desenvolvimento do capitalismo, mais prolongadas e devastadoras seriam as crises. Já Engels, após vivenciar os efeitos da crise de 1873, escreveu que a diferença entre a expansão das forças produtivas e mercados consumidores leva, necessariamente, à estagnação, superprodução e crise, o que desemboca em uma depressão crônica e duradoura (MARX; ENGELS 2015).

As crises de 1873, de 1929 e de 2008 não foram apenas econômicas, com aumento significativo de desemprego e pauperização das massas, elas deram início a processos que resultaram em verdadeira *débâcle* nas sociedades (COGGIOLA, 2009). E, conseqüentemente, duas guerras mundiais, crescimento do nacionalismo exacerbado, surgimento de movimentos nazifascistas, xenofobia etc. (COGGIOLA, 2009; HOBSBAWM; ERIC, 2011).

A longa crise do século XIX foi aquela compreendida entre os anos de 1873 e 1896, iniciando-se com a quebra da bolsa de Viena (Áustria), o que atingiu dimensões mundiais, chegando a desestruturar até mesmo a economia inglesa, país economicamente mais poderoso na época (COGGIOLA, 2009). Uma das características do período foi a mais drástica deflação já ocorrida, o que levou a um grande encolhimento dos lucros e à impressão de desmoronamento do sistema econômico (ARRIGHI, 1996).

Dobb (1977) esclarece que essa crise passou a ser encarada como o divisor entre um capitalismo mais utópico e otimista e o posterior, mais hesitante e mostrando o início de um processo de decadência. Essa crise veio, então, para implementar a fase monopolista do capital, levando pequenas e médias empresas à falência, permitindo a expansão imperialista e criando tensão entre as grandes potências capitalistas, as quais passaram a buscar novos mercados para escoamento de seus excedentes de produção (COGGIOLA, 2015).

Cecil Rhodes, importante empresário britânico da época, era uma das vozes que defendiam a necessidade da imposição do imperialismo como forma

de pacificar a sociedade inglesa, que sofria os efeitos da crise, e evitar a eclosão de uma guerra civil (LÊNIN, 2003). Assim, entre as principais consequências da crise 1873 estão o recrudescimento do neocolonialismo europeu, uma maior exploração capitalista e espoliação dos trabalhadores ainda mais intensa (McGOWAN; KORDAN, 1981).

Essa crise foi então “superada através de uma agressão sem precedentes contra povos e países coloniais, e contra a própria classe trabalhadora da metrópole” (COGGIOLA, 2009, p. 232). Chega-se a uma segunda fase de devastação imperialista que se baseou na revolução industrial e se traduziu em submissão colonial dos territórios asiáticos e africanos (COGGIOLA, 2015). O pensamento dominante à época se baseava na racista ideologia do darwinismo social, que defendia a ideia da superioridade das populações europeias em relação a outros povos, utilizando supostas leis de evolução biológica para justificar a exploração (WEIKART, 2009; KIPLING, 1899).

Essa construção ideológica tinha o objetivo de englobar a defesa da expansão colonial e da exportação do capital enquanto formas de combate à depressão econômica, ao mesmo tempo em que validava as “disputas geopolíticas, o nacionalismo xenófobo, racismo, nacionalismo anti-imperialista e, finalmente, guerra mundial” (COGGIOLA, 2016, p. 203-204). “A longa e generalizada competição selvagem de preços do fim do século XIX constituiu, por si só, uma grande escalada de lutas intercapitalistas, uma escalada que acabou assumindo costumeira forma da guerra generalizada entre nações” (ARRIGHI, 1996, p. 169).

A Grande Guerra se inicia, então, como resposta à conjuntura dominante à época: busca indiscriminada por mercados e tentativa de combate a forte deflação do período, associados a um aumento exponencial dos gastos militares das potências europeias, o que resulta, fatalmente, na eclosão da primeira guerra mundial (ARRIGHI, 1996).

Ultrapassado esse conturbado período, o mundo entra em relativa calmaria. A Liga das Nações é instituída juntamente com o pressuposto de que os Estados Democráticos eram pacíficos e, portanto, não teriam mais motivos para ir à guerra. A autodeterminação e a segurança coletiva são conceitos então inseridos na diplomacia (KISSINGER, 2012). Esse período ficou conhecido como a “Grande Ilusão”, inaugurou também a retomada da prosperidade na economia, contudo, essa retomada foi mais norte-americana que europeia e apenas um pequeno número de países foi beneficiado (DE AQUINO, 2010).

É nesse contexto, ainda utópico, que a conjuntura que desembocaria na crise de 1929 começa a tomar forma. A concentração industrial progride junto com a formação de *holdings*, cartéis e trustes internacionais, associados à situação

de subemprego\desemprego, baixo poder aquisitivo, concentração de renda e aumento da desigualdade (DE AQUINO, 2010), o que levou a uma mudança de panorama. Novamente, percebe-se a existência dos mesmos elementos econômicos e sociais nos momentos anteriores à deflagração das crises sistêmicas.

Tendo os Estados Unidos como seu epicentro, em outubro de 1929, instaura-se uma perda de confiança geral dos empresários. Acionistas e correntistas, em pânico, vendem suas ações a qualquer preço e promovem verdadeira corrida aos bancos para saque dos valores depositados, esse *crash* da bolsa de valores leva dez anos para ser superado, contudo, seus efeitos mais terríveis são relacionados às mudanças sociais (CURVO, 2011; COGGIOLA, 2009).

Essa crise teve o condão de se espalhar, em velocidade ímpar, aos países ligados à economia americana, sendo a universalização uma de suas principais características. A Alemanha foi um dos primeiros países atingidos, o que levou à dissipação da crise em efeito cascata por toda a Europa, causando uma acen-tuação dos conflitos sociais e regimes autoritários que propalavam a garantia da ordem passaram a criar raízes na configuração política europeia (DE AQUINO, 2010).

O “fantasma do comunismo” se torna cada vez mais palpável, e o medo de uma revolução social levava os governos a atuar de forma mais incisiva, multiplicando os serviços assistenciais disponibilizados para a população. As tensões, influenciadas por uma atuação mais pontual do Estado que, assim como a propaganda religiosa de caráter antissocialista, em conjunto com a repressão militar e policial aos movimentos operários socialistas, acabaram impondo regimes totalitários voltados a frustrar as insurreições socialistas que começavam a se fazer presentes na Itália e Alemanha (COGGIOLA, 2009) . Nesse sentido:

Às classes médias desesperadas, os nazistas propunham remédios contra a angústia: xenofobia, racismo, nacionalismo exacerbado, acompanhados de uma demagogia anticapitalista que apontava contra os judeus [...]. Também eram denunciados o “imperialismo”(o *diktat* de Versalhes), os *bonzos* (dirigentes sindicais acusados de colaboração com os judeus): os nazistas chegaram a apoiar as “greves selvagens” à margem dos sindicatos. E, sobretudo, o NSDAP usava a violência e o terror contra seus “inimigos” para demonstrar ao seu “público” sua determinação para atingir seus objetivos (COGGIOLA, 2009, p. 215).

Importante salientar que a base social que primeiro se filia aos movimentos de extrema direita é a pequena burguesia, ou seja, aquela formada pela classe

média, pequenos e médios empresários (COGGIOLA, 2009; DE AQUINO, 2010). De forma similar, percebe-se a existência de igual fenômeno como resposta aos desafios impostos pela terceira crise do capitalismo, a de 2008.

Essa segunda crise do capitalismo, por sua vez, teve o condão de produzir modificações sociais mais intensas que a primeira crise de 1873, o nazismo e o fascismo conseguiram um alcance social nunca imaginado e que, até hoje, produz nefastos resultados. Na Alemanha e Itália, passam a existir grupos de extrema direita, em resposta à situação econômica vivenciada, que se organizavam em formações paramilitares, cujo extremismo foi fomentado pelo próprio governo, por meio de propagandas ultranacionalistas, antiliberais e racistas (DE AQUINO, 2010).

Mais uma vez, a guerra mundial se torna consequência do cenário descortinado após a crise de 1929. Já em 1934, Trotsky (2008, p. 67) supunha a deflagração de uma nova guerra mundial: “As mesmas causas, inseparáveis do capitalismo moderno, que provocaram a última guerra imperialista alcançaram agora uma tensão infinitamente maior que a de meados de 1914”. As medidas protecionistas provocaram o crescimento do nacionalismo econômico e das indústrias bélicas nacionais; a disputa internacional por mercados afetou em especial Alemanha e Itália onde a ameaça de revolução social levou ao poder grupos agressivos de extrema direita (DE AQUINO, 2010, p. 428).

O resultado? A maior catástrofe testemunhada pela História, na qual se estima que entre 70 e 85 milhões de pessoas perderam suas vidas, a Segunda Guerra mundial é, antes de qualquer coisa, uma história de barbárie que se inicia com a crise na bolsa de valores de Nova York em 1929.

A terceira crise capitalista é a dos créditos hipotecários não resgatáveis. Teve início em 2007, nos Estados Unidos, e se tornou mundial em 2008, como resultado da defesa da desregulamentação econômica, desde a década de 1980, por parte do liberalismo norte-americano (CURVO, 2011), ficou conhecida como crise da bolha imobiliária dos EUA e teve como base a expansão desmedida da especulação financeira, patrocinada por bancos e investidores, que viam o capital como reprodução de derivativos e expectativas de crescimento (KOTZ, 2009). “Essa crise é diferente e igual a todas as anteriores ao mesmo tempo” (KRUGMAN, 2008, p.127).

A bolha imobiliária americana é, assim, a responsável pela eclosão da crise, empréstimos eram oferecidos a juros baixos para a população financiar a compra de imóveis, o que levou a uma valorização desse mercado. E, conseqüentemente, os bancos passaram a atualizar o valor dos juros, impondo às pessoas um paga-

mento além de suas possibilidades, o que acarretou inadimplência em massa e consequente falência bancária (CURVO, 2011).

A crise de 2008 explode em momento singular do capitalismo: pela primeira vez se está diante de um sistema mundial completamente integrado, a globalização se impõe enquanto “[...] fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem a qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes” (SANTOS, 2000, p. 10).

Como se pode perceber, mais uma vez as condições para a instauração de uma crise sistêmica capitalista se repetiam, novamente o sistema econômico se via diante da pauperização das massas, aumento da desigualdade, concentração de renda etc. (CURVO, 2011). Agora, no entanto, as consequências alcançam novo e mais perigoso patamar em vistas do mais alto grau de internacionalização da economia.

Uma das grandes diferenças foi a resposta dos Estados para a mitigação da crise. Enquanto em 1929 a resposta foi a implementação do Estado de bem-estar social (COGGIOLA, 2009; DE AQUINO, 2010), a crise de 2008 vem sendo respondida pelos Estados com um endurecimento da aplicação de medidas neoliberais (KOTZ, 2009), pelo menos até o contemporaníssimo advento da pandemia da nova Covid-19. Essas medidas se baseiam, entre outras coisas, no Consenso de Washington que, com o apoio dos grandes centros capitalistas, condensa uma série de diretrizes a serem adotadas e prega, em linhas gerais, a abertura irrestrita dos mercados de consumo, valores e do sistema produtivo e de serviços, aliados a uma crescente desregulamentação do sistema bancário e dos mercados financeiros (WILLIAMSON, 1990).

O movimento neoliberal que se inicia nos anos 1980 não tem o condão de reorganizar o sistema: a desregulamentação do mercado financeiro e diminuição do Estado levaram a uma potencialização do movimento dos mercados à margem da lei (ARRIGHI, 1996).

A imposição das medidas neoliberais tem, assim, resultado inverso do prometido, percebe-se um aumento das desigualdades sociais, o desmonte das garantias do bem-estar social; ademais, o acesso a bens imprescindíveis à vida se torna objetivo cada vez mais longínquo para boa parte da população (CHANG, 2004).

E mais uma vez a história se repete, percebe-se um fortalecimento da extrema direita nos governos nacionais. O populismo, de caráter conservador e direitista, volta a ganhar destaque político.

Rodrik (2018) relaciona esse discurso *anti-establishment* a nacionalismos exacerbados contrários à globalização e que causam uma divisão nacional entre o *nós* e *eles*. Esse autor reforça a ideia de que o 127populismo, normalmente centrado na figura de um líder carismático ligado a extrema direita, pode marcar o início de regimes autoritários. Um dos grandes desafios é reorganizar a globalização para a manutenção de uma economia sem fronteiras, ao mesmo tempo em que se deva evitar os excessos e distorções desse processo (SANTOS, 2000).

A globalização da economia nem sempre tem conseguido assegurar um desenvolvimento político sustentável para as nações. As reformas implementadas nos anos 1980, foram publicizadas na promessa de produzir uma profunda integração econômica, acordos comerciais se tornaram mais ambiciosos e não sujeitos a uma regulação nacional. Contudo, a eliminação das restrições de mobilidade do capital se tornou regra, o que causou um esgotamento do sistema (RODRIK, 2018; KOTZ, 2009).

Wilhelm (1971) defende a tese de que a continuidade de crises econômicas, em conjunto com a pauperização da população levam a uma busca por autopreservação. Ele relaciona crises econômicas com o surgimento de governos populistas de extrema direita, autoritários. Nesses casos, a exploração capitalista, a fome, a miséria e o conjunto de injustiças, próprios do sistema, não levariam, necessariamente, as massas a buscarem a superação das dificuldades pela via revolucionária.

Manuel Funke, Moritz Schularick e Christoph Trebesch (2016), comprovadamente, apontam que uma das consequências das crises sistêmicas do capitalismo ocorreu em decorrência da ascensão de partidos de extrema direita ao poder. Esses pesquisadores se basearam em eleições parlamentares de vinte países, no período compreendido entre 1870-2014. A metodologia utilizada na compilação dos dados indicou padrão de significativa guinada à direita na escolha popular após crises financeiras. O voto na extrema direita cresce em média cinco pontos percentuais nos cinco anos seguintes às crises. Um dos exemplos utilizados no texto é o da Alemanha, onde, em 1930, os nazistas obtiveram apenas 18,3% dos votos, em oposição aos mais de 40% obtidos em 1933, quando os impactos da grande depressão estavam em seu auge.

Tal qual ocorreu na esteira das outras crises, desde 2008 percebe-se claro fortalecimento de partidos inseridos nesse viés político (EUA, UK, França, Japão, Áustria, Noruega, Países Baixos). Na pesquisa em questão, percebe-se que desde 2008 os populistas de direita vêm ganhando cada vez mais espaço nos governos.

E, assim, atualmente, nota-se a ascensão de regimes populistas de extrema direita que atuam, em regra, na defesa de valores conservadores amalgamados

na nação, a moral, família, conservadorismo, religiosidade, sempre abordados de forma abstrata e como saída instantânea para os sofrimentos causados pelas mui complexas crises do capital (KONDER, 1979).

4. A relativização dos direitos humanos

O século passado foi marcado pela internacionalização dos direitos humanos, bem nomeado por Norberto Bobbio como “*a era dos direitos*”. Como é sabido, esse foi um período conturbado, o qual envolveu inúmeras disputas políticas e ideológicas, que, diretamente, influenciam e refletem suas nuances no conteúdo dos direitos humanos. O *landmark* da consolidação do processo de internacionalização dos direitos humanos se iniciou com a Declaração Universal de Direitos Humanos; os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a formação de mecanismos regionais de proteção dos direitos humanos como a Convenção Americana de Direitos Humanos, a Comissão Interamericana e a Corte Interamericana de Direitos Humanos; a Convenção Europeia de Direitos Humanos, a Corte Europeia de Direitos Humanos; entre outros (DORNELLES, 2017).

Assim, pode-se compreender que a ascensão da internacionalização dos direitos humanos ocorreu a partir do final da 2ª Guerra Mundial, trazendo consigo um sistema internacional de proteção, como aponta Flávia Piovesan:

O movimento de internacionalização dos direitos humanos constitui um movimento extremamente recente na história, surgindo, a partir do pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. Se a 2ª. Guerra significou a ruptura com os direitos humanos, o Pós-Guerra deveria significar a sua reconstrução. É neste cenário que se desenha o esforço de reconstrução dos direitos humanos, como paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional contemporânea (PIOVESAN, 2001, p. 1-2).

Noberto Bobbio (1988) demonstra que os direitos humanos nascem como direitos naturais universais, que irão se desenvolver como direitos positivos particulares, encontrando sua plena realização como direitos positivos universais. Sabe-se que, evolutivamente, a proteção dos direitos humanos não envolve um dado, mas uma invenção humana em um processo constante de construção e reconstrução (ARENDDT, 1979).

André de Carvalho Ramos (2014) consolida essa ideia, os direitos humanos são um conjunto de direitos indispensáveis para a vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Assim, os direitos humanos são aqueles direitos essenciais e indispensáveis à vida digna. Inquestionáveis, as necessidades humanas variam de acordo com o contexto histórico da sociedade a qual este homem, indivíduo, está inserido. Portanto, os anseios sociais podem e são traduzidos juridicamente e inseridos nesse rol dos direitos humanos.

Na década de 80, houve uma indiscriminada ofensiva neoliberal associada à crise dos modelos do *Welfare State*⁴, consequentemente, tal movimentação acabou por redimensionar o debate social quanto a questão democrática, os direitos humanos e os projetos de emancipação social, de acordo com João Dornelles (2017). Assim, em um primeiro momento, houve retrocesso na seara dos direitos econômicos, sociais e culturais, ocasionado pela aplicação de políticas de austeridade e reorganização, em nível global, da economia capitalista; em um segundo momento, percebeu-se que os direitos civis e políticos sofreram, duramente, medidas de restrições quanto às liberdades democráticas, especialmente, aquelas adotadas no pós 11 de setembro pelos Estados Unidos.

Assim, foi a partir de 11 de setembro que a questão democrática acabou ganhando uma nova roupagem, agora, ligada aos movimentos contra-hegemônicos globais, ou seja, movimentos antagônicos ao processo de dominação pelos diversos veículos comunicacionais. Evidentemente, os anos de 2007 e 2008 foram cruciais para aquele movimento, afinal, esse período foi marcado pelo começo da crise global do capitalismo neoliberal⁵ (DORNELLES, 2017).

Paralelamente à crise do capitalismo neoliberal que se instalava, havia o crescimento de movimentos antidemocráticos, acompanhado pela expansão das ideias do ultraconservadorismo. João Ricardo Dornelles (2017, p. 158) aponta esse avanço no contexto das práticas sociopolíticas e culturais: “criminalização ampliada da pobreza e do protesto social; ampliação do populismo penal e expansão do punitivismo; reação das classes altas e médias às conquistas de direitos por parte das classes sociais subalternas”. Evidentemente, grupos mino-

⁴ De acordo com Daniel Arias Vasquez (2007, p. 44), os modelos *Welfare State* podem ser vistos por duas perspectivas: Titmuss acredita se tratar de um “resultado dos impactos do processo de industrialização na sociedade, que promove a divisão do trabalho que torna o homem mais individualizado e mais socialmente dependente.” Já para Esping-Andersen (1995) esses modelos apresentam “argumentos de ordem política para constituição dos sistemas de proteção social [...]. o desenvolvimento do *Welfare State* como resultado da capacidade de mobilização de poder da classe trabalhadora em cada país”.

⁵ João Ricardo Dornelles (2017) alerta que a partir do início da crise do capitalismo neoliberal houve uma “desagregação social atingindo [...] os Estados Unidos e a Europa Ocidental, especialmente, [...] Grécia, Espanha e Portugal, submetidos a políticas restritivas severas impostas pelos organismos financeiros internacionais, a chamada “troika”.

ritários formados por “trabalhadores pobres em geral; moradores de periferia; favelados; trabalhadores sem acesso à terra; negros; mulheres; homossexuais [...]” (DORNELLES, 2017, p. 159) passaram a sofrer perseguições acentuadas. Assim, diante do aumento da perseguição, passa-se a presenciar o xenofobismo, a islamofobia, o racismo, o sexismo, o chamamento ao retorno do militarismo e da ditadura.

Alessandro Soares (2018, p. 273), quanto aos grupos minoritários, afirma que podem ser representados de forma quantitativa e qualitativa, ou seja, pode-se considerar como minoria “aqueles grupos sociais vulneráveis quanto à garantia de direitos, situação vinculada, na maioria das vezes, a questões históricas de dominação e exploração [...] É o caso [...] de negros, latinos, mulheres, indígenas, homossexuais, trabalhadores, pobres, etc.” Ainda pondera considerar que “esses grupos podem corresponder, dentro de determinada sociedade, à maioria da população [...] não é exagerado concluir que a maioria empobrecida e hipereexplorada, a qual fundamentou a ideia de maioria em oposição à minoria (elite) no passado, tem identidade com muitas minorias” (SOARES, 2018, p. 273).

A ascensão da direita, especialmente, da extrema direita, foi significativa no cenário mundial, lembra a corrida eleitoral acirrada, nos Estados Unidos, protagonizada por Donald Trump e Hillary Clinton; na França, por Emmanuel Macron e Marine Le Pen; na Alemanha, entre Angela Merkel e o partido ultradireitista AfD; como também no Brasil, pelos partidos PMDB, PSDB e o bloco partidário liderado por Jair Messias Bolsonaro e as igrejas evangélicas. Nesse contexto, percebe-se que houve uma significativa guinada no cenário político internacional, trazendo à tona a polarização dos partidos de direita, a direita tradicional e a extrema direita (DORNELLES, 2017).

Os efeitos colaterais provocados pelo avanço do discurso direitista, especialmente da extrema direita, marcada pelas ideias ultraconservadoras e individualistas, passaram a provocar uma espécie de desqualificação “da prática política, das instituições democráticas, dos princípios de liberdade e de igualdade, dos princípios de direitos humanos, conquistas forjadas em lutas sociais desde o século XVIII”, conforme elucidado por João Ricardo Dornelles (2017, p. 158).

Indubitavelmente, percebe-se que a retórica do ultraconservadorismo emerge em todo o mundo; não há dissociação dessa ideia quanto ao poder ou forma dos Estados; a extrema direita cresce a cada dia e está sendo exercida, indiscriminadamente, do norte ao sul, especialmente, nos Estados Unidos, países da Europa e da América Latina. Nesse sentido, João Ricardo Dornelles, veementemente, exemplifica:

Nos Estados Unidos, o “Tea Party”, o reaparecimento fortalecido da Ku Klux Klan e os grupos de supremacia branca e neonazistas, o fenômeno Trump; na Europa, o fortalecimento da extrema direita com grupos neonazistas, neofascistas e neofranquistas, o Front National na França e no Brasil, o surgimento, a partir de 2013, de grupos de extrema direita financiados pelo grande capital estadunidense (Irmãos Koch e outros), como o Movimento Brasil Livre (MBL), “Vem pra Rua”, grupos neopentecostais de extrema direita, o “bolsonarismo” etc. Tudo isso, além da presença hegemônica da direita neoliberal com seus programas de ajustes de austeridade (no campo político institucional Macron; Rajoy; Angela Merkel; Temer, Macri etc.; no campo privado as grandes corporações como CNN, Organizações Globo, Itaú, Ambev, grandes empresas de petróleo, aparato industrial militar etc.) (DORNELLES, 2017, p. 157).

Geraldo Pisarello (2014, p. 81) aduz que o desafio das elites, classes média e alta, é o de buscar uma forma de transformar, por meio do processo político “seu poder de minoria quantitativa em maioria para direcionar as decisões do Poder Público”. Nesse sentido, Alessandro Soares (2018, p. 272) ressalta que “eliminar ou neutralizar a presença da massa pobre na arena política sempre foi uma obsessão do constitucionalismo aristocrático liberal”.

O cenário brasileiro, como visto, não foi ou é diferente no contexto do avanço das ideias direitistas, especialmente da extrema direita. Percebeu-se que, durante os governos Lula e Dilma Rousseff, as classes média e alta brasileira gestaram um sentimento de inconformismo diante das políticas públicas e sociais adotadas e que resultaram na melhoria das condições dos mais pobres, rememorando mesmo fenômeno percebido após períodos de crises econômicas sistêmicas. Conforme assinalado por João Ricardo Dornelles, houve, precisamente, no Brasil:

[...] aumento da retórica elitista da meritocracia (competência individual) e do mercado como regulador da vida social; o reforço das propostas conservadoras de políticas econômicas de austeridade; a exigência pelos porta-vozes dos interesses do grande capital global neoliberal de “enxugamento” dos recursos financeiros para o conjunto da população (créditos, projetos sociais como “Luz para Todos”, “Minha Casa, Minha Vida”, “Bolsa Família”, “Prouni” etc.), com o redirecionamento dos mesmos recursos para o pagamento do capital especulativo, visando beneficiar o financismo global e as classes rentistas (DORNELLES, 2017, p. 158).

Percebe-se que, em 2013, as manifestações ocorridas em todo o Brasil proporcionaram a eclosão da chamada *nova direita*. Essa não é uma direita convencional, mas uma direita extremista, que remonta e contempla os esquemas tradicionais da política, que inviabiliza qualquer diálogo ou promoção aos direitos humanos, por estar ligada a uma agenda, puramente, de costumes (RIBEIRO, 2015), traça-se paralelo com o ocorrido na Alemanha nazista, onde os costumes e relativização de direitos serviram de base para a manutenção do poder (DE AQUINO, 2010).

Obviamente, no Brasil, assim como em todo o mundo, presencia-se o encorajamento e o fortalecimento dos ideais e valores individualistas, há, sem dúvidas, “um reforço do *ethos* privatista, a exaltação do consumo, da riqueza, do mercado e uma desvalorização absoluta dos laços de solidariedade social, dos bens comuns da humanidade, do espaço social” (DORNELLES, 2017, p. 158).

Diante disso, no cenário político brasileiro, houve a construção de dois grupos, formados pelos ditos *população de bem* ou *cidadão de bem* e pela a esquerda brasileira. Nesse sentido, “em oposição lógica cidadãos de bem, haveria os não-cidadãos de bem; infere-se, então, que o cidadão de bem não só não é esquerdista, como também possui por princípio sua negação política, de modo que ambos os grupos estão dispostos de maneira mutuamente excludentes”, conforme explica Argus Romero Abreu de Moraes (2019, p. 161).

Para que não haja prejuízos, grupos antagônicos, construídos por um discurso político, Alessandro Soares (2018, p. 265) propõem formas de minimizar tal avanço, principalmente, quanto à violação dos direitos humanos dos grupos minoritários, por meio da utilização de instrumentos de democracia direta, tal como “consultas populares, referendos, plebiscitos e as iniciativas populares”, já que estes mecanismos estão formalmente presentes no ordenamento jurídico, e que de forma geral, “sinalizam que a cidadania está habilitada a impulsionar e a tomar decisões diretamente sobre questões políticas de relevância”.

Há uma iniciativa de tentar utilizar os instrumentos de democracia direta como uma aposta institucional, a fim de garantir “a construção de uma democracia de minorias em que a participação cidadã direta se entrelace com a representação política de modo a criar bloqueios a propostas conservadoras de caráter populista [...] violadoras de direitos [...]” (SOARES, 2018, p. 291).

Nota-se que a expansão da extrema direita causa impactos na luta pelos direitos humanos, especialmente, traz à tona uma crise democrática, faz emergir os pilares e efeitos do fascismo. O enfrentamento para esta crise de direitos humanos está associado à importância recolocação da educação em direitos humanos (DORNELLES, 2017).

Conclusão

A compreensão é um passo inicial para possibilitar a ação racional. Vive-se, sem sombra de dúvida, período de revolução social, do tipo que periodicamente se traduz em grande trauma humanitário. As incertezas produzidas pelas crises capitalistas já foram experimentadas em diversos momentos da história, contudo, as lições parecem longe de ser aprendidas.

A grande desvantagem em analisar momento contemporâneo é que faltam o distanciamento e a imparcialidade muitas vezes necessários para possibilitar uma leitura apurada. Na tarefa de dissecar as entranhas da sociedade atual, o passado funciona não só como um lembrete, mas também como um aviso. Os rumos ainda podem ser recalculados, a sociedade não está fadada aos mesmos pecados, a experiência deve servir de norte, a fim de possibilitar as mudanças necessárias. Nesse sentido, nas palavras de Partha Chatterjee:

Cabe a nós, aqueles que ainda são marginais no mundo da modernidade, usar as oportunidades que ainda temos para inventar formas novas para as modernas ordens sociais, econômicas e políticas. Fizemos muitas experiências nos últimos cem anos, mais ou menos. Muitas das formas a que chegamos foram consideradas por outros, assim como por nós, como adaptações imperfeitas do original- não terminadas, distorcidas, talvez até falsificadas. Vale a pena considerar se muitas dessas formas supostamente distorcidas- instituições econômicas, leis, práticas culturais- não poderiam de fato conter a possibilidade de formas inteiramente novas de organização econômica ou governança democrática, nunca imaginadas pelas velhas formas de modernidade ocidental. Para isso, no entanto, temos de ter coragem de virar as costas para a história dos últimos quinhentos anos e nos defrontar com o futuro com uma nova maturidade e confiança (CHATTERJEE, 2004, p. 42).

Portanto, percebe-se que pelo alinhamento de entendimentos, utilizar os instrumentos de democracia direta é uma das maneiras de tentar minimizar o avanço indiscriminado da extrema direita, que está no poder, principalmente, a fim de proteger e coibir qualquer violação de direitos humanos dos grupos minoritários. Como enfatiza Alessandro Soares (2018), “sinalizam que a cidadania está habilitada a impulsionar e a tomar decisões diretamente sobre questões políticas de relevância”.

Evidente, que a extrema direita causa impactos negativos e obstáculos na luta pelos direitos humanos, provoca crises democráticas, fazendo com que os pilares e efeitos do fascismo se tornem presentes no cotidiano. Logo, para que haja um enfrentamento na crise de direitos humanos, há a necessidade de ressignificação da educação em direitos humanos, bem como a utilização dos instrumentos democráticos diretos.

O estudo do passado teria assim o condão de possibilitar a superação da crise por outros caminhos, que não a barbárie. A emergência de uma nova sociedade baseada na solidariedade é também uma opção que reside nas mãos da própria população.

A única torcida que resta é de que dessa vez não seja necessário esperar tanto tempo e nem com consequências tão desastrosas (FUNKE; SCHULARICK; TREBESCH, 2016). Uma notícia animadora é que, dez anos após o término das crises, a população acaba modificando também o padrão das eleições, a extrema direita deixa de ser a escolha óbvia e uma visão humanística volta à pauta.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BENNETT, A.; ELMAN, C. Complex causal relations and case study methods: the example of path dependence. **Political Analysis**, Cambridge, v.14, n.3, p.250-267, 2006.

BERNARDI, B. B. The concept of path dependency: definitions and theoretical controversies. **Perspectivas**, São Paulo, v.41, p.137-167, jan./jun. 2012.

BOBBIO, N. **Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso de ódio?: Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano. **Revista de Direito Público**, Brasília, v.1, p. 117-136, jan./mar. 2007.

CHANG, H-J. **Chutando a escada**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

CHATTERJEE, P. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: EDUFBA, 2004.

COGGIOLA, O. **História do capitalismo**: das origens até a Primeira Guerra Mundial. Curitiba: Brazil Publishing, 2016.

COGGIOLA, O. **Depressão econômica, imperialismo capitalista e guerra mundial (1870-1918)**. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2015.

COGGIOLA, O. **As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939)**: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.

CURVO, R. M. C. **Comparação entre as grandes crises sistêmicas do sistema capitalista (1873, 1929 e 2008)**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2011.

DE AQUINO, R. S. L. **História das sociedades**: das sociedades modernas às sociedades atuais: São Paulo: Novo Milênio, 2010.

DOBB, M. H. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DORNELLES, J. R. Direitos humanos em tempos sombrios: barbárie, autoritarismo e fascismo do século XXI. **RIDH**, Bauru, v. 5, n. 2, p. 153-168, jul./dez. 2017.

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. Tradução Simone Rossi Pugin. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 35, 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451995000100004&script=sci_arttext. Acesso em: 27 ago. 2020.

FUNKE, M.; SCHULARICK, M.; TREBESCH, C. Going to extremes: Politics after financial crises, 1870–2014. **European Economic Review**, Amsterdam, v. 88, p. 227-260, 2016.

GRESPLAN, J. L. da S. **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Hucitec, 1998.

HACKER, J. S. **The Divided Welfare State**: The Battle over Public and Private Social Benefits in the United States, Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HALL, P. A. **Governing the Economy**: The Politics os State Intervention in Britain and France. Oxford: Oxford University Press, 1986.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

HOBBSBAWM, E.; ERIC, J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

KIPLING, R. **Take up the White Man's Burden**. v. 11, p. 2010, 1899.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Ed. Graal, 1979.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOTZ, D. M. The financial and economic crisis of 2008: A systemic crisis of neoliberal capitalism. **Review of Radical Political Economics**, Thousand Oaks, v. 41, n. 3, p. 305-317, 2009.

KRUGMAN, P. R. **A Crise de 2008 e a Economia da Depressão**. Amsterdam: Elsevier Editora, 2008. Título original: The Return of Depression Economics.

LÊNIN, V. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2003.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. New York: Broadway Books, 2018.

MAHONEY, J. Analyzing path dependence: lessons from the social sciences. In: WIMMER, A.; KÖSSLER, R. (ed.). **Understanding change**: models, methodologies, and metaphors. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2006. p.129-139.

MAHONEY, J. Comparative-Historical Methodology. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 30, p.81-101, 2004.

MAHONEY, J. Path dependence in historical sociology. **Theory and Society**, New York, v.29, p.507-548, 2000.

MARTINS, A. C. L. Discurso de ódio em redes sociais e reconhecimento do outro: o caso M. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 15, n. 1, 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MCGOWAN, P. J.; KORDAN, B. Imperialism in world-system perspective: Britain 1870–1914. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 25, n. 1, p. 43-68, 1981.

MORAIS, A. R. A. de. O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v.20, n.1, p. 153-172, 2019.

PIERSON, P. **Politics in time**: history, institutions, and social analysis. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.

PIERSON, P. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. **American Political Science Review**, Cambridge, v.94, n.2, p.251-267, 2000.

PIOVESAN, F. C. Sistema internacional de direitos humanos. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 1., São Paulo, Brasil, 2001. **Anais [...]** São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/a_pdf/piovesan_sip.pdf. Acesso em: 21 abr. 2020.

PISARELLO, G. **Procesos constituyentes**: caminos para la ruptura democrática. Madri: Editorial Trotta, 2014.

RAMOS CARVALHO, A. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

RIBEIRO, R. J. Extrema-direita avança com ódio aos direitos humanos, diz filósofo: depoimento. [Entrevista concedida a Roldão Arruda]. **Estadão [on-line]**. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/extrema-direita-avanca-com-odio-aos-direitos-humanos-diz-filosofo/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

RODRIK, D. Populism and the Economics of Globalization. **Journal of international business policy**, London, v. 1, n. 1-2, p. 12-33, 2018.

RUEDIGER, M. A. (coord.). **Robôs, redes sociais e política no Brasil**: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018. Rio de Janeiro: FGV/DAPP, 2017.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: Do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SHAIKH, A. An introduction to the history of crisis theories. **US Capitalism in Crisis**, [s.l.], p.219-241, 1978.

SOARES, A. A democracia direta e a proteção dos direitos das minorias: considerações sobre a tese da tirania da maioria. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, RS, v. 13, n. 1, p. 265-294, abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/29144>. Acesso em: 01 maio 2020.

SOUZA, M. J. de. Discurso de ódio e dignidade humana: uma análise da repercussão do resultado da eleição presidencial de 2014. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 57, n. 2, p. 922-953, ago. 2018.

TODD, E. **A ilusão econômica**: ensaio sobre a estagnação das sociedades desenvolvidas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

TROTSKY, L. **O imperialismo e a crise da economia mundial**: textos sobre a crise de 1929. São Paulo: Sundermann, 2008.

TROTSKY, L.; LEUCATE, C. **A curva do desenvolvimento capitalista**. Lisboa: Delfos, 1978.

VAZQUEZ, D. A. Modelos de classificação do Welfare State: as tipologias de Titmus e Esping-Andersen. **Revista Pensamento e Realidade**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 42-59, 2007.

WAINBERG, J. A.; MÜLLER, A. A. C. Eleições 2.0: Ódio nas redes durante a campanha presidencial de 2014. **Conexão: Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 16, n. 31, 2017.

WALDRON, J. **The Harm in Hate Speech**. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

WEIKART, R. Was Darwin or Spencer the father of laissez-faire social Darwinism?. **Journal of Economic Behavior & Organization**, Amsterdam, v. 71, n. 1, p. 20-28, 2009.

WILHELM, R. **Psicologia de massas do fascismo**. Porto: Publicações Escorpião, 1971.

WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. *In*: WILLIAMSON, J. **Latin American adjustment**: How much has happened. Washington: Peterson Institute for International Economics, 1990. v. 1. p.90-120.

ZYSMAN, J. **Governments, Markets and Growth**: Financial Systems and Politics of Industrial. Berkeley. University of California Press, 1983.

Recebido em 20 de março de 2020.

Aprovado em 02 de junho de 2020.

TOTALITARISMO EM *THE HANDMAID'S TALE*: ENTRE MANIPULAÇÃO E PROGRAMAÇÃO

Natália Silva Giarola de Resende¹
Conrado Moreira Mendes²

RESUMO: Neste trabalho, com base nos regimes de interação e sentido da teoria sociossemiótica (LANDOWSKI, 2014), temos como objetivo compreender como se constitui o regime totalitário de *Gilead*, nação fictícia da série distópica *The Handmaid's Tale*, com base na análise do primeiro episódio, intitulado *Offred*. A partir da articulação entre os fundamentos teóricos – totalitarismo (ARENDT, 2012; NEUMANN, 1969; TURPIN, 2012) e sociossemiótica – e das reflexões resultadas da análise, verificamos que tanto o regime da manipulação quanto o da programação legitimam a conservação do Estado totalitário.

PALAVRAS-CHAVE: Sociossemiótica. Manipulação. Programação. Totalitarismo. *The Handmaid's Tale*.

TOTALITARISM IN *THE HANDMAID'S TALE*: BETWEEN MANIPULATION AND PROGRAMMING

ABSTRACT: In this paper, based on the regimes of meaning and interaction from socio-semiotics theory (LANDOWSKI, 2014), we aim to understand how the totalitarian regime of *Gilead*, a fictional nation in the dystopian series *The Handmaid's Tale*, is constituted, taking as object of analysis the first episode, entitled *Offred*. From the articulation between

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (Ufmg), Belo Horizonte – MG – Brasil. Doutoranda em Linguística, subárea Análise do Discurso e Semiótica de linha francesa. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7768-8091>. nati.giarola@gmail.com.

² Pontifícia Universidade Católica (Puc Minas), Poços de Caldas – MG – Brasil. Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social; Universidade de São Paulo (Usp), São Paulo – SP – Brasil. Doutor em Semiótica e Linguística Geral. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3721-8578>. conradomendes@yahoo.com.br.

en the theoretical foundations – totalitarianism (ARENDT, 2012; NEUMANN, 1969; TURPIN, 2012) and sociosemiotics – and the reflections resulting from the analysis, we verified that both the manipulation and programming regimes legitimize the conservation of the totalitarian state.

KEYWORDS: Sociosemiotics. Manipulation. Programming. Totalitarianism. *The Handmaid's Tale*.

Considerações iniciais

Considerando o dossiê temático “O fazer enunciativo diante de desafios sociais contemporâneos: como discursos políticos e sociais passaram a ser moldados”, neste artigo, partimos da análise de um episódio da série de ficção *The Handmaid's Tale* para, por interdiscursividade, tocar em um tema extremamente atual e não ficcional: a ascensão da extrema direita no mundo. Donald Trump, nos EUA, Jair Bolsonaro, no Brasil, Viktor Orbán, na Hungria, Recep Tayyip Erdogan, na Turquia, são alguns exemplos da guinada à direita do mundo na atualidade, movimento que, por vezes, também se faz rumo ao totalitarismo, que, neste trabalho, entendemos como ideia de monopólio do poder, por meio do medo e da ideologia (ARENDT, 2012; NEUMANN, 1969; TURPIN, 2012). Manter um regime totalitário a qualquer custo é do que fala *The Handmaid's Tale*.

Baseado no romance homônimo da autora canadense Margaret Atwood, de 1985, traduzido para o português como *O Conto de Aia*, a série, criada por Bruce Miller e produzida e distribuída pela plataforma de *streaming Hulu*, estreou em 2017. No Brasil, foi exibida pela HBO e está disponível na plataforma de *streaming GloboPlay*. *The Handmaid's Tale* tem sua trama ambientada num futuro em que a humanidade sofre com as baixas taxas de natalidade. Em meio a isso, os Estados Unidos sofrem um golpe parlamentar dos chamados “Filhos de Jacob”, uma instituição religiosa e totalitária, que institui um novo Estado, a República de *Gilead*, em que os cidadãos são submetidos a novas regras, como a separação da sociedade em castas. Nesse sistema, as mulheres são tidas como propriedade do Estado, sendo dominadas pelo Governo, figurativizado pelo homem branco e poderoso. Subjugadas às novas normas, as poucas mulheres férteis, para sobreviver, tornam-se “Aias”, cuja função é a servidão sexual com o objetivo de procriar.

Diante desse panorama, consideramos a sociossemiótica de Eric Landowski (2014) e seus regimes e interação para responder à questão: como se constitui o regime totalitário de *Gilead*? Para isso, na primeira parte do trabalho, apresentamos a descrição do primeiro episódio. Em seguida, expomos um breve panorama sobre o totalitarismo, seguido dos pressupostos da sociossemiótica para, por fim, elaborar um percurso analítico que nos leve a responder o problema proposto e, finalmente, apresentar nossas considerações.

1. *Offred*: algumas palavras sobre o primeiro episódio

O primeiro episódio de *The Handmaid's Tale*, intitulado *Offred*, foi dirigido por Reed Morano e exibido no dia 26 de abril de 2017. Como é o primeiro contato do telespectador com a história, o capítulo oscila entre o presente e passado, por meio de *flashbacks*. Em sua cena inicial, a personagem, até então desconhecida, encontra-se em fuga com um homem e uma criança. Devido à quantidade de gelo na pista, o veículo em que estavam se envolve em um acidente. Então, a mulher e a criança correm para a floresta, deixando o homem sozinho, a pedido dele mesmo. Depois disso, há disparos de tiros e homens armados e uniformizados encontram a mulher e a criança, mãe e filha. Após uma luta entre os guardas e a mãe, ambas são capturadas e levadas separadamente. Nesse momento, ouve-se o nome da filha, Hannah (Jordana Blake) (Figura 01).

Figura 1 – June tenta proteger sua filha Hannah de ser capturada pelas autoridades de Gilead.



Fonte: (THE HANDMAID'S..., 2016).

Nas cenas seguintes, identifica-se que a mulher é June Osborne (Elisabeth Moss) e o homem seu marido Luke (O. T. Fagbenle) e ambos tentavam fugir, junto com filha Hannah, da República de *Gilead*³. Capturada, June é levada ao Centro Vermelho, gerenciado pelas Tias, responsáveis pelo treinamento das Aias. No centro, as Aias são ensinadas a como devem servir aos líderes governamentais e as suas esposas estéreis.

Lá, June (*Offred*) reencontra sua melhor amiga, Moira (Samira Wiley), a quem conta que passou a se chamar *Offred*. Moira explica a ela que resistir não valia a pena, já que poderia sofrer violência física e até ser morta. Portanto, segundo Moira, se *Offred/June* desejasse reencontrar sua filha, deveria se submeter às regras para sobreviver. Nas cenas seguintes, vemos *Offred* sendo enviada para a casa do Comandante Fred Waterford (Joseph Fiennes) e de sua esposa Serena Joy Waterford (Yvonne Strahovski).

O Comandante Fred foi um dos homens responsáveis pela instauração do governo e *Offred* foi enviada para sua casa, pois, além de ser fértil, era considerada *pecadora*, já que seu antigo marido, Luke, era casado quando eles começaram a se envolver. Desse modo, servir a um dos homens mais poderosos de *Gilead* é uma forma de redenção. A partir desse ponto, as narrativas de *Offred* voltam-se para a rotina de *Gilead*, tais como o convívio com a Esposa, o Comandante, as compras que fazia no supermercado, sempre acompanhada de outra Aia, *Ofglen* (Alexis Bleidel), além da cerimônia⁴.

De maneira geral, o primeiro episódio nos mostra que a sociedade é patriarcal e regida pelas leis do “Antigo Testamento”, tal como mostra a figura 03.

Figura 2 – Comandante Fred lê uma passagem do antigo testamento



Fonte: (THE HANDMAID'S..., 2016).

³ Neste primeiro episódio, o paradeiro do marido e da filha não são revelados.

⁴ A ser explicada ainda nesta seção.

Nela, o Comandante Fred faz uma referência à passagem bíblica do Livro de “Gênesis”, versículo 30.

Quando Raquel viu que não dava filhos a Jacó, teve inveja de sua irmã. Por isso disse a Jacó: “Dê-me filhos ou morrerêi!” Jacó ficou irritado e disse: “Por acaso estou no lugar de Deus, que a impediu de ter filhos?” Então ela respondeu: “Aqui está Bila, minha serva. Deite-se com ela, para que tenha filhos em meu lugar[a] e por meio dela eu também possa formar família”. Por isso ela deu a Jacó sua serva Bila por mulher. Ele deitou-se com ela, Bila engravidou e deu-lhe um filho. Então Raquel disse: “Deus me fez justiça, ouviu o meu clamor e deu-me um filho” (A BIBLIA, 2018, p. 1110).

Na série, as Aias são como Bila que, na passagem bíblica, tem a função de reprodução. O ato sexual a que as Aias são submetidas recebe o nome de Cerimônia e acontece mensalmente, até que a Aia engravide, tenha a criança e seja deslocada para outra residência, com o mesmo intuito, isto é, ser uma espécie de ponte sexual entre a Esposa e o Comandante. Além disso, no primeiro episódio, fica evidente a divisão de classe entre as mulheres da série.

De acordo com Graton (2018), na sociedade de *Gilead* as mulheres não podem ler, escrever, trabalhar ou serem donas de qualquer tipo de bem ou propriedade. Ademais, há quatro principais classes sociais em que as mulheres podem se enquadrar. A primeira são as Aias, únicas mulheres férteis, por isso são escravizadas e dominadas. Já Marthas são mulheres que possuem o papel de empregadas e governantas nas casas dos comandantes. Já as Tias, representadas pela figura da Tia Lydia (Ann Dowd), são compostas “por mulheres que apoiam e concordam com as ideias de Gilead, e tem como seu principal trabalho instruir e controlar as Aias” (GRATON, 2018, p. 63). As Esposas dos Comandantes, por fim, consideradas como a maior classe entre as mulheres. Elas possuem como função cuidar da casa e da família, sendo responsáveis pelo controle das Aias e das Marthas. Em *The Handmaid’s Tale*, Serena Joy é a Esposa que tem o papel mais relevante, uma vez que é casada com o comandante Fred Waterford.

Além dessas quatro classes principais⁵, Graton (2018) explica que ainda existem as *Jezebels*: prostitutas que trabalham e vivem em bordéis. Há também as *Econoesposas*, “mulheres férteis de classes mais baixas que possuem o direito básico de poder viver com as suas famílias em casas simples pois são religiosas e nunca fizeram nada considerado ‘pecado’ em Gilead” (GRATON, 2018, p.

⁵ Essas três próximas classes não aparecem no primeiro episódio. Trouxemos ao texto apenas a título de conhecimento.

64). A última classe e a mais subjugada é composta pelas *Não-mulheres*, que são mulheres não férteis ou que praticaram algum crime contra o governo. Normalmente, elas vivem nas colônias – campo de concentração de *Gilead* – e são obrigadas a trabalharem com material tóxico.

2. Breves considerações sobre o totalitarismo

Para explicar o totalitarismo, Hannah Arendt, em seu livro *Origens do totalitarismo* (2012), parte de dois fatos históricos do século XX, o nazismo e o stalinismo, além de apontar o antissemitismo – o ódio extremo aos judeus – como um potencializador do nazismo, que teve como resultado a Segunda Guerra Mundial e o extermínio dos judeus em campos de concentração.

Arendt define o totalitarismo como “uma forma inteiramente nova de governo” (ARENDT, 2012, p. 531), a qual se constitui na ausência de outros poderes, uma vez que o governante do Estado é a autoridade máxima, não pode ser questionado e que age de forma a dominar sua população. A autora acrescenta que o “domínio totalitário, visa à abolição da liberdade até mesmo a abolição de toda espontaneidade humana e não a simples restrição, por mais tirânica que seja, da liberdade” (ARENDT, 2012, p. 455).

Para que essa máquina totalitária engrene, é necessário que ela esteja embaçada no binômio terror e ideologia: “o terror torna-se total quando independe de toda oposição; reina supremo quando ninguém mais lhe barra o caminho. Se a legalidade é a essência do governo não tirânico e a ilegalidade é a essência da tirania, então o terror é a essência do governo totalitário” (ARENDT, 2012, p. 517).

Desse modo, para Arendt (2012), a imposição do terror e a solidificação de uma ideologia dominante definem o totalitarismo e garantem sua permanência. Assim, ao implantar um regime totalitário, há uma destruição das tradições políticas, legais e sociais até então vigentes em um país. O futuro se torna incerto, uma vez que a sociedade está sob comando de entidades políticas que “podem a qualquer instante fugir às regras do bom senso e do interesse próprio – forças que pareceriam insanas se fossem medidas pelos padrões dos séculos anteriores” (ARENDT, 2012, p. 7).

Outro autor que aborda o tema do totalitarismo é Franz Neumann. Em seu livro *Estado Democrático e Estado Autoritário* (1969), ele elenca cinco características essenciais de uma ditadura totalitária:

1) transição de um estado de direito para um estado policial; 2) transição do poder difuso nos estados liberais para a sua concentração no regime totalitário; 3) a existência de um partido estatal monopolista; 4) transição dos controles sociais que passam de pluralistas para totalitários; 5) a presença decisiva do terror como ameaça constante contra o indivíduo (NEUMANN, 1969, p. 268).

O que o autor nos diz é que, em sua base, o totalitarismo surge de uma oposição entre um Estado liberal para um Estado radical. Assim, o que evidencia o totalitarismo é “destruição da linha entre o Estado e a sociedade, e a total politização dessa sociedade por meio do partido único” (NEUMANN, 1969, p. 70). Em outros termos, enquanto houver prevalência da sociedade civil, temos um regime liberal. Por outro lado, quando o Estado domina, há o totalitarismo.

Assim, se, por um lado, o Estado liberal se constitui pela lei, pela razão e pela liberdade, além da difusão do poder e de uma estrutura política em que existe pluralidade de partidos, por outro, o Estado totalitário exclui toda a constituição do Estado liberal e instaura um sistema de valores no qual prevalece a violência extrema, simbolizada pelo terror, e a estrutura política é baseada no monopólio político, formada por apenas um partido.

Na linha da Análise do Discurso, a francesa Béatrice Turpin, a partir do estudo de obras do autor Victor Klemperer, como, por exemplo, *A Linguagem do Terceiro Reich*, traça alguns aspectos essenciais da linguagem totalitária:

[...] as observações de Klemperer nos permitem circunscrever algumas características que nos parecem específicas ao totalitarismo e que formam o que chamamos aqui de uma semiótica da linguagem totalitária. São estes os traços: a linguagem totalitária investe em todos os canais e suportes; investe também nas esferas públicas como nas esferas privadas; possui uma homogeneidade assustadora; está irredutivelmente ligada à violência e à morte. É uma linguagem que sente o sangue e a morte, como diria Klemperer; é uma linguagem forçada, a-histórica, inteiramente ideológica; ela afasta o sujeito do seu próprio pensamento; é uma linguagem do tipo místico (TURPIN, 2012, p. 66-67, tradução nossa)⁶.

⁶ No original: “[...] les observations de Klemperer nous permettent de circonscrire des caractéristiques qui nous semblent être spécifiques au totalitarisme et qui forment ce que nous appelons ici une sémiotique du langage totalitaire. Ces traits sont les suivants: le langage totalitaire investit tous les canaux, tous les supports; il investit les sphères tant publiques que privées; ce langage a une ‘homogénéité effroyable’; il est irréductiblement lié à la violence et à la mort. C’est un langage qui ‘sent le sang e la mort’, dira Klemperer; c’est un langage

O que a autora nos evidencia é que a linguagem totalitária está ligada ao regime político vigente e destaca marcas do autoritarismo, da intolerância e do pensamento fascista. Ou seja, esses discursos – autoritário, intolerante e fascista – têm como função legitimar a ideologia totalitária e rejeitar qualquer outro discurso que seja diferente dele, tendo sua base na violência.

3. Regimes de interação e sentido

Depois de termos apresentado o episódio e alguns elementos sobre o totalitarismo, passamos agora à explanação de alguns pressupostos teóricos da sociossemiótica, sobre os quais e ancora a análise do seriado em questão.

A sociossemiótica tem como principal característica o “fato de considerar a interação como o lugar mesmo da aparição do sentido” (LANDOWSKI, 2014, p. 353)⁷. Como um desdobramento da teoria semiótica discursiva de linha francesa, ela versa sobre as interações, no âmbito do nível narrativo. A teoria semiótica, tal como concebeu Greimas, edificou-se a partir de uma gramática narrativa, por meio das operações de junção, que ora podem colocar em posse os sujeitos com os objetos (conjunção) e ora em privação (disjunção). Ao lado da lógica da junção, Eric Landowski propõe a lógica da união, que serve de alicerce para outros dois regimes não previstos na semiótica greimasiana: o ajustamento e o acidente:

Segundo a lógica da junção, a compreensão do mundo passa pelo deciframento de formas que, verbais ou não, são consideradas como equivalentes a outros tantos textos que, supostamente, «quereriam» dizer-nos qualquer coisa. Ao contrário, segundo a lógica da união, nós não olhamos mais, ou não ainda, o mundo como uma rede de significantes a decifrar (LANDOWSKI, 2014, p. 13).

Assim, o que Landowski (2014) propõe é que determinadas situações não se deixam apreender apenas o regime da junção, o qual é baseado pela mediação do de objeto-valor (relação objetual). Para ele, existe uma relação subjetiva, alicerçada na copresença sensível dos actantes.

Posto isso, o viés teórico-metodológico que sustenta o presente trabalho é embasado nos estudos sobre os regimes de sentido e interação desenvolvidos por

forcé, anhistorique, entièrement idéologique; il désinvestit le sujet de sa propre pensée; c'est un langage de type mystique». (TURPIN, 2012, p. 66-67).

⁷ Definição de *sociossemiótica*, em entrevista concedida a Silva (2014) nos *Casa: Cadernos de Semiótica Aplicada*.

Eric Landowski no livro *Interações Arriscadas* (2014), cuja articulação constitui uma sintaxe das interações, sejam as pautadas pelo inteligível, sejam as pautadas pelo sensível.

O primeiro regime, o da programação, visa à interação sem risco, regida pela regularidade. Ele é fundado na previsibilidade que Greimas vislumbrava em ensaios como *A soupe au pistou* (GREIMAS, 2014, p. 167). Este regime é modalizado por um *fazer-ser*, que corresponde a uma ação considerada como operação. O segundo regime é aquele da manipulação, de um *fazer-fazer* compreendido em termos de intersubjetividade e de interioridade. Como explica Landowski:

Enquanto que, do ponto de vista narrativo, a operação se confunde com a execução de uma performance que tem como efeito direto a transformação de algum “estado de coisas”, a manipulação aponta pra transformar o mundo mediante uma conduta estratégica prévia que tem em vista, se não em todos os casos os “estados de alma”, ao menos a competência de outro sujeito, o “querer fazer” que o levará a agir, seja operando por sim mesmo sobre o mundo como tal, seja manipulando por sua vez outro sujeito, seja até mesmo segundo outro procedimento que ainda falta por identificar e por definir. (LANDOWSKI, 2014, p.22).

Fase inicial do esquema narrativo canônico, o regime da manipulação tem por finalidade motivar e persuadir um sujeito a agir de determinada maneira. Ela é baseada no princípio da intencionalidade, sendo dependente do estabelecimento do contrato entre os actantes. O contrato, em semiótica, é estabelecido de forma implícita entre o destinador e um destinatário. Como explica Greimas (2014), para que haja a aceitação do contrato é necessário que o destinador e o destinatário compartilhem do mesmo sistema de valores, visto que a adesão do destinatário é a única maneira de sancionar o contrato, isto é, caso contrário, há uma quebra de contrato e a manipulação não ocorre.

Para o desenvolvimento dos dois últimos regimes de interação, Landowski (2014) não abandona os pressupostos da gramática narrativa clássica, mas se volta para as questões ligadas à estesia e aos acidentes estéticos da cotidianidade⁸ e postula uma nova lógica, a da *união*. Nesta, a interação e o sentido se constroem por meio do contato direto, do contágio e da copresença, seja por meio do acidente ou do ajustamento.

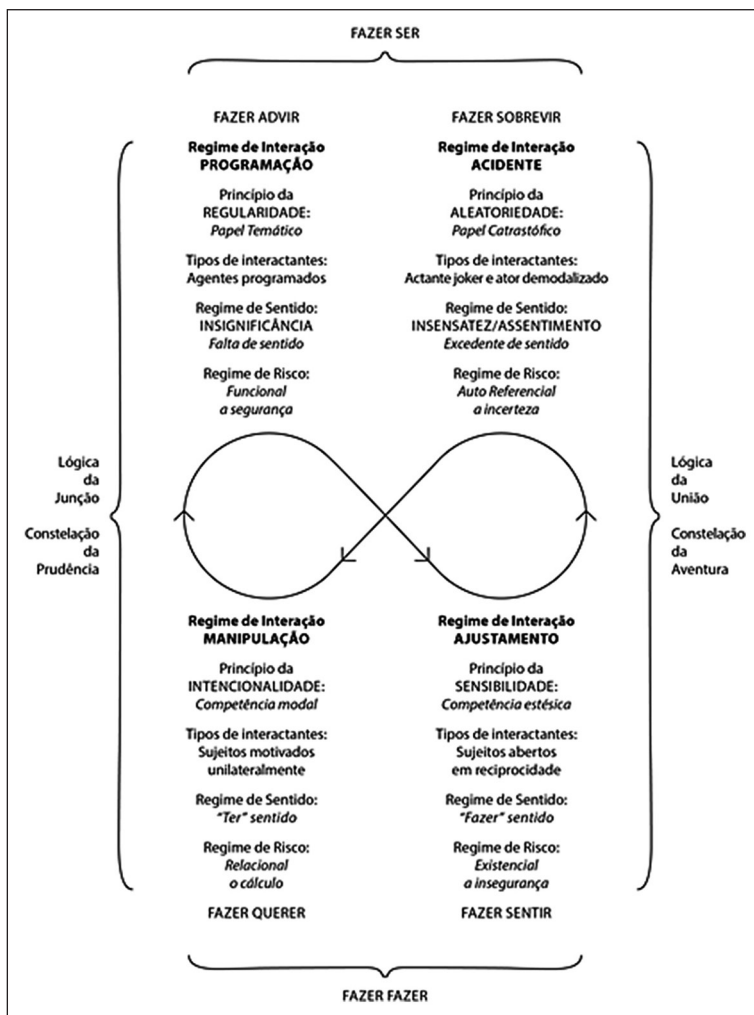
⁸ Elaborados por Greimas em seu livro *Da Imperfeição* (2017)

No ajustamento, há um *fazer-sentir*, que é da ordem do sensível. Nesse regime, os parceiros participam da construção da interação adaptando-se à maneira de agir um do outro. O ajustamento é, portanto, a interação entre iguais, na qual as partes coordenam suas dinâmicas por meio de um fazer compartilhado: “é a capacidade de se sentir reciprocamente. Para a diferenciar da competência dita modal, nós a batizamos de competência estésica” (LANDOWSKI, 2014, p. 50). Há, desse modo, uma ligação entre corpos que sentem e são sentidos, promovendo a sensibilidade.

Por fim, o regime do acidente é governado pela aleatoriedade. Ele se relaciona com a eventualidade, ou seja, uma interação ocorrida pelo acaso e que ele pode ser compreendido sob duas concepções. A primeira é a probabilidade matemática, na qual o acaso é visto como um fenômeno imanente e vazio de sentido, isto é, sua manifestação está interligada ao calculável. A segunda é a probabilidade mítica, em que o acaso depende de uma instância transcendente, em outras palavras ele é mantido pela fatalidade.

Destacando que a programação e a manipulação se pautam pela lógica da junção (constelação da prudência) e o ajustamento e acidente, pela lógica da união (constelação da aventura), exibimos, a seguir, a o mapa metodológico das interações, proposto por Oliveira (2018) com base em Landowski (2014). Nele (Quadro 1) é possível observar a organização dos regimes a partir das lógicas da junção e da união:

Quadro 1 – Regimes de interação e sentido e suas lógicas



Fonte: Oliveira (2018, p. 32).

Landowski (2014) organiza seu sistema na oposição *continuidade vs. des-continuidade*, no qual o risco permeia os quatro regimes, em que quanto maior for a regularidade menor será o risco. Assim, na programação o risco é quase neutro, por outro lado no regime do acidente ele é o principal fator. Já a manipulação e o ajustamento ficam na zona na qual o risco está presente e pode ser um elemento de intenções, como na manipulação, ou aceito e compreendido, como no ajustamento. O autor descreve da seguinte forma a dinâmica do seu modelo:

Substituindo as linhas retas do quadrado semiótico clássico por linhas curvas, e fazendo assim aparecer zonas de trânsito em lugar das oposições fixas, pontuais por definição, do esquema habitual, essa forma de apresentação visa a pôr em evidência os processos antes do que o sistema que os sustenta. A sua leitura deveria, por conseguinte, ser feita à maneira de um percurso, o qual se desenrolará em dois tempos: primeiro, a partir da zona do acidente rumo a da manipulação e, dali, seguindo até o regime da programação, ponto de chegada provisório. Este último regime, que define um mundo em que prevalecem a ordem, a estabilidade e a continuidade, pode, com efeito, ser considerado, segundo outra perspectiva (aquela adotada, como já indicado, em *Da Imperfeição*), como dado “na origem”. Enxergado deste modo, ele constitui um ponto de partida alternativo. Daí um segundo movimento, que conduzirá desta vez da programação ao ajustamento, e finalmente, para fechar o circuito, do ajustamento de novo ao regime do acaso e do acidente (LANDOWSKI, 2014, p. 80).

Segundo Landowski (2014), há dois caminhos possíveis para seguir no quadrado, um que irá do acidente à manipulação e outro do ajustamento ao regime do acaso do acidente. Todavia, os regimes são contínuos e dinâmicos, em função disso, são esquematizados em flechas contínuas indicando que o sistema está em constante movimento, permitindo a transição de um regime ao outro.

4. Regimes de interação no episódio *Offred*

Uma vez apresentado o modelo teórico-metodológico, passamos à análise do primeiro episódio de *The Handmaid's Tale*. Nele, somos introduzidos aos detalhes da vida pós-revolução, narrados pela protagonista June/*Offred*. Para compreender o suposto motivo da implantação da República de *Gilead*, partimos da explicação feita pela Tia Lydia no centro de treinamento das Aias, sobre a existência de República de *Gilead*. Segundo ela, como percebemos os *frames* da figura 03, o mundo está enfrentando uma crise de infertilidade⁹ – “praga da infertilidade” – causada, entre outros motivos pelo efeito estufa e principalmente pelo uso de pílulas contraceptivas, aborto e orgias.

⁹ “Para se ter uma ideia da crise da infertilidade, no decorrer da primeira temporada de *The Handmaid's Tale* somos informados que no México apenas uma criança nasceu ao longo de seis anos” (FEITAL, 2018, p. 4).

Figura 3 – Explicação sobre origem de *Gilead*



Fonte: (THE HANDMAID'S..., 2016).

A criação *Gilead* não é totalmente clara, porque todas as informações são dadas sob o ponto de vista de June/*Offred*. Dessa perspectiva, podemos considerar a implantação da República como um acidente, uma vez que esse regime de interação é caracterizado pela descontinuidade total diante das constantes. Para *Offred*, como é possível notar em *flashbacks*, a sociedade vivia numa ordem, mesmo com a crise de infertilidade.

Apesar da aparente ordem, *Offred* lembra que o golpe dado pelos “Filhos de Jacob” aconteceu tão rapidamente que, de um dia para o outro, as mulheres, os negros, os homossexuais e outros grupos, como os cientistas, começaram a ser caçados e expulsos de seus trabalhos e casas. Tudo isso aconteceu de uma maneira tão célere que a população não conseguia compreender o que estava acontecendo, criando uma desordem no país. O regime do acidente está intimamente ligado à intranquilidade, instabilidade, agitação e ao caos, causando uma perturbação no sujeito que sente. Ele não produz um sentido de imediato, tudo é inesperado, com um sentido excessivo e, temporariamente, indecifrável.

O regime da manipulação rege a inserção das Aias e de *Offred* no novo modelo imposto pelas leis de *Gilead*. Na manipulação, as interações implicam o princípio da intencionalidade que, nesse caso, é manifestado em estratégias de intimidação pelo sujeito manipulador que ora são as Tias, ora os Comandantes e ora as Esposas. Todos esses intimidam dotando o destinatário “Aias” de um *dever-fazer*, ou seja, submeter-se às regras do Estado. Em caso de não cumprimento desse contrato, elas poderiam ser enviadas para as Colônias para trabalho escravo ou, ainda, ser castigadas ou mortas. Nesse caso, observa-se que a manipulação

se dá por intimidação, ou seja, por meio do oferecimento de um objeto-valor negativo, como verificamos no *frame* abaixo, em que a Aia Janine (Madeline Brewer), é punida:

Figura 4 – Punição da Aia Janine



Fonte: (THE HANDMAID'S..., 2016).

Na cena, que se passa no Centro Vermelho, centro de treinamento, Tia Lydia está explicando como funciona *Gilead* e quais são as atribuições de uma Aia. Na continuação do episódio, Janine, que se negou a obedecer, teve como punição o olho retirado:

Figura 5 – Resultado da punição de Janine

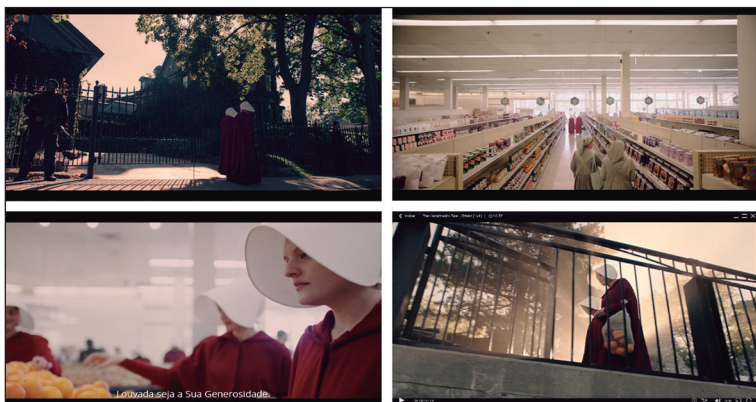


Fonte: (THE HANDMAID'S..., 2016).

Um outro tipo de manipulação, a por sedução, ocorre de maneira sutil, mas é possível notá-la quando as Tias e as Esposas fazem uma imagem positiva das Aias, mostrando-lhes que é um privilégio serem férteis e estarem ajudando a humanidade a prosseguir. Por isso, elas devem se submeter a todas as leis. Ao serem regidos pelas estratégias de manipulação, as Aias se adaptam ao regime de

interação do sujeito-manipulador, entrando na programação, regime que rege todo o primeiro episódio da série.

Figura 6 – Rotina de Offred



Fonte: (THE HANDMAID'S..., 2016).

No início do episódio – figura 06 –, somos introduzidos aos detalhes rotineiros do dia a dia de *Offred*. Ela sai para fazer compras, anda acompanhada de outra Aia, *Ofglen*, retorna para casa e faz tudo novamente no dia seguinte. Outro momento em que fica explícita a programação é durante a Cerimônia, um evento mensal em que o Comandante de cada família tenta engravidar a Aia.

Figura 7 – Ato da cerimônia

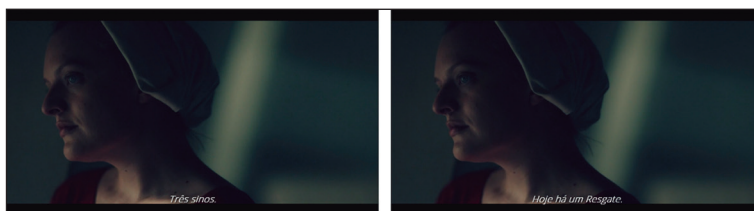


Fonte: (THE HANDMAID'S..., 2016).

A Cerimônia é marcada por normas que devem ser cumpridas rigorosamente. O evento ocorre durante o período fértil da Aia e começa com a leitura do Comandante de trechos da Bíblia relacionados à passagem de Jacó, no livro de “Gênesis”. Assim, pelas regras, as Aias devem ter relações sexuais com o Comandante da casa onde moram, deitadas entre as pernas de esposa, que assistem a tudo. De acordo com as leis de *Gilead*, se as Aias não conseguirem engravidar, seguirão para outras residências até conseguirem gerar um filho.

No fim do episódio, é possível destacar mais um rito. Ao soarem três sinos, as Aias devem ir para o *The Salvaging* (*O resgate*).

Figura 8 – Badaladas para iniciar o resgate

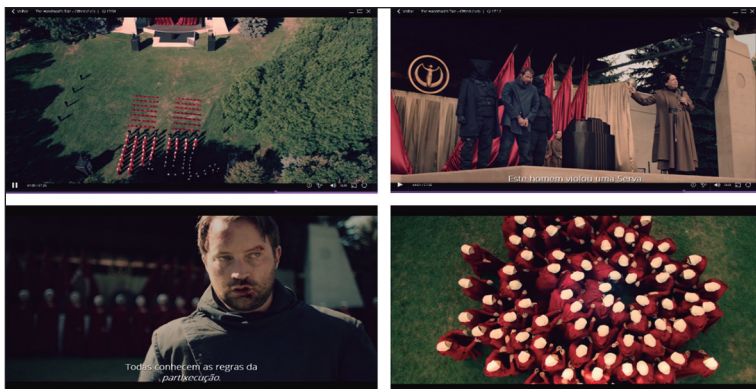


Fonte: (THE HANDMAID'S..., 2016).

O resgate é uma cerimônia da qual as Aias são responsáveis por matar sujeitos condenados por algum crime. Elas são postas lado a lado em um campo, ouvem a sentença e atacam o criminoso. Caso se neguem a executá-lo, também são condenadas. A intenção das Tias é tornar as Aias cúmplices na violência do regime. No episódio em análise, o crime cometido foi violação a uma serva grávida, que veio a perder o bebê. A pena para tal crime é a morte por meio da *partixecução*¹⁰, em que as Aias o atacam com chutes e pedras, até a morte.

¹⁰ Termo sem tradução para o português, mas indica morte por chutes e pedradas.

Figura 9 – Rito de resgate



Fonte: (THE HANDMAID'S..., 2016).

Em todos esses exemplos percebemos o princípio da regularidade, que rege a programação. Segundo Landowski (2014), esse regime liga-se ao *fazer-ser*, uma operação na qual o indivíduo ou objeto com o qual interage possui um comportamento programado, ao qual não se poderia escapar. Por isso, o risco é praticamente nulo.

Existe, portanto, uma expectativa razoavelmente segura sobre as possíveis reações e previsibilidades do que possa acontecer. A interação tem um risco mínimo, se vista pelo viés do sujeito operador que, por meio das regularidades e naturalizações dos comportamentos adotados, predetermina as funções básicas de cada ser, ou seja, seus papéis temáticos (LANDOWSKI, 2014).

De acordo com Landowski (2014), a programação ao atingir a natureza social, proporciona um condicionamento sociocultural, no qual haverá regularidades em que o “princípio deriva de uma coerção social, ou mesmo se confunde com ela” (LANDOWSKI, 2014, p. 24). Em vista disso, durante todo o episódio, ficam claros os papéis temáticos das mulheres, que, em última instância, implicam uma regularidade de comportamento. As Aias, por exemplo, são apenas reprodutoras, tendo o papel de procriar a maior quantidade possível de vezes em suas vidas, já as Marthas, cuidam da casa e as Esposas, dos filhos e dos Comandantes.

Considerações Finais

Ao analisarmos o episódio *Offred*, à luz da sociossemiótica (LANDOWSKI, 2014), foi possível traçar o caminho dos regimes de interação presentes nesse

primeiro capítulo da série *The Handmaid's Tale*, que parte do acidente, passa para a manipulação e, por fim, chega à programação. Por meio deles, constatamos que para analisar o regime totalitário de *Gilead* não podemos desvincular manipulação e programação, uma vez que há passagens graduais pelos dois regimes durante todo o episódio.

Ao partirmos da narrativa feita pela perspectiva June/*Offred*, notamos que a República de *Gilead* foi instaurada a partir da irrupção de um acidente. Devido à baixa natalidade, os Estados Unidos sofreram um golpe parlamentar e a população, principalmente as minorias, foi expulsa de seus trabalhos e teve seus direitos perdidos bruscamente, sobretudo as mulheres. Há, com a implementação do novo regime totalitário, agitação e instabilidade, a partir da descontinuidade que se instaurou: é o acidente em seu papel bruto, do risco puro e da perda de sentido.

No decorrer do trabalho, pudemos perceber que existe uma unificação em dois conceitos sobre o regime totalitário. O primeiro é que ele ocorre por meio de um poder uno do Estado, que é exercido por meio da ideologia e do medo. A ideologia presente na série é de cunho cristão – os “Filhos de Jacob” – e figurativizada na imagem de homens brancos e com alto poder social e econômico. Já o segundo é o medo, que é a força motriz que sustenta todo o percurso manipulatório e programático que rege a vida das mulheres em *Gilead*. O medo da morte e o das punições físicas, por exemplo, fazem com que as Aias aceitem o contrato de serem escravas sexuais, com a finalidade de reprodução e, ao mesmo tempo, possam se enquadrar nas regularidades propostas pela sociedade.

Esses dois regimes – manipulação e programação – devem estar articulados, uma vez que para que as Aias estejam motivadas a realizar as ações programadas em *Gilead*, de modo a se adaptarem as novas diretrizes, elas devem ter uma intencionalidade, que, no caso, é sobreviver. Mas a partir da aceitação desse contrato, passa-se àquilo que Landowski (2014) chama de *programações motivadas* ou *motivações programadas*, ou seja, um misto entre programação e manipulação.

Em *Gilead* existe um plano coletivo, com práticas ritualizadas, tais como a cerimônia, a *partixecução* e o próprio dia a dia das Aias, que permite desenvolver um comportamento socialmente programado. Teríamos, desse modo, o que Landowski (2014) chama de sociedade tecnocrática, em que existe um modo de organização social e político baseados no regime da programação. O autor cita que o tipo tecnocrático é característico de sociedades totalitárias, como é o caso de *Gilead*. O seu uso permite a manutenção do poder totalitário, pois se aproxima de um regime da perfeição, com um baixo risco de acidentes ou desvios.

Evidenciam-se, também, no primeiro episódio, as funções programadas por meio dos papéis temáticos. As Aias têm a função de ter filhos, se não, são *descartáveis*. As Martas apenas cuidam dos afazeres da casa. As Tias administram o Centro Vermelho, responsável pela doutrinação das Aias. Por fim, as Esposas têm o papel de serem cristãs, mães e cuidarem da família. Assim, a identidade das mulheres se reduz a seu papel temático-funcional, do qual não conseguem se desvincular. Tal situação causa um apagamento da identidade, a partir do qual as mulheres perdem nomes e passado e, assim, apenas cumprem um papel predeterminado na sociedade.

Posto isso, podemos concluir que são as interações baseadas na manipulação articuladas com as interações baseadas na programação que, na sociedade distópica da série, constituem o regime totalitário. Logo, tais regimes não podem ser trabalhados isoladamente, pois as Aias, enquanto sujeitos programados, agem por uma motivação ou uma intencionalidade. Elas são, como diria Landowski (2014), indivíduos *semi-programados-semi-motivados*, já que possuem uma reflexão interna sobre a sociedade totalitária em que vivem, mas se esquecem (ou fingem se esquecer) que estão agindo sobre uma rígida programação.

Dessa maneira, destacamos a importância da articulação entre a manipulação e a programação. É por meio desses dois regimes de interação que a sociedade de *Gilead* se mantém, principalmente, ao garantir a conservação de algumas características totalitárias tais como a centralidade partidária e política nas mãos de apenas um grupo, o fim dos direitos sociais e a constante presença do terror, do medo, da ameaça contra o *outro*. Logo, toda essa ordem é cumprida porque há uma manipulação que pressupõe a programação, mas, ao mesmo tempo, imbrica-se a ela.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. Gênesis. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2018.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

FEITAL, Y. *et al.* The Handmaid's Tale: A representação da mulher na série e a proximidade com a realidade brasileira. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO; CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 23., 2018, Belo

Horizonte. **Anais** [...], Belo Horizonte: INTERCOM, 2018. p. 01-15. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-0598-1.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

GRATON, L. A. **Abençoado seja o fruto**: a representação da maternidade na série *The Handmaid's Tale*. 119 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Departamento de Comunicação Social, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido II**: Ensaios semióticos. São Paulo: Nankin; Edusp, 2014.

LANDOWSKI, E. **Interações arriscadas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

NEUMANN, F. **Estado Democrático e Estado Autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

OLIVEIRA, A. C. de. A estética intersemiótica de Alexandre Orion. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 21, p. 315-339, 2018.

SILVA, L. H. O. da. Por uma semiótica do vivido: entrevista com o sociosemiótico Eric Landowski. **Casa: Cadernos de Semiótica Aplicada**, Araraquara, v. 12, n. 1, p.345-361, 22 jul. 2014.

THE HANDMAID'S Tale. Direção: Bruce Miller. Los Angeles: Hulu, 2016. Primeiro episódio (58 min).

TURPIN, B. Sémiotique du langage totalitaire. In: AUBRY, L.; TURPIN, B. (dir.). Victor Klemperer: **Repenser le langage totalitaire**. Paris: CNRS Editions, 2012. p. 59-75.

Recebido em 05 de março de 2020.

Aprovado em 02 de junho de 2020.

REPRESENTAÇÕES DO IMIGRANTE BOLIVIANO: QUESTÕES ENUNCIATIVAS

Alexandre Marcelo Bueno¹

RESUMO: Os meios de comunicação são um espaço privilegiado para compreendermos como se constrói uma alteridade qualquer. Neste estudo, abordamos os modos como a imagem do imigrante boliviano pode ser construída a partir de diferentes posições enunciativas. Mais próximo ou mais distante, **é corrente o discurso sobre o imigrante na mídia digital**. No entanto, há também espaço para que o discurso do imigrante surja e, com ele, produzam-se outros efeitos de sentido que não somente passam pelo controle explícito das escolhas do enunciador. Para mostrar essas posições enunciativas, recorreremos à Semiótica de linha francesa, elaborada por Algirdas Julien Greimas e seus colaboradores. Esperamos, assim, contribuir para as discussões acerca das representações, mas também das representatividades que grupos sociais *minorizados* devem buscar para não ficar à mercê da construção de suas imagens pelo grupo dominante.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração boliviana. Representação midiática. Enunciação. Interação.

THE REPRESENTATIONS OF THE BOLIVIAN IMMIGRANT: ENUNCIATIVE ISSUES

ABSTRACT: *The media is a privileged space for us to understand how to construct any otherness. In this study, we address the ways in which the image of the Bolivian immigrant can be constructed from different enunciative positions. Closer or more distant, the discourse*

¹ Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP – Brasil. Doutor em Semiótica e Linguística Geral. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo – SP – Brasil. Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Letras. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0798-3615>. alexandrebueno@gmail.com.

about the immigrant in digital media is current. However, there is also space for the emergence of the immigrant's discourse and, thus, for other effects of meaning to appear, not only the ones that are supposed to be kept under the explicit control of the enunciator, according to his choices. To show these enunciative positions, we use the French Semiotics, elaborated by Algirdas Julien Greimas and his collaborators. We hope to contribute to the discussions about the representations, but also about the representativity that minority social groups must build together in order not to be stuck under the construction of their images made and controlled by the dominant group.

KEYWORDS: *Bolivian immigration. Media representation. Enunciation. Interaction.*

Introdução

O papel dos imigrantes para o desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural da cidade de São Paulo é um dos temas que sustentam o imaginário em torno da metrópole paulistana. Esses discursos, frequentemente, valorizam o trabalho que imigrantes de origem europeia desempenharam nos séculos XIX e XX, com uma discreta participação dos imigrantes japoneses, principalmente a partir da segunda metade do século passado. Uma das características gerais encontradas nessas histórias se refere ao sucesso dos imigrantes e a sua capacidade de superação das dificuldades encontradas no país, em um claro exemplo do chamado discurso *meritocrático*. No entanto, com os imigrantes e refugiados contemporâneos, vindos de países menos prestigiados, como China, Bolívia, Nigéria, Camarões, Haiti, a mesma euforia não é, decerto, encontrada, ao menos não com a mesma frequência nos meios de comunicação de massa.

Mesmo com essa oscilação de humores, a presença maciça dos novos imigrantes é evidente nas ruas paulistanas. Igualmente visível é o esforço que as comunidades estrangeiras realizam para mostrar algumas facetas de sua cultura e de sua importância para a cidade. Em especial, os bolivianos, atualmente o maior grupo estrangeiro em São Paulo, promovem festas e eventos tanto para acolher conterrâneos em momentos de lazer, quanto para divulgar as tradições culturais e gastronômicas para brasileiros interessados em conhecer um pouco mais sobre a cultura andina.

Nos meios de comunicação, a presença desses imigrantes também é recorrente, principalmente com a evidência que a pauta dos refugiados (que às vezes se confunde com os imigrantes) ganhou nos últimos anos no Brasil, nos EUA e na Europa de um modo geral. A gama de temas que esses discursos mobilizam

é bastante ampla: ela passa pelas questões econômicas (trabalho, desemprego, capacitação profissional), jurídicas (regularização de visto, naturalização, “ilegalidades”), culturais (práticas religiosas, hábitos gastronômicos, músicas e danças) e sociais (formas de acolhimentos, interações, rivalidades entre grupos, saúde e educação). Contudo, os discursos nos meios de comunicação que tratam da presença dos imigrantes não revelam apenas uma preocupação em descrever a situação dos estrangeiros. Como se sabe, discursos servem para manifestar opiniões, pontos de vista e valores do sujeito responsável pela produção de seus enunciados. No caso da imigração não é diferente. Por isso, há discursos que, implícita ou explicitamente, revelam as preferências e os incômodos que a presença de uma dada alteridade lhe suscita em uma determinada situação (por exemplo, quando se menciona a valorização dos estudos por parte dos asiáticos, ou quando se fala sobre o uso do sistema de saúde por trabalhadores “ilegais” que não pagam impostos etc.). Landowski resume bem essa oscilação passional entre a identidade que percebe a alteridade e a julga por algum traço que a seduz ou lhe causa alguma repulsa:

Na verdade, todas as “estrangeirices” do estrangeiro, quer as achemos (conforme o contexto) pitorescas, encantadoras ou execráveis, são aqui objeto de um único e mesmo modo de observação e de avaliação. A atenção se foca pontualmente num pequeno número de manifestações de superfície que nos apressamos seja a supervalorizar, seja a depreciar por si mesmas, sem nos preocuparmos com o lugar que elas ocupam nem, por conseguinte, com o significado que assumem no interior dos sistemas de valores, crenças e ação dos quais fazem parte (LANDOWSKI, 2002, p. 7).

Nesse sentido, os meios de comunicação se mostram um espaço privilegiado para entendermos como parte da sociedade brasileira discursiviza sua interação com a alteridade representada pelos imigrantes e refugiados. Em outras palavras, é nesse espaço que podemos refletir sobre diferentes maneiras de os sujeitos expressarem seus julgamentos e juízos de valor em relação à presença de estrangeiros, produzindo efeitos de sentido diversos (de aproximação ou afastamento, de subjetividade ou de objetividade). É também nesse processo de discursivização que enunciadores elaboram uma certa representação da alteridade, repetindo determinados usos, mas igualmente se abrindo para novos modos de manifestar o outro ou até de fazê-lo se expressar.

O propósito deste texto é o de examinar como diversos meios de comunicação constroem a figura do imigrante trabalhador boliviano no Brasil. Optamos

por algumas reportagens na chamada mídia digital, em especial os textos da *Folha de S. Paulo*, escolhida como um exemplo significativo e paradigmático de como os meios de comunicação, em geral, costumam representar os imigrantes e o processo migratório contemporâneos. Assim, esperamos apresentar um princípio de organização desse universo discursivo para compreender como a identidade local (os narradores dos jornais) figurativiza a alteridade (os trabalhadores imigrantes bolivianos).

Antes de examinar os enunciados selecionados, desenvolveremos sumariamente algumas considerações teóricas para sustentar nossas análises a partir, principalmente, das possíveis posições enunciativas que esses mesmos enunciados nos permitem depreender.

1. Enunciação e ponto de vista

Para tratarmos das diferentes posições enunciativas que se instauram no enunciado, precisamos descrever o campo teórico no qual este trabalho circula e encontra abrigo. Nossa escolha teórica está ligada ao modo como a Semiótica de linha francesa trabalha os diferentes regimes de presença do enunciador e como ele lida com os atores no enunciado que produz.

Tradicionalmente, a Semiótica trabalha com três níveis operatórios na relação entre enunciação e enunciado. Assim, segundo Barros, o enunciador (instância pressuposta ao enunciado) delega a voz ao narrador, segunda instância, que se torna um simulacro da enunciação no enunciado. Esse narrador pode, por sua vez, delegar a voz a um interlocutor que, então, assumirá a instância do enunciado ao proferir um “eu” (BARROS, 2002).

A enunciação é, ainda, a instância responsável pela instauração das categorias de pessoa, tempo e espaço no discurso. Essas categorias são produzidas por meio de duas operações básicas: a *debreagem* (actancial, temporal e espacial) enunciativa, na qual as categorias da enunciação (eu, agora e aqui) são projetadas no enunciado; e a *debreagem* (actancial, temporal e espacial) enunciva, em que são projetadas as categorias do enunciado: ele, então e lá². É dessa maneira que sucintamente explica Fiorin:

Podemos distinguir, pois, no texto a enunciação enunciada e o enunciado enunciado. Aquela é o conjunto de elementos linguísticos que indica as

² Além disso, há também a operação da *embreagem* (enunciativa e enunciva) que não será aqui tratada, mas cujo fenômeno pode aparecer nos discursos a serem analisados. Para um maior conhecimento sobre as operações da enunciação, remetemos à já clássica obra de Fiorin (1996).

pessoas, os espaços e tempos da enunciação, bem como todas as avaliações, julgamentos, pontos de vista que são de responsabilidade do eu, revelados por adjetivos, substantivos, verbos etc. O enunciado enunciado é o produto da enunciação despido das marcas enunciativas (FIORIN, 2008, p. 138).

Em uma definição muito bem colocada por Landowski, observamos como a relação entre enunciação e enunciado se define pela implicação mútua: “(...) a ‘enunciação’ não será, pois, nada mais, porém nada menos tampouco, que o ato pelo qual o sujeito faz o sentido ser; correlativamente, o ‘enunciado’ realizado e manifestado aparecerá, na mesma perspectiva, como o objeto cujo sentido faz o sujeito ser” (LANDOWSKI, 1992, p. 167).

Por isso, podemos examinar as posições enunciativas por meio dos enunciados proferidos. Segundo Bertrand (2003, p. 112) “(...) esses meios controlam os modos de acesso à significação para o leitor. As seleções operadas orientam a apreensão do sentido e dos valores”. O modo de presença do enunciador pode variar conforme o tipo textual que ele produz, segundo proposta de Bertrand (2003). Diferentes conceitos dão conta de explicar a presença do enunciador ou o seu apagamento, maneiras de conduzir uma narrativa, descrever certas características de um objeto, argumentar e revelar um posicionamento sobre determinado assunto. Assim, na narrativa, a focalização (zero, interna ou externa) determina o modo como a narração é contada. Ainda no mesmo tipo de texto, a perspectiva determina o destaque dado a uma personagem e a seu percurso em detrimento de outros a partir das escolhas do narrador. Já o texto descritivo se fundamenta na relação entre observador e objeto, pois aquele elabora estratégias de apreensão deste, que também demandará posicionamentos do próprio observador. Já o texto argumentativo tem como característica efeitos de sentido de objetividade ou subjetividade e operações que determinam o percurso argumentativo do discurso (da tese à sua refutação, a proposição de uma nova ideia, partir do mais geral para chegar ao específico ou vice-versa) (BERTRAND, 2003)³.

Uma outra consequência das posições enunciativas é que elas podem nos indicar o lugar ideológico a partir do qual o enunciador, por meio do narrador ou do observador, veicula seus valores em relação ao outro, objeto de seu enunciado. Como Fiorin (1997) aponta, é por meio da organização figurativa que

³ Entendemos que a proposta do semioticista francês pode se revelar rígida quando confrontamos nosso objeto de análise. Por essa razão, recorreremos a esses conceitos na medida em que eles forem aparecendo, sem nos preocuparmos com a análise baseada em um tipo textual como ponto de partida.

temos acesso ao posicionamento ideológico do discurso e, conseqüentemente, do narrador e do enunciador.

Por essa razão, o narrador vai tecer comentários sobre o objeto que é tema de seu enunciado. O imigrante ora será somente um objeto do narrador, enquanto um ator do enunciado (interlocutor), sem qualquer efeito de autonomia; ora passará a ser um sujeito com autonomia parcial por meio da assunção do discurso, mas, ainda assim, no *fio* discursivo controlado pelo narrador. A partir de outras escolhas, os meios de comunicação podem estabelecer efeitos de autonomia ao imigrante por meio de estratégias que suspendem as marcas de controle desse enunciado na totalidade maior da enunciação. O narrador pode, também, aproximar-se ou se afastar, julgar, descrever, observar, sentir algo bom ou ruim, como o simulacro da experiência que se torna discurso de seu ser. No entanto, mesmo quando o narrador dá a voz para o imigrante, ele se apagado do enunciado, mas continua presente na enunciação, controlando outras questões enunciativas, como pretendemos demonstrar.

A seguir, veremos como funcionam essas relações entre enunciação e enunciado, tendo por base a construção da imagem do imigrante boliviano.

2. Pontos de vista sobre os imigrantes

Para tratar da representação do imigrante boliviano nos meios de comunicação, podemos pensar que as narrativas sobre o imigrante boliviano são organizadas por um narrador, que é o responsável por selecionar os principais *fatos*, dar voz às demais personagens (bolivianos ou não) e estabelecer uma ordem cronológica e uma hierarquização de valores a respeito do assunto. Dentre os principais temas que estruturam o universo de sentidos da imigração boliviana, identificamos ao menos dois: o do trabalhador e o da ilegalidade. A partir desses temas, observamos diferentes modos de os figurativizar e de estabelecer a relação entre o narrador e o narrado.

Do distante ao próximo, algumas posições enunciativas podem ser apreendidas entre narradores que reportam a presença do imigrante boliviano nos meios de comunicação. O primeiro é um *observador-espectador* que, por meio de estratégias discursivas, procura se aproximar de uma ideia baseada no senso comum a respeito da imparcialidade e da objetividade dos discursos dos meios de comunicação. O observador, neste caso, é o responsável pelos efeitos de sentido de neutralidade e de afastamento. Essa instância elabora seu discurso como se fosse uma mera descrição do que foi visto, com uma focalização externa, sem se envolver com a situação do imigrante boliviano e sem aparentemente realizar

uma sanção. De um modo geral, esse observador apenas procura relatar a situação de irregularidade dos imigrantes bolivianos e a precariedade de suas condições no Brasil, uma vez que ele pode ser considerado um *observador assistente* (BERTRAND, 2003), como podemos notar nos seguintes trechos:

Em setembro, blitz realizada por procuradoras do Trabalho encontrou bolivianos em situação irregular e submetidos a jornadas diárias de até 16 horas, em ambientes sem higiene e que ofereciam risco à segurança em oficinas de costura do Pari (centro) e da Barra Funda (zona oeste) (TRABALHO..., 2007).

Após investigar redes de varejo e confecções que contratam bolivianos em situação irregular e em condições degradantes de trabalho, o MPT (Ministério Público do Trabalho) de São Paulo vai fiscalizar lojas e fabricantes do Bom Retiro (TRABALHO..., 2007).

Neles [nos Termos de Ajustamento de Conduta], os empregadores se comprometeram a não contratar mais estrangeiros em situação irregular e a não submetê-los a condições degradantes de trabalho, como jornadas excessivas em locais que oferecem risco à saúde e à segurança (ROLLI; FERNANDES, 2007a).

Em São Paulo, as ocorrências de trabalho degradante envolvem principalmente dois setores: têxtil e construção civil. Por dia, de 30 a 40 bolivianos chegam ao centro da cidade para trabalhar em confecções, segundo entidades envolvidas no combate (ROLLI, 2012).

Ao menos dez redes de varejo que já usaram mão de obra de bolivianos, irregulares no país e que trabalham em condições degradantes, de forma indireta (com sistema de terceirização da cadeia produtiva de costura), receberam autos de infração ou estão sendo investigadas (ROLLI, 2012).

No nível discursivo, o imigrante boliviano, enquanto um ator do enunciado, comporta o papel temático do trabalhador imigrante, o que revela um cruzamento de dois papéis temáticos: o que determina sua origem nacional (ser boliviano) e o que se refere ao seu fazer (trabalhador). Sendo um sujeito do fazer, sua ação está circunscrita a uma programação (LANDOWSKI, 2014), sempre voltada ao trabalho rotineiro e sua narrativa pouco pode variar em torno desse tema. Nos trechos anteriores, o imigrante boliviano é representado como um trabalhador explorado, sem as mínimas condições de trabalho digno e de uma

vida decente. A questão que desejamos nos ater, neste exemplo, é o modo como a reportagem articula essa representação no discurso que circula por meio de um veículo de comunicação.

Os trechos acima mostram uma ancoragem temporal (setembro) e espacial (São Paulo, Pari, centro da cidade) que o observador organiza. De todo modo, a debreagem enunciativa serve apenas para descrever, como já foi dito, a situação irregular do imigrante boliviano no Brasil e sua situação degradante no ambiente de trabalho. Não há qualquer comentário mais subjetivo sobre o procedimento das empresas de confecção, tampouco qualquer avaliação sobre a vida que os imigrantes possuem no país. Ao contrário, há o uso de expressões cristalizadas no imaginário relacionado à imigração, como “situação irregular”, “ambientes sem higiene”, “condições degradantes de trabalho”, “trabalho degradante”, entre outras, que objetificam a situação do imigrante boliviano sem diminuir a distância entre o observador e os sujeitos que ele descreve.

Descrever talvez seja, justamente, o verbo que melhor caracteriza o observador: a descrição presente nos fragmentos acima revela como a sua distância pode se converter em uma indiferença em relação às condições de vida do boliviano em São Paulo. O uso das expressões cristalizadas mostra, assim, a falta de uma participação mais próxima em relação ao que é descrito, até porque se indica que muito do que foi descrito é fruto de informação de outrem (“segundo entidades envolvidas no combate”).

O observador mantém uma distância tão grande em relação ao boliviano que ele parece estar segregado (LANDOWSKI, 2002) da própria cena que descreve sem demonstrar muito interesse. O observador reforça, assim, uma espécie de efeito de profissionalismo na postura do sujeito da enunciação. O importante é a notícia pela notícia. Por isso, há trechos que mostram os trabalhadores imigrantes bolivianos submetidos a uma situação análoga ao trabalho escravo, em sua concepção moderna, mas sem qualquer sinal de indignação ou de revolta por parte dessa voz.

Em suma, o observador encara o imigrante boliviano como um objeto que, enquanto for útil, pode ser preservado. Em outras palavras, o observador continuará apenas a descrever o que ele vê (as condições de trabalho e de subsistência do imigrante boliviano), com um mínimo de constatação (sempre com os mesmos qualificativos: “irregular” e “degradante”) que sua distância permite dizer, sem se envolver, mesmo superficialmente, com a situação.

Ainda em relação a esse tipo de observador, encontramos reportagens que tratam de outro conjunto discursivo caracterizado pelo efeito de sentido de objetividade: o universo jurídico. Nesse caso, pouco se fala ou se quer saber

sobre as condições de vida e de trabalho do imigrante. Interessa apenas falar se os imigrantes estão ou não em situação juridicamente legal no país e, por vezes, se alguma empresa está cometendo algum ato irregular do ponto de vista das leis. Atrelado à isotopia temática do discurso, esse observador entende que o imigrante boliviano é apenas um *fora-da-lei* ou um *dentro-da-lei*. Nada mais do que isso:

‘A lei (do SUS) é para quem cumpre a lei, e essas pessoas entraram de forma irregular’, diz Cunha. ‘Não poderiam estar aqui, mas uma vez que estão, precisam ser incorporadas ao sistema de saúde. Estamos estudando um jeito de fazer isso’.

Se forem pegos, arcarão com uma multa de R\$ 838, mais a ajuda de advogados que a Pastoral costuma oferecer, e terão três dias para deixar o país ‘A maioria desaparece na cidade e continua aqui’, diz Ruth Kadluba.

Pela lei, só pode permanecer no país quem tem um visto, quem tem um filho brasileiro ou se casa com brasileiro. Para não correr riscos, a gravidez não conta com pré-natal, diz a advogada. E quando o pedido de permanência é encaminhado à Polícia Federal, a família recebe uma ‘visita social’ dos policiais. ‘Todos os ilegais que moram ali acabam tendo que se mudar com medo da tal visita’ (BIANCARELLI, 2003).

A dimensão jurídica, nesse caso, é fundamental porque ela determina se a presença do imigrante boliviano deve ser aceita e preservada ou se é preciso excluir o imigrante (LANDOWSKI, 2002). Nesse sentido, começa-se a construção de uma determinada imagem do imigrante (e do imigrante boliviano em particular): se não estiver adequado ao universo legal, sua presença parece se constituir como um problema para o Brasil e, em particular, para a cidade de São Paulo. Esse ponto de vista não trata do *problema do imigrante boliviano*, mas do *imigrante boliviano como problema* para o país e para a cidade. Se surge uma resolução do problema (como desbaratar oficinas de costura clandestinas ou autuar empresas que exploram o trabalhador imigrante), o benefício gerado ao imigrante boliviano é apenas uma consequência secundária (e talvez nem mesmo prevista ou desejada) da resolução do principal problema visto por esse observador. Dessa forma, pode-se dizer que a ideia de que o imigrante é um problema para São Paulo e para o Brasil está ligada (ao menos inicialmente) à condição juridicamente irregular do boliviano no país.

Esse observador, diante de imigrantes indocumentados (para ele, simplesmente “ilegais”), quer vê-los expulsos do país, tal como *reza* a lei. Em outras

palavras, esse observador não tem qualquer princípio moral fora da justiça e, se for preciso excluir o imigrante boliviano do espaço nacional por estar sem os documentos necessários para sua permanência, é isso o que deverá ser feito, independentemente de outras questões envolvidas. Parece ser esse o observador que mantém a maior distância em relação ao imigrante boliviano porque a presença dele, e possíveis interações, são mediadas somente na esfera jurídica.

Em ambas as isotopias (trabalhista e jurídica), o observador parece ter um mesmo princípio: o que importa é a utilidade do imigrante boliviano para o processo econômico no qual está inserido, como a peça de uma grande e inviolável engrenagem. Assim, o imigrante boliviano é visto como uma peça jurídica cuja utilidade deve ser medida pelos desígnios da lei ou uma peça trabalhista que pode ser facilmente repostada em caso de desistência, abandono ou morte. Nesse sentido, o observador que desenvolve a isotopia jurídica não dá muitas margens para narrativas ou emoções, pois sua principal valorização é ser prático (FLOCH, 2009): ou o imigrante boliviano está em situação regular ou está de forma ilegal no país, ou ele serve para o trabalho ou deve ser substituído por outro trabalhador que aceite as péssimas condições de trabalho impostas pelo empregador-explorador.

Quando uma reportagem apresenta um discurso com características próximas a de uma narrativa, esse actante da enunciação muda de função e passa a ser um narrador propriamente dito. O discurso vai, assim, apresentar mais informações sobre o imigrante boliviano, tal como se a história dele se constituísse quase como um romance (naturalista ou realista). O que se quer dizer conceitualmente com essa ideia é que outra instância da enunciação procura reconstruir (ou mesmo construir discursivamente) as etapas da história do imigrante boliviano, seja para chegar ao Brasil, seja para mostrar como ele vive em São Paulo. Esse narrador não se resume a simplesmente descrever a situação, pois procura retomar temporalmente etapas anteriores para, talvez, explicitar uma relação causal da situação do imigrante boliviano em São Paulo, assim como as transformações vivenciadas por ele, tal como é possível observar nos trechos abaixo⁴:

Estima-se que eles sejam 400 mil só em São Paulo, 240 mil deles ‘indocumentados’, nome dado àqueles que estão em situação irregular. Falam espanhol, guarani, quíchua ou aimará, línguas dos Andes bolivianos e peruanos. // Muitos vieram, em travessias “clandestinas”, direto para oficinas de costuras da região central de São Paulo. Num mesmo espaço, eles

⁴ As barras significam mudança de parágrafo.

comem, dormem e trabalham – às vezes 16 horas por dia. // Eles formam a comunidade latino-americana que vive em São Paulo, onde predominam os bolivianos, paraguaios, peruanos, colombianos, chilenos. Mais recentemente começaram a chegar também os argentinos. // Sem documentos, camuflados nas multidões do centro, eles evitam as instituições e serviços públicos em que precisem apresentar os “papéis” que não têm. Para serem atendidos nos serviços de saúde, dependem da boa vontade dos funcionários. E, da mesma forma como “escapam” da polícia, também “escapam” dos serviços de vigilância epidemiológica (BIANCARELLI, 2003).

O processo em São Paulo guarda semelhanças estruturais com o trabalho escravo no campo. // Há a figura do ‘gato’ (agenciador da mão-de-obra [sic] temporária no campo), que atua no Brasil – com os ilegais que vieram por conta própria – ou ainda na Bolívia. Lá, promete emprego com bons ganhos. Banca os custos da viagem – que devem ser pagos com o trabalho: é chamado vínculo por dívida (MIGRANTES..., 2004).

Eles chegaram juntos ao prédio do Ministério do Trabalho em São Paulo, homens, mulheres, crianças e até um bebê com um mês de vida. // Não conversaram nem entre si, mantinham a cabeça baixa. Tirando as crianças, eram 28 bolivianos considerados trabalhadores ilegais, aliciados em La Paz para trabalhar em uma oficina de costura de fundo de quintal (GRUPO..., 2013).

Pelo trecho acima, é possível especular sobre uma maior preocupação do sujeito da enunciação em relação às condições do imigrante. Esse *narrador externo* (BERTRAND, 2003) pode ser caracterizada por um maior número de detalhes (como os idiomas falados pelos imigrantes), a ausência de expressões ou adjetivos cristalizados (como o “degradante” e o “irregular”, mencionados anteriormente), interpretações sobre outros atores envolvidos na “cena” (como em: “dependem da boa vontade dos funcionários”). Em outras palavras, esse narrador organiza o universo cognitivo atrelado ao imigrante, aproxima-se para conhecer e narra etapas pelas quais o imigrante passa, seja em uma perspectiva mais ampla (o primeiro trecho), seja um ato mais corriqueiro (como a chegada ao prédio do Ministério do Trabalho, no terceiro trecho).

Entretanto, mostrar-se mais preocupado em retomar o percurso (histórico, social, de vida) do imigrante boliviano não significa, automaticamente, encarar de modo positivo a presença deles em São Paulo. É o caso da reportagem que trata da falta de suporte da saúde pública para os imigrantes sem documentos no

país. O narrador apresenta, no primeiro trecho, algumas peculiaridades, como a explicação dada ao adjetivo *indocumentado* (como para dizer que é uma outra forma de se referir à situação ilegal dos imigrantes) e a generalização (como se a comunidade latinoamericana fosse constituída somente por imigrantes sem documentação e por pessoas vindas da região andina da América do Sul). Desse ponto de vista, o uso de alguns léxicos determina, se não uma recusa em relação ao imigrante, ao menos uma certa resistência em aceitá-lo como um cidadão que deveria ter seus direitos reconhecidos. Além disso, há uma caracterização de personagem dos imigrantes, como se eles estivessem constantemente tensos por precisarem se esconder da polícia para não precisar escapar dela, tal como um romance policialesco (“camuflados nas multidões do centro”).

No caso do narrador, ele parece estar muito mais próximo à situação do imigrante boliviano, em comparação com o observador anteriormente descrito, a ponto de às vezes compartilhar seus problemas, às vezes preocupado em emitir sua opinião sobre o outro. Em outras palavras, o narrador está lado a lado com o imigrante boliviano, em uma posição mais próxima, mas sem perder de vista que seu papel é o de apenas relatar, não somente de modo objetivo, os problemas vivenciados pelos bolivianos.

Em suma, ele conhece a realidade da vida e as dificuldades do imigrante boliviano. Por isso, o verá quase como um herói que saiu de seu país para fugir da fome, da miséria e da possível morte, ultrapassando uma série de obstáculos e de dificuldades para chegar à São Paulo e conseguir um emprego precário e uma vida muito difícil (mas com menos problemas do que em seu país de origem). Esse narrador mais próximo não vê o imigrante boliviano como um objeto (geral ou regido pela lei), mas como um sujeito. Contudo, é possível que ele veja o imigrante boliviano mais como um personagem de ficção do que como um humano dotado de razão, atravessado por paixões, que sofre e vislumbra melhorias em sua própria vida.

No entanto, na relação biunívoca entre enunciação e enunciado, há uma possibilidade de se mostrar ainda mais próximo da chamada realidade do imigrante boliviano e a representar de um modo completamente diverso do narrador e do observador anteriormente mencionados. Esse outro narrador, que cumpre a função de interlocutor, uma vez que o narrador lhe dá a voz, entende que o imigrante boliviano é, antes de tudo, um ser humano e deve ser tratado como tal. É uma espécie de defensor de melhorias na vida do imigrante, pois conhece a realidade degradante na qual o boliviano está inserido e as condições insalubres às quais ele está forçosamente submetido. O mais importante de tudo isso é que esse narrador apresenta uma postura que podemos chamar de humanista, pois

deixa claro que quer e tenta ajudar o imigrante boliviano. Esse narrador encara o imigrante como uma minoria que está desprotegida, desabrigada e carente (tanto no sentido material como afetivo), sendo sua obrigação moral (ou sua vontade) ajudá-lo a sair daquela situação.

Nesse caso, a narrativa, em geral, apresenta detalhes e informações que somente poderiam ter sido repassados pelos próprios trabalhadores bolivianos ou por um olhar que *mergulhasse* no ambiente de trabalho dos imigrantes. Esse narrador chega a colocar em dúvida a validade da própria lei diante de algo que poderia ser considerado maior ou pelo menos prioridade para eles: a dignidade do imigrante boliviano.

‘É o ciclo do medo’, diz a advogada Ruth Myrian Camacho Kadluba, filha de paraguaios e que há dez anos oferece assessoria jurídica na Pastoral do Migrante. ‘Eles temem que, uma vez doentes, com tuberculose, por exemplo, alguém da saúde vá até a oficina e constate que as instalações não são adequadas. O agente terá então que avisar o Ministério do Trabalho, que, por sua vez, informará a Polícia Federal’ (GRUPO..., 2013).

‘Como temem serem denunciados à Polícia Federal, eles se sujeitam a qualquer trabalho. Recebemos em média 30 denúncias por mês. São bolivianos que contam que tiveram os documentos apreendidos, relatam receber R\$ 50 por mês e temem denunciar os patrões por sofrerem ameaças’ diz Paulo Illes, coordenador-geral do Centro de Apoio ao Migrante (MÃO..., 2007).

A próxima reunião entre a comunidade, a prefeitura e a pastoral acontece amanhã. ‘Nossa preocupação é com a saúde, não com os papéis dessas pessoas’, diz Cláudio Luiz de Oliveira, que representa a Secretaria da Saúde nessas reuniões. Para a Pastoral do Migrante, o problema não existiria se a lei fosse modernizada. ‘É a lei que cria os ilegais’ (BIANCARELLI, 2003).

‘É um problema da globalização econômica. A desigualdade regional faz com que as pessoas migrem em busca de uma situação melhor’, diz Sérgio Suíama, procurador do Ministério Público Federal de São Paulo. ‘É preciso discutir políticas migratórias, rever o estatuto dos estrangeiros e garantir a esses trabalhadores direitos fundamentais básicos, como o direito ao trabalho’ (ROLI; FERNANDES, 2007b).

‘Dessa forma, podemos evitar que os bolivianos cumpram jornadas de até 18 horas, recebam centavos por peça e sejam submetidos a condições

desumanas de trabalho’, diz Paulo Illes, coordenador do centro (ROLLI; FERNANDES, 2007a).

Para Márcia Ruiz, delegada e representante do comitê paulista de combate ao tráfico de seres humanos, a ação não deve ser apenas policial. ‘É uma questão social complexa, porque os bolivianos irregulares não querem retornar porque dizem que aqui não passam fome. É preciso conscientizar os que estão sendo explorados e que todas as entidades envolvidas ajam de forma conjunta’ (ROLLI; FERNANDES, 2007b).

Antes explorados por patrões sul-coreanos, os bolivianos agora são subordinados a compatriotas que conseguiram se regularizar e montar oficinas. ‘Eles não se consideram vítimas de exploração’, diz José Márcio Lemos, da Delegacia de Imigração da PF em São Paulo (ROLLI; FERNANDES, 2007b).

‘Os bolivianos fazem jornadas muito acima da lei [permite até dez horas diárias], ganham centavos por peça produzida e moram no local de trabalho. São vários adultos e crianças alojados em um mesmo cômodo, muitas vezes sem ventilação, com fiação aparente oferecendo riscos’, afirma a procuradora Vera Lúcia Carlos (ROLLI; FERNANDES, 2007b).

‘O local de trabalho se misturava ao de moradia das famílias, das crianças, sem espaço de refeição, com instalações elétricas precárias, sem condições sanitárias adequadas, sem ventilação. Faltam condições dignas de trabalho’, diz Renato Bignami, chefe da fiscalização do MTE em São Paulo (ROLLI, 2010).

Esse narrador estabelece um outro quadro de valores, no qual coloca, antes de tudo, a preservação da dignidade humana. Mais detalhadamente, o narrador usa um modo diferente de apresentar temas apreciados sob outros pontos de vista. O primeiro é o do medo e da preocupação do imigrante em relação à sua situação precária no país (ao invés de se desenvolver o medo que se pode ter do imigrante boliviano). O tema seguinte é o dos limites da lei no Brasil e a sua necessidade de revisão. Nessa perspectiva, pode-se ver no trecho acima que há uma “preocupação” com o imigrante e a percepção da necessidade de dar a ele uma “situação melhor” do ponto de vista jurídico e material. O terceiro tema é o da exploração do trabalho, que também aparece na voz do *observador*, mas aqui é representado de outra forma, com o uso de outros léxicos, como “questão social complexa”, “explorados”, “exploração” e “condições desumanas” (no lugar

de “trabalho irregular e degradante”). Por fim, a descrição dos locais de trabalho do boliviano também é organizada de modo distinto. Os detalhes das descrições (nos dois últimos trechos acima) mostram que a perspectiva é a de um sujeito muito mais próximo ao imigrante boliviano, tendo uma experiência vivida muito mais parecida com a do estrangeiro do que se pode inferir nas demais vozes.

Nas reportagens examinadas, o primeiro tipo de narrador pouco se coloca na perspectiva humanista, cabendo esse papel, no coro em torno do imigrante boliviano, a outros atores debruados no discurso⁵. Supõe-se que o narrador mais próximo tente se colocar no lugar do próprio imigrante boliviano para sentir *na pele* os problemas pelos quais o imigrante boliviano passa há muito tempo.

Uma abordagem mais “solidária” e utópica (FLOCH, 2009) é apresentada por esse narrador mais próximo. A forma como o boliviano é explorado no trabalho, como é discriminado pelos outros, como não é atendido no sistema público de saúde, como se ressentido de uma maior integração na sociedade brasileira são apenas algumas das preocupações do humanista em relação ao imigrante. Seus valores são, fundamentalmente, existenciais, na medida em que o que está em jogo é lutar por uma vida minimamente digna para um ser humano igual a ele e a nós. Por essa razão, ele conhece os problemas do imigrante boliviano desde antes de sua chegada. É possível dizer, talvez avançando em demasia a análise, que o humanista consegue se colocar no lugar do imigrante boliviano para vivenciar um simulacro das agruras pelas quais ele passa antes e quando está em São Paulo. É por isso que para ele a lei não importa, sobretudo quando ela vai contra o ser humano.

Os pontos de vista depreendidos das reportagens apresentam diferentes modos de se relacionar e de ver (do mais próximo ao mais distante, do mais passional ao mais racional) o imigrante boliviano. Contudo, o conjunto não é exaustivo. Um exame mais detido em um número maior de discursos midiáticos certamente mostra outros modos de se colocar em relação à alteridade. De qualquer maneira, optamos por analisar, na próxima seção, como a fala do imigrante boliviano é articulada no discurso midiático.

3. De objetos a sujeitos discursivos

O imigrante pode ser inserido em discurso como um objeto ou como um sujeito. De um lado, a operação de debragem enuncia instaura o imigrante como um *ele* que pode pensar, sentir e agir, mas sempre *controlado* pelo enun-

⁵ Com o exame de uma mídia mais engajada, do ponto de vista social, talvez essa “voz” seja encontrada com mais frequência no discurso dos próprios jornalistas.

ciador e pelas suas escolhas. De outro, o imigrante é instaurado no discurso por meio de uma debreagem enunciativa de segundo grau, assumindo uma aparente autonomia sobre sua fala, mas que ainda assim é *selecionada* (ou ao menos traduzida) pelo enunciador.

Essas possibilidades produzem dois tipos distintos de discursos que envolvem a figura do imigrante. Há um *discurso sobre o imigrante*, quando a debreagem enunciativa é predominante. E há um *discurso do imigrante*, cuja operação principal é a debreagem enunciativa na qual ele se assume como sujeito (*eu*) de sua fala. Dessa forma, o imigrante boliviano só se torna um sujeito aparentemente pleno na medida em que ele passa a ter sua própria voz para elaborar seu discurso.

No entanto, a debreagem enunciativa de segundo grau nas reportagens visa, de um modo geral, a produzir um efeito de sentido de realidade e de veracidade, na medida em que aponta para a fala do próprio imigrante, ou seja, a “personagem” principal da narrativa contada. Quando é transcrita a fala do imigrante, nas reportagens selecionadas, elas são apenas pontuais e intercaladas pelo narrador. A autonomia delas é, então, limitada pela *coerção* do narrador, que as orienta e modula-as na linearidade do texto. Em outras palavras, as falas dos imigrantes parecem estar mais associadas à ideia de que é preciso os fazer contar sua situação imediata e objetiva, como se pode observar nos trechos abaixo:

Já aqui, o esquema é quase de confinamento. Mora-se na própria oficina. Não há coerção armada, mas ameaças: se saírem, podem ser pegos e deportados. ‘Não recebia salário. A dona da lavanderia em que trabalhava me dava vales de vez em quando’, conta Maria (nome fictício), que ficou dois anos trabalhando mais de 16 horas por dia. Hoje, legalizada, tem carteira assinada. // ‘Eu nunca saía, com medo de ser pega. A dona falava isso. Em dois anos, o que eu conhecia da cidade era o Barateiro’, lembra (MIGRANTES..., 2004).

‘Fomos contratados pela confecção Milton Borges Ferreira para fazer parte dos coletes [3.000] e já entregamos a encomenda’, afirmou, na ocasião, o boliviano Willy Perez Mamani, dono da oficina (ROLLI, 2010).

Cada um saiu do ministério ontem com uma carteira de trabalho novinha em folha e com um dinheiro inesperado no bolso – em média, R\$ 25 mil. ‘Ganhamos na loteria’, disse um, comemorando timidamente (GRUPO..., 2013).

Bolivianos que estão irregulares no país e trabalham em condições insalubres relataram à reportagem que preferem trabalhar dessa forma a ‘passar fome em seu país’. ‘Aqui pagam pouco, não tem registro em carteira. Mas é melhor do que lá’, diz Juan (o nome é fictício porque teme sofrer represálias). Ele afirma cumprir jornada das 7h às 22h, de segunda a sexta. Aos sábados, trabalha das 7h às 12h. Recebe R\$ 0,50 por peça costurada e envia parte do pagamento à família (MÃO..., 2007).

A Folha, que acompanhou a fiscalização, conversou com vários bolivianos. Nenhum domina ainda o português, apesar de alguns estarem em São Paulo há vários anos. // ‘É que só falamos entre nós mesmos. Não procuramos nos relacionar com os brasileiros’, diz M., 37 (nenhum nome será divulgado a pedido dos trabalhadores). Isso garante a discrição e a clandestinidade da operação. // Homens e mulheres dividem o trabalho na oficina. Segundo uma família, essa é uma grande vantagem da contratação de bolivianos. ‘Na tradição indígena *aymará*, os homens participam dessas atividades que exigem grande delicadeza manual. Eles são grandes tecelões’, disse a mulher P. enquanto cuidava do filho pequeno (GRUPO..., 2013).

Ocorre, nos trechos acima, uma continuidade temática entre o que narrador diz e a fala dos imigrantes bolivianos. Assim, a fala do imigrante boliviano se resume a reafirmar ou a continuar o que o narrador está descrevendo em sua reportagem. Mesmo quando parece haver uma pequena mudança temática (como no último trecho acima), com o imigrante fala da tradição *aymará* da relação entre a tradição e a capacidade de trabalho do imigrante boliviano, ocorre apenas uma justificativa do trabalho manual nas oficinas de costura (tema da reportagem) e não um real interesse pela particularidade de sentidos e práticas próprias dos imigrantes.

Uma exceção a essas representações está presente na *Revista da Folha*, de 2007, em que aparece o texto de um casal de imigrantes bolivianos. Uma possível hipótese para se explicar as representações dos imigrantes bolivianos pode estar na questão do gênero discursivo. Como boa parte das reportagens selecionadas integra cadernos como Cotidiano e Economia, uma publicação como a Revista da Folha, que é semanal e apresenta reportagens não voltadas para fatos e acontecimentos diários, pode mostrar uma imagem um pouco diferente (talvez mais elaborada) dos imigrantes bolivianos, ainda atrelados ao trabalho análogo ao escravo, mas com uma voz autônoma, segundo os trechos abaixo.

Aqui, pelo menos há emprego

Estamos no Brasil há um ano. Deixamos dois filhos, um de três anos e outro de cinco, em La Paz, com a avó. Vendemos tudo para vir para cá, todos os móveis. A economia está muito ruim na Bolívia, não há emprego, e fomos recrutados para trabalhar em uma oficina de costura de outro boliviano em São Paulo. Ofereciam casa, comida e salário de R\$ 300. O Brasil representava oportunidade.

Pegamos um ônibus em Santa Cruz de La Sierra e desembarcamos em Ciudad del Este, no Paraguai. Atravessamos a ponte da Amizade caminhando; por causa do grande volume de gente, é o meio mais fácil de entrar no Brasil. De lá, pegamos um ônibus até São Paulo.

Chegamos com US\$ 300 no bolso e fomos para a costura. Trabalhávamos das 7h à 1h da manhã, ganhando R\$ 0,40 por peça. O horário normal era das 7h às 22h, mas, para ganhar mais dinheiro, ficávamos até a 1h. Estamos acostumados a trabalhar bastante. Na Bolívia temos a mesma carga horária, a diferença é que lá ganhamos o equivalente a R\$ 50 por mês. Aqui, pagam R\$ 300.

Só que tivemos muitos problemas. O ambiente era muito pequeno e fechado e pegamos tuberculose ganglionar, tive que ficar sem trabalhar. Fui atendido no hospital público, mas eles só deram o diagnóstico, não quiseram fazer o tratamento. Pedi ajuda à igreja e me encaminharam à Pastoral do Imigrante, que me ajudou a conseguir tratamento médico e nos levou para a Casa do Migrante, onde comemos e dormimos hoje.

É tudo difícil, mas pelo menos aqui há emprego. Em último caso, dá para vender refrigerante na rua. E R\$ 1 vale 3 bolivianos (moeda local) - é muito para nós.

Meu sonho é ficar no Brasil legalmente, trazer meus filhos. Não quero mais aquelas condições de trabalho que tinha na fábrica de roupas, quero um emprego digno e para isso preciso dos documentos. Sei que, para tirar o visto permanente, precisaríamos ter um filho no Brasil, mas, quando minha mulher teve o segundo filho na Bolívia, o médico falou que ela não poderia engravidar nos próximos dez anos. Então, essa é a nossa situação.

Gabriela*, 25, e Dario*, 24 o La Paz, Bolívia (GIANNINI, 2005).

É possível ver que o texto acima apresenta diferenças significativas em relação aos outros examinados, a começar pelo uso da primeira pessoa (do plural). Assim, os imigrantes bolivianos assumem-se como sujeitos cuja fala apresenta autonomia em relação ao *narrador-jornalista*. É dessa forma que eles podem, por exemplo, retomar temas já mencionados em outras reportagens, mas os apresentam de forma mais subjetiva, na medida em que passaram por todas as situações e todos os problemas relatados.

Há uma retomada das condições de vida anteriores na Bolívia, a travessia e a oferta de um novo emprego no Brasil. A fala dos imigrantes bolivianos também realiza uma descrição das condições de trabalho e uma comparação entre a situação na Bolívia e no Brasil, como já foi visto. Eles mostram também os problemas pelos quais eles passam e a sua necessidade de ajuda. Por fim, eles também retomam o tema jurídico do visto ao mencionarem as limitações impostas pela lei e a possibilidade de não permanecer no país. Em suma, no fragmento acima, eles tratam dos mesmos temas desenvolvidos anteriormente por narrador e observador, mas com um enfoque distinto, muito próprio porque está ali sendo discursivizada a própria vida deles em relação ao Brasil, em um observador que é tratado como um *ator-participante*.

Apesar desses traços em comum, o último parágrafo mostra uma diferença significativa da fala dos imigrantes em relação às posições enunciativas nas reportagens. O imigrante, assim como qualquer sujeito, pode revelar seus projetos, desejos e planos como ninguém mais poderia fazer em seu lugar. Em outras palavras, somente o próprio imigrante pode fazer uma projeção em direção ao futuro com a elaboração de objetivos a serem alcançados a partir de desejos discursivamente explicitados.

Evidentemente, o efeito de autonomia na fala do imigrante deve ser relativizado, na medida em que ele também passa pelo crivo do enunciador. Desde a tradução da fala, até a sua disposição no conjunto discursivo do jornal ou da revista, a escolha ainda recai sobre um enunciador que não se identifica completamente com o imigrante. De qualquer forma, o efeito de autonomia sobre o qual insistimos em falar decorre da ideia de um discurso completo, de uma totalidade de sentidos coerentes a partir da qual se dá forma ao discurso do imigrante, conforme o exemplo anterior.

Conclusão

A presença do imigrante pode ser considerada boa ou ruim, benéfica ou maléfica, importante ou insignificante, a depender do imigrante que é sancio-

nado e de seus próprios valores. O exame dos modos de presença do enunciador faz parte de uma etapa da construção dos sentidos relacionados à presença do imigrante boliviano no jornal. Contudo, nessa orquestração polifônica, é preciso ainda ir além para se observar como os valores orientam cada voz e, em seu limite, podem também mostrar como a sociedade brasileira e paulistana encaram de diferentes modos a alteridade. Muitas das considerações valorativas a respeito do imigrante boliviano podem apresentar uma amplitude significativa, desde considerá-lo como um objeto qualquer que pode ser útil até o reconhecimento do ser humano que deve ser respeitado e ajudado.

Este trabalho procurou examinar os pontos de vista a respeito da imigração boliviana no Brasil. Esta é uma das maneiras de se observar como são veiculados valores a respeito da alteridade e sua aplicação em outras análises, sobre outros grupos imigrantes, pode confirmar ou não a validade de sua organização. Da construção do imigrante boliviano como um objeto até chegar ao seu caráter humano, passa-se pela lei e pela história (romanceada ou não). Temática e figurativamente, os pontos de vista tratam da questão de o imigrante boliviano estar de modo irregular no país, para dar mais destaque às condições de trabalho, até se contestar a própria lei por prejudicá-lo.

Do *discurso sobre o imigrante*, chegou-se também ao *discurso do imigrante* como parte de toda essa narrativa na qual o boliviano é a “personagem” principal. É nessa passagem entre os dois tipos de discurso que se pode chegar a uma ideia mais consolidada de autonomia da fala e do discurso que se opõe às coerções de um pretenso estereótipo do imigrante produzido pela sociedade brasileira.

Há, ainda, algumas ausências que devem ser mencionadas, pois elas significam muito. Pouco ou quase nada é mencionado a respeito de suas tradições, religião, cultura e língua. Ele é apenas entendido como um trabalhador submetido a condições adversas, dentro de oficinas de costura clandestinas. Em alguns momentos, a narrativa pode recuperar um fazer anterior que foi necessário para a sua chegada à cidade de São Paulo, mas o foco principal está mesmo na situação presente do imigrante boliviano. Outra dimensão geralmente deixada de lado é a passional. Apesar de ser explorado, viver em uma situação de precariedade constante, o imigrante boliviano não é apresentado como um sujeito que *sente e sofre* na (e por causa da) capital paulista, mesmo porque parece que sua existência está apenas fundada no trabalho, limite do interesse das reportagens veiculadas pela mídia impressa ou digital.

REFERÊNCIAS

- BARROS, D. L. P. de. **Teoria do discurso**. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.
- BIANCARELLI, A. Ilegal, latino-americano vira 'sem-saúde'. **Folha de S. Paulo** [on-line], São Paulo, 16 mar. 2003. Caderno Cotidiano, página C7. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1603200320.htm>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- FIORIN, J. L. **Em busca do sentido**: estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1997.
- FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 1996.
- FLOCH, J-M. **Sémiotique, Marketing et Communication**. Paris: PUF, 2009.
- GIANNINI, D. Brasil tem 1,5 milhão de imigrantes irregulares. **Revista da Folha** [on-line], São Paulo, 20 mar. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2003200529.htm>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- GRUPO recebia R\$ 1,20 por calça e só falava entre si. **Folha de S. Paulo** [on-line], São Paulo, 23 mar. 2013. Caderno Mercado 2, página 3. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/99974-grupo-recebia-r-120-por-calca-e-so-falava-entre-si.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- LANDOWSKI, E. **Interações arriscadas**. São Paulo: Letras e Cores, 2014.
- LANDOWSKI, E. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida**. Campinas: São Paulo: Pontes; EDUC, 1992.
- MÃO-de-obra degradante migra para o interior de SP. **Folha de S. Paulo** [on-line], São Paulo, 30 set 2007. Caderno Dinheiro, página B5. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17310&keyword=interior&anchor=5223141&origem=busca&pd=216500642a5c0f9eac88c706dc0e7d4c>. Acesso em: 06 fev. 2020.
- MIGRANTES latinos também são explorados. **Folha de S. Paulo** [on-line], São Paulo, 19 jul. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1907200416.htm>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- ROLLI, C. SP quer fechar empresa que usar trabalho escravo. **Folha de S. Paulo** [on-line], São Paulo, 09 nov. 2012. Caderno Mercado, página B9. Disponível em:

<https://m.folha.uol.com.br/mercado/2012/11/1182821-sao-paulo-quer-fechar-empresa-que-usar-trabalho-escravo.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2020.

ROLLI, C. Fiscais autuam fábrica de colete do Censo. **Folha de S. Paulo** [on-line], São Paulo, 20 out. 2010. Caderno Mercado, página B6. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2010201020.htm>. Acesso em: 02 fev. 2020.

ROLLI, C.; FERNANDES, F. Varejo faz acordo sobre bolivianos ilegais. **Folha de S. Paulo** [on-line], São Paulo, 16 dez. 2007a. Caderno Dinheiro, página B20. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0912200716.htm>. Acesso em: 02 fev. 2020.

ROLLI, C.; FERNANDES, F. Até 1.500 bolivianos chegam por mês. **Folha de S. Paulo** [on-line], 16 dez. 2007b. Caderno Dinheiro, página B19. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1612200709.htm>. Acesso em: 02 fev. 2020.

TRABALHO no Bom Retiro terá fiscalização. **Folha de S. Paulo** [on-line], São Paulo, 18 nov 2007. Caderno Dinheiro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1811200706.htm>. Acesso em: 02 fev 2020.

Recebido em 17 de fevereiro de 2020.

Aprovado em 07 de junho de 2020.

PENSAR O DISCURSO DE QUEM NÃO PODE FALAR EM SITUAÇÃO DE IGUALDADE

Fernando Caetano¹

RESUMO: A ideia de Sujeito de Direito é um imperativo da Filosofia do Direito que universaliza os Direitos Humanos. Acontece que o pretensão universalismo não dá conta da realidade. A criação discursiva, histórica e filosófica do sujeito acaba por instaurar um *outro sujeito* que não frui efetivamente dos direitos do Sujeito de Direito. Esse *outro sujeito* é incapaz de constituir direitos para si, porque não pode falar em igualdade social. Pensar o discurso de quem não pode falar em igualdade é repensar a própria forma como se produzem e reproduzem as estruturas de dominação que marginalizam e subalternizam sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito de Direito. Marginalidade. Subalternidade.

THINKING THE SPEECH OF THOSE WHO CANNOT SPEAK IN SITUATION OF EQUALITY

ABSTRACT: *The idea of Subject of Law is an imperative of the Philosophy of Law that universalizes Human Rights. It turns out that the alleged universality finds no support in reality. The subject's discursive, historical and philosophical creation ends up creating an "Other Subject" that does not effectively enjoy the rights of the Subject of Law. This "Other Subject" is unable to constitute rights for himself because he cannot speak on equal terms. To think about the discourse of those who cannot speak equally is to rethink the way in which the structures of domination that marginalize and subordinate subjects are produced and reproduced.*

KEYWORDS: *Subject of Law. Marginality. Subalternity.*

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Doutorando em Direito. Pontifícia Universidade Católica (PUC-Minas), Belo Horizonte – MG – Brasil. Professor de Teoria da Constituição e Direito Constitucional. Pesquisa realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Programa de excelência acadêmica (PROEX/CAPES). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9541-3953>. fernando.caetanorjr@gmail.com.

1. Da universalidade à realidade

A categoria universal denominada *sujeito de direito*, que surge nos postulados da filosofia do sujeito, incitou a crítica decolonial que contrapõe a ideia de sujeito de direito com a de marginalidade. Essa crítica busca verificar a ficção jurídica em que consiste o sujeito de direito, quando observado em contraste à realidade dos sujeitos subalternos (marginais).

O sujeito de direito como categoria universal parece não ser capaz de garantir a eficácia dos direitos inerentes a todos os sujeitos, principalmente quando os destinatários desses direitos pertencem a certos grupos sociais, compostos por sujeitos subalternos, que não podem falar em situação de igualdade na sociedade.

O objetivo deste artigo é demonstrar que a categoria do sujeito de direito refere-se apenas a um grupo que está no centro de uma estrutura social e que os direitos inerentes a esses sujeitos perdem a eficácia de sua fruição quanto mais o sujeito (ou o grupo de sujeitos) desloca-se do centro à margem da sociedade. Essa situação evidencia, assim, a relação de subalternidade existente entre o sujeito marginal e o sujeito de direito.

O referencial teórico adotado parte do conceito de sujeito de direito e de sua relação com o capitalismo, conforme postulado pela filosofia do sujeito, e desemboca na crítica elaborada pelo pensamento decolonial sobre a pretensa *universalidade do sujeito*.

Nesse sentido, a ideia de sujeito de direito será contestada pela crítica decolonial. Isso se dará, principalmente, por meio da ideia de marginalidade, extraída da obra do sociólogo peruano Anibal Quijano, e da ideia de subalternidade, extraída da obra da professora indiana Gayatri Chakravorty Spivak.

Por meio dessa contraposição de conceitos, pretende-se traçar linhas e concepções iniciais sobre o debate que aqui se propõe: o sujeito subalterno tem condições de constituir direitos?

2. A ideia de sujeito de direito

A construção da concepção histórica e filosófica de sujeito, de onde deriva a ideia de sujeito de direito, é objeto de ampla produção literária. Aqui se propõe uma breve reconstrução do movimento do pensamento nesse sentido.

Não é objeto central deste trabalho remontar pormenorizadamente quem é o sujeito de direito. Nós já sabemos quem ele é. É aquele da teoria hegemônica, masculina, branca, europeia ou norte-americana, pertencente aos altos extra-

tos sociais, às classes dominantes, que construiu para si uma categoria formal abstrata que atende aos interesses desses mesmos grupos sociais dominantes. É o burguês que não é nobre, mas que requer para si direitos pelo fato de ser humano, isto é, por meio de um processo de consciência e de tomada do poder econômico, utiliza-se do direito para se garantir.

O objetivo, aqui, é o de demonstrar, brevemente, aspectos relevantes da produção bibliográfica de onde se deriva a categoria *sujeito de direito*, bem como a distância entre essa ideia e a realidade de sujeitos subalternos/marginais.

Em sua *Arqueologia do Sujeito*, o filósofo francês Alain de Libera (2013), propõe uma leitura arqueológica pós-foucaultiana da tese de Heidegger sobre a invenção da subjetividade como ponto de passagem decisivo da história da subjetividade moderna, não como acontecimento, mas como figura discursiva que emerge e se desenvolve paralelamente na teoria moderna (LIBERA, 2013).

Ao discutir quando se deu o surgimento do sujeito, Libera destaca que o sujeito “não é uma criação moderna, nem tampouco um conceito psicológico, menos ainda uma invenção de Descartes” (LIBERA, 2013, p. 195). O Autor aponta que, em Kant, ocorreram os inícios mais generalizadamente alegados do sujeito pensante dito *moderno*, sem prejuízo de apontar traços do que se busca em produções anteriores.

Libera ressalta que o sujeito pensante dos modernos não é – nem deve ser – tomado como a sombra projetada do sujeito pensante dos escritos teológicos ou da própria teologia sobre aquilo que se chama “a questão do sujeito”.

Entretanto, o autor conclui que o sujeito pensante, isto é, o homem enquanto sujeito e agente do pensamento, é um produto de um encontro histórico entre a teologia e a filosofia, que durou da Antiguidade tardia à Idade Clássica. Aponta, ainda, como o problema fundamental de onde emergiu a noção moderna do sujeito, a relação do sujeito com a pessoa e, após, a escolástica protestante que inspirou Leibniz, que colocava a questão inversa: “o que faz de uma pessoa um sujeito?”.

Por fim, afirma que, paradoxalmente, o pensamento clássico e a neoescolástica sustentaram, em graus diversos, que “personalidade é o que constitui o sujeito inteligente como sujeito primeiro de atribuição de tudo que lhe convém” (LIBERA, 2013, p. 216), centro de pertencimento de tudo que lhe é atribuído; que ele é o constitutivo de um eu, possuindo sua natureza, sua existência seus atos de consciência e de liberdade.

Eleanor Macdonald (1991), ao discutir *o problema com sujeitos*, propõe a radicalização e a superação das estruturas de definição do sujeito, a partir da recusa dos fundamentos tradicionais, em um primeiro momento, colocan-

do como problemática central a questão da *conceituação do sujeito*, tanto no pós-estruturalismo, quanto em teorias marxistas e feministas. A necessidade de resolver questões teóricas sobre o sujeito se dá, para Macdonald, como forma de possibilitar mudanças sociais. Ela divide a problematização e a desconstrução da noção de sujeito no pós-estruturalismo em dois grupos, os que desconstróem a noção de sujeito com base na linguagem (Lacan, Derrida, Kristeva) e Foucault, que, menos preocupado com a estrutura da linguagem, desconstrói a noção de sujeito a partir das suas noções de discurso e de compreensão do poder (MACDONALD, 1991).

A crítica se dá em face da concepção cartesiana de sujeito, que é a do sujeito capaz de raciocinar a própria existência, sujeito autônomo e individual; um ator que toma decisões, uma visão de sujeito que serve a modelos liberais de política. Mas fora da problemática liberal, a noção de sujeito é questionada principalmente quando confrontada com a noção de consciência de classe e do papel do sujeito nas mudanças sociais, sendo a crença no sujeito cartesiano benéfica à manutenção do capitalismo (MACDONALD, 1991).

A autora conclui afirmando que o sucesso de uma *re-teorização* do sujeito requer uma análise multidimensional que combine distintas abordagens, de modo que nenhuma possua um *status* determinante. Afirma, ainda, que existem questões críticas a serem perguntadas, como: “em que meios a variedade de relacionamentos sociais frustra ou contribui com as estruturas de dominação?” e “como a racionalidade dominante reflete em práticas institucionais?”. Sustenta que essas questões demandam uma contextualização histórica e a consideração da racionalidade, da relacionalidade e, ainda, de serem informadas pelos tipos de valores emancipatórios esquecidos pelos discursos pós-estruturalistas e, idealmente, que elas devem ser sensíveis à diferenças, à marginalidade e aos discursos das teorias feministas e antirracistas, com a esperança de que caminhos sejam encontrados para entender o problema com os sujeitos através dessas dimensões e da relação entre elas (MACDONALD, 1991, p. 66).

Alain Touraine, ao trazer a conceituação de indivíduo, aponta esse aparece como sendo não mais que a unidade particular em que se mesclam a vida e o pensamento, controlando sua vivência e se transformando em ator que participa das e transforma as relações sociais (TOURAINE, 1994a).

Em *The Subject is Coming Back* [“O retorno do sujeito”], Touraine reapresenta sua análise da Modernidade e também reafirma, sem reservas, sua ideia de que todos compartilhamos do direito de combinar, de uma forma peculiar, nossa participação no mundo, inclusive defendendo ou criando uma proposta cultural. “Combinar de forma peculiar” em Touraine se refere a ideia de que “nós

podemos viver juntos sendo iguais ou diferentes se reconhecermos mutuamente nossos direitos de participar na economia global e, ao mesmo tempo, nosso direito de ser diferente dos demais” (TOURAINÉ, 2005, p. 202).

Ao adentrar na questão do individualismo, Touraine aponta que a sociedade moderna define o indivíduo pelo lugar que ele ocupa em um conjunto – o individualismo, portanto, não tem conteúdo próprio. Touraine identifica, no pensamento liberal, a associação entre individualismo e tolerância, e a recusa da exclusão de uma categoria social ou nacional. Para Touraine, o custo social de mecanismos econômicos e políticos de desenvolvimento é muito elevado: “eles destroem para criar, provocam mobilizações econômicas ou guerreiras que dividem, opõem, conquistam antes de integrar e convencer” (TOURAINÉ, 1994a, p. 256). Touraine conclui dizendo que o sujeito afirma-se contra a dominação dos aparelhos políticos e sociais e sua liberdade está ligada ao fato de pertencer a uma cultura. A modernização, assim, exige a ruptura, mas também a continuidade.

Touraine afirma que o sujeito não é um absoluto e seu conteúdo não é o mesmo da razão, não estando, por isso, reduzido a particularismos sociais, culturais e individuais. O sujeito não se constitui. O Eu só afirma-se pela ligação entre a afirmação de si e a luta defensiva contra os aparelhos de produção e de gestão. Sustenta, ainda, que devemos desconfiar de todos os modelos de perfeição, pois o totalitarismo fez desaparecer a ideia de construção de uma sociedade do futuro (mais justa e mais avançada, mais moderna e mais livre) e o objetivo do presente não são “amanhãs radiosos”, mas sonhar em viver de *outro modo* uma “cultura alternativa” que não vai vir da homogeneidade nem do sectarismo (TOURAINÉ, 1994b, p. 317).

István Mészáros afirma, ao analisar a crítica Marxista sobre a alienação do sujeito, que o “verdadeiro homem” – a verdadeira “pessoa humana” – não existe realmente na sociedade capitalista, salvo em forma alienada e reificada, como sob forma de “trabalho” e “capital” (propriedade privada). Em consequência, a afirmação do “homem” deve proceder mediante a negação das relações sociais de produção alienada. (MÉSZÁROS, 2006, p. 106).

As relações sociais entre o meio, os detentores dos meios de produção e os detentores da força de trabalho, dão-se em um espectro amplo e múltiplo de inter-relações que constituem uma estrutura social criada de forma a se reproduzir, em que a força de trabalho e todas as outras coisas são reduzidas a um número, a um valor: o capital.

Nesse processo, o trabalho se torna um meio, não um existir do sujeito, que labora em função do seu existir. O existir ocorre apenas nos momentos em

que sua força de trabalho já foi *coisificada* e se procedeu a mediação social por meio do capital.

O sujeito leva o capital de novo ao mundo, como única forma de acessar os produtos (que produziu, mas não são seus), na medida em que foi valorada e mediada sua força de trabalho, *coisificada* por meio da entrega do produto ao dono do meio de produção e da consequente, esperada e necessária, mediação reificada do trabalho assalariado – e essa seria a alienação do sujeito em Marx.

A superação dessa condição só pode se dar, segundo Mészáros (ao interpretar os *Manuscritos econômico-filosóficos*, de Marx (2004 [1844])), por meio de um domínio teórico dos complexos problemas econômico-sociais nele envolvidos. A posição política capitalista não se coaduna com esse entendimento, nem sequer com a superação da estrutura. Essa é a razão da oposição de Marx ao modelo capitalista. Toda a sua crítica é uma “antecipação” da evolução social e econômica (MÉSZÁROS, 2006).

Sobre o papel da consciência de classes nessa relação, são valiosas as lições de György Lukács em sua interpretação do materialismo histórico de Marx, ao dizer que a classe burguesa tem a consciência da dominação sobre a classe operária e, já em posição defensiva, luta para subsistir, de forma individualista e egoística. A consciência de classe do dominador é papel fundamental na dominação, pois, como já dito, cria as estruturas organizadas capazes de influenciar decisivamente o papel da classe na sociedade (LUKÁCS, 2003).

Louis Althusser acrescentaria que o papel da aparelhagem estatal é, então, o de garantir, pela lei ou pela força (politicamente), as condições de reprodução do modelo de produção, que são, em última análise, relações de exploração. Isso porque o Estado, como o é, foi colocado em posição dominante por uma aparelhagem capitalista (ALTHUSSER, 1976).

O sujeito de direito corresponde à classe que consubstancia a ideologia burguesa de sujeito que, independentemente da condição de honra da nobreza, requer o reconhecimento de direitos que lhe são inerentes em razão da *condição de humano*.

Assim, o sujeito de direito é uma categoria de reconhecimento jurídico e político tida como naturalmente evidente. O substrato econômico não foi suficiente para garantir os direitos dos sujeitos burgueses, sendo necessário conquistar o reconhecimento político-jurídico de sua condição enquanto classe sujeita a direitos.

Celso Naoto Kashiura Júnior, em sua tese de doutorado analisa esse fato histórico:

Nenhuma sociedade historicamente anterior à sociedade burguesa pôde conhecer a forma sujeito de direito em sua dimensão universal. Nenhum modo de produção historicamente anterior ao capitalista determinou que os homens fossem todos igualmente alçados à qualidade de proprietários em potencial, núcleos da vontade livre, portadores abstratos de direitos. Nenhuma forma histórica de sociedade a não ser aquela correspondente à produção capitalista pôde exaltar ideologicamente as determinações formais do sujeito de direito, a igualdade e a liberdades jurídicas, o voluntarismo e a “personalidade”, correspondentes à circulação mercantil universalizada – enquanto, na produção os homens enfrentam a sua própria redução à forma de mercadorias, exploração, dominação de classe (KASHIURA JR, 2012, p. 165).

A partir dessa análise podemos concluir que o sujeito se constitui como subjetividade jurídica ou proprietária a partir da reprodução das relações de produção capitalistas. A categoria de sujeito de direito tem fundamento histórico no direito de propriedade.

A crise da categoria universal de sujeito de direito já é observada como representativa da ideologia burguesa formalmente criada para reproduzir o sistema de produção capitalista. O sujeito de direito é aquele que nasce da consciência de classe e da ideologia do burguês: este é *quem* ele é; mas *o que* é o sujeito de direito?

A origem demonstrada não exaure a questão, pois não define o que é especificamente essa categoria que daí surgiu. Cabe adentrar nessa questão: a ideologia do sujeito de direito é uma percepção ocidental que reflete a ideia de que todos, em razão unicamente de sua condição humana, são detentores de direitos naturais universalizados na lei.

O problema é exatamente que a categoria *sujeito de direito* não dá conta da realidade social. Acaba, portanto, por constituir uma categoria formal, de perspectiva universalista, que é alheia ao sujeito real na sociedade. Não é uma questão dos direitos formalmente postos, mas sim uma questão da contradição entre a pretensão de universalização e a (in)efetiva fruição destes direitos por sujeitos reais.

Visto o que é o *sujeito de direito* percebemos claramente que a sociedade humana não é composta de sujeitos de direito, mas sim de um grupo pequeno de sujeitos que fruem efetivamente de seus direitos, de um lado; e de grupos que compõem a maioria da sociedade humana e que não fruem efetivamente dos tais *direitos do sujeito universal de direitos*, de outro.

O mesmo pode ser explicado da seguinte forma: sujeito de direito não é uma categoria universal como pretende formalmente ser, mas sim, a universalização de uma condição material de um grupo – dominante – que acaba por produzir e reproduzir a injustiça.

O próximo passo é verificar: qual a ideia por trás do fato de que alguns indivíduos e grupos sociais se encontram em relação de subalternidade em relação a outros grupos sociais de uma mesma sociedade? Ou seja: o que faz com que alguns sujeitos não sejam sujeitos de direito?

3. A ideia de marginalidade

Anteriormente, delineou-se a categoria universal do sujeito de direito e apresentou-se a crítica segundo a qual essa categoria homogênea corresponde apenas a uma concepção formal da igualdade, sem vínculo com a realidade, em que somente um grupo de sujeitos, situados no centro da estrutura social, pode constituir direitos para si e fruir dos direitos que deveriam ser efetivamente fruídos por todos em razão da condição humana.

O passo seguinte, então, é investigar os sujeitos que se encontram afastados do centro da estrutura social, à margem, sujeitos que não constituem direitos para si, nem fruem efetivamente dos direitos que lhe seriam inerentes caso estivessem em situação de igualdade em relação ao sujeito de direito. Ou seja, busca-se investigar qual a ideia por trás da estratificação da sociedade.

A questão da margem, da marginalidade, da marginalização e dos marginais permeia os debates econômico, político, jurídico e social. Muitas vezes, os termos adquirem acepções diversas, às vezes pejorativas e sempre politicamente inclinadas. Como já mencionado na introdução deste trabalho, a ideia de marginalidade será tratada a partir da análise das “Notas sobre o conceito de marginalidade”, do sociólogo peruano Aníbal Quijano.

Quijano aponta, na utilização literária contemporânea, duas significações para *marginalidade*: a chamada “teoria da personalidade marginal”, desenvolvida na sociologia norte-americana, e a “teoria da situação social marginal”, que surge nas produções literárias relacionadas ao subdesenvolvimento, muito especialmente na América Latina (QUIJANO, 1978, p. 14).

A primeira delas, a *teoria da personalidade marginal*, surgiu de uma ideia de desorientação psicológica presente nos indivíduos submetidos a uma situação de conflito entre duas culturas antagônicas e em relação de dominação.

O indivíduo marginal faria parte da cultura dominada e sofreria atrações e repulsas entre os dois mundos. A *marginalidade*, nesse contexto, é um fenôme-

no psicológico individual, uma marca da personalidade. Logo após apresentar essa perspectiva, Quijano propõe uma crítica a ela: o autor observa que faltam elementos teóricos que permitam precisar a natureza e as características sociais de tal personalidade marginal. Assim, essa ideia não passaria de um estereótipo, que resulta em uma caricatura, uma imagem distorcida da realidade.

De fato, o caráter fundamentalmente psicológico do conceito de “marginalidade” incorporado a essa teoria dificulta sua utilização como instrumento de análise psicológica. A ênfase nas características psicológicas do indivíduo marginal tende a fazer que se perca de vista o que constitui a condição mesma de marginalidade, isto é, o fato de se pertencer ao mesmo tempo a vários mundos culturais, sem se estar incorporado plenamente a nenhum deles em particular, ou seja, o fato de se habitar uma zona cultural situada tanto dentro como fora das culturas em conflito (QUIJANO, 1978, p. 15-16).

Do exposto, extrai-se que, para Quijano, a *teoria da personalidade marginal* é válida ao constatar que a marginalidade nasce do conflito cultural, isto é, da ausência de incorporação plena do sujeito na zona cultural onde está situado.

Quijano rejeita a ideia de que as características psicológicas são uma condição da marginalidade. Como forma de aproximar marginalização à realidade, o autor aponta a necessidade de uma vinculação do conceito ao problema das relações entre os grupos sociais. Com isso, busca mostrar que a marginalidade é proposta como uma inconsistência entre o grupo social de pertencimento e o grupo de referência e explica que *marginal* seria aquele que usa como grupo de referência um grupo ao qual não pertence e experimenta barreiras que impediriam sua integração ao grupo de referência (QUIJANO, 1978).

A marginalidade, então, deve ser concebida, nesse sentido, como uma condição em que o sujeito – marginal – pertence a um grupo cultural dominado, mas tem a referência de seu *dever ser* em um grupo do qual não pertence e não consegue pertencer: o grupo cultural dominante.

Ainda dentro da análise da *teoria da personalidade marginal*, Quijano apenas aceita o aspecto psicológico como efeito da marginalidade, nunca como sua condição mesma. A marginalidade também é definida na referida teoria a partir de um complexo de *papéis-status* institucionalizados. É justamente na inconsistência da realidade do indivíduo com as expectativas dos *papéis-status* socialmente observáveis que surge o fenômeno da marginalidade (QUIJANO, 1978).

Importante, também, mencionar a derivação de tal teoria: a corrente teórica fundada em sua aplicação na explicação de mecanismos de mudança cultural, que, para Quijano, são verdadeiros processos de introdução e difusão de inovações, como cumpre destacar:

As personalidades marginais são percebidas como personalidades inovadoras por excelência (...) o indivíduo marginal está normalmente empurrado ou estimulado por sua situação a tratar de introduzir mudanças em sua sociedade. (...) Os indivíduos marginais são desse modo, agentes da mudança social e cultural, e isso constitui uma das vias mais adequadas do cancelamento da marginalidade. (QUIJANO, 1978, p. 17).

A *teoria da personalidade marginal* é uma perspectiva da marginalidade *no indivíduo*, da qual se podem depreender três aspectos importantes: (1) a marginalidade surge do conflito gerado pela referência que o sujeito projeta em um grupo culturalmente dominante, quando pertence a um grupo culturalmente dominado; (2) os grupos sociais estabelecem *papéis-status*: a marginalidade ocorre quando há distância entre a expectativa social sobre o indivíduo e a realidade do sujeito no que se refere a esses papéis sociais; e (3) os grupos marginais, em razão de sua condição, tendem a buscar a inovação das concepções sociais, com o evidente objetivo de plena integração à zona cultural em que se situam.

Esse último aspecto é importante para este trabalho, pois situa os marginais como agentes da mudança social e cultural e apresenta um mecanismo de *cancelamento da marginalidade* por meio da ação ativa do marginal na construção social. Pensar a capacidade inovadora desses sujeitos que, a princípio, não podem constituir direitos, nem fruir efetivamente dos direitos do sujeito de direito, é pensar o discurso de quem não pode falar em igualdade.

A segunda teoria da marginalidade, que se desenvolve independentemente da *teoria da personalidade marginal*, caracteriza-se pelo deslocamento da ênfase no indivíduo para o foco nos grupos sociais: trata-se da *teoria da situação social marginal*.

O termo *marginal*, em sua concepção social, surgiu da posição física onde se aglomeravam, em condições precárias, os grupos sociais formados após a Segunda Guerra Mundial pelos processos de migração e urbanização: à margem das cidades. Os problemas gerados por esse processo ficaram conhecidos como “problema das populações marginais”. (QUIJANO, 1978, p. 18).

Os limites físicos da denominação deixaram de ser as únicas razões para seu uso: a questão da moradia; a falta de acesso a serviços básicos de água, sane-

amento básico, luz e transportes foram incorporadas à condição de *substandard*, culminando no fato de que quem não tinha acesso a esses direitos mínimos era denominado *marginal*, independentemente da localização física dos povoadamentos (QUIJANO, 1978).

O termo *substandard* refere-se àquilo que é precário, abaixo do padrão. A condição de *substandard* das populações marginais denota a precariedade da experiência abaixo dos padrões dos grupos sociais não marginais.

Quijano traz em suas “Notas sobre o conceito de marginalidade social” uma revisão literária a partir da qual destaca as sete variações mais utilizadas do termo *marginalidade*. Cumpre as observar: (1) *a marginalidade como situação ecológica*: a mais antiga concepção do termo, relacionada à posição dos grupos sociais imigrantes à margem das cidades, que depois se expande para o caráter *abaixo do padrão* desses grupos; (2) *a marginalidade como cidadania limitada*: é um estado de não fruição efetiva dos direitos inerentes ao *sujeito de direito*, que torna o sujeito menos capaz de participar do processo de desenvolvimento econômico; (3) *a marginalidade como participação na cultura da pobreza*: concebe a marginalidade como um conjunto de indivíduos pobres e incapazes de perceber seus problemas individuais como problemas coletivos de classe. O marginal, então, é um desclassificado, equivale à carência de identidade sociocultural; (4) *a marginalidade como atraso no desenvolvimento econômico*: concepção de que marginais são os grupos sociais que não podem usufruir dos benefícios materiais e culturais do desenvolvimento econômico. O conceito se refere aos grupos rurais em relação a grupos urbanos da mesma sociedade; (5) *a marginalidade como falta de participação no processo de integração da sociedade*: consiste na ausência de participação tanto no processo decisório da sociedade quanto na fruição de bens e serviços, pela inexistência de relações de grupo e/ou existência de barreiras sociais. (6) *a marginalidade como situação inconsistentemente estruturada na sociedade*: assume um caráter extremamente complexo, que se refere à inconsistência para o grupo do processo de estruturação, de manifestação dos elementos culturais e de posição do próprio grupo na sociedade. O grupo não se identifica na posição social marginal em que se encontra; (7) *a marginalidade como não-pertencimento ao sistema dominante numa sociedade*: refere-se aos grupos que não fazem parte do sistema dominante. Os marginais, então, têm designados papéis subalternos na divisão do trabalho e participam de forma inferior no universo social e na cultura dominante da sociedade (QUIJANO, 1978).

É possível observar como essa relação de marginalidade estratifica a sociedade em diversas camadas e níveis que partem da dominação dos donos dos

meios de produção sobre os detentores da força de trabalho, o proletariado dominado.

As relações de poder que daí derivam são hoje demasiadamente plurais, não se podendo identificar mais as razões da dominação de uns grupos sociais sobre outros na forma de classes antagônicas apenas no substrato econômico.

A igualdade econômica, em uma situação hipotética de abundância de capital e distribuição equitativa dos recursos, não faria sumir os grupos sociais dominantes e dominados. Isso porque a dominação se dá, também, em virtude de um substrato que é jurídico-político, derivado da estratificação social em classes cujos substratos econômicos se confundem. Os grupos dominantes e dominados são compostos por indivíduos em diversas realidades econômicas e são unidos por bases outras de ordem moral, jurídica, política, religiosa etc.

Portanto, é acertada a visão de que as diversas interpretações de marginalidade não se excluem, mas, sim, referem-se a substratos diversos e interseccionais, que fundamentam a separação de uma dada sociedade em grupos em relação de dominação.

A dominação se dá em razão da posição geográfica que o sujeito ocupa na sociedade, seja em relação a campo/cidade ou centro/periferia; da reduzida apropriação das inovações tecnológicas e culturais ou, ainda, em razão da impossibilidade do pleno exercício da cidadania por meio da experiência humana em desigualdade de condições de fruição do tempo e da vida; ou seja: a dominação se dá pela ausência de integração ou de pertencimento do grupo social à estrutura social como ela é concebida nos moldes do grupo opressor; ou por várias dessas razões simultâneas, ou ainda por outras, capazes de dividir um grupo social em grupos sociais antagônicos.

O que é central na questão da marginalidade é: a sociedade em que a marginalidade se produz é aquela em que os grupos existentes, diversos e plurais, apresentam *problemas de integração*, estabelecendo relações de dominação econômica e/ou jurídico-política.

A marginalidade pode se apresentar como *marginalidade total*, ou seja, como o pertencimento e participação dos membros apenas nos elementos e/ou estruturas marginais em cada um destes setores institucionais; ou como marginalidade correspondente a um ou mais desses setores institucionais. Nestes termos, poder-se-á identificar marginalidade social total ou, então, a marginalidade econômica, ou a marginalidade social, ou a marginalidade política, ou a marginalidade ecológica, ou a marginalidade cultural e psicológico-social. (QUIJANO, 1978, p. 38).

A dominação social, afirma Quijano, é espontaneamente gerada a partir da organização do grupo social e de seus elementos e o substrato econômico é, por excelência, uma forma de estratificação social geradora de marginalidade e dominação, mas não é o fundamento único dessa dominação. Os grupos sociais podem ser dominados inclusive em situação de homogeneidade econômica. Vejamos:

Toda sociedade complexa historicamente conhecida se organiza e se integra numa estrutura hierárquica de seus elementos. Do ponto de vista dos membros, isso se expressa e opera como um sistema de dominação social (...) Embora seja certo que a situação de marginalidade pode coincidir com a situação de dominado, isso não tem que assim ocorrer necessariamente, pois depende sempre da marginalidade concreta na qual esteja inserido um conjunto de membros da sociedade (...) Um conjunto de membros, pode ter, porém, uma situação de dependência ou dominada na estrutura básica da sociedade, e, não obstante pertencer a ela plenamente, e a marginalidade estar, em consequência ausente de sua existência na sociedade. Este é, sem dúvida, o caso das populações trabalhadoras industriais numa sociedade industrial burguesa. (QUIJANO, 1978, p. 36).

Quijano está se referindo àqueles que “estão integrados na estrutura básica dos setores econômico-sociais e que se encontram, apesar disso, incorporados marginalmente ao setor político, ou cultural, ou ecológico, ou a todos esses ao mesmo tempo” (QUIJANO, 1978, p. 39).

Quijano define a marginalidade social como:

Um modo limitado e inconsistente de pertencimento e de participação na estrutura geral da sociedade, seja a respeito de certas áreas dentro de suas estruturas dominantes ou básicas, seja a respeito do conjunto destas, em todos ou em parte de seus setores institucionais. (QUIJANO, 1978, p. 39).

Infere-se, assim, que, na estrutura social, existem marginalidades que se distinguem de uma forma que não está encrustada no aspecto mais básico da sociedade, e que poderia ser resolvida com uma prática política inclusiva. Isso remete às formas de marginalização econômicas, que se solucionariam com uma distribuição mais igualitária do capital, da moradia, dos bens e dos serviços

públicos. A ação que é necessária para combater esse tipo de marginalidade é realizada sobre o próprio grupo marginal.

Uma segunda forma de marginalidade, cujo debate já foi levantado anteriormente, é aquela segundo a qual os fundamentos da estratificação social em classes são encontrados na própria sociedade, não no grupo marginal. Essa perspectiva pressupõe um verdadeiro antagonismo conflituoso existencial entre o grupo marginal e o grupo dominante. As ações no sentido de combater essa forma de marginalidade, então, são dirigidas à sociedade, e essa forma de marginalidade pode ser visualizada sempre que as classes são antagônicas: por estruturas sociais excludentes, por exemplo. Nesse sentido, é a própria estrutura básica da sociedade – da classe dominante, em específico – que precisa ser alterada para modificar a relação de subalternidade. Vejamos em Quijano.

Há marginalidade e marginalidade: uma que não afeta a sociedade em seu caráter básico, mas apenas em algum setor e nível dela, e que pode ser eliminada por uma ação sobre a marginalidade, mais que sobre a sociedade; outra, que pressupõe um conflito radical entre a existência marginal e a existência da estrutura básica da sociedade, porque esta existe enquanto aquela exista, e, em decorrência, esta forma de marginalidade não pode ser superada sem modificação da natureza da sociedade como tal. (QUIJANO, 1978, p. 49).

Os substratos diversos das formas de marginalidade aqui apontados levam à reflexão de que as ferramentas para a alteração das relações de dominação e marginalização também precisam ser múltiplas. E que uma mesma fórmula – normalmente a fórmula do dinheiro – não serve para *desmarginalizar* todos os grupos dominados das sociedades plurais contemporâneas. Entretanto, poderíamos começar por aí: pela igualdade econômico-social, como forma de permitir a integração plena na sociedade e a capacidade real de buscar a igualdade jurídico-política, a possibilidade de falar, de constituir direitos.

Essa é a ideia de marginalidade, a ideia por trás da condição de sujeitos que não são “sujeitos de direito” e que servirá para a construção de uma categoria materialmente observável de um sujeito real, não um sujeito de direito, mas um sujeito de luta e resistência em busca dos direitos prometidos por essa categoria universal. Um sujeito que pertence à sociedade, mas não a integra completamente, em razão de dominações econômicas, culturais, sociais, políticas e jurídicas que o *marginalizam*. Vejamos como se construiu realmente esse *outro sujeito* na nossa história.

4. A realidade do sujeito subalterno

A professora indiana Gayatri Chakravorty Spivak é uma das pessoas mais influentes dentro da crítica cultural contemporânea; *Pode o subalterno falar?* (SPIVAK, 2010) é considerado seu texto crítico mais polêmico, sendo amplamente difundido como uma referência essencial nos estudos do pós-colonialismo, com claras bases marxistas, pós-estruturalistas e desconstrucionistas.

A análise da obra tem por objetivo verificar, no trabalho de Spivak, a questão das marginalidades aplicadas ao contexto histórico da sociedade, o que acaba por produzir *sujeitos subalternos* contrapostos aos *sujeitos de direito* de que tratamos anteriormente.

Desvendar a questão trazida por Spivak, no sentido de identificar se o subalterno pode ou não falar na sociedade, é o meio pelo qual enfrento a questão que se coloca como o objeto central deste trabalho: saber se os grupos marginais, em uma dada sociedade, podem ou não constituir direitos para si.

O foco da análise de Spivak é a produção intelectual ocidental. Sua crítica se dirige exatamente à forma como são representados os sujeitos, questionando a própria condição de representação e a finalidade a que essa produção serve: aos interesses econômicos internacionais.

A conclusão de Spivak a respeito dessa temática nos parece muito interessante: a tão difundida crítica ao *sujeito soberano* realmente “inaugura um *novo sujeito*” (SPIVAK, 2010, p. 21, grifo nosso).

A proposição de Spivak traz a dualidade que constitui o objeto central deste trabalho. Seu argumento é o de que a produção teórica ocidental de homens brancos, ao representar o sujeito, dá-se de uma forma distorcida, que acaba por proporcionar as condições para o surgimento de outro sujeito, distinto daquelas das teorias universalistas: um sujeito da realidade subalterna.

Spivak quer identificar como as relações coloniais produziram a forma como se entende e se dá voz aos sujeitos pertencentes aos grupos menos poderosos na sociedade, a quem denomina “subalternos”. A autora critica principalmente a produção teórica sobre os sujeitos, realizada por homens, brancos, europeus, que falam sobre os subalternos de uma perspectiva externa à experiência real de suas vivências, em vez de reconhecerem e respeitarem o lugar de fala desses grupos. Para Spivak, essa postura colonial de produção intelectual distorce a realidade desses sujeitos, silencia os grupos subalternos e cria as condições mesmas de sua subalternidade.

Na segunda parte de *Pode o subalterno falar?*, Spivak quer esclarecer a noção de violência epistêmica a partir da experiência da lei hindu, que, segundo a

autora, foi até o século dezoito “internamente incoerente” e aberta nos dois extremos, legitimando uma estrutura polimorfa do funcionamento legal. Também utiliza o exemplo da educação indiana, que revela uma posição etnocentrista de hegemonização da educação indiana segundo um modelo colonialista perturbador, no qual a educação nativa se tornou a educação alternativa e a memória da cultura e da educação indiana tradicional precisaram de transcrições nos moldes coloniais para garantirem sua preservação (SPIVAK, 2010, p. 49).

Nesse contexto se exemplificam, na história indiana, formas de violências epistêmicas que operam uma tentativa de moldar – de forma heterogênea – uma sociedade em que os *outros* sujeitos não podem *falar e conhecer suas condições*. Nesse momento, Spivak questiona: “na divisão do trabalho do capital socializado, dentro e fora do círculo de violência epistêmica da lei e da educação imperialista, *pode o subalterno falar?*” (SPIVAK, 2010, p. 54, grifo nosso).

Para confrontar sua própria questão, a professora indiana passa a discorrer sobre o desenvolvimento do subalterno, afirmando que esse desenvolvimento é dificultado pelo projeto imperialista. A análise de Spivak é abordada dentro de uma coletividade intelectual denominada *Grupos de estudos Subalternos*, que se desenvolve nas ciências sociais aplicadas.

É da relação marcada por insurgências da ocupação colonial indiana que será extraído o primeiro argumento: o de que o sujeito que não é o subalterno normalmente *atrapalha* o desenvolvimento desses grupos ao representá-los por um discurso que não reflete a realidade de suas vivências. Vejamos como esse fato histórico se manifesta no exemplo da colonização indiana.

A historiografia do nacionalismo indiano foi dominada por muito tempo pelo elitismo – o elitismo colonialista e o elitismo burguês nacionalista (...) compartilh[ando] do preconceito de que a formação da nação indiana e o desenvolvimento da consciência – nacionalismo – que confirmaram esse processo foram exclusiva ou predominantemente sucessos da elite. Nas historiografias colonialistas e neocolonialistas, esses sucessos são creditados aos governantes coloniais britânicos, aos administradores, às políticas, às instituições e à cultura, todos britânicos; nos escritos nacionalistas e neonacionalistas os são às personalidades, às instituições, às atividades e às ideias da elite indiana. (GUHA, 2010, p. 56).

Fica evidente, nesse exemplo, como o processo de colonialismo deu origem a um outro sujeito, que não se identificava com a narrativa colonial, mas que identificava nela, ao contrário, uma forma de restrição da narrativa de si: um

problema frente a seu próprio desenvolvimento como sujeito que pensa sobre sua história. Esse mesmo processo se repetiu pelo mundo e, entre seus resquícios, se mantém a subalternidade.

Ao falar sobre a consciência do subalterno, Spivak tece sua crítica ao etnocentrismo da produção sobre o sujeito. Fala do papel do historiador enquanto mero “receptor”, que transforma uma insurgência em um “texto para conhecimento”. O “sujeito” que surge desses textos de insurgência pode, então, “servir apenas como uma contrapossibilidade para as sanções narrativas conferidas ao sujeito colonial nos grupos dominantes”. Para Spivak “no contexto de produção colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar” (SPIVAK, 2010).

Dessa forma, o sujeito e o outro foram construídos pela teoria imperialista, cuja mecânica distorceu o *outro* em razão de sua própria incapacidade de transportar a real experiência dos sujeitos subalternos pela visão colonizadora, e também pelo fato de que os sujeitos inseridos nessa produção o fazem de forma a mimetizar a ordem de dominação posta. Ainda mais: o próprio *agenciamento* na teorização de outros sujeitos se caracteriza como forma de silenciamento da produção do outro sobre si, impedindo o subalterno de *falar*.

5. Os grupos marginais podem constituir direitos?

Surge, então, o questionamento: o sujeito subalterno e marginalizado pode constituir direitos em igualdade de condições em relação ao sujeito de direito? O discurso do *outro sujeito* pode constituir algum direito? Nas palavras de Spivak: o subalterno pode falar? Instaura-se a pergunta: “O que a elite deve fazer para estar atenta à construção contínua do subalterno” (SPIVAK, 2010, p. 85).

A formação ideológica do sujeito na história é a própria fundamentação da produção do silenciamento do sujeito subalterno, que se opera por meio da representação realizada pelo *teórico ocidental*.

Desta forma, quando formos confrontados com as perguntas: “pode o subalterno falar?” e “pode a mulher subalterna falar?”, nossos esforços para dar ao subalterno uma voz na história estarão duplamente suscetíveis aos perigos que incorre o discurso [de Freud]. Como um produto dessas considerações, elaborei a sentença “homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (SPIVAK, 2010, p. 91).

O que Spivak pretende é, em suas palavras: “explicar a dissimulação ideológica da economia política imperialista e delinear uma história de repressão

que produz uma sentença como a que esbocei”. A autora pretende o mesmo no exemplo em que a “viúva hindu sobe a pira funerária do marido morto e imola-se sobre ela. Esse é o sacrifício da viúva”. Um ritual hindu, abolido pelos colonizadores britânicos, um exemplo da sentença de Spivak, em que um homem branco colonizador salva mulheres “de pele escura” de homens “de pele escura” (SPIVAK, 2010, p. 93).

Spivak chama a atenção para a produção da história centrada no homem branco, no colonizador imperialista, coloca o *outro sujeito* numa posição do *diferente*, uma posição que é inferior. Isso imbuí os processos dos grupos dominantes de um significado de “explicar o diferente” ou – o que é ainda mais grave – de “salvação do diferente”.

Obviamente não estou advogando a matança de viúvas. Estou sugerindo que, entre as duas versões opostas de liberdade, a constituição do sujeito feminino *em vida* é o lugar do *différend*. No caso da autoimolação das viúvas, o ritual não está sendo redefinido como uma superstição, mas como um *crime*. A gravidade do *sati* foi ele ter sido ideologicamente imbuído do sentido de “recompensa”, assim como a gravidade do imperialismo foi ele ter sido ideologicamente imbuído do sentido de uma “missão social” (SPIVAK, 2010, p. 105).

É importante destacar a crítica feminista contida no pensamento de Spivak, que destaca, além das questões coloniais e socioeconômicas, a situação de subalternidade da mulher na sociedade. Esse ponto pode ser observado quando Spivak conta sobre a jovem Bhuvaneswari Bhaduri, que se descobriu fazendo parte de um grupo armado pela libertação da Índia e que se suicidou em função de suas convicções pessoais a respeito de um assassinato político, o que se recusou a cometer.

Spivak narra como o discurso que se sucedeu à morte de Bhuvanewari é concebido de forma que o relato hegemônico que se constrói fosse silenciador do subalterno. Spivak afirma que o subalterno, como um sujeito feminino, não pode ser ouvido ou lido, ao que parece sugerir que até uma forma tão drástica de manifestação do sujeito mulher será lida, interpretada e representada sempre de forma distorcida (SPIVAK, 2010). Ela conclui:

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridade globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como intelectual tem uma tarefa

circumscreta que ela não deve rejeitar como um floreio (SPIVAK, 2010, p. 126).

A conclusão de Spivak nos possibilita perceber que o subalterno *não pode falar*, porque as relações das sociedades pós-coloniais deixaram o projeto imperialista como sua base estrutural. Assim, a produção intelectual sobre o sujeito adquiriu um caráter colonial, hegemônico, masculino e branco, tornando-se a representação do sujeito colonizador, que é o próprio sujeito de direito: de direitos que ele inspira e cria para si. A teoria que esse sujeito produz *sobre o sujeito* é sempre universalista, tolhida da realidade dos *outros sujeitos*.

A nova ascensão do autoritarismo que marca os governos ultraconservadores levanta essas questões. Isso, porque os desafios sociais contemporâneos são mais uma vez moldados a partir de discursos políticos que reestabelecem relações de dominação e subalternidade entre sujeitos na sociedade.

É possível destacar o exemplo da liberdade de expressão e da liberdade acadêmica para o ensino sobre gênero e diversidade sexual, que marcaram a discussão política no Brasil dos últimos anos.

Acontece que, de um lado, o grupo dominante, composto pelos sujeitos que podem *falar* e, portanto, constituir direitos para si, fomenta um discurso que oprime todas as formas de dissidência sexual e de gênero. De outro, o grupo dominado, composto por sujeitos em relação de marginalidade fundada em bases identitárias comuns de sexo, gênero e/ou diversidade sexual adota práticas discursivas de resistência contra a insurgência dessas práticas conservadoras e excludentes.

A repressão e censura da educação sobre gênero e diversidade sexual. Trata das estratégias de poder que reprimem que os denominados “Estudos sobre gênero” surgidos no século XX na sociologia crítica norte-americana sejam levados para a educação básica brasileira. O que significa que, o ensino sobre sexualidade, precário no Brasil [...] ainda parte eminentemente de um ponto de vista binário, cisgênero e compulsoriamente masculino e heterossexual. Logo, a importância da alteração do paradigma da educação sobre sexualidade no Brasil interfere diretamente em um grupo. O grupo das “minorias, com bases identitárias definidas a partir do sexo/gênero e ou diversidade sexual”. (CAETANO, 2019, p. 94).

Os desafios sociais relacionados à sexualidade não são pontuais ou isolados. O exemplo acima é representativo de forças e estratégias de repressão discursiva

e política que representam e agenciam o *outro sujeito*, criando uma distorção da sua realidade e impedindo sua plena integração, produzindo e reproduzindo a relação de dominação, marginalidade e subalternidade.

Aquele que pertence a uma classe socialmente marginalizada e se encontra fora da posição de marginalidade *intelectual* ou *de instrução* tem uma tarefa que não deve rejeitar em relação ao seu grupo marginalizado. Deve usar o espaço que tiver para levantar e problematizar essa questão. Deve pensar o discurso de quem não pode falar em igualdade.

A teoria do sujeito colonial sempre interpretará e descreverá os outros sujeitos a partir de seu ponto de vista, de fora da realidade desses sujeitos, produzindo *sempre* uma distorção. Ao representar o *outro sujeito*, subalterno, essa teoria faz com que seja silenciada a sua produção de si, ao mesmo tempo em que produz as condições mesmas de sua subalternidade.

O subalterno não pode falar, pois não há valor atribuído a qualquer subalterno como um item de prioridade global ou local. Muito pelo contrário, os discursos sobre o sujeito têm em sua *agenda* os interesses que produzem e reproduzem as estruturas de dominação.

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi o de questionar se os grupos subalternos de uma estrutura social podem constituir direitos para si, ascendendo socialmente, de forma a se aproximar da experiência de ser um *sujeito de direito*.

Coube-nos destacar quem é o sujeito subalterno, e de onde deriva essa condição: da marginalidade. Como afirmamos anteriormente, sabe-se quem é o sujeito de direito: é aquele da teoria hegemônica, masculina, branca, europeia, pertencente aos altos extratos sociais, às classes dominantes, que construiu para si uma categoria formal abstrata que atende aos interesses desses grupos sociais dominantes. É o burguês, que não é nobre, mas que quer para si direitos, por ser humano, e que, por meio de um processo de consciência e tomada do poder econômico, utilizou-se do Direito para se garantir. Há ainda uma peculiaridade que é importante destacar neste trabalho: o sujeito de direito é uma categoria de reconhecimento jurídico e político, tido como naturalmente evidente. O substrato econômico não foi suficiente para garantir os direitos dos sujeitos burgueses, sendo necessário – e conquistado – o reconhecimento político-jurídico de sua condição enquanto classe sujeita a direitos.

O processo de formação do sujeito (de direito) acaba por criar um *outro sujeito*, que embora dotado da mesma condição, de humano, não fruía efeti-

vamente dos direitos do sujeito de direito, nem conseguia constituir direitos para si. Identificamos, nas valiosas lições de Anibal Quijano, que era a condição de *marginalidade* que fundamentava a estratificação social. Fica evidente que a questão do marginal, que gera um sujeito subalterno na sociedade, não é uma questão dos direitos formalmente postos, mas sim uma questão das barreiras de integração de alguns grupos sociais para constituir para si esses direitos.

O indivíduo que frui efetivamente dos direitos inerentes ao sujeito de direito é quem torna a vontade livre, em razão da sua possibilidade de expressá-la. O indivíduo em situações de marginalidade não o faz. A sociedade em que a marginalidade se produz é aquela na qual os grupos existentes, diversos e plurais, apresentam *problemas de integração*, estabelecendo relações de dominação econômica e/ou jurídico-política.

O sujeito subalterno, que não frui efetivamente de seus direitos humanos, enxerga a referência de seu *dever ser* no sujeito de direito, mas não é plenamente incorporado a essa categoria, experimentando barreiras para sua efetiva incorporação e tornando-se, por isso, marginal.

Identificamos no trabalho de Spivak, *Pode o subalterno falar?*, como as relações coloniais produziram a forma como se entende e se dá voz aos sujeitos pertencentes aos grupos dominados na sociedade, a quem a autora denomina “subalternos”.

A crítica principal de Spivak dirige-se à produção teórica sobre os sujeitos, que, realizada por grupos dominantes, fala sobre os subalternos de fora da experiência real de suas vivências, em vez de garantir mecanismos para que esses grupos possam falar por si mesmos.

Para Spivak, essa postura colonial de produção intelectual distorce a realidade desses sujeitos, silencia os grupos subalternos e cria as condições mesmas de sua subalternidade.

A conclusão de Spivak nos possibilita perceber que o subalterno *não pode falar*, porque as relações das sociedades pós-coloniais deixaram o projeto imperialista como resquício, e a produção intelectual sobre o sujeito adquiriu um caráter colonial, hegemônico, masculino e branco: o que é a representação do sujeito colonizador, que é o próprio sujeito de direito – dos direitos que ele inspira e cria para si.

A teoria que esse sujeito produz *sobre o sujeito* é sempre universalista, tolhida da realidade dos *outros sujeitos*. A teoria do sujeito colonial sempre interpretará e descreverá os outros sujeitos a partir de seu ponto de vista de fora da realidade desses sujeitos, produzindo *sempre* uma distorção. Assim, ao representar

o outro sujeito, subalterno, essa teoria faz com que seja silenciada a sua produção de si e produz as condições mesmas de sua subalternidade.

Conclui-se, portanto, que é preciso pensar o discurso de quem não pode falar em igualdade. Se o subalterno não pode *falar*, não pode instrumentalizar-se para *constituir direitos*, não vai sequer ser ouvido, nem lido, pois sua própria localização na estrutura de poder que se produz e se reproduz é a de dominado, de marginal. Logo, a resposta ao objeto precípua deste trabalho – *grupos marginais podem constituir direitos?* – tem de ser *não*. Ou, melhor: *sim*, mas, em primeiro lugar, eles precisam poder *falar*.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Presença, 1976.

CAETANO, F. **Liberdade de expressão e liberdade acadêmica para a educação sobre gênero e diversidade sexual**. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GUHA, R. Subaltern Studies I: Writing on South Asian History and Society. In: SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?**. Trad. Regina Goulart Almeida *et al.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010. p. 7-127.

KASHIURA JR., C. N. **Sujeito de Direito e Capitalismo**. 2012. 177 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LIBERA, A. de. **Arqueologia do Sujeito: Nascimento do Sujeito**. Trad. Fátima Conceição Murad. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2013.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACDONALD, E. The trouble with subjects: Feminism, Marxism and the questions of Poststructuralism. **Studies in Political Economy**, Abingdon, v.35, p. 43-71, 1991.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

QUIJANO, A. Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social. *In*: PEREIRA, L. (org.). **Populações Marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. p. 13-71.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?**. Trad. Regina Goulart Almeida *et al.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

TOURAINE, A. The Subject is Coming Back. **International Journal of Politics, Culture, and Society**, New York, n. 18, p. 199-209, 2005.

TOURAINE, A. **Crítica da Modernidade**. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes: 1994a.

TOURAINE, A. **Crítica de la Modernidad**. Trad. Alberto Luis Bixio. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 1994b.

Recebido em 23 de março de 2020.

Aprovado em 04 de junho de 2020.

AN ANALYSIS ON PARADOXICAL GENDER EQUALITY+ POLICIES AND THE VIOLENCE IN BRAZIL

Renan de Souza¹

ABSTRACT: Brazil records alarming rates of epidemic violence against women and LGBTQ+. According to statistics, the country ranks as the fifth most violent for women and the deadliest in the world for homosexuals. On the other hand, progressive policies to support both groups have been implemented by different public administrations in the last decades generating remarkable milestones. Despite being considered as cutting-edge, those actions have not necessarily translated into a reduction of violence. One explanation for these paradoxes between progressive policies to protect women, LGBTQ+ and the frequent violence against these groups, might be found in historical, cultural, and religious roots. This article highlights that, notwithstanding that some progress was made in Brazil, the rise of conservative and far-right groups may undermine all the advancement reached in the last decades, which could lead to the aggravation of the gender-based violence in the country.

KEYWORDS: Women. LGBTQ+. Brazil. Violence. Gender.

UMA ANÁLISE SOBRE O PARADOXO DAS POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO+ E A VIOLÊNCIA NO BRASIL

RESUMO: O Brasil registra dados alarmantes de violência contra as mulheres e LGBTQ+. O país aparece em estatísticas como o quinto mais violento para as mulheres e o mais mortal do mundo para os homossexuais. Por outro lado, políticas progressistas de proteção e apoio aos dois grupos foram adotadas por diferentes governos nas últimas décadas gerando marcos his-

¹ University of London, London – UK. MA International Relations, Goldsmiths. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9065-4029> . renan.azuos@gmail.com.

tóricos. Embora consideradas de vanguarda, essas ações não representaram, necessariamente, uma redução da violência. Uma explicação para esse paradoxo entre políticas progressistas para proteção de mulheres e LGBTQ+ e a constante violência contra esses grupos pode ser encontrada em raízes históricas, culturais e religiosas. O artigo ressalta que, por mais que tenha havido avanços no Brasil, a ascensão de grupos conservadores e de ultradireita no país pode minar todo o progresso atingido nas últimas décadas, o que pode agravar ainda mais a problemática da violência de gênero no país.

PALAVRAS-CHAVE: *Mulheres. LGBTQ+. Brasil. Violência. Gênero.*

1. Introduction

Gender equality+ policies in Brazil are, probably, one of the most controversial in the world. On the one hand, the country has a progressive system and laws to protect women and LGBTQ+. On the other, the nation is the deadliest place in the world for gay people (HM, 2018) and has the planet's fifth-highest femicide rate (ONU BRASIL, 2016). However, one could argue: why are not the laws stopping the violence against women and LGBTQ+ community?

According to the World Health Organization (WHO), Brazil is the deadliest nation in the world for women after El Salvador, Colombia, Guatemala, and Russia. The country has a record of 4.8 homicides per 100 thousand women. In the most recent research, published in August 2018, the Brazilian watchdog *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*² revealed that 606 cases of domestic violence and 164 cases of rape are reported in the country every day. When it comes to the LGBTQ+ population, the situation is not so different in Brazil. The NGO Transgender Europe estimates that 868 transgender people have lost their lives violently in the nation in the period from 2008 to 2016. Four hundred and forty-five homosexuals were murdered in Brazil in 2017. In four and a half years, 1.6 thousand people were assassinated as victims of homophobia and hate crimes in the country, according to the Brazilian watchdog "Gay Bahia Group," responsible for compiling the statistics. On average, this data represents one death per day. In light of the recent political instability, polarisation and division in the country, which resulted in the election of far-right presidential candidate Jair Bolsonaro (known by his inflammatory comments about women

² Loose Translation: "Brazilian Forum of Public Safety"

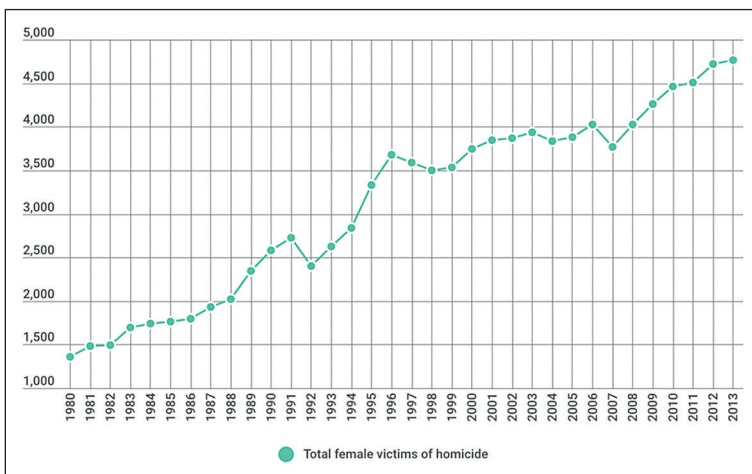
and homosexuals), it is vital to identify the paradox at the heart of the Brazilian state and society regarding women and LGBTQ+.

Therefore, this essay will be structured in three parts to cover these topics. The first unit will analyse the contradictions between the legal system to protect women in Brazil and the violence against them. The following unit is dedicated to a similar approach regarding the LGBTQ+ population in the country. Lastly, the third section will briefly address the rise of far-right groups in Brazil and the danger imposed by this movement to LGBTQ+ and women in a prospective scenario.

2. Women's right and the violence against them

Every nine minutes, a woman is raped in Brazil (VIOÊNCIA..., 2018). Every day, three women are victims of femicide in the country (VIOÊNCIA..., 2018). From 2016 to 2017, the rape cases rose by 8.4%. In 2017, 4,539 women were victims of homicides in the country, an increase of 6.1% compared to the previous year. From this total, 1,133 deaths of women were registered as femicide (FBSP, 2018). In 38 years, the number of women killed in Brazil increased by 252% (see figure 1).

Figure 1 – Women Killed in Brazil: The number of women killed in Brazil increased 252% from 1980 to 2013



Source: Carless (2015).

Despite this widespread violence against women, Brazil, until over a decade ago, did not have any specific law to punish and criminalize the violence against women. In 1985, Sao Paulo State was the first Brazilian region to create Woman's Police Stations³, a public space dedicated exclusively to support women victims of violence. Those stations are responsible for providing legal and psychological advice, temporary shelter, and medical treatment to victims of violence and sexual aggression. The concept was also expanded and implemented in all other states of the country.

Abroad, the country has signed international treaties such as *The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW)*, adopted by the UN General Assembly in 1979 (THE CONVENTION..., 1979), and the *Inter-American Convention on the Prevention, Punishment, and Eradication of Violence against Women* (OAS, 1994), also known as the *Convention of Belém do Pará*. However, after being condemned by the Organization of American States (OAS) for being tolerant and omitted in cases of violence against women, and pressured by human rights and feminist movements, Brazil approved in 2006 the bill named as *Maria da Penha*⁴, signed by the leftist president Luiz Inácio Lula da Silva. The law “identifies as domestic and family violence against women any action or omission based on gender that causes death, injury, physical, sexual or psychological suffering and moral or property damage” (PAES, 2017). The country also created a special judicial and legal system to prevent the aggressor from contacting a female victim, physically restricting the access by the perpetrator to the victim. This law also offers protection regardless of sexual orientation and has shed light on the issue of violence against women by creating public awareness about this epidemic issue.

The *Maria da Penha Law* is a local milestone in a struggle against all and any sort of violence and discrimination targeting women. In her article, the author Barbara Paes (2017) details why this law was a meaningful change for women in Brazil:

[...] In 2002, before the existence of the “Maria da Penha” law, a study by the WHO estimated that about 20% of the women who had been physically assaulted by their husbands in Brazil have remained in silence and did not report the experience - not even to friends and family. A survey

³ Loose Translation from Portuguese term *Delegacia da Mulher*.

⁴ The Maria da Penha law, number 11.340, sanctioned on 7th August 2006 was named to honour a Brazilian woman who suffered two attempts of murder by her husband, and ultimately, became a prominent figure campaigning to combat the violence against woman.

performed seven years after the enactment of the “Maria da Penha” law, showed a different scenario: that 86% of the public believes that women should report domestic violence cases to the police. The survey also demonstrated that 98% of the population has heard of this law and a large portion of the population feels like more women are reporting thanks to the new legislation. [...] (PAES, 2017).

In 2015, Brazil again took a step further, when former president Dilma Rousseff, also from the left-wing, included the femicide in the Brazilian criminal code as well as the discrimination against women. Nevertheless, twelve years after *Maria da Penha law* was enacted and the system of women’s protection was created, homicides against them are still high. Only in 2018, 73 thousand cases of violence against women were reported to the centre for assistance to women in situation of violence (Ministry of Human Rights). In 2016, 12 thousand cases were reported. Although some critics could argue that the violence is not on the rise necessarily -- but there is an increase in the number of cases reported to the police due to the awareness represented by the legislation -- even if this was the case, the high number of reported cases is not compatible or acceptable for a developing country, like Brazil, figuring as the ninth-largest economy in the world (SMITH, 2018).

In an interview addressing the gender-based violence in Brazil, director-president of the watchdog *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* Renato Lima said that the “violence against women in Brazil is somehow accepted since it has an element of history” (PAULO; ACAYABA, 2018). Perhaps the history of formation and colonisation of Latin America is, indeed, a key element and a clue to understanding the position of women in the genesis of society. In her findings, Miller (1991) wrote about the beginning of the colonisation period of the region and highlighted that Hispanic and Portuguese women were portrayed as primarily as “civilizers”. Whereas Indigenous women, girls, and women of African heritage had other roles in society and were deemed as “consorts”, “concubines”, labours in field, market, and homes. “Colonial society was constructed on distinctions of class, racial heritage, and ethnicity that remain central to an understanding of the history of women in Latin America” (MILLER, 1991, p. 16-17).

Nevertheless, the position of white women in Portuguese America differed from that of her counterparts in Spanish and English-speaking America (LAVRIN, 1978). The ideas brought up by Russell-Wood (1978) are essential to explain the inferiority position of the women in contemporary Brazilian society

as a heritage from the Portuguese mindset. The root of the problem refers back to the past in colonial Brazil, ruled by the Portuguese Empire (1500-1815).

Male-oriented, male-dominated, patriarchal societies, both ascribed as marginal role to the female, isolating her from mainstream developments in the colony. Anti-feminist and even misogynistic writers from the sixteenth to eighteenth centuries were widely read in Portugal and their work reflected not only on unshakable beliefs in the innate superiority of the male but corresponding disparagement for the female. At first sight, such attitudes appear wholly negative, humiliating the female by relegating her to an inferior position (LAVRIN, 1978, p. 68).

This passage explains the domination and oppression suffered by women in this patriarchal-based society, a model imposed since the beginning of Portuguese America in the sixteenth century. Nearly six centuries later, in Brazil, when a woman tries to get rid of this ancient-oriented misogynistic mindset, she becomes victim of a crime justified “[...] in an argument that women are not fulfilling their roles as mothers, housewives, and spouses because they are working, studying or involved with social networks, among others” (BANDEIRA, 2014, p. 456-457).

As observed in an article by the organisation Human Rights Watch, based on research published by *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, almost a third of Brazilian women and girls suffered, in 2017, some degree of violence, ranging from threats and beatings to attempted murder. More than half of the attackers were current or former spouses, partners, or acquaintances.

Brazil's colonial background, which has been examined by this essay after revisiting the country's history -- and the comparison of statistics and figures on violence against women -- lead this article to the introduction of the concept of *machismo*. The term is widely known in Latin America, rarely understood in the countries of the so-called first world and, mostly, rooted in the core of Brazilian society. To better comprehend the term *machismo* one has to borrow the concept created by Jo Fisher who describes it as “[...] a system of gender relations which exaggerates the differences between man and women according to their so-called ‘natural’ qualities and determines what is acceptable behaviour from each” (FISHER, 1993, p. 3).

The definition of the concept of *machismo* comes across with the patriarchal mindset, which deemed women as inferior in the early years of the formation of the Brazilian society. Nevertheless, as this essay has scrutinised, some

progressive policies were implemented in the Brazilian society aiming to achieve any degree of gender equality and fairness among male and female citizens. However, still the question to be posed is: why are not those laws stopping this violence against women in Brazil? To most Brazilian scholars, the answer may vary. Nonetheless, better training of law enforcement agents and misinterpretation of the *Maria da Penha* law are pointed out as the main reasons for the problem, especially the misrecognition of the psychological violence, seen as an invisible aggression, and generally deemed as the first step of a potential death of a woman.

According to researcher Maria Cecília Minayo, from *Fundação Oswaldo Cruz*, “[...] many police officers resist or refuse to register an occurrence, especially in cases of psychological violence, including death threats” (BANDEIRA, 2014, p.16). Director-president of the watchdog *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* Renato Lima shared similar views saying, “[...] the same way as a police officer is trained to use a firearm in the academy, we, at the forum, are encouraging protocols so that the police officer knows how to deal with a woman who has been a victim of violence [...]” (PAULO; ACAYABA, 2018).

Critically, The Human Rights Watch also endorsed the suggestion of better law enforcement in Brazil as part of measures to stop violence against women in the country and create public awareness about this critical issue. In an article, Maria Laura Canineu, director of the Human Rights Watch Office in Brazil, summarised the situation:

The police don't even take basic investigative steps in many cases when women report violence. They don't take a full statement or have the woman undergo a medical examination. Police stations, even female-staffed stations, lack private rooms to take victims' statements. So even when police are willing to take a statement, women are forced to tell traumatic and humiliating stories in public—and potentially tipping the abuser off that they sought help.

Then, often, police fail to investigate fully, leaving insufficient evidence to support a prosecution. Police often don't take adequate steps to protect victims who do come forward from suffering further abuse. Altogether, women lose faith in the system (CANINEU, 2018).

3. The LGBTQ+ rights and the violence against them

The situation faced by the LGBTQ+ population in Brazil does not differ from its heterosexual women counterparts in the country. Possibly, LGBTQ+ people face an even worst epidemic violence. The danger is imposed by the fact that every 19 hours, an LGBTQ+ person is murdered in Brazil (HM, 2018). Every 48 hours, a person with a transgender identity is killed in the same country (ANTRA, 2018).

These alarming statistics classify Brazil as the world's deadliest place for lesbians, gays, bisexuals, and transgender people (JACOBS, 2016). Four hundred and forty-five homosexuals were murdered in Brazil in 2017, an increase of 30% compared to 2016. In four and a half years, 1,600 thousand people were killed as victims of homophobia and hate crimes in the country, according to *Grupo Gay da Bahia*, the watchdog who has been responsible for compiling the statistics for the last 38 years. Those figures are even higher than the 13 countries located in Africa and the Middle East, where the death penalty is applied to homosexuals (HM, 2018).

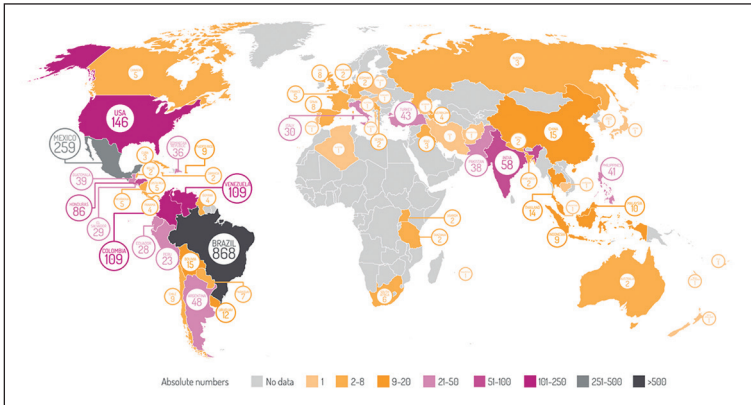
According to the statistics, this violence is epidemic in Brazil. In 2000, 130 homicides were registered. Ten years later, the figures reached a peak of 260 killings. In 2017, Brazil recorded 445 murders at an all-time highest rate. In ten months, 346 deaths were reported in 2018 (HM, 2018). Those data confirm the trend of increasing and outspread violence against LGBTQ+ people in Brazil, achieving alarming rates and unprecedented rates in the world.

Concerned about the situation, international organisations also have denounced the violence against LGBTQ+ people, hate crimes, and homophobia in Brazil. In 2017, the ILGA – the International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans, and Intersex Association, published a report ranking Brazil as the deadliest country for LGBTQ+ in the Americas (PALETTA, 2018).

If we examine the situation through the lens of the transgender victims, the case is even worst. The NGO Transgender Europe estimates that 868 transgender people (see figure 2) lost their lives violently in Brazil during the period from 2008 to 2016 (TGEU, 2016).

According to the Trans Murder Monitoring (TMM) research project, 167 killings of trans and gender-diverse people were registered in Brazil in 2018 (TGEU, 2018) alone.

Figure 2 – Transgenders Killed in Brazil: 868 trans and gender diverse people murdered in Brazil between January 2008 and June 2016



Source: Transgender Europe (TGEU, 2016).

In a space of ten years (from January 2008 to September 2017), Transgender Europe revealed that 2.609 trans and gender-diverse were murdered in 71 monitored countries. In total, 1071 cases were reported in Brazil. Comparing to a cisgender gay man, trans are 14 times more likely to be victims of assassination in Brazil (ANTRA, 2018).

Those data produce a paradoxical view about Brazil, the country which holds, annually, one of the largest Gay Pride parades in the world, attracting more than five million people just in the city of Sao Paulo (USA TODAY, 2019). Regarding the legal protection to the LGBTQ+ community, Brazil has also been quite progressive in this matter since the Imperial Period. In 1830, the new Brazilian Criminal Code was created decriminalizing the concept of sodomy, the most used term until the nineteenth century to define same-sex relationships. (PRETES; VIANNA, 2008). In that period, the Brazilian code was considered progressive in the world, receiving influence from countries such as Spain and France. (PRETES; VIANNA, 2008).

In 1999, the Brazilian Federal Council of Psychology stated that homosexuality is not a “disease”, “perversion”, or “disturb” (CFP, 1999). Seven years later, as evidenced in the previous chapter, the “Maria da Penha” law was the first federal law to recognize same-sex unions (between women). In 2011, the Brazilian Supreme Court ruled recognizing same-sex -- so-called -- stable unions allowing LGBTQ+ couples to have the same 112 constitutional rights as heterosexual married couples. Two years after this decision, the National Council

of Justice approved same-sex marriage in the country, converting the previous concept of civil union (BRASIL, 2013). Gay marriage was allowed in Brazil two years before the same decision was ruled in the United States by the Supreme Court.

In Brazil, LGBTQ+ also have their rights guaranteed in matter of legal adoption of children; to serve the military forces openly; right to change their legal gender and use their social names; right to citizenship for their foreigner partner and, beyond that, free access, through the National Health System, to sex reassignment surgery. The polemical conversions therapies are banned in the country (LGBT..., 2018).

At a first glance, Brazil seems to be a paradise on Earth for the LGBTQ+ population. However, the high rates of murders targeting gays, lesbians, and transgender people, as shown before, break any possible idea of a safe haven for this minority in the country. The roots of such violence -- as shown in the previous unit -- in part can, perhaps, be explained by examining Brazil's colonial history.

At that period, sodomy was severally repressed by the Portuguese rulers in the Brazil-colony (PRETES; VIANNA, 2008). Homosexuals were hunted and prosecuted by Inquisitorial Tribunals. The Brazilian anthropologist and historian, Luiz Mott, who wrote about this period, summarises the situation:

[...] There is conclusive evidence that homophobia was most cruel in the populated enclaves of this virgin land. We can see that it was precisely in this primordial formation of the Brazilian people that the roots of our exacerbated contemporary "machismo" infiltrated the national ethos. I believe that the conjunction of two historical factors, one contingent, the other essential, may explain why in the New World, the Iberians became so much stronger in their male chauvinism and our Lusitanian patriarchs even more authoritarian than they were in the Old Continent. [...] (MOTT, 2003, p. 176).

This historical argument corroborates with the suggestions of some scholars, researchers, and human rights activists in Brazil who are vocal about the criminalisation of homophobia to reduce the violent crimes against homosexuals in the country. For over ten years, this law had been discussed in the lower house or the senate (BRASIL, 2017). On 13 June 2019, the Brazilian Supreme Court, eventually, approved the criminalisation of homophobia. Some of the justices

recognised an institutional delay by the legislative chambers when reviewing the bill (BARIFOUSE, 2019).

In an interview to American newspaper The New York Times, Brazil's former openly gay congressman, Jean Wyllys, who fled the country in January 2019 after receiving death threats (BRAZIL'S..., 2019), had previously blamed the evangelical lawmakers saying they "[...] have stymied legislation that would punish anti-gay discrimination and increase penalties for hate crimes" (JACOBS, 2016).

Christian/Evangelical and reactionary lawmakers are, often, pointed out by scholars as part of the problem in Brazil. At some degree, their conservative discourse combined with the Brazilian culture of *machismo* are fuelling the hate speech and, ultimately, targeting the lives of LGBTQ+. Addressing the same issue, Jacobs (2016) argues that, for some researchers, the liberal policies have gone too far compared to traditional values, the Brazilian culture of *machismo* and evangelical Christianity in Brazil, an essentially vast and diverse country.

Apparently, this paradoxical view, which guides this essay, is widely observed around the globe resulting in damage to Brazil's image. Even in a travel advisory to its citizens, the United Kingdom government has said: "Brazil generally has had a tradition of tolerance. However, Brazilian society is quite conservative, particularly outside the larger towns and cities, and LGBT-phobic violence is a concern - you should exercise discretion" (FOREIGN..., 2018).

4. The Prospective Scenario

This last unit will briefly explore the future of Brazil regarding gender equality+. In October 2018, the far-right candidate, Jair Bolsonaro, popularly known as the "Trump of the Tropics", was elected as Brazil's president, inaugurating his first term in January 2019.

Bolsonaro carried out an entire politician career based on controversial and offensive comments about women and LGBTQ+ and other minorities. He shouted derogatory phrases against homosexuals such as:

"I won't fight against it nor discriminate, but if I see two men kissing each other on the street, I'll beat them up";

"I'd rather have my son die in a car accident than have him show up dating some guy".

(BRUM, 2018).

And against women:

“I had four sons, but then I had a moment of weakness, and the fifth was a girl”;

“I’m not going to rape you, because you’re very ugly”, [he said to a female congresswoman].

(BRUM, 2018).

This inflammatory rhetoric against LGBTQ+ and women, combined with lack of support and compromise about the issues described in the previous parts of this essay and no specific law supported by the president to tackle those issues, has been a growing concern to both of these groups in Brazil.

In an interview, LGBTQ+ activist Renan Quinalha said, “[...] the public policies for the LGBT of his [Bolsonaro] government will be hatred, ghettos, and closets. Isolation, indifference, and violence combined to put the LGBT on the margins of society” (PEREIRA JR., 2018).

This same fear is shared by women, who have created an online movement of resistance on Facebook to be vocal against Bolsonaro. The group *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro* (Women United Against Bolsonaro⁵) reached 2.5 million members since its creation in August 2018 (see figure 3). As their first rule, only women (cisgender and transgender) are allowed to join in. In September, the founder of this initiative, Ludimilla Teixeira, said to The Guardian newspaper: “[...] it is terrifying to think we might have a president who doesn’t care about gender equality, who supports the idea that women should be paid less than men” (PHILLIPS, 2018).

⁵ Loose translation from Portuguese

Figure 3 – Women Online Organisation: Facebook Group “Women United Against Bolsonaro”



Source: Reproduction-Facebook.

The Women's movement, together with the *#EleNão* (*#NotHim*⁶ in English) movement, LGBTQ+ activists, and other minorities in Brazil, triggered massive protests in all of Brazil's 27 states and in, at least, 66 cities around the world against Jair Bolsonaro in September 2018. This fact was unprecedented in Brazilian history, and it was considered the biggest ever demonstration organised by women (BRUM, 2018). This historical achievement can be explained by the fact of "[...] the systematic exclusion of women from the process of agenda-setting, affords them an opportunity to unite in a broad coalition on the basis of their shared identity" (BALDEZ, 2003, p. 253).

The lack of support from Jair Bolsonaro and his cabinet in tackling gender-based violence is likely to worsen the situation in Brazil in the upcoming years. This circumstance could lead to an increase in deaths of women and LGBTQ+ people, since the conservative Bolsonaro's constituencies may feel confident to expose their prejudice against those groups once there is no formal condemnation of their leader. Bolsonaro's inflammatory rhetoric towards women and LGBTQ+ is a fuel to the rooted *machismo* culture found in the heart of the Brazilian society.

⁶ Loose translation from Portuguese

Additionally, the non-commitment of Jair Bolsonaro about the issues brought up by this essay also represents a break of the basic principle of a modern state, which is the protection of its citizens. Epidemic violence in Brazil targeting women and LGBTQ+ is a clear example of what degree the Brazilian state has been failing in protecting its citizens. In this scenario, the division, hatred, and exclusion tend to come about marginalising citizens.

The conservative discourse in Brazil has used the old-fashioned rhetoric from the country's colonial period to target, according to their view, what and who is not confirming with the conservative patterns. As history has shown us, those hatred speeches, nowadays also boosted by the outspread of fake news, tend to end up in assassinations, civil wars, exterminations, divisions, underdevelopment, injustice, and culminate in an endless spiral of violence.

Gender equality+ in Brazil deserves careful attention within the country and also by the international community, multilateral organisations, and watchdog organisms.

5. Conclusion

As this essay has shown, the contradictions and dichotomy of women's and LGBTQ+'s rights are part of Brazilian history since the colonial period in the sixteenth century. As some scholars have demonstrated, this is a heritage from the Portuguese colonisation. Five hundred and nineteen years after Brazil was discovered, the culture of *machismo* is rooted in Brazilian society and at the heart of the state resulting in an epidemic of gender and sexual-based violence.

Not even progressive gender equality+ laws were able to stop the violence in the last three decades. Regarding women, Brazil is the fifth most lethal country in the world for them. In this issue, the solution pointed out by scholars and specialists is better training of law enforcer agents to prevent violent crimes, femicide, domestic violence, and any other forms of aggression against women. Moreover, perhaps the solution also can be found in better school education, public campaigns, media, and advertisement to achieve public awareness against the culture of *machismo*.

The same is applied to the LGBTQ+ population, other victims of this obsolete and archaic way of thinking and interacting inside an organised modern society. From a LGBTQ+ perspective, the recently approved law that criminalises homophobia and hatred crimes could be part of the solution to tackle this issue, as highlighted by some specialists.

President of Brazil, Jair Bolsonaro, might face strong opposition during his presidency, especially from women's movements, LGBTQ+, and other minorities in Brazil based on his bias and hatred speech. Bearing this in mind, the Brazilian leader should change this rhetoric in order to avoid the aggravation of the gendered and sexual-based violence in the country. Those high crime rates are not acceptable considering the current global mindset and taking into account that Brazil is the ninth-largest economy in the world and it aims to be considered as a developed nation in the future.

REFERENCES

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS [ANTRA]. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. 2018. Available at: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Accessed on: 21 Nov. 2018.

BALDEZ, L. Women's movements and democratic transition in Chile, Brazil, East Germany, and Poland. **Comparative Politics**, New York, v.35, n.3, p.253-272, 2003.

BANDEIRA, L. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.29, n.2, p.449-469, 2014.

BARIFOUSE, R. STF aprova a criminalização da homofobia. **BBC News Brasil** [online], São Paulo, 2019. Available at: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Accessed on: 13 Jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Criminalização da homofobia voltará à pauta do Senado em 2018**. Brasília: Senado Federal, 2017. Available at: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/12/criminalizacao-da-homofobia-voltara-a-pauta-do-senado-em-2018>. Accessed on: 22 Nov. 2018.

BRASIL. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo. Brasília: CNJ, 14 maio 2013. Available at: http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf. Accessed on: 22 Nov. 2018.

BRAZIL'S sole openly gay congressman leaves country after death threats. **The Guardian** [online], 2019. Available at: <https://www.theguardian.com/world/2019/jan/24/jean-wyllys-brazils-openly-gay-congressman-leaves-job-country-amid-death-threats>. Accessed on: 24 Jan. 2019.

BRUM, E. How a homophobic, misogynist, racist ‘thing’ could be Brazil’s next president. **The Guardian** [online], 2018. Available at: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/oct/06/homophobic-misogynist-racist-brazil-jair-bolsonaro>. Accessed on: 22 Nov. 2018.

CANINEU, M. For Brazil’s Women, Violence Begins at Home. **Human Rights Watch** [online], 2018. Available at: https://www.hrw.org/news/2018/01/31/brazils-women-violence-begins-home#_ftn2. Accessed on: 19 Nov. 2018.

CARLESS, W. Brazil’s shocking violence against women, in five charts. **The World** [online], 2015. Available at: <https://www.pri.org/stories/2015-11-18/brazils-shocking-violence-against-women-five-charts>. Accessed on: 23 Nov. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. **Resolução CFP nº 001/99, de 22 de março de 1999**. Brasília: CFP, 22 mar. 1999. Available at: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Accessed on: 22 Nov. 2018.

FISHER, J. **Out of the shadows**. London: Latin America Bureau, 1993.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA [FBSP]. **Atlas da Violência**. 2018. Available at: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf. Accessed on: 23 Nov. 2018.

FOREIGN travel advice: Brazil. **Gov.uk** [online]. Available at: <https://www.gov.uk/foreign-travel-advice/brazil/local-laws-and-customs>. Accessed on: 22 Nov. 2018.

HOMOFOBIA MATA [HM]. **População LGBT morta no Brasil: relatório 2018**. 2018. Available at: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2020/02/relatorio.2018.2docx-2.pdf>. Accessed on: 21 Nov. 2018.

JACOBS, A. Brazil is Confronting an Epidemic of Anti-Gay Violence. **New York Times** [online], 2016. Available at: <https://www.nytimes.com/2016/07/06/world/americas/brazil-anti-gay-violence.html>. Accessed on: 21 Nov. 2018.

LAVRIN, A. **Latin American women**. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1978.

LGBT Rights in Brazil. **Equaldex** [online]. Available at: <http://www.equaldex.com/region/brazil>. Accessed on: 22 Nov. 2018.

MILLER, F. **Latin American Women and the Search for Social Justice**. London: University Press of New England; Hanover, 1991.

MOTT, L. **Crypto-Sodomities in Colonial Brazil**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES [OAS]. **Inter-American Convention On The Prevention, Punishment, And Eradication Of Violence Against Women (Convention Of Belém Do Pará)**. 1994. Available at: <https://www.oas.org/en/mesecvi/docs/Signatories-Table-EN.pdf>. Accessed on: 16 August 2020.

ONU BRASIL. ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. **ONU Brasil** [online], 2016. Available at: <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Accessed on: 23 Nov. 2018.

PAES, B. How is Open Government related to Violence Against Women in Brazil?. **Open Government Partnership** [online], 2017. Available at: <https://www.opengovpartnership.org/stories/how-is-open-government-related-to-violence-against-women-in-brazil/>. Accessed on: 18 Nov. 2018.

PALETTA, D. The Americas in 2016: a year marked by significant advances, violence and anti-rights stakeholders. **Ilga World** [online], 2018. Available at: <https://www.ilga.org/americas-2016-ILGA-State-Sponsored-Homophobia>. Accessed on: 21 Nov. 2018.

PAULO, P. P.; ACAYABA, C. Brasil tem mais de 600 casos de violência doméstica por dia em 2017. **G1** [online], 9 ago. 2018. Available at: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/09/brasil-tem-mais-de-600-casos-de-violencia-domestica-por-dia-em-2017.ghtml>. Accessed on: 19 Nov. 2018.

PEREIRA JR., A. O futuro dos LGBTQ+ num governo Bolsonaro é viver no medo. **Vice** [online], 2018. Available at: https://www.vice.com/pt_br/article/pa9wbz/o-futuro-dos-lgbt-num-governo-bolsonaro-e-viver-no-medo. Accessed on: 22 Nov. 2018.

PHILLIPS, T. Stop this disaster': Brazilian women mobilise against 'misogynist' far-right Bolsonaro. **The Guardian** [online], 2018. Available at: <https://www.theguardian.com/world/2018/sep/21/brazilian-women-against-jair-bolsonaro-misogynist-far-right-candidate>. Accessed on: 22 Nov. 2018.

PRETES, E. A.; VIANNA, T. História da Criminalização da Homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. In: LOBATO, W.; SABINO, C.; ABREU, J. F. (org.). **Iniciação Científica: destaques 2007**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008. v.1. p. 313-392.

RUSSELL-WOOD, A. Iberian Expansion and the Issue of Black Slavery: Changing Portuguese Attitudes, 1440–1770. **The American Historical Review**, Cary, v.83, n.1, p.16-42, 1978.

SMITH, R. The world's biggest economies in 2018. **World Economic Forum** [online], 2018. Available at: <https://www.weforum.org/agenda/2018/04/the-worlds-biggest-economies-in-2018/>. Accessed on: 27 Nov. 2019.

TRANSGENDER EUROPE [TGEU]. **TMM Update Trans Day of Remembrance 2018**. 2018. Available at: <https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-of-remembrance-2018/> Accessed on: 21 Nov. 2018.

TRANSGENDER EUROPE [TGEU]. **TMM Annual Report 2016**. Berlin: TGEU, 2016. Available at: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>. Accessed on: 21 Nov. 2018.

THE CONVENTION On The Elimination Of All Forms Of Discrimination Against Women. 1979. Available at: <https://treaties.un.org/doc/Publication/MTDSG/Volume%20I/Chapter%20IV/IV-8.en.pdf>. Accessed on: 16 August 2020.

USATODAY.COM. 2019. **Pride 2019: The World's 15 Biggest LGBTQ Celebrations, From New York To Tel Aviv**. [online] Available at: <<https://www.usatoday.com/picture-gallery/travel/2019/06/10/pride-2019-worlds-biggest-lgbtq-festivals/39552479/>> [Accessed 16 August 2020].

VIOLÊNCIA contra a mulher em dados. **Agência Patrícia Galvão** [online]. Available at: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>. Accessed on: 23 Nov. 2018.

Recebido em 11 de fevereiro de 2020.

Aprovado em 05 de junho de 2020.

“ELES QUEREM QUEBRAR A MESA”: TERRORISMO E DIÁLOGO

Mariana dos Santos Faciulli¹

RESUMO: Este artigo se propõe a discutir a figura do *novo terrorista* enquanto uma construção política e epistêmica que se fundamenta sobre a produção histórica do *Outro racial* e serve de veículo à sua manutenção. Partindo de alguns fundamentos característicos à abordagem teórica em torno do conceito de novo terrorismo, discuto como a apreensão epistêmica racializada de determinadas ações violentas, ao confina-las na categoria contemporânea de *terrorismo*, extirpa-as de sua inteligibilidade e impede *a priori* a consideração de seu caráter dialógico.

PALAVRAS-CHAVE: Terrorismo. Violência. Racialidade. Outro racial.

“THEY WANT TO SHATTER THE TABLE”: TERRORISM AND DIALOGUE

ABSTRACT: This article aims to debate the figure of the new terrorist as a political and epistemic construction that is sustained upon the historic production of the Racial Other and serves as a means of its maintenance. Drawing from some groundwork proper to the theoretical approach surrounding the concept of new terrorism, I consider how the racialized epistemic seizure of certain violent actions, by confining them in the contemporary category of terrorism, extirpate them from their intelligibility and prevents them *a priori* of a consideration regarding their dialogical character.

KEYWORDS: Terrorism. Violence. Raciality. Racial Other.

¹ Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP – Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9826-2257>. mariana.faciulli@usp.br.

Introdução

Em discussões seminais, o *terrorismo* foi tratado como um fenômeno que não demandava atenção excepcional, frequentemente objeto de abordagens em que figurava como uma entre muitas formas de ação política. Gradativamente consolidou, em torno de si, um campo específico de pesquisa, que nutriu uma atenção particularizante e perspectivas que o tratavam independentemente de outras formas de violência e áreas de estudo (JACKSON, 2012). Esse movimento ganhou força exponencial a partir de 2001, com os atentados ao *World Trade Center*, momento em que as produções em torno do tema cresceram significativamente em número e impacto (SILKE; SCHMIDT-PETERSEN, 2015). Concentradas, desde então, nos Estados Unidos e na Europa, essas produções deram substância a uma comunidade epistêmica informal – composta por sociólogos, cientistas políticos, filósofos, teóricos das relações internacionais, da psicologia social, entre outros – que compartilha perspectivas e abordagens similares acerca dos fundamentos e singularidades que caracterizariam um suposto terrorismo contemporâneo (JACKSON, 2012).

Constituindo-se, em parte, por figuras influentes em nível da burocracia estatal e aconselhamento institucional e, simultaneamente, tratando de eventos que mobilizam de forma substancial a atuação midiática e a atenção pública, a produção político-epistêmica sobre o *terrorismo* detém uma potência arrasadora na reiteração das ordens simbólicas e dos contextos materiais aos quais se refere. Utilizando-se de *experts* autorizados e abordagens “legítimas”, atua produtivamente na (re)estruturação efetiva das posições dos sujeitos no espaço social e na consolidação de formas exclusivas de compreender determinados tipos de agentes e interações políticas (MILLIKEN, 1999).

Ao longo de toda produção teórico-científica em torno da ideia de *terrorismo*, seus expoentes foram assombrados por conflitos relacionados à consistência, à coerência e à operacionalização do conceito; uma necessidade intrínseca de elaborar uma definição que abarcasse, invariavelmente, um contingente de eventos que partilhassem um cerne distintivo comum. Nesse processo, houve tamanho alargamento da categoria e flexibilização das convenções conceituais pré-existentes, que as ações agregadas sob o guarda-chuva do *terrorismo* passaram a oferecer um número significativo de exceções aos critérios tratados como “fundamentais” e “distintivos” do fenômeno – os eventos associavam-se, em larga medida, apenas por meio de variáveis superficiais que também se fazem presentes em outros gêneros de práticas violentas (RAMSAY, 2014).

Concordo fundamentalmente com Jackson (2007) em seu tratamento do *terrorismo* enquanto constructo político-epistêmico, forjado a partir de uma apreensão parcial e socialmente localizada de violências físicas que, em si, são vivenciadas como fatos brutos. O *terrorismo* é, portanto, uma categoria intrinsecamente política (CRENSHAW, 2008; JACKSON, 2007; LOADENTHAL, 2019; NASSER, 2014; STAMPNITZKY, 2013; TURK, 2004). Contudo, acredito que é necessário, para além disso, que o conceito seja submetido a uma crítica radical que ultrapasse os questionamentos referentes às suas inconsistências e ambiguidades, ao seu caráter eminentemente corruptível ou às suas aplicações “politicamente injustas” e “ideologicamente enviesadas”. Tratando-o como uma categoria essencialmente performática e acusatória, defendo que o *terrorismo* seja criticado *enquanto conceito*; em sua própria existência e necessidade de utilização.

É como faz Misse (2008), ao discutir o conceito de violência. Nomear um evento em que há recurso à força e à agressão como violento, defende, não é uma ação puramente descritiva, mas de intervenção – à medida que o apontamento da violência demanda automaticamente a instauração de uma contra-violência que possa a impedir. A *violência*, portanto, quando tratada como conceito, operacionalizado analiticamente de modo unívoco e universal, detém um caráter intrinsecamente normativo e acusatório: “Quase sempre não descrevemos nem explicamos nada quando recorremos, em nosso cotidiano, à palavra ‘violência’ [...] Por recobrir um sentido negativo, sua polissemia potencializa a impossibilidade de contê-la em um enunciado de tipo constativo (MISSE, 2015, p.47).

Alargando a abordagem de Misse, defendo que é também esse o caso quando do apontamento e demarcação de ações e agentes como *terroristas*. Enquanto conceito, o *terrorismo* é inerentemente performático, detentor de um caráter acusatório e interventivo que não está presente apenas nas definições julgadas enviesadas ou conservadoras, mas no próprio apontamento do fenômeno enquanto um dado bruto, real; e, para tanto, em sua necessária construção como conceito e objeto de estudo. A instabilidade epistêmica que assombra o debate e a dificuldade em definir o “fenômeno” de modo consistente e satisfatório não são, portanto, contingenciais. O *terrorismo* pode ser qualquer coisa porque, essencialmente, não é nada. Ou, nos termos de Ramsay, seu caráter distintivo se encontra justamente em sua essência *negativa* – em termos de ausência e valoração: um conjunto de eventos violentos cuja especificidade primordial parece ser “o fato de eles serem, de algum modo, a violência errada no lugar errado²” (RAMSAY, 2014, p.225, tradução nossa).

² No original: “The primary characteristic of events of this type seems simply to be that they are, in some sense, the wrong violence in the wrong place” (RAMSAY, 2014, p.225).

Acredito, portanto, que sejam improdutivos os esforços em direção a definições mais “neutras” de terrorismo, idealmente dissociadas de cargas políticas ou ideológicas. Enquanto conceito, continuará a significar um vazio inerentemente pejorativo, cujo cerne distintivo, em termos práticos, encontra-se justamente em sua carga moral negativa e na ausência de validade intrínsecas que impedem a possibilidade de ressignificação da ação. Simultaneamente, está implicado que também a categoria de *terrorista*, imputada cuidadosamente a determinados agentes e organizações, seja questionada como veículo eficiente de naturalização e reprodução de tipos específicos de sujeitos politicamente forjados ao longo das dinâmicas históricas de violência e dominação.

1. Um novo terrorismo

Em janeiro de 2000, Daniel Benjamin e Steven Simon se pronunciaram, em uma publicação no *The New York Times*, sobre o que acreditavam ser “a nova face do terrorismo”. Em uma passagem que se tornou particularmente conhecida, concluíram:

No passado, os terroristas tipicamente buscavam atingir seus objetivos políticos através de violência cuidadosamente calibrada. Eles sabiam que brutalidade excessiva lhes negaria um lugar à mesa de negociação [...] Os terroristas aliados ao Sr. Bin Laden não querem um lugar à mesa; *eles querem quebrar a mesa*. Eles não são constrangidos por preocupações políticas seculares. Seu objetivo não é influenciar, mas matar, e em grandes números [...] É essa combinação – *motivação religiosa e um desejo de infligir um dano catastrófico* – que é nova ao terrorismo (BENJAMIN; SIMON, 2000, tradução nossa³, grifo nosso).

Os elementos centrais nessa passagem não são exclusivos ao pensamento de Benjamin e Simon⁴. O trecho é, na verdade, um exemplar bastante elucidativo

³ No original: “*In the past, terrorists have typically sought to achieve their political goals through carefully calibrated violence. They knew that excessive brutality would deny them the place they sought at the bargaining table [...] The terrorists allied with Mr. bin Laden do not want a place at the table; they want to shatter the table. They are not constrained by secular political concerns. Their objective is not to influence, but to kill, and in large numbers [...] It is just this combination -- religious motivation and a desire to inflict catastrophic damage -- that is new to terrorism*”. (BENJAMIN; SIMON, 2000).

⁴ Daniel Benjamin é um diplomata americano, atualmente diretor do *John Sloan Dickey Center for International Understanding* do *Dartmouth College*, tendo atuado, anteriormente, como coordenador em contra-terrorismo para o Departamento de Estado dos Estados Unidos. Steven Simon é professor visitante no *Colby College* e trabalhou como diretor sênior em assuntos do Oriente Médio e Norte da África, no Conselho de Segurança Nacional dos Estados

da concepção de terrorismo que se construía à época e um presságio da força que ela ganharia nos anos posteriores, sobretudo a partir do atentado de setembro de 2001. Vinte anos depois, mantém-se firme a linha divisória entre os *terroristas do passado* e o que passou a ser concebido como *novo terrorismo*, principalmente entre as produções político-epistêmicas que detêm maior impacto; e, como mudanças qualitativas fundamentais entre essas duas posições estão a *motivação religiosa* e – imprescindível – o *desejo de infligir um dano catastrófico*.

Quinze anos depois da publicação de Simon e Benjamin, Michel Wieviorka concedeu uma entrevista à *Época*, discutindo os últimos atentados em Paris e a realidade contemporânea da *ameaça terrorista*. Para o sociólogo, a atual conformação de uma personalidade potencialmente terrorista se explicaria pela confluência de três dinâmicas principais: a somatória de vulnerabilidades (desemprego, racismo) derivadas da resistência europeia à integração de imigrantes e refugiados; uma trajetória pessoal marcada pelas ausências paterna e materna, pelo fracasso escolar, pela delinquência ou pela criminalidade, que se associam e se traduzem em *jihadismo*; por fim, uma dinâmica geopolítica que, previsivelmente, teria sua explicação no *Choque de civilizações*, proposto por Samuel Huntington em 1993. Assim, Wieviorka defende:

A palavra “guerra” é inadequada. Sim, os “fanáticos” põem em xeque a liberdade de expressão. Mas seu ódio é muito mais profundo. Eles detestam o Ocidente, os valores universais que querem destruir. Para que haja guerra, é preciso que Estados sejam implicados, o que não é o caso (WIEVIORKA, 2015).

O que busco apontar, a partir deste cenário de desmantelamento do conceito, é que os *terroristas do passado* de Simon e Benjamin não são, ontoepistemologicamente, os *novos terroristas*. Em cada caso, essa posição é ocupada por tipos de sujeitos fundamentalmente diferentes – na forma como foram pensados e construídos historicamente. A ideia de um *novo terrorismo*, que começou a se esboçar nos anos 90, consolidou-se substancialmente a partir do atentado de 11 de setembro; isso implica que, após 2001, a concepção de *terrorismo* passou a se associar de modo praticamente intercambiável à ação de organizações e agentes árabes/muçulmanos cuja atuação norteia-se significativamente pela prática violenta.

Unidos. Publicaram, juntos, em 2003, o livro *The Age of Sacred Terror: Radical Islam's War Against America*, que teve forte impacto no cenário internacional.

O que se entende, informalmente, como *antigo terrorismo*, refere-se a uma gama de organizações e eventos que, em sua maioria, detinham caráter nacional e se motivavam por reivindicações políticas diversas (CRENSHAW, 2008). Embora também tivessem seus meios contestados – suas ações eram tratadas como ilegítimas e clandestinas, e seu recurso à violência eticamente condenado – seus agentes eram reconhecidos como detentores de uma racionalidade política e de uma bagagem moral que, naturalmente, agiria impelindo-os à contenção do dano e à minimização de ocorrências envolvendo não combatentes. O *novo terrorismo*, de modo diverso, é compreendido e retratado como uma ação *essencialmente* desmedida; impulsionada pela ausência de respeito à vida humana, por um ódio impassível pelos valores de liberdade e modernidade e pelo desejo de atuar por meio de uma *violência sem precedentes* que frequentemente tem em si mesma sua finalidade (GANOR, 2002; HABERMAS; DERRIDA; BORRADORI, 2003; MOGHADAM, 2001; MOITA, 2014; WIEVIORKA; SAGEMAN, 2017; WIEVIORKA, 2007).

Como aponta Silva (2016), o *Outro racial*⁵, enquanto elemento filosófica, científica e materialmente constituído, tem sua prevalência dissimulada no pensamento moderno ocidental por meio de operacionalizações estratégicas, naturalizantes, da concepção de *diferença cultural*. O recurso ético à noção de diferença cultural como uma potência explicativa encobre a presença ativa da *racialidade* como elemento jurídico-econômico que integra centralmente as dinâmicas de dominação e exploração da atualidade global. No que tange à ação *terrorista*, o recurso à diferença cultural é um movimento fundamental ao enclausuramento de certos tipos de sujeito na zona da ininteligibilidade e da incomunicabilidade.

O *Outro* da Europa, tendo sido historicamente constituído, por excelência, como zona de ausência e negação dos elementos vinculados à racionalidade interiorizada, à liberdade e ao desenvolvimento democrático constitutivos dos sujeitos ocidentais, é invariavelmente tido como agente em que há espaço, mas não contenção, para o florescimento da violência. Produtos de uma apreensão epistêmica racializada, as análises em torno do surgimento e manutenção da atividade violenta islâmica – ou *novo terrorismo* – sugerem uma associação entre a violência e fatores culturais idiossincráticos. Abordam o fenômeno enquanto manifestação de ímpetus irracionais de retorno coletivo à “tradição” e recusa à “bagagem civilizacional” moderna; perspectivas individualizantes que maximizam o caráter subjetivo das motivações, tratando-as por “incertezas”, “ansiedades” ou “excessos efetivos”. Ao passo que são omitidos os contextos históricos e sociais

⁵ Para maior conhecimento da forma como os conceitos *racial*, *Outro racial* e *racialidade* estão sendo utilizados aqui, ver Silva (2007, 2014, 2016).

em que essas posturas violentas nascem e se sustentam, bem como os interesses políticos e econômicos que as permeiam, forja-se a imagem de um conflito entre civilização e barbárie (TUASTAD, 2003).

Assim, a perspectiva que procuro oferecer – utilizando-me do arsenal teórico fornecido por Silva (2007, 2014, 2016) – é a de que o conceito epistêmico-político de *novo terrorismo* funciona como veículo contemporâneo de articulação e significação da *racialidade*, sendo esta um significante político que referencia os “momentos de uso do poder na *designação dos modos de ser humano* – ou seja, na própria formulação da noção de humanidade que agora circula no vocabulário global” (SILVA, 2014, p.81, grifo nosso). Defendo que o *[novo]terrorismo* funciona como significante metonímico da *racialidade*, concorrendo para o processo de produção da *diferença* necessário à manutenção das dinâmicas de exploração e dominação globais. Assim, o *Outro-terrorista*, alicerçando-se sobre o *Outro-racial* historicamente constituído e simultaneamente o articulando por meio de novas configurações, é a maleficência *ad hoc* da violência que responde à lógica da racialidade – ou, contextualizando, da ofensiva *contra-terrorista*.

2. Uma velha dinâmica racial

Em *What a body can do*, Elsa Dorlin (2019) recupera o conhecido episódio de março de 1991, em que o taxista negro Rodney King, sob acusação de dirigir em alta velocidade, foi perseguido e brutalmente abatido por oficiais da polícia de Los Angeles. O evento foi registrado por uma testemunha em um vídeo que, por alguns minutos, expõe o processo em que, sucessivamente espancado e eletrocutado por uma dezena de policiais, King tenta se levantar e se proteger⁶. O mesmo vídeo foi utilizado, um ano depois, no primeiro processo de acusação legal dos oficiais mais diretamente envolvidos, levados a responder por uso excessivo de força. O mesmo vídeo, ainda, foi parte importante da estratégia de convencimento da defesa que, dois meses depois, resultou no veredicto de absolvição dos oficiais.

Dorlin resgata o episódio a fim de chamar a atenção, particularmente, para a lógica argumentativa que garantiu a exoneração dos acusados: a defesa convenceu o júri de que os oficiais, submetidos à agressão, não tiveram outra saída que não uma resposta violenta; isto é, vendo-se em perigo, os policiais teriam se defendido. As reações físicas de King, empregadas após as primeiras investidas dos oficiais – um contexto que, idealmente, garantiria-lhes o caráter

⁶ Registro visual disponível em: <https://abcnews.go.com/Archives/video/march-1991-rodney-king-videotape-9758031>. Acesso em: 12 ago. 2020.

de legítima defesa – foram deslocadas à posição de violência instauradora; suas sucessivas reações defensivas foram interpretadas como gradações de uma agressividade que, para ser contida, não poderia demandar algo que não uma reativa violência bruta.

O registro visual, instrumentalizado para gerar uma *lacuna interpretativa*, garantiu que o mesmo evento pudesse existir de maneiras radicalmente diferentes. Essa difusão de narrativas diversas se tornou possível, aponta Dorlin, porque o vídeo foi interpretativamente mutilado e apresentado como uma multiplicidade de cenas temporalmente sequenciadas, mas desconexas entre si; as reações agressivas de King, tornadas fragmentos e arrancadas ao contexto social em que ocorreram, adquiriam um sentido outro que não o da sequência considerada em sua totalidade. O ponto fundamental é que essa mutilação interpretativa, neste caso, torna-se viável porque se alicerça naturalmente sobre uma *esquematização racial das percepções*, que desqualifica a existência do registro visual como dado bruto.

Essa apreensão epistêmica racializada de quaisquer eventos, defende Dorlin, é o que faz com que Rodney King, independentemente de sua localização prévia em um contexto de violência ou vulnerabilidade, seja necessariamente compreendido única e exclusivamente como um agente de violência; sempre ação, nunca reação. O caso é apenas um referente microscópico das dinâmicas históricas em que o *racial* marca fundamentalmente a divisão entre os agentes portadores da capacidade de violência defensiva/reactiva, e os agentes da ameaça e da agressão – aqueles cuja ação assume uma forma inteiramente negativa, já a princípio [des]qualificada como fonte de violência ativa, ou “pura violência” (DORLIN, 2019).

Esse contexto é continuamente atualizado por técnicas de poder materiais e discursivas que trabalham (entre outras coisas) para dissociar a percepção dos eventos das lutas sociais e políticas que trabalham, precisamente, para incrustá-los na história, ao passo em que forjam contextos alternativos para a apreensão e inteligibilidade da realidade vivida. Ao se defender da violência policial, *Rodney King tornou-se indefensável* (DORLIN, 2019, p.6, tradução nossa⁷, grifo nosso).

⁷ No original: “In fact, this framework is continually updated by material and discursive techniques of power that serve (among other things) to disaffiliate the perception of events from those social and political struggles that serve precisely to embed them in history, while crafting alternative frameworks for the apprehension and intelligibility of lived reality. By defending himself against police violence, Rodney King became indefensible”. (DORLIN, 2019, p.6).

O episódio de Rodney King não é excepcional; quase trinta anos depois, continua a se manifestar cotidianamente em contextos múltiplos. Nem se refere tão somente às interações violentas que o olho treinado à primeira vista apreende como opressivas ou assimétricas. Em sua acepção contemporânea – *racializada e racializante* – o *terrorista* é, por excelência, o agente da pura violência. A alcunha de *terrorista* veicula e autoriza ideias prévias de diferença cultural que inquestionavelmente ressignificam o *racial* e, com sucesso, encerra os agentes a que se refere na zona daquela violência que tem, em si mesma, seu nascimento e finalidade. E não se trata aqui de estabelecer uma discussão normativa sobre a legitimidade ou a razoabilidade de certas ações, ou mesmo de as realocar valorativamente, mas de expor processos ininterruptos de racialização que comprometem a compreensão complexa de certas dinâmicas de conflito.

Vigora uma lógica circular em que o elemento *terrorista* é aprioristicamente não passível de compreensão, justificação ou explicação alternativa às já circulantes no debate hegemônico. Paralelamente, o contra-terrorismo, enquanto violência reativa – independentemente dos recursos escolhidos – insere-se na tautologia da legitimidade, em essência antagônica à ação terrorista. Assim, o *contra-terrorismo* não poderia movimentar-se de outra forma que não a vigente, unidirecional e não-recíproca – com pontos de partida e chegada relativamente fixos e não intercambiáveis. Os papéis de, por um lado, detentor da capacidade reativa e, por outro, detentor da violência pura, ocupados em cada caso por tipos sociais previsíveis, são inteiramente dissociados e imiscíveis – o *terrorista* e as populações racializadas que primordialmente ocupam esse papel jamais se associam ao elemento passivo da relação. Assim apontam-se os corpos que, essencialmente, *significam* violência.

No caso do linchamento de Rodney King, a ação do Estado (através do intermédio de seus representantes armados) não é considerada violência, mas como reação à violência: *ele se defende contra a violência* [...] Nós podemos sustentar a hipótese de uma economia imperial da violência que paradoxalmente defende indivíduos que desde sempre têm sido reconhecidos como legítimos defensores de si mesmos. Essa economia mantém a legitimidade do uso de força física por determinados sujeitos, garantindo-lhes poderes de conservação e jurisdição (vigilantismo), ou o que equivale a uma licença para matar (DORLIN, 2019, p.7-8, tradução nossa⁸, grifo do autor).

⁸ No original: “In the case of the lynching of Rodney King, the state (through the intermediary of its armed representatives) is not regarded as violent but as reacting to violence: it defends itself against violence [...] We

A carta do *terrorismo* é, portanto, um véu político-epistêmico que mascara a existência de um “diálogo” prévio, e presente. Já a princípio, ela nivela o terreno e dissipa a necessidade de acessar e compreender outros sentidos potenciais, cujo esmagamento é o alicerce necessário para a veiculação de uma interpretação prioritária dos eventos. Encerrar determinados sujeitos na zona do *indefensável* não é apenas um impedimento *a priori* de que sua violência seja, em qualquer circunstância, compreendida como reativa; mas, mais radicalmente, a extirpação de todo o seu caráter dialógico. Uma vez enclausurado discursiva e materialmente na zona da *pura violência*, com todas as conotações que lhe são associadas – selvageria, fanatismo, refutação da modernidade – o atual elemento *terrorista* parece comunicar-se num idioma intraduzível, ininteligível.

Essa apreensão epistêmica racializada, que confina o elemento terrorista à zona da violência pura, ao obliterar um diálogo violento preexistente, torna bastante coerente, quase inquestionável, a afirmação de que “os terroristas aliados ao Sr. Bin Laden” estejam quebrando mesas em vez de sentar-se a elas. Mas, anterior à conversa de negociação que toma lugar à mesa da democracia liberal ocidental, há uma conversa muito mais bruta e menos diplomática, que se arrasta historicamente através de violências materiais e epistêmicas, entre as quais quebrar mesas é uma prática corriqueira. Na empreitada *contra-terrorista* continua-se a nutrir abertamente a defesa de políticas baseadas na intervenção impiedosa e na ação militar ofensiva, alegadamente as únicas formas de controle efetivo contra elementos irracionais não-civilizados, não-ponderados e não abertos ao diálogo. Mas de que diálogo falamos?

Em abril de 1960, durante a Conferência de Accra, Frantz Fanon fez um pronunciamento intitulado “Porque nós usamos a violência,” posteriormente publicado no *L'An V de la révolution algérienne*. No decorrer da apresentação, ele recupera o fatídico episódio de 8 de maio de 1945, quando a população argelina realizou uma marcha pacífica em prol da soltura de presos políticos e pelo respeito aos direitos humanos em território nacional. Fanon conclui: “Ao final do dia, 45.000 argelinos mortos foram enterrados” (FANON; KHALFA; YOUNG, 2018, p. 656-657); e que, portanto, em sua atuação posterior, “a população argelina escolheu a única solução que lhe foi deixada” (FANON; KHALFA; YOUNG, 2018, p. 655). A concepção de violência que Fanon oferece não é a do rompimento de um diálogo, mas a do estabelecimento de um. Não se trata

may hypothesise an imperial economy of violence that paradoxically defends individuals who have always already been recognised as legitimate defenders of themselves. This economy maintains the legitimacy of the use of physical force for certain subjects, granting them powers of conservation and jurisdiction (vigilantism), or what amounts to a license to kill”. (DORLIN, 2019, p.7-8).

de um ódio pela paz ou da aposta na guerra como a forma ideal de reação; suas considerações sobre a violência reativa não se fundamentam em qualificações valorativas, nem na crença de que seja a estratégia ideal de combate, ou a intrinsecamente mais efetiva; trata-se da opção mais inteligível.

No contexto do regime colonial, cuja instauração e reprodução se dão de modo absoluto pela violência, toda potência de construção e destruição de mundos e modos de vida existentes usa a mesma linguagem. Acredito que o salto da perspectiva fanoniana está justamente em demonstrar que, para além dos contextos históricos coloniais, a violência permanece *atmosférica*: ela detém uma capacidade dialógica, comunicativa, e de ressimbolização; mais do que isso, ela fagocita: cada ação violenta é parte de um organismo violento preexistente, no qual ela se insere se equiparando a, e estabelecendo uma reciprocidade comunicativa com a violência à qual responde (FANON, 2005). Considerar o diálogo violento preexistente em sua completude, contextualizando as cenas fragmentadas, é tornar exposto o núcleo racializado da interpretação da realidade, libertando alguns agentes do confinamento epistêmico na zona da violência pura. É o que faz Fanon quando diz que “aquele [o colonizado] a quem sempre se disse que ele só compreendia a linguagem da força decide expressar-se pela força” (FANON, 2005, p.102). É o que faz Mohammad Sidique Khan, um dos militantes suicidas do bombardeio de Londres, em setembro de 2005:

Vou ser curto e grosso porque isso tudo já foi dito por pessoas muito mais eloquentes do que eu. Mas as nossas palavras não têm impacto sobre vocês. Por isso vou falar com vocês em uma linguagem que vocês entendem. Nossas palavras estão mortas até que demos vida a elas com o nosso sangue (SIDIQUE *apud* WATTS, 2008, p.175, tradução nossa⁹).

Não se trata apenas de um debate entre a legitimação/deslegitimação políticas de certos empreendimentos violentos; trata-se, fundamentalmente, da exposição da matéria orgânica que viabiliza o florescimento da distribuição desigual de legitimidades no cenário atual dos conflitos políticos globais. Reconhecer a lógica racial que se operacionaliza por meio da imputação do estigma do *novo terrorista* é o que torna explícitos os reais porquês subjacentes ao fato de que alguns sujeitos – manifestos também na maquinaria violenta do estado-capital

⁹ No original: “I am going to keep this short and to the point because it’s all been said by far more eloquent people than me. But our words have no impact upon you. Therefore I’m going to talk to you in a language that you understand. Our words are dead until we give them life with our blood”. (SIDIQUE *apud* WATTS, 2008, p.175).

global – jamais serão relegados à posição de *agentes de violência*, a despeito da variedade em suas estratégias de ação política ofensiva.

O corolário da existência de *terroristas* enquanto representantes, por exceção, da zona da pura violência, é a reprovação antecipada de alternativas dialógicas não violentas, desqualificadas aprioristicamente como vias ineficientes ou contextualmente sem sentido. Não há como estabelecer quaisquer negociações potenciais – como ocorreria entre partes que se julga equiparáveis em uma dinâmica política convencional – com sujeitos cujas ações são, manifestamente, a tradução de lógicas afetivas e irracionais. E assim põe-se em prática a desconsideração absoluta e a negligência ativa dos impulsos reivindicatórios e das motivações explicitamente políticas expostas pelos grupos e sujeitos englobados pela identidade terrorista, de forma que suas ações sejam invariavelmente apreendidas como violência *ex nihilo*, mas nunca como políticas reativas – como terror, nunca como contra-terror.

Assim, o apontamento do *terrorista islâmico*, e das características *morais* a ele relacionadas, não é apenas parte de uma reminiscência histórica colonial, de um processo de violência simbólica, ou de uma injustiça classificatória, mas a reprodução material de projetos política e economicamente coloniais (TUASTAD, 2003). Ao construir e reproduzir ininterruptamente a ideia de terrorismo como modo primordial de compreensão da ação política violenta vinculada a grupos árabes/muçulmanos, a ciência autorizada reforça, e se alicerça sobre, a produção histórica do Outro racial global, oferecendo um julgamento legítimo sobre os sujeitos e populações que podem ser eticamente perseguidos, condenados, expropriados e mortos em nome da violência defensiva. A *racialidade* age, portanto, como justificação imediata:

Esses extermínios não desencadeiam uma crise ética porque os corpos dessas pessoas e os territórios que elas habitam quase sempre já significam violência [...] aqueles cujos corpos significam algo que parece escapar a tudo que deveria ser compreendido pela noção iluminista de humanidade e seus descritores ontoepistemológicos (SILVA, 2014, p.69 e p.81).

Assim como o vídeo do incidente de Rodney King, episódios como o atentado às torres gêmeas e o ataque à sede do jornal francês *Charlie Hebdo* não são dados brutos. Em cada caso, a violência bruta existe, em toda a sua amplitude e fatalidade. Sua apreensão, contudo, dá-se a partir de uma reconfiguração constante do contexto absoluto, que é sucessivamente dissecado em partes discursivamente constituídas como eventos históricos autônomos, autoexplicativos.

Como pedaços dilacerados de um corpo completo, cada explosão suicida tem seu sentido dialógico substancialmente convertido em um fragmento de violência pura.

Se consideradas as dinâmicas raciais históricas de classificação de tipos específicos de sujeitos, as dominações e explorações que as seguem e as justificam, as disputas em torno do monopólio sobre a morte e existência das populações em uma escala global – aí, então, temos o esboço da conversa completa. Em contextos em que a existência é, em larga medida, produzida materialmente pelo trabalho da violência, inclusive a assassina, sentar-se à mesa ou se incluir na conversa significa, às vezes, forçar a abertura de um caminho para o surgimento de uma potencial equiparidade no que tange à arbitrariedade dessa mesma violência – requalificando a vida e as formas de presença no mundo (MBEMBE, 2014). É o rompimento de um monólogo axiomático. Utilizar-se das mesmas palavras para instaurar forçosamente um novo diálogo.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, D.; SIMON, S. The New Face of Terrorism. **The New York Times**, 4 jan. 2000. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2000/01/04/opinion/the-new-face-of-terrorism.html>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CRENSHAW, M. The debate over “new” vs. “old” terrorism. In: KARAWAN, I.; MCCORMACK, W.; REYNOLDS, S. (ed.). **Values and violence: intangible aspects of terrorism**. New York: Springer, 2008. p. 117-136.

DORLIN, E. What a body can do. **Radical Philosophy**, London, 2019. Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/what-a-body-can-do#fnref9>. Acesso em: 12 ago. 2020.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. de UFJF, 2005.

FANON, F.; KHALFA, J.; YOUNG, R. J. C. (org.). **Alienation and Freedom**. London: Bloomsbury Academic, 2018.

GANOR, B. Defining terrorism: is one man’s terrorist another man’s freedom fighter?. **Police, Practice and Research**, Abingdon, v. 3, n. 4, p. 287-304, 2002.

HABERMAS, J.; DERRIDA, J.; BORRADORI, G. **Philosophy in a time of terror: Dialogues with Jünger Habermas and Jacques Derrida**. Chicago: Londres: The University of Chicago Press, 2003.

JACKSON, R. Unknown knowns: the subjugated knowledge of terrorism studies. **Critical Studies on Terrorism**, Abingdon, v. 5, n.1, p.11-29, 2012.

JACKSON, R. The core commitments of critical terrorism studies. **European Political Science**, London, v. 8, n. 3, p. 1-8, 2007.

LOADENTHAL, M. Othering terrorism: a rethorical strategy of strategic labeling. **Genocide Studies and Prevention: An International Journal**, South Orange, NJ, v. 13, n. 2, 2019.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MILLIKEN, J. The study of discourse in International Relations: a critique of research and methods. **European Journal of International Relations**, London, v.5, n.2, p. 225-254, 1999.

MISSE, M. Violência e teoria social. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.45-63, 2015.

MISSE, M. Dizer a violência. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.11, n.2, p.165-166, 2008.

MOGHADAM, V. Violence and terrorism: feminist observations on Islamist movements, State, and the international system. **Comparative studies of South Asia, Africa and the Middle East**, Durham, v.21, n.1 e 2, p.125-131, 2001.

MOITA, L. “Nine/eleven”: repercussões no pensamento europeu. *In*: MORAES, R.; NASSER, R.; SOUZA, A. de M. (org.). **Do 11 de setembro de 2001 à Guerra ao Terror**: Reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014. p. 107-127.

NASSER, R. As falácias do conceito de “terrorismo religioso”. *In*: MORAES, R.; NASSER, R.; SOUZA, A. de M. (org.). **Do 11 de setembro de 2001 à Guerra ao Terror**: Reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014. p. 65-87.

RAMSAY, G. Why terrorism can, but should not be defined. **Critical Studies on Terrorism**, Abingdon, v.8, n.2, p. 211-228, 2014.

SILKE, A.; SCHMIDT-PETERSEN, J. The golden age? What the most 100 cited articles in terrorism studies tell us. **Terrorism and Political Violence**, Abingdon, p.1-21, 2015.

SILVA, D. F. da. Fractal Thinking. **Accessions**, Nova York, n. 2, 2016. Disponível em: <https://accessions.org/article2/fractal-thinking/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SILVA, D. F. da. Ninguém: direito, racialidade e violência. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, 2014.

SILVA, D. F. da. **Toward a Global Idea of Race**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

STAMPNITZKY, L. **Disciplining Terror**: How experts invented “Terrorism”. Nova York: Crambridge University Press, 2013.

TUASTAD, D. Neo-orientalism and the new barbarism thesis: aspects of symbolic violence in the middle east conflict(s). **Third World Quarterly**, Abingdon, v. 24, n. 4, p. 591-599, 2003.

TURK, A. T. Sociology of terrorism. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, CA, v. 30, p. 271-286, 2004.

WATTS, M. Revolutionary Islam. *In*: GREGORY, D.; PRED, A. (org.). **Violent Geographies**: Fear, terror and political violence. New York: Routledge, 2008. p.175-203.

WIEVIORKA, M.; SAGEMAN, M. Terrorism, radicalisation and Islam: Michel Wieviorka in conversation with Marc Sageman. **The Conversation**, Paris. 19 nov. 2017. Disponível em: <https://theconversation.com/terrorism-radicalisation-and-islam-michel-wieviorka-in-conversation-with-marc-sageman-86651>. Acesso em: 12 ago. 2020.

WIEVIORKA, M. Repressão e vigilância não bastam contra o terror. **Época**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/01/bmichel-wieviorka-repressao-e-vigilancia-nao-bastam-contr-o-terror.html>. Acesso em: 12 ago. 2020.

WIEVIORKA, M. From classical terrorism to ‘global’ terrorism. **International Journal of Conflict and Violence**, Bielefeld, v.1, n.2, p. 92-104, 2007.

Recebido em 15 de maio de 2020.

Aprovado em 08 de julho de 2020.

O NEOCONSERVADORISMO RELIGIOSO E HETERONORMATIVIDADE: A “BOLSONARIZAÇÃO” COMO PRODUÇÃO DE SENTIDO E MOBILIZAÇÃO DE AFETOS

Elizabeth Christina de Andrade Lima¹
Isabelly Cristiany Chaves Lima²

RESUMO: O artigo analisa a construção de narrativas antes e durante a campanha eleitoral para presidente da República do Brasil, em 2018. Tendo como protagonista o agora eleito Presidente Jair Messias Bolsonaro, observamos que sua narrativa é marcada pelos discursos de medo e de ódio dirigidos a todos aqueles que, na sociedade, antagonizam com a sua maneira, e de seus apoiadores, para pensar o papel da família, da propriedade e do Estado. Consideramos que tais narrativas ajudaram a construir a sua imagem pública para conseguir a aderência de uma considerável parcela da sociedade que, doravante, orgulha-se em se identificar como de direita, conservadora, favorável à família, à moral e aos bons costumes.

PALAVRAS-CHAVE: Neoconservadorismo. Bolsonarização. Heteronormatividade. Produção de sentidos e de afetos.

NEOCONSERVATORISM IN RELIGION AND HETERONORMATIVITY: “BOLSONARIZAÇÃO” AS PRODUCTION OF MEANING AND MOBILIZATION OF AFFECTS

ABSTRACT: *The article analyzes the construction of narratives before and during the Presidential campaign for the Republic of Brazil, in 2018. We note that the narrative of the*

¹ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande – PB – Brasil. Professora Titular de Antropologia. Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE – Brasil. Doutora em Sociologia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3072-3624>. ecalima@terra.com.br.

² Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande – PB – Brasil. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9787-7604>. isabelly.uepb@gmail.com.

now-elected Jair Messias Bolsonaro is marked by speeches of fear and hatred addressed to all those who, in society, antagonize him and his supporters to think about the role of the family, private property and the State. We believe that such narratives helped to build its public image in order to achieve the adherence of a considerable part of society, which, henceforth, prides itself on identifying itself as right-wing, conservative, in favor of the family, morals and good customs.

KEYWORDS: *Neoconservatism. Bolsonarização. Heteronormativity. Production of meanings and affections.*

Introdução

Parafraseando o ex-Presidente Lula “nunca antes na História do Brasil” vivemos tantas emoções durante um pleito eleitoral. A campanha para a Presidência da República, nas Eleições de 2018, fugiu a todo e qualquer *script*, inimaginável acreditar que o Brasil, do ponto de vista político, e agora cultural, social e econômico, passaria por tantas transformações.

Anos antes, em 2014, os brasileiros elegeram o Congresso mais conservador do período pós Ditadura Civil Militar brasileira de 1964-1985, a expansão dos evangélicos com a agenda conservadora avançou nos meios de comunicação de massa, na política partidária, no mercado musical, no mercado literário, além do vasto crescimento de igrejas pentecostais e neopentecostais; pesquisas corporativas do Ibope de 2010, 2016 e 2018 apontaram a proporção do conservadorismo referente às pautas do casamento entre pessoas do mesmo sexo, da legalização do aborto, da redução da maioridade penal, da prisão perpétua para crimes hediondos e da adoção de penas de morte, com um crescimento de 49% para 54% e, posteriormente, para 55%.³

A tradição escravocrata, sexista, misógina, patriarcal, racista, judaico-cristã, patrimonialista, coronelística, oligárquica, elitista, hierárquica e utilitarista igualmente são ingredientes que produzem e reproduzem o conservadorismo brasileiro. “[...] valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes” (BARROCO, 2015, p.624).

O candidato eleito para a Presidência da República Federativa do Brasil, Jair *Messias* Bolsonaro e, conseqüentemente a “Direita Alternativa” e a *Bolsonarização* (SOLANO, 2018) passam a compor uma nova gramática e uma estética, que não surgiram especificamente com Bolsonaro, mas tem nele uma

³ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/grafico-conservadorismo/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

espécie de protótipo, em consequência, sobretudo, da coalizão composta por neoliberais, neoconservadores, agropecuaristas, ativistas religiosos autoritários, classe média profissional e elite brasileira.

Este artigo trata desse contexto de chegada ao poder de uma *persona* política que soube, de forma magistral, encenar um personagem que atende as demandas dessa parcela da população brasileira que estamos classificando de ultraconservadora e de extrema direita, que se ampara no discurso religioso e nos valores tradicionais da defesa da família e da propriedade como âncoras a sustentar uma “nova forma” de ver e dizer o mundo e o Brasil.

1. “E conhecereis a verdade a verdade vos libertará”, ou “a religião é o ópio do povo”: a guerra de narrativas

O palco é improvisado, mas o *script* está treinado. Ao som de uma plateia numericamente modesta, mas efusivamente participativa, em frente ao único aeroporto da cidade de Campina Grande, no interior do Estado da Paraíba, vimos Jair *Messias* Bolsonaro encenar a fé judaico-cristã, no palanque da política partidária: “[...] como somos um país cristão, Deus acima de tudo” foram as suas primeiras palavras.

Continuou o roteiro: “Não tem essa história, essa historinha de Estado laico não. É Estado cristão e quem for contra que se mude”. No enredo teocrático, os personagens principais serão *as maiores*: “Vamos fazer o Brasil para as maiores. As minorias têm que se curvar às maiores [...] as minorias se adequam ou simplesmente desaparecem⁴”.

A religiosidade do Estado e a politização da fé são capitalizadas como retóricas que consubstanciam a construção da imagem pública de Jair *Messias* Bolsonaro, acrescenta-se a isso o combate às minorias “desadequadas”, “abjetas”, que estão “alterando a ordem social”: LGBT+, mulheres, população indígena, negros (as);

Movimento negro, feminismo ou Movimento LGBTQIA, são, para os bolsonaristas, grupos que sofrem preconceito, sim, mas estão abusando de seus direitos. Utilizam-se da vitimização, do *mimimi* para obter regalias do Estado e abala os cidadãos que não pertencem a essas minorias (SOLANO, 2018, p.1, grifo nosso).

⁴ É possível recuperar a enunciação do deputado no seguinte, conforme a publicação disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-nao-tem-essa-historinha-de-estado-laico-e-estado-cristao-disse-bolsonaro-em-comicio/>. Acesso em: 15 ago 2020.

Assim, Jair Bolsonaro capitaliza uma linguagem que encontra adesão e faz sentido para um grupo de pessoas que se sente conectado cognitivamente, emotiva, performática e simbolicamente. Desse modo, passa a ser o representante de uma comunidade simbólica que se diz “oprimida” pela *ditadura das minorias*. Minorias essas que têm gerado desestabilização das estruturas *naturais*, invisibilidade quanto ao futuro. Assim, a falaciosa narrativa da possibilidade de extinção da humanidade, com o crescimento numérico de gays e feministas, é anunciada e, como resposta, acarreta movimentos como *orgulho hétero*, que se pensam como subversivo e contra a ideologia “dominante⁵” de esquerda.

Com mais de cinco milhões de seguidores no Facebook, o fato é que Bolsonaro representa uma direita que se comunica com os jovens, uma direita que alguns jovens identificam como *rebelde*, como contraponto ao sistema, como uma proposta diferente [...]. O uso das redes sociais, a utilização de vídeos curtos e apelativos, o *meme* como ferramenta de comunicação, a figura heroica juvenil do “mito Bolsonaro”, falas irrelevantes até ridículas, falas fortes, destrutivas, contra todos, são aspectos que atraem os jovens. (SOLANO, 2018, p.7, grifo nosso).

Com as qualificações de autêntico, divertido, antissistema, determinado, corajoso, transparente, íntegro etc., Jair *Messias* Bolsonaro se utiliza da espetacularização da fé e, conseqüentemente, da pauta religiosa da família, da *moral e dos bons costumes*, da disciplina, da autoridade para se mostrar como um político com uma missão quase sagrada: mudar o Brasil⁶.

Assim, presencia-se um neoconservadorismo que apresenta novas formas de controle social, em várias esferas como na educação com o *Movimento Escola Sem Partido* e as discussões da *Ideologia de Gênero*, que se dizem como uma iniciativa contra ideológica, com o intuito de extirpar a contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, aliando-se a uma proposta de educação e sociedade tradicional, sem pluralidade.

Alencar (2015) ressalta que a novidade desse *neo*, da palavra conservadorismo, refere-se à intelectualização do discurso, sobretudo para os grupos evangélicos, que visam amalgamar as necessidades dos indivíduos modernos com as

⁵ Ideologia que é narrada por esses grupos como a detentora dos meios de comunicação tradicionais (*Organizações Globo, Folha de São Paulo*), digitais (*Facebook*), aos sistemas de ensino (universidades e escolas públicas) e partidos políticos (PSDB, MDB, PP etc., e todos os partidos políticos de esquerda).

⁶ “Muda, Brasil! Muda de verdade! Bolsonaro com amor e com coragem” foi trecho do *jingle* de campanha política. Disponível em: <https://conexaopolitica.com.br/eleicoes/jair-bolsonaro-lanca-jingle-para-campanha-a-presidencia-muda-brasil-muda-de-verdade/>. Acesso em: 15 ago 2020.

demandas seculares. Tem-se, portanto, um cenário de novos conservadorismos de matriz religiosa (D'AVILA, 2015), no qual a moral desempenha uma figura de destaque na propulsão da *Bolsonarização*.

É importante destacar o que se compreende por *Bolsonarização*. Mapeando os “[...] principais elementos de identificação dos eleitores com o discurso do Bolsonaro”, Solano (2018, p.1) faz uma análise empírica e teórica das condições que propiciam o surgimento desse fenômeno, no Brasil, que é um processo complexo e de múltiplas variáveis.

Para tanto, Solano (2018) elenca alguns fatores conjunturais e estruturais. Para a ela, a instabilidade democrática nacional e a ameaça aos direitos mais fundamentais impulsionaram a penetração de uma nova direita, que se apresenta de forma *cool, pop*, com a identificação com a rebeldia e se propõe contra o sistema (que é visto como de esquerda), escamoteando o discurso de ódio em formas de *memes* e vídeos divertidos.

Todavia,

[...] o fato é que o fenômeno Bolsonaro é muito maior que a viabilidade de sua candidatura. A penetração e capilaridade de suas ideias, a retórica e a mensagem nos diversos segmentos da população e o crescimento exponencial de sua intenção de voto devem nos fazer pensar que não estamos tratando da ameaça individual de Jair Messias Bolsonaro e, sim, da ameaça de um processo de “bolsonarização”, ou seja, a popularização de uma política antidemocrática, autoritária de extrema direita, que continuará para além do indivíduo em si (SOLANO, 2018, p. 10).

Assim, compreende-se, a partir da formulação apresentada, a nomeação de *Bolsonarização* não como um processo de fulanização de uma dinâmica social, nem, muito menos, um fenômeno surgido com o personagem político em cena. A nomenclatura, usada por Solano (2018), trata-se de uma escolha metodológica e didática, uma tipologia que pretende sistematizar uma realidade concreta vivenciada no Brasil contemporâneo, o fato de o presidente eleito ter sabido capitalizar e se utilizar de um processo que foi se construindo.

Solano (2018) ainda frisa que, como um processo, a *Bolsonarização* tem como *persona* Jair Bolsonaro, ao mesmo tempo em que ultrapassa o indivíduo e reverbera em mudanças nas paisagens sociais, culturais, políticas. E, por ser processo, pode-se dizer que ainda está em movimento, podendo progredir, transformar-se ou se exaurir. Todavia, não é algo espontâneo, automático ou que deva ser ignorado ou subestimado. A propagação faz parte de múltiplas variáveis de

determinações estruturais e conjunturais, uma dinâmica conjuntural geopolítica tanto macro quanto micro estrutural.

Pode-se destacar macroestruturalmente: o efeito Donald Trump nos Estados Unidos da América, aliado ao processo de uma direita alternativa internacional, como destacados por Solano (2018), e o fortalecimento da extrema direita nas recentes eleições europeias, frisado por Löwy.⁷ Em dez teses sobre a ascensão da extrema direita na Europa, Löwy (2014) aponta algumas tendências observadas há alguns anos na Europa, entre elas, a aderência eleitoral à extrema direita, um fenômeno sem precedente desde os anos de 1930. Isto é: essa corrente obtinha, em muitos países, entre 10 e 20%, mas atualmente tem aumentado cerca de 15% a taxa de adesão de votos. Como é muito diversa, essa direita se apresenta tanto em partidos abertamente neonazistas (o Aurora Dourada grego) quanto naqueles que fazem o jogo político institucional (a União Democrática de Centro suíça). Todavia, ainda segundo Lowy (2014), o que eles têm em comum é o nacionalismo excessivo, a xenofobia, o racismo, o ódio contra imigrantes, a islamofobia, o anticomunismo e, em muitos casos, o antisemitismo, a homofobia, a misoginia, o autoritarismo, o desprezo pela democracia e a eurofobia. Outro fator que merece destaque é a contaminação da extrema direita nas ideias da direita dita clássica e até em partes da esquerda⁸ social-liberal.

Microestruturalmente: no Brasil, a ascensão do Congresso mais conservador pós Ditadura, em 2014; as manifestações de rua, em 2013, que segundo Wink (2018) tem como ponto fulcral a saída da direita do “armário” e a apreensão de que defender os posicionamentos de forma não velada (assim, como o politicamente incorreto) eram uma fórmula para o sucesso; a indústria da crise, em 2016, como narrativa reiterada pela grande mídia; a espetacularização da corrupção, com a Operação Lava Jato; a ruptura democrática acarretando o *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff (PT) e, em consequência, o antipetismo, o antissistema, a antipolítica; a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Outro fator relevante é a cultura de ordem. Barroco (2015, p. 626) destaca que essa cultura contou, a partir dos anos 1990, com a fundamental colaboração de programas de TV sensacionalistas, como os apresentados por Ratinho e Datena, que “incentivando medidas de força em nome da ordem passaram a expor, diariamente, crimes e delitos [...] numa campanha escancarada

⁷ É importante pontuar que não se quer dizer que esses são os únicos contextos macroestruturais, nem se objetiva apontar se são os mais importantes, se são causas ou consequências.

⁸ A esquerda também necessita de uma reflexão mais apurada e detalhada, porém, não é objeto deste trabalho.

de defesa da militarização da vida social, do armamento, do rebaixamento da maioria penal e da pena de morte no Brasil”⁹.

Um movimento de múltiplas variáveis, em que não se pode considerá-lo de modo isolado, estanque, mas como uma teia, unida, entrelaçada e se entrelaçando, cheia de furos e vazamentos, como os contextos sociais específicos de produção, entre eles os descontentamentos, as frustrações, que encontraram terreno favorável à reprodução, sendo capitalizados por Bolsonaro e que ainda estão em vias de construção, em cujo transpassar do tempo, permitir-se-á dimensionar os efeitos concretos, as transformações morfológicas e axiológicas.

Para Barroco (2015), as formas dominantes de apologia ao anti-humanismo, ao individualismo, ao pessimismo, à dissimulação das contradições sociais, como características do neoconservadorismo, servem para combater o Estado Social e os direitos sociais (*Welfare State*), reprimindo as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais. Além disso, novas formas de sociabilidades, advindas principalmente da inserção das igrejas evangélicas no Brasil, sobretudo nas periferias, são grandes colaboradoras da difusão dos valores capitalistas, da meritocracia e da individualização do esforço (SOLANO, 2018).

Singer (2012) salienta que também houve uma virada à direita da igreja católica, que nas décadas de 1960 e 1970 teve uma grande relevância para a esquerda brasileira e, por isso, arrastava camadas extensas da sociedade. Singer (2012) lembra que a onda neoliberal começou a influenciar a igreja católica nos anos de 1980 e, lentamente, foi sendo introduzida no Brasil. E “[...] Isso é muito importante para entender a presença da hegemonia cultural da esquerda e depois sua quebra. A esse fator se soma um segundo, que é a avalanche pentecostal e neopentecostal no Brasil” (SINGER, 2012).

Num ambiente, sendo paulatinamente construído, de sensação de violência, de corrupção generalizada, da iminente chegada do anticristo, do perigo comunista e socialista, os principais projetos do ainda Deputado Federal Bolsonaro ganham apoio e aderência. A exemplo do ódio destilado às ONGs, aos índios e aos quilombolas:

Se eu chegar lá (na presidência), não vai ter dinheiro pra ONG. Esses inúteis vão ter que trabalhar. Se eu chegar lá, no que depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro da casa. Não vai ter um centímetro demarcado pra reserva indígena ou para quilombola (EU SOU..., 2018,)¹⁰.

⁹ Reconhece-se que há outras variáveis tão importantes quanto as elencadas, mas, tal abordagem, não é objeto de reflexão nessa produção textual.

¹⁰ Disponível em: <https://theintercept.com/2018/10/20/quem-e-jair-bolsonaro-17/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

É com esse enredo unido aos anseios de uma sociedade, caracterizado por fortes traços conservadores, que o discurso de Bolsonaro, nos mais diferentes ambientes, ganha notoriedade, apoio e crença de que ele traria para o Brasil um novo tempo de prosperidade e de respeito à família, à propriedade e ao Estado.

2. “As minorias que se curvem às maiorias” são as palavras de ordem

O discurso da moral cristã (contra os direitos reprodutivos das mulheres e em favor de uma assistência psicológica a LGBTQ+, por exemplo), que vimos acima, aliado aos princípios cruciais do neoliberalismo na política e na economia (Estado Mínimo e Livre Mercado) vem com o escopo de que é preciso salvar, a todo custo, a família (ALENCAR, 2015), reparar e consertar o país que, até então, estava entregue a socialistas. O, agora, Presidente do Brasil, no primeiro ano de seu governo e em discurso proferido na Assembleia da ONU, no dia 24 de setembro de 2019, assim se manifestou logo no início de sua fala:

Apresento aos senhores um novo Brasil, que ressurgiu depois de estar à beira do socialismo. Um Brasil que está sendo reconstruído a partir dos anseios e dos ideais de seu povo. (...) Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições¹¹.

Apontado como um mal que precisa ser extirpado provocado pela *onda socialista*, Bolsonaro, e seu governo, apresentam-se como uma espécie de *salvadores da pátria*, cuja função precípua será a de impor uma nova ordem social, desta feita, na defesa e, principalmente, proteção incontestada aos valores da família cristã, heteronormativa, branca, disciplinada, elitista. A grande responsável pelo *desmantelamento* do Brasil é, segundo o novo Presidente, a *ideologia de esquerda*, patrocinada e propalada pelo partido que governou o Brasil antes de ele assumir o poder, o Partido dos Trabalhadores – PT e seus presidentes: Luiz Inácio Lula da Silva, de 2002 a 2009 e Dilma Rousseff, de janeiro de 2010 a agosto de 2016.

Em outro ponto de seu discurso, proferido na ONU, é possível ler claramente tal assertiva:

¹¹ Disponível em: <https://exame.com/brasil/leia-na-integra-o-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-da-onu/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto. A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando os meios de comunicação, universidades e escolas. A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula *mater* de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica. O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. (...) ¹².

A “ideologia de esquerda” a qual o Presidente Bolsonaro faz menção se baseia em um discurso inventado por sua equipe de *marketing* político para seduzir e conquistar os votos e apoio de uma parcela da sociedade, principalmente os evangélicos pentecostais e neopentecostais, além de uma parcela da Igreja Católica de ala mais conservadora, amedrontada pela possibilidade de certas pautas como a liberalização do aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a convivência com o diferente na sociedade como um todo: travestis, transexuais, lésbicas, gays se tornar natural. De outro lado, visa, igualmente, a conquistar a parte mais conservadora e preconceituosa da sociedade, uma elite ressentida e incomodada com a ascensão econômica, cultural, intelectual e social das classes populares, que por séculos serviram e se subjugaram a essa elite, sem questionar o seu “lugar social”, nos termos de Bourdieu (2010).

Com a chegada de Bolsonaro à presidência do Brasil, ser de direita, identificar-se como conservador, religioso, a favor da família heteronormativa, da *moral e dos bons costumes*, da meritocracia, da disciplina da caserna, do Brasil verde e amarelo, entre outros, passam a ser valores não só exaltados como manifestados publicamente.

Magali Cunha (2016, p.176) chama a atenção especialmente para a virada da primeira década do século XXI, em que se pode perceber uma intensa visibilidade de lideranças defensoras de “[...] ideais e posturas explicitamente conservadoras e que se apresentam como modernas pertencentes aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado e as tecnologias”. Ou, como frisou Barroco, “Ser de direita virou moda” (BARROCO, 2015, p. 632).

¹² Idem.

Ademais, nesse contexto, *ser de esquerda* passa a ser algo repugnante; pode-se observar um conservadorismo que surge como reação às transformações socioculturais experimentadas nos anos recentes, sobretudo a partir de 2002, quando se abriram políticas públicas afirmativas direcionadas para os direitos humanos e de gênero (CUNHA, 2016).

Toitio (2016) faz um balanço sobre a luta pela diversidade sexual e de gênero, sob o neoliberalismo brasileiro. Para tanto, é investigada a participação da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) durante os Governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, respectivamente.

De forma resumida, pode-se dizer que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a relação Estado e Sociedade Civil da ABGLT ainda estava baseada na esfera da prestação de serviços. Durante os mandatos de Lula, a mediação abandona o viés fundamentado na prestação de serviços para se basear na construção de participação política.

Nesse cenário político de abertura, começa-se a discussão sobre a confluência de elementos e concepções do projeto político da ABGLT, em relação ao governo, e como as pautas do movimento poderiam ser assimiladas dentro do projeto neodesenvolvimentista;

Nos anos de 2000, houve um alargamento substantivo dos espaços e frentes de atuação do movimento LGBT. Grupos e coletivos independentes, organizações não governamentais, setores formados no interior de partidos e sindicatos, coletivos do movimento estudantil ou de juventude, associações, fóruns, redes etc. tornaram-se presentes por todo o país e cada vez mais visíveis. Nesse período, ainda, o Brasil se tornou o país que mais realizava paradas de orgulho, além de passar a abrigar a maior do mundo (em São Paulo), ao mesmo tempo em que passou a investir em políticas sociais voltadas para a população LGBT (TOITIO, 2016, p. 17).

Certo avanço nos direitos foi visto como ameaça e o fator representativo de Dilma Rousseff ser a primeira mulher eleita para ocupar o maior cargo do Executivo, no Brasil, não foram suficientes para assegurar e acentuar ainda mais as pautas políticas das minorias, já que seu mandato foi marcado pelo “[...] fortalecimento do neoconservadorismo evangélico no Congresso Nacional e a construção de uma agenda em oposição ao movimento LGBT e ao feminista” (TOITIO, 2016, p. 50) e, desde o início da campanha dos presidenciais, as referências religiosas foram uma marca proeminente dos embates propositivos.

Desse modo, assim como a Carta ao povo brasileiro foi um anúncio de como seria a política econômica do governo Lula, a Carta ao povo de Deus foi o primeiro indício de como o governo Dilma trataria as políticas e direitos sexuais: estes só seriam disputados pelo governo na medida em que não afetassem sua política de alianças, cuja composição incluía partidos conservadores. (TOITIO, 2016, p. 183).

Singer (2012) lembra que o lulismo (incluindo o período de governabilidade de Lula e Dilma) propôs mudanças, mas de modo comedido e sem radicalização, sem um confronto extremado com o capital e, com isso, conservou a manutenção da ordem. Nesse sentido, Singer (2012) classifica o lulismo como um fenômeno híbrido, que, portanto, captura o conservadorismo. Assim, “[...] uma análise mais simplista e dicotômica não consegue dar conta da complexidade da situação que estamos vivendo” (SINGER, 2012).

A propositura “irmão vota em irmão”¹³ também começou, aos poucos, a povoar o imaginário evangélico, contrapondo-se, conforme Romancini (2018), a um passado progressista, em que o Estado laico era uma das pautas do protestantismo, no início do século XX. A política que era associada como “coisa do mundo” (CUNHA, 2016), secular, passou a conviver com outros ideais: é necessário colocar meu semelhante ideológico como representante nas grandes tomadas de decisões, na defesa da família e da moral cristã, contra as plataformas dos movimentos de minorias, especialmente dos movimentos feministas e LGBT+¹⁴. Tudo isso em uma afronta direta à laicidade do Estado.

Os evangélicos não são mais “os crentes” ou os grupos fechados de outrora. A separação social, “do mundo”, deixa de ser um valor evangélico da tradição fundamentalista-puritana: são hoje um grupo que desenvolve a cultura “da vida normal” combinada com a religião com presença nas mídias, moda própria, artistas e celebridades, inserção no mundo do mercado e do entretenimento (CUNHA, 2016, p. 158).

¹³ Cunha (2016) alerta para que a presença da religião cristã, de vertente evangélica, não seja vista como uma ameaça, mas que seja percebido como uma possibilidade própria da democracia. Além do mais, é necessário alargar as compreensões reducionistas, que tratam quaisquer grupo como homogêneo, ademais, é preciso questionar as naturalizações e privilégios religiosos, a laicidade do Estado, uma vez que “[...] a fé católica romana interfere na dinâmica social, política e cultural do país, a começar com a existência de feriados nacionais relacionados aos santos e às festas católicas, passando pelos crucifixos em destaque nas paredes das repartições públicas”, “[...] o Acordo Brasil-Vaticano, de 2009, que concede isenção tributária a instituições católicas, privilegia a Igreja Católica no ensino religioso nas escolas, e garante cooperação para preservar e valorizar os bens culturais católico-romanos” (CUNHA, 2016, p. 159). O ponto crucial está na possibilidade de abrir o diálogo com essas novas vozes.

¹⁴ Em 2011, a atuação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) trouxe para agenda a luta contra os movimentos feministas e de homossexuais.

Esse bloco articulado de autorrepresentação partidária, visualizado pela bancada da Bíblia e pela Frente Parlamentar Evangélica, valendo-se de aliança com os católicos, o que era historicamente impensável no campo religioso, utiliza-se de argumentos pretensamente *sagrados* para legitimar preconceitos, dando viabilidade ao fundamentalismo, em um país que atinge de forma direta e variada negros, mulheres, jovens da periferia, sujeitos “fora” da ordem, da lei, dos costumes, do pensamento dominante (BARROCO, 2015). Um país perpassado pela desigualdade social, racial, sexual e de gênero.

Tudo isso em uma visão equivocada (mas, proposital) de que as expressões da questão social e a crise do capitalismo estão relacionadas (e são consequências) da desagregação moral, da desestruturação da família, da desarrumação dos valores tradicionais, sendo, portanto, necessário tratar essas expressões como *caso de polícia*, na violência física e simbólica.

Soares (2017) também salienta que essa onda conservadora é um prenúncio aos direitos sociais e humanos que estão em desestruturação no Brasil. Sendo, por conseguinte, importante considerar que há uma vertente interpretativa que defende o conservadorismo brasileiro como um processo que se reatualizou em um neoconservadorismo com modos inéditos de violação de direitos humanos, formas variadas de violência contra trabalhadores, destruição de direitos historicamente conquistados, apelo à ordem, fundamentalismo, xenofobias e discriminações (BARROCO, 2015).

Dantas (2016) acrescenta:

Durante a votação do processo de impeachment, ocorrido em Brasília no dia 24 de abril deste ano [2016], ficou claro que a política parlamentar no Brasil é perpassada pela moralização das expressões da questão social. Dos/as 367 deputados/as que votaram a favor do processo de Impeachment, *todos/as* usaram referência em nome da família e da moral do país. Foram 511 votos ao total. 137 contrários ao impedimento, 7 abstenções e 2 ausências. (DANTAS, 2016, p. 42, grifo nosso).

Percebe-se que as justificativas dos deputados favoráveis ao processo de *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff são motivadas por questões morais e sociais de uma direita dita cristã, que reivindica uma cidadania religiosa do Deus judaico-cristão acima de tudo e de todos, com uma leitura anacrônica da Bíblia para defender uma ordem moral universal, que se coloca como representante única do lugar universal de fala, de religião, de sexualidade, “[...] que em nome da família abomina tudo aquilo que direta ou indiretamente fere a tradição, o discurso religioso” (SCHEEFFER, 2014, p. 13). O foco na moral

sexual, com rígidas compreensões sobre certo e errado, ocultando determinações sociais, culturais, históricas, econômicas.

Nesse cenário conservador religioso, a busca por uma cultura cristã se torna plano narrativo que embasa o enredo de uma direita alternativa brasileira e possibilita o fortalecimento de um neoconservadorismo¹⁵, que cresceu a partir de micro e pequenos partidos políticos.

No pleito de 2018, pode-se afirmar que houve uma alteração de paradigma na base ideológica da direita brasileira. É necessário, portanto, a construção de um novo mapa conceitual, abrangendo a diversidade de temas, atentando para uma nova realidade social (SCHEEFFER, 2014), expressa com a *Bolsonarização*, que parece ter impulsionado o reposicionamento das forças sociais e a redefinição do termo direita, que foi usado não apenas restrito ao uso conceitual da Ciência Política, mas revisitado e convocado no pleito de 2018 como atalhos informacionais.

Mesmo a partir do exposto, é importante afirmar que houve uma variedade de espectros de direitas e de conservadorismos na adesão a Bolsonaro. Não são todos com atitudes fascistas, nem neoconservadores fundamentalistas. Solano (2018) explica que o voto em políticos populistas autoritários e de extrema direita, como Donald Trump, Jair Bolsonaro ou Marine Le Pen, que oferecem respostas simplórias e, muitas vezes, enganosas para realidades complexas é consequência de uma vulnerabilidade existencial da pós-democracia, que leva os eleitores a um desespero ontológico, a uma sensação de medo constante, a um saudosismo conservador.

Há comunidades (no plural) de pertencimento variadas. De forma didática e ainda muito incipiente pela falta de mais materialidades, e reconhecendo que toda tentativa de nomeação e de generalização apresenta limitações, a nova direita – uma expressão cunhada em contraposição à direita tradicional, herdeira política de partidos que apoiaram a Ditadura –, geralmente, é filiada ao pensamento liberal-conservador, de matriz britânica, que era representada principalmente pelo PSDB¹⁶.

¹⁵ Os termos conservadorismo, neoconservadorismo, direita, nova direita, muitas vezes são usados indiscriminadamente, negligenciando a historicidade, os fatores concretos. Assim como há um uso variado por parte da população, também há por grande parte dos autores, pois os termos servem como categorias da ciência política e como atalho informacional. Quando há citações bibliográficas, tem-se preferido manter o uso que o autor selecionado abordar. Entretanto, prefere-se a opção direita alternativa em consonância com a *bolsonarização*, uma vez que a nova direita foi uma expressão cunhada em contraposição a direita tradicional que seria herdeira política de partidos que apoiaram a ditadura. Como a nova direita nega o passado da ditadura, a opção pelo termo, em conformidade com o pensamento de Bolsonaro, não é apropriada. Tentou-se fazer um enquadramento, mas se reconhece que a realidade é fluida.

¹⁶ João Dória, eleito governador de São Paulo, no pleito de 2018, radicalizou o discurso, afastando-se do conservadorismo liberal para se aproximar da estratégia de *Bolsonarização*, a fim de angariar votos.

A diferença substancial da direita alternativa brasileira é a popularização do extremismo de direita, a partir da filiação ao neoconservadorismo e aprofundada pela *Bolsonarização*, que reatualiza a linguagem e a estética, popularizando-as. Antes o Brasil só tinha, no máximo, socialdemocracia e todos os partidos, declarada ou não declaradamente, eram de esquerda, com presumidos ideais socialistas/comunistas de destruição da propriedade privada (por isso, a criminalização dos movimentos MTST, MST), da família (por isso, a necessidade do Estatuto da Família¹⁷, da Escola Sem Partido, da Cura Gay¹⁸), da religião (por isso, o Estado é cristão, nas palavras de Bolsonaro). Uma estratégia narrativa em que se estabelece uma leitura linear da realidade, de fácil apreensão por sua divisão maniqueísta entre bons e maus.

Georg Wink (2018) alega que no Brasil, diferentemente de outros países, a nova direita (que neste trabalho chama-se de direita alternativa brasileira) envolve um maior número de agentes políticos e sociais como, por exemplo, as principais igrejas pentecostais e neopentecostais; os neointegralistas, que em 2004 fizeram o seu primeiro congresso depois de anos; parte das forças repressivas; os monarquistas com seu poder de influência sobre a mídia social; empresários; os ideólogos como Olavo de Carvalho; o apoio de uma infraestrutura internacional consolidada com muito poder político, midiático e financeiro, como o Millenium, o Mises e o Liberal, que estão por trás de movimentos como o MBL, os *think tanks*; além do contexto de vulnerabilidade brasileira como a desestabilização do consenso democrático (o *impeachment*) e, consequentemente, recessão e desemprego.

Como a direita alternativa brasileira é composta de partidos, majoritariamente, sem densidade política significativa como o PRTB, PR, PSC, PSL, Patriotas, quer-se passar a ideia de que são *anti-mainstream*, *anti-establishment*, *outsiders*, lançando proposituras de pastores, monarquista, agentes de segurança pública, jornalista, general das Forças Armadas, capitão reformado do Exército etc. É necessário ressaltar que esses partidos nem sempre se apresentaram ideologicamente como neoconservadores e aliados a uma direita extremista. Caldeira Neto (2016) lembra que a “viragem” à direita do PRTB de Levy Fidelix e do

¹⁷ Pretende limitar o conceito de família ao modelo patriarcal, afetando, com isso, a legalização da união estável entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de filhos por casais homoparentais etc.

¹⁸ “O fato que deu maior visibilidade ao conflito entre fundamentalismo e movimento LGBT, exacerbando-o, foi a aprovação de um projeto de lei que permite o tratamento psicológico para a homossexualidade (e, também, a bissexualidade e a transexualidade), numa votação presidida por Feliciano. O projeto, que foi apelidado de cura gay, era de autoria de João de Campos e suspendia trechos de uma resolução de 1999 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiam os profissionais de participarem de serviços que propusessem o tratamento e cura das homossexualidades e de emitirem opinião pública que classifique homossexuais como portadores de desordem psíquica” (TOITIO, 2016, p. 194.).

vice presidente do Brasil eleito no pleito de 2018, General Hamilton Mourão, tem como marco a eleição de 2014, cuja retórica do candidato à presidência, Levy, foi pautada pelo neoconservadorismo e o moralismo, em defesa da família heteronormativa.

À época, sob o lema “Endireita Brasil”, ainda com uma pequena repercussão e visibilidade, encampando uma profunda resistência às políticas afirmativas dos LGBT+; pleiteou a narrativa da Ditadura de 1964 como *revolução* e baseou-se em teorias conspiratórias, de referencial *olavete*, como a de que o programa Mais Médicos era composto de agentes revolucionários. Desse modo, o PRTB passou de caricato para ocupar um lugar na alocação do campo político, em uma estratégia que surtiu efeito: 58.000 votos em 2010, 446.878 em 2014 (CALDEIRA NETO, 2016) e 57.797.847 em 2018, com a coalizão com o PSL¹⁹.

Enfim, a construção narrativa de que os partidos tradicionais são corruptos, profissionalizantes, burocráticos, cartelizados, mercenários e, principalmente, articulados com a ideia de ameaça de esquerda (comunismo) que, portanto, era o momento de mudar, apresentou um impacto na cartografia do Congresso eleito em 2018. O PSL, uma sigla pequena, mudou a correlação de forças na Câmara Federal e se tornou a segunda maior representação partidária, com 52 deputados e 04 senadores, antes do pleito de 2018 não tinha nenhum senador e havia eleito, em 2014, apenas 01 deputado. O PSDB e o MDB, siglas influentes nas decisões das pautas do Congresso, encolheram 46% e 48%, respectivamente²⁰. Já o PT, apesar de todos os ataques da direita e de seu principal líder estar condenado por corrupção, continua a ser o maior partido progressista do País e parece que não perdeu a conexão ideológica, emocional e psicológica, resistindo com o segundo lugar no pleito de 2018, para o cargo da presidência da República.

Vale frisar que, apesar de toda essa classificação, não se pode omitir o fato de que essa polaridade direita *versus* esquerda e sua relação com o conservadorismo e o capitalismo não são compreendidas por toda a sociedade brasileira, seja pela pouca politização e grau de instrução (pode-se citar as Ciências Sociais como uma disciplina que só recentemente foi adicionada no currículo da Educação Básica, especificamente no Ensino Médio), seja pela falta de tempo para se informar, de interesse pela temática, por várias

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/10/29/tse-conclui-votacao-jair-bolsonaro-teve-pouco-mais-de-55-dos-votos.ghtml>. Acesso em: 14 ago 2020.

²⁰ Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/a-eleicao-que-transformou-a-politica-brasileira?utm_campaign=newsletter_rd_-30102018&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 14 ago 2020. Na reportagem ainda é salientado que o PSL se tornará, em 2019, uma das siglas mais ricas, avançando, sobretudo, sobre o MDB e o PSDB. Vai contar com a maior fatia do fundo partidário, além do segundo maior tempo de TV.

motivações etc. Sendo assim, há uma parcela do eleitorado que é personalista, ou seja, impulsiona-se mais por causas concretas do que por referências ditas pretensamente ideológicas e partidárias.

Entretanto, defende-se a tese de que há um ponto de inflexão que une boa parte da comunidade simbólica desses espectros da direita: a pauta moral. Assim, a disposição em manter as estruturas, especificamente contra o *kit gay*, é uma das causas que compõe a construção da imagem cognitiva, afetiva, simbólica e performática de Jair Bolsonaro e, consequentemente, dos bolsonaristas.

Normalmente, o eleitor se utiliza de um ponto de inflexão com o qual o político é identificado. O caçador de marajás, o plano real, o programa Bolsa Família, por exemplo, povoam o imaginário popular remetendo, intuitivamente, a Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso, a Luiz Inácio Lula da Silva.

Jair Bolsonaro, por meio de “[...] uma política demagógica que manipula medos, emoções e afetos” (SOLANO, 2018, p.6) foi se projetando com a pauta moralista de defesa do modelo de família tradicional, contra o *kit gay* e a sexualização das criancinhas. Um imaginário que foi se construindo, estabelecendo significação, compartilhando repertório e encontrando adesão de uma parcela do eleitorado brasileiro.

Em janeiro de 2016, em uma publicação em seu *site* oficial²¹, o então deputado trouxe à luz novamente o programa Escola sem Homofobia, denominado por parte do grupo da direita como *kit gay*. O programa foi uma iniciativa do Ministério da Educação de distribuir, nas escolas públicas de todo o país, um material informativo sobre dois temas transversais propostos pelo Parâmetro Curricular Nacional: gênero e sexualidade, mas que devido à pressão conservadora foi vetado em 2011, ainda no mandato eletivo da então presidenta Dilma Rousseff.

Esse evento trouxe grande visibilidade para Jair Bolsonaro. A grande mídia optou por seu lado na arena discursiva e preferiu propagar o nome *kit gay* à Escola sem Homofobia²². Assim, uma iniciativa contra o preconceito foi reconfigurada como um ataque à família, à honra, à inocência das crianças, à tradição, aos bons costumes que a esquerda, juntamente com o PT, estava destruindo.

²¹ Disponível em: <https://medium.com/democratize-m%C3%ADdia/revista-do-grupo-abril-refuta-jair-bolsonaro-em-5-minutos-30e9fe30b015>. Acesso em: 14 ago 2020.

²² Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/02/bolsonaro-critica-kit-gay-e-diz-querer-mudar-alguma-coisa-na-camara.html>; <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/bolsonaro-o-kit-gay-do-mec-e-as-loucuras-coletivas/>. Acesso em: 14 ago 2020.

Com isso, o ódio e o medo foram fermentando-se e Jair Bolsonaro passou a ser aquele que encampou a luta coletiva contra todos aqueles que estavam subvertendo os valores morais cristalizados;

O discurso de ódio está dirigido a estigmatizar, escolher e marcar o inimigo, manter ou alterar um estado de coisas, baseando-se numa segregação. Para isso entoa uma fala articulada, sedutora para um determinado grupo, que articula meios de opressão. Os que não se enquadram no modelo dominante de “[...] sujeito social nada abstrato: masculino, europeu, cristão, heterossexual, burguês e proprietário” (RIOS, 2008, p.82) são os potenciais inimigos. (CIOCCARI; EZEQUEL; MOTTINHA, 2019, p.92).

Dessa forma, a moral passou a guiar a agenda política e, por não se curvar ao *mimimi* das minorias, entendido como a motivação que desfibra, degenera e fragiliza as pessoas, Bolsonaro foi ovacionado como o opressor, aquele que encara a *ditadura* do politicamente correto, consubstanciando a regularidade temática de boa parte de seus eleitores: gênero, sexualidade e, em consequência, religião.

Assim, o político mobilizou uma paleta de conservadorismos, dos que pretendem conservar a ordem e a estrutura social sem que, para isso, precisem eliminar o outro (sobretudo, LGBT+ e feministas), principalmente representados pelos liberais-conservadores; aos que a pauta econômica é secundária e pode ser terceirizada para um *Posto Ipiranga*²³, já que a moralidade está acima de tudo, inclusive dos direitos humanos universais e dos direitos e garantias fundamentais, protagonizados pela direita alternativa brasileira e pelos neoconservadores.

Iasi (2015) destaca:

Não basta a oposição a um governo, um debate sobre alternativas de sociedade. Isto tudo é racional demais. É preciso colar algo mais atávico, afetivo, que mobilize paixões irracionais. Daí a funcionalidade dos estigmas, e entre eles do anticomunismo, ainda que o alvo da raiva não seja, nem de longe, algo parecido com uma alternativa comunista. Desta maneira eu posso atacar, pedir o impedimento, xingar, desejar matar e acusar sem entender o porquê. Simplesmente porque é comunista (ou judeu, ou negro, ou homossexual, etc....) (IASI, 2015).

²³ Posto Ipiranga é uma metáfora, aludindo uma campanha publicitária de um posto que tem tudo que o cliente precisa, usada por Jair Bolsonaro como bordão, fazendo referência a Paulo Guedes, que é conselheiro econômico do governo Bolsonaro e indicado como Ministro.

“O inimigo torna-se a retórica que justifica todas as violências e o medo torna-se o argumento central da política” (SOLANO, 2018, p. 9). Assim, em uma visão moralista e binária de simplificação da realidade social, um sentimento profundamente humano, o medo, foi explorado como ferramenta política que produziu um inimigo em comum: o *kit gay* e, conseqüentemente, a sociabilidade homoafetiva, como mobilizadores das paixões irracionais. Colou como atávico e afetivo. Assim, o medo se tornou o argumento central, que polarizou o debate e depois se apresentou como a esperança: Bolsonaro. Como se pode perceber no discurso proferido na Câmara, pelo então deputado, em 2010:

[...] Esses *gays* e lésbicas querem que nós entubemos, como exemplo de comportamento, a sua promiscuidade. Isso é uma coisa extremamente séria. O Presidente da Câmara dos Deputados tem que tomar providências no tocante a esse assunto. Nós não podemos submeter-nos ao escárnio da sociedade. [...] Essa história de homofobia é uma história de cobertura para aliciar a garotada, especialmente os garotos que eles acham que têm tendências homossexuais. [...] Pelo amor de Deus, meus colegas que estão nos gabinetes! Pelo amor de Deus! Daqui a pouco vem aqui um cidadão dizer que estou mentindo. [...] Não me agrada falar em homossexual. Eu realmente assumo o que disse na *TV Câmara*: se um garoto tem desvio de conduta logo jovem, ele deve ser redirecionado para o caminho certo, nem que seja com umas palmadas. Acusam-me de ser violento, mas não sou promíscuo, não sou canalha com as famílias brasileiras! (DISCURSOS..., 2010).

O *ethos* de capitão autoritário ecoa no discurso de quem se propõe a governar uma nação plural, miscigenada, diversa. Tentando se colocar como representante das famílias brasileiras e, com isso, oferecendo aspectos de vontade supostamente coletiva, Bolsonaro apresenta manifestações claramente homofóbicas, em um país que assassina sistematicamente LGBT+.

Sem saber diferenciar comportamento, gênero, sexo biológico, sexualidade, patologia ou usando as nomenclaturas de anormais, pervertidos, desviantes como dispositivo de poder que traça uma linha entre os incluídos e excluídos do reconhecimento da dignidade e da proteção dos direitos, Bolsonaro requer a incorporação da heteronormatividade como um conhecimento adquirido e naturalizado na prática social, sem colocar o *status quo* em suspeição, sem questionar o rol de pretensa *regularidade*. E o que não esteja normatizado, seja tido como doença, que, por isso, precisa de cura, de controle, de disciplinamento.

Apesar do processo de despatologização e descriminalização que a politização da identidade produziu, com a revolução de gênero, de sexualidade, é notório, em pleno século XXI, o discurso evado de preconceito, de patologização, mas “[...] como o conservadorismo cria uma comunidade simbólica, deixa de ser antiquado e passa a ser de relevância vital para aqueles que se sentem membros dessas comunidades” (CUNHA, 2015, p. 10), principalmente quando se trata de uma sociedade que construiu historicamente a imagem de LGBT+ como uma ameaça ao *status quo*, “[...] o homossexual passou a ser visto como uma verdadeira ‘espécie’ desviada e passível, portanto, de controle médico-legal” (MISKOLCI, 2007).

Miskolci (2007) adverte que os temores de degeneração sexual (“inversão sexual”) camuflavam o medo de transformação profunda em instituições como a família e, em consequência, a reprodução biológica, a divisão tradicional de poder entre homem e a mulher na família e na sociedade, a manutenção dos valores e da moralidade que compõe a compreensão da ordem e visão de mundo.

Na enunciação do então deputado, é percebida como determinadas formas de sociabilidade representam perigo, desdobrando-se em mecanismos de resistência e controle das transformações da sociedade, a partir da mobilização de pânico morais que são caracterizados pelo modo com o qual a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos. Assim, refere-se a um temor coletivo que impulsiona uma reação social a um fenômeno considerado como perigoso, seja uma ameaça real ou um temor de que posições, valores, ideologias sejam alterados. E é moral porque se teme uma suposta ameaça à ordem social ou o que se idealizou dela, como instituições naturalizadas. Portanto, o pânico moral é inteiramente caracterizado quando a preocupação e as reações coletivas são desproporcionais ao perigo real (MISKOLCI, 2007).

Pode-se afirmar que o objeto do pânico moral pode ser algo novo ou algo que já existia, mas por motivos variados vai ganhando notoriedade. “[...] algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social” (MISKOLCI, 2007). É importante salientar que a homoafetividade não é uma prática social hodierna, mas o grau de aceitação e tolerância da diversidade está em constante reavaliação (MISKOLCI, 2007), com avanços e recuos.

Como se cria um estigma, uma intolerância, um preconceito, há uma violência que se expressa como pânico moral marcado pelo temor de mudança da sociedade, de modificar as fronteiras morais sociais, o que mobiliza a aver-

são, a irracionalidade. Com isso, a concepção de Bolsonaro de que algo deve ser feito, isto é: “Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias [...] as minorias se adequam ou simplesmente desaparecem²⁴” vai da adequação aos padrões normativos e às práticas sexuais, como o controle social na regulação do comportamento, na normalização do prazer, no controle dos afetos, destituindo-os de subjetividades, de visibilidade (esconder ou viver clandestinamente os desejos); ao desaparecimento (sanatórios, presídios, campos de concentração).

Destarte, “[...] Pela família e a inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo! Pela nossa liberdade! Contra o Foro de São Paulo! pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...], o meu voto é sim” (BOLSONARO..., 2019) Bolsonaro, em votação para o prosseguimento do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, banaliza o ódio, em favor de um saudosismo dos tempos da lei, da ordem, da heteronormatividade, do culto à masculinidade, em nome da célula nuclear da religião judaico-cristã: a família (tradicional, logo uniforme). Com isso, mostra a relação intrínseca entre o pânico moral e a ideologia neoconservadora, por seu alto teor reacionário, fundamentalista.

Para Bourdieu (2010), o poder religioso é um poder simbólico, que produz consenso sobre signos e sentidos. A cidadania religiosa neoconservadora produz um imaginário de regras e dogmas que proíbem divergências: feminismos, LGBT+ são as vozes dissonantes (o *neomarxismo gayzista-feminista*²⁵), que provocam *anomia* social, sentimentos de ressentimento.

Além disso, o discurso religioso, ao qual Bolsonaro se filia, da interpretação unívoca da criação homem e mulher é usado para legitimar e *divinizar* a violência simbólica, a fim de conter as atuações *heréticas* e evitar novas erupções. A rede de relação de poder, no qual a religião se assenta, organiza e põe em circulação um saber como consenso, usado de forma discreta para atender determinados fins.

A proposta é uma relação de poder organizado, hierarquizado, *piramidalizado*, que promove relações desiguais, assimétricas, por meio da operação de tecnologias políticas no corpo social, reforçando contextos assimétricos sócio e

²⁴ É possível recuperar a enunciação dos deputado no seguinte, conforme a publicação <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-nao-tem-essa-historinha-de-estado-laico-e-estado-cristao-disse-bolsonaro-em-comicio/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

²⁵ Expressão de Olavo de Carvalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4b3StHWY1ms&feature=em-uploademail>. Acesso em: 14 ago 2020.

historicamente constituídos e que pulsam no funcionamento diário, de macro a micro práticas.

Percebe-se, assim, a partir da fala do então deputado, que ele se coloca em um campo social de posição estruturada, em que a luta da minoria por espaço ou para transformar uma realidade social de preconceito, de opressão, de violência física e simbólica, vivida no Brasil, é enfatizada como espaço em que as relações devem ser pela manutenção da desigualdade, pela fuga do diálogo, até em lugares de construção do saber, como a escola. Com isso, ratifica seu insuficiente conhecimento sobre as relações social e historicamente construídas. Isto é: enfatiza os consensos fabricados historicamente, em que há um comportamento normal em contraponto a um comportamento “ao contrário”, invertido, não aceito.

Assim, a quebra da ordem que, segundo o discurso conservador, causa desequilíbrio, gera violência, pede resposta. Uma resposta que restabeleça o equilíbrio social, que garanta que a realidade não sofra alteração. E a disciplina dos corpos é vista como aquela que pode cumprir com esse objetivo, principalmente na contenção dos corpos maleáveis e moldáveis. O ato moralista é apresentado como necessário para reeducar, corrigir, curar esses infratores da ordem. Tudo para um bem maior: uma sociedade padronizada.

Considerações finais

A compreensão de como se pensa a sociedade e a si mesmo, de como as tradições são construídas, de como as crenças são instituídas são objeto das Ciências Sociais. Uma atividade cuja busca pretende entender a realidade, afastar-se das simplificações, do imediatismo.

É fato que certas dinâmicas sociais são difíceis de serem operacionalizadas. São necessários tempo, reflexão, acuidade, rigor, sistematização. Assim, compreender os conservadorismos brasileiros da contemporaneidade à medida que as narrativas vão sendo produzidas, vividas e experienciadas é atividade complexa, especialmente quando as nomenclaturas se alastram, povoando das conversas do cotidiano aos espaços acadêmicos.

Por circularem de forma relativamente ampla e popularizada, tem-se a impressão de que são termos autoexplicativos, simplórios, atemporais. Todavia, o olhar mais atento registra que se está diante de um fenômeno complexo, principalmente devido às transformações societárias. Tem-se, desse modo, uma problemática de caráter teórico, empírico e aplicado.

Portanto, é importante empreender a revisitação dos mapas conceituais, a fim de verificar se os conceitos ainda possuem pertinência e, consequentemente, se há aplicabilidade na realidade concreta.

Sendo assim, depois do percurso deste artigo, compreende-se que se está, atualmente, diante de uma paleta de conservadorismos. Com isso, defendemos a ideia de que o conservadorismo é plural, o que significa que se levam em considerações variáveis múltiplas. Além disso, na reflexão sobre as configurações dos conservadorismos brasileiros contemporâneos, entende-se que há relações intrínsecas com a formação social e cultural da sociedade brasileira, apresentando-se nos pontos de regularidades sem perder de foco os pontos de fugas.

Nesse início do século XXI, sobretudo a partir da década atual (2010-2019), os termos direita e conservador foram mobilizados bastante como atalhos informacionais, especialmente na eleição de Jair Bolsonaro. Compreendeu-se também que o conservadorismo e a direita não são instrumentos instaurados com Bolsonaro, como seus apoiadores reivindicaram.

Todavia, não se pode negar que o personagem político em pauta capitalizou o fenômeno na construção de sua *performance* e, por isso, que se considera o termo *Bolsonarização* como uma tipologia operacional na compreensão de uma dinâmica social que atrela direita alternativa brasileira e neoconservadorismo.

Jair *Messias* Bolsonaro parece representar os interesses de parte de uma sociedade ressentida e inconformada por ver seus espaços de atuação pública, cultural, social e econômica serem povoados por grupos historicamente *subalternos* como gays, lésbicas, travestis, transexuais em ascensão e visibilidade, de tal sorte que aciona o neoconservadorismo em forma de ressentimento, ódio, preconceito, para alguns claramente perceptível, para outros de modo camuflado.

Portanto, a homoafetividade e toda e qualquer publicização sobre ela deve ser proibida, extinta, expurgada, como se imprimir-lhe visibilidade causasse a total e completa desestabilização do social, da moral e dos costumes vigentes. Inviabilizá-los ou tornar o aparecimento altamente regulado é visto como solução, já que remodelar o campo da visibilidade social parece ser inaceitável.

Dessa forma, política é linguagem, logo é signo, é símbolo, é performatividade. Jair Bolsonaro tem construído a sua retórica a partir da obediência a uma gramática fixa, rígida, neoconservadora, na qual a diversidade encontra espaços de cerceamento, o diálogo é silenciado e as transformações parecem não fazer sentido.

Nesse cenário rígido e inflexível desenhado, a igualdade e a justiça social têm dificuldade para contracenar. Quer-se, portanto, um tecido social que não seja *sujo* de imprevisibilidade, irregularidade. A retórica do *kit gay*, por exemplo,

foi um dos pontos de inflexão que a direita alternativa brasileira, por meio de um processo de *Bolsonarização* e do neoconservadorismo, utilizou-se para mobilizar afetos, fabricar o medo, o pânico moral.

Jair Bolsonaro capitalizou uma linguagem que encontrou adesão na sociedade e, portanto, fez sentido para um grupo de pessoas que se sente conectado cognitivamente, emotiva, performática e simbolicamente. A busca por uma cultura da ordem social, nesses cenários de conservadorismos religiosos, como um ideal que precisa renascer, e que foi tônica da construção da imagem pública política de Bolsonaro, com o chamativo de *Muda, Brasil*, deve ser investigada.

Há, também, um combate ao conhecimento científico, por ser considerado de esquerda, assim, explora-se o senso comum, a projeção das *pós-verdades* e a fabricação de *fakes news*. E esse *conhecimento alternativo e revisionista* tende a ser propalado, pois as redes sociais são os meios de comunicação e de informação de bolhas que se retroalimentam, que produzem modos de sociabilidades específicos, comunidades de pertencimento, que se unem, pois a mídia (rádios, jornais impressos e televisivos) é tida, por esses grupos, como de esquerda e conivente com um projeto conspiratório de marxismo cultural.

Marxismo cultural, esse, aliado ao politicamente correto, que tem sido lido como perigo, já que tem posto em risco as *estruturas naturais e sagradas*, por isso o combate ferrenho a questões identitárias, ao vitimismo e ao *mimimi*, que têm dividido a sociedade (branco *versus* negros, homem *versus* mulher, héteros *versus* homo) com diferenciações que não primam por liberdade; além de alterarem o cenário do que é certo e errado, do que é aceitável e aberração, do que é livre expressão e censura.

Assim, os mitos precisam ser recompostos. O *degradado* precisa ser neutralizado. Tudo para a unidade da sociedade. Eis os discursos dominantes neoconservadores vislumbrando um novo velho tempo. Tempo de regresso, de ordem, de uniformidade, de estagnação. E essa guerra já dizimou (e dizima) muitas etnias, gêneros, classes brasileiras.

Pelos bons costumes, pelo *status quo*, contra o *kit gay* e a mobilidade social, o neoconservadorismo, mobilizando o medo, aprofunda as desigualdades sociais, de gênero, de sexualidade, em nome de uma cultura pretensamente cristã. Materialidades de quem compõe o capital político assentado nas relações de opressão, sobretudo, em relação às expressões de gênero e às práticas sexuais, o que estimula o ódio, fomenta o preconceito e fabrica o medo, pânicos morais.

A retórica do neoconservadorismo bolsonarista ativa paixões, mobiliza irracionalidades. Usando o nome de Deus, *o Estado é cristão*, os LGBTQ+ e as feministas devem se adequar ou desaparecerão. Diferentemente do anunciado,

os direitos dos LGBT+, das mulheres não estão garantidos. Não há uma ditadura *neomarxista gayzista-feminista* em um país no qual o número de assassinatos a LGBT+ e a mulheres é assustador. A pauta antiopressão, que denuncia comportamentos e estruturas opressoras, deve ser uma reivindicação constante, sobretudo, quando o neoconservadorismo reivindica a supressão, daquele que não é *natural*, como uma necessidade, alegando que uns precisam padecer para que outros desfrutem da ordem e do progresso.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, G. P. Neoconservadorismo religioso em grupos protestantes. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR, 14., Juiz de Fora. **Anais [...]**, Juiz de Fora: ABHR, 2015.
- BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadorismo e Serviço Social. **Serviço Social**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.
- BOLSONARO exalta Ustra na votação do impeachment em 2016. **Estadão**, São Paulo, 08 ago. 2019. 1 vídeo (48 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 13. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CALDEIRA NETO, O. Frente nacionalista, neofascismo e “Novas direitas” no Brasil. **Revista Faces de Clio**, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, jul./dez. 2016.
- CIOCCARI, D.; EZEQUIEL, V.; MOTTINHA, R. A eleição de Jair Bolsonaro: a construção do medo e ódio na campanha eleitoral de 2018. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.13, n.3, p.89-105, set./dez. 2019.
- CUNHA, M. do N. Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. **Perseu**: Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, ano 7, n. 11, 2016.
- CUNHA, L. A retórica conservadora no Brasil contemporâneo e a produção de identidades políticas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17., Porto Alegre, RS. **Anais [...]**, Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281272779_A_retorica_conservadora_no_Brasil_contemporaneo_e_a_producao_de_identidades_politicas. Acesso em: 24 ago. 2020.
- DANTAS, M. M. M. **Neoconservadorismo e as implicações e desafios à luta feminista**. 68f. 2016. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

D'AVILA, L. Como o diabo foge da cruz: ensaística neoconservadora e dispensa religiosa. **IPOTESI**, Juiz de Fora, v.19, n. 2, p. 53-68, jul./dez. 2015.

DISCURSOS e notas taquigráficas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 30 nov. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/3a24IGp>. Acesso em: 23 jan. 2020.

EU SOU Jair Bolsonaro. **The Intercept Brasil**, [on-line], 20 out. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/10/20/quem-e-jair-bolsonaro-17/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

IASI, M. L. De onde vem o conservadorismo? **Blog da Boitempo** [on-line], 15 de abril, 2015. Disponível: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/> Acesso em: 29 ago. 2020.

LÖWY, M. **Dez teses sobre a ascensão da extrema direita europeia**: O novo fascismo espreita o Velho Continente. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, jun. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/532447-dez-teses-sobre-a-ascensao-da-extrema-direita-europeia-o-novo-fascismo-espreita-o-velho-continente> Acesso em: 29 ago. 2020.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.28, p.101-128, jan./jun. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 9 ago. 2020.

ROMANCINI, R. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 2, 2018.

SCHEEFFER, F. Esquerda direita: velhos e novos temas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38, Caxambu, MG. **Anais [...]**, Caxambu, MG, 2014. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt27-1/9084-esquerda-e-direita-velhos-e-novos-temas/file>. Acesso em: 24 ago. 2020.

SINGER, A. Novas expressões do conservadorismo brasileiro. Entrevista por Luis Brasilino. **Le Monde Diplomatique Brasil** [on-line], Brasília, v. 6, n. 63, 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/novas-expressoes-do-conservadorismo-brasileiro/> Acesso em: 24 ago 2020.

SOARES, J. M. M S. A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. **Revista em pauta**, Rio de Janeiro, v.15, n. 39, p.271-275, 2017.

SOLANO, E. **Crise da Democracia e extremismos de direita**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2018. (Análise, 42).

TOITIO, R. D. **Cores e contradições:** a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro. 330f. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.

WINK, G. Bolsonaro é a caricatura do extremista de direita. **Deutsche Welle** [on-line]. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-%C3%A9-a-caricatura-do-extremista-de-direita/a-45651684> Acesso em: 15 dez. 2018.

Recebido em 01 de fevereiro de 2020.

Aprovado em 06 de julho de 2020.

SISTEMAS DE VERIDICÇÃO E A PREVISIBILIDADE DE DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS EM MOMENTOS DE CRISE: LEITURAS A PARTIR DE UMA CENA DE TRISTES TRÓPICOS¹

Renato Albuquerque de Oliveira²

RESUMO: Neste artigo tenta-se trabalhar uma questão político-veridictória contida em *Tristes trópicos*, de Lévi-Strauss. A ideia é pensar em como uma cena de crise contida no livro nos permite refletir sobre o político entre os *Nambiquara* – um povo ameríndio – e como essa reflexão pode ser um estímulo a pensar o político em outras sociedades, como a brasileira como um todo, especialmente a respeito de questões sobre a veridicção. O desenvolvimento aqui realizado tomará por base reflexões vindas da antropologia política de Pierre Clastres, além de ser construído levando em conta as propostas da semiótica estruturalista, especialmente como formuladas por Algirdas Julien Greimas e Claude Zilberberg. Assim, espera-se realizar uma tentativa de contribuição para a compreensão de sistemas político-veridictórios por meio de uma aproximação da semiótica como leitura para os objetos analisáveis pelas ciências humanas.

PALAVRAS-CHAVE: *Tristes trópicos*. Sistemas político-veridictórios. Antropologia política. Semiótica.

SYSTEMS OF VERIDICTION AND THE PREDICTABILITY OF POLITICAL DEVELOPMENTS IN TIMES OF CRISIS: READINGS FROM A SCENE IN TRISTES TROPIQUES

ABSTRACT: In this paper we try to work on a political-veridictional issue in Lévi-Strauss's *Tristes Tropiques* book. The idea here is to think about how a scene contained in this book allows us to reflect on the political among the Nambiquara – an Amerindian nation – and

¹ A pesquisa desenvolvida pelo autor recebe apoio da CAPES.

² Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP – Brasil. Mestrando em Semiótica no Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9114-4004>. renato.ao@usp.br.

how this reflection can be stimulant to think about the political in other societies, such as the Brazilian one, as a whole, especially about issues that concern veridiction. The development here will be based on reflections of the political anthropology of Pierre Clastres, besides being built considering the proposals of structuralist semiotics, especially as formulated by Algirdas Julien Greimas and Claude Zilberberg. Thus, it is expected to make an attempt to contribute to the understanding of political-veridictory systems through an approximation of Semiotics as a way to conceive the objects analysable by the human sciences.

KEYWORDS: *Tristes tropiques. Political-veridictory systems. Political anthropology. Semiotics.*

1. Da importância da veridicção na política

A maneira como o processo veridictório se desenvolve atualmente na política brasileira tem sido estímulo para que se busque compreender como a narrativa dominante conseguiu se estabelecer e tem se reproduzido, mesmo com todas as questões problemáticas que a atual administração pública, principalmente na esfera executiva federal, tem nos mostrado. O uso das *fake news* são *exemplo-mor* de construções de verdades nesse meandro do político. Esse *processo* veridictório, nos parece, possui correspondência a um *sistema* veridictório. Se o sintagma é visto no desenvolvimento processual das *fake news*, provavelmente seu paradigma seria observado a partir de derivações estruturais contidas na cultura, especialmente em seus meandros políticos. Partindo dessas premissas, acreditamos que uma maneira inicial de desenvolver essa proposta – como a dependência sintagma-paradigma acontece na política e sua relação com a veridicção – pode ser vista na realização de comparação entre diferentes sistemas político-veridictórios. Levando isso em conta, pensaremos sobre uma ação política que aconteceu entre os *Nambiquara*, povo ameríndio que habita território localizado entre os estados de Mato Grosso e Rondônia, ação descrita e comentada por Lévi-Strauss em *Tristes trópicos*. Tentaremos, então, observar se há algum elemento possível de ser encarado como característico do sistema político-veridictório desse povo e que possa servir de estímulo a uma reflexão sobre o nosso próprio sistema político-veridictório.

2. Escrever sem significar

*“O testemunho da escrita só tem valor com a condição
de ser interpretado”.*

(SAUSSURE, 2012 [1916], p. 68).

Imagine-se como um etnólogo tentando recensear uma população indígena. Considere que a obtenção dessa informação seja importante para a elaboração de sua etnografia. Uma estratégia para isso: propor a um chefe indígena que chame grupos de diferentes lugares para uma reunião. Sua estratégia funciona. Um dos motes que possibilitaram a reunião desses grupos foi a esperança que tiveram em receber presentes vindos de você, etnólogo, pois é bastante comum no mundo ameríndio – quiçá uma regra mínima nesse tipo de interação – que um anfitrião trate assim seus convidados. Acontece algo parecido com Lévi-Strauss entre os *Nambiquara*. Estando ele, enfim, em reunião com diferentes grupos deste povo, um “incidente extraordinário”, como chama, desenrola-se. A seguir, vale lermos suas palavras sobre esse momento, contado no capítulo “Lição de escrita”, em *Tristes trópicos*:

É de imaginar que os Nambiquara não sabem escrever; mas tampouco desenham, com exceção de alguns pontilhados ou zigue-zagues nas suas cuias. Porém, da mesma maneira como agi com os Cadiueu [outro povo ameríndio que visitara], distribuí folhas de papel e lápis com os quais, de início, nada fizeram; depois, certo dia vi-os muito atarefados em traçar no papel linhas horizontais onduladas. Que queriam fazer, afinal? Tive de me render à evidência: escreviam, ou, mais exatamente, procuravam dar a seu lápis o mesmo uso que eu, o único que então podiam conceber, pois eu ainda não tentara distraí-los com meus desenhos. Para a maioria, o esforço parava por aí; mas o chefe do bando enxergava mais longe. Era provável que só ele tivesse compreendido a função da escrita. Assim, exige de mim um bloco e nos equipamos da mesma forma quando trabalhamos juntos. Não me comunica verbalmente as informações que lhe peço, mas traça no seu papel linhas sinuosas e me mostra, como se ali eu devesse ler a sua resposta. Ele próprio se deixa tapear um pouco com a sua encenação; toda vez que sua mão termina uma linha, examina-a ansioso como se dela devesse surgir algum significado, e a mesma desilusão se estampa em seu rosto. Mas não a admite; e está tacitamente combinado entre nós que a sua garatuja tem um sentido que finjo decifrar; o comentário verbal segue-se quase de imediato e dispensa-me de exigir os esclarecimentos necessários (LÉVI-STRAUSS, 2016, p. 315-316).

Note que o chefe desse grupo foi o único que aparentemente compreendeu a função da escrita. A chefia ameríndia possui um estatuto bastante particular, importante de ser elucidado para desenvolvermos a reflexão que aqui propomos.

Não é possível que simplesmente a homologuemos a nossos critérios de chefia, vagos que sejam. Por isso, antes de falarmos da importância na relação desse chefe *Nambiquara* com a compreensão da função da escrita que tivera, precisamos primeiro termos uma ideia do que é, em linhas gerais, um chefe ameríndio.

3. Um chefe que *deve e não pode*

A obra de Pierre Clastres apresentou ideias importantes para que algumas questões a respeito da política ameríndia fossem compreendidas. Uma de suas contribuições foi realizar uma guinada epistemológica a respeito de como o político, no mundo ameríndio, poderia ser encarado: o lugar comum da reflexão antropológica sobre esse assunto, até então, guiado por forças etnocêntricas, pensava as populações indígenas a partir de seu próprio parâmetro político e que desembocavam, em geral, em um comentário sobre a falta ou a incompletude do modelo estatal nestes povos. Nesse sentido, sugere não mais pensar o poder político a partir do parâmetro ocidental, mas pensá-lo, nesses outros grupos humanos, a partir de sua imanência: não pensá-lo pela falta de um mecanismo como aos moldes do que chamamos Estado, mas pela existência de algo particular que torne o exercício do poder político possível entre esses povos (CLASTRES, 2013). Levando isso em conta e a partir de um refinamento de ideias propostas por Robert Lowie, baseadas em uma reflexão sobre dados etnográficos de diferentes populações ameríndias, Clastres sugere que o chefe ameríndio não seria “tão chefe” assim, embora estivesse em um papel social de destaque. Para ele, as características gerais de um chefe ameríndio, diferentemente das de um chefe ocidental, colocariam-no como aquele que:

[...] ocupa um lugar de poder, sem jamais exercê-lo, e ele não o faz justamente porque é tido como prisioneiro do grupo que *deve*, por assim dizer, *representar*. Essa prisão explica-se também pela dívida que ele contrai: ao ser imbuído de certos privilégios, como a poliginia, vê-se obrigado a *servir aos seus com dádivas frequentes* e também com uma eloquência sagaz, plena de valor mas *destituída de uma capacidade de mando* (SZTUTMAN, 2012, p. 46, grifo nosso).

Repare que esse chefe *deve representar seu grupo*, além de *o servir com dádivas frequentes* e de *não ter poder de mando*. O momento da cena contada por Lévi-Strauss nos mostra um pouco dessas atribuições do chefe ameríndio, de forma bastante exemplar. A partir do convite que o etnólogo faz ao chefe

Nambiquara, um deslocamento se realiza para que diferentes grupos desse povo se encontrassem em um lugar estabelecido. Com isso, o grupo que estava com o chefe *Nambiquara* que fez o acordo com Lévi-Strauss teve que sair de onde acampava, junto a um posto telegráfico em Utiariti, Mato Grosso, e marchar para onde combinaram. Nessa caravana, além dos *Nambiquara*, também foi a tropa de Lévi-Strauss. O caminho que estabeleceram era difícil e se perderam. Nesse ínterim, tiveram que acampar para esperar o dia clarear, pois havia anoitecido e não teriam como acertar o caminho para seu destino. Assim que raiou o dia, conta-nos Lévi-Strauss:

Na manhã seguinte, reinava um descontentamento geral, visando ostensivamente o chefe responsabilizado por um negócio que ele e eu tínhamos acertado. Em vez de fazer uma expedição de caça ou de coleta, cada um resolveu se sentar à sombra dos abrigos, e deixaram o chefe encontrar sozinho a solução do problema. Ele sumiu, acompanhado por uma de suas mulheres; à noite, vimos os dois voltando, com suas cestas pesadas cheias de gafanhotos que eles haviam passado o dia inteiro colhendo. Embora o patê de gafanhotos não seja um prato muito apreciado, todos comeram com apetite e recobram seu belo humor (LÉVI-STRAUSS, 2016, p. 314-315).

Com esse exemplo, vemos que o papel de *representar seu grupo* estava no acordo feito entre o chefe *Nambiquara* e Lévi-Strauss. Seu papel de *não ter poder de mando* é visto na falta de imperativos para fazer com que seus companheiros também fossem buscar alimentos. Por fim, *servir o grupo com dádivas* é visto na ação de ele ter ido buscar alimentos para todos, além, é claro, de ter sido uma das razões para ele ter feito o acordo com Lévi-Strauss, que entregaria presentes que o chefe poderia distribuir entre os seus.

Vejamos mais de perto uma questão importante impulsionada por essa obrigação do chefe ameríndio à generosidade, mas que se relaciona a questões da subjetividade desse chefe. É lugar comum, quando se pensa nessas populações não-ocidentais, que se deixe de lado a importância das influências de escolhas pessoais nas questões que se desenrolam nessas sociedades. Isso se dá, geralmente, pela não correspondência da noção de *pessoa* à noção de *indivíduo*, própria do Ocidente, ou seja, por nesses *Outros* não haver uma associação direta e necessária dessas duas noções. Nesse sentido, é comum pensar que as ações de um sujeito sempre se dariam por implicações sociais, apenas. Entretanto, não é porque não há a noção de indivíduo que não há a noção de pessoa. Esse problema se coloca

para que tratemos da seguinte questão: embora o chefe ameríndio seja como que um cativo de sua sociedade, não é por isso que não possua motivações pessoais para realizar seus atos. Para pensarmos sobre isso, vejamos o que acontece quando os grupos *Nambiquara* finalmente se encontram, no local combinado.

4. Ler sem significante

Mesmo não tendo poder efetivo, o chefe ameríndio o é por uma série de qualidades que deve possuir. Para servir a seu povo, deve ter certa genialidade. Ter uma retórica astuciosa é uma dessas virtudes necessárias para poder desempenhar sua função (CLASTRES, 2013). Como um dos desdobramentos dessa característica, vejamos o que nos conta Lévi-Strauss sobre o momento em que o chefe *Nambiquara* distribui os presentes para seus companheiros:

Ora, ele reunira todo o seu pessoal, tirou de um cesto um papel coberto de linhas tortuosas que fingiu ler e nas quais procurava, com uma indecisão afetada, a lista dos objetos que eu devia dar em troca dos presentes oferecidos: a este, contra um arco e flechas, uma faca de arrasto! ao outro, contas! para os seus colares... Essa encenação prolongou-se por duas horas. Que esperava ele? Enganar a si mesmo, talvez; mais, porém, surpreender seus companheiros, convencê-los de que tinha participado na escolha das mercadorias, que obtivera a aliança com o branco e que partilhava de seus segredos (LÉVI-STRAUSS, 2016, p. 316).

Para que, então, o chefe fazia essa encenação? O que o estimulava a isso? Aqui, Lévi-Strauss sugere que ele assim agira não apenas para desempenhar sua responsabilidade de generosidade, mas talvez a tenha usado como pretexto para uma ambição pessoal:

A escrita fizera, pois, sua aparição entre os Nambiquara; mas não, como se poderia imaginar, ao termo de um trabalhoso aprendizado. Seu símbolo fora imitado, ao passo que sua realidade continuava a ser desconhecida. E isso, com vistas a uma finalidade mais sociológica do que intelectual. Não se tratava de conhecer, reter ou compreender, mas de aumentar o prestígio e a autoridade de um indivíduo – ou de uma função – às custas de outrem (LÉVI-STRAUSS, 2016, p. 317).

A esse respeito, “admite o autor [Lévi-Strauss] que os ‘homens não são todos iguais’, devendo a individuação psíquica ser levada em conta na designação

de posições de autoridade” (SZTUTMAN, 2012, p. 314). Com efeito, conclui Lévi-Strauss dizendo que a existência de posições de chefia, geral a todos os grupos humanos, dá-se pois existem alguns sujeitos que “gostam do prestígio em si, sentem-se atraídos pelas responsabilidades, e para quem a carga dos negócios públicos traz consigo sua recompensa” (LÉVI-STRAUSS, 2016, p. 337). Posto isso, convém que falemos de uma característica política das sociedades ameríndias que atuaria como um contrabalanço à possível vontade de um sujeito em posição de chefia exceder a sua função e aspirar ao poder a partir do prestígio que possa ter.

5. Um grupo que comanda seu chefe

Levando em conta que as sociedades modernas se organizam, de diferentes formas, a partir do Estado, pode-se afirmar que um de seus princípios basilares se manifesta a partir da divisão da sociedade entre dominantes e dominados. Assim, os chefes dessas sociedades, ao estarem em posição de dominância, comandariam seu grupo. Por sua vez, nas relações ameríndias, em geral, a sociedade se organizaria de outro modo. Elas seriam, então, “sociedades indivisas: [...] sociedades sem divisão em dominantes e dominados – não há órgão separado do poder” (CLASTRES, 2014, p. 141). Ou seja, nessas sociedades, em seu caráter indiviso, não haveria associação do poder a um sujeito ou grupo específico, a sociedade, em si, teria o controle do poder, portanto, o chefe ameríndio não comandaria seu grupo, mas estaria sob o comando da sociedade a que pertence.

Entre os ameríndios, quando há vestígios de surgimento da dissociação do poder de seu lugar – no seio do próprio grupo –, a sociedade atua para reparar essa disrupção. Esse mecanismo é assim definido por Clastres (2014, p. 142): “[...] com efeito, a política dos selvagens é exatamente opor-se o tempo todo ao aparecimento de um órgão separado do poder, impedir o encontro de antemão fatal entre instituição da chefia e exercício do poder”.

Voltemos aos *Nambiquara* de Lévi-Strauss. Depois da distribuição dos presentes, podemos observar como essa sociedade respondeu à tentativa de seu chefe em obter poder a partir da simulação de compreensão da escrita, em outras palavras, como essa sociedade acionou o mecanismo que a protege da criação de divisão entre dominantes e dominados a partir da atribuição de poder ao chefe. A maioria dos *Nambiquara* presente nessa cena, desvinculou-se “de seu chefe depois que ele experimentou jogar a cartada da civilização (em seguida à minha visita, foi abandonado pela maioria dos seus)” (LÉVI-STRAUSS, 2016, p. 320). Sobre isso, é importante observar que:

[...] o chefe está sob vigilância na tribo: a sociedade se preocupa em não deixar o gosto do prestígio transformar-se em desejo de poder. Se o desejo de poder do chefe se torna muito evidente, o procedimento empregado é simples: ele é abandonado ou mesmo morto. O espectro da divisão talvez assombre a sociedade primitiva, mas ela possui os meios de exorcizá-lo (CLASTRES, 2014, p. 142).

Esse efeito de ilusão, pretendido pelo chefe *Nambiquara*, e a resposta que essa sociedade dá a essa ação poderiam ser um indício para começarmos a pensar sobre o sistema político-veridictório desse tipo de sociedade, chamada por Clastres de “sociedade contra o Estado”. A Semiótica pode oferecer ferramentas para tratarmos disso. Entretanto, antes, seria necessário que essa cena fosse semiotizada.

6. Semiotizando a Lição de escrita

O momento político vivido pelos *Nambiquara* e descrito por Lévi-Strauss no capítulo “Lição de escrita” poderia ser lido como um momento de *crise* que se desenvolve nessa sociedade. Ora, lê-lo assim ser-nos-ia vantajoso para que pudéssemos entender o *sentido* que daí se depreende, considerando que os “eventos que antes deste momento de transformação eram mais ou menos previsíveis, tornam-se, nestas circunstâncias extraordinárias, uma espécie de caixa-preta para a interpretação semiótica”³ (ALONSO ALDAMA, 2019, p. 53, tradução nossa). Além disso, seguindo ainda as sugestões do semioticista Juan Alonso, notamos que a previsibilidade dos desfechos de momentos de crise pode ser uma das características que nos permitiria abordar semioticamente episódios desse tipo. Especificamente no que aconteceu entre os *Nambiquara*, levando em conta que “a alta semioticidade contida em eventos como esse parecem ser decisivos para a continuação do processo semiótico”⁴ (ALONSO ALDAMA, 2019, p. 53, tradução nossa), ou seja, se observarmos a alta semioticidade contida no ato de tentativa de ilusão realizado pelo chefe *Nambiquara*, poderíamos vislumbrar uma tendência interpretativa nesse processo político-semiótico. Ser um “incidente extraordinário”, como coloca Lévi-Strauss, talvez seja o relevo que nos permitirá pensarmos em seu desdobramento como algo tendencial.

³ Texto original: « [...] événements, qui avant ce moment de transformation, se déroulaient de manière plus ou moins prévisible, deviennent dans ces circonstances extraordinaires une sorte de boîte noire de l'interprétation sémiotique. » (ALONSO ALDAMA, 2019, p. 53).

⁴ « la haute sémiotité de ces mêmes événements, lesquels semblent tous déterminants pour la suite du processus sémiotique. » (ALONSO ALDAMA, 2019, p. 53).

Para se pensar nos desdobramentos possíveis de certa crise, Alonso nos sugere observarmos os desenvolvimentos e conexões contidos naquilo que chama de “sinais fracos”. Esse conceito

[...] refere-se à informação que normalmente se mostra exteriorizada, *prospectiva*, mais *qualitativa* do que quantitativa, que tem uma duração breve e rapidamente se torna obsoleta. São [os sinais fracos] *incertos, imprecisos e fragmentados*; são pouco significativos se tomados individualmente, e só mostram seu valor se sobrepostos e posicionados em relação com outros sinais⁵ (MEVEL, 2004, p. 174, tradução nossa).

A questão envolvida em um sinal fraco não tem a ver com o quão perceptível ele é. Seria mais relacionada a um indício sensível que pode (ou não) transformar um processo. Logo, o sinal fraco, *em si*, seria um fato não semiotizado, contido apenas no plano da expressão, servindo como repositório à realização de uma função semiótica (ALONSO ALDAMA, 2019). A isso se deve uma advertência, como o próprio Alonso coloca: não se afirmaria, assim, que o plano de expressão existe por si só. O que se põem em destaque é a possibilidade de um ponto de vista semiótico, na reflexão política, que se atente a como a expressividade pode participar de forma decisiva na criação do sentido na política: não é apenas por meio da ideologia que se faz a política, mas também por meio da estética e do estilo.

Levando isso em conta, podemos entender que a ilusão pretendida pelo chefe *Nambiquara* poderia ser encarada como um sinal fraco, mesmo sendo uma cena tão notável. Acontece que ele seria um sinal fraco se levarmos em conta ser *um* evento inserido no sistema político desse povo. Nesse sentido, a atuação do chefe poderia ser lida como participante de um paradigma. Assim, o resultado dessa ação poderia se tornar previsível a partir de sua relação com os outros entes paradigmáticos que constituem esse sistema. Ainda sobre o conceito de sinal fraco, para que

[...] faça sentido e pareça a um observador como o modo virtual de existência de uma futura forma semiótica, ele deve poder ser relacionado a outros eventos ou outros sinais que participam de um mesmo sistema.

⁵ « désignent des informations qui sont le plus souvent extraverties, de nature prospective, plus qualitatives que quantitatives, d'une durée de vie limitée et rapidement obsolètes. Elles sont incertaines, imprécises et fragmentaires; peu signifiantes prises individuellement, elles ne s'enrichissent que recoupées et agencées les unes par rapport aux autres » (MEVEL, 2004, p. 174).

Como qualquer sinal ou evento isolado é de difícil interpretação, deve estar inscrito num tipo de relação com outros elementos para que possa assumir um sentido⁶ (ALONSO ALDAMA, 2019, p. 59, tradução nossa).

Levando em conta as ideias de Clastres sobre a política ameríndia e se, de fato, pudermos definir a atitude do chefe *Nambiquara* como legível dentro do sistema político de seu povo, podemos dizer que a tendência mais esperada em relação à recepção dessa prática por essa sociedade seria a recusa à aceitação de sua perpetuação, como de fato aconteceu. Em outras palavras, esse sinal fraco, por estar contido na lógica política ameríndia, não se estabeleceria como sintagma: a partir da ideia sugerida por Clastres, mais acima, a percepção da ação do chefe com potencial para se tornar sintagmática poderia ser lida como um dos meios que essa sociedade teve de frear o ímpeto de seu chefe à obtenção do poder. Essa ideia pode ser assim resumida: “para detectar uma tendência, por exemplo, o sinal não deve aparecer como um único fato, mas como parte de uma possível série – existente ou futura”⁷ (ALONSO ALDAMA, 2019, p. 59, tradução nossa). Poderíamos dizer que apesar de ter sido um evento que de fato ocorreu, a ação do chefe *Nambiquara* não se torna sintagma porque *não pode* ser inserida na gramática que orienta os paradigmas políticos da sociedade em questão. Foi um erro de escrita.

7. Uma abertura semiopolítica para compreendermos a nós mesmos: a veridicção na política

A ideia por trás deste artigo é tentar uma abertura semiopolítica para que possamos enriquecer o nosso conhecimento sobre a existência humana. Para tal intenção, adotamos uma perspectiva antropológica, entendendo que ela permite, pela comparação de fenômenos sociais em diferentes sociedades, vislumbrar padrões da vida social (LÉVI-STRAUSS, 1985). Nesse sentido, pensamos que a compreensão do evento que fora aqui trabalhado indicaria meios de entendermos os meandros do ponto nevralgico das relações político-veridictórias em diferentes sociedades, especialmente na relação da chefia (em suas manifestações diversas)

⁶ « [...] pour qu'un signal faible puisse avoir du sens et apparaître pour un observateur comme le mode d'existence virtuelle d'une forme sémiotique à venir, il faut que ce signal puisse être mis en relation avec d'autres événements ou d'autres signaux avec lesquels il feront système. Tout signe ou événement isolé étant difficilement interprétable, il devra être inscrit dans un type de relation avec d'autres éléments pour qu'il puisse accéder au sens ». (ALONSO ALDAMA, 2019, p. 59).

⁷ « [...] pour qu'on arrive à déceler une tendance par exemple, il faut que le signal n'apparaisse comme un fait unique mais comme un élément d'une série possible – existante ou à venir. » (ALONSO ALDAMA, 2019, p. 59).

com o resto de seu grupo. Com isso em mente, seria possível pensar que reflexão sobre a modalidade veridictória, em casos como esse, poderia ser produtiva. Ou seja, poderíamos pensar a nossa própria sociedade através da comparação de como outras sociedades reagem a estímulos dessa ordem. Assim, esboçaremos, a seguir, uma reflexão sobre como a modalização veridictória se desenvolveria na cena contida em “Lição de escrita”, assumindo que a Semiótica, com essa ferramenta analítica, oferece-nos um amplo potencial comparativo e, com isso, construiríamos uma abertura para uma reflexão comparativa. De uma maneira mais ampla, tentamos estabelecer uma forma de conexão entre a Semiótica e as outras ciências humanas, algo que, desde Greimas, em *Semântica estrutural*, propõe-se: garantir *traduzibilidade* entre diferentes semióticas.

A semiótica deveria ocupar, em relação às ciências humanas, o lugar que a língua, segundo Hjelmslev, ocupa frente aos demais sistemas semióticos, e que decorre de sua capacidade de assegurar a traduzibilidade entre os outros sistemas. Essa concepção era igualmente a de Greimas, que atribuía à semiótica a tarefa de propor às ciências humanas uma metalinguagem coerente, já que a semiótica pretende ser uma teoria da significação e as ciências humanas, sob um aspecto ou outro, exploram esta ou aquela ordem de significações. Nesse caso, a função da semiótica não é ditar às ciências humanas suas hipóteses: ela encarrega-se apenas de estabelecer as condições de uma “boa” comunicação entre semiótica geral e semióticas singulares. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 55).

A “Lição de escrita” é uma narrativa que fala sobre a jornada do chefe *Nambiquara* para entrar em conjunção com seu objeto de valor, o poder. Lendo-a assim, podemos notar que a sociedade *Nambiquara* ocupa a função de destinador-julgador, que acaba sancionando o destinatário – o chefe – a estar em disjunção com o objeto de valor, sanção imposta pelo rompimento do contrato realizado pelo chefe e que fora tematizado como a perigosa não realização de alguma obrigação contida na fórmula clássica da chefia ameríndia, como mostrado mais acima.

Por meio da configuração política ameríndia descrita por Clastres, o papel social do chefe *Nambiquara* o coloca ocupando a posição sintática de destinatário de uma narrativa, já que “é colocado em posição de falta de liberdade, ou seja, em posição de não-poder-não-aceitar o contrato proposto” (BARROS, 2001, p. 56). Neste caso, posição de falta de liberdade em relação às imposições colocadas por sua sociedade. A competência para a obtenção do objeto de valor

pretendido pelo chefe *Nambiquara* pode ser figurativizada como o aprendizado da função da escrita por esse actante, ao emulá-la a partir da observação do que fazia Lévi-Strauss. A partir da competência adquirida e da realização da performance – figurativizada na tentativa de enganar seus pares –, o chefe recebe, então, sua sanção: como rompe o contrato fiduciário que o obriga a não obter poder por sua posição de chefia, recebe sua punição: é abandonado. Isso se desenrola através de uma modalização veridictória, com o fazer interpretativo da sociedade *Nambiquara* atuando.

A *escrita* realizada pelo chefe *Nambiquara*, assim como foi algo bastante impressionante para Lévi-Strauss, foi, provavelmente, algo impactante para as pessoas de seu grupo. Nesse sentido, poderia ser, em algum instante, algo fracamente inteligível, *aproximando-se* daquilo que Zilberberg chama de *acontecimento*. “Como pode nosso chefe ter aprendido isso que os brancos chamam de escrita?”, perguntaria um *Nambiquara* que testemunha à distribuição dos presentes. Se assim o for, nesse instante de fraca inteligibilidade, a

[...] narratividade, que o acontecimento virtualizou, reclama seus direitos, em compreensão ou em explicação, conforme o estilo persuasivo vigente. De que modo? Considerando o acontecimento como o ponto de chegada cuja origem não é imediatamente identificável (ZILBERBERG, 2011, p. 190).

Ou seja, a escrita do chefe serviria como princípio de investigação para a reconstituição genealógica da inteligibilidade que construiu aquilo que chamamos, mais acima, de sinal fraco. De todo modo, mesmo não sendo necessariamente um acontecimento, podemos pensar esse momento como algo que invade o campo de presença da sociedade *Nambiquara* dotado de ela com alta tonicidade e que se instala, em sua incoatividade, como valor de objeto, causando um impacto de novidade no seio do grupo. Gradualmente, então, esse valor se desloca e se torna inteligível na existência *Nambiquara*, construindo-se como valor de universo, pois aquilo que antes era um ato sensível não contido no universo cognitivo desse povo – um sinal fraco – torna-se percebido como dotado de conteúdo já existente na esfera política: um chefe que tenta controlar o poder⁸.

⁸ Vale notarmos a importância de situações como esta para a reflexão do político em que o polêmico se torna um fator relevante e vinculado à ordem sensorial, por seu caráter incoativo de alta tonicidade. Esse relevo é dado por, na polêmica, estar contida uma característica sensível forte, despertando uma atenção ao movimento que aí se desenrola. Como nos sugere Alonso, uma das principais razões para isso acontecer é: “a *superioridade sensível*, a carga perceptível da disputa, ou seja, sua *visibilidade* [do polêmico]. O polêmico não só põe a narrativa em

Essa mudança do não inteligível para o inteligível poderia ser entendida como um deslocamento tensivo que se daria pelo deslocamento de acento – do intenso ao extenso – em relação ao efeito de veridicção que aí decorre. Antes de tratarmos desse ponto, faz-se necessário pensarmos na configuração desse efeito de verdade, construído a partir do fazer interpretativo do destinador-julgador – a sociedade *Nambiquara* – que verifica “a adequação do novo e desconhecido ao velho e já sabido, ou melhor, a um fragmento do universo cognitivo de quem julga” (BARROS, 2001, p. 58). Esse ato modaliza veridictoriamente o destinatário – o chefe – a partir da consideração da manifestação de sua enunciação enunciada – parece ou não-parece – e inferindo sua imanência – é ou não-é (BARROS, 2001). Para pensarmos sobre isso, o quadrado semiótico da veridicção se torna uma ferramenta produtiva. O ato do chefe – fingir ter o domínio da escrita – poderia, então, ser pensado como algo que /parece/ mas /não-é/, ou seja, ele atua como que para demonstrar o domínio técnico da escrita, quando na verdade ele faz essa encenação como demonstração de poder – ou ao menos vontade de. Além, é claro, do fato de ele não possuir o domínio técnico que finge demonstrar. Por ser algo que /parece/ mas /não-é/, considera-se, no quadrado semiótico da veridicção, uma ação contida na *dêixis* da mentira.

Voltemos ao desenvolvimento acentual da cena. Apenas estar modalizada como aquilo que /parece/ mas /não-é/ não permitiria uma compreensão mais refinada da atitude do chefe *Nambiquara*. Apesar de ser importante levarmos em conta esse caráter descontínuo da cena que aqui semiotizamos, acreditamos que suas características contínuas são de importância fundamental para nossa reflexão, já que trabalhamos com a ideia de que vetores contidos nessa cena apontariam para um devir, ou seja, o sinal fraco de que aqui falamos seria indício de um desdobramento político. Mais: a apreensão da cena possui um movimento. Do ponto de vista dos *Nambiquara*, é como se ela se iniciasse na não compreensão daquilo que faz o chefe, deslocando-se gradualmente até chegar à apreensão do que se passa, partindo de um momento de alta intensidade para um momento de alta extensidade, configurando uma modulação tensiva caracterizada por uma correlação inversa entre essas duas grandezas. Por isso, observar como o deslocamento acentual se dá, permitir-nos-á entender por quê, nesse povo, a previsibilidade nos indicaria uma tendência mais forte ao grupo abandonar seu chefe. A partir do modo como a enunciação do domínio da escrita nessa cena se dá, nota-se que seu enunciador, o chefe, acentua o valor daquilo que pretende realizar: uma ilusão. Em outras palavras, o chefe aloca o acento da enunciação

movimento, mas também torna as interações que ocorrem no discurso muito mais perceptíveis do que as interações harmônicas ou cordiais” (ALONSO ALDAMA, 2013, p. 21-22).

no sobrecontrário /parecer/. Entretanto, com o deslocamento tensivo que tornou essa ação inteligível para a sociedade *Nambiquara*, nota-se que isso acontece pela acentuação dada por estes àquilo considerado imanente a essa ação, no subcontrário /não-ser/. Os *Nambiquara* notam, então, que a ação fora uma decepção, já que o chefe não honrara o contrato fiduciário estabelecido entre eles. Esse efeito de verdade, a partir da acentuação do /não-ser/, prevaleceria na cena, levando em conta a seguinte premissa: “um estado é considerado verdadeiro quando um outro sujeito, que não o modalizado, o diz verdadeiro” (BARROS, 2001, p. 56). Então, é necessário o fazer interpretativo dos *Nambiquara* para avaliar se é verdadeira ou não a ação do chefe. Essa modulação tensiva pode ter sua dinâmica sintetizada da seguinte forma: “tudo ocorre como se a grandeza acentuada [...] confiscasse em seu proveito [...] a foria das grandezas [...] desacentuadas” (ZILBERBERG, 2011, p. 290). Aqui, a foria dada pelos *Nambiquara* não é uma força posterior à enunciação do chefe, mas apenas um deslocamento da euforia que este dá ao sobrecontrário /parecer/ para o subcontrário /não-ser/, a partir da intervenção do grupo.

Sugerimos que refletir em situações como essa, contidas na polêmica, são importantes para pensarmos o político, em qual esfera for. Eventos, se encarados como sinais fracos, podem ser medidos, permitindo-nos vislumbrar os desdobramentos que possuem maior tendência de serem respostas possíveis. Assim, encararíamos um processo que pode, por derivação, dizer-nos sobre alguma orientação do sistema, ou vice-versa. Entre uma sociedade contra o Estado como os *Nambiquara*, a lógica da indivisibilidade em classes certamente nos mostra um espectro de tendências preferidas de respostas geráveis por seu sistema político-veridictório. Aqui, notamos que o destinador-julgador da sociedade é a coletividade, não seu chefe. Então, o destinatário a ser julgado o será a partir dos critérios veridictórios contidos no sistema político desse povo, que se associa de maneira íntima com a forma indivisa desta sociedade. O mais esperado, então, seria que as sanções fossem tomadas em relação a esse critério. Seria como se as sanções se alocassem em um espectro que privilegia a não usurpação do poder por algum actante que entra em relação com o destinador-julgador.

Se a empreitada que realizamos neste artigo tiver uma mínima validade, acreditamos que ela pode servir de inspiração para reflexões sobre o caráter político-veridictório da sociedade brasileira mais amplamente. Para isso, devemos considerar que a sociedade brasileira não indígena não possui uma divisão política mais complexa em relação à sociedade *Nambiquara*. A diferença é que no Brasil, tomado como conjunto, há uma divisão política mais especializada. De resto, poderíamos nos atrever a propor alguns problemas a serem pensados

através dessa comparação. Se os *Nambiquara* desenvolvem seu sistema político-veridictório por meio de um destinador-julgador que preconiza a não entrega do poder a pessoas específicas, mas pretende mantê-lo em uma forma comunal, como é caracterizado o destinador-julgador da sociedade brasileira a partir da perspectiva não indígena? Quem é o detentor formal do poder? É uma balança entre a miríade de entes que compõem seu sistema político? Como ele atua? O uso das *fake news* teve papel importante na delegação do poder no Brasil, levando em conta a eleição de 2018. Por quê, então, a ilusão, enquanto modalização veridictória das *fake news*, receberia um acento tônico que aí se manteria? Se o fazer interpretativo do sistema político-veridictório *Nambiquara* tende a disforizar a ilusão ou a mentira, por que no Brasil justamente essa *dêixis* foi aquela que se sobressaiu?

Como tentamos demonstrar neste artigo, a Semiótica apresenta um grande potencial para a compreensão de problemas da ordem político-veridictória. Nos termos sobre essa característica na sociedade *Nambiquara* não foi mais do que um esboço desse tipo de reflexão. Tivemos, aqui, a intenção de desenvolver um exercício que tenta colocar em prática uma possibilidade de análise semiótica que muito pode ajudar outras ciências humanas. Se acreditarmos que há um papel de importância na Semiótica para a leitura de como o humano constrói o sentido do mundo, cabe-nos, agora, tentar construir possibilidades de compreensão que tentem unir essa força contida na leitura semiótica às outras ciências humanas.

REFERÊNCIAS

ALONSO ALDAMA, J. Crise et imprévisibilité. In: STAY STANGE, V.; HACHETTE, P. ; HORREIN, R. (org.). **Sens à l'horizon!**: Hommage à Denis Bertrand. Limoges: Lambert-Lucas, 2019. p. 53-60.

ALONSO ALDAMA, J. Desencuentros, malentendidos e incomprensiones. **Tópicos del Seminario**, Puebla, n.30, p. 17-37, 2013.

BARROS, D. L. P. de. **Teoria do discurso**: Fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 2001.

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. **Tensão e significação**. Trad. Ivá Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas: FFLCH/USP, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Trad. Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

MEVEL, O. **Du rôle des signaux faibles sur la reconfiguration des processus de la chaîne de valeur de l'organisation**: l'exemple d'une centrale d'achats de la grande distribution française. 459f. 2004. Orientador: Pierre Baranger. Tese (Doutorado em Ciências da Gestão) – Université de Bretagne Occidentale, Brest, 2004.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012. Obra original de 1916.

SZTUTMAN, R. **O profeta e o principal**: a ação política ameríndia e seus personagens. São Paulo: EdUSP: Fapesp, 2012.

ZILBERBERG, C. **Elementos de semiótica tensiva**. Trad. Ivá Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

Recebido em 11 de maio de 2020.

Aprovado em 07 de julho de 2020.

ANUÊ JACI: POLÍTICA EXTERNA E POVOS INDÍGENAS DIANTE DA INFLEXÃO CONSERVADORA E DO BOLSONARISMO

César Santos¹

RESUMO: Às vésperas do bicentenário da Independência do Brasil em relação a Portugal (1822-2022), a ascensão de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República desafia o povo brasileiro a assistir ao retorno da ideologia cristã, dos XVI e XVII, como orientação do Governo brasileiro no século XXI. No Ministério das Relações Exteriores (MRE), órgão responsável pela promoção e pela defesa dos interesses do Brasil no exterior, a nomeação do Embaixador Ernesto Araújo como Chanceler trouxe a ideologia cristã ao epicentro da orientação da política externa do Brasil. Nesse mesmo contexto, a quantidade de assassinatos de lideranças indígenas no Brasil tem configurado um estado de guerra, alimentado, entre outras razões, pela ausência da demarcação das terras indígenas prevista na Constituição Federal de 1988. Em 2019, *A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil* (APIB) realizou a “Jornada Sangue Indígena: nenhuma gota a mais” em diversos países do continente europeu para denunciar a prática genocida do governo brasileiro. Não é comum estabelecer uma relação direta entre política externa e povos indígenas. Este artigo faz parte de um estudo teórico, ainda preliminar, que visa a contribuir para ampliação do campo de observação empírica em análise de política externa (APE) e aponta para a necessidade da construção de um paradigma indigenista na política externa brasileira à luz do modelo paradigmático proposto pelo professor Amado Luiz Cervo. Trata-se da inclusão do componente indígena na formulação do interesse nacional após a promulgação da Constituição Federal de 1988, bem como da vigência da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, relativa aos povos indígenas e tribais. Espera-se que a inclusão do componente indígena possa contribuir para outras análises acerca da formulação do interesse nacional, não apenas no Brasil, mas também, nos demais Estados nacionais signatários da Convenção 169/OIT.

PALAVRAS-CHAVE: Política externa. Povos indígenas. Análise do discurso. Conservadorismo. Bolsonarismo.

¹ Universidade Federal do ABC (UFABC), Santo André – SP – Brasil. Mestrando no Programa de Relações Internacionais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5740-7544>. cesar.santos@funai.gov.br.

ANUÊ JACI: FOREIGN POLICY AND INDIGENOUS PEOPLES FACING CONSERVATIVE INFLECTION AND BOLSONARISM

ABSTRACT: *On the eve of the bicentenary of Brazil's Independence from Portugal (1822-2022), Jair Messias Bolsonaro's rise to the Presidency of the Republic challenges the Brazilian people to witness the return of Christian ideology, from the XVI and XVII, as the orientation of the Brazilian Government in the XXI century. In the Ministry of Foreign Affairs (MRE), the body responsible for promoting and defending Brazil's interests abroad, the appointment of Ambassador Ernesto Araújo as Chancellor brought the Christian ideology to the epicentre of the orientation of Brazil's foreign policy. In this same context, the number of assassinations of indigenous leaders in Brazil has configured a state of war, fuelled, among other reasons, by the absence of the demarcation of indigenous lands provided for in the 1988 Federal Constitution. In 2019, the Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (APIB) held the "Indigenous Blood: not one drop more" in several countries on the European continent to denounce the genocidal practice of the Brazilian government. It is not common to establish a direct relationship between foreign policy and indigenous peoples. This article is part of a theoretical study, still preliminary, that aims to contribute to the expansion of the field of empirical observation in foreign policy analysis (APE) and points to the need to build an indigenist paradigm to the Brazilian foreign policy in light of the paradigmatic model proposed by Professor Amado Luiz Cervo. This involves the inclusion of the indigenous component in the formulation of national interest after the promulgation of the Federal Constitution of 1988, as well as the validity of Convention 169, of the International Labour Organisation (ILO), concerning indigenous and tribal peoples. It is hoped that the inclusion of the indigenous component can contribute to other analyses of the formulation of national interest, not only in Brazil, but also in the other national states that are signatories of Convention 169/OIT.*

KEYWORDS: *Foreign policy. Indigenous peoples. Discourse analysis. Conservatism. Bolsonaroism.*

Introdução

Acreditemos no poder infinito da palavra, que é o logos criador.

O presidente Jair Bolsonaro está aqui, chegou até aqui, e nós com ele, porque diz o que sente. Porque diz a verdade. E isso é o logos.

Eu vou terminar falando do princípio e citando novamente São João, a abertura do Evangelho de São João, quando diz "en archê ên ho logos".

O princípio era o *logos*. A palavra. O verbo. *Archê*, a última palavra em grego que eu vou dizer aqui hoje, significa princípio, tanto no sentido de início, quanto no sentido, principalmente, de força estruturante, princípio estruturante. A realidade, pelo menos a realidade humana, está estruturada em torno da linguagem, da palavra, do verbo, portanto do *logos*.

Tudo o que temos, tudo de que precisamos, é a palavra.

Ela está aprisionada, mas com amor e com coragem havemos de libertá-la.

Que Deus abençoe a todos vocês, aos que crêem [*sic*] e aos que não crêem [*sic*], aos que estão conosco e aos que ainda não estão conosco. Que Deus abençoe o presidente Jair Bolsonaro e que Deus abençoe o Brasil.

*Anuê Jaci!*²

Muito obrigado.

(ARAÚJO, 2019, grifo nosso).

Crime de Genocídio

Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por “genocídio”, qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal:

- a) Homicídio de membros do grupo;
- b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial;

² Segundo o Chanceler, o termo significaria “Ave Maria”, a partir de uma suposta tradução que, ainda segundo o Ministro de Estado, seria do jesuíta José de Anchieta. Repare que a expressão foi utilizada no discurso do Ministro de Estado a título de saudação. Para saber mais sobre a estratégia de inculturação dos jesuítas no século XVI, (ALVES FILHO, 2010). Observa-se, ainda, que este autor não encontrou registro histórico desta saudação utilizada pelo Ministro de Estado, nem a referida tradução do jesuíta José de Anchieta com os termos utilizados pelo Ministro. Contudo, há o registro de um termo muito parecido, *Anauê*, com a letra “a”, palavra que teria origem tupi e seria usada como saudação, tendo sido incorporada como saudação oficial pelo *Movimento Integralista*, especialmente durante o chamado governo provisório de Vargas (1930-1934). Os integrantes da Ação Integralista Brasileira (AIB) vestiam uniformes com camisas verdes e desfilavam pelas ruas como tropa militar gritando a saudação (ANAUÊ, 2020a, ANAUÊ, 2020b, ANAUÊ, 2020c). Optamos por fazer tal registro e utilizar os termos conforme a grafia usada no discurso, sem entrar no mérito de sua utilização normativa correta ou não, ou, ainda, se havia intertextualidade na fala, mas primando por seu efeito de sentido discursivo conforme sugerido literalmente pelo ministro em sua fala.

- d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
- e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo.

(BRASIL, 2002).

Desde os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, os movimentos sociais indígenas asseguraram uma nova forma de relacionamento entre os povos indígenas e o Estado brasileiro. Os povos indígenas assumiram um novo lugar, político e institucional, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (LACERDA, 2008).

O novo lugar dos povos indígenas poderia ter sido aquele semelhante aos dos demais grupos de interesse que atuam no Congresso Nacional (as bancadas evangélicas, do agronegócio, do esporte, dos professores etc.) e que se organizam para que as autoridades implementem a agenda de seus respectivos interesses. Entretanto, os integrantes da Assembleia Nacional Constituinte, os constituintes originários, estabeleceram que a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas tivesse uma natureza específica, a partir da Constituição de 1988. (SILVA, 2018).

A Assembleia Nacional Constituinte, ao tratar da agenda dos povos indígenas, rompeu com a perspectiva *assimilacionista* (JUNIOR, 2018) do Estado brasileiro em relação aos índios. A partir de 1988, a Constituição Federal passou a assegurar aos índios o direito de serem indígenas.

Nos termos do artigo 231, *caput*, da Constituição Federal: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1990).

No âmbito das relações internacionais, por seu turno, o texto constitucional também estabeleceu princípios fundamentais para a ação da República Federativa do Brasil. A autodeterminação dos povos, bem como a integração dos povos da América Latina são considerados princípios fundamentais da República, (BRASIL, 1990, Título I, especialmente, os artigos 4, III e *caput*).

Não bastasse o reconhecimento dos direitos originários das terras indígenas tradicionalmente ocupadas (BRASIL, 1990, artigo 231, *caput*), bem como a busca pela integração dos povos da América Latina como princípio fundamental da República (BRASIL, 1990, 4, Único), seria importante lembrar que as terras indígenas pertencem à União (BRASIL, 1990, Art. 20, XI).

Sobre as terras indígenas, por exemplo, incidem duas espécies de proteção constitucional³: os direitos de propriedade (bens pertencentes à União) e os direitos originários (direitos anteriores à formação do Estado Nacional reconhecidos pelo Estado). Esta complementariedade de garantias constitucionais sobre as terras indígenas consagra uma relação jurídica conhecida por Indigenato (MENDES JR., 1912).

O indigenato e a política externa brasileira

Para a devida compreensão da relação direta entre a política externa do governo Bolsonaro e os povos indígenas, é necessário ampliar o horizonte de observação empírica. Esse recorte histórico se inicia em 1989, quando o Brasil se torna signatário da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, relativa aos povos indígenas e tribais, e se encerra, em 2019, com a ascensão do discurso cristão na política externa brasileira, que resgata a memória colonial do Brasil.

Conforme introduzido acima, em 1989, no contexto da mudança do relacionamento institucional entre povos indígenas e o Estado, o Brasil se tornou signatário da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa aos povos indígenas e tribais⁴. Desde então, a República Federativa do Brasil está sujeita a obrigações jurídicas no âmbito internacional nos termos do Direito Internacional Público. Exemplo emblemático destas obrigações jurídicas refere-se aos votos do Brasil nos organismos internacionais acerca de temas que afetam os povos indígenas diretamente. Os votos do Brasil teriam sido realizados em conformidade com os protocolos de consulta a que se refere a Convenção 169/OIT? (OIT, 1989).

Caso as referidas consultas não tenham sido realizadas e, ainda assim, o Brasil tenha proferido os votos nos organismos internacionais, quais seriam as consequências jurídicas para a República Federativa do Brasil no âmbito do Direito internacional?

No âmbito doméstico, por sua vez, o Brasil internalizou a Convenção 169/OIT ao ordenamento jurídico em 2004, durante o governo Luiz Inácio Lula da

³ O status de proteção constitucional em relação às terras indígenas implica uma relação regida pelo Direito Público, o que afasta, por exemplo, as relações de propriedade estabelecidas no Direito Civil, que trata da propriedade privada.

⁴ A Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal publicou o *Manual de Jurisprudência dos Direitos Indígenas* em 2019. Trata-se da compilação dos principais julgados, nacionais e internacionais, que nos atualizam sobre os parâmetros jurídicos que tem orientado a implementação da legislação indigenista.

Silva, por meio do Decreto Presidencial 5051/2004⁵. A partir desse decreto, as obrigações jurídicas foram ampliadas. Desde 2004, os órgãos do Governo Federal devem realizar, por exemplo, consultas prévias, livres e informadas aos povos indígenas nos temas que lhes afetam diretamente (OIT, 1989, art. 6).

Não apenas a adesão da República Federativa do Brasil à Convenção 169/OIT, em 1989, mas também a internalização deste tratado internacional ao ordenamento jurídico pátrio, em 2004 reafirmam os novos parâmetros de relacionamento institucional entre os povos indígenas e o Estado brasileiro já estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990, art. 231). O Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, está submetido a esses parâmetros, na condição de Chefe de Estado e de Chefe de Governo⁶.

Embora o escopo deste artigo não permita desenvolver questões acerca das responsabilidades jurídicas segundo as normas do Direito Internacional Público, ou mesmo do Direito brasileiro, compreendemos a oportunidade de trazer esta reflexão do campo jurídico para nos inspirar à realização de incursões acadêmicas interdisciplinares que investigue a relação entre a política externa e os povos indígenas.

Política externa e povos indígenas: uma agenda de pesquisa necessária

A política externa brasileira encontra-se no rol de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional e regional. Apenas a título ilustrativo, o artigo 7 da Convenção 169/OIT estabelece que “[...] os povos indígenas devem participar da elaboração, da implementação e da avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de lhe afetar diretamente” (BIT, 2013)⁷.

No âmbito dos estudos de relações internacionais, as análises de política externa (APE), também não têm produzido avaliações acerca da participação dos povos indígenas na formulação da política externa. Nesse sentido, existe uma

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm. Acesso em: 24 ago. 2020. Acesso em: 21 jan. 2020.

⁶ Artigo 6 do Estatuto de Roma, que rege o Tribunal Penal Internacional disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm. Acesso em: 24 ago. 2020.

⁷ A Convenção 169/OIT, internalizada pelo Decreto Presidencial 5051/2004, determina o estabelecimento de protocolos formais de consulta. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), responsável pela coordenação da política indigenista do Estado brasileiro, poderia auxiliar o Ministério das Relações Exteriores na mediação das referidas Consultas. Seria oportuno que o Brasil estabelecesse, nesse sentido, uma Portaria Interministerial que aproximasse a política externa e a política indigenista no âmbito da Administração Pública Federal, a exemplo do que ocorre em relação à política ambiental (Portaria Interministerial 60, de 24 de Março de 2015).

lacuna para investigação científica. De fato, a relação entre política externa e povos indígenas ainda é um tema inexplorado na contemporaneidade (KEMER; PEREIRA, 2018).

A área de política externa brasileira poderia oferecer uma linha de pesquisa que investigasse a relação entre política externa e povos indígenas. Seria necessário se valer de investigações interdisciplinares de áreas afins, não apenas do Direito, mas também da Linguística, da História, entre outras. Entendemos que as contribuições interdisciplinares poderão dialogar com recentes estudos de APE acerca da relação, por exemplo, entre política externa e democracia (LOPES, 2013), e política externa e classes sociais (BERRINGER, 2015).

No âmbito dos estudos linguísticos, a Análise do Discurso ofereceria procedimentos para identificar o lugar os povos indígenas acerca da orientação da política externa nos textos oficiais do Estado brasileiro. Após a internalização da Convenção 169/OIT ao ordenamento jurídico pátrio, em 2004, os povos indígenas assumiram o seu lugar de fala na formulação do interesse nacional? A evidente ausência do componente indígena na formulação da política externa brasileira implica reconhecer a produção de um silêncio cujos efeitos merecem investigação científica (ORLANDI, 2003).

Uma das hipóteses para a produção deste silêncio refere-se à composição dos (as) formuladores (as) da política externa brasileira. Durante o período da Era Lula, a burguesia interna teria constituído um bloco de poder que reunia diversos setores econômicos interessados na promoção do interesse nacional, em contraposição aos interesses da burguesia compradora, orientada pelo fluxo do capital internacional (BERRINGER, 2015).

Vale registrar que, no âmbito do Itamaraty, o corpo diplomático brasileiro é constituído, majoritariamente, por homens brancos, oriundos de classe média brasileira; os diplomatas são selecionados a partir de concurso público de provas que privilegiam competências e habilidades incompatíveis com a organização social, costumes e línguas dos povos indígenas, reconhecidos pelo Estado brasileiro (BRASIL, 1990, art.231).

É verdade que o Ministério das Relações Exteriores dispõe de uma política de ação afirmativa pioneira desde 2002. Entretanto, essa política de ação afirmativa não inclui os povos indígenas. Os estudos provenientes da teoria crítica pós-colonial oferecem algumas alternativas para reflexão acerca da produção deste silêncio em relação aos povos indígenas. Uma das razões encontra-se nos efeitos históricos do processo colonizador (BRAYBOY, 2005; OLIVEIRA, 2011).

O discurso de posse do Embaixador Ernesto Araújo no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil intensifica a mentalidade conserva-

dora na formulação do interesse nacional⁸. Não se trata de um fenômeno social brasileiro apenas. Desde a década passada, esse processo antidemocrático tem sido intensificado a partir da ascensão de governos ultraconservadores em diversos países. (BROWN, 2019).

No âmbito dos estudos históricos, a literatura contemporânea acerca da relação entre política externa e povos indígenas encontra oportunidades para novas investigações científicas (CARNEIRO; ROSSI, 2019). Qual tem sido o lugar dos povos indígenas no contexto da política externa brasileira após a promulgação da Constituição Federal de 1988? Tradicionalmente, a diplomacia brasileira contribui para a formulação da identidade do Brasil, entretanto, é forçoso reconhecer que as referências do pensamento diplomático brasileiro contemporâneo foram herdadas da época do Segundo Reinado, ainda no século XIX: o liberalismo jurídico e o conservantismo moderado para assegurar a unidade nacional (RICUPERO, 2017).

Novamente, uma das hipóteses para a produção do silêncio em relação aos povos indígenas na política externa contemporânea se refere à composição dos (as) formuladores (as) do interesse nacional. Dawisson Belém Lopes, pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais, observa que o processo de redemocratização, após 1985, teria ensejado certa abertura na formulação da política externa brasileira. Durante a Era Lula, o Itamaraty teria promovido a criação de mecanismos formais de consulta a diversos setores da sociedade brasileira. Ainda assim, é evidente a manutenção de um perfil republicano-aristocrático no Itamaraty (LOPES, 2013).

2019: *Anuê Jaci*, a inflexão conservadora

Em 1988, a República Federativa do Brasil optou por uma nova forma de relacionamento político e institucional com os povos indígenas. Em relação às terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, por exemplo, o Estado brasileiro reconhece o direito originário dos povos indígenas. Como vimos, essa relação, estabelecida no texto constitucional determinou, também, que as terras indígenas pertencessem à União. A dupla incidência de proteção constitucional sobre as terras indígenas (direitos originários e propriedade da União) afasta a relação jurídica da propriedade privada sobre as terras indígenas e recepciona o instituto do Indigenato. (SILVA, 2018).

⁸ O discurso de posse, bem como os demais discursos do Chanceler brasileiro que reforcem um modelo liberal-conservador podem ser encontrados disponíveis em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos>. Acesso em: 24 ago. 2020.

Portanto, é nesse sentido que o discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, deveria se adequar.

Vejamos:

Eu me lembro da emoção que eu senti pela primeira vez, quando era Terceiro Secretário, que subi as escadas para este terceiro andar, e vi, logo ao subir a escada, o quadro da Coroação de Dom Pedro I e o quadro do Grito do Ipiranga. Imediatamente, eu, que tinha 22 anos, me lembrei de quando tinha 5 anos e assisti maravilhado no cinema ao filme “Independência ou Morte”, com Tarcísio Meira e Glória Menezes. E pensei: então tudo isso existe, né? Tudo isso existe... e tudo isso é aqui!

Eu me lembro desse momento muito marcadamente e eu percebi: olha, isso aqui não é simplesmente uma repartição pública, isso aqui é uma espécie de um santuário. É uma espécie de túnel do tempo, onde os heróis estão vivos, os heróis famosos e os heróis anônimos, onde nós convivemos com os descobridores, com Alexandre de Gusmão, José de Anchieta, com D. João VI, com os Imperadores e as princesas, com os bandeirantes e os abolicionistas, com os seringueiros e garimpeiros e tropeiros que construíram essa nação, e até mesmo com o estranho caso de um Barão monarquista que se tornou o grande ídolo da República.

Eu não sei se alguns de vocês já tenham assistido provavelmente a um seriado espanhol chamado *Ministerio del Tiempo*. Eu recomendo. E eu diria que o Itamaraty, em certo sentido, não é somente um Ministério das Relações Exteriores, é também um Ministério do Tempo. Como talvez nenhuma outra instituição no Brasil, nós temos a responsabilidade de proteger e regar esse tronco histórico multissecular por onde corre a seiva da nacionalidade (ARAÚJO, 2019).

O texto constitucional expressa o rompimento do Estado brasileiro com a perspectiva tutelar do Estado em relação aos povos indígenas⁹. Se esse novo lugar dos povos indígenas inclui signos, textos, objetos, práticas e estratégias próprias da organização social desses povos, então, essas mudanças impactarão todo o conjunto (ALDAMA, 2019).

Vejamos, novamente:

⁹ Nos termos do artigo 231, *caput*, da Constituição Federal, “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. (BRASIL, 1990).

Queria dizer que nós não precisamos e não vamos abrir os quadros do Itamaraty para pessoas de fora da carreira, além dos casos que já existem. O presidente Bolsonaro confia plenamente na capacidade dessa casa e dessa carreira de implementar a sua política. (ARAÚJO, 2019).

Mais adiante:

Nós temos tradições, é claro, mas precisamos empregá-las como estímulo para buscar a verdade e a liberdade, como serviço à pátria, como serviço a todos os brasileiros, tanto os mais humildes, quanto os mais afortunados do nosso povo, esse povo que uma ideologia perversa não mais divide (ARAÚJO, 2019).

O reconhecimento do Estado brasileiro em relação a formas de vidas e de organização social dos povos indígenas não aparece no discurso de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador Ernesto Araújo:

Eu vou terminar falando do princípio e citando novamente São João, a abertura do Evangelho de São João, quando diz “*en archê ên ho logos*”. O princípio era o logos. A palavra. O verbo. *Archê*, a última palavra em grego que eu vou dizer aqui hoje, significa princípio, tanto no sentido de início, quanto no sentido, principalmente, de força estruturante, princípio estruturante. A realidade, pelo menos a realidade humana, está estruturada em torno da linguagem, da palavra, do verbo, portanto do *logos*. Tudo o que temos, tudo de que precisamos, é a palavra. Ela está aprisionada, mas com amor e com coragem havemos de libertá-la. Que Deus abençoe a todos vocês, aos que crêem [*sic*] e aos que não crêem [*sic*], aos que estão conosco e aos que ainda não estão conosco. Que Deus abençoe o presidente Jair Bolsonaro e que Deus abençoe o Brasil.

Anuê Jaci!

Muito obrigado (ARAÚJO, 2019, grifo nosso).

Na perspectiva dos estudos linguísticos, seria oportuno pensar e identificar o lugar dos povos indígenas na política externa brasileira contemporânea com base no discurso oficial do Brasil. O pronunciamento, por ocasião da posse do Embaixador Ernesto Araújo como Ministro de Estado das Relações Exteriores

do Brasil, constitui o marco final do nosso recorte histórico (1989-2019). Essa opção decorre, entre outras razões, da função que o texto do discurso de posse exerce sobre a orientação da política externa do Brasil para os próximos anos. O modo de inserção do Brasil no cenário internacional e, especialmente, os votos proferidos pela República Federativa do Brasil no âmbito internacional encontram expressão no discurso de posse¹⁰.

Em Análise do Discurso, instala-se uma tensão entre *constituição* e *formulação*, em que a ideologia se instala. A constituição se subsume ao movimento de repetição. Consome-se como a sustentação do saber discursivo, o *interdiscurso*. Reunindo as formas de constituição e interdiscurso, uma formação ideológica toma corpo em uma formação discursiva (ORLANDI, 2003).

A formação discursiva encerra os sentidos possíveis de uma situação de comunicação e de um sujeito. Há significados associados à escolha do vocabulário. Certa visão de mundo será delimitada pela formação discursiva que se instaura, especialmente quando se reconhece a composição do grupo político eleito.

Entretanto, há uma força contrária, que nasce no intradiscurso, a força da formulação. Fundamentada numa disputa entre memória e atualidade, abre-se espaço para a polissemia. Há imprevisibilidade não apenas na relação do sujeito com o sentido, mas também nas formas de controle da interpretação, determinadas de *força histórica*. (ORLANDI, 2003)

Segundo o Chanceler Ernesto Araújo,

Tudo o que temos, tudo de que precisamos, é a palavra. Ela está aprisionada, mas com amor e com coragem havemos de libertá-la. Que Deus abençoe a todos vocês, aos que crêem [*sic*] e aos que não crêem [*sic*], aos que estão conosco e aos que ainda não estão conosco. Que Deus abençoe o presidente Jair Bolsonaro e que Deus abençoe o Brasil.

Anuê Jaci! (ARAÚJO, 2019, grifo nosso).

¹⁰ Após a data do pronunciamento de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em 02 de janeiro de 2019, novos eventos ocorridos na execução da política externa brasileira, como a participação de uma liderança indígena (não reconhecida pelas organizações indígenas), na delegação brasileira, por ocasião da participação do Brasil na Assembleia Geral da ONU, reforçam a análise proposta neste trabalho. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 24 ago. 2020.

O Bolsonarismo (ou o Trumpismo¹¹ Tupiniquim)

Em 2019, a República Federativa do Brasil assiste à ascensão da extrema direita ao poder político institucional. No âmbito do Ministério das Relações Exteriores¹², o discurso de posse do Chanceler Ernesto Araújo aponta para uma aliança ideológica entre liberalismo e conservadorismo que culminaram em um fenômeno social que, no Brasil, passou a ser conhecido por *Bolsonarismo*. Entre suas bases de apoio, há a tendência a relacionar o *Bolsonarismo* à vitória eleitoral à presidência dos Estados Unidos da América (EUA), em 2016, por Donald Trump, por algumas semelhanças no discurso dos políticos e nas disseminações de notícias pelos comitês de campanha de ambos¹³. Há, ainda, a sempre presente referência brasileira aos valores adotados pelo governo americano atualmente.

Vejamos:

Por isso admiramos os Estados Unidos da América, aqueles que hasteiam sua bandeira e cultuam seus heróis [...] Por isso admiramos a nova Itália, por isso admiramos a Hungria e a Polônia, admiramos aqueles que se afirmam e não aqueles que se negam. O problema do mundo não é a xenofobia, mas a *oikofobia* – de *oikos*, *oikía*, o lar. *Oikofobia* é odiar o próprio lar, o próprio povo, repudiar o próprio passado [...] (ARAÚJO, 2019, grifo nosso).

Mais adiante, o discurso de posse do Chanceler faz referência à ideologia cristã como orientação da política externa brasileira:

Os senhores me perguntarão: e como faremos isso? Pela palavra. Acreditemos no poder infinito da palavra, que é o *logos* criador. O presidente Jair Bolsonaro está aqui, chegou até aqui, e nós com ele, porque diz o que sente. Porque diz a verdade. E isso é o *logos*. Eu vou terminar falando

¹¹ Em 2017, após a vitória eleitoral de Donald Trump, o atual Ministro de Estado das Relações Exteriores, publicou um artigo no Cadernos de Política Exterior, intitulado *Trump e o Ocidente*. Para ler esse texto na íntegra, ver: <http://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

¹² A execução política externa do Brasil, no Governo Bolsonaro, não está centralizada no Itamaraty. Por limitações de espaço neste artigo, restringiremos a análise ao Ministério das Relações Exteriores, embora o Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente, entre outros, também, disponham de agendas internacionais que afetam diretamente os povos indígenas, vinculando-os à exigência da implementação da Convenção 169/OIT.

¹³ Por um lado, vemos uma inflexão da política externa conservadora; por outro lado, identificamos elementos ultraconservadores associados à ascensão da extrema direita em torno dos valores do Ocidente, incompatíveis com o reconhecimento da organização dos povos indígenas, reconhecidos pela Constituição Federal de 1988.

do princípio e citando novamente São João, a abertura do Evangelho de São João, quando diz “*en archê ên ho logos*”. O princípio era o *logos*. A palavra. O verbo. *Archê*, a última palavra em grego que eu vou dizer aqui hoje, significa princípio, tanto no sentido de início, quanto no sentido, principalmente, de força estruturante, princípio estruturante. A realidade, pelo menos a realidade humana, está estruturada em torno da linguagem, da palavra, do verbo, portanto do *logos* (ARAÚJO, 2019, grifo nosso).

Torna-se forçoso reconhecer a ascensão da política antidemocrática no Brasil, como vem ocorrendo em outros países, tais como, a Polônia, Hungria e os EUA. O tripé “família- tradição- religião” a que se refere a filósofa e feminista norte-americana, Wendy Brown, esvazia o Estado Democrático de Direito com base nos escombros da crise financeira de 2008 e na reação conservadora (BROWN, 2019).

No Brasil, os povos indígenas já não vinham participando da formulação da política externa brasileira a despeito da Convenção 169/OIT, que vincula a formulação de políticas públicas aos povos indígenas diretamente afetados¹⁴. A invisibilidade dos povos indígenas se explica, em parte, pelo perfil aristocrático-republicano a que se refere Dawisson Belém Lopes, em “Política Externa e Democracia no Brasil” (LOPES, 2013). Em 2019, entretanto, o Bolsonarismo adiciona uma orientação genocida¹⁵ à política externa brasileira, nos termos do Estatuto de Roma, que regula o Tribunal Penal Internacional¹⁶. A *Jornada Sangue Índigena*: nenhuma gota a mais, organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, em 2019, corrobora o artigo 6 do Estatuto de Roma, que regulamenta o Tribunal Penal Internacional (APIB, 2019).

A análise do discurso de posse do Embaixador Ernesto Araújo registra a prevalência da agenda econômica baseada no agronegócio, que avança, por exemplo, na região Amazônica e impacta a organização social dos povos indíge-

¹⁴ Os limites deste artigo não permitem a realização da análise da política externa entre 1989 e 2019. Para breve análise do período, ver Ricupero (2017, p.515-652).

¹⁵ Para saber mais: <http://apib.info/2019/10/30/acompanhe-a-jornada-sangue-indigena-nenhuma-gota-a-mais/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

¹⁶ “Art. 6 Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por “genocídio”, qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal:

- a) Homicídio de membros do grupo;
- b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial;
- d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
- e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo”. (BRASIL, 2002).

nas, quilombolas e ribeirinhos que vivem na floresta em processo de devastação e de queimadas.

Ernesto Araújo assim se refere ao agronegócio:

Um dos instrumentos do globalismo, para abafar aqueles que se insurgem contra ele, é espalhar que, para fazer comércio e negócios, não se pode ter ideias nem defender valores. Nós provaremos que isso é completamente falso. O Itamaraty terá, a partir de agora, o perfil mais elevado e mais engajado que jamais teve na promoção do agronegócio, do comércio, dos investimentos e da tecnologia (ARAÚJO, 2019).

Considerações finais: a implementação da convenção 169/OIT nesses tempos conservadores e antidemocráticos

A Convenção 169/OIT prevê a obrigatoriedade dos Estados signatários realizar consultas prévias, livres e informadas aos povos indígenas diretamente afetados por meio de protocolos formais de consulta (BIT, 2013). No caso da agenda da política externa, sua formulação e consecução impactam diretamente o desenvolvimento do Brasil e, portanto, os povos indígenas.

No discurso de posse do Chanceler Ernesto Araújo, o Itamaraty resgata uma narrativa histórica ainda do período colonial:

Nós passamos anos na escola, quase todos nós, eu acho, escutando que foi a ganância ou o anseio de riqueza, ou pior ainda, o acaso, que formou o Brasil, mas não foi. Foram o amor, a coragem e a fé que trouxeram até aqui, através do oceano, através das florestas, pessoas que nos fundaram, pessoas que disseram coisas como esta que vou ler agora:

*Anuê Jaci, etinisemba-ê
Indê irú manunhê
Yara rekô embobeuká tupirã
Rekôku ya subí
Embobeuká tupirabê
Nge membyrá Tupã*

Essa é a Ave Maria em tupi, na versão original do Padre José de Anchieta, onde ele traduz Maria por *Jaci*, a lua, *Anuê Jaci*, e Jesus por *Tupã*, o trovão.

E aqui precisamos da *Aletheia*. O desesquecimento. Precisamos libertar a nossa memória histórica da qual essa modesta oração faz parte.

Para libertar o Itamaraty através da verdade, precisamos recuperar o papel do Itamaraty como guardião da continuidade da memória brasileira. (ARAÚJO, 2019, grifo nosso).

O texto da Constituição Federal, no entanto, estabelece que a República Federativa do Brasil é Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1990, Art. 1). O caráter laico do Estado brasileiro é incompatível com o retorno da ideologia cristã como elemento da política externa do país.

Os estudos linguísticos podem oferecer excelentes contribuições à análise da relação entre política externa e povos indígenas. No texto do discurso de posse do Chanceler Ernesto Araújo, a Semiótica nos emprestaria a investigação acerca, por exemplo, da morfologia do discurso da crise da identidade nacional, o que poderia nos levar a entender melhor a sua consequente imprevisibilidade política, primando por análises de estruturas que apontam para a construção de sentidos em um discurso. Seria possível realizar um estudo acerca das dinâmicas de continuidade e de descontinuidades culturais e históricas.

Nesse contexto, a implementação da Convenção 169/OIT poderia se transformar na oportunidade de a política externa brasileira se adequar aos princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil.¹⁷ Sustentamos que a agenda do desenvolvimento sustentável, nas suas dimensões econômicas, sociais e ambientais, encontra-se no cerne do paradigma indigenista, ainda silenciado na política externa brasileira, porém, não menos paradigmático.

¹⁷ Nos termos do Artigo 4 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990):

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I. Independência Nacional;
- II. Prevalência dos direitos humanos;
- III. Autodeterminação dos povos;
- IV. Não intervenção;
- V. Igualdade entre os Estados;
- VI. Defesa da paz;
- VII. Solução pacífica dos conflitos;
- VIII. Repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX. Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X. Concessão de asilo político

Parágrafo único: A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Cada um desses incisos seria oportuno para justificar a necessidade da implementação da Convenção 169/OIT no âmbito da política externa. Pelas limitações deste artigo, a autor convida os leitores e as leitoras a visitarem a obra *Direitos dos Povos Indígenas em Disputa*, organizado pela professora Manuela Carneira da Cunha e pelo professor Samuel Barbosa. Editora UNESP 2018. Nele, não se encontra a relação entre política externa e povos indígenas, como mencionamos neste artigo, mas, e aqui é fundamental, encontram-se os principais temas que envolvem a causa indígena onde os movimentos sociais indígenas já avançaram, apesar de um Estado Democrático de Direito que ainda está por ser consolidado.

Segundo o professor Amado Cervo, os paradigmas desenvolvimentista, neoliberal e logístico teriam coabitado na execução da política externa brasileira a partir de 1989 (CERVO, 2008).

A partir da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, a ECO-92, bem como da organização da *Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento*, a KARIOCA, esta, organizada por movimentos sociais indígenas, em 1992, ambas no Brasil, parece ter havido uma aproximação ao respeito à organização social, costumes, línguas e tradições dos povos indígenas (TERENA, 2019)¹⁸.

A partir de 2019, a inflexão conservadora da política externa brasileira e o *Bolsonarismo* constituíram desafios aos povos indígenas e também trazem uma oportunidade de investigar, ainda com mais elementos, a existência de um paradigma que está sendo silenciado desde 1989. A implementação da Convenção 169/OIT na política externa brasileira, nesse contexto histórico, até poderia ser institucionalizada por este governo, mas apenas como parte do espetáculo de uma política externa incongruente.

REFERÊNCIAS

ALDAMA, J. A. Crise et imprévisibilité. In: ESTAY STANGE, P.; HACHETTE; HORREIN, R. (éd.). **Sens à l'horizon**: Hommage à Denis Bertrand. Limoges: Lambert-Lucas, 2019. p. 53-60.

ALVES FILHO, P. E. As traduções do jesuíta José de Anchieta para o tupi no Brasil Colonial. **Tradterm**, São Paulo, v. 17, p. 11-30, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2010.40280>. Acesso em: 9 fev. 2020.

ANAUÊ. **Michaelis**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=mLKk>. Acesso em 28 fev. 2020a.

ANAUÊ. **Priberam**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/anau%C3%AA>. Acesso em 28 fev. 2020b.

ANAUÊ. **Wikipedia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Anau%C3%AA>. Acesso em 28 fev. 2020c.

¹⁸ Dois temas acerca da relação entre política econômica do Governo Bolsonaro mereceriam um artigo específico: o arrendamento de terras indígenas e a exploração de recursos minerais em terras indígenas. Em razão das dimensões deste artigo, convidamos os leitores interessados no tema a interpretar o discurso liberal à luz do instituto do Indigenato a que este autor fez referência no início deste artigo.

APIB. Jornada Sangue Indígena: Nenhuma Gota mais! **Mídia Ninja**, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8w_w6PqMPv0. Acesso em: 10 jan. 2020.

ARAÚJO, E. **Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de posse no Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Itamaraty, jan. 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. **Diário Oficial**, Brasília, 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRAYBOY, B. M. J. Toward a Tribal Critical Race Theory of Education. **The Urban Review**, Dordrecht, v.37, p. 425-446, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11256-005-0018-y>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BERRINGER, T. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015.

BIT. **Manuel à usage des mandants tripartites de l'OIT**: Comprendre la convention (n° 169) relative aux peuples indigènes et tribaux, 1989. Genève: Bureau international du Travail, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/publication/wcms_211976.pdf. Acesso em: 05 dez. 2019

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Trad. Mario A. Marino e Eduardo A Camargo Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

CARNEIRO, M. L. T.; ROSSI, M. S. (org.). **Índios no Brasil**: vida, cultura e morte. São Paulo: IHF; LEER/USP; Intermeios, 2019.

CERVO, A. L. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. Saraiva: São Paulo, 2008.

JUNIOR, J. J. A. A Constituição de 1988 e os direitos indígenas: uma prática assimilacionista? In: CUNHA, M. C. da; BARBOSA, S (org.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2018. p. 175-236.

KEMER, T.; PEREIRA, A. E. A análise da política externa na academia brasileira: um mapeamento quantitativo e qualitativo das agendas de pesquisa (1998-2017) *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 11., Curitiba. **Anais** [...], Curitiba: UFPR, 2018. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2019/05/analise-politica-externa-academia-brasileira-mapeamento.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

LACERDA, R. **Os Povos Indígenas e a Constituinte (1987-1988)**. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2008.

LOPES, D. B. **Política Externa e democracia no Brasil**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2013.

MENDES JUNIOR, J. **Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos**. São Paulo: Typ. Hennies Irmãos, 1912. Edição Fac-similar, Comissão Pró-Índio. Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Os_Indigenas_do_Brazil.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

OLIVEIRA, J.L.L. **Negros e diplomacia**: presença de afro-descendentes no Itamaraty: Estudo comparado entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Departamento de Estado norte-americano. 2011. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) – Instituto Rio Branco, Brasília, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. Indigenous and Tribal Peoples Convention, 1989 (No. 169). 1989. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169#A6. Acesso em: 20 jan. 2020.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.

RICUPERO, R. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750 – 2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SILVA, J. A. da. Parecer. *In*: CUNHA, M. C. da; BARBOSA, S. (org.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2018. p. 17-42.

TERENA, M. Povos indígenas e os cidadãos da Selva. *In*: CARNEIRO, M. L. T.; ROSSI, M. S. (org.). **Índios no Brasil**: vida, cultura e morte. São Paulo: IHF; LEER/USP; Intermeios, 2019. p. 17-22.

Recebido em 10 de abril de 2020.

Aprovado em 08 de junho de 2020.

POPULISMO E FAKE NEWS NA ERA DA PÓS-VERDADE: COMPARAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS, HUNGRIA E BRASIL

Ana Julia Bonzanini Bernardi¹
Andressa Liegi Vieira Costa²

RESUMO: Nas últimas eleições, figuras populistas de extrema direita emergiram ou se fortaleceram em todo o mundo. Sabidamente, nem todos os governos populistas são iguais. Neste artigo procuramos investigar a cultura política e o uso de *fake news* nas campanhas/governos desses líderes populistas no Brasil, nos EUA e na Hungria. Primeiramente, discutimos o histórico político de cada país, bem como o perfil de seus governantes e o uso de *fake news*. Em seguida, aliamos a opinião pública e a cultura política da população presentes nos dois últimos anos eleitorais em cada país. Na terceira e última parte, fazemos comparações entre esses três países, observando mudanças no cenário político digital a partir dos índices do *V-Dem Institute (Varieties of Democracy)* de 2019.

PALAVRAS-CHAVE: Populismo. Pós-verdade. Opinião pública. Eleições. Fake news.

POPULISM AND FAKE NEWS IN A POST TRUTH ERA: COMPARISONS BETWEEN UNITED STATES, HUNGARY AND BRAZIL

ABSTRACT: *In the latest elections many populists' figures and right-wing extremists got elected or became stronger worldwide. It is well known that crises facilitate the concentration and abuse of power, once citizens are more likely to tolerate and support authoritarian*

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciência Política. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7768-6264>. anajuliabernardi@hotmail.com.

² Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa – Portugal. Mestre em Ciência Política. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3655-1387>. andressalieg@hotmail.com.

measures. It is known that not all populist governments are the same, in this paper we seek to investigate the public opinion and the political culture of each population that elected those populist leaders in Brazil, the USA and Hungary. First, we discuss the political background of each country, as well as the profile of the leaders and their usage of fake news during the campaign. Second, we assess public opinion, political culture of the population for the last two electoral years in each country. In the third and last part, we draw comparisons between these three countries observing changes in the digital political scenario, based on the indexes of the V-Dem Institute (Varieties of Democracy) 2019.

KEYWORDS: *Populism. Post-truth. Public opinion. Elections. Fake news.*

1. A “nova onda” de governos populistas

A eleição de candidatos que basearam suas campanhas e propostas em uma visão de governo para as *peças reais* e contra a elite no governo, vem sendo apontada como uma característica da *nova onda* de governos populistas. Contudo, algumas características desses governos vêm se mostrando claramente danosas para a democracia, principalmente no que tange o entendimento de quem são as “pessoas reais” e quais são as “elites do governo” (MÜLLER, 2017). Conforme apontado por Levitsky e Ziblatt (2018), a estabilidade das democracias tem se pautado muito pelo apoio das elites e partidos conservadores, que muitas vezes optaram por apoiar governos autoritários como uma forma de garantir benefícios econômicos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Nesse sentido, segundo Müller, o novo populismo precisa ser entendido mais como uma estratégia de esvaziamento da voz da oposição e uma radicalização de discurso autoritário e segregacionista (STANLEY, 2018) e menos como uma política contra as elites.

Assim, este artigo busca analisar o contexto no qual se elegeram governos populistas nos Estados Unidos, na Hungria e no Brasil, avaliando variáveis comportamentais, de cultura política e de opinião pública nesses países, ressaltando traços comuns, tais como o desinteresse e baixa satisfação pela política, a desconfiança generalizada, a insatisfação com o governo e a situação econômica e a percepção de polarização política. Em face de uma das características do populismo ser a centralização da *persona* do líder, este trabalho também dá ênfase ao comportamento dos eleitos em cada um dos países, nomeadamente Donald Trump (PR), Viktor Orbán (FIDEsz) e Jair Bolsonaro (PSL) e o uso de *fake news* durante e após as campanhas. Assim, avaliamos a narrativa do uso de discurso de um inimigo comum, a deslegitimação da oposição, a repressão da

mídia e o uso de redes sociais e *fake news* como instrumentos de comunicação com o eleitorado, e posteriormente, com os cidadãos.

Para a realização desta pesquisa, consultamos bancos de dados de opinião pública de cada uma das regiões, bem como fizemos revisão bibliográfica de literatura especializada. Além disso, utilizamos variáveis do *Instituto V-Dem (Varieties of Democracy)* para observar as mudanças no cenário político digital de cada país. Após as análises realizadas, indicamos haver uma consonância de contextos que possibilitaram a eleição desses líderes, sobretudo no que tange à desconfiança na política e insatisfação generalizada com o sistema político. Ademais, destaca-se o crescente uso de redes sociais, *fake news* e discurso de ódio por partidos políticos. Contudo, advoga-se que se faz necessário levar em conta questões pertinentes à formação histórica de cada um dos países, bem como suas variáveis sociais e demográficas para que se tenha uma análise mais acertada.

2. Cenário de crescimento do populismo mundial

A representação política tem sofrido transformações, dentre elas a perda de centralidade dos partidos políticos como organizadores das preferências e identidades eleitorais, além de sua função como agentes de integração social e instrumentos de diferenciação social e política, a partir da ruptura dos tradicionais vínculos entre os partidos e a sociedade civil. O aumento da descrença e desafeto dos indivíduos em relação às instituições políticas, quando ainda somados a condições econômicas precárias, produzem um ambiente político instável. Nesse cenário, vê-se um aumento nas mobilizações populistas *anti-establishment*, com a ascensão de figuras políticas acima das estruturas partidárias, personificando a vontade social (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELO, 2006; BAQUERO; LINHARES, 2011; ROBERTS, 2019).

Algumas características da nova direita emergente no cenário mundial são o discurso antipluralista de combate a questões identitárias; o uso de *fake news* com a exploração da *pós-verdade* e combate ao conhecimento científico; o posicionamento *anti-establishment* como *outsiders* por meio de narrativas antipolíticas de deslegitimação das instituições; a legitimação do discurso de ódio como liberdade de expressão; a utilização de redes sociais como canais de comunicação e proximidade com a população; uma aproximação com as classes médias e populares (os “perdedores da globalização”); em um discurso meritocrático e individualista (GALLEGO, 2019). A desigualdade econômica é um dos fatores geradores de insatisfação e fomentadores de discursos populistas, porém a ascensão dessas figuras apresenta também relação com um efeito de

backlash cultural, ou seja, uma rejeição à emergência de valores progressistas por camadas que se ressentem do deslocamento das normas familiares tradicionais, e se colocam suscetíveis a apoiar discursos populistas (NORRIS; INGLEHART, 2019). A insatisfação com a realidade do país, a proliferação da desinformação e o acirramento dos discursos políticos, dentro de um contexto de *pós-verdade*, são terreno fértil para a eleição de líderes populistas.

Sobre o contexto da desinformação, duas expressões em inglês são muito utilizadas para falar da onda de *fake news* atual, sendo elas *misinformation* e *desinformation*. A primeira trata de informações falsas ou imprecisas espalhadas de forma não intencional – como, por exemplo, um erro de reportagem. Já *desinformation*, em português desinformação, delimita aquela estratégia em que o conteúdo é intencionalmente falso e deliberadamente propagado para enganar usuários e se multiplicar pelas redes (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; CASTRO, 2018; EUROPEAN COMMISSION, 2018; MARWICK; LEWIS, 2017). Nesse sentido, *fake news* são narrativas difundidas intencionalmente, passíveis de serem verificadas como fraudulentas e com a única intenção de enganar os interlocutores (SHU *et al.*, 2017). Assim:

Tal definição exclui erros jornalísticos não intencionais; rumores, ou seja, informações que não são verificadas no momento da postagem (ZUBIAGA *et al.*, 2018); teorias de conspiração, entendidas como explicações sobre eventos históricos em termos do agente causal de um grupo relativamente pequeno de pessoas agindo em segredo (KEELEY, 1999); sátiras, que são facilmente identificáveis pela característica de entretenimento; fofocas, que são afirmações não validadas e não consentidas sobre pessoas ou fatos, e declarações falsas (CASTRO, 2018, p. 64).

O *Dicionário Oxford* definiu o termo *pós-verdade* como a palavra do ano de 2016, pós-eleições de Trump nos Estados Unidos, o que reacendeu os estudos do impacto das *fake news* na democracia eleitoral. Assim, caracterizou a *pós-verdade* como “relativa a circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que emoções e crenças pessoais” (OXFORD LANGUAGES, 2016, tradução nossa). O fenômeno da *pós-verdade* e das *fake news* está intrinsecamente ligado a uma refutação da ciência e uma aceitação de discursos inflamados por preconceitos, intolerâncias e táticas de uso de caos e

³ “Post-truth is an adjective defined as ‘relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief’” (OXFORD LANGUAGES, 2016).

confusão como forma de manipulação da sociedade civil e da opinião pública, lançando mão de manobras populistas e extremistas (KAKUTANI, 2018).

Embora as *fake news*, em pleitos eleitorais, sejam utilizadas por diferentes partidos do espectro direita-esquerda, o conceito tem encontrado mais legitimidade entre os candidatos populistas de direita (D'ANCONA, 2018). Bem como Donald Trump, nos EUA; Marine Le Pen, na França; Viktor Orbán, na Hungria; e Jair Bolsonaro, no Brasil, utilizam-se de discursos de ódio a seus “oponentes ilegítimos” (APPLEBAUM, 2017). Os líderes populistas se aproveitam desse contexto para legitimar seu comportamento autoritário, ganhando apoio da população. Nas próximas seções, analisaremos as especificidades em cada país, avaliando o contexto da eleição de cada um dos líderes.

3. Estados Unidos e a cooptação do termo *fake news* por Trump

Existem muitos estudos que atribuem a vitória de Donald Trump, em 2016, às questões econômicas e às falhas do Governo Obama, principalmente em responder aos setores mais conservadores do país. De acordo com pesquisa do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP, 2017), apenas metade da população estadunidense se mostrava satisfeita com a democracia entre os anos de 2016 e 2017, muitos citando o mau governo (27%) e a corrupção (11%) como principais problemas do país.

Além da baixa econômica causada pelo avanço chinês, as primárias de 2016 foram marcadas pelo vazamento de e-mails de Hillary Clinton e um forte antagonismo entre a candidata e Bernie Sanders, o que enfraqueceu a candidatura democrata. Ao mesmo tempo, a estratégia de campanha de Donald Trump de estar sempre presente nas mídias, sendo polêmico ou se utilizando de notícias falsas, aproveitando-se de sua alta capilaridade nas redes sociais, promoveu forte engajamento para o candidato republicano. Além disso, ainda não é claro o quanto o trabalho da *Cambridge Analytics* e a possível interferência russa podem ter influenciado o resultado dessas eleições.

Na esteira desse debate, atualmente, quase três anos após as eleições de 2016, a discussão sobre o impacto das *fake news* segue recente e especialistas ainda apontam a eleição norte-americana de 2016 como um dos estopins do uso de *fake news* em processos eleitorais. Donald Trump promoveu a popularização do termo *fake news* como uma forma de se opor às notícias divulgadas pela mídia tradicional. Assim, desde 2015, vem fazendo uso de suas redes sociais, principalmente o *Twitter*, em oposição à imprensa, para declarar que diferentes notícias danosas à sua campanha, ou pessoa, tratavam-se de *fake news*. De acordo

com o site *Trump Twitter Archive*, desde que a sua conta foi inaugurada, Trump já utilizou o termo *fake news* em 647 *tweets*⁴, na maioria deles se referindo a veículos de mídia tradicional, tais como *The New York Times* e *The Washington Post*.

Nesse sentido, podemos observar os dados de confiança nas instituições em pesquisa do *Lapop* de 2016/17 na tabela, abaixo, em que 55,3% das pessoas consultadas afirmam não confiar na mídia.

Quadro 1 – Confiança nas instituições - EUA (%)

	Não confia	Mais ou menos	Confia
Partidos políticos	68,2	19,1	12,85
Forças armadas	13,5	12,2	74,2
Congresso	22,7	18,7	22,4
Governo Nacional/ Executivo	44,9	10,6	31,8
Mídia	55,3	17,2	27,5
Eleições	33,1	17,5	49,4

Fonte: Elaboração própria através de Lapop (2017), n = 1500.

Ao longo de toda a campanha em 2016, não apenas postagens e *links* de páginas apoiadoras de Trump foram identificados divulgando notícias falsas, como o próprio Trump se utilizou de diversas notícias falsas em seus *posts* e posicionamentos públicos. Assumindo em 2017 como presidente, seguiu utilizando discursos fraudulentos ou, no mínimo, exagerados, em seus *tweets* e entrevistas. Segundo levantamento do *Fact Checker*, agência ligada ao jornal *The Washington Post*, ao longo das eleições de 2016, Trump proferiu pelo menos 92 falas consideradas falsas (a maioria, completamente falsa), mais que o dobro de Hillary Clinton (THE 2016 ELECTION..., 2016). De acordo com levantamento do *Comitê de jornalistas livres dos Estado Unidos*, entre o anúncio de sua candidatura, em 2016, até o final do seu segundo ano como presidente, cerca de 11% do total de *tweets* escritos pelo presidente tinham um cunho de ameaça, condenação ou insulto a jornalistas, jornais específicos ou à mídia, de maneira geral (SUGARS, 2019). Nesse sentido, o uso das redes sociais para se comunicar com seus apoiadores mostra-se instrumental para Trump, já que, segundo Ituassu *et al.* (2018) a rede social permite a comunicação direta com seus apoiadores sem o filtro dos jornalistas, tradicionais *gatekeepers* da democracia (OATES; MOE, 2016). No ambiente de redes sociais, as

⁴ Até 02/04/2020. Disponível em: <http://www.trumptwitterarchive.com>. Acesso em: 02 abr. 2020.

informações falsas são multiplicadas pelos robôs, impulsionando postagens de forma artificial (ITUASSU *et al.*, 2018).

De forma geral, o “Relatório de Notícias Digitais” do *Instituto Reuters* (NEWMANN *et al.*, 2019) revela essa tendência de diminuição de confiança na mídia tradicional nos Estados Unidos. A forma de informação mais utilizada é a *online* seguindo uma tendência anterior, o que inclui as redes sociais; porém, é interessante observar que, mesmo se mantendo à frente de outros suportes, esse tipo de veiculação de dados e notícias também sofreu uma redução considerável nos últimos anos. Em 2017, 77% dos respondentes utilizavam a internet para se informar. Atualmente, essa parcela ficou em 73%. O uso de fonte de informações de redes sociais, de maneira isolada, em 2017 representava os hábitos de 47% dos consultados. Em 2018, o percentual diminuiu para 45%. Dentre os níveis de confiança em notícias, houve uma queda de 4% na avaliação dos que participaram da enquête, respondendo por apenas 34% do universo da pesquisa em 2018. Ainda no que tange à confiança em notícias, aqueles que afirmaram confiar, isoladamente, nas redes sociais como fonte de informação eram, em 2018, apenas 13% do total (NEWMANN *et al.*, 2019).

Em ambiente polarizado, ainda mais considerando a estrutura de presidencialismo bipartidária nos Estados Unidos, a estratégia republicana conseguiu capturar votos com *slogans* populistas e fáceis, em um contexto de crise econômica global, ascensão da China, tendo como mote a ideia do *Make America Great Again*. Entrando na política como um empresário de grande sucesso, em um ambiente em que a política e a mídia estavam desacreditadas, Trump, ao levantar inúmeras controvérsias, fosse com as notícias falsas que enunciava, ou com seu discurso preconceituoso, machista e xenofóbico, conseguiu capturar a velha mídia com coberturas gratuitas de suas posições polêmicas, mostrando-se um candidato com qualidades especificamente interessantes para a era digital (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Em estudo sobre os Estados Unidos nas eleições de 2016, Allcott e Gentzkow destacaram alguns achados sobre as redes sociais e o consumo de *fake news* nas eleições de Trump, tais quais: 1) cerca de 62% de adultos norte-americanos recebem notícias nas redes sociais; 2) muitas pessoas que leem notícias falsas relatam acreditar nelas; e, por fim, 3) as notícias falsas mais discutidas durante as eleições favoreciam Donald Trump em relação à Hillary Clinton (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017).

Das *fake news* de fonte não identificada, segundo o estudo de Silverman (2016), entre as 20 histórias que geraram maior engajamento (incluindo curtidas, compartilhamentos e comentários) nos três meses antes das eleições, dezesseis

sete eram abertamente pró-Donald Trump ou anti-Hillary Clinton. A que teve maior alcance foi o “Papa Francisco choca o mundo e apoia Donald Trump” que atingiu quase mais de 900.000 engajamentos no *Facebook*. A segunda delas constava que *Wikileaks* havia confirmado que Hillary Clinton havia vendido armas para o Estado Islâmico com 789.000 de engajamentos no *Facebook* (SILVERMAN, 2016).

4. A democracia iliberal húngara de Viktor Orbán

Desde o começo do seu mandato em abril de 2010, o Governo de Viktor Orbán (FIDeSz) iniciou diversas modificações na Constituição e nas Leis Eleitorais⁵ do país que levantaram questionamentos de até que ponto estas mudanças não representavam uma afronta à democracia e independência das instituições, indicando a formação de um Estado autoritário, com poder centralizado nas mãos do Primeiro Ministro (MULLER, 2017). Segundo críticas internacionais, as ementas feitas à Constituição violavam os tratados de direitos humanos da ONU e do Conselho Europeu, assim como entravam em desacordo com os princípios básicos da União Europeia, que requisitam a existência de instituições independentes funcionando em um sistema de balanceamento dos poderes, garantindo as liberdades individuais de toda a população (NORWEGIAN HELSINKI COMMITTEE, 2013 p. 8), assemelhando-se, o sistema político do país, a uma autocracia, ou a uma democracia iliberal (VEGETTI, 2018; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

A Hungria tem um sistema eleitoral altamente complexo, com distribuição desproporcional. A nova lei, que regulou as eleições de 2014 e de 2018, aumentou a percentagem de assentos parlamentares eleitos em distritos uninominais, tornando o sistema ainda mais desproporcional. Em segundo lugar, mudou os limites dos distritos eleitorais para a vantagem do FIDeSz, rendendo a reeleição de Orbán, em 2014 e em 2018, com 43,7% e 48% dos votos, respectivamente

⁵ A nova Lei Eleitoral se nomeia “Ato das Eleições de Membros do Parlamento da Hungria”, sendo descrita em 26 artigos que determinam os parâmetros da distribuição de assentos e do processo de votos, bem como dos direitos e deveres dos candidatos e tudo que envolve o processo eleitoral. Primeiramente, o número de parlamentares passou de 386 para 199; também faz uso somente de dois mecanismos para a eleição e não de três. No novo sistema, existem somente duas fases nas eleições: 106 assentos são preenchidos nas eleições por circunscrição de candidato único (que elege um membro por circunscrição). Noventa e três são eleitos por meio das listas nacionais dos partidos. Obrigatoriamente, as 176 circunscrições eleitorais húngaras existentes passaram a ser somente 106, concentrando um número máximo de cerca de 76.000 votos por circunscrição. Acrescido a isso, os votos de candidato único por circunscrição distrital ocorrem em somente um turno, usando pluralidade simples. No entanto, o eleitor ainda tem dois votos: um para o candidato único por circunscrição e outro para a lista nacional do partido (RENWICK, 2011).

(VEGGETI, 2018; RENWICK, 2011). Fora o sistema eleitoral desproporcional, também houve alegações não comprovadas de fraude nessa corrida eleitoral que se desdobrou um ambiente de fortes restrições à liberdade de expressão: fechamento de organizações civis, de agências de jornalismo opositoras ao governo e restrição à liberdade de cátedra das instituições científicas (ASH, 2019). Segundo observadores da OSCE, a corrida eleitoral se deu em “[...] espaço limitado para debates substantivos e diminuição da capacidade dos eleitores de fazer uma escolha informada, onde a mídia pública claramente favoreceu a coalizão vencedora” (JUHÁSZ, 2018).

Atualmente, a Hungria está entre as democracias com os mais baixos índices de liberdade de imprensa (LUHRMANN *et al.*, 2019), e diferentemente do Brasil e dos Estados Unidos, a maior parte dos veículos de imprensa pertence, ou é vinculada ao governo central (KREKÓ *et al.*, 2018; NEWMANN *et al.*, 2019). A gestão Orbán fez uso de uma agressiva campanha anti-imigração e contra a União Europeia, colocando jornalistas críticos ao governo, Bruxelas, imigrantes e a comunidade científica, como inimigos da nação húngara. Fazendo uso da narrativa de que seriam *fake news* todas as informações contrárias ao governo, Orbán espalhou *outdoors* pelo país com a frase: “Você tem direito de saber o que Bruxelas planeja”, indicando que a União Europeia estaria agindo contra os interesses do país na questão dos refugiados. Também promoveu uma perseguição às instituições de ensino e ONGs ligadas a George Soros, indicando que haveria uma conexão entre o empresário e a promoção de terrorismo, o qual chamou de “Plano Soros”⁶.

A presença do elemento autoritário e repressor foi uma constante na história húngara, tanto nas ocupações turcas (1526), nazistas (1944-1947), e soviéticas (1947-1989), quanto nos regimes internos caracterizados pela República Socialista de Khun (1917), Era Horthy e controle nazista húngaro (1920-1944) – de forma que grande parte da população húngara não viveu de fato uma democracia. Com a reabertura política em 1989, o país voltou a se inserir no sistema internacional, buscando um maior contato com o Ocidente para se integrar à União Europeia. A transição democrática e a reforma do sistema eleitoral se deram como um pacto entre as elites políticas do país, uma vez que a população, doutrinada pelos tantos anos de regimes autoritários, não mani-

⁶ Em 27 de abril de 2017, a Comissão salientou que o processo de consulta nacional “Vamos parar Bruxelas” continha várias alegações factualmente incorretas ou altamente enganadoras. O Governo húngaro realizou ainda consultas intituladas “A imigração e o terrorismo”, em maio de 2015, e contra um suposto “Plano Soros”, em outubro de 2017. Essas consultas estabeleceram um paralelismo entre o terrorismo e a migração, incitando o ódio contra os migrantes e, em especial, à pessoa de George Soros e à União. (SARGENTINI, 2018, p.9).

festou interesse ou tomou parte nas discussões (LENGYEL; ILONSZKI, 2012; KOROSZNY, 1999).

Nesse sentido, o populismo no leste europeu, mostra-se diferente do populismo norte americano, justamente pelo caráter iliberal (KREKÓ *et al.*, 2018; SIERAKOWSKI, 2018). Na Hungria, não há uma salvaguarda de *checks and balances* por parte das instituições, de forma que Viktor Orbán vem modificando a constituição com vistas a melhor servir o seu partido, FIDeSz, no poder desde 2010. A cultura política de não participação da sociedade civil, herança dos anos autoritários, torna mais difícil a adoção e preocupação da sociedade com valores de pós-materialistas e de autoexpressão (INGLEHART, 2018), fazendo com que a liberdade de expressão e o judiciário independente sejam alvos fáceis de ataques pelos governos de direita populista da região.

De acordo com Sierakowski (2018), o populismo húngaro vai além da premissa de eleitores frustrados, economicamente, e encontra adesão da classe trabalhadora pela construção de um senso de *comunidade*, e na classe média por se destacar como diferente dos refugiados e das elites cosmopolitas. Para Krekó *et al.* (2018), o sucesso dos líderes populistas da direita na região se dá, pois estes exploram os medos da população. Utiliza o termo *tribalismo* para conceituar o sentimento de busca por uma identificação nacionalista, pois usa o peso de nação e não de classe – atuando sobre a identidade e não sobre o bem-estar econômico. Além disso, o partido construiu um grupo de populismo de direita que combina sucesso econômico, valores familiares (ter filhos traz muitos benefícios) e devoção religiosa, criando o ideal de uma cultura “cristã-nacional” (MULLER, 2017).

Essas afirmações vão de encontro à cultura política húngara. Segundo o *European Social Survey*, em 2017, quase 70% dos húngaros afirmaram ter nenhum/pouco interesse sobre política, e apenas 5,3% afirmaram ter muito interesse. Nesse mesmo sentido, apenas 27% dos respondentes afirmaram que o sistema político húngaro permite que as pessoas tenham alguma participação no governo. O baixo interesse por política tende a crescer dentro de ambientes polarizados e reverbera em forma de desconfiança nas instituições e pessoas. Os baixos níveis de confiança são recorrentes na história húngara. Números de 2017, cenário pré-eleitoral, esclarecem que se trata de um quadro generalizado.

Quadro 2 – Confiança nas instituições - Hungria (%)

	Não confia	Confia	Neutro
Partidos políticos	61,6	21,1	13,1
Polícia	19,1	65,5	6,1
Parlamento Nacional	43,4	35,0	18,6
Políticos	57,1	25,1	11,7
Mídia*	46,3	50,8	2,8

Fonte: *European Social Survey*, Onda 9, 2018. N = 1598⁷.

* *Eurobarometer 90.3* N = 1023⁸.

Sob os apontamentos na definição de capital social feitas por Almond e Verba, (1963), reitera-se que outro aspecto importante para uma cultura política democrática é que a sociedade tenha um alto nível de confiança nas instituições que regem seu país, para que se mantenham, de fato, níveis de civilidade e de respeito mútuo. O fato de a instituição com maior confiança ser a polícia, demonstra o quão malvistas são as instituições húngaras. O populismo, geralmente, encontra ambiente fértil em sociedades com alta polarização e desconfiança, nas quais um líder carismático busca apontar um inimigo comum como forma de criar identificação de um grupo. Não diferentemente, em pesquisa realizada pelo Ipsos, em janeiro de 2018, pouco antes das eleições, 86% dos húngaros afirmaram acreditar que a população estava dividida e apenas 16% avaliavam que havia muita/alguma tolerância com os que pensavam de forma diferente, sendo 50% dessas diferenças de origem política (ATKINSONS; SKINNER, 2018).

Dentro desse quadro, percebe-se que a satisfação com a democracia no país também é muito baixa, uma vez que quase metade dos húngaros afirma estar muito insatisfeita com a democracia no país. Em 2018, um mês antes das eleições de Orbán, em pesquisa do Ipsos, 58% da população húngara apontava como principal problema do país a corrupção política e financeira (ATKINSONS; SKINNER, 2018). Complementarmente, pesquisa realizada em junho de 2018 pelo Ipsos, encontrou que 73% da população húngara afirmava que os políticos

⁷ Disponível em: <https://www.europeansocialsurvey.org/download.html?file=ESS9HU&c=HU&y=2018>. Acesso em: 24 ago. 2020.

⁸ Disponível em: <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinionmobile/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/surveyKy/2215>. Acesso em: 24 ago. 2020.

deveriam poder falar o que pensam, independentemente de quem pudesse se sentir ofendido com isso. Cerca de 47% afirmaram que o país precisava de um líder firme que estivesse disposto a quebrar as regras. No mesmo sentido, 85% dos húngaros afirmaram não confiar na mídia.

5. Bolsonaro e a *nova (velha) política*

O Brasil tem apresentado altos níveis de desconfiança em relação ao governo e seus representantes, assim como grande ceticismo político entre a população (BAQUERO, 2004, 2008). Somado a isso, a existência de forças oligárquicas na democracia brasileira reforça a exclusão e a desigualdade sociais, uma vez que favorece minorias no poder e, consequentemente, elites políticas dos partidos políticos centrais acabam por ser vistas como corruptas e preocupadas apenas com seus próprios interesses, em detrimento do bem do país, acentuando a descrença nas instituições (BAQUERO, 2004). A difusão de um sentimento de antipolítico também aumenta o descrédito nas instituições, sendo igualmente reforçado pela mídia (BAQUERO; RANINCHESKI; CASTRO, 2018).

A campanha eleitoral brasileira de 2018, embora tenha sido encurtada pela legislação de 2017 e iniciada oficialmente em 16 de agosto de 2018 (Lei nº13.487/17 e Lei nº13.488/17), começou muito antes nas redes sociais e nas manifestações de 2013 (GALLEGO, 2019). O período foi marcado por um *impeachment*, até hoje questionado e chamado de golpe, e diversas manifestações pró e contra o governo, nas quais “novas e velhas” candidaturas foram se formando – como a de Jair Bolsonaro – mesmo que ainda não oficialmente (GALLEGO, 2019). Novas, pois houve a maior taxa de renovação do Congresso desde 1994, mas “velhas” pois reelegeram candidatos com acusações de corrupção, também a bancada mais conservadora eleita desde o regime militar em 1964 – tendência que já havia se mostrado presente em 2014 (ABRANCHES, 2019). As redes sociais foram marcadas pela ação dos *bots* sociais e de criação de notícias falsas, que cresceram de forma profícua no período, alavancadas em momentos-chaves e de condenação da Operação Lava-Jato (ARNAUDO, 2017; FACHIN; MACHADO, 2018).

Quadro 3 – Confiança nas instituições – Brasil (%)

	Não confia	Mais ou menos	Confia
Partidos políticos	62,9	30,2	7,0
Forças Armadas	13,8	33,8	52,4
Congresso	39,3	43,5	17,2
Governo Nacional/ Executivo	27,2	34,6	38,1
Mídia	18,3	47,9	33,9
Eleições	36,8	44,2	19,0

Fonte: Elaboração própria através de LAPOP (2019), N = 1479.

Os sentimentos que se desenvolveram, de desafeição e insatisfação com as instituições, acentuados a partir dos protestos de 2013, seguidos pelas eleições de 2014 que, com a ampla cobertura midiática da Operação Lava Jato e o processo de *impeachment* de Rousseff, resultaram no cenário que podemos observar no quadro acima (Quadro 3), em 2018/19. Primeiramente, aponta-se a baixíssima confiança nas instituições políticas, especialmente nos partidos, nos quais mais de 60% dos cidadãos não confiam de forma alguma, seguidos pelo Executivo e pelo Legislativo, ambos apresentando desconfiança de uma parcela expressiva dos indivíduos. Em contraponto, as Forças Armadas contam com confiança de mais de 50% dos brasileiros. Com a rejeição à política tradicional, usando de discurso antipartidário, as Forças Armadas ganharam credibilidade no cenário público brasileiro. Ganharam muito espaço político no governo de Temer, o que foi reforçado pela retórica militarista de Bolsonaro (GALLEGO, 2019).

Como agravante, a corrupção é percebida como generalizada entre a sociedade brasileira, especialmente no que concerne ao Executivo e ao Legislativo, e resulta também em queda no apoio ao sistema político vigente no país (COSTA, 2018). Consequentemente, 17% dos brasileiros entrevistados em 2018 apontam a corrupção como um dos maiores problemas do país (LAPOP, 2019), percepção que sofreu grande aumento em razão da forte cobertura midiática da Operação Lava Jato (BAPTISTA, 2017). O problema se acentua quando observada a percepção da sociedade sobre outros *outputs* do sistema político. Em 2018, 18,5% dos brasileiros mencionaram o desemprego, e 7,3% a economia, como os maiores problemas do país (LAPOP, 2019) e “quando o desafeto das pessoas em relação às instituições de mediação política é elevado, a situação tende a piorar se as condições econômicas também são precárias, produzindo um ambiente político instável” (BAQUERO; LINHARES, 2011). Além disso, a desigualdade e insegurança econômica são

outros fatores relacionados ao apoio de líderes populistas (INGLEHART; NORRIS, 2016).

Nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro, candidato de extrema direita, foi eleito, em segundo turno, com 55,13% dos votos válidos, contra seu oponente, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores. Bolsonaro é um ex-militar e foi integrante do Congresso Nacional por 30 anos, tendo seus discursos pautados nas linhas centrais a rejeição aos direitos humanos (anti-LGBTs, racismo, contra liberdade de expressão), a apologia à ditadura e ao golpe militar, tortura e violência, o combate à corrupção, direito dos militares e militarização da sociedade. Como candidato, criticou a democracia brasileira baseado na corrupção e na ineficácia dos serviços públicos, além de acusações de apoio do governo de então a líderes como Hugo Chávez e Fidel Castro (MAITINO, 2018). Teve como um dos eixos de sua campanha o movimento anticorrupção (BOADLE; STARGARTDER, 2018), criticando a democracia no país (MAITINO, 2018), culpando o sistema político como um todo pela situação brasileira (GALLEGO, 2019), apresentando-se por meio de uma figura carismática como a única alternativa de mudança para o país (SANTANA, 2017).

Além da corrupção, a temática da falta de segurança e da violência nas áreas urbanas eram pautas de grande interesse da sociedade, ao passo que 16,8% da população brasileira considerava estes tópicos como principais problemas do país (LAPOP, 2019). Jair Bolsonaro apostou na temática da segurança pública como um dos focos de sua campanha, utilizando-se do *slogan* “bandido bom, é bandido morto”, enquanto os partidos de esquerda negligenciaram as pautas de segurança pública em detrimento da defesa dos direitos humanos. O então candidato fazia gestos de arma durante toda a sua campanha, apostando em propostas de liberalização do porte de armas para a população (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018). Assim, Bolsonaro conseguiu transformar a insatisfação, fruto da crise econômica e política reforçadas pelos escândalos de corrupção e sentimento de insegurança em potencial eleitoral (GALLEGO, 2019).

Em pesquisa realizada pelo Lapop em 2018/9, mais de 57% dos entrevistados afirmaram estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos com a democracia no país e apenas 7,5% afirmaram estar muito satisfeitos (LAPOP, 2019). A desconfiança em relação à política se mostra como uma forte marca da população brasileira, da qual 44% afirmaram estar pessimistas com o resultado das eleições de 2018 em pesquisa da CNI realizada em 2017. Os motivos mais citados nas respostas espontâneas foram a corrupção (30%), a falta de confiança no governo (19%) e a falta de opções (16%) entre os pré-candidatos à presidência (BERNARDI, 2019).

Assim como Donald Trump, Bolsonaro teve forte uso das redes sociais, especialmente do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, uma plataforma que conta com cerca de 120 milhões de usuários no Brasil. Seus seguidores criaram centenas de grupos no aplicativo para compartilhar mensagens, imagens, vídeos e memes, disseminando conteúdos e informações falsas sobre seus rivais políticos e minorias (BRANCHO-POLANCO, 2019). Ademais, na época do segundo turno, Bolsonaro tinha 1,6 milhão de seguidores no *Twitter* e 7,49 milhões no *Facebook* – em comparação, Haddad tinha 742 mil seguidores no *Twitter* e 808 mil no *Facebook* (BERNARDI, 2019). De acordo com a pesquisa eleitoral do *Instituto Datafolha*, conduzida em outubro de 2018, entre os que declararam intenção de voto para Bolsonaro (em cenário de segundo turno contra Haddad) 84,2% possuíam conta no *Facebook*, dos quais 81,8% utilizavam a plataforma para ler notícias de cunho político e 41,4% as compartilhavam. Já em relação ao aplicativo de mensagens *WhatsApp*, 98,4% dos consultados eram usuários da tecnologia. Desse universo, 74,4% utilizavam o *app* para ler notícias e 44,9% faziam compartilhamentos por meio dele.

Assim, foi o candidato que mais se utilizou de suas próprias redes sociais para dialogar com seu eleitorado. Muitas vezes tendo embates com a mídia tradicional, o candidato ao longo da eleição, e depois de eleito, tem se utilizado fortemente do *Twitter* e de sua página oficial do *Facebook* para se comunicar com a população. Adotando a conotação de *fake news* utilizada por Trump, determinando críticas e notícias desfavoráveis às suas ações como falsas, o candidato evita os *gate keepers* da mídia tradicional, a qual desqualifica como tendo viés ideológico *esquerdista* e, para evitar que seu discurso receba o filtro jornalístico, comunica-se diretamente com a população pelas redes sociais, pelo uso de *lives*, e pronunciamentos diários. A desqualificação dos veículos jornalísticos engloba desde a *Rede Globo*, até o *The Economist*, o *The Guardian*, a *Folha de São Paulo*, entre outros. Em seu primeiro ano de governo, 2019, de acordo com a Federação Nacional de Jornalistas, houve um aumento de 54% nas agressões a jornalistas e a veículos de comunicação, sendo mais da metade dos ataques realizados por Bolsonaro (MEDEIROS, 2020).

6. Ascensão populista, cultura política e opinião pública comparada: redes sociais e *fake news*

Até agora, neste artigo, descrevemos as principais características de cada país, e o contexto no qual cada líder foi eleito, destacando acontecimentos e elementos sociais por trás de sua cultura política. Conforme observado, um dos

elementos em comum entre os líderes estudados é a forte presença nas redes sociais e seus discursos em formato de apelo direto à população, frequentemente com ataques a grupos específicos. Nesta seção, compararemos os países usando índices do *V-Dem*, analisando alguns aspectos referentes ao ambiente político e o uso de *fake news* na esfera digital.

A extrema direita emergente se utiliza da força simbólica, com a disputa de imaginários e subjetividade, por meio do uso de aspectos emocionais para se comunicar de forma afetiva (GALLEGO, 2019). Líderes populistas buscam uma conexão direta com o povo, tanto para estabelecer uma comunicação sem filtros ou interferência, quanto para se informar sobre seus problemas e opiniões. Sendo assim, as redes sociais oferecem um ambiente sem constrangimentos por parte da mídia tradicional, inclusive, muitas vezes sendo desafiadas pelos populistas por meio das plataformas digitais (AZEVEDO, 2019).

Segundo Kahnemann (2012) quando estamos diante de novas informações, temos uma tendência a pensar intuitivamente, utilizando-nos de conhecimentos prévios. Da mesma forma, temos um realismo ingênuo (*naive realism*), que nos condiciona a acreditar que a nossa percepção do mundo é a mais correta, negando posições contrárias. Demarca-se a característica do viés de confirmação (*confirmation bias*), que está relacionado a uma maior aceitação de visões de vida similares as nossas (MCCRIGHT; DUNLAP, 2017). Se essas características já são latentes em nossas relações, nas redes sociais elas se tornam ainda mais marcantes, uma vez que os indivíduos tendem a se relacionar e compartilhar conteúdos com pessoas que tem ideologias semelhantes às suas (tanto pelos algoritmos, quanto por predisposições pessoais), reforçando a autoestima e se mantendo em ambientes “socialmente seguros” (BERNARDI, 2019).

Nessa acepção, se formam as chamadas câmaras de eco (*echo-chambers*), ou bolhas de filtro (*filter bubbles*) nas redes sociais que, ao isolar indivíduos que compartilham crenças e pensamentos homogêneos dentro das mesmas frequências algorítmicas, facilitam a propagação de *fake news*, já que as mesmas notícias são visualizadas diversas vezes no mesmo ambiente, sendo recompartilhadas por pares que contam com credibilidade social. Em ambientes altamente polarizados e nos quais as principais instituições, sobretudo políticas e midiáticas, são desacreditadas, as pessoas têm a tendência a confiar muito mais em notícias compartilhadas por pessoas próximas, que reforçam as suas crenças em determinado assunto (RUEDIGER, 2018).

Nesse sentido, no quadro abaixo (Quadro 4), podemos verificar os índices de uso de redes sociais pelos partidos/candidatos nos três países:

Quadro 4 – Uso de redes sociais por partidos e candidatos

Brasil		EUA		Hungria	
2014	2018	2012	2016	2014	2018
1,93	2,95	2,9	2,99	2,94	2,94

Fonte: Elaboração própria através de Lührmann *et al.* (2019)⁹.

Sendo 3 o valor máximo atribuído à frequência de uso de redes sociais por partidos políticos e candidatos, podemos verificar o crescimento mais notável no Brasil, que aumentou mais de uma unidade no índice no período. Embora nas eleições de 2014 a *memetificação* da política nas redes já fosse presente (CHAGAS; SANTOS, 2018), as campanhas eleitorais do ano de 2018 se deram em um ambiente muito mais virtual, até pelo crescimento no acesso à internet no país (RUEDIGER, 2018; BERNARDI, 2019).

Embora notícias falsas na política não sejam um advento da internet, a sociedade de redes que ela proporciona, na qual cada usuário vira produtor/reprodutor de conteúdo, potencializa a disseminação de informações falsas, muitas vezes não na intenção de causar dano, mas pela própria ignorância por parte do usuário e vontade de ter sua opinião validada (CARNEIRO, 2018). Considerando a facilidade de se encontrar informações no ambiente *online* e a multiplicidade de *sites* com checadores de fatos, percebemos que as *fake news* podem ser desmentidas com simples buscas na *web* (RUEDIGER, 2018), contudo, muitos partidos e candidatos se utilizam desta narrativa para convencer eleitores e fidelizar apoiadores (OWEN, 2017). Dentro desse contexto, podemos verificar o aumento da disseminação de informações falsas nos países no Quadro 5 (abaixo).

⁹ * 0: Nenhum: Principais partidos políticos e candidatos não usam a mídia social durante as campanhas eleitorais para se comunicar com os eleitores, 1: Muito pouco: os principais partidos políticos e candidatos raramente usam as mídias sociais durante as campanhas eleitorais para se comunicar com eleitores. 2: Pouco: A maior parte dos partidos e candidatos às vezes usam a mídia social durante as campanhas eleitorais para se comunicar com os eleitores, 3: Frequentemente: Os principais partidos políticos e candidatos frequentemente usam as mídias sociais durante as campanhas eleitorais para se comunicar com os eleitores.

Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/analysis/thematic/>. Acesso em: 5 de jun. 2020.

Quadro 5 – Disseminação de informações falsas através das redes sociais

	Brasil		EUA		Hungria	
	2014	2018	2012	2016	2014	2018
Disseminação de informações falsas pelos partidos	3,11	2,03	3,08	2,99	1,49	0,77
Disseminação (nível doméstico) de informações falsas pelo governo	3,49	1,63	3,59	2,94	2,22	1,58

Fonte: Elaboração própria através de Lührmann *et al.* (2019).

*0¹⁰: Extremamente frequente; 1: Frequente; 2: Parcialmente; 3: Raramente; 4: Nunca.

A escala utilizada vai de 0 (extremamente frequente) a 4 (nunca ou quase nunca) e ranqueia a divulgação de informações falsas por partidos e pelo governo. Primeiramente, cabe ressaltar que tanto no âmbito de governo, quanto no de partidos, houve um aumento na disseminação de *fake news* nos três países por meio das redes sociais. Enquanto o uso pelos partidos se manteve relativamente estável nos EUA, no Brasil as informações passaram a ser disseminadas com maior frequência e na Hungria com muita frequência. Em nível governamental, todos os países apresentaram quedas mais significativas, com EUA e Brasil passando para uso eventual e a Hungria para uso frequente. Na Hungria, devido a forte censura da mídia, as redes sociais têm respondido a diversos processos por retirar do ar páginas do próprio governo húngaro. Assim, percebe-se, primeiramente, que o fenômeno de difusão de *fake news* é um elemento que aparece em todos os países estudados e não ocorre apenas com o impulsionamento de partidos, mas também no nível governamental.

Os principais fatores relacionados à produção de *fake news* na política estão relacionados a fatores econômicos e, também, de ideologia política (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; MCCRIGHT; DUNLAP, 2017). Análises jornalísticas, principalmente a partir do *BuzzFeed* e do *The Guardian*, demonstraram que uma

¹⁰ 0: Extremamente frequente: Os principais partidos políticos e candidatos/governo divulgam informações falsas sobre todas as questões políticas.; 1: Frequente: os principais partidos políticos e candidatos/ Governo divulgam informações falsas sobre muitas questões políticas.; 2: Parcialmente: Os principais partidos políticos e candidatos/governo divulgam informações falsas sobre algumas questões políticas fundamentais, mas não outras; 3: Raramente: os principais partidos políticos e candidatos/governo divulgam informações falsas sobre apenas algumas questões políticas importantes; 4: Nunca, ou quase nunca, os principais partidos políticos e candidatos/governo nunca divulgam informações falsas sobre questões políticas chave.

Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/analysis/thematic/>. Acesso em: 5 de jun. 2020.

porcentagem alta desses sites estava ligada a adolescentes que produziam as notícias falsas na Macedônia por incentivo financeiro, uma vez que as manchetes que viralizam tendem a gerar maior lucro devido aos cliques em anúncios presentes no site (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017).

Segundo Vosough, Deb e Aral (2018) que estudaram a disseminação das *fake news* no *Twitter* entre 2006 e 2017, nos Estados Unidos, uma notícia falsa tem 70% mais chance de ser *retwitada* (compartilhada) do que uma notícia verdadeira e a principal motivação para isso é a novidade, o ineditismo da publicação (VOSOUGHI; DEB; ARAL, 2018). Nesse sentido, a pesquisa também descobriu que os números de compartilhamentos de notícias falsas foram quase os mesmos entre robôs e usuários verídicos – o que indica que apesar da urgência de regular e investigar o uso de robôs nas campanhas eleitorais, também se faz necessário agir em outras frentes contra a desinformação política (BERNARDI, 2019).

A relativização de fatos, baseada em crenças pessoais em um contexto de desconfiança generalizada, está relacionada com o fenômeno da *pós-verdade* (D'ANCONA, 2018; TRAUMANN, 2018). Além disso, as notícias sobre política nas redes sociais como *WhatsApp*, *Facebook* e *Twitter* têm o poder de alcançar grupos que não são politicamente engajados ou tradicionalmente interessados por política e, portanto, mais suscetíveis a crer em notícias falsas (LAZER *et al.*, 2017). Na Hungria, boa parte da informação falsa partiu do próprio governo, como as campanhas contra a União Europeia e que corroboravam a possibilidade de intervenção russa na região (KREKÓ *et al.*, 2018).

7. Considerações finais

Buscamos analisar características da sociedade de cada um dos países estudados, bem como dos líderes populistas que foram eleitos. Embora possam ser resguardadas as diferenças entre as sociedades, os dados de cultura política e opinião pública encontrados demonstram, primeiramente, altos índices de desconfiança em relação às instituições políticas tradicionais, sendo os partidos políticos os mais afetados, com taxas de desconfiança entre 60% e 80%; mostrando, em contraponto, traços autoritários, uma vez que a instituição que conta com mais confiança são as Forças Armadas (ou a Polícia para o caso húngaro), atingindo entre 52 e 74% de aprovação e contando, curiosamente, com a maior confiança nos Estados Unidos, que não apresentam passado autoritário como os outros dois. Além disso, o que se vê são populações insatisfeitas com os *outputs* de seus sistemas políticos, não apenas em relação ao desempenho econômico e

de suas políticas, como de seguridade social, mas também em relação a temas como a corrupção e o próprio modo de governar.

No que tange ao uso de *fake news* como estratégia política, o Congresso Nacional Brasileiro abriu, em setembro de 2019, um Comitê Conjunto de Inquérito ao Congresso (CPMI) para investigação no âmbito das eleições de 2018. De acordo com o site do Senado Federal (BRASIL, 2019), a investigação incluiu ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, o uso de perfis falsos para influenciar as eleições de 2018 e práticas de *cyberbullying* contra usuários e agentes públicos vulneráveis. As notícias falsas também foram objeto de investigação nos Estados Unidos sobre as ligações entre Steve Bannon, ex-consultor da Campanha Trump, e a *Cambridge Analytics*. A investigação encontrou várias evidências de que Trump estava conspirando com oficiais russos durante as eleições de 2016, mas não o suficiente para o acusar por conspiração (BEAUCHAMP, 2019; BLAKE, 2018). Na Hungria, as notícias falsas são divulgadas pelo próprio governo, pois a maioria dos meios de comunicação é pública. Recentemente, devido ao surto do novo coronavírus, Viktor Orban conseguiu aprovar seu direito de governar por decreto indefinidamente, além de colocar restrições ao jornalismo que o governo considera falso e prejudicial à resposta à Covid-19 (NOVAK; KINGSLEY, 2020).

Nesse sentido, no que se refere ao uso de *fake news* pelo governo, podemos observar que, Donald Trump e Jair Bolsonaro se utilizam de suas redes sociais para disseminar o entendimento que eles têm dos fatos, promovendo forte antagonismo à mídia tradicional e seus opositores políticos, porém, sem promover uma censura direta. No caso da Hungria, onde as principais agências de mídia são governamentais, a limitação da liberdade de imprensa é bem maior e se dá quase como uma ação do governo.

Quanto aos líderes, os três analisados demonstraram fortes características autoritárias e utilizam as redes sociais como forma de se aproximarem dos eleitores, bem como deslegitimarem o processo democrático e atacarem àqueles com posições opostas, demonstrando características já consagradas de líderes populistas de direita. Em países onde o uso de redes sociais engloba a maioria da população (e para algumas plataformas/países beira a totalidade), a combinação do uso crescente de redes sociais com a disseminação de *fake news* (somadas ao uso de discurso de ódio) impõem novos desafios e perigos à democracia. Nesse sentido, podemos perceber um autoritarismo mais forte no regime húngaro, uma vez que modificadas as leis principais do país, bem como a estrutura de liberdade de imprensa, torna-se mais claro o caráter iliberal, e, ao nosso ver, fascista de Viktor Orbán. Embora o seu discurso encontre coro com líderes como Bolsonaro

e Trump, as democracias brasileira e norte-americana vem mostrando sinais um pouco mais fortes de republicanismo – *pero no mucho* – no Brasil, considerando o recente processo de *impeachment* e prisão de candidatos da oposição entre 2014 e 2018.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: ABRANCHES, S. *et al.* **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 9–46.

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, Cambridge, MA, v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w23089.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020

ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture**. Princeton, EUA: Princeton University Press, 1963.

APPLEBAUM, A. 100 Years Later, Bolshevism Is Back: And We Should Be Worried. **The Washington Post** [on-line], Washington, 2017. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/bolshevism-then-and-now/2017/11/06/830aecaa-bf41-11e7-959c-fe2b598d8c00_story.html. Acesso em: 11 maio 2020.

ARNAUDO, D. Computational Propaganda in Brazil: Social Bots during Elections. **Computational Propaganda Research Project**, Oxford, v. 8, p. 1–39, 2017.

ASH, T. G. Europe must stop this disgrace: Viktor Orbán is dismantling democracy. **The Guardian** [on-line], London, 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/jun/20/viktor-orban-democracy-hungary-eu-funding>. Acesso em: 8 jul. 2019.

ATKINSONS, S.; SKINNER, G. What worries the world - September 2018. **IPSOS** [on-line], Paris, 2018. Disponível em: <https://www.ipsos.com/en/what-worries-world-september-2018>. Acesso em: 30 abr. 2020.

AZEVEDO, D. P. A Comunicação Populista Online: análise das estratégias de comunicação política dos principais candidatos à presidência do Brasil no Facebook durante as eleições de 2018. In: COMPOLÍTICA, 8., Brasília. **Anais [...]**, Brasília, 2019.

BAPTISTA, É. A. **Corrupção e opinião pública**: O escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff. 252f. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008.

BAQUERO, M. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa?: Cultura política e capital social no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 165-186, 2004.

BAQUERO, M.; LINHARES, B. Por que os brasileiros não confiam nos partidos?: Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 89-114, 2011.

BAQUERO, M.; RANINCHESKI, S.; CASTRO, H. C. de O. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 87-106, 2018.

BEAUCHAMP, Z. The Mueller report's collusion section is much worse than you think. **Vox** [on-line], 2019. Disponível em: <https://www.vox.com/2019/4/18/18484965/mueller-report-trump-no-collusion>. Acesso em: 3 jun. 2019.

BERNARDI, A. J. B. **Redes Sociais, Fake News e Eleições**: Medidas Para Diminuir a Desinformação nos Pleitos Eleitorais Brasileiros. 121f. 2019. Monografia (Graduação em Filosofia e Ciências Humanas) - Instituto Federal de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/197602>. Acesso em: 4 maio 2020.

BOADLE, A.; STARGARDTER, G. Far-right Bolsonaro rides anti-corruption rage to Brazil presidency. **Reuters** [on-line], 28 out. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-election/far-right-bolsonaro-rides-anti-corruption-rage-to-brazil-presidency-idUSKCN1N203K>. Acesso em: 31 out. 2018.

BLAKE, A. A new study suggests fake news might have won Donald Trump the 2016 election. **The Washington Post** [on-line], Washington, 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2018/04/03/a-new-study-suggests-fake-news-might-have-won-donald-trump-the-2016-election/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRANCHO-POLANCO, E. How Jair Bolsonaro used 'fake news' to win power. **The Conversation** [on-line], Boston, January 8, 2019. Disponível em: <http://theconversation.com/how-jair-bolsonaro-used-fake-news-to-win-power-109343>. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito: Fake news**. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=2292>. Acesso em: 05 mar. 2020.

CARNEIRO, F. L. **Fake news propagadas por meio digital no Brasil: desafios para a governança e a gestão pública contemporânea**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

CASTRO, L. N de. Computação e Desinformação: Tecnologias de Detecção de Desinformação Online. In: RAIS, D. (ed.). **Fake News: Conexão entre a desinformação e o direito**. São Paulo: Thomson Reuters, 2018. p. 61-74.

CHAGAS, V.; SANTOS, J. G. B. A revolução será memetizada: engajamento e ação coletiva nos memes dos debates eleitorais em 2014. **E-Compós**, Brasília, v. 20, n. 1, 2018.

COSTA, A. L. V. Corrupção e cultura política em tempos de crise: implicações para a democracia brasileira, **Observatório Político**, 2018. Disponível em: http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2018/12/WP_84_AC.pdf. Acesso em: 10 mai. 2020.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

EUROPEAN COMISSION. **A multi-dimensional approach to disinformation: Report of the independent High level Group on fake news and online disinformation a multi-dimensional approach to disinformation**. Luxembourg: European Union, 2018. Disponível em: https://ec.europa.eu/newsroom/dae/document.cfm?doc_id=50271. Acesso em: 3 set. 2019.

FACHIN, P.; MACHADO, R. Eleições 2018: A radicalização da polarização política no Brasil: Algumas análises: Entrevistas especiais. **Instituto Humanitas Unisinos [on-line]**, São Leopoldo, 8 out. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/583456-eleicoe...arizacao-politica-no-brasil-algumas-analises-entrevistas-especiais>. Acesso em: 31 maio 2019.

GALLEGO, E. S. La bolsonarización de Brasil. **Documentos de Trabajo IELAT**, Alcalá de Henares, n.121, abr. 2019. Disponível em: https://ielat.com/wp-content/uploads/2019/03/DT_121_Esther-Solano-Gallego_Web_abril-2019.pdf. Acesso em: 31 maio 2019.

INGLEHART, R. **Cultural Evolution: People's Motivations are Changing, and Reshaping the World**. New York: Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash. **HKS Working Paper**, Cambridge, n. RWP16-026, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2818659>. Acesso em: 23 mar. 2020.

ITUASSU, A. *et al.* Politics 3.0? De @realDonaldTrump para as eleições de 2018 no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 27., Belo Horizonte – MG. **Anais** [...], Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação; PUC Minas Gerais, 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4935>. Acesso em: 11 maio 2020.

JUHÁSZ, A. Hungary after the election: Continuing on Orbán's path. **Heinrich Böll Stiftung**: The Green Political Foundation, Berlin, 2018. Disponível em: <https://www.boell.de/en/2018/04/12/hungary-after-election-continuing-orbans-path>. Acesso em: 30 abr. 2020.

KAHNEMAN, D. **Rápido e Devagar**: Duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KÖRÖSÉNY, A. **Governments and Politics in Hungary**. Budapest, Hungary: Central European University Press, 1999.

KREKÓ, P. *et al.* Beyond Populism: Tribalism in Poland and Hungary. **Political Capital** [on-line], Budapest, 2018. Disponível em: https://www.politicalcapital.hu/pc-admin/source/documents/pc_beyond_populism_study_20180731.pdf. Acesso em: 11 jun. 2019.

LAPOP. **LAPOP's AmericasBarometer takes the Pulse of Democracy**: 2018/19 Regional Report. 2019. Disponível em: https://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2018/2018-19_AmericasBarometer_Regional_Report_10.13.19.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

LAPOP. **The Political Culture of Democracy in the Americas, 2016/17: A Comparative Study of Democracy and Governance**: 2016/17 Regional Report. 2017. Disponível em: https://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2016/AB2016-17_Comparative_Report_English_V2_FINAL_090117_W.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006.

LAZER, D. *et al.* Combating Fake News: An Agenda for Research and Action Drawn from presentations by. **Shorenstein Center**, Cambridge, MS, p. 1–17, May

2017. Disponível em: <https://shorensteincenter.org/wp-content/uploads/2017/05/Combating-Fake-News-Agenda-for-Research-1.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

LENGYEL, G.; ILONSZKI, G. Simulated democracy and pseudo- transformational leadership in Hungary. **Historical Social Research / Historische Sozialforschung**, Cologne, v.37, n. 1 (139), p.107-126, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41756453>. Acesso em: 17 set. 2019

LEVITSKY, S.; ZIBLAT, D. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÜHRMANN, A. *et al.* **V-Dem Annual Democracy Report 2019: Democracy Facing Global Challenges**. Gothenburg: V-Dem Institute, University of Gothenburg, 2019.

MAITINO, M. E. Right, unashamed: conformations on Brazil's political right through Jair Bolsonaro's discourses. **Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 25, n.1, p.111-134, 2018.

MARWICK, A.; LEWIS, R. **Media Manipulation and Disinformation Online**. [s. l.]: Data & Society Research Institute, 2017.

MCCRIGHT, A. M.; DUNLAP, R. E. Combatting Misinformation Requires Recognizing Its Types and the Factors That Facilitate Its Spread and Resonance. **Journal of Applied Research in Memory and Cognition**, Amsterdam, v. 6, n. 4, p. 389–396, 2017. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2211368117302000>. Acesso em: 2 jun. 2020.

MEDEIROS, P. Agressão a jornalistas e veículos de comunicação aumenta 54%, diz relatório; Bolsonaro é responsável por mais da metade. **O Globo** [on-line], 16 jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/agressao-jornalistas-veiculos-de-comunicacao-aumenta-em-54-diz-relatorio-bolsonaro-responsavel-por-mais-da-metade-1-24195220>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MULLER, J.-W. The rise and rise of populism. In: BBV; OPENMIND. **The Age of Perplexity: Rethinking the World we Knew**. [s.l.]: Penguin Random House,

2017. Disponível em: <https://www.bbvaopenmind.com/wp-content/uploads/2018/03/BBVA-OpenMind-Jan-Werner-Muller-The-Rise-and-Rise-of-Populism-1.pdf>. Acesso em: 5. Jun. 2020.

NEWMANN, N. *et al.* **Digital News Report 2018**. Oxford: Reuters Institute, 2019. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/digital-news-report-2018.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2019.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NORWEGIAN HELSINKI COMMITTEE. **Democracy and human rights at stake in Hungary**: The Viktor Orbán Government's drive for centralisation of power. Oslo, Noruega: NHC, 2013. Disponível em: https://www.civicsolidarity.org/sites/default/files/democracy_and_human_rights_at_stake_in_hungary.pdf. Acesso em: 15 Out. 2013

NOVAK, B.; KINGSLEY, P. Hungary's Leader Grabbed Powers to Fight the Virus: Some Fear Other Motives. **The New York Times** [on-line], New York, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/05/world/europe/victor-orban-coronavirus.html?searchResultPosition=1>. Acesso em: 8 abr. 2020.

OATES, S.; MOE, W. W. Donald Trump and the "Oxygen of Publicity": Branding, Social Media, and Mass Media in the 2016 Presidential Primary Elections. **SSRN Electronic Journal**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2830195>. Acesso em: 26 ago. 2020.

OWEN, D. The New Media's Role in Politics. **OpenMind BBVA**, 2017. Disponível em: <https://www.bbvaopenmind.com/en/articles/the-new-media-s-role-in-politics/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

OXFORD LANGUAGES. Post Truth. In: OXFORD LANGUAGES. **Word of The Year 2016**. Oxford: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/#:~:text=After%20much%20discussion%2C%20debate%2C%20and,to%20emotion%20and%20personal%20belief>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. The Bolsonaro Effect. **Jacobin**, New York, 2018. Disponível em: <https://jacobinmag.com/2018/10/brazil-election-bolsonaro-corruption-security-pt>. Acesso em: 26 ago. 2020.

RENWICK, A. Electoral System Change in Europe since 1945. **West European Politics**, Abingdon, v.34, n.3, p.456-477, 2011. Disponível em: http://www.electoralsystemchanges.eu/Files/media/MEDIA_213/FILE/Hungary_summary.pdf/> Acesso em: 22 mai. 2020.

ROBERTS, K. M. Crises of Representation and Populist Challenges to Liberal Democracy. **Chinese Political Science Review**, Heidelberg, v.4, p. 188-199, 2019.

RUEDIGER, M. **Desinformação na era digital**: amplificações e panorama. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018.

SANTANA, P. H. B. Miatização da Política em Tempos de Redes Sociais Digitais: A Suposta Campanha Precoce de Jair Bolsonaro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MIIATIZAÇÃO E PROCESSOS SOCIAIS, 2., 2017, São Leopoldo. **Anais** [...], São Leopoldo: UNISINOS, 2017. Disponível em: <http://www.midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiatizacao-artigos/article/download/293/287>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SARGENTINI, J. **Relatório sobre uma proposta solicitando ao Conselho que, nos termos do artigo 7.º, n.º 1, do Tratado da União Europeia, verifique a existência de um risco manifesto de violação grave pela Hungria dos valores em que a União assenta**. [s.l.]: Parlamento Europeu; Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, 2018.

SHU, K. *et al.* **Fake News Detection on Social Media: A Data Mining Perspective**. Ithaca: Cornell University, 2017. Disponível em: <http://arxiv.org/abs/1708.01967>. Acesso em: 11 set. 2019.

SIERAKOWSKI, S. How Eastern European Populism Is Different. **Project Syndicate**, January 31, 2018. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/populism-stronger-in-eastern-europe-by-slawomir-sierakowski-2018-01>. Acesso em: 22 out. 2018.

SILVERMAN, C. This Analysis Shows How Viral Fake Election News Stories Outperformed Real News On Facebook. **BuzzFeedNews**, 2016. Disponível em: <https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/viral-fake-election-news-outperformed-real-news-on-facebook>. Acesso em: 31 maio. 2019.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do “Nós” e “Eles”**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

SUGARS, S. From fake news to enemy of the people : An anatomy of Trump ’ s tweets. **Comitee to Protect Journalists** [on-line]. 2019. Disponível em: <https://cpj.org/blog/2019/01/trump-twitter-press-fake-news-enemy-people.php>. Acesso em: 28 maio. 2019.

THE 2016 ELECTION Fact Checker. **The Washington Post**, Washington, 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/graphics/politics/2016-election/fact-checker/>. Acesso em: 31 mai. 2019.

TRAUMANN, T. Como a indústria de notícias falsas dominou a eleição da França. **Época**, n. 4, p. 1–5, 2018. Seção Mundo.

VEGETTI, F. Political polarization in Hungary. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, Thousand Oaks, CA, v.681, n.1, p.78-96, 2018.

VOSOUGHI, S.; DEB, R.; ARAL, S. The Spread of True and False News Online. **Science**, Washington, v.359, n.6380, p.1146-1151, 2018.

Recebido em 01 de maio de 2020.

Aprovado em 08 de junho de 2020.

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275
e-mail: laboratorioeditorial.fclar@unesp.br
<http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



